

DIADORIM

20
ESPECIAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Diretora Adjunta de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Dra. Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold

Vice-diretor

Prof. Dr. Pedro Paulo G. Ferreira Catharina

Coordenador do Programa de Letras Vernáculas

Prof. Dr. Adauri Bastos

Substituta Eventual do Coordenador

Profa. Dra. Maria Eugênia Duarte Lammoglia

**Comissão Deliberativa
Representantes Docentes**

Língua Portuguesa

Profa. Dra. Silvia Figueiredo Brandão

Profa. Dra. Violeta Virgínia Rodrigues

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira (suplente)

Literatura Brasileira

Profa. Dra. Anélia Montechiari Pietrani

Profa. Dra. Maria Lucia Guimarães de Faria

Prof. Dr. Godofredo de Oliveira Neto (suplente)



Literaturas Portuguesa e Africanas

Profa. Dra. Mônica do Nascimento Figueiredo

Prof. Dr. Nazir Ahmed Can

Profa. Dra. Luci Pereira Ruas (suplente)

Profa. Dra. Maria Teresa Salgado (suplente)

Representantes Discentes

Felipe Fernandes Ribeiro (Mestrando em Literatura Brasileira)

Lícia Rebelo de Oliveira Matos (Doutoranda em Língua Portuguesa)

Secretária do Programa de Pós-Graduação

Maria Goretti Mello

Diretora da Faculdade de Letras

Profa. Dra. Sonia Cristina Reis

Vice-Diretor

Prof. Dr. Humberto Soares da Silva

Diretor Adjunto de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Humberto Soares da Silva

Diretor Adjunto de Cultura e Extensão

Prof. Dr. Roberto de Freitas Junior



Diretor Adjunto de Administração e Finanças

Victor Hugo dos Santos

CENTRO DE LETRAS E ARTES (CLA)

Decania do Centro de Letras e Artes

Decana: Profa. Dra. Flora de Paoli Faria

Vice: Profa. Dra. Cristina Grafanassi Tranjan

Reitor:

Prof. Dr. Roberto Leher

Vice-reitora:

Profa. Dra. Denise Nascimento

Sobre o volume

Editora Chefe:

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editoras Adjuntas:

Profa. Dra. Marcia dos Santos Machado Vieira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Danielle Kely Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Assistentes de Literaturas:

Prof. Dr. Nazir Ahmed Can, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus Fundão, Brasil

Profa. Dra. Sofia Maria de Sousa Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil



Editoras Assistentes de Língua Portuguesa:

Profa. Dra. Filomena Azevedo Varejão, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Ana Paula Quadro Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Coordenação de Revisão:

Profa. Dra. Ana Paula Victoriano Belchor, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Equipe de Revisão:

Anna Carolina da Costa Avelheda, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Izabella Domingues Machado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Izadora Mendonça Zarro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Silvia Carolina Gomes de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Equipe Técnica:

Rafael Andrade, Instituto de Gestão e Educação a Distância - IGEAD, Brasil

Miguel R. Amorim Neto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Elir Ferrari, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Design e Diagramação:

Rafael Andrade, Instituto de Gestão e Educação a Distância - IGEAD, Brasil

Gustavo Gusmão, Instituto de Gestão e Educação a Distância - IGEAD, Brasil



Ficha Catalográfica

Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários - Volume 20, nº. Especial.
“História linguística e social, Fonética-Fonologia-Prosódia, Variação e Mudança Linguística: homenagem a Dinah Callou”, Carolina Serra e Eugenia Duarte (orgs.). Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2018. Semestral.

ISSN: 1980-2552.





Diadorim Vol. 20 – Especial

**História linguística e social, Fonética-Fonologia-Prosódia, Variação e Mudança
Linguística: homenagem a Dinah Callou**

Organizadoras:

Carolina Serra e Eugênia Duarte



Diadorim Volume 20 - número Especial

Sumário

- 11** **Apresentação**
Palavras iniciais das organizadoras do volume, Apresentação do volume 20, número especial: História linguística e social, Fonética-Fonologia-Prosódia, Variação e Mudança Linguística: homenagem a Dinah Callou.
Carolina Serra e Eugênia Duarte
- 21** **Poema**
Dinah, como você não há!...
Kate Lúcia Portela
- 23** **Artigos**
Aspectos da história socioeconômica e linguística do Brasil
Carlos Alberto Faraco
- 53** Ebulição e sedentarização linguística – o lugar da economia de subsistência na formação do português brasileiro
Emílio Gozze Pagotto
- 64** A Linguística Histórico-Diacrônica no Brasil pós-1980 e a questão do contato linguístico
Tânia Conceição Freire Lobo
- 81** Notas sobre orações existenciais, parâmetro *pro-drop* e constituintes locativos na história do português brasileiro
Juanito Ornelas de Avelar
- 101** Mudança na posição do sujeito em cartas pessoais brasileiras: a ordem VS e o estatuto informacional do sujeito
Silvia Regina de Oliveira Cavalcante
- 122** Para uma história linguística e social do Rio Grande do Sul - século XIX
Valéria Neto de Oliveira Monaretto e Paulo Ricardo Silveira Borges

- 147** A identificação dos perfis socioculturais dos redatores e corpora históricos: encaminhamentos metodológicos
Célia Regina dos Santos Lopes e Márcia Cristina de Brito Rumeu
- 169** Engenho e arte na autoria do modelo gramatical de setecentos: a arte, atribuída a Antônio José dos Reis Lobato
Luiz Palladino Netto
- 201** O ensino de língua portuguesa no Brasil na primeira metade do século XX: a construção de *corpus* metalinguístico de gramáticas escolares
Afrânio Gonçalves Barbosa e José Carlos Santos de Azeredo
- 227** A variação na interlocução: como traduzir?
Sonia Netto Salomão
- 245** Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro
Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Amália Mendes e Maria Eugênia Lammoglia Duarte
- 263** A percepção de valores pragmáticos na entoação de sentenças imperativas no português brasileiro: um estudo experimental
Luma da Silva Miranda e João Antônio de Moraes
- 291** Os estudos prosódicos no Atlas Linguístico do Brasil
Cláudia de Souza Cunha
- 310** ALiB: a database of spoken language for mapping linguistic variation in Brazilian Portuguese
Josane Moreira de Oliveira, Jacyra Andrade Mota e Suzana Alice Marcelino Cardoso
- 334** O rótico em coda silábica final na região Sul do Brasil: variação e mudança no *corpus* do ALiB
Ingrid da Costa Oliveira, Mayra Santana, Karilene da Silva Xavier e Carolina Ribeiro Serra
- 365** Sobre o processo de apagamento do rótico em coda silábica: diversidade regional
Aline de Jesus Farias Oliveira, Vitor Gabriel Caldas e Carolina Ribeiro Serra

- 390** Apagamento de *R* em coda externa em duas variedades africanas do português
Silvia Figueiredo Brandão
- 409** Um estudo sobre a redução dos ditongos nasais na fala fluminense
Caio Cesar Castro da Silva
- 428** *Nós e a gente* em quatro amostras do português brasileiro: revisitando a escala da saliência fônica
Maria Marta Pereira Scherre, Anthony Julius Naro e Lilian Coutinho Yacovenço
- 458** A variação no uso do pronome reflexivo no português afro-brasileiro como o resultado de mudanças induzidas pelo contato entre línguas no passado
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti e Jurgen Alves de Souza
- 489** Plural de nomes no português brasileiro: variação, indivíduo, escolaridade e o papel do léxico
Christina Abreu Gomes, Thiago Lucius Alvarez Amaral e Lídia Oliveira do Prado
- 507** Forma locativa + sintagma preposicional locativo: análise da fala culta em duas variedades do português
Elaine Marques Thomé Viegas
- 535** Uso(s) de conectores: uma abordagem funcional-discursiva
Violeta Virgínia Rodrigues
- 561** Variação, mudança, letramento e tecnologia
Maria Cecília Mollica, Daillane Avelar e Hadinei Batista
- 573** Uma breve incursão pelos domínios de Callou: a melodia da frase, a sintaxe e o discurso
Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva e Eliaine de Moraes Belford Gomes
- 592** Construções de tópico pendente com retomada na escrita culta brasileira: sujeito preenchido x sujeito nulo
Mônica Tavares Orsini, Carolina da Silva Alves e Carolina de Fátima Gil da Silva
- 610** Pre-verbal position in BP: a reinterpretation of the “avoid pronoun principle”
Mary Aizawa Kato e Maria Eugênia Lammoglia Duarte



APRESENTAÇÃO

Palavras iniciais das organizadoras do volume

Homenagear uma pessoa é dizer o quanto somos gratos pelo que ela é, pelo que ela faz, ou por tudo isso. Homenageamos Dinah porque, para todos nós, ela sempre teve uma importância particular e todos tivemos a oportunidade de revelar isso da melhor forma: com estudos que retratam as diversas faces do português.

Uma das organizadoras, Carolina Serra, entretanto, tendo a tarefa de participar da apresentação deste belíssimo volume, não pode deixar de mencionar os quase 20 anos em que vem trabalhando com Dinah (literalmente) lado a lado, e pode dizer que nunca faltaram companheirismo, generosidade, partilha intelectual (e não só) e afeto. O privilégio de conviver com Dinah numa relação de trabalho e de amizade tão profunda e de confiança tão ampla a fazem pensar o quanto um mestre pode ensinar a um aluno. Na Universidade, e em qualquer lugar, na verdade, temos todos os tipos de exemplos a seguir: Dinah é dos melhores exemplos que se pode ter.

A segunda organizadora, Eugênia Duarte, que veio a conhecê-la já como docente da Faculdade de Letras, teve nela uma incentivadora, desde o início, a se envolver em projetos diversos e a divulgar nossas pesquisas em congressos e publicações. A figura da estrategista, sempre pronta a dizer sim à Faculdade de Letras, cumprindo seu papel no sentido de abrir caminho para seus orientandos e colegas, jamais será esquecida.

Somos muito gratas a Dinah pelo legado que nos tem deixado. Esperamos continuar, lado a lado, por muito tempo.



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).



Apresentação do volume

Neste Número Especial, a “Diadorim – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas” presta uma justa homenagem à Professora Emérita Dinah Callou, que por 52 anos se dedicou ao ensino de graduação e pós-graduação, além de exercer diversas atividades administrativas e de representação. Sua aposentadoria, ocorrida há exatos dez anos, não a afastou da Faculdade de Letras da UFRJ. Sua participação na Pós-Graduação, ministrando cursos e orientando alunos, e em projetos de pesquisa continua com a mesma qualidade e o mesmo entusiasmo, para nossa grande alegria.

Sua atuação, sempre muito firme na defesa do comprometimento com a Universidade, com o cumprimento rigoroso dos deveres de um funcionário público, com a ética na pesquisa e sua visão de estrategista, abrindo caminhos a quantos com ela conviveram e convivem são exemplos que nunca poderão ser esquecidos.

Os 28 textos que compõem este Número Especial são reveladores dos laços que Dinah estabeleceu, exatamente cumprindo seu dever: aqui estão artigos de colegas de outras instituições, que a conheceram de maneiras as mais diversas – seja em projetos de cooperação, seja em atividades de representação – além de colegas que têm a sorte de atuar na Faculdade de Letras ao seu lado, muitos dos quais seus orientandos. Finalmente, este número conta ainda com a participação de alguns de seus orientandos espalhados por diversas instituições no Brasil e no exterior, que continuam a manter laços estreitos com a orientadora.

Os artigos cobrem as áreas a que Dinah tem se dedicado desde sua formação na Universidade Federal da Bahia, onde começou sua atividade docente, antes de ir para a UnB e, em seguida, vir para a UFRJ: a História da Língua Portuguesa, com seus aspectos sociais e estruturais, os estudos em Dialetoleologia e Sociolinguística Variacionista, passando especialmente pela fonologia segmental e suprasegmental, e pela morfossintaxe e ensino. Juntos, estes artigos

constituem efetivamente uma grande contribuição para essas áreas.

Abrimos o número com um poema de Kate Lúcia Portela, orientada por Dinah, que se tornou escritora e contadora de histórias. Seguem três artigos dedicados à socio-história do Português. Carlos Alberto Faraco discute a história socioeconômica e linguística da sociedade brasileira, analisando os efeitos sociolinguísticos da formação mercantilista escravocrata, própria do período colonial; do capitalismo industrial e do capitalismo tardio. O texto se fundamenta numa ampla revisão bibliográfica e mostra que a sociedade brasileira do século XXI alberga, conflituosamente, os efeitos socioeconômicos e linguísticos da formação colonial, do desenvolvimento precário do capitalismo industrial e dos desafios trazidos pelo capitalismo tardio. Emílio Pagotto, numa trilha semelhante, defende a hipótese de que a economia de mercado interno e, em especial, a de subsistência constituem o *locus* no qual se desenvolvem os processos linguageiros primordiais para a formação do português brasileiro. Tal hipótese implica a adoção de um modelo de interferência pelo contato linguístico de longa duração, ao contrário do que pressupõem os modelos explicativos baseados na ruptura e regeneração, para dar conta do papel que o contato com línguas indígenas e africanas tiveram na formação do português do Brasil. Ainda com os olhos voltados para aspectos sociais e os contatos, Tania Lobo defende a relevância de conjugar três teorias – a Teoria da Mudança, a Teoria da Aquisição e a Teoria do Contato – na abordagem histórico-diacrônica do português brasileiro. Para a autora, é um equívoco abordar a questão do contato linguístico como um tema de “história externa”: ao contrário, o contato é aspecto central na formação do chamado português “popular” brasileiro. O texto estabelece um contraste com o multilinguismo indígena e africano no passado e demonstra, em relação aos africanos, não só a predominância banta mas também os fortes indícios de que o quimbundo teria sido uma língua geral no Brasil colonial, com base em outras evidências.

Com o olhar voltado para fatos linguísticos e/ou sociais, temos as contribuições de Juanito Avelar, de Sílvia Cavalcante, de Valéria Monaretto e Paulo Ricardo Borges, e, finalmente, de Célia Lopes e Márcia Rumeu. O artigo de Avelar correlaciona a emergência de *ter* como o verbo existencial canônico do português brasileiro a mudanças relativas ao parâmetro *pro-drop* e ao licenciamento de constituintes locativos em posição de sujeito, com base em dados dos séculos XIX e XX. Assim, o estatuto existencial de *ter* no português brasileiro deriva de restrições à interpretação de sujeitos nulos referenciais e a um processo de reanálise desencadeado pela presença de termos locativos em posição pré-verbal. O novo estatuto *pro-drop* do português brasileiro levaria naturalmente à tendência à supressão de *haver*, verbo que não dispõe de uma posição licenciadora de sujeito. Cavalcante apresenta uma análise da mudança na posição do sujeito em cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos entre o início do século XIX e meados do século XX, mostrando sua relação com o status informacional, a transitividade verbal e a

mudança na marcação do parâmetro *pro-drop* e apontando as gramáticas subjacentes reveladas pelos dados. Monaretto e Borges apresentam uma proposta de análise para o desenvolvimento de uma história social e linguística do Rio Grande do Sul, a partir de textos de teatro, jornais, relatos de viagens, entre outros, com o objetivo de compreender melhor as motivações e a maneira como ocorreram os processos de variação e mudança que representam um *continuum* sócio-histórico característico dos diferentes dialetos gaúchos. Lopes e Rumeu, ao defender a importância de atentar para as informações relacionadas aos perfis socioculturais de redatores de *corpora* diacrônicos, apresentam procedimentos metodológicos que consistem no uso da ferramenta computacional de edição (Programa *E-dictor*), que permite identificar traços dos graus de letramento de missivistas socialmente desconhecidos. Com base nessa proposta de análise-piloto de traços gráficos e grafo-fonéticos em manuscritos históricos, as autoras identificam informantes dotados de baixo grau de letramento, considerando as sistemáticas evidências de hipossegmentações e hiperssegmentações não só em contextos de formas presas, mas também em ambiências de fronteiras silábicas.

Dois artigos que podem se inserir em história e ensino são os que nos oferecem Luiz Palladino Netto, e Afrânio Barbosa e José Carlos de Azeredo. Recuando no tempo, temos a contribuição de Palladino Netto, dedicada à historiografia do português setecentista. O autor focaliza a querela em torno da autoria da *Arte da Grammatica*, de 1770, atribuída a Antônio José dos Reis Lobato. A problemática interna da abordagem discute a possibilidade de “Lobato” ser um pseudônimo do P^e. Antônio Pereira Figueiredo, voz intelectual do ideólogo do regime de então, o Marquês de Pombal. Do ponto de vista externo, o artigo aborda o contexto histórico-social da segunda metade do século XVIII em Portugal, a fim de dimensionar seu impacto sobre a publicação/circulação da *Arte da Grammatica*. O artigo de Barbosa e Azeredo discute questões e critérios em torno da formação de *corpora* gramaticais escolares para o estudo da normatização no ensino de língua portuguesa no Brasil na primeira metade do século XX. Considerações metodológicas sobre a pesquisa de campo em arquivos históricos para a identificação de obras dessa natureza bem como a ampla sistematização de títulos de obras gramaticais assumidas no programa do Colégio Pedro II de 1856-1929 e de nomes de professores de língua portuguesa no Colégio Militar do Rio de Janeiro são apresentadas.

Fazendo a ligação entre passado e presente, temos dois artigos cujo tema são as formas de tratamento, encerrando esta preciosa contribuição na área de História Linguística e Social da Língua Portuguesa. O primeiro, de autoria de Sônia Salomão, mostra a importância do conhecimento histórico da língua e a tradução. A autora defende seu objetivo, tomando como exemplo alguns casos de alocação, principalmente em variação diacrônica, como as variantes em relação ao quadro pronominal da segunda pessoa, no que foi chamado de “mistura de tratamento” entre

o *você* e o *tu*, além de outros usos típicos dos pronomes de tratamento do século XIX. Os textos estudados são de Machado de Assis: *Quincas Borba*, romance de 1891, e *Teoria do Medalhão*, conto de 1882. O tema “formas de tratamento” retorna – desta vez no presente - no artigo de Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Amália Mendes e Maria Eugênia Lammoglia Duarte, que comparam as formas de tratamento usadas no português europeu (PE) e brasileiro (PB), mostrando que naquela variedade o sistema é bem mais complexo do que nesta: enquanto no PE se observa uma distribuição complementar entre *tu* e *você* segundo o tipo de relação entre os interlocutores, além de haver uma variedade maior de outras formas nominais, tanto para o tratamento entre íntimos quanto para o que indica distância, no PB, os dois pronomes não se encontram em distribuição complementar. O uso de *você* é atestado numa grande área central do país, enquanto em outras regiões *tu* e *você* convivem, com o predomínio de uma ou outra forma, que, em geral, são usadas como variantes.

Passamos agora às contribuições em fonologia suprasegmental e segmental. O artigo de Luma Miranda e João Antônio de Moraes apresenta os resultados de um estudo perceptivo sobre a entoação de sentenças imperativas no português brasileiro produzidas com os seguintes valores pragmáticos: ordem, desafio, pedido e sugestão. Por meio do uso do software Praat, contornos melódicos ressaltados foram criados para, posteriormente, um grupo de 20 juízes julgarem a sua aceitabilidade em um teste de percepção, que indicou a relevância perceptiva de características fonéticas dos movimentos melódicos que atuam na identificação do valor funcional dos contornos entonacionais manipulados. Cláudia de Souza Cunha empreende análise dos padrões prosódicos de enunciados interrogativos totais, enunciados assertivos e enunciados imperativos, com base em amostras do Atlas Linguístico do Brasil. Os resultados apontam, entre outros aspectos, a existência de algumas áreas cujo comportamento prosódico tende a ser coincidente, como uma faixa ao Nordeste do país, marcada pela presença de um contorno $H^*_H+L^*L\%$ nos enunciados assertivos, em que se percebe uma proeminência do acento prenuclear, e de um contorno $L+H^*_L+H^*H\%$ nas interrogativas totais neutras, em que o acento nuclear, ao contrário do que se revela como padrão no país, termina com um tom alto.

A amostra ALiB está presente nos três estudos de variação e mudança que seguem. Josane de Oliveira, Jacyra Motta e a saudosa Suzana Cardoso homenageiam Dinah com uma apresentação desse importante projeto, hoje realidade, em um estudo sobre a variação na realização de /t/ e /d/ em 250 localidades gravadas pelo projeto ALiB. Os resultados mostram que a realização dento-alveolar ou palatalizada desses fonemas é condicionada geograficamente, além da atuação de outras variáveis estruturais e sociais. Ainda utilizando a amostra ALiB, temos dois estudos sobre a realização dos róticos em coda silábica final: um deles com base na fala de três capitais e de cidades do interior do Sul do Brasil e o outro sobre a fala de João Pessoa e Teresi-

na, no Nordeste. No primeiro, Ingrid Oliveira, Mayra Santana, Karilene Xavier e Carolina Serra apontam altos percentuais de apagamento do *R* em verbos: Florianópolis com 94%, Curitiba com 87% e Porto Alegre com 86%. Quando realizado foneticamente, há prevalência do tepe nos verbos e não verbos em Curitiba e Porto Alegre; em Florianópolis, sobressai a fricativa velar nesta categoria. Os resultados gerais obtidos no interior, por outro lado, apontam 1) altos índices de apagamento em verbos, em todos os municípios – Santa Maria (95%), Caçapava do Sul (89%), Criciúma (97%), Lages (87%), Campo Mourão (90%) e Guarapuava (94%); 2) em contraste com baixa frequência em não verbos – 16%, 8%, 22%, 6%, 3% e 11%, respectivamente; e 3) a aproximante retroflexa e o tepe como as realizações fonéticas mais frequentes em verbos e não verbos. Para o Nordeste do Brasil, Aline Farias Oliveira, Vitor Caldas e Carolina Serra confirmam, mais uma vez, que a classe morfológica é fator determinante para o processo de apagamento, com maior índice de queda do *R* em verbos do que em não verbos. A dimensão do vocábulo também se mostrou relevante na atuação do fenômeno: vocábulos mais extensos tendem a não reter o segmento e monossílabos apresentam os maiores índices de preservação do rótico, por conta da sua maior saliência em vocábulos menores. Os resultados referentes à coda medial apresentaram diferenças marcantes em comparação com a coda final, particularmente porque os índices de cancelamento do rótico são muito menores e não há influência da classe morfológica ou da dimensão do vocábulo. Ainda sobre os róticos, tema que é tão caro à nossa homenagem, Sílvia Figueiredo Brandão apresenta os resultados da investigação sobre seu apagamento em coda silábica, no português de São Tomé e Príncipe (PST) e no português de Moçambique (PM), controlando, além de variáveis estruturais e as usuais variáveis sociais, como gênero, faixa etária e escolaridade, outras variáveis como a frequência de uso de um crioulo (em relação ao PST), o status do Português (como L1 ou L2) e as outras línguas faladas pelo informante (em relação ao PM). Os resultados das análises demonstram que a queda do *R* no PST é mais frequente do que no PM e que as variáveis sociais se mostraram muito salientes para a definição desse quadro. Fechamos a seção de artigos voltados para a variação e mudança fonético-fonológica com o trabalho de Caio Cesar Castro da Silva, que verifica se a redução dos ditongos nasais em sílaba átona final é um processo característico da fala de indivíduos menos escolarizados na fala fluminense. Para tanto, o autor compara os dados recolhidos em um *corpus* da variedade fluminense, constituído de falantes com nível fundamental de instrução, com a fala de indivíduos com ensino superior completo. Os resultados apontam que esse é um fenômeno pouco difundido na fala fluminense, mas presente tanto nas variedades de indivíduos menos escolarizados, quanto na dos mais escolarizados.

Os estudos de variação e mudança no nível morfossintático recebem quatro valiosas contribuições. Iniciamos com o artigo de Marta Scherre, Anthony Naro e Lilian Yacovenco, que, sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, analisam três construções com a primeira

pessoa plural: padrão antigo - *nós* com *-mos* (*nós moramos*); não padrão - *nós* sem *-mos* (*nós mora*); padrão emergente - *a gente* sem *-mos* (*a gente morou/a gente mora*). Os dados analisados provêm de quatro amostras do português brasileiro - Santa Leopoldina-ES, Baixada Cuiabana-MT, Goiás e Vitória-ES - e foram analisados em oposições binárias e ternárias, por programas estatísticos da série Varbrul. Os resultados indicam que a restrição mais importante é o grau de facilidade da percepção da diferença entre formas com e sem o morfema *-mos*, conhecida como saliência fônica: quanto maior a saliência fônica, maior a possibilidade de usar a forma com *-mos*. Como parte de um fluxo de padronização, a construção nominal *a gente*, do substantivo latino singular *gens gentis* ‘tribo’, é inserida no sistema pronominal como primeira pessoa do plural, o que cria um padrão emergente, *a gente* sem *-mos*. Estas questões levaram os autores a (1) propor uma hierarquia da saliência levemente modificada, denominada de hierarquia da proeminência, (2) discutir análises binárias e ternárias e (3) concluir que processos diacrônicos de séculos passados emergem da análise sincrônica de dados hoje disponíveis. O artigo de Dante Lucchesi e Jurgen Souza analisa o efeito do contato entre línguas na realização dos pronomes reflexivos na fala de comunidades rurais formadas predominantemente por descendentes diretos de africanos trazidos para o Brasil como escravos. Os autores defendem que o processo de nativização da variedade de segunda língua falada por milhões de africanos escravizados e índios aculturados não teve a intensidade dos processos típicos de criouliização, mas desencadeou mudanças no sentido da simplificação morfológica que caracteriza o português popular em oposição ao português da elite letrada brasileira, atualmente. Desse processo resultou uma redução no uso dos pronomes reflexivos na constituição histórica da variedade de português analisada, o português afro-brasileiro, que, em princípio, deve exibir os efeitos mais notáveis do contato entre línguas, entre as variedades atuais do português no Brasil. A verificação empírica dessa hipótese foi feita com base em uma análise sociolinguística da fala vernácula de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia na atualidade. A análise em tempo aparente das variáveis sociais apontou para uma mudança em progresso no sentido do aumento do uso dos pronomes reflexivos nas comunidades estudadas. Essa mudança se enquadra no nivelamento linguístico previsto na visão da polarização sociolinguística do Brasil, no qual os modelos urbanos de prestígio são difundidos para todos os estratos sociais em todas as regiões do país. Esses resultados confirmaram a hipótese inicial, com base na interpretação de que a redução no uso dos pronomes reflexivos provocada pelo contato entre línguas no passado estaria sendo revertida agora por influências externas às comunidades de fala analisadas. Seguimos esta seção com a análise de Christina Abreu Gomes, Thiago Amaral e Lídia Prado, que trata da expressão do plural em nominais no PB em palavras terminadas em ditongo oral decrescente, como em *chap*[εʊs] ~ *chap*[εɪs] e *pap*[εɪs] ~ *pap*[εʊs], observando o indivíduo, a escolaridade e o papel do léxico. O estudo adota as hipóteses da variação como representações baseadas em “exemplares”. Especificamente, adota a hipótese de que diferentes experiências

com a língua podem levar a diferentes inferências de padrões no léxico. Os resultados obtidos através de dois testes de produção elicitada de formas de plural, um contendo pseudopalavras e outro com palavras do PB de baixa frequência de ocorrência, aplicados a 55 indivíduos distribuídos em dois níveis de escolaridade, mostraram a alternância entre as duas formas nos dois testes, com predominância do plural *-is* no teste de palavras do PB, resultado semelhante aos de outros estudos. Isso evidencia a importância da alta frequência desse tipo de plural na língua para as palavras terminadas em ditongo oral decrescente. Os resultados também mostraram uma grande variabilidade entre os indivíduos, indicando que, embora o mecanismo cognitivo de inferência e atribuição de padrões seja o mesmo para todos os falantes, a base para a inferência e para a constituição do léxico pode ser diferente entre os falantes. Finalmente, temos o artigo de Elaine Marques Thomé Viegas, que mostra os resultados de uma análise da ocorrência de um advérbio locativo à esquerda do Sintagma Preposicionado locativo (*aqui em casa*), num estudo em tempo real de curta duração, com base em amostras de fala culta da cidade do Rio de Janeiro (NURC), nas décadas de 1970 e de 1990. Seus resultados apontam que a preposição *em* e um SP locativo [+definido], entre os quais estão os topônimos, favorecem o uso do advérbio. Os estudos de tendência e de painel revelam que a comunidade pode ser considerada instável e o indivíduo estável, admitindo a hipótese de uma mudança geracional. A autora recolhe dados de fala da cidade de Lisboa, e, mesmo sem amostras comparáveis para ambos os estudos, os resultados percentuais indicam que o fenômeno é igualmente atestado na língua oral.

Voltando-nos para a variação e mudança em sintaxe, sob diversas perspectivas teóricas, temos cinco artigos que finalizam este número especial. Num desses artigos, Violeta Virgínia Rodrigues faz um percurso de seus estudos sobre os conectores que introduzem as estruturas hipotáticas - comparativas, condicionais, concessivas, modais, consecutivas, finais – que tiveram como motivação inicial sua participação no projeto NURC como aluna de Iniciação Científica da homenageada. A autora conclui que as inovações de uso constituem, na verdade, empregos de conectores já existentes na língua e que estão se comportando de forma diferente no cotexto e contexto em que se manifestam, ratificando a influência da gramaticalização na formação e explicação/compreensão do quadro dos conectores do Português e sua polifuncionalidade. Questões envolvendo a retomada de um tópico discursivo ou marcado aparecem em três análises. A análise de Cecília Mollica, Daillane Avelar e Hadinei Batista aborda o efeito do letramento e da tecnologia na mudança linguística, em um estudo das anáforas pronominais em construções relativas em diferentes funções sintáticas. O material analisado é extraído das entrevistas do PEUL, da mídia televisiva e de produções textuais de escolares. Os resultados apontam para a tendência de a cópia do relativo ser prevalente na função de sujeito com valor de tópico como estratégia de focalização e confirmam a trajetória das relativas cortadoras no PB. Testes com ferramenta tecnológica não comprovam a percepção dos falantes em relação às

construções, embora haja algum impacto do letramento formal, que concorre para empregos de construções e de estilos monitorados, retraindo a mudança no sentido contrário ao curso natural que vem tomando no português do Brasil. Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva e Eliaine Belford Gomes apresentam resultados recentes sobre a investigação da estrutura [SN + Pronome Anafórico + Verbo], no Português Brasileiro, como se verifica em: “*Esse material teórico ele* vai subsidiar também as discussões...”, na qual um pronome anafórico (ele) aparece, retomando o SN (esse material teórico). A pesquisa investigou a modalidade oral, através da análise de um *corpus* produzido em situações reais de uso e constituído por vídeos do site “www.youtube.com”, a partir do ano de 2010. Recorrendo a princípios da Linguística Funcional e da Sociolinguística Variacionista, foi investigada a ocorrência dessa estrutura em três gêneros discursivo-textuais: sermões religiosos, entrevistas televisivas e aulas expositivas. Foram apontados como favorecedores da retomada pronominal a presença de material interveniente entre SN e Verbo, a mudança de função sintática e o traço de animacidade. Além da análise desses contextos linguísticos, foi feita, também, uma breve comparação de aspectos prosódicos das formas variantes, em que se verificou a presença de movimentos melódicos que permitem diferenciar uma estrutura da outra. Algumas comparações com o trabalho de Dinah Callou *et alii*, que foi pioneiro na análise prosódica da estrutura em análise, são apresentadas. Mônica Tavares Orsini, Carolina da Silva Alves e Carolina Gil da Silva investigam a construção de tópico, particularmente usada na escrita, introduzida por uma locução prepositiva (*quanto a*, por exemplo), a que as autoras se referem como “tópico pendente”, e sua retomada na função de sujeito da sentença-comentário. Seu objetivo é verificar a expressão do sujeito pronominal – nulo ou expresso, na escrita “cultura” de jornais, sob a hipótese de que a escrita revelaria a tendência verificada na fala: realizar o sujeito pronominal. Embora o número de dados obtidos seja pequeno, dada a baixa frequência de uso das estruturas, os resultados apontam que, na escrita culta brasileira, o sujeito preenchido, nessa estratégia de tópico marcado, é preferencialmente um pronome nominativo de terceira pessoa, que se encontra adjacente ao tópico, do ponto de vista sintático, e reúne os traços semânticos de [- animado] e [+ específico]. Conclui este número o artigo de Mary Aizawa Kato e Maria Eugênia Lammoglia Duarte, que aborda um tema que perpassou alguns dos artigos aqui apresentados – o de Avelar, o de Cavalcante, e os de Mollica *et alii*, Paredes Silva e Gomes, e Orsini *et alii*: os efeitos da mudança na remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo. As autoras analisam justamente as mudanças ocorridas no português brasileiro (PB) em relação à possibilidade de sujeitos nulos e propõem, à luz de evidências empíricas, que a atual distribuição de sujeitos nulos e expressos é definida nas interfaces: no nível da Forma Lógica, uma restrição “Evite pronomes não referenciais” explicaria o não desenvolvimento de um expletivo lexical, enquanto, na Forma Fonológica, haveria uma restrição do tipo “Evite V1”, considerando que as línguas têm filtros em relação ao ritmo. Tal restrição nada tem a ver com a presença de um constituinte XP (uma projeção máxima) no especificador de CP, como nas

línguas V2, mas com um requisito fonético. Isso significa dizer que o elemento inicial pode ser um núcleo (como a negação, um advérbio leve) ou um XP (um SP, um SAdv, por exemplo) ou ainda um elemento discursivo.

Finalizada a apresentação deste volume, passamos aos agradecimentos àqueles que estiveram tão presentes nesta empreitada.

Agradecemos aos autores, que prontamente aceitaram nosso convite nessa homenagem. É uma honra ter aqui vários dos mais representativos nomes nos estudos linguísticos no Brasil e além-mar. Nossos agradecimentos à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, representada pelo Professor Dau Bastos. Agradecemos ainda, de modo muito especial, à chefe de revisores da Diadorim, Professora Ana Paula Belchor e aos colegas que nos auxiliaram na revisão final dos artigos: Aline Ponciano dos Santos Silvestre, Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado, Dennis Castanheira, Eduardo Patrick Rezende dos Reis, Izabella Domingues Machado, Luan de Sousa Guimarães, Monique Débora Alves de Oliveira Lima e Thiago Laurentino de Oliveira. Finalmente, nossos agradecimentos ao pessoal da área técnica, em especial, a Rafael Laplace de Andrade e Gustavo Gusmão, responsáveis pela diagramação da revista.

Desejamos a todos uma boa leitura.

As organizadoras

Carolina Serra e Eugênia Duarte



Dinah, como você não há!...

Kate Lúcia Portela¹

Não há....
Nunca vi igual.
Modesta, por sinal.

Intelectual,
com um saber sempre atual.

Independente,
uma professora experiente.

Verdadeira.
Brilhou em sua carreira.

Dinah, como você, não há!...

Você é a própria Variação.
Uma?
Dinah são muitas!

¹ Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: kateluciaportela@gmail.com. Ex-orientanda de Dinah Callou, atualmente escritora e contadora de histórias.

Recebido em: 07/11/2018

Aceito em: 27/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Dinah, como você não há!...

Como é bom fazer parte da sua história,
com tantos momentos guardados na memória!

Como é bom saber que tantos admiram você, o “ser”, o “ter”, o “haver”...

Eu sou uma.

A você, dedico estas linhas,
Que não minhas...

São de todos os que a encontraram,
e por isso se reinventaram!

Sua vida é pura poesia,
A mais perfeita monografia!

Dinah, como você não há!...



**ASPECTOS DA HISTÓRIA SOCIOECONÔMICA E LINGUÍSTICA DO
BRASIL**

**ASPECTS OF THE SOCIOECONOMIC AND LINGUISTIC HISTORY OF
BRAZIL**

Carlos Alberto Faraco¹

Resumo

O objetivo do texto é discutir aspectos da história socioeconômica e linguística da sociedade brasileira. Busca-se analisar os efeitos sociolinguísticos da formação mercantilista escravocrata, própria do período colonial; do capitalismo industrial e do capitalismo tardio. O texto se fundamenta numa ampla revisão bibliográfica e mostra que a sociedade brasileira do século XXI alberga, conflituosamente, os efeitos socioeconômicos e linguísticos da formação colonial, do desenvolvimento precário do capitalismo industrial e dos desafios trazidos pelo capitalismo tardio.

Palavras-chave: Português brasileiro; História socioeconômica; História linguística.

Abstract

The aim of this article is to discuss aspects of the socioeconomic and linguistic history of the Brazilian society. It offers an analysis of the sociolinguistic effects of the slave-based mercantilist formation, proper to the colonial period; of industrial capitalism and of late capitalism. The text is based on an extensive bibliographic review and it demonstrates that present Brazilian society harbors, in conflicting relationship, the socioeconomic and linguistic effects of the co-

1 Universidade Federal do Paraná. E-mail: carlosfaraco62@gmail.com.

Recebido em: 02/11/2018

Aceito em: 27/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

lonial formation, of the precarious development of industrial capitalism and of the challenges brought by late capitalism.

Keywords: Brazilian Portuguese; Socioeconomic history; Linguistic history.

1. Apresentação

Dentre os vários temas de pesquisa a que Dinah Callou tem dedicado sua atenção, se encontram dois que coincidem com meus interesses: a história social do português no Brasil e a construção da norma brasileira de referência. No trato dos dois temas, Dinah Callou tem sido inovadora. No primeiro, desenvolveu uma exemplar análise da história social da cidade do Rio de Janeiro no século XIX e de seus reflexos linguísticos (cf. CALLOU, 2002). No segundo, entre outros importantes trabalhos, Dinah Callou estudou a normatização da variedade culta brasileira em final de oitocentos, abrindo uma senda importante de investigação ao identificar elementos fundamentais para se entender esse complexo processo, elementos que se articulam entre si – manuais de gramática, identificação dos textos-modelos para a sociedade da época e cobrança de conteúdos de provas de concurso para o magistério público – e cuja análise permite que se evite qualquer risco de estabelecer falsas generalizações (cf. CALLOU & BARBOSA, 2009).

A análise da história social e linguística da cidade do Rio de Janeiro deu diretrizes para uma dimensão pontual (localizada) do estudo da história social da língua portuguesa no Brasil. Análises pontuais como esta têm de continuar a ser feitas para alcançarmos um panorama mais detalhado das diferentes faces da expansão e consolidação do português no território brasileiro.

Ao lado dessas análises pontuais, entendo que precisamos também não perder de vista uma dimensão mais geral da história socioeconômica da sociedade brasileira e seus reflexos linguísticos mais globais. Ou seja, compor a história social e linguística ajuntando aspectos próprios de uma micro-história com aspectos próprios de uma macro-história. É um pouco desta macro-história que pretendo explorar neste texto que escrevo em homenagem a Dinah Callou, celebrando, com muita alegria, seus 80 anos de vida e sua profícua carreira acadêmica.

2. Os centros propulsores

A formação da sociedade brasileira resultou de processos muito heterogêneos e conectados não a um, mas a vários centros propulsores. A dinâmica colonial foi delimitando *ilhas* socioeconômicas que só vieram a se ligar mais regularmente no século XVIII, como consequência da descoberta do ouro na região central da colônia, e só constituíram um todo politicamente configurado e estável a partir da segunda metade do século XIX. Essa complexidade histórica teve diversos efeitos sobre o perfil sociolinguístico da sociedade, como veremos adiante.

Os principais centros propulsores da ocupação do território e do estabelecimento das

diferentes *ilhas* socioeconômicas foram (entre parênteses, a data da respectiva fundação): São Vicente (1532)/São Paulo (1554), Olinda (1535)/Recife (1537), Salvador (1550), São Luís (1612)/Belém (1616).

Posteriormente, com a descoberta do ouro em Minas, o Rio de Janeiro, fundado em 1565, foi adquirindo especial relevância a ponto de se tornar, em 1763, a capital do Estado do Brasil. Era o principal porto de saída do ouro para Portugal e o núcleo urbano de referência da progressiva ocupação do vale do rio Paraíba do Sul, região que concentrou as fazendas de café – cultura que, introduzida no século XVIII, se transformou na principal fonte de riqueza do Brasil no século XIX e início do XX. Por tudo isso, o Rio de Janeiro acabou por se tornar também o principal porto do tráfico de escravizados africanos até sua efetiva abolição em 1850, depois de 40 anos de delongas e chicanas legais e jurídicas (cf. MAMIGONIAN, 2017; SCHWARCZ & GOMES, 2018).

Olinda foi a cidade-sede da Capitania de Pernambuco, região onde se desenvolveu com sucesso o plantio extensivo da cana-de-açúcar e donde partiu a progressiva ocupação do litoral e do interior do Nordeste. A cidade, e parte da região açucareira, foi invadida e ocupada no século XVII pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais como parte de seu projeto de dominar a produção e o comércio mundial do açúcar. Ali permaneceram de 1630 a 1654. Estiveram também envolvidos, nesse mesmo período, com o tráfico de escravizados africanos, tendo, para isso, ocupado vários entrepostos portugueses da costa da África, Angola inclusive.

De São Vicente, por sua vez, partiu a ocupação do litoral sul e, posteriormente, de São Paulo, a ocupação do interior: o vale do rio Tietê, o Sul, o Centro-Oeste e o sertão de Minas Gerais, onde, no fim do século XVII, foi descoberto ouro, alterando substancialmente a realidade socioeconômica do Brasil.

Salvador foi sede do governo geral da colônia de 1550 a 1763. Dali partiu a ocupação do Recôncavo Baiano, de partes do sertão nordestino e, juntamente com Olinda, do vale do rio São Francisco, onde se desenvolveu principalmente a criação de gado. A região litorânea estava ligada à economia açucareira. Nesse contexto, o porto de Salvador se tornou um dos mais importantes da América. Era um dos pontos nucleares do comércio do império colonial português, mantendo vínculos estreitos com Lisboa, com a África e mesmo com a Ásia. Teve, em consequência, papel central no tráfico de escravizados africanos até, pelo menos, o início do século XVIII.

São Luís foi o primeiro núcleo urbano de apoio à ocupação da região norte do território, a vasta bacia do rio Amazonas. Sediou a administração do Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado em 1621, até o início do século XVIII, quando a capital foi transferida para Belém e o Estado renomeado de Grão-Pará e Maranhão.

Em cada uma dessas *ilhas* (*os Brasis*, como eram chamadas à época – cf. RICUPERO,

2017, p. 79; e SILVA, 2011, p. 26), desenvolveram-se formações socioeconômicas com características bastante específicas – especificidades que se refletiram diretamente sobre a realidade sociolinguística. Assim, no Nordeste, a conquista de terras para a cana-de-açúcar desbaratou boa parte da população indígena por um conjunto de fatores, tais como as doenças, as guerras, a fuga para o sertão, a escravização e a própria miscigenação, o que abriu espaço para o português logo se tornar ali a língua dominante.

Por outro lado, já na segunda metade do século XVI, a região começou a receber – sempre em número crescente – os escravizados trazidos da costa africana para sustentar a produção açucareira.

Para explicar a opção pela escravidão africana – que já era praticada desde o século XV em outros espaços sob domínio português, como a ilha da Madeira e o arquipélago de Cabo Verde –, os historiadores costumam destacar a dificuldade cada vez maior de acesso à mão de obra indígena pelas razões anteriormente referidas. Além disso, não se deixa de mencionar a repugnância dos homens indígenas, sobretudo entre os tupis, em trabalhar nas lavouras, atividade que, na divisão social do trabalho em sua cultura, era própria das mulheres.

A escravidão africana predominou primeiro nas áreas ligadas à agricultura de exportação do Nordeste açucareiro, e, depois, já no século XVIII, nas áreas ligadas à mineração e à produção de café.

Os historiadores apontam também que, diferentemente da situação da América do Norte, onde a população escrava apresentou crescimento endógeno, a escravidão no Brasil dependeu fortemente do tráfico pelo fato de terem sido trazidos para cá muito mais homens adultos do que mulheres. Desse modo, o tráfico de escravizados africanos, que trouxe para o Brasil entre 4 e 5 milhões de pessoas, se tornou uma atividade altamente lucrativa entre a África e o Brasil do fim do século XVI à metade do século XIX (cf. ALENCASTRO, 2000; e VAINFAS, 2001, p. 205-9).

Os africanos escravizados que aqui chegavam falavam várias línguas e, pelo processo precário de aprendizado do português a que estavam submetidos, alteraram substancialmente o panorama sociolinguístico da região e, posteriormente, de outros pontos do país, conforme argumentou Rosa Virgínia Mattos e Silva (SILVA, 2004) a propósito da formação e difusão do português popular no Brasil (v. adiante).

Calcula-se que aproximadamente 200 a 300 línguas africanas tenham aportado no Brasil (cf. PETTER, 2006). Nenhuma dessas línguas sobreviveu (salvo alguns resquícios em celebrações litúrgicas das religiões afro-brasileiras e num léxico de origem africana, corrente como uma espécie de *língua secreta*, em algumas poucas comunidades negras rurais isoladas – cf. PETTER, 2006).

As causas do desaparecimento das línguas africanas foram muitas e de difícil apreensão

pela quase absoluta falta de dados. Muito do que se pode dizer é, portanto, apenas especulativo, sem, contudo, perder de vista o fato de que é impossível falar da história linguística da sociedade brasileira sem incluir, como ingrediente fundamental, o multilinguismo, o consequente contato massivo de línguas e o aprendizado do português como língua segunda por processos de transmissão irregular.

Postos em contato num mesmo espaço, falantes de línguas muito diversas tendem a abandoná-las, buscando construir condições de interação por sobre o multilinguismo. A diversidade acaba por favorecer, nesse sentido, uma relativa uniformização. E isso pode ter ocorrido com africanos no Brasil: foram levados, por exemplo, a adotar uma ou outra língua africana que, como o quimbundo, podia funcionar como língua franca entre falantes de línguas aparentadas ou de línguas isoladas.

Mesmo essas línguas francas foram, porém, progressivamente abandonadas em favor do português. No entanto, ainda na primeira metade do século XIX (período em que continuou a entrar no país um grande contingente de africanos escravizados, talvez o período mais intenso do tráfico, apesar das sucessivas proibições legais), há indícios de que muitos escravizados, em especial os urbanos, eram bilíngues em diferentes graus.

O estudo dos anúncios de escravos fugidos que apareciam com frequência na imprensa carioca (cf. LIMA, 2012, 2014) mostra que a cidade era um verdadeiro *museu de línguas africanas* (na expressão da historiadora Mary Karasch em seu livro sobre a vida dos escravos no Rio entre 1808 e 1850). E o trabalho de Nina Rodrigues, feito no fim do século XIX, atestava também a existência de multilinguismo africano em Salvador (cf. PETTER, 2006).

Por outro lado, acredita-se que um certo número de africanos chegava ao Brasil com algum conhecimento de português em razão de virem deslocados da atividade agrícola estável nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé, constituindo, de início, uma espécie de elite trabalhadora técnica (cf. REIS, 2007, p. 82).

Faz-se também menção ao fato de que muitos escravizados aguardavam durante meses o embarque nos grandes entrepostos da costa africana (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 82), convivendo ali seja com feitores que usavam a língua portuguesa (certamente numa forma simplificada) na interação com a massa cativa multilíngue, seja com escravizados que tinham já algum conhecimento do português. Esse convívio se prolongava no interior dos navios negreiros na longa travessia do Atlântico, que variava de 35 a 50 dias (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 84).

Além disso, como mostra Almeida (2012, p. 65 e seg.), havia, nos navios negreiros, escravizados-intérpretes – africanos que se *explicavam bem em português*, e que faziam a ligação entre os capitães e a massa dos cativos para prevenir revoltas e possibilitar a veiculação de ordens. Eram, em geral, africanos de diferentes nações, “o que demonstra um recrutamento

cuidadoso de escravizados ou livres para superar as barreiras linguísticas” (ALMEIDA, 2012, p. 66). Eram muito valorizados pelos capitães, que, para ganhar sua lealdade, lhes dispensavam tratamento especial, permitindo, por exemplo, que comessem com os outros marinheiros e não fossem agrilhoados (ALMEIDA, 2012, p. 66).

Eram situações como essas que favoreciam a adoção do português como língua franca pelos escravizados, mesmo que precariamente. A maioria deles certamente não tinham esse conhecimento ao chegar e aprendiam o português mais rápida ou lentamente dependendo dos diferentes contextos socioeconômicos para os quais eram deslocados (cf. REIS, 2007, p. 81).

Dentre as muitas razões para o abandono das línguas francas africanas, talvez a mais importante tenha sido o comércio interno de escravizados decorrente dos deslocamentos dos centros econômicos do Nordeste para Minas e, depois, para o vale do Paraíba do Sul. Contingentes de escravizados foram, assim, transpostos para outras regiões e contextos, redefinindo seu quadro de relações e, com isso, sendo forçados a alterar seus usos linguísticos.

E aqui entram, na nossa história sociolinguística, os muitos efeitos da descoberta do ouro em Minas Gerais na década de 1690. Durante os 70 anos seguintes, fluíram para lá grandes contingentes populacionais, vindos das mais diversas *ilhas* coloniais e da própria metrópole. Foi a primeira grande movimentação populacional da história do Brasil, da qual resultou um progressivo redesenho da ocupação do território e do ordenamento social e econômico do conjunto da colônia.

Calcula-se que, de 1700 a 1720, foi superior a 150 mil pessoas a massa humana que se dirigiu a Minas vinda das várias *ilhas* coloniais (cf. BUENO, 2003, p. 101), incluindo escravizados deslocados das regiões canavieiras do Nordeste.

A população cativa da região aurífera por volta de 1720 já somava 45 mil pessoas, “cifra que cresceu para a marca de 95.366 em 1745 e alcançou 174 mil em 1786” (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 122). Somavam-se em Minas os escravizados trazidos do Nordeste com aqueles muitos outros que continuaram a ser trazidos da África pelo tráfico.

De Portugal, entre 1701 e 1760, vieram aproximadamente 600 mil pessoas – uma verdadeira avalanche de gente, cerca de 10 mil por ano, em contraste com o caráter restrito do processo migratório dos dois séculos anteriores pelo qual não mais que 100 mil portugueses teriam aqui desembarcado (cf. VENÂNCIO, 2007, p. 71).

Além desse portentoso incremento populacional, estabeleceram-se, para garantir o abastecimento da região mineira (que, de início, passou por vários ciclos de fome – cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 115), redes de comércio com São Paulo e o Sul; e com a Bahia e o Nordeste, acrescidas da ligação com o Rio de Janeiro. Começavam, assim, a ser amarradas as diversas *ilhas* coloniais num todo territorial e político.

A progressiva unificação territorial que a descoberta do ouro proporcionou; o deslocamento de grandes contingentes populacionais para a região aurífera; a vinda maciça de portugueses metropolitanos; as redes comerciais que se criaram para o abastecimento das Minas Gerais (unindo o Centro, o Nordeste, o Sul, São Paulo e o Rio de Janeiro e, assim, favorecendo o trânsito inter-regional da língua portuguesa); o estabelecimento de uma sociedade urbana em grau até então nunca visto nos espaços coloniais (o que fez surgir e crescer um segmento socioeconômico médio e letrado praticamente inexistente nos séculos anteriores) – todo esse novo quadro econômico e social teve um impacto duradouro na história da língua portuguesa no Brasil, seja em sua dimensão dita culta, seja em sua dimensão dita popular.

Ocorreu, no século XVIII, uma verdadeira virada sociolinguística com o português entrando numa curva ascendente como língua de uso geral na sociedade brasileira. Ou, para usar a expressão de Dante Lucchesi (2008, p. 154), deu-se aí a “primeira vaga de lusofonização do Brasil”.

Diante do novo quadro econômico e social criado pela descoberta do ouro, o multilinguismo generalizado dos dois séculos anteriores começava, aos poucos, a perder terreno. Não ainda na Amazônia (que só veio a conhecer sua lusofonização no fim do século XIX e início do XX), mas já no Estado do Brasil.

A hegemonia da língua portuguesa na sociedade brasileira não se deu, portanto, do dia para a noite, nem estava dada já no século XVI. Foi antes o resultado de um processo de longa duração intrinsecamente interligado com fatores socioeconômicos.

3. Perfil sociolinguístico inicial

O Nordeste, pela sua inserção na principal atividade agrícola-comercial do período, mantinha estreita vinculação com a metrópole e abrigava o principal centro administrativo da colônia, residência dos altos funcionários coloniais – governadores, magistrados, clérigos e militares. Desse modo, foi a região em que a língua portuguesa se implantou mais rapidamente, seja na sua vertente prestigiada (praticada pelos funcionários da alta administração e pela elite econômica), seja na sua vertente dita popular, caracterizada por profunda erosão de aspectos morfossintáticos decorrente de seu aprendizado como língua segunda, em processo de transmissão linguística irregular, pelos segmentos populacionais subalternos e escravizados: indígenas, africanos e seus descendentes (cf. LUCCHESI, 2015).

Já a região de São Vicente e São Paulo – embora São Vicente tenha tido, de início, seus engenhos – não se distinguiu como produtora extensiva de açúcar. Não esteve, portanto, diretamente inserida na dinâmica mercantil exportadora como o Nordeste. A subida para o planalto e a fundação de São Paulo acabaram por direcionar a sociedade que aí se construiu para outras atividades econômicas, como a criação de gado e a produção agrícola voltada antes para um

mercado interno do que para a economia exportadora. Por isso tudo, as relações com a metrópole eram menos frequentes e intensas aqui do que o eram no Nordeste açucareiro.

Os paulistas se dedicaram também à busca de ouro e prata (o que os levou ao sertão de Minas Gerais e ao Centro-Oeste) e à captura e escravização dos indígenas, o que os levou para o Sul, onde se encontravam grandes contingentes de população indígena nas reduções criadas pelos jesuítas espanhóis na bacia do rio Paraná.

Em todo esse processo, os paulistas estabeleceram e consolidaram alianças com as nações indígenas que não lhes eram hostis. Dessas alianças decorreu um convívio mais duradouro com os indígenas de etnias não escravizadas e uma rede de relações familiares miscigenadas que deram à região um perfil sociolinguístico muito diverso do que aquele que se via no Nordeste.

Essas alianças foram facilitadas, quando da chegada dos europeus, pelo costume dos povos do macro grupo tupi-guarani de se aliarem com grupos próximos por meio de casamentos. Como se pode ler em Caldeira (2017, p. 33), a aceitação do forasteiro se fazia pelo casamento de aliança com uma filha de chefe, simbolizando o pacto que se fazia com todo o povo do noivo.

Se entre os indígenas as alianças eram principalmente por interesse bélico, as que se realizaram com os europeus visavam também os benefícios oriundos do escambo por objetos de ferro. Houve dessas alianças em vários pontos do território. Muitas terminaram em desentendimentos e conflitos. Em São Vicente/São Paulo, porém, as alianças foram duradouras, o que estimulou a miscigenação e a constituição de inúmeras entidades familiares reunindo homem português e mulher indígena. Foi por essa via que passou a predominar, na área sob controle paulista, a chamada *língua geral paulista* e assim foi até quase o fim do século XVIII (cf. HOLANDA, 2010 [1944]). A sociedade que aí se constituiu, não fossem a descoberta do ouro em Minas Gerais e as profundas alterações socioeconômicas que dela decorreram, caminhava, certamente, para um quadro de diglossia com boa parte da população falando uma língua de origem indígena ao lado de uma minoria de fala portuguesa (e, em muitos casos, bilíngue), à semelhança, talvez, do que se encontra ainda hoje na sociedade paraguaia.

Um quadro muito parecido se desenvolveu na região amazônica. Ali também, a partir do Maranhão, portugueses – seja para as guerras com outras etnias, seja para expedições de entrada pelo rio Amazonas e sua bacia – se aliaram aos tupinambás. Sendo os indígenas mais numerosos que os portugueses, estes adotaram sua língua, que veio a se transformar na *língua geral amazônica*.

Esta foi língua franca na Amazônia até o fim do século XIX. Está hoje restrita a áreas do Alto Rio Negro em consequência de vários eventos históricos que reconfiguraram a demografia e a vida econômica da Amazônia (cf. FREIRE, 2004), tais como a revolta dos cabanos, de 1835 a 1840, em cuja violenta repressão calcula-se que foram mortas 40 mil pessoas (um quarto da população recenseada da região), todos falantes da língua geral amazônica. Por outro lado, à

época em que se deu o ciclo econômico da borracha (1870-1912), perto de 500 mil nordestinos, todos falantes de língua portuguesa, se deslocaram para a Amazônia, contribuindo para uma significativa lusitanização linguística da região. Por fim, a introdução da navegação a vapor na bacia do Amazonas reduziu drasticamente a circulação das antigas canoas e o contato regular entre as populações ribeirinhas, que foram abandonando o uso da língua geral.

No processo de consolidação e difusão da língua geral amazônica, tiveram papel determinante os missionários jesuítas que, em 1638, receberam da Coroa o governo temporal e espiritual dos povos indígenas amazônicos (cf. MAGALHÃES, 2011). A ação dos jesuítas na Amazônia se identificou de tal modo com a língua geral que foi este um dos pontos cruciais do conflito que se estabeleceu, a partir de 1750, entre os missionários e o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão ao tempo da administração do marquês de Pombal (1699-1782) como ministro do rei D. José I (1714-1777 / rei de 1750 a 1777).

Pombal enviou, em 1750, seu irmão, Francisco Xavier Mendonça Furtado (1700-1769), como governador com a missão de supervisionar o cumprimento do Tratado de Madrid, assinado naquele mesmo ano e pelo qual Espanha e Portugal definiram as fronteiras de suas respectivas colônias na região amazônica. Chegando em Belém, Mendonça Furtado se deu conta do poder econômico e político dos missionários e da inexpressiva presença da língua portuguesa entre a população local. Não demorou a entrar em choque com os jesuítas, que tinham o controle de fato da região havia mais de um século e usavam, em suas missões e na gestão de suas vastas propriedades econômicas, exclusivamente a língua geral.

Mendonça Furtado tomou várias medidas contra os missionários, obtendo de seu irmão ministro leis que: (a) tiraram dos jesuítas o governo temporal das aldeias, que foram todas convertidas em vilas; (b) emanciparam os índios, equiparando-os juridicamente aos demais cidadãos; (c) estimularam os casamentos de portugueses com mulheres indígenas. E, na sequência, obteve a publicação, em 1757, de um amplo documento – o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão* – que definia toda uma nova política para as populações indígenas, invertendo o que tinha sido feito desde o século XVI: abandonava-se a política anterior de delegar aos jesuítas o governo temporal e espiritual dos povos indígenas e buscava-se sua vinculação à esfera do Estado (cf. ALMEIDA, 1997).

Nesse mesmo documento, buscava-se dar novo rumo à questão linguística do território. A política linguística relativa aos povos indígenas tinha sido até então pouco incisiva e bastante oscilante. As ordens reais ora recomendavam o ensino de português tão logo os índios tivessem sido catequizados, ora incentivavam o conhecimento e o uso da língua geral (cf. MARIANI, 2004). O *Diretório*, em seu parágrafo 6, condenou explicitamente a língua geral como *invenção verdadeiramente abominável e diabólica* e proibiu aos índios vivendo nas vilas o uso das línguas próprias de suas nações e da língua geral. Curiosamente, esse texto não estendia essa última proibição aos demais segmentos da população que eram também falantes, em sua maio-

ria, da língua geral. O *Diretório* determinava que, nas aldeias agora transformadas em vilas, fossem estabelecidas escolas nas quais se deveria ensinar português, meta que nunca chegou a ser cumprida, como mostra a documentação da época (cf. FREIRE, 2004).

Essa lei – embora muitas vezes louvada equivocadamente como responsável pela hegemonia da língua portuguesa no Brasil (cf., entre outros, LIMA, 2012) – teve pouco resultado prático (cf., FARACO, 2016, p. 98 e segs.). Para confirmar essa afirmação, basta ler a pormenorizada análise que Freire (2004) fez da história social das línguas na Amazônia. A língua geral amazônica só começou a perder falantes na segunda metade do século XIX e não como efeito do *Diretório* (revogado em 1798), mas das profundas mudanças demográficas e econômicas que ocorreram na região.

Apesar de ter se exaurido antes mesmo de ser posto em prática, o *Diretório* – cujas determinações foram estendidas ao Estado do Brasil em 1758 – certamente serviu para alimentar, entre os administradores e a elite colonial, o imaginário de uma sociedade monolíngue, que até hoje é repetido acriticamente, mas com orgulho, seja em discursos oficiais (cf., por exemplo, entre outros, o discurso de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003), seja no discurso de senso comum.

Se foi preciso mais de um século ainda depois do *Diretório* para que o português se tornasse, em decorrência de vários fatores socioeconômicos, efetivamente a língua hegemônica da Amazônia, as forças do imaginário já operavam com o interdito das línguas indígenas e da língua geral. Marginalizados e depreciados seus falantes, a sociedade brasileira deixou de ouvir suas vozes e deu vazão ao imaginário de um país monolíngue.

Esse imaginário, embora ainda muito ativo nos discursos sobre a língua no Brasil, tem sido confrontado, nos últimos anos, em particular a partir da Constituição de 1988 que, se, de um lado, incluiu, pela primeira vez na história constitucional brasileira, um artigo que declara o português como a língua oficial da República, reconheceu, de outro, também pela primeira vez, o direito dos povos indígenas (art. 231) a “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

A Constituição de 1988 ainda não chegou a declarar o Brasil como uma sociedade multilíngue e multicultural (como já ocorreu nas Constituições do México e da Bolívia, por exemplo), mas acolheu, depois de séculos de ostracismo, seus povos indígenas e reconheceu sua individualidade e especificidade, em especial o domínio sobre a terra que ocupam, um dos pontos de grandes conflitos (que, mesmo hoje, chegam a ser sangrentos) entre os indígenas e as frentes de expansão agrícola e mineradora.

De qualquer forma, insistir no imaginário de país monolíngue é virar as costas para a realidade multilíngue da sociedade brasileira. Ao lado da indiscutível hegemonia da língua portuguesa, não se pode deixar de fazer referência às quase duas centenas de línguas indígenas

(pequena parcela que restou do genocídio e glotocídio do processo colonizador – a maior parte a caminho da extinção); às aproximadamente três dezenas de línguas de herança (desde as mais antigas, trazidas por imigrantes germânicos, eslavos, italianos, árabes e japoneses, até as mais recentes, trazidas por imigrantes coreanos, chineses, sul-americanos ou haitianos); aos resquícios de línguas africanas nas cerimônias ritualísticas das religiões afro-brasileiras; à língua brasileira de sinais (LIBRAS); e à rede de relações interlinguísticas, um quase bilinguismo, que se desenvolve nas fronteiras principalmente com o espanhol, mas também com outras línguas como o guarani, o francês e a língua crioula da Guiana Francesa, o inglês e a língua crioula da República da Guiana.

4. O emergir das duas grandes variedades do português brasileiro

Rosa Virgínia Mattos e Silva – somando os dados da mobilidade populacional com a demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX (período em que nunca passou de 30% o percentual de portugueses e lusodescendentes não mestiços; e em que a população africana e de afrodescendentes chegou a constituir aproximadamente 60% do total) – concluiu que foram os africanos e afrodescendentes os grandes responsáveis pela difusão pelo território brasileiro do chamado português popular (cf. SILVA, 2004, p. 130).

O português, na experiência interacional de milhões de aloglotas (falado, portanto, basicamente como língua segunda) – que viviam em posição socioeconômica subalterna, sem direito à escolarização e, por consequência, sem acesso continuado e frequente a modelos consistentes de prestígio – foi passando por transformações, caracterizadas em especial por simplificação ou eliminação de certas estruturas, em especial da morfologia flexional, que desembocaram no português popular brasileiro.

Esse processo, chamado de transmissão linguística irregular, se diferencia da crioulição típica porque dele não emerge uma nova língua, mas variedades de uma mesma língua (cf. LUCCHESI, 2015). É, portanto, do contato entre línguas e da adoção do português como língua segunda por aloglotas escravizados (e sua posterior nativização) que nasceram as variedades do português popular e se criou a divisão e a polarização sociolinguística da sociedade brasileira. Esta realidade sociolinguística polarizada ainda forte no país foi, portanto, efeito direto da profunda divisão socioeconômica característica da sociedade colonial escravocrata e da transmissão linguística irregular.

Com esse amplo panorama, temos elementos não só para explicar o conjunto de variedades populares do português brasileiro, mas também para explicar sua extensão territorial e relativa uniformidade; e, por fim, para entender o desprezo ainda hoje tão forte de que as variedades populares são alvo.

Elas tipicamente identificavam a população escravizada, a população pobre, os negros

libertos, a população mestiça, a população sem direito aos bens da escolaridade e da cultura. E a *boa sociedade*, a *sociedade dos homens bons*, a *camada superior* (expressões correntes no século XIX – cf. MATTOS, 1987) não queria, em hipótese alguma, identificar-se com essa população. Se a cor da pele funcionava (e continua funcionando) como marcador social da diferença, a língua portuguesa dividida e polarizada cumpria (e continua cumprindo) essa mesma função.

O grupo social dominante – a *boa sociedade*, a elite socioeconômica e letrada, à qual se foram agregando os segmentos médios em crescimento desde a sedimentação dos núcleos urbanos da região mineira no século XVIII – constituiu, como falante de variedades prestigiadas da língua, o polo responsável pela *lusofonização por cima* da sociedade brasileira, garantindo, por seu turno, a relativa uniformidade do português brasileiro culto.

Esse grupo foi sempre proporcionalmente pequeno. Mantinha laços contínuos com a metrópole (em decorrência da rede de circulação do estamento administrativo pelo espaço colonial português – cf. BICALHO & FERLINI, 2005). Tinha acesso à formação escolar (constituía “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” – cf. CARVALHO, 2007, p. 65). E muitos de seus membros iam a Coimbra para frequentar os cursos superiores, principalmente o curso jurídico.

Carvalho (2007) considera que essa educação superior, concentrada na formação jurídica (primeiro em Coimbra e, mais tarde, também nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, criadas depois da Independência, em 1827), fornecia um núcleo relativamente homogêneo de conhecimentos, habilidades e valores a pessoas oriundas de várias regiões, inculcando nelas uma perspectiva ideológica bastante uniforme que, depois, se multiplicava em suas redes de relações e sociabilidade, garantindo uma unidade por sobre as peculiaridades regionais.

Durante o Império foi essa classe senhorial (nos termos de MATTOS, 1987) que, além de ter a grande propriedade rural em suas mãos, ocupava os cargos da alta burocracia (senadores, ministros, conselheiros de Estado, presidentes de província, magistrados, bispos, provedores da fazenda, chefes militares), circulava continuamente pelo Império no exercício da gestão pública e, transbordando assim do econômico para a organização e direção de toda a sociedade, foi a responsável pela construção do Estado Imperial e foi também responsável pela consolidação e difusão de seu modo de falar a língua portuguesa, que, pela sua história social, era típica expressão de uma sociedade em muitos aspectos semelhante à sociedade de corte (nos termos de ELIAS, 2001).

Esse grupo dominante recebeu grande impulso com a vinda da família real em 1808 e a transferência para o Rio de Janeiro da sede da monarquia. Calcula-se que vieram junto com D. João perto de 15 mil pessoas (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 166). Houve certamente um forte impacto sociolinguístico dessa avalanche humana numa cidade ainda acanhada, mas que cresceria rapidamente, pulando de aproximadamente 60 mil habitantes em 1808 para 100 mil em 1817 (cf. SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 528, nota 44).

A diminuta elite tradicional se via reforçada em seu modelo de língua que, progressivamente, foi recebendo também o suporte cultural de outras medidas advindas da presença da Corte no Brasil, como a criação da Imprensa Régia (pela primeira vez, em 300 anos, era possível imprimir livros e jornais no Brasil); a vinda da Missão Artística Francesa (1817); a criação da Escola de Medicina da Bahia (1808) e da Academia Militar no Rio de Janeiro (1810); e a criação das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (1827) e de uma rede escolar de ensino secundário nas capitais das Províncias, tendo o Colégio Pedro II (fundado em 1837) como cabeça e referência, e voltada à formação dos filhos dessa mesma elite.

É muito claro, portanto, que não se pode falar de uma história sociopolítica única da língua portuguesa no Brasil. Numa sociedade polarizada socioeconomicamente desde o início da colonização, a língua caminhou, de fato, por duas grandes trilhas paralelas, cada qual com sua própria dinâmica.

Com o passar do tempo e em meio às profundas mudanças socioeconômicas que ocorreram, em especial durante o século XX (mudanças que continuam a ocorrer), essas duas trilhas vão conhecendo uma dialética de interpenetrações que vai redesenhando o perfil sociolinguístico do Brasil, com resultados ainda não suficientemente captados pelos estudos.

Esse processo dialético é lento e complexo, mas, dadas as condições objetivas, constante e irreversível. A polarização sociolinguística e as atitudes discriminatórias negativas continuam presentes. No entanto, são perceptíveis os muitos efeitos sobre a realidade sociolinguística do país (que apontam para a emergência de um certo nivelamento linguístico da sociedade brasileira – cf. LUCCHESI, 2015) de vários fatores tais como:

- a industrialização – que se inicia nos fins do século XIX e se acelera depois das décadas de 1930 e 40 e transforma o perfil tradicionalmente agrícola do país;
- a urbanização intensiva – que, decorrente da industrialização, provocou um dos maiores êxodos rurais contemporâneos, invertendo em pouco mais de meio século a distribuição da população brasileira. Quando o século XX começou, 80% da população viviam no campo; quando terminou, restavam ali apenas 20% da população. Como a urbanização foi muito intensa e aconteceu, muitas vezes, de forma desordenada e precária (sem que a mão de obra deslocada fosse adequadamente absorvida pela dinâmica econômica), as grandes e médias cidades brasileiras têm hoje, como uma de suas características mais marcantes, cinturões periféricos ainda não inteiramente integrados à economia e à cultura urbana;
- as movimentações de expressivos segmentos populacionais entre as várias regiões, movimentações que, ao lado do êxodo rural, constituem uma das marcas do Brasil moderno e produzem um profundo redesenho demográfico do país com efeitos sociolinguísticos ainda não suficientemente perceptíveis e captados. Estão aqui as migrações

do Nordeste para a Amazônia (no fim do século XIX, ao tempo do ciclo da borracha; e, de novo, na década de 1970, com as frentes colonizadoras induzidas pelo regime militar), para o Sudeste (principalmente nas décadas de 1950 e 60, acompanhando os ciclos de industrialização) e para o Centro-Oeste (ao tempo da construção de Brasília); de Minas, São Paulo e do Nordeste para o norte do Paraná na década de 1940 e 50 (na esteira da expansão da agricultura cafeeira); do Extremo Sul para o oeste de Santa Catarina e do Paraná e, daí, para o Centro-Oeste e o Norte (acompanhando, a partir dos anos de 1940 e seguintes, as sucessivas frentes de ocupação e colonização das *terras novas* pelo excedente das populações agrícolas das antigas áreas de colonização alemã e italiana), frentes que, na esteira da produção agrícola intensiva, acabaram por chegar, nas últimas décadas, ao Pará e ao Nordeste (sul do Maranhão e do Piauí e Oeste da Bahia);

- a maciça presença dos meios de comunicação social (primeiro o rádio e, depois, a televisão), cobrindo todo o território nacional e tendo, como centros transmissores (a televisão em particular), o Rio de Janeiro e São Paulo;
- a expansão da rede escolar de ensino fundamental e a diminuição dos índices de analfabetismo (no início do século XX, 75% da população adulta brasileira eram analfabetos; no início do XXI, o índice estava em torno de 10%).

Esse conjunto de fatores – que na avaliação do historiador Daniel Aarão Reis (2014, p. 287) constituiu uma verdadeira revolução (“Houve uma revolução neste país, que não disse o seu nome, mas aconteceu”) – vem afetando de diferentes modos a realidade sociolinguística brasileira e muito do que se costuma dizer sobre ela precisará, aos poucos, ser reexaminado e redito com base em estudos sistemáticos de que são exemplos o trabalho pioneiro da linguista brasileira Stella Maris Bortoni-Ricardo (2011) e as análises de Lucchesi (2015).

Esses estudos poderão nos fornecer um quadro mais preciso dos efeitos do êxodo rural e das grandes migrações inter-regionais, que começaram no século XVIII, no período aurífero, e se intensificaram a partir do ciclo da borracha na Amazônia; da industrialização do Sudeste e da ocupação das diversas fronteiras agrícolas que foram se abrindo na segunda metade do século XX.

Que efeitos sociolinguísticos são perceptíveis na chegada dos migrantes rurais ao ambiente urbano; no encontro de nordestinos com populações ribeirinhas da Amazônia e com a população do Sudeste; no encontro de sulistas com habitantes tradicionais, povos indígenas e nordestinos no Centro-Oeste e no Norte? Como a escolarização e a presença quase universal dos meios de comunicação social afetam todas essas redes de inter-relações ainda muito cambiantes? Muitas são, portanto, as questões linguísticas em aberto na sociedade brasileira contemporânea.

Todo esse novo perfil social vai, inevitavelmente, pondo em crise os arraigados mitos e preconceitos e o anacrônico apego de segmentos médios e dominantes a um modelo irreal de língua. Está ficando, a cada dia, mais difícil manter as complexas questões linguísticas do Brasil fora do debate público. A sociedade brasileira está sendo desafiada a examinar e reconhecer sua cara linguística; a conhecer sua história sociolinguística e a responder adequadamente aos desafios linguístico-culturais postos por essa história e essa realidade.

Em síntese, o colonialismo português produziu realidades socioeconômicas muito diversas nos seus espaços coloniais sul-americanos com consequências para o perfil sociolinguístico da sociedade brasileira. A dispersão e heterogeneidade das *ilhas* coloniais limitaram, nos primeiros séculos, as possibilidades da língua do colonizador se estabelecer hegemonicamente até porque isso era de pouco valor para a produção mercantil, de um lado, e quase impossível na formação socioeconômica dos primeiros séculos na área sob influência de São Paulo.

À produção mercantil escravocrata bastava uma interlocução básica entre senhores e escravizados mediada pelos feitores. À classe senhorial pouco interessava, de fato, a língua de seus subalternos escravizados, que eram deixados, sob esse aspecto, à deriva. Tanto assim foi que, no Caribe açucareiro, em que a presença europeia era demograficamente minúscula, se desenvolveram, entre os escravizados, novas línguas, as chamadas línguas crioulas, como resposta às condições de quase impossibilidade comunicacional em suas línguas originárias, dado que eram reunidos, numa mesma plantação, falantes de línguas africanas diversas.

No Brasil, embora se repetisse a reunião, no mesmo espaço, de escravizados falantes de línguas muito diversas, não se chegou a desenvolver uma língua crioula de uso generalizado em razão, possivelmente, da maior presença de contingente populacional de origem europeia do que no Caribe, o que motivou também maior grau de miscigenação. Por outro lado, não se pode esquecer que a sociedade brasileira era mais complexa do que as sociedades agroexportadoras caribenhas. Já no século XVIII, havia uma acentuada urbanização, o que favorecia uma maior integração à vida social dos escravizados urbanos e das zonas mineradoras (cf. LUCCHESI, BAXTER & RIBEIRO, 2009, p. 62 e seg.).

O colonialismo mercantilista português deu origem, no Brasil, a uma sociedade dividida por um enorme fosso socioeconômico e polarizada, divisão e polarização que repercutiram diretamente sobre a realidade sociolinguística do país, também ainda hoje marcada por acentuada distância entre os falantes das variedades prestigiadas e os falantes das variedades estigmatizadas.

A língua portuguesa se, de um lado, garante hoje relativa unidade linguística à sociedade brasileira, de outro, sendo a sociedade ainda profundamente desigual, é fator de forte e poderosa discriminação. No fundo, estão as contradições resultantes do modo como o capitalismo industrial se estabeleceu no Brasil. Por suas fragilidades (em especial a insuficiência de capital e a dependência externa), o capitalismo industrial não conseguiu produzir mudanças estruturais

suficientes para superar as estruturas socioeconômicas arcaicas de origem colonial. O sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) dizia que o capitalismo brasileiro, por seu caráter periférico, não conseguiu realizar projetos modernizadores: não alcançou, por exemplo, nem a democratização da propriedade da terra, nem a integração socioeconômica dos afrodescendentes, nem a universalização da educação básica (cf. FERNANDES, 1975 e 1978). Desse modo, o espectro da sociedade colonial ainda assombra a sociedade brasileira em pleno século XXI.

5. O capitalismo industrial chega ao Brasil

Quando a guerra com o Paraguai terminou em 1870, a sociedade brasileira estava frente a vários dilemas econômicos, políticos e culturais. A economia escravocrata era claramente percebida como um anacronismo que contribuía para o atraso do país; o regime político monárquico estava exaurido; e a questão da nacionalidade, na qual estava embutida a questão linguística, emergia, cada vez mais acentuadamente, como crucial nos debates ideológicos.

O término definitivo do tráfico de escravizados em 1850 liberou capitais que puderam, então, ser investidos nos primeiros empreendimentos industriais. A elite econômica cafeeira, que controlava a política do Império, havia impedido, principalmente pelo controle do crédito (cf. CALDEIRA, 2017), que a industrialização e o capitalismo industrial se estabelecessem. Contudo, a liberação dos capitais com o fim do tráfico de escravizados tornou inevitável a emergência do capitalismo industrial no Brasil.

A elite cafeeira se beneficiava ainda da lógica do mercantilismo escravocrata, tendo agora o café como produto. O fim do tráfico, porém, trouxe também progressivamente uma crise de mão de obra para a produção agrícola, o que acabou por introduzir as relações capitalistas no campo. Abriram-se, então, os canais para a entrada maciça de imigrantes vindos de várias regiões da Europa e, mais tarde, do Japão, contingente populacional que, em boa parte, se inseriu na agricultura como força de trabalho remunerado.

Calcula-se que, durante a *grande imigração*, ocorrida entre 1870 e 1920, entraram no Brasil aproximadamente 4 milhões de pessoas, o que teve significativo impacto na sociedade brasileira, intensificando sua diversidade étnica, cultural e linguística. Os imigrantes trouxeram dezenas de línguas para o país, muitas ainda bem presentes em diferentes regiões, apesar das políticas repressoras do regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945).

Por outro lado, as primeiras experiências industriais, ainda que limitadas até a proclamação da República em 1889, repercutiram num incremento da vida urbana, em especial no Rio de Janeiro. A imprensa se expandiu, cresceu a demanda dos segmentos médios por educação e ampliaram-se os debates ideológicos com a propaganda abolicionista e republicana e com as questões relativas à nacionalidade.

Foi nessa conjuntura que a língua portuguesa adquiriu, pela primeira vez no Brasil, o

estatuto de disciplina escolar, o que ocorreu com a criação de cátedra específica em 1872 no Colégio Pedro II, estabelecimento que servia de modelo e referência para toda a educação secundária. Foi também nesse Colégio que teve início um intenso ciclo de produção de gramáticas escolares, em especial depois que, em 1887, foram reformulados os programas de português com vistas aos exames que habilitavam os alunos à matrícula no ensino superior. Este, por sua vez, conheceria também um crescimento a partir da década de 1890.

No mesmo período, publicou-se, ao lado das gramáticas, a *Antologia Nacional*, um manual escolar de literatura com textos representativos de autores portugueses e brasileiros. Adotava-se a literatura como importante vetor para a constituição da nacionalidade. Não por acaso veio também a público em 1888 a primeira *História da literatura brasileira*, escrita por Sílvio Romero (1851-1914), um dos chamados *intérpretes do Brasil*, intelectuais que, nos séculos XIX e XX, formularam várias teses explicativas sobre as peculiaridades do país (cf. BOTELHO & SCHWARCZ, 2009; e CARDOSO, 2013). E, em 1897, fundou-se a Academia Brasileira de Letras com o objetivo de *cultivar a língua e a literatura nacionais*.

Havia aí todo um esforço para se dar forma e sentido à ideia de uma *nação* brasileira. O país só tinha alcançado uma unidade política estável por volta de 1850 quando cessaram as várias tentativas regionais de secessão e as forças políticas haviam se aliado no programa da chamada *conciliação*, que reuniu, no gabinete ministerial de 1853 e durante os dez anos seguintes, integrantes dos dois grandes partidos políticos do Império – o Conservador e o Liberal.

Apesar da estabilidade política alcançada, havia um entendimento de que, se o Estado estava consolidado, o Brasil não era ainda uma *nação* no sentido de que faltavam à sociedade brasileira liames que garantissem a formação e sedimentação de uma identidade coletiva e solidária nacional. Era, então, preciso construir a *nação*.

Um dos primeiros a expressar esse entendimento foi Paulino José Soares de Souza (1807-1866), o visconde do Uruguai, um dos mais destacados políticos do Império e autor da revisão, em 1840, do Ato Adicional de 1834 com o qual, ao tempo da Regência, se tinha alterado a Constituição do Império, descentralizando a administração pública com a concessão de maior autonomia às Províncias. Em sua revisão, Soares de Souza buscou recuperar a centralização administrativa porque, como justificaria em livros publicados na década de 1860, o Brasil, para se manter uno e para superar lenta e gradualmente o caráter excessivamente heterogêneo e debilmente integrado de sua sociedade, precisava de um regime político centralizado (cf. FERREIRA, 2009).

Essa maneira de pensar veio a constituir uma vertente intelectual e política muito vigorosa no Brasil. De um lado, a ideia de que era necessário um Estado forte, ou seja, de um Estado centralizado e autoritário, já que o Estado liberal seria incompatível com a inexistência no Brasil de uma *nação*. E, de outro, a ideia de que seria necessário investir na construção da *nação Brasil*, o que, no fundo, só seria possível por meio de um Estado forte que intervisse na vida

nacional de modo a constituir e solidificar as amarras nacionalizantes que lhe faltavam.

Ainda nas décadas de 1920 a 1940, segmentos da intelectualidade brasileira continuavam declarando que faltava ao Brasil efetiva *unidade nacional* (cf. CARVALHO, 1987). Esse senso de falta deu suporte a boa parte do ideário político-ideológico do regime saído da chamada Revolução de 1930 – movimento político-militar que teve sua base em segmentos da classe média urbana e dos empresários industriais, tirando do poder federal a aristocracia rural cafeeira.

Esse novo regime político deu amplo apoio à intensificação da industrialização do país e se empenhou em realizar reformas educacionais centralizadoras e de conteúdo nacionalista e patriótico; e, depois do golpe do Estado Novo (1937), se voltou para as campanhas de nacionalização do ensino nas colônias étnicas do Sul do país (cf., entre outros, SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000, cap. 5; e CAMPOS, 2006, cap. 1).

Foi, portanto, um período de predominância de uma concepção ideológica fortemente nacionalista. O discurso oficial passou a defender abertamente a necessidade de se garantir a unidade nacional. Tornaram-se nucleares e articuladoras nos discursos oficiais expressões como *pátria, coesão nacional, organismo nacional, unidade nacional, nação/nacionalidade brasileira, sentimento de brasilidade*. O adjetivo *nacional* adquiriu proeminência como qualificador: *Estado nacional, governo nacional, indústria nacional, trabalhador nacional, educação nacional, segurança nacional, língua nacional* (cf., por exemplo, os principais discursos do presidente Getúlio Vargas em D'ARAÚJO, 2011).

A *língua nacional* foi objeto de referência nos discursos do presidente Getúlio Vargas como fator constitutivo da nacionalidade. Assim, no discurso de 01 de maio de 1938, dizia ele: “Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, **a unidade da língua**, a unidade do pensamento nacional” (cf. D'ARAÚJO, 2011, p. 375). Em 1940, voltava ao tema, afirmando: “Quando, em todos os recantos, em todas as latitudes, cada brasileiro mobilizar as suas energias no empenho decidido de formar **uma verdadeira comunidade de idioma**, de sentimentos, de interesses de ideais, poderemos exclamar com orgulho: o Brasil é uma grande e poderosa Nação” (cf. D'ARAÚJO, 2011, p. 428).

No ano anterior (1939), numa entrevista ao jornal *Paris Soir*, Vargas, respondendo a uma pergunta sobre a política de nacionalização dos núcleos de imigrantes, dava destaque à difusão escolar da língua portuguesa, dizendo: “A língua é um nobre instrumento de afirmação da soberania nacional” (cf. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*).

Antes de prosseguir, é interessante registrar que a tese de que o Brasil é um Estado sem nação está de tal forma enraizada nas concepções ideológicas que, ainda em 1993, a famosa banda de rock *Legião Urbana*, em seu disco *O descobrimento do Brasil*, incluiu a música *Perfeição*, de Dado Villa-Lobos e Renato Russo, em que consta (surpreendentemente?) o verso

Nosso Estado que não é nação!

Um dos caminhos que se vislumbravam para dotar o Estado brasileiro de uma nação era precisamente a educação, como defendeu, já na virada do século XIX para o XX, outro dos *intérpretes do Brasil*, Manoel Bonfim (1868-1932). A educação entendida como meio para redenção dos nossos *males de origem* identificados por Bonfim no sistema colonial e no regime escravista (cf. BOTELHO, 2009).

Já a geração de 1880, ao reformar os programas escolares, dava claros sinais de sua crença no poder constitutivo da educação para a nacionalidade. Era preciso conhecer a história e a geografia do Brasil e, acima de tudo, dominar a língua portuguesa modelarmente trabalhada pelos seus grandes escritores. Daí a *Antologia Nacional* (cf. RAZZINI, 2000). E, claro, a farta produção brasileira de gramáticas do português nas últimas décadas do século XIX, um esforço normatizador como não se vira antes no país. Essas mesmas balizas linguísticas e literárias orientaram as reformas educacionais depois de 1930 e na década de 1940 e, de certa forma, continuam como fundamento do que estipulam hoje os documentos educacionais oficiais.

A nova dinâmica econômica que começava a se instalar no Brasil sob a lógica do capitalismo industrial (este modo de produção que teve, nas suas origens, precisamente o Estado-nação como um de seus pilares no controle dos mercados) introduziu, pois, no universo ideológico brasileiro, como temas centrais, a questão do Estado e da nacionalidade. Era preciso garantir e fortalecer sua unidade política e, ao mesmo tempo, investir no traçado das grandes linhas constitutivas da nação, em especial dos vetores simbólicos e imaginários que sustentassem um ideário de coletividade nacional, tendo como base sua herança europeia e, no fundo, apenas esta. Ou seja, pensar a nação brasileira “como o desdobramento, nos trópicos de uma civilização branca e europeia” (cf. GUIMARÃES, 1988, p. 8), tarefa a exigir, claro, imensos esforços, “devido à realidade social brasileira” (*Ibidem*).

Entre outros aspectos desse grande projeto, entendia-se que, diante da heterogeneidade linguística do país e das duas grandes variedades do português brasileiro, era preciso normatizar a língua estritamente de modo que ela não se afastasse do modelo europeu.

É importante destacar, neste ponto, que foi a própria intelectualidade no Brasil que desenvolveu um discurso de subordinação à norma europeia. Portugal nunca teve efetivamente uma política aguerrida e centralizada de gestão da língua (como fez a Espanha), com exceção das ações do governo do marquês de Pombal, no século XVIII, visando coibir o uso das línguas locais (a língua geral e as línguas indígenas) na Amazônia, embora, curiosamente, estimulasse seu uso nos domínios portugueses na Índia (cf. FARACO, 2016, p. 91-94).

Teve pouca repercussão, em termos de gestão da língua, a criação, em 1779, da Academia das Ciências de Lisboa. Ela é hoje um órgão consultivo (no artigo 5º. de seus Estatutos atuais se lê que ela é “o órgão consultivo do Governo Português em matéria linguística”) e entre seus

objetivos está o de estimular o enriquecimento e o estudo da língua.

Apesar disso, a Academia não foi criada como uma instituição voltada exclusivamente a questões de língua. Embora tenha uma Seção de Letras, seus objetivos são mais amplos, alcançando questões científicas em geral. Por isso, ela nunca teve papel político semelhante ao exercido pela Academia Francesa ou pela Real Academia Espanhola.

Basta lembrar, nesse sentido, que ela só conseguiu publicar um Dicionário com sua chancela em 2001, depois de duas tentativas fracassadas, uma no século XVIII e outra no começo do XX. Nunca promoveu a produção de uma gramática de referência (como a RAE). No fundo, só a questão ortográfica lhe ocupou a atenção, embora não lhe tenha cabido a tarefa de ordená-la, quando, em 1911, o governo português fixou a chamada ortografia nacional. Recebeu posteriormente mandato para conduzir, pelo lado português, as sucessivas negociações com vistas à unificação das bases ortográficas, processo que se estendeu por todo o século XX.

Mais recentemente, porém, o governo português, ao definir a implantação do Acordo Ortográfico de 1990 (Resolução 08/2011 do Conselho de Ministros), não tomou o Vocabulário Ortográfico da Academia como referência, mas adotou o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP) produzido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), hoje vinculado à Universidade de Coimbra. Mais um sinal de que até mesmo na questão ortográfica a Academia das Ciências de Lisboa não consolidou um espaço efetivo de gestão.

Não há, portanto, e nunca houve, no contexto da língua portuguesa, uma gestão centralizada das questões linguísticas. As questões normativas resultam antes de gramáticas de autores do que de gramáticas institucionais (cf. LAGARES, 2016). E, no caso brasileiro, ela se configurou, nas últimas décadas do século XIX, como uma iniciativa autóctone, sem qualquer imposição da antiga metrópole.

O acirramento da questão linguística no Brasil teve a ver com as polêmicas que se deram em torno da literatura, em particular a propósito das obras de José de Alencar (1829-1877), romancista romântico defensor de um *abrasileiramento* da expressão literária. O pensamento conservador reagiu fortemente a esse projeto literário, criticando abertamente Alencar por seus *erros gramaticais* e defendendo uma total vassalagem dos escritores brasileiros aos padrões linguísticos portugueses (cf. FARACO, 2008, cap. 2). Para essa elite letrada, urbana e conservadora, a língua boa, verdadeira, legítima estava em outro lugar, não no Brasil.

É curioso destacar que as primeiras manifestações publicadas contra o que caracterizaria um afastamento da norma europeia apareceram na imprensa e pelas mãos não de gramáticos ou filólogos, mas de publicistas. Primeiro, publicistas portugueses radicados no Brasil e, depois, pelos próprios brasileiros.

Talvez esteja em 1842, no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), na edição de 22 de agosto (p. 1 e 2), o primeiro registro de um discurso prescritivista que, depois, tomará corpo e,

no seu formato inicial (as famigeradas listas de *erros*), ainda está entre nós. É naquela edição do *Jornal do Commercio* que aparece o texto *Observações sobre certos vícios de locução ainda muito usados, e que importaria corrigir*". Embora sem assinatura, foi atribuído posteriormente a José da Gama e Castro (1795-1873), médico português conservador (tinha sido partidário de D. Miguel na guerra civil portuguesa do início da década de 1830) que viveu no Rio de 1838 a 1842 e foi ativo colaborador da imprensa carioca.

Nesse artigo, são arrolados onze *vícios*, entre os quais a colocação pronominal ("não ha cousa que mais offenda o ouvido dos que estão acostumados a ler e ouvir fallar portuguez puro, como a viciosa collocação de certos pronomes que muita gente usa no Brazil"), o uso de *lhe* como objeto direto (*Amo-lhe de todo o coração*), a construção *Vende-se casas* ("um dos mais asquerosos solecismos"), o verbo *haver* existencial no plural (*Haviam muitas pessoas*), o uso da preposição *em* por *a* – *Fulano foi na igreja* ("é um erro mui grave"), o uso do infinitivo pessoal com o mesmo sujeito (*Muitos deputados projectárao oppôrem-se a este projecto*) e alguns casos que o autor considerava como uso errado de palavras. Uma lista aleatória, acompanhada do comentário de que haveria outros vários casos, mas que, para o momento, bastavam os onze ali apresentados. Um primeiro passo na direção dos sucessivos elencos de *vícios e erros mais comuns* que se multiplicam entre nós desde então.

Posteriormente, na década de 1870, foi autor de discurso prescritivista com relativa repercussão o advogado e jornalista português José Feliciano de Castilho (1810-1879), que tinha se estabelecido no Rio de Janeiro em 1846. Na revista por ele criada em 1871, *Questões do dia*, e sob o pseudônimo de Lúcio Quinto Cincinato, foi ácido crítico da obra *O Gaúcho*, de José de Alencar (cf. BORGES, 2012), numa série de cartas trocadas com Semprônio (pseudônimo do romancista Franklin Távora, igualmente crítico ressentido de Alencar).

Essa crítica se fazia, na verdade, como parte de um esforço para desqualificar politicamente o romancista. Alencar tinha sido preterido pelo Imperador para ocupar uma vaga no Senado e, de volta à Câmara, criticava o Imperador e fazia oposição sistemática ao gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco. Feliciano de Castilho, amigo do Imperador, tomou a si a tarefa de desmerecer Alencar. O raciocínio era mais ou menos o seguinte: se é escritor que escreve muito mal, que legitimidade política pode ter?

Castilho tomou, então, o romance publicado naquele ano e o demoliu, atacando seu enredo e personagens, mas também sua linguagem. Neste último aspecto, centrou fogo justamente na colocação dos pronomes clíticos (chegou a formular algumas regras prescritivas) que, a partir daí, foi se tornando a grande questão gramatical do prescritivismo brasileiro e encontrou, desta feita nas mãos do jornalista e crítico literário brasileiro Arthur Barreiros (1856-1885), sua quase apoteose no artigo que publicou em 1880 na *Revista Brasileira* (tomo V, 01/07/1880, p. 71-83) com o título *A collocação dos pronomes*. Nele, Barreiros começava suas ponderações sobre o tema com a seguinte observação (p. 71): "E quem se der ao trabalho de cotejar os li-

vros brasileiros com os portugueses notará (...) que é espantosa, phantasista, doida, a maneira de empregar os pronomes no periodo brasileiro”. E, na sequência, formulou mais umas tantas regras prescritivas.

Curiosamente, no necrológio de Barreiro, publicado no jornal *A Semana* (semanário do Rio de Janeiro), em 21 de fevereiro de 1885, seu diretor, Valentim Magalhães, entre os muitos elogios que fazia ao falecido, não deixou de incluir a seguinte afirmação: “Um pronome mal collocado na oração irritava-o a ponto de lhe dar febre”.

Só depois do artigo de Barreiros é que os filólogos e gramáticos entraram no debate desse assunto tão candente na onda prescritivista que assolou o Brasil nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, culminando com a polêmica sobre o texto do Código Civil.

É preciso entender essa postura conservadora e estreita em seu contexto. Ela era, no fundo, uma resposta ao perfil sociolinguístico da sociedade brasileira, dividida e polarizada entre as variedades prestigiadas dos letrados e as variedades estigmatizadas do português popular. E o mais paradoxal foi que mesmo as peculiaridades da fala culta brasileira não coincidentes com o padrão português foram logo classificadas de *erros* e têm sido sistematicamente condenadas desde então.

O problema agora não era mais as línguas indígenas. O problema era, na expressão da época, o *grosseiro dialeto do vulgo*, em especial o *pretoquês*. No fim do século XIX, temos um documento exemplar a este propósito. Trata-se de um texto escrito em 1888 por Araripe Jr. (1848-1911), um importante intelectual do fim do século XIX e início do XX (cf. PINTO, 1978, p. 234). Dizia ele que considerava equivocadas as observações do filólogo português Adolfo Coelho (1847-1919) sobre o *dialeto brasileiro* não porque não existisse tal dialeto, mas porque naquelas observações tinham sido confundidos o *falar atravessado dos africanos e outros fenômenos desta ordem* com o que se deveria considerar efetivamente como elemento novo na linguagem portuguesa.

Temos aí nominado, com todas as letras, o principal personagem a incomodar a elite letrada conservadora brasileira do século XIX (e a merecer-lhe irrestrito desprezo), ou seja, o português popular em geral, especialmente o *falar atravessado dos africanos*.

Esse incômodo vinha, porém, de longe. Nos debates parlamentares que precederam a lei de 7 de novembro de 1831 (que, em princípio e em decorrência do Tratado assinado entre a Grã-Bretanha e o Império do Brasil em 1826, proibia a importação de escravizados), o senador pernambucano Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, em sintonia com parte de seus colegas de Senado, dizia, em um de seus pronunciamentos: “o maior bem que nos resulta da abolição da escravatura (sic) [na verdade, da abolição do tráfico] (...) é arredarmos de nós esta raça bárbara que estraga os nossos costumes, a educação dos nossos filhos, o progresso da indústria e tudo quanto pode haver de útil, e até tem perdido *a nossa língua pura*” (cf. Atas do Senado,

15/6/1831, p. 366 – cit. por MAMIGONIAN, 2017, p. 75 – ênfase acrescida).

Nessas polêmicas linguísticas do século XIX, ocorreu o segundo grande momento da construção do imaginário social que ainda hoje sustenta o senso comum sobre a realidade linguística brasileira. Se do *Diretório dos Índios* saímos com a ideia de que somos um país monolíngue, do século XIX saímos com um arraigado desprezo pela nossa cara linguística: um desprezo por toda a variedade e heterogeneidade linguística do país, em especial a variação social, o português popular. No imaginário, não somos apenas um país monolíngue, somos um país uniforme linguisticamente. Se foi preciso lançar, no século XVIII, um interdito sobre as línguas indígenas; no século XIX, o interdito alcançou as variedades internas do português brasileiro. Introjeto no senso comum, este interdito nos leva à familiar e inúmeras vezes repetida afirmação de que os brasileiros não sabem falar português. Desse modo, o discurso sobre a língua portuguesa no Brasil oscila entre momentos de orgulho (por ser o país, supostamente, um *milagre* linguístico em que, num imenso território, uma só língua é falada – a ideologia do país monolíngue e uniforme) e momentos de autodesprezo (por, supostamente, os brasileiros não saberem falar bem o português – a ideologia do *complexo de colônia* – cf. OLIVEIRA & DORNELES, 2007).

Lembremos também que o processo de normatização que se conduziu, com denodo e fúria, nas últimas décadas do século XIX, instituiu entre nós um conflito entre a norma padrão (espelhada na norma europeia e cultivada pelas gramáticas) e a norma culta; ou, em outras palavras, entre a norma predicada pelas gramáticas e a norma praticada efetivamente pelos letrados brasileiros (para aproveitar as expressões de BARBOSA, 2015, p. 266) – conflito este que ainda nos persegue impiedosa e dolorosamente (cf. FARACO, 2008; e FARACO & ZILLES, 2017).

A última intervenção maciça do Estado em questões de língua veio na década de 1930, na chamada Campanha de Nacionalização conduzida pelo Estado Novo (1937-1945). O alvo eram, agora, as línguas de imigração (classificadas sempre, na legislação nacionalizante, como *estrangeiras*).

Via-se nas línguas de imigração uma ameaça à unidade territorial e nacional do país (cf., entre outros, PAYER, 1999). Negava-se a elas (como antes se fizera com as línguas indígenas) o estatuto de bens do patrimônio sociocultural do país. A política do Estado Novo reforçava, nesse sentido, a ideia de que somos um país monolíngue, uniforme e homogêneo. São expressivas, nesse sentido, as palavras do presidente Getúlio Vargas: “Temos um destino a realizar. Possuímos um vasto território, temos a mesma origem racial, **falamos a mesma língua**, temos a mesma história, a mesma religião, a mesma formação social, o mesmo sentimento de unidade pátria. Precisamos (...) fortalecer a consciência nacional” (*apud* PAYER, 1999, p. 66).

O golpe do Estado Novo foi em novembro de 1937 e, durante o ano de 1938, foram editados vários decretos-lei, determinando a obrigatoriedade do ensino primário nas escolas rurais exclusivamente em português (art. 85 do decreto-lei n. 406, de 04/05/1938; e art. 85 do decre-

to-lei n. 868, de 18/11/1938); e proibindo a edição, sem autorização do Conselho de Imigração e Colonização, de jornais, revistas ou outras publicações em quaisquer outros idiomas que não o português (art. 86 do decreto-lei n. 406, de 04/05/1938; e art. 86 do decreto-lei n. 868, de 18/11/1938)².

Mais genérico que os dois decretos-lei mencionados (que tinham as chamadas escolas étnicas como alvo), o decreto-lei n. 1.545, de 25/08/1939 (que dispunha sobre *a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros*), determinava, em seu art. 1o., a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos contribuírem para “a perfeita adaptação, **ao meio nacional**, dos brasileiros descendentes de estrangeiros”, em particular “pelo ensino e uso da **língua nacional**, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de **caráter patriótico** e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma **consciência comum**”. E, em seu art. 15, expressamente proibia “o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar”.

Essas medidas eram, de certa forma, o ponto culminante de um discurso que, desde o início do século XX, apontava as colônias de imigrantes existentes no Sul como perigosos quistos a ameaçar a unidade territorial e nacional do país. Mencionava-se em especial o *perigo alemão* (cf. SEYFERTH, 2007) porque se dizia que esses imigrantes não abriam mão de sua lealdade à terra de origem.

Concluindo

Nestas primeiras décadas do século XXI, a questão linguística no Brasil está, portanto, ainda marcada pela permanência da polarização português prestigiado/português popular, herança da sociedade colonial; e pela permanência do dilema normativo introduzido no fim do século XIX. Estão, portanto, ainda vivos e fortes, em várias dimensões da sociedade brasileira, inclusive na questão linguística, os efeitos do mercantilismo dos primeiros séculos e do capitalismo industrial do século XIX e XX.

O país, não obstante, começou a sentir, já na década de 1990, os efeitos das transformações econômicas que caracterizam o chamado capitalismo tardio, em especial o progressivo desmonte das fronteiras econômicas com a globalização da produção, do comércio e do fluxo de capitais e seu reflexo na relativização da importância do Estado-nação como força política controladora do mercado, bem como a movimentação de populações migrantes vindas da América Central e do Sul, da África e da Ásia. Da mesma forma, difundiram-se enormemente as tecnologias de informação e comunicação, alterando significativamente nossas relações sociais. Abre-se, assim, um novo e complexo capítulo da história social do português no Brasil.

² Os textos da legislação brasileira citados neste texto são de fácil acesso no item Legislação do *site* da presidência da República: www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao. Acesso em 18/09/2018.

Como parte de uma tentativa de se situar na dinâmica da globalização, o Brasil criou em 1991, junto com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, o Mercosul – Mercado Comum do Sul. O objetivo primordial desse ente supranacional é constituir uma zona de livre comércio e uma política comercial comum. Desde 2002, o território do Mercosul passou a ser área de livre residência com direito ao trabalho dos cidadãos dos países-membros, o que, de certa forma, relativiza a relação estrita língua/nação e traz também a necessidade de diretivas de política linguística a estimular o ensino de espanhol no Brasil e de português nos demais países.

Por outro lado, estamos vivendo, nos tempos de hoje, imersos num imenso caldeirão de variedades linguísticas em convívio e em confronto. Estão aí as práticas formais de escrita, para as quais há, bem ou mal, uma tradição reguladora e padronizadora (dominada, porém, por poucos); as práticas de língua falada em grandes espaços públicos, que são alcançadas por um processo quase espontâneo de relativa padronização como efeito da difusão dos meios de comunicação social de massa; e a grande variedade de práticas locais de língua falada, que têm um forte efeito de diversificação linguística, seja por não serem alvo de padronização, seja porque são sentidas como emblemas das identidades locais.

Se o rádio e a televisão têm efeitos relativamente uniformizadores, a internet parece ir na direção contrária, favorecendo, pelo menos em parte, a dispersão e as forças descentralizadoras. Seu desenvolvimento ampliou, sem dúvida, o uso da escrita. Como nunca antes na história, acervos quase infinitos de textos (boa parte dos quais padronizada) estão ao alcance direto dos internautas. Ao mesmo tempo, tem-se a impressão de que nunca antes tantos escreveram tanto como nos meios eletrônicos (textos, porém, nem sempre padronizados). Mais ainda: a possibilidade quase ilimitada de incontáveis fontes criarem e difundirem vídeos, tornou audíveis as mais diferentes variedades da língua, nem todas presentes nos outros meios de comunicação social. Assim, no amplo espaço da internet, encontram-se em ação forças linguísticas centrípetas e centrífugas (com aparente predominância destas), cujos efeitos não são ainda suficientemente perceptíveis. Que resultados trará a ampla circulação da escrita não padronizada? Que resultados decorrerão da abertura da internet às mais diversas variedades da língua? Só o futuro dirá.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, M.A.L. de. *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-c.1850)*. Dissertação de mestrado em História social. Campinas: UNICAMP, 2012.

ALMEIDA, R.H. de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BARBOSA, A.G. Variação linguística no curso de Letras: práticas de ensino. In: ZILLES & FARACO (orgs.). 2015, p. 249-286.

BARREIROS, A. A colocação dos pronomes. *Revista Brasileira*, tomo V, 1/7/1880, p. 71-83. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=81432> (acessado em 19/9/18)

BICALHO, M.F.B. & FERLINI, V.L.A. (orgs.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 59/60, jul./ago., 1939.

BORGES, V.R. Observações literárias de um cidadão português sobre a produção de José de Alencar na Revista Fluminense *Questões do Dia*. *Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais, UFG*, v. 9, n. 1, p. 111-28, jan-jun/2012.

BORTONI-RICARDO, S.M. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola, 2011.

BOTELHO, A. Manoel Bonfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: ____ & SCHWARCZ, 2009, p. 118-131.

____ & SCHWARCZ, L.M. (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUENO, E. *Brasil: uma história*. São Paulo: Ática, 2003.

CALDEIRA, J. *História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CALLOU, D. Da história social à história linguística: o Rio de Janeiro no século XIX. In: ALK-MIM (org.), p. 281-92, 2002.

____ & BARBOSA, A. Normatização e ensino em final dos oitocentos. In: AGUILERA (org.), p. 631-53, 2009.

CAMPOS, C.M. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

CARDOSO, F.H. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, S.A.M.; MOTA, J.A. & SILVA, R.V.M. (orgs.). *Quinhentos anos de história lin-*

guística do Brasil. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

CARVALHO, J.M. de. *A construção da ordem/ Teatro das sombras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, J.G. Observações sobre certos vícios de locução ainda muito usados, e que muito importaria corrigir. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1842, p. 1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03 (acessado em 19/9/18).

CINCINATO, L.Q. [pseud.] CASTILHO, J.F. *Questões do dia*: observações políticas e literárias escritas por vários e coordenadas por Lúcio Q. Cincinato, t. I, n. 11, 5/10/1871, p. 6-8. Rio de Janeiro: Tipografia e litografia Imparcial, 1871.

D'ARAÚJO, M.C. (org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FARACO, C.A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

_____. & ZILLES, A.M.S. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

FERREIRA, G.N. Visconde do Uruguai: teoria e prática do estado brasileiro. In: BOTELHO & SCHWARCZ, 2009, p. 18-31.

FREIRE, J.R.B. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica/EdUERJ, 2004.

GUIMARÃES, M.L.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan./jun., 1988.

HOLANDA, S.B. de. *Raízes do Brasil*. (1936) 26. ed./32. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAGARES, X.C. Dinámicas normativas del español y del portugués. In: ARNOUX & LAURIA, 2016. p. 283-98.

LIMA, I.P. de. Amores e desamores em torno da língua para uma antologia do campo poético à língua portuguesa. *GRIAL – Revista Galega de Cultura*, n. 196, t. L, Vigo, p. 102-7, 2012.

LIMA, I.S. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil. *Estudos Históricos*, vol. 25, n. 50, p. 352-69, julho-dezembro de 2012.

_____. Práticas e fronteiras: africanos, descendentes e língua nacional no Rio de Janeiro. In: ____ & CARMO, L. do (orgs.), 2014. p. 229-48.

_____ & CARMO, L. do (orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LUCCHESI, D. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, I. S. & CARMO, L. do (orgs.), 2008. p. 151-180.

_____; BAXTER, A. e RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, P.A.I. A palavra e o império: a *Arte da Língua Brasilica* e a conquista do Maranhão. *Revista de História*, n. 165, p. 367-401, jul./dez. 2011.

MAGALHÃES, V. Arthur Barreiros. *A Semana*, n. 8, 21 de fevereiro de 1885, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=383422-69> (acessado em 19/9/18).

MAMIGONIAN, B.G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARIANI, B. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MATTOS, I.R. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

OLIVEIRA, G.M. de & DORNELES, C. (2007). Políticas internacionais del portugués (ARI nº 135/2007). Disponível na página da Fundación Real Instituto Elcano (Madrid) em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_es/Zonas_es/Lengua+y+Cultura/ARI135-2007 (acessado em 12/03/2014).

PAYER, M.O. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 1999.

PETTER, M.M. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S.A.M.; MOTA, J.A. & SILVA, R.V.M. (orgs.), 2006, p. 117-42.

PINTO, E.P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, I – 1820/1920*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

RAZZINI, M. de P.G. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e literatura (1838-1971)*. Tese de Doutorado em Letras. Campinas: UNICAMP, 2000.

REIS, D.A. E assim se fez um país... In: ____ (org.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Vol. 5 – *História do Brasil Nação: 1808-2010* (coleção sob direção de L. M. Schwarcz). Rio de Janeiro: Fundação Mapfre & Editora Objetiva, 2014, p. 285-8.

REIS, J.J. Presença negra: conflitos e encontros. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007, p. 79-99.

RICUPERO, R. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SCHWARCZ, L.M. & STARLING, H.M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

____ & GOMES, F. (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.M.B. & COSTA, V.M.R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEYFERTH, G. A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambiguidade e alotopia na ideia de nação. In: BASTOS; ALMEIDA & FELDMAN-BIANCO (orgs.). 2007, p.269-311.

SILVA, A. da C. As marcas do período. In: ____ (coord.), 2011, p. 23-33.

_____. (coord.). *Crise colonial e independência (1808-1830)*. Madrid: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

SILVA, R.V.M. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

VAINFAS, R. (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VENÂNCIO, R.P. Presença Portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2007, p. 61-77.

ZILLES, A.M.S. & FARACO, C.A. (orgs.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015.

Sobre Dinah Callou — Carlos Alberto Faraco³

3 É para mim uma honra participar deste número especial da revista Diadorim em homenagem a Dinah Callou. Não fui aluno nem colega de trabalho de Dinah. No entanto, pude conviver com ela em vários eventos acadêmicos e também na COLIP, Comissão de especialistas criada pelo MEC em 2005. Em todas as ocasiões, pude aquilatar as muitas qualidades pessoais e profissionais de Dinah: sua franqueza, seu rigor acadêmico e seus compromissos políticos com a Universidade pública. Sou, por isso tudo, grande admirador de Dinah e me sinto muito feliz por ter estabelecido com ela laços de amizade.



EBULIÇÃO E SEDENTARIZAÇÃO LINGUÍSTICA O LUGAR DA ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

BOILING AND SEDENTARIZATION – THE PLACE OF SUBSISTENCE ECONOMY IN THE BRAZILIAN PORTUGUESE ORIGINS

Emílio Gozze Pagotto¹

Resumo

Neste ensaio apresento a hipótese de que a economia de mercado interno e, em especial, a de subsistência constituem o *locus* no qual se desenvolvem os processos linguageiros primordiais para a formação do português brasileiro. Tal assunção implicaria a adoção de um modelo de interferência pelo contato linguístico de longa duração, ao contrário do que pressupõem os modelos explicativos baseados na ruptura e regeneração, para dar conta do papel que o contato com línguas indígenas e africanas tiveram na formação do português do Brasil.

Palavras-chave: Português brasileiro; Contato linguístico; História econômica.

Abstract

In this essay I present the hypothesis that the internal market economy and, in special, the subsistence economy constitute the locus in which we can find the fundamental historical and linguistic processes that gave rise to Brazilian Portuguese. This assumption implies that we need a long duration model of linguistic contact to better explain the role that indigenous and African languages had in the formation of Brazilian Portuguese, instead the models based on broken and linguistic regeneration.

Keywords: Brazilian Portuguese; Language contact; Economic history.

1 Universidade Estadual de Campinas. E-mail: gozzeem@gmail.com.

Recebido em: 30/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

1.

O modo como se dá a relação entre economia e funcionamento sociolinguístico não é nem um pouco claro, ainda que por vezes se suponha sê-lo, ou se ignore, como algo não relevante. Uma vez que os processos econômicos são fundamentais para o modo como as sociedades se constituem, podemos dizer que também o são para o modo como se dão os processos sociolinguísticos e os processos de mudança linguística que estão imbricados no funcionamento social.

É possível entender essa relação em dois campos diferentes: um, mais amplo, que chamaríamos, junto com Marx, de infra-estrutural, ou seja: a interrelação entre o modo de produção e a estrutura social; outro, um tanto mais específico e pontual, no qual, no interior de um mesmo modo de produção, cada sociedade (entendida aqui como organizações não necessariamente identificadas com unidades políticas como *países*, mas como estruturas tais como cidades, regiões rurais, etc.) organiza sua vida econômica, sujeita a transformações de toda sorte, oriunda do ir e vir do fluxo de capitais e dos negócios em escala mais ampla (hoje em dia, global).

No primeiro caso, podemos investigar as relações sociais e linguísticas em sociedades mercantilistas, ou capitalistas/industriais, ou comunitárias, etc., procurando detectar, em especial, se às mudanças fundamentais nos modos de produção corresponderiam mudanças no modo como as relações linguísticas se dão. São relações mais amplas. Uma das áreas dos estudos linguísticos que tem se ocupado de investigar essas relações fundantes é aquela conhecida como Análise do Discurso. Penso, porém, que, no que toca àquilo que a sociolinguística costuma tomar como objeto de estudo, há pelo menos um campo – o dos processos de normatização – em que estar atento a tais relações fundantes é importante. Me refiro especificamente à gramatização e à relação com o discurso normativo no âmbito do modo capitalista de produção, que me parecem são profundamente diferentes daquelas no antigo regime. Nesse sentido, tratar a relação do sujeito falante com a língua normatizada como a mesma, em um e outro regime de produção, conduz a um anacronismo político/econômico que enviesa o modo como se compreende a padronização gramatical e suas consequências para o curso da história das línguas.

No segundo caso, os estudos voltados à mudança linguística com motivação ou profunda interrelação social costumam tomar como pano de fundo os quadros e as rupturas econômicas das sociedades que se estudam, buscando investigar nos processos de mudança os ecos das alterações econômicas que afetam determinadas comunidades. O estudo clássico de Labov sobre a ilha de Martha's Vinneyard é um desses casos.

As articulações de segundo tipo é que nos interessarão mais de perto aqui, embora não se desprezem as articulações de primeiro tipo, especialmente considerando que a história do Brasil se faz, no período colonial, sob a égide do que se costuma chamar de sistema mercantilista, e deságua numa longa transição para o modo de produção capitalista, que parece nunca se completar.

2.

Grosso modo, podemos dizer que a articulação entre as formações econômicas e o funcionamento da variação e da mudança linguística se dá na noção de papéis sociais. Ainda que o modo como os papéis sociais operam sobre o funcionamento linguístico não esteja nem um pouco claro nas abordagens sociolinguísticas, que a esse respeito não conseguem avançar para além de uma associação descritiva, é possível estabelecer uma correlação entre esse funcionamento e a dinâmica econômica das comunidades. Entendendo economia como a troca de bens e serviços que cada indivíduo numa dada ordem social é capaz de produzir, quanto maior a especialização na estruturação social, maior dinamicidade terá a economia. No limite extremo de um contínuo, é possível pensar sociedades *sem* economia – os indivíduos não se especializam na produção de bens e não há acumulação individual, o que se poderia chamar de *sociedades comunitárias* – e no extremo oposto, sociedades altamente complexas no que toca à maneira como os indivíduos se especializam na produção de serviços e bens, e estão voltados para a acumulação de riqueza.

Podemos então fazer a previsão de que quanto mais complexa a economia, maior o grau de especialização e, por conseguinte, maior o número de papéis sociais a ser desempenhados. Por hipótese, quanto maior a quantidade de papéis sociais, maior a instabilidade linguística, com maior probabilidade de variação e mudança. É claro que a relação entre especialização econômica e papéis sociais passa por um filtro que é o das forças imaginárias, reguladas, obviamente, pelo que se costuma chamar de ideologia. Isso desautomatiza a relação entre os dois planos e, no limite, podemos ver reduzidos a uma igualdade uma miríade de papéis sociais diferentes, pela atuação da ideologia na conformação de posições sociais antagônicas e reduzidas a umas poucas, que fazem a sociedade girar. É o que se tem quando, de um grande conjunto de especializações de funções econômicas, emergem posições unificadoras como classe operária x classe média x ricos, etc.

O modo como essas relações operam ainda carece, a meu ver, de um tratamento teórico mais detido e apurado, se tomamos funcionamentos sociolinguísticos; ainda que apareçam resvaladas, aventadas, levemente desveladas, em inúmeros trabalhos dedicados a investigar a relação entre o funcionamento social e o funcionamento linguístico, seja em processos de variação estável, seja em processos de mudança linguística. Neste momento, não pretendo avançar minha reflexão nessa direção, por questão de espaço. Mas gostaria que o leitor não perdesse de vista que, quando nas seções seguintes explorarmos a maneira como as relações econômicas atuaram na formação do português do Brasil, estarei sempre levando em consideração a complexidade do jogo envolvida na relação entre formações econômicas, formações sociais e funcionamento linguístico.

3.

Pode-se dizer que a formação da sociedade colonial brasileira, no que está implicada a história econômica, encontra hoje duas direções de interpretação opostas: uma centrada e derivada especialmente de Caio Prado Junior (e em menor grau Gilberto Freyre e, menos ainda, Celso Furtado) e outra derivada de estudos mais recentes, em especial aqueles de Manolo Florentino e João Fragoso. Basicamente, o que opõe as duas interpretações é o papel do mercado interno na história econômica brasileira, mais especificamente, o quanto a economia colonial encontra sua lógica de crescimento apenas voltada para a exportação, com a expropriação dos lucros pela metrópole *versus* o quanto a constituição de um mercado interno propiciou a acumulação de capitais na própria colônia, o que inverteria a lógica do mercantilismo de colonização.

O primeiro modo de interpretação, como se sabe, foi predominante ao longo do séc. XX e leva a ver a história brasileira pós independência como uma consequência direta de uma economia centrada no latifúndio agroexportador. Fora dele haveria uma constelação de indivíduos sem maior relevância para a economia ou a sociedade (que Caio Prado Junior chamou de *desclassificados*):

Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e da estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização em seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias, ou sem ocupação alguma. (PRADO JR., 2011, p. 298-299)

Uma vez que se tratava de uma sociedade escravista, a tese redundava numa concepção de estrutura social constituída nos polos senhor x escravo. Como bem assinala Jorge Caldeira, em mais de uma obra, estrutura e funcionamento social são reduzidos a essas duas categorias, identificando-se, por conseguinte, *senhor a homem livre*, como se tal estrutura social não comportasse uma parcela significativa da população que não era nem uma coisa nem outra (daqui a pouco volto a esse ponto). Essa chave de interpretação está, por exemplo, em Gilberto Freyre, está, como dissemos, em Caio Prado Junior (cf. ampla discussão feita por Caldeira, 2009 e Fragoso e Florentino, 2001), está também em Fernando Novais, segundo Fragoso e Florentino, 2001 (p. 31-33). Do ponto de vista econômico, essas interpretações levam a pensar que o mercado interno teria tido uma participação muito reduzida tanto no todo da atividade econômica, como no processo de enriquecimento e acumulação de capitais. O mercado interno, quando abordado, é tomado como apenas subsidiário da grande empresa agroexportadora (ou, no caso do ouro, minério-exportadora). A atividade de criação de gado de corte é um desses casos.

O segundo modo de interpretação tenta colocar na pauta dos estudos a robustez da econo-

mia colonial e a consequente matização da estrutura social, para além da polarização senhor x escravo. A robustez da economia colonial deve ser tomada aqui não apenas como a perenidade e solidez de um mercado interno de trocas comerciais, mas também como a possibilidade, como dissemos, de acumulação de capital suficiente para financiar o próprio negócio agroexportador, especialmente no que toca ao negócio escravista. É no âmbito das atividades deste mercado interno que a Colônia vai pulsar como sociedade em formação; é sobre ele que vai existir culturalmente no hibridismo que nos constitui, num espectro de atividades que vão da mera subsistência em sítios isolados a propriedades com tamanho e mão-de-obra escrava consideráveis; que vão enriquecer os ricos, recompensar os aventureiros e trazer progresso modesto às famílias pobres e mestiças. Nesse sentido, a colônia do Brasil, desde o século XVII vai constituir, junto da África, especialmente Angola, uma unidade de trocas comerciais quase independente de Portugal (cf. ALENCASTRO, 2000).

4.

São bem diferentes as consequências desses modos de interpretação da história econômica para o modo como pensamos as questões linguísticas no Brasil colônia e império – e a formação do que chamamos hoje português brasileiro. Correndo o risco de soar, nesse momento, superficial, arriscaria a dizer que o primeiro modo de interpretação favorece a hipótese de que teria havido uma extrema polarização (senhor x escravo) linguística, decorrente dos papéis sociais envolvidos, com consequências drásticas para o curso dos processos de mudança decorrentes: no limite, a constituição de falares com características próximas ao que definimos como línguas crioulas. Tais interpretações são normalmente embasadas em dados demográficos que apontam uma grande presença de mestiços ou negros na população (a etnia branca perfazendo, ao longo de todo o período colonial, por volta de 30%).

O segundo viés de interpretação não tem sido muito explorado, e é sobre ele que quero me debruçar. Nele sobressaem dois aspectos fundamentais: o papel da família como unidade econômica e a possibilidade de subsistência e geração de descendentes, que acarretam crescimento vegetativo da população.

Já Celso Furtado chama a atenção em *Formação Econômica do Brasil* para o que ele rotula como economia de subsistência, especialmente (mas não só) a criação de gado. Apontada por ele como na sua maioria subsidiárias da grande economia exportadora, as atividades de subsistência se desenvolveriam para atender basicamente ao mercado interno. Especificamente no caso da criação de gado, Furtado destaca seu crescimento paulatino ditado pela possibilidade de incorporar novas terras. Quando a demanda diminui, em função de crises na atividade açucareira, por exemplo, os indivíduos que vivem no interior da atividade econômica se voltam para a própria subsistência. Na prática, podem se alimentar do que produzem:

Numa região pecuária – porquanto a população se alimenta do mesmo produto

que exporta – a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, assim, a população pode continuar crescendo normalmente durante um longo período de decadência das exportações. No Nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, na região pecuária, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se assim que a população do Nordeste haja continuado a crescer – e possivelmente haja intensificado o seu crescimento – em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira a que fizemos referência. (FURTADO, 2003, p. 70)

É Celso Furtado que chama a atenção para o fato de que o crescimento populacional daqueles dedicados a essa atividade não cessa, mesmo nos períodos de retração econômica (dando origem, a propósito, ao que Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro*, chamou de *criatórios de gente*, cf. RIBEIRO, 1995, p. 313). Esse é o aspecto mais interessante desses grupos que não se dedicam diretamente à atividade agroexportadora: o incremento populacional mesmo em períodos de grande retração econômica, pela simples razão de que encontram condições de sobrevivência na própria atividade que desempenham. Crescimento populacional vegetativo é sinal de perpetuação da língua por meio da aquisição.

Jorge Caldeira, incomodado com a redução dos agentes econômicos do Brasil colônia à elite proprietária de escravos (CALDEIRA, 2009), destaca um dado demográfico singelo e instigante, mas pouco enfatizado nas abordagens que desenham o Brasil colônia (ou mesmo independente) a partir do modelo do grande latifúndio exportador: a proporção de pessoas livres. No censo de 1819, temos: uma população estimada de 4,39 milhões de pessoas (incluindo os índios livres registrados por estimativa). Se retirarmos desta conta os índios livres, teríamos 3,59 milhões. Dessa população, 69,1% são livres e 31,1% de escravos (cf. CALDEIRA, 2009, p. 230).

O mesmo autor faz outras contas interessantes (cf. CALDEIRA, 2009, p. 233-234):

- Na virada do século XIX, a média de escravos por proprietários no Brasil é de 5 escravos. O número aproximado de proprietários: 220 mil (9% do total de livres).
- 2,62 milhões de livres não possuíam escravos. Ou seja: 68% da população livre não é senhor de escravos.

Quem eram eles? O que faziam? Como ganhavam a vida? Que função desempenhavam no sistema de trocas econômicas mercantil? Que papéis tinham na sociedade?

Os estudos mais recentes têm mostrado que o mercado interno brasileiro não era apenas um satélite gravitando em torno da empresa exportadora, mas, ao contrário, desenvolveu uma tal vitalidade que foi capaz, inclusive, de sustentar a demanda por escravos africanos, após o grande *boom* econômico e, por tabela, escravocrata decorrente da exploração do ouro. O caso

de Minas Gerais é exemplar, no período que Fragoso e Florentino (2001) tomam como o de uma economia colonial tardia (cf. FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p.151-152):

Minas Gerais

- Em 1819: 632.000 habitantes. Desses, 168.500 escravos (27%). A maior concentração de cativos da colônia, ou seja, 15% do total de cativos do Brasil.
- Entre 1831 e 1840: 2/3 dos proprietários possuíam menos de 5 escravos (o trabalho escravo coexistia com o trabalho familiar).
- Desde a década de 1820: 20% dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro iam para Minas Gerais.

A questão é que Minas Gerais se torna grande importadora de escravos justamente após o declínio na produção de ouro. Hoje se sabe que se desenvolveu lá uma grande rede de pequenos produtores rurais totalmente voltados para o mercado interno, especialmente para o abastecimento da corte. Esse sistema de produção se apoia no trabalho escravo, mas tem na unidade familiar a grande força de trabalho e núcleo de estruturação da produção.

No Brasil, essas atividades produtoras podiam gravitar em torno da grande empresa exportadora, mas também formavam uma rede interna ampla, com capacidade de auto-reprodução e, mais que isso, em períodos de baixas econômicas, era capaz de se sustentar, dada a própria natureza da atividade. Ou seja, a subsistência dependia, quase exclusivamente, do que se produzia. Temos assim, um funcionamento que propicia a sobrevivência, a formação de núcleos familiares, o crescimento populacional vegetativo.

Em que esse quadro altera o modo como se pode conceber a constituição da língua? Que consequências podemos tirar dele?

Para lidar com a situação de línguas transplantadas, como é o caso das línguas que deram origem ao português brasileiro, em contato ao longo de quatro séculos, é preciso distinguir o que acredito serem dois estados languageiros diferentes, mas correlacionados entre si: a efervescência e a sedentarização linguística. Acredito que, se estamos interessados em investigar os processos históricos que deram origem ao português do Brasil, na conformação que tem hoje em dia nos seus vários dialetos, temos que nos debruçar nos processos linguísticos que produziram o que estou chamando de *sedentarização linguística*. Por *sedentarização linguística*, entendo o fato de a língua se fixar em um dado território, perenizando-se por meio do processo de aquisição da língua. Esse processo se opõe a outro, que podemos chamar de *ebulição* ou *efervescência linguística*. Por *ebulição* ou *efervescência linguística* compreendo aquelas situações languageiras em que processos econômicos muito específicos constituem sociedades transitórias, em geral produto de migração de falantes de diferentes línguas ou dialetos. Tais situações podem dar origem a dinâmicas linguísticas muito aceleradas, mas também voláteis.

E toda essa ebulição pode cessar quando cessa o que motivou o ajuntamento humano. Em períodos mais recentes, seria o caso do garimpo de Serra Pelada no seu auge; ou a ida sazonal de trabalhadores rurais para o estado de São Paulo no período de corte da cana (atividade que está se extinguindo por força de lei determinando a adoção do corte mecanizado).

Para a história da língua, entendida como as formações resultantes de processos históricos, as situações de efervescência só são relevantes pelo que são capazes de produzir em termos de *sedentarização linguística*. Um exemplo clássico é o de comunidades remanescentes quilombolas que apresentam traços linguísticos dialetais diferentes do entorno geográfico em que estão inseridas. Numa situação dessas, é possível dizer que a efervescência original se sedentarizou, ao menos parcialmente. Mas é muito comum que situações de extrema efervescência se desvançam e, em relativamente pouco tempo, não deixem rastros da riqueza que foram quando ebuliam. Quantas e quantas cidades quase fantasmas temos no Centro-Oeste brasileiro, nas quais quase podemos ouvir a multidão de lavradores ou faiscadores entre construções outrora imponentes, silenciadas de seu burburinho, na poeira seca e desolada que restou?

Pode parecer que esteja aqui opondo **variação** (ebulição) a **homogeneidade** (sedentarização). Não é o caso. Quando a língua se sedentariza, entra em cena um processo que podemos chamar *estabilização variacional sociolinguística*, que nada mais é do que a constituição de uma comunidade linguística em que a língua é reconhecida como índice identitário, passando a variar e a sofrer processos de mudança na dinâmica decorrente das relações sociais que se formam, dos papéis sociais constituídos em função de sua dinâmica econômica. O conceito de estabilização sociolinguística é importante para pensar, especialmente, a situação das cidades novas que se fundam. A partir de um determinado momento, é possível dizer que passam a existir sociolinguisticamente sustentadas por relações sociais relativamente estáveis, superado o momento inicial de ebulição.

Esses conceitos nos permitem pensar os diferentes cenários languageiros ao longo da história. No caso do Brasil, a estabilização sociolinguística nas cidades vai corresponder a uma dinâmica variacional mais intensa, se comparada às regiões rurais, em que os papéis sociais tendem a ser em número menor e as interações sujeitas e regras de comportamento mais perenes. Do mesmo modo, a vida nas grandes propriedades produtoras tenderá à ebulição intensa e perene, sem necessariamente redundar em sedentarização, no sentido que estamos entendendo aqui.

A formação do português do Brasil, como fruto de grande contato entre línguas, é uma consequência dos processos de sedentarização linguística (responsáveis também pela dialetação regional posterior resultante). A hipótese que trago é a seguinte: é nos contextos de *subsistência econômica* que vamos encontrar as condições fundamentais de sedentarização linguística que determinarão as feições do português brasileiro. Assim, não basta tomar o argumento demográfico cru, em si mesmo. É claro que a entrada de quatro milhões de africanos ao longo do período escravagista produziu infindáveis situações de efervescência linguística, com falares

muito distantes do português e situações de multilinguismo incontáveis. O que, e de que maneira se sedentarizou nas diversas regiões é que é meu foco, porque das efervescências não há quase nenhuma memória registrada. Como trazer de volta a balbúrdia do mercado de escravos no Valongo? Como recriar a profusão de falas nas senzalas ao fim do dia de trabalho, que línguas, que português, por quem? A tristeza pela sordidez trágica que fez emergir tais situações languageiras se soma à tristeza de ver escapar de nós esse mundo de mundos diversos e interpenetrados, muito mais denso, espesso e intrincado para um linguista do que o compassar dos processos apreensíveis em categorias e métodos espaçantes.

Assim, é na multidão de homens e mulheres livres ou escravos dedicados às atividades econômicas do mercado interno que encontraremos as raízes do português do Brasil. Nas cidades ou no campo. É também a partir dessa visão que será possível equalizar com mais precisão o papel que teve o contato do português com línguas e culturas indígenas. Além disso, é por meio dessa perspectiva que será possível investigar as sociedades que se formam ao longo do tempo, em momentos históricos diferentes, e condições de efervescência e sedentarização também diferentes. Noutras palavras, é possível reavaliar o papel que os contatos linguísticos possam ter tido na conformação do português do Brasil.

5.

Se é no conjunto de atividades de subsistência que encontramos o *locus* do processo de fixação da língua que muda, o papel do contato na formação do português do Brasil só será mais bem equacionado se o tomamos como de longa duração. Isso traz sérias dificuldades para abordagens que pressupõem uma ruptura inicial que é atenuada em períodos posteriores. Deste modo, hipóteses como a da assim chamada Transmissão Linguística Irregular não seriam adequadas para dar conta da complexidade que os diversos quadros de contato linguístico trazem para a história do português brasileiro, porque tentam englobar, no seu interior, situações de emergência (decorrentes do que chamei de ebulição/efervescência) e situações de longa duração (como é o nosso caso, em que a sedentarização linguística acompanha o processo de ocupação da terra por pequenas propriedades e a formação de pequenos núcleos populacionais). O contato de longa duração pressupõe um ir e vir do indivíduo à sociedade, e a assimilação de traços de línguas exóticas é menos dependente dos processos de aquisição e mais dependente da circulação sociolinguística de traços no interior das comunidades linguísticas. Os modelos baseados na Transmissão Linguística Irregular pressupõem uma ruptura inicial que é atenuada no correr do tempo e das gerações pelo contato subsequente com a língua alvo dominante (por isso usa como argumento corroborador casos de possíveis remanescentes crioulos em comunidades isoladas). É preciso tomar cuidado com esse argumento de natureza teleológica, por mais sedutor que pareça: o fato de encontrarmos comunidades isoladas com traços linguísticos indicadores de uma ruptura maior não significa que temos aí preservado o que teria sido geral no restante do território. Pode ser justamente o oposto: o fato de estar em comunidades isoladas

demonstraria apenas que houve condições específicas de sedentarização que permitiram a perenização de traços originários de uma situação específica de contato linguístico que, de resto, não teriam se repetido com tanta frequência como se acreditava no restante do território.

Tais modelos não seriam aplicáveis a processos de longa duração, que pressupõem a formação de comunidades linguísticas perenes, em que os eventuais traços oriundos do contato circulam, têm valores sociais e vão se sedentarizando ao longo do tempo. Em suma, não seriam adequados para dar conta de comunidades que emergem no âmbito de atividades econômicas de trocas comerciais de excedentes, com tendências à simples subsistência nos períodos de retração e grande capacidade de reprodução de crescimento populacional vegetativo, como parece ter sido o caso da maioria da sociedade brasileira. Esse foi o caso da grande região do sertão do Nordeste; foi o caso dos interiores paulistas, desde as primeiras incursões até o começo do século XIX; também foi o caso das Minas Gerais, quando do declínio da produção do ouro. É o caso do litoral do sul da Bahia ao sul do Espírito Santo; da região de Mato Grosso e Goiás, também após o declínio da produção de ouro. Também o caso do litoral catarinense, mesmo após o grande incremento de população pela grande migração açoriana e madeirense.

É nas relações do mercado interno e na sua capacidade de auto-reprodução que encontraremos o principal vetor econômico da constituição do português brasileiro. É no interior das casas pobres de pau a pique e sem mobília, nos pequenos sítios, na multidão de carpinteiros, pedreiros, coureiros, vaqueiros, nas cidades dignas do nome, ou nas vilas pobremente envivecidas de gente em tempo de colheita, entre aqueles que podem criar e procriar, buscando na terra devoluta o fator primário de produção (para depois dela ser expulso, quando a expropriação pelo latifúndio a ela chega); é no seio das mães que aram ou que cuidam das pequenas vendas, das galinhas soltas em terreiros sem cerca, que vamos encontrar o lugar onde a língua deita seu corpo sobre a terra e se faz brasileira.

Referências

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDEIRA, J. *História do Brasil com empreendedores*. Juazeiro do Norte, CE: Mameluco, 2009.

FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, M. G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

PRADO, Jr. C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sobre Dinah Callou — *Emílio Gozze Pagotto*²

2 Conheci Dinah em circunstâncias muito caras para mim, numa reunião do grupo de Sintaxe do projeto de Gramática do Português Falado. Eu era recém ingressante no mestrado, participava da codificação de dados no grupo coordenado por Mary Kato e Fernando Tarallo. Estávamos numa reunião no sítio da Mary e me lembro claramente da ousadia que tive – garoto – de palpitar sobre dados de prosódia com a Dinah. Ela, muito compreensiva comigo, que não tinha ideia de com quem falava. Santa ignorância minha de que o Tarallo caçoou, rindo depois da coisa toda. Desde esse encontro, sempre teve ela um carinho grande por mim, e lhe sou muito grato, pelo que aprendi e por me fazer sentir parte de parte do seu mundo acadêmico, podendo usufruir da generosidade do seu sorriso amplo.



A LINGUÍSTICA HISTÓRICO-DIACRÔNICA NO BRASIL PÓS-1980 E A QUESTÃO DO CONTATO LINGUÍSTICO

LA LINGÜÍSTICA HISTÓRICO-DIACRÓNICA DESPUÉS DE LOS AÑOS 1980 Y LA CUESTIÓN DEL CONTACTO LINGÜÍSTICO

Tânia Conceição Freire Lobo¹

Resumo

Este texto foi concebido em duas partes distintas que dialogam. Na primeira parte, discuto como a Linguística Histórico-Diacrônica pós-década de 1980 no Brasil vem abordando a questão do contato linguístico, questão que, do meu ponto de vista, não pode ser tratada como um tema de *história externa*. Conforme Mattos e Silva (2000), o contato é aspecto central na *formatação* da variante social demograficamente majoritária do português brasileiro, o chamado português *popular* brasileiro. Na segunda parte, o foco recairá sobre a história linguística de uma das duas colônias portuguesas na América – o Estado do Brasil² – do século XVI ao XVIII, período ainda praticamente inexplorado por nós. Partindo da constatação de que nenhuma língua africana faz parte da ecologia linguística do Brasil hoje, estabeleço um contraste com o multilinguismo indígena e africano no passado e demonstro, quanto aos africanos, não só a predominância banta (cf. ALMEIDA, 2014), mas também os fortes indícios de que o quimbundo teria sido uma língua geral no Brasil colonial (cf. LIMA, 2013 e PETTER, 2017). O objetivo subjacente ao texto é afirmar a relevância de conjugar três teorias – a Teoria da Mudança, a Teoria da Aquisição e a Teoria do Contato – na abordagem histórico-diacrônica do português brasileiro.

Palavras-chave: Português brasileiro; Contato linguístico; Línguas bantas; Quimbundo.

1 Universidade Federal da Bahia. E-mail: tanlobo@gmail.com.

2 Sigo Bessa Freire (2004), quando afirma a necessidade de tratarmos em separado a história linguística do Estado do Brasil e a história linguística do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Recebido em: 31/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Resumen

Este texto está constituido de dos partes que dialogan. En la primera parte, discuto como la Lingüística Histórico-Diacrónica después de los años 1980 trata, en Brasil, la cuestión del contacto lingüístico, aspecto que, desde mi punto de vista, no se puede ver como un tema de *historia externa*. Según Mattos e Silva (2000), el contacto es un aspecto central en la *configuración* de la variante social demográficamente principal del portugués brasileño, el llamado portugués *popular* brasileño. En la segunda parte, el foco recaerá sobre la historia lingüística de una de las dos colonias portuguesas en América – el Estado de Brasil – del siglo XVI al XVIII, período todavía hoy poco investigado por nosotros. Partiendo de la constatación de que ninguna lengua africana forma parte de la ecología lingüística del Brasil de hoy, establezco un contraste con el multilingüismo indígena y africano en el pasado y demuestro, respecto de los africanos, no sólo la predominancia bantú (cf. ALMEIDA, 2014), pero también los fuertes indicios de que el quimbundo habría sido una lengua general en el Brasil colonial (cf. LIMA 2013 y PETTER, 2017). El objetivo primero del texto es afirmar la relevancia de conjugar tres teorías – la Teoría del Cambio, la Teoría de la Adquisición y la Teoría del Contacto – en el estudio histórico-diacrónico del portugués brasileño.

Palabras clave: Portugués brasileño; Contacto linguístico; Línguas bantas; Quimbundo.

PARTE I: Português brasileiro em perspectiva histórico-diacrônica – aquisição, contato e mudança em interação

Ao estudar, na década de 1980, o nascimento do dialeto de Brazlândia, cidade-satélite de Brasília, tornada, em 1960, a nova capital do Brasil, Bortoni-Ricardo (1985, 2011) ressaltou que a primeira característica sociolinguística fundamental para a compreensão do português brasileiro contemporâneo seria a transformação das variedades linguísticas rurais (segundo ela, caracterizadas por surpreendente alto grau de uniformidade) em variedades urbanas não padrão, por ela designadas de variedades *rurbanas*, as quais, no *continuum* dialetal, estariam adjacentes às variedades rurais isoladas e altamente estigmatizadas, e seriam faladas não só nas cidades, por indivíduos não alfabetizados ou semialfabetizados de classes mais baixas e, em sua maioria, com antecedentes rurais, mas também nas áreas rurais cujos falantes se encontrassem sob a influência tecnológica e modernizadora emanada das cidades. Ela também chamou a nossa atenção para o fato de que, embora o fenômeno de mobilidade geográfica das décadas de 60 e 70 tenha se tornado objeto de especial interesse nas ciências humanas em geral, a Linguística, surpreendentemente, teria passado ao largo da questão, pouco se conhecendo do processo sociolinguístico de transformação dos dialetos rurais brasileiros em variedades urbanas.

Como sabemos, Bortoni-Ricardo (1998, 2002) propôs um modelo integrado por três *continua* para a compreensão linguística do Brasil atual: o já mencionado *continuum* “rural-urbano”, destinado à análise dos atributos sociológicos do falante; o *continuum* “oralidade-letramento”, referente à análise das práticas sociais letradas em que o indivíduo toma parte, e o *continuum* “de monitoração estilística”, atinente à análise dos processos psicológicos de planejamento e

atenção no momento da enunciação³. Retomo aqui o modelo proposto por Bortoni-Ricardo para afirmar, quanto a nós, historiadores do português brasileiro, a necessidade do seu alargamento, com a consideração de um quarto *continuum* e, para designá-lo, farei uso de expressões cunhadas por Mattos e Silva (2004), que sempre afirmou que a história linguística do Brasil não se restringe à história da língua portuguesa no Brasil, nem à história do português brasileiro⁴ e, por outro lado, que sempre afirmou também que o português brasileiro nasceu do contato linguístico. O quarto *continuum* seria o “do multilinguismo generalizado do passado ao multilinguismo localizado do presente”. Esses quatro *continua* são as quatro grandes coordenadas fundamentais se quisermos abordar o português brasileiro em sua historicidade, e não apenas em sua temporalidade; em outros termos, se quisermos fazer Linguística Histórica, Linguística Histórico-Diacrônica, e não apenas Linguística Diacrônica (cf. PAIXÃO DE SOUSA, 2006 e MATTOS E SILVA, 2008).

Considerando os 98% de falantes nativos do português brasileiro hoje, considerando que, durante todo o período colonial, 70% da população eram índios e seus descendentes, africanos e seus descendentes (cf. MUSSA, 1991), e, por fim, também considerando os mais de 5.500.000 imigrantes europeus e asiáticos que aqui chegaram entre o final do período colonial e a década de 1970 (cf. ANDREAZZA; NADALLIN, 2011), sem dúvida e apesar do recente grande avanço das pesquisas, ainda permanece sendo um dos grandes desafios entender como índios, negros e imigrantes adquiriram o português como segunda língua e como essa segunda língua se transformou em língua nativa dos seus descendentes, a maioria, portanto, dos brasileiros.

Como sabemos, após duas décadas em que a Linguística Histórico-Diacrônica no Brasil ocupou uma posição de quase marginalidade na produção acadêmica, a década de 1980 despontou como a da *fênix* finalmente renascida, nos termos de Fernando Tarallo (1984). A *fênix* renasceu, como nos revela, Mary Kato, na sua *Apresentação* do livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, com “a empreitada variacionista diacrônica, liderada no Rio de Janeiro por Anthony Naro, em São Paulo por Fernando Tarallo e em Belo Horizonte por Antônio de Oliveira” (p. 15-16), com “a pesquisa semântico-funcionalista de Faraco” (p. 16), com Rosa Virgínia Mattos e Silva – por ela chamada de arqueóloga-estruturalista, devido à publicação das *Estruturas trecentistas* em 1988 – [com Rosa Virgínia Mattos e Silva] e Fernando Tarallo cortejando-se à distância, trocando cartas e textos, com o casamento herético selado entre Fernando Tarallo – um intravariacionista sociolinguista – e ela própria, Mary Kato – uma intervariacionista gerativista – e também “com a ajuda inestimável de Charlotte Galves, na formação dos alunos em teoria gramatical.” Sobre Charlotte Galves disse ainda Mary Kato (p. 16, 1993):

3 Remeto a Lucchesi (2015) para a discussão da complementaridade entre o *modelo da polarização sociolinguística* por ele proposto e o *modelo dos continua* proposto por Bortoni-Ricardo.

4 E também sempre alertou para o fato de que a escolha de cada uma dessas duas expressões – *língua portuguesa no Brasil* ou *português brasileiro* – não é aleatória.

Sua contribuição não se limitou apenas à formação sólida em teoria gerativa. Tendo aprendido primeiro o português europeu (PE) como língua estrangeira, viu-se tendo que desaprender tudo que já dominava para poder entender o que se passava no português brasileiro. Seus trabalhos comparativistas entre essas duas gramáticas [...] foram uma inspiração para o início da empreitada diacrônica.

Por fim, o contributo de três pesquisadores estrangeiros – Ian Roberts, David Lightfoot e Anthony Kroch – foi ressaltado por Mary Kato, e, no caso especificamente de Lightfoot, enfatizou-se a repercussão do seu trabalho em todos os textos do livro, por ter sido “o primeiro autor a mostrar a interdependência entre uma teoria da mudança e uma teoria da aquisição da linguagem” (p. 18).

Não é exagerado afirmar que o livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, organizado por Ian Roberts e Mary Kato em homenagem a Fernando Tarallo, cuja primeira edição data de 1993, ano seguinte ao do falecimento precoce de Tarallo, foi o grande farol de um “tempo de ciência normal” (cf. KUHN, 1978), absolutamente divisor de águas, que passou a ser conhecido como Sociolinguística Paramétrica, expressão que suponho ter sido cunhada por Fernando Tarallo em uma espécie de artigo-manifesto de 1987, intitulado “Por uma sociolinguística românica paramétrica: fonologia e sintaxe”. Para além de 9 capítulos versando sobre um expressivo conjunto de mudanças que caracterizariam a gramática do português brasileiro como distinta da gramática do português europeu, o livro *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* conta com a já referida “Apresentação” de Mary Kato, com o “Posfácio” de Ian Roberts, “que coloca o português brasileiro em uma perspectiva comparativa romanística, mostrando as similaridades entre o que acontece no português brasileiro atual com o que aconteceu com outras línguas românicas, principalmente o francês” (p. 26), com o capítulo “O enfraquecimento da concordância no português brasileiro”, de Charlotte Galves, que “tenta propor uma estrutura sentencial que acomode vários dos fenômenos descritos” (p. 26), e ainda com dois capítulos da autoria de Fernando Tarallo, intitulados “Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias” e “Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX”. A despeito de, sob a influência de Lightfoot (1979), o livro ter perseguido um dos mais ambiciosos objetivos da Teoria Gerativa, ou seja, o objetivo de procurar associar Teoria da Mudança e Teoria da Aquisição, parece ser possível afirmar que, à exceção do capítulo “Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias”, o *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* não indaga sobre como o português foi adquirido como segunda língua por índios, negros e imigrantes e igualmente não indaga como os descendentes de índios, negros e imigrantes adquiriram a sua língua materna. Em outras palavras, o livro não associa Teoria da Mudança, Teoria da Aquisição e Teoria do Contato.

Nos limites da primeira versão deste texto, não poderei tratar, com o grau de aprofundamento exigido, como a Linguística Histórico-Diacrônica no Brasil, desde a década de 1980,

vem problematizando – ou até não problematizando – a questão do contato linguístico. Em sua versão ampliada, abordarei o quase silenciamento do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) sobre a questão ao longo dos seus mais de 20 anos, discutirei o contributo da etnolinguista Yeda Pessoa de Castro no Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e posteriormente na Universidade do Estado da Bahia, as trajetórias de Margarida Petter, Márcia Oliveira e Gabriel Araújo na Universidade de São Paulo, de Tânia Alkmim na Universidade Estadual de Campinas, de Hildo Honório do Couto na Universidade de Brasília, as pesquisas de Alan Baxter, Dante Lucchesi e Ilza Ribeiro na Universidade Federal da Bahia, os estudos de Klebson Oliveira, também na Universidade Federal da Bahia, sobre história social da cultura escrita e o que esses estudos desvelaram sobre escrita de negros no Brasil ainda durante o período da escravidão, a produção de Anthony Naro, Marta Scherre e, mais recentemente, de Sílvia Brandão e Sílvia Rodrigues Vieira, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de Eliana Pitombo e Silvana Araújo na Universidade Estadual de Feira de Santana e, por fim, as pesquisas gerativistas, destacando, na UNICAMP, os trabalhos de Charlotte Galves e Juanito Avelar e, na USP, os de Esmeralda Negrão e Evani Vioti. Esta lista que, embora expressiva, certamente está longe de ser exaustiva, deve expandir-se também com a consideração da produção de pesquisadores vinculados a universidades estrangeiras, como é o caso, por exemplo, de Gregory Guy e John Holm.

Para finalizar esta primeira parte, poderia dizer que uma apreciação inicial e bastante geral sobre o conjunto da produção científica acima referida permite observar algumas tendências. A primeira é que, nas discussões mais atuais sobre as hipóteses explicativas para a formação do português brasileiro, os embates parecem estar se deslocando de um plano em que se opunham a *hipótese da deriva* e a *hipótese do contato* e, sendo assumida como central a *hipótese do contato*, investiga-se se as mudanças mais significativas na gramática do português brasileiro teriam sido desencadeadas pela ação de *princípios gerais* que regeriam os processos de aquisição de L2 e produziriam inovações gramaticais que são passadas para variedades L1 ou se teriam decorrido da transferência de propriedades gramaticais de línguas africanas para as novas variedades do português. Uma segunda tendência de deslocamento observável é que as pesquisas deixaram de estar exclusivamente concentradas na oposição português europeu X português brasileiro e passaram a considerar os crioulos de base lexical portuguesa, bem como as variedades do português na África, com especial interesse pelo português são-tomense, angolano e moçambicano, sobretudo pelo fato de a sua gênese estar relacionada ao contato com línguas do grupo banto, grupo em que, como veremos a seguir, também estavam predominantemente concentrados os africanos que chegaram ao Brasil. Por fim, até onde pude perceber, uma terceira característica notável é que se atribui um protagonismo ao contato do português com línguas africanas – o que é inquestionável –, mas se negligencia o contato com as línguas indígenas. Isto talvez revele o quanto nós linguistas ainda estamos distantes de uma renovada historiografia da América indígena, que há aproximadamente 30 anos reage a tratar, conforme

John Manuel Monteiro (2001, p. 4), “a história dos índios no Brasil [como se resumindo] basicamente à crônica de sua extinção”.

Passo, então, à segunda parte do texto, cujos objetivos são três: inicialmente, enfatizo o fato de que, no cenário de multilinguismo localizado do Brasil contemporâneo, nenhuma língua africana compõe a ecologia linguística do país, o que claramente contrasta com o que se observou em todo o período colonial e imediatamente pós-colonial; a seguir, apresento dados gerais sobre o tráfico atlântico de escravizados não apenas para evidenciar o multilinguismo africano no passado, mas sobretudo para demonstrar a predominância banta ao longo de todo o período; finalmente, chamo a atenção para a tese de Alencastro (2000) de que a história do Estado do Brasil é envolvida por uma história mais ampla, a do Atlântico Sul, e principalmente para a leitura feita da tese de Alencastro, o que permite considerar, conforme Lima (2013) e Petter (2017), não só o importante papel que o quimbundo teria exercido como língua veicular tanto em Angola, quanto no Brasil, como também, conforme Petter (2008, 2009, 2015, 2017), postular a existência de um *continuum* afro-brasileiro do português no Atlântico Sul.

PARTE II: Contato linguístico, bantos e quimbundo no Estado do Brasil

No cenário de multilinguismo localizado do Brasil contemporâneo, segundo o Censo de 2010, 274 línguas indígenas são faladas por 37,4% de uma população de 896.900 índios sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Falam-se dois crioulos de base lexical indígena – o karipuna e o galibi-marworno –, estima-se que aproximadamente 30 línguas de imigração sejam faladas principalmente nas regiões Sul e Sudeste por uma população que não foi recenseada e não há nenhuma comunidade linguística cuja língua materna seja uma das 200 a 300 línguas africanas que cruzaram o atlântico com o tráfico de escravizados.

Segundo Petter (2006, p. 119), as línguas africanas resistem não na condição de línguas plenas, mas de línguas especiais, ora desempenhando uma função ritual, ora desempenhando uma função de demarcação social, como *línguas secretas*. Os candomblés da Bahia, por exemplo, se distinguem em diferentes nações – nagô-queto, jeje e angola –, estando o iorubá presente em todos os cultos, mas principalmente nos da nação nagô-queto, o evê-fon nos cultos da nação jeje e, finalmente, o quimbundo e o quicongo nos cultos da nação angola. Nas comunidades quilombolas de Cafundó, em São Paulo (cf. VOGT; FRY, 1996), e Tabatinga e Calunga, em Minas Gerais (QUEIROZ, 1998; BYRD, 2006), *línguas secretas* derivadas de uma língua veicular de base lexical banta, sobretudo quimbundo, foram documentadas.

Quanto à questão de explicar por que nenhuma língua africana compõe a ecologia linguística do Brasil contemporâneo, o principal fator apontado tem sido a desumanizante política do tráfico – que, desde a África, teria separado os coétnicos e colíngues, para impedir que rea-

gissem contra o bárbaro sistema escravista⁵. Porém, como ressalta Lima (2013, p. 13), tal fator merece ser questionado. Diz a autora:

Constitui um lugar comum na memória social e na historiografia apontar a diversidade de línguas faladas pelos africanos trazidos para o Brasil como um empecilho para a sua comunicação. José Honório Rodrigues, por exemplo, aponta uma política colonial que estimularia uma diversidade de línguas, embora não apresente referências mais específicas para o que afirma, e nem questione a eficácia dessa política: “Foi política colonial portuguesa variar o mais que pudesse a composição da gente africana que trazia para o Brasil. Assim evitavam sua unidade, pela diversidade de língua e os mantinham submissos”. (RODRIGUES, 1983, p. 29⁶) Antônio Houaiss, apesar de atentar para as formas de comunicação travadas pelos africanos, para a convivência de códigos e para as línguas gerais, também reproduz o topos da separação, afirmando que “a mistura de línguas africanas, que as enfraquecia relativamente, começava nos portos e postos negreiros da África.” E continua: “O fato é que aqui chegados, eram separados, de modo que não ficassem juntos nem por línguas, nem por etnias, nem mesmo por famílias, a fim de serem quebrados nos seus eventuais ímpetos de rebeldia.” Houaiss também não apresenta uma referência específica para essa afirmação.

A ideia da mesclagem etnolinguística foi também sustentada por Kátia Mattoso, historiadora greco-francesa radicada por muitos anos na Bahia, no livro *Ser escravo no Brasil*, publicado inicialmente em francês em 1979 e traduzido para o português em 1982, e por Rosa Virgínia Mattos e Silva, no texto intitulado *Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro*, de 2000. Nesse texto, Mattos e Silva defende a tese – assim como já o tinham feito Yeda Pessoa de Castro e Darcy Ribeiro, por exemplo – de que foram os africanos e seus descendentes os principais responsáveis pela generalizada difusão da língua portuguesa no território americano e também pela *formatação* da sua variante social demograficamente majoritária, o chamado português *popular* brasileiro, proveniente, por sua vez, do que ela designou de *português geral brasileiro*, ou seja, o português de índios, negros e seus descendentes. Afirma que, não tendo sido possível as suas línguas se estabelecerem no Brasil,

5 Um segundo fator apontado – a não constituição plena de famílias de escravizados – também pode ser questionado. A partir da década de 1990, em reação não só às teses social-integradoras da escravidão patriarcal de Gilberto Freyre, mas também à historiografia marxista tradicional, que, a despeito da sua inquestionável relevância, enfatizava a crueldade da escravidão e por isso muitas vezes concebia o escravizado como incapaz de atuar como sujeito, iniciam-se pesquisas que, no viés dos culturalistas marxistas ingleses, concebem a cultura como um campo de conflitos, de reconfigurações identitárias, e não apenas de sujeição. Nesta linha, em que um termo como *assimilação* deixa de ter relevância como categoria analítica, a publicação, em 1999, de *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*, trabalho pioneiro de Robert Slenes, abre caminho para a revisão da concepção de uma generalizada desagregação da família de escravizados no Brasil.

6 RODRIGUES, José Honório. A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. *Humanidades*, v. I, n. 4, 1993. p.21-41.

porque eram muitas e porque foram misturadas, os africanos adotaram o português do colonizador – reestruturando-o, porque, de modo geral, o teriam adquirido sob o efeito da aquisição imperfeita de uma segunda língua – e o difundiram no território brasileiro.

Em texto de 2008, intitulado “Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa”, Mattos e Silva propõe terem sido três os principais atores da cena linguística na Babel colonial brasileira – o português europeu, as línguas gerais de base indígena (a de base tupiniquim, a de base tupinambá e a de base kiriri) e o por ela designado e acima já referido português geral brasileiro. Não considera, portanto, a possibilidade de nenhuma língua africana ter sido usada como geral – ou seja, como língua franca, língua veicular, língua de comunicação interétnica – no período colonial, hipótese que recentemente vem sendo explorada por Lima (2013) e Petter (2017).

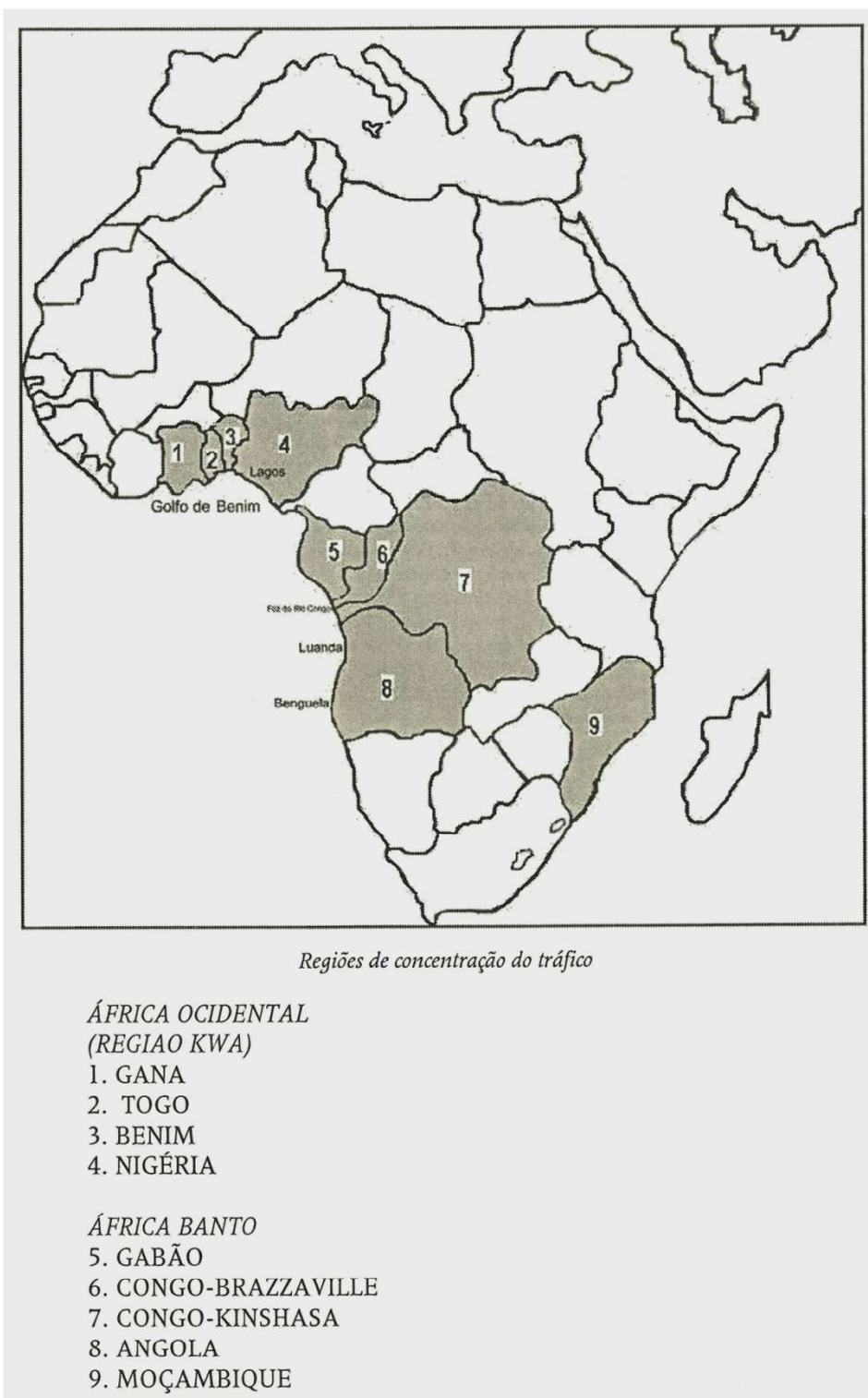
Seria preciso aqui tratar de cada um desses três atores. Como não será possível fazê-lo nos limites deste texto, apenas direi quanto à complexa história das línguas gerais de base indígena: **(i)** que a de base tupiniquim, ou língua geral paulista, se expandiu da sua área original, localizada, no século XVI, em faixa estreita do litoral de São Paulo em direção a Minas Gerais, sul de Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná; **(ii)** que a de base tupinambá ou língua geral amazônica se expandiu da sua área original, localizada, no século XVII, no litoral do Maranhão e do Pará pela Amazônia brasileira e, subindo o Rio Negro, alcançou ainda a Amazônia venezuelana e a Amazônia colombiana; hoje resiste com o nome de nheengatu na condição de língua cooficial do município de São Gabriel da Cachoeira, o município mais plurilíngue das Américas; **(iii)** que a de base kiriri foi língua geral da faixa interiorana do Nordeste próxima à costa; **(iv)** que a história linguística das duas colônias portuguesas na América – o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará – deve ser tratada em separado, não só porque, conforme enfatiza Bessa Freire (2004), no espaço amazônico não indígena do Estado do Maranhão e Grão-Pará, é só a partir do século XIX que o português vai progressivamente substituir a língua geral amazônica, como também porque, conforme enfatiza Alencastro (2009, p 18), o Estado do Brasil, “onde se desenvolvia o polo de produção escravista, entretinha relações densas e regulares com os portos e enclaves portugueses na África e, principalmente com Angola”; por fim, **(v)** que o tupinambá, língua do tronco tupi, foi descrito pelo jesuíta José de Anchieta, na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em Portugal em 1595, e que o kiriri, língua do tronco macro-jê, foi descrito pelo jesuíta Luís Vicêncio Mamiami, na *Arte de gramática da língua brasilica da nação cariri*, publicada em Portugal em 1699.

Para além das duas línguas indígenas acima referidas, também uma língua africana, o quimbundo, foi objeto de descrição gramatical no período colonial, em *A arte da língua de Angola*, escrita em Salvador e publicada, em Lisboa em 1697. Seu autor foi o jesuíta português

Pedro Dias, que vivia no Brasil desde a infância, tendo ficado a revisão da obra a cargo do jesuíta Miguel Cardoso, natural de Angola. O simples fato de terem sido estas três línguas – o tupinambá, o kiriri e o quimbundo – objeto de descrição gramatical entre os séculos XVI e XVII já é um forte indício do importante papel que teriam exercido como línguas de comunicação interétnica. Vale ressaltar ainda que a situação do quimbundo parece ter sido bastante distinta daquela que nos deu a conhecer *A obra nova da língua geral de mina*, escrita não por um jesuíta, mas por um senhor de escravos, que revelou a presença de outra língua veicular africana, porém restrita ao quadrilátero mineiro na primeira metade do século XVIII. Segundo Petter (2017), “essa ‘língua’ ou melhor, seu vocabulário não se difundiu no português falado no Brasil, nem mesmo na região mineira”, apesar de, conforme destaca Castro (2002, p. 27), ter permanecido em contextos mais específicos, implantando “as bases da estrutura conventual dos terreiros de tradição mina-jeje no Brasil (...)”.

Passemos aos dados demográficos gerais da história da escravidão, em que fica evidente o predomínio banto ao longo dos séculos. O tráfico de escravizados para o Brasil se estendeu da década de 30 do século XVI até 1850, quando se deu a sua extinção oficial, e, embora não seja possível precisar quantos vieram, se estima que entre 8.000.000 e 11.000.000 de negros tenham sido trazidos às Américas, tendo aproximadamente 4.900.000 do total se destinado ao Brasil (cf. SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 82). Duas regiões subsaarianas vão caracterizar toda a história do tráfico ao Brasil: a região oeste-africana, caracterizada por um grande número de línguas, tipologicamente muito diversificadas e faladas por um menor número de cativos, e a região banta, caracterizada por um número reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas e faladas pelo maior número de cativos (PETTER, 2006, p.124-125). As línguas do continente africano se classificam em quatro troncos: o congo-cordofaniano, o nilo-saariano, o afro-asiático e o coissã; o congo-cordofaniano se subdivide, por sua vez, em duas famílias: a níger-congo e a cordofaniano⁷. Os escravizados que chegaram ao Brasil eram falantes de línguas da família níger-congo, predominantemente dos grupos banto e kwa (cf. CASTRO, 2001).

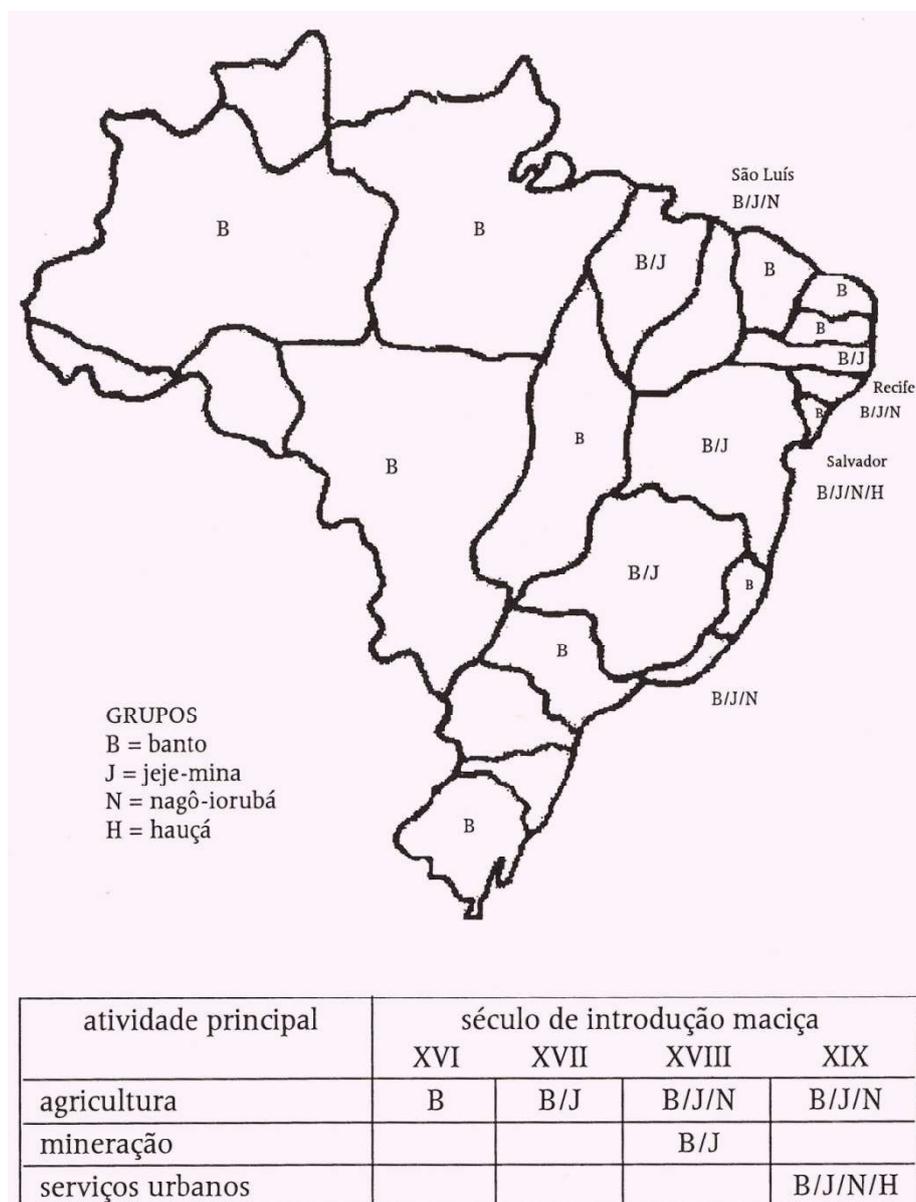
⁷ cf. Greenberg, Joseph. *The languages of Africa*. Bloomington: Indiana University, 1966 *apud* Castro 2001.



Mapa 1: Regiões de concentração do tráfico. Fonte: Castro, 2001, p. 46

Desde o final do século XVI até 1850, a presença dos bantos foi sempre majoritária: de 1580 a 1690, corresponderam a 93% do total de escravizados; de 1691 a 1750, a 55%; de 1751 a 1808, a 68% e, finalmente, de 1808 a 1850, a 71% (cf. ALMEIDA, 2014, p. 353-355). Assim, vale destacar, no que tange ao contato do português com línguas africanas, a observação de que, em razão da sua antiguidade no Brasil, da sua densidade demográfica e da amplitude geográfica

por eles alcançada, o contato linguístico com os bantos, no geral, foi muito mais profundo que com os demais grupos etnolinguísticos (cf. CASTRO, 1983, p. 2). Aqui cabe ressaltar que, ainda que a política de separar coétnicos e colíngues tenha de fato existido, não terá muitas vezes tido sucesso, já que os bantos predominaram, as suas línguas eram poucas e tipologicamente homogêneas, sendo, inclusive, possível a intercomunicação entre os falantes das três que predominaram no Brasil: o quimbundo, o quicongo e o umbundo.



Mapa 2: Esboço de mapa etnológico africano no Brasil. Fonte: Castro, 2001, p. 47

Em *O tráfico dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, Alencastro (2000) propõe a tese, explicitada no subtítulo do livro, de que a história do Estado do Brasil é envolvida por uma história mais ampla, a do Atlântico Sul. São suas palavras:

Nossa história colonial não se confunde com a continuidade do nosso território colonial. Sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, mas de maneira incompleta: o país aparece no prolongamento da Europa. Ora, a ideia exposta neste livro é diferente e relativamente simples: a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII. Não se trata [...] de estudar de forma comparativa as colônias portuguesas no Atlântico. O que se quer, ao contrário, é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se unem num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo. (ALENCASTRO, 2000)

Trata-se de tese fundamental também para pensarmos, do ponto de vista linguístico, os três séculos coloniais e suas repercussões sobre a atual configuração do português brasileiro. Petter (2017, p. 13) afirma:

O fato histórico fundamental, tema da obra de Alencastro, é que a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos situada em Angola. [...] Esse relacionamento vital das duas colônias portuguesas no Atlântico fornece argumentos para a tese defendida pelo historiador na obra em tela: o Brasil se formou fora do Brasil, não como um prolongamento da Europa, mas como participante de um sistema de exploração colonial singular em ação no Atlântico Sul.

E continua a referida autora:

As evidências da história permitem extrapolar para o terreno da língua a tese de Alencastro: o PB também se formou no convívio com as línguas do Centro-Sul da África, sem negar, contudo, a matriz portuguesa, nem os contatos posteriores com línguas da África do Ocidental.

O primeiro aspecto a destacar de tal extrapolação é a sustentação dada pela tese de Alencastro à hipótese de que o quimbundo, que se tornou língua veicular em Angola, também o tenha sido no Brasil. Enquanto, no século XVI, São Tomé constituiu o primeiro grande centro de redistribuição de escravos, nos séculos XVII e XVIII, é Angola que passará a desempenhar tal papel. Concomitantemente a esta mudança, ocorrerá outra, também importante do ponto de vista linguístico: a brasilianização do tráfico, ou seja, o fato de que o comércio de escravizados deixou de ser feito no esquema clássico triangular – Europa, África e América – e passou a ser travado diretamente entre Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Luís, por um lado, e Luanda, por outro. Aqui cabe dizer o óbvio: a referência a Angola no período em questão não condiz com a geografia de Angola dos dias atuais. Para além de Luanda, situada na costa, destacam-se dois grandes reinos, o de Ndongo, ao Norte, e o de Benguela, ao Sul. O quimbundo, língua nativa dos falantes do reino de Ndongo, disseminou-se para os diversos espaços da colonização

portuguesa em território angolano (cf. PETTER, 2017, p. 30). A ideia de que a sua disseminação também ocorreu no Brasil está patente nas palavras de Lima (2013) nos dois trechos abaixo:

O fato de uma gramática do quimbundo ter sido elaborada no Brasil está conectado às várias redes que atravessavam o império luso, às várias combinações de carreiras entre Portugal, Angola, Brasil, bem detalhadas no trabalho de L. F. Alencastro. (p. 04)

O quimbundo é uma das línguas africanas mais visíveis da história do Brasil e alguns clássicos afirmam que foi usado como língua geral (MENDONÇA, 1935⁸; RODRIGUES, 1977⁹; RODRIGUES, 1983), o que é plenamente coerente com as concentrações e fluxos de africanos, para diferentes regiões, em todas as épocas, que poderiam falá-lo seja como língua vernacular, ou materna, seja como língua veicular. Considerar o quimbundo como língua geral é também coerente com todo o sistema de trocas de mercadorias, pessoas, informações no quadro do que Luiz Felipe Alencastro bem conceituou como o Atlântico Sul. Quantas viagens houve ao longo de séculos, e especialmente a partir do século XVII, conectando pessoas que falavam quimbundo, indo e vindo de Luanda? (p. 01 - 02)

O segundo aspecto a destacar é a proposta feita por Petter (2008) de um *continuum* afro-brasileiro do português, que, em sua versão estendida (2015) e apoiando-se nas abordagens de F. van Coetsem (2000)¹⁰, Myers-Scotton (2002)¹¹ e Winford (2008)¹², assume que, do ponto de vista linguístico, são semelhantes os processos que atuam em toda situação de contato linguístico e defende a continuidade — e não a ruptura genética — entre as línguas crioulas lexificadas pelo português e outras variedades de língua portuguesa, como a brasileira, a angolana e a moçambicana. Os crioulos estariam situados em um polo do *continuum*, enquanto as variedades do português estariam em outro, de acordo com o grau de *imposição* das características da língua-fonte, entendendo-se por imposição a transferência de traços da língua linguisticamente dominante de um falante para a sua versão da língua recipiente.

Palavras finais

As palavras finais serão breves. Fazendo uma apreciação inicial e geral sobre o conjunto da produção acadêmica recente sobre a constituição histórica do português brasileiro, destaquei, neste texto, uma tendência de deslocamento no sentido de que as pesquisas deixaram de

8 MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Prefácio de Rodolfo Garcia. 2 ed. Coleção Brasileira vol. 46. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.

9 RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

10 VAN COETSEM, Frans. *A general and unified theory of the transmission process in language contact*. Heidelberg: Universitätsverlag, 2000.

11 MYERS-SCOTTON, Carol. *Contact linguistics: bilingual encounters and grammatical outcomes*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

12 Winford, Donald. Processes of creole formation and related contact induced language change. *THEMA* 2, 2008. <http://www.journal.org/>

estar exclusivamente concentradas na oposição português europeu X português brasileiro e vêm, cada vez mais, passando a considerar os crioulos de base lexical portuguesa, bem como as variedades do português na África. Nesse novo viés de investigação, o conceito de *continuum* afro-brasileiro do português revela-se bastante profícuo, podendo-se destacar já aqui o livro *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil* (LÓPEZ; GONÇALVES; AVELAR, 2018), que, tomando como central a articulação entre mudança, aquisição e contato, certamente dará novos e importantes contributos para o avanço do conhecimento sobre a gênese do português brasileiro.

Referências

ALENCASTRO, L.F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico-Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, L. F. de. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (orgs.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p.15-26.

ALMEIDA, M.A.L. de. Tráfico de africanos para o Brasil. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (orgs.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Nau/FAPERJ, 2014.

ANDREAZZA, M.L.; NADALIN, S.O. História da ocupação do Brasil. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

ANCHIETA, J. (1595/1980). *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

BAXTER, A. Epilogue. In: LÓPEZ, L. Á.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (eds.) (dezembro de 2018). *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. John Benjamins, Amsterdam, 2018.

BESSA FREIRE, J.R. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Do campo para a cidade - estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. A análise do português em três *continua*: o *continuum* rural-urbano, o *continuum* de oralidade-letramento e o *continuum* de monitoração estilística. In: S. GROSSE, S.; ZIMMERMANN, K. (Orgs.). *Substandard e mudança no português do Brasil*. Frankfurt - Alemanha: TFM, 1998, v. 1, p. 101-118.

BORTONI-RICARDO, S. M. Um modelo para a análise sociolingüística do português do Brasil. In: BAGNO, M. (ed.). *A linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 333-346.

BYRD, S. Calunga: na Afro-Brazilian speech. *Papia*, n. 16, p. 62-78, 2006.

CASTRO, Y.P. de. Das línguas africanas ao português brasileiro. *Afro-Ásia*, n. 14, p. 81-101, 1983.

CASTRO, Y.P. de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

CASTRO, Y.P. de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretaria da Cultura do Estado de Minas Gerais, 2002.

DIAS, P. *Arte da Língua de Angola offerecida a virgem senhora N. Do Rosario, Mãe, & Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias, da Companhia de Jesu*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, 1697.

KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LIMA, I. S. Na Bahia, a Arte da língua de Angola: comunidades linguísticas no mundo atlântico. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social*, Natal - RN, 22 a 26 de jul, p.01-16, 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346755_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2013.pdf

LIGHTFOOT, D. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LÓPEZ, L.A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J.O. de (org.). *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdã: John Benjamins, 2018.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolingüística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MAMIAMI, L.V. *Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Naçam Kiriri* (com notas introdutórias de Batista Caetano de Almeida Nogueira). Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1699/1877.

MATTOS E SILVA, R.V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1988.

MATTOS E SILVA, R.V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, R.V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no território brasileiro. *Gragoatá*, n. 9, p. 11-27, 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n.34, p. 11-30, 2008

MATTOSO, K. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990 [1980].

MONTEIRO, J.M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo*. Campinas: UNICAMP, 2001. Tese de Livre Docência (em Etnologia) apresentada ao Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2001.

MUSSA, A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 1991.

MYERS-SCOTTON, C. *Contact linguistics: bilingual encounters and grammatical outcomes*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MYERS-SCOTTON, C. *Contact linguistics: bilingual encounters and grammatical outcomes*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PAIXÃO DE SOUSA, M.C. Linguística histórica. In: NUNES, J. H; PFEIFFER, C. (orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, p. 11-48, 2006.

PETTER, M. *Variiedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*. Tese de Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. (orgs.). *Rosa Virgínia Mattos e Silva, Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 117-142.

PETTER, M. O *continuum* afro-brasileiro do português. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, ROSA, F. (orgs.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. p.151-173.

PETTER, M. Ampliando a investigação do *continuum* afro-brasileiro do português. *Papia*, n. 25, p. 305-317, 2015.

PETTER, M. As línguas africanas no Brasil: o papel do quimbundo na formação do português brasileiro. In: TEIXEIRA, E. P.; ARAÚJO, S. S. (orgs.). *Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além-mar*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p.21-48.

QUEIROZ, S. *Pé Preto no Barro Branco: a Língua dos Negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ROBERTS, I.; KATO, M. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SLENES, R.W. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2 ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011 [1999].

TARALLO, F. *A fênix finalmente renascida*. Boletim da ABRALIN, n. 6, p. 95-103, 1984.

TARALLO, F. Por uma sociolinguística românica “paramétrica”: fonologia e sintaxe. *Ensaio de linguística*, n. 13, p. 51-84, 1987.

VAN COETSEM, F. *A general and unified theory of the transmission process in language contact*. Heidelberg: Universitätsverlag, 2000.

VOGT, C.; FRY, P. *Cafundó, a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WINFORD, D. Processes of creole formation and related contact-induced language change. *Journal of Language Contact*. THEMA 2, 124 -145, 2008.

Sobre Dinah Callou — Tânia Conceição Freire Lobo¹³

13 À Professora Dinah Callou, por sua trajetória acadêmica inspiradora e exemplar.



**NOTAS SOBRE ORAÇÕES EXISTENCIAIS, PARÂMETRO PRO-DROP E
CONSTITUINTES LOCATIVOS NA HISTÓRIA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**ON EXISTENTIAL SENTENCES, PRO-DROP PARAMETER AND
LOCATIVE CONSTITUENTS IN BRAZILIAN PORTUGUESE**

Juanito Ornelas de Avelar¹

Resumo

Este estudo correlaciona a emergência de *ter* como o verbo existencial canônico do português brasileiro a mudanças relativas ao parâmetro pro-drop e ao licenciamento de constituintes locativos em posição de sujeito. O trabalho é baseado na observação de dados dos séculos XIX e XX e procura mostrar que o estatuto existencial de *ter* no português brasileiro deriva de restrições à interpretação de sujeitos nulos referenciais e a um processo de reanálise desencadeado pela presença de termos locativos em posição pré-verbal. O estudo também associa a tendência à supressão de *haver* ao fato de as orações com esse verbo não dispor de uma posição licenciadora de sujeito, uma propriedade requerida pelo novo estatuto pro-drop da língua.

Palavras-chave: Sentença existencial; Termos locativos; Posição de sujeito; Mudança paramétrica; Variação.

¹ Universidade de Estocolmo e Universidade Estadual de Campinas. E-mail: juanitoavelar@uol.com.br.

Recebido em: 26/10/2018

Aceito em: 12/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

This study relates the emergence of *ter* as the canonical existential verb in Brazilian Portuguese to grammatical changes involving both the pro-drop parameter and the interpretation of locative constituents. Data from the 19th and the 20th Centuries are analyzed in order to show that the existential use of *ter* in Brazilian Portuguese results from two aspects: (a) constraints on the interpretation of definite null subjects and (b) reanalysis of *ter* triggered by the placement of locative phrases in preverbal position. The paper also relates the suppression of *haver* to the fact that such a verb does not project a syntactic position for subjects, a property required by the partial pro-drop status of Brazilian Portuguese.

Keywords: Existential sentence; Locative phrase; Subject position; Parametric change; Variation.

1. Introdução

De uma perspectiva diacrônica, uma questão de interesse no estudo das orações existenciais com *ter* é a de saber em que ponto da evolução da língua, e por quais razões, esse verbo passou a ser empregado como prototipicamente existencial, dando origem ao uso corrente que temos no português brasileiro atual. Até aqui, o que se pode afirmar com certeza é que, em fontes escritas, textos brasileiros do século XIX apresentam um conjunto de construções com *ter* que podem ser inequivocamente tratadas como existenciais, dispendo das mesmas propriedades que as identificadas nos dias de hoje. Por outro lado, os dados provenientes de épocas anteriores ao século XIX apresentados na literatura sobre o assunto não podem ser tratados como casos inequívocos de construções existenciais (ver SAMPAIO, 1978; MATTOS E SILVA, 1989, 1995, 1996, 2002; RIBEIRO, 1996; VIOTTI, 1998; ELEUTÉRIO, 2003). A maioria desses dados representa o que se pode chamar de *contextos opacos*, nos quais *ter* admite uma leitura tanto possessiva quanto existencial.

Neste artigo, apresento alguns aspectos relacionados ao uso de *ter* como verbo existencial, em particular no que tange ao papel desempenhado por alterações no parâmetro pro-drop pela presença de locativos em posição de sujeito no desencadeamento da mudança relevante. O presente estudo reapresenta alguns dos resultados publicados anteriormente em Avelar (2009abc, 2018) e Avelar & Callou (2007) sobre estruturas possessivo-existenciais, com base em dados coletados em *corpora* dos séculos XIX e XX que vêm sendo utilizados no âmbito do projeto PHPB (*Para a História do Português Brasileiro*). O trabalho vem dividido como se segue: na seção 2, abordo a superposição sintático-semântica entre as construções possessivas e existenciais com *ter* e destaco o papel dessa superposição no desencadeamento da mudança que conduziu a emergência desse verbo como o existencial canônico no português brasileiro, em correlação com propriedades da posição de sujeito das construções possessivas; na seção 3, focalizo mudanças atreladas ao parâmetro pro-drop e à colocação de constituintes locativos dentro de sentenças do português brasileiro, correlacionando-as com as alterações relevantes

em torno das construções com *ter*; o artigo é concluído na seção 4.

2. Superposições sintático-semânticas entre construções possessivas e existenciais

Dada a superposição semântico-discursiva do conteúdo veiculado pelas construções possessivas e existenciais em qualquer que seja a língua natural, as sentenças possessivas podem, em certos contextos, servir à expressão de existência, o que não quer dizer que, numa dada língua, o verbo possessivo tenha sido reanalisado como existencial pelos seus falantes. Nenhum dos trabalhos consultados na introdução deste artigo apresenta um conjunto significativo de dados que justifiquem considerar o uso inequívoco e/ou sistemático de *ter* como existencial em períodos anteriores ao século XIX, seja no Brasil, seja em Portugal. O que se apresenta, quase sempre, são dados esparsos, que, por uma confluência de fatores contextuais, podem receber interpretação existencial sem, contudo, excluir a leitura possessiva.

Especificamente no que concerne a fontes escritas produzidas no Brasil anteriormente ao século XIX, Eleutério (2003) apresenta dados do século XVII que se encaixam na situação descrita acima. São casos como os destacados entre colchetes nos excertos reproduzidos a seguir:

(1) ...e assim diserão **elles** doadores que tinhão e em cazatres crianças emgeitadas que **elles** criarão Manoel Jozeph Pascoal os quais emcomendão aos Religiozos se os herdeiros os tenhão debaixo de sua propteção e os dotrinem como filhos juntamente com os mamalucos forros que [em **sua** caza **tem**], em fé do qual assim o outrogarão... – texto notarial/1632

(2) e assim ia que não pode tratarse do passado deu ia a **SanctaCaza da Mizericordia** [...] ver as desconueniencias que [**tinha**] – texto notarial/1691

(3) O Padre Prior e mais Religiozos do conuento do Carmo desta çidade do Rio de Janeiro [dis] que ao ditto Convento deo em capella com obrigaçons de missas, e outros legados de **Pedro Luis Ferreira** huas terras que [**tem** em o Rio Sorohy] – texto notarial/1620

(4) pello dito Capitam Sebastião Mendes da Silveira me foi dito em prezensa delle testemunhas ao diante nomeadas e assignadas, que **elle** esta de posse paçifica do Emgenho e terras que [**tinha** na guaratiba] – texto notarial/1660

(5) O **Padre Prior e mais Religiozos do Conuento de Nossa Senhora do Carmo** [dis] que elles querem comesar as obras de **sua Igreja** o que he bem e honrra da **terra** por ser temple donde concorre toda a gente della e [hora **tem** huã pedreira aberta em huma Ilha que esta no mar da Ilha de Sam Bento] e hora se não sabe ter Senhor – texto notarial/1619

(Dados de textos notariais do século XVII, apresentados em Eleutério, 2003)

Como previamente ressaltado em Avelar (2018), se oferecermos às construções sublinhadas nos trechos em (1)-(5) um juízo de (a)gramaticalidade com base na gramática do português brasileiro contemporâneo, a interpretação preferencial (e, talvez para boa parte dos falantes, a interpretação única) é aquela em que *ter* é parte de uma oração existencial. Contudo, se apresentadas a falantes do português europeu contemporâneo, as mesmas construções serão interpretadas como casos de expressão possessiva. Notemos que é possível indicar um sujeito para *ter* em qualquer das orações destacadas: em (1), o possuidor de casa, referenciado pelos pronomes *elles* e *sua*; em (2), a Santa Casa de Misericórdia; em (3), Pedro Luís Ferreira; em (4), a pessoa referenciada pelo pronome *elle*; em (5), há três candidatos: *o Padre Prior e os mais Religiozos do Convento, sua Igreja e a terra*.

Essa mesma opacidade quanto ao caráter possessivo-existencial da oração com *ter* fica evidenciada pelo juízo de falantes do português brasileiro também quando diante de construções extraídas de amostras de fala do português europeu contemporâneo, em casos como o seguinte:

(6) PORTUGUÊS EUROPEU CONTEMPORÂNEO

...e depois fomos para **UMA TASCA**, meu, que era espectacular. então é **AQUELA TASCA** que eu já te contei, que era: tipo u[...], uma garagenzinha, estás a ver, e [**tinha** uns bancos de madeira, tipo, umas tábuas de madeira em cima de tijolos] (Apresentado em Avelar, 2018)

Em síntese: falantes de português europeu interpretam as orações com *ter* destacadas em (1)-(6) como possessivas, enquanto falantes de português brasileiro tendem a interpretá-las como existenciais. As restrições para o licenciamento de sujeito nulo no português brasileiro parecem ser a chave para compreender a atribuição generalizada de um estatuto existencial a frases com *ter* em contextos específicos. Como será destacado na próxima seção, o português brasileiro mostra, em sua história, uma redução drástica na frequência de sujeitos nulos referenciais (DUARTE, 1995), o que pode ser a causa (ou, pelo menos, uma delas) da dificuldade para interpretar como possessivas as construções com *ter* sem um constituinte nominal fonologicamente expresso no interior da oração.

Tendo isso em mente, para determinar o estatuto das construções com *ter*, é necessário saber se seus enunciadores eram providos de uma gramática mais próxima do português europeu ou do português brasileiro contemporâneos, no que diz respeito às propriedades do sujeito nulo. Até aqui, não há razões para crer que as condições necessárias às alterações no licenciamento de sujeito nulo, desencadeadas pela redução do paradigma verbo-flexional, estivessem em estágio

tão avançado no português do/no Brasil ao longo do século XVII, a ponto de a gramática dos falantes letrados em território brasileiro naquele período (que sequer sabemos se eram ou não nascidos no Brasil) produzir, em larga escala, construções inequivocamente impessoais com um verbo tipicamente possessivo. No que tange, portanto, às características do paradigma verbo-flexional e do sujeito nulo, o mais provável é que os falantes letrados em território brasileiro àquela época tivessem uma gramática muito mais próxima do português europeu contemporâneo do que da do português brasileiro. Por conta disso, os dados com *ter* em (1)-(6) devem ser analisados como ocorrências de sentenças possessivas, e não existenciais.

Podemos afirmar, portanto, que nenhum estudo apresentou, até agora, dados quantitativa e qualitativamente significativos que justifiquem considerar *ter* ter havido um uso sistemático de *ter* como existencial em fontes escritas anteriores ao século XIX. Ainda que as supostas ocorrências de *ter* como existencial em estágios anteriores do português, referidas nos trabalhos atualmente disponíveis, venham a ser comprovadas como orações que realmente serviam à expressão de existência, é inequívoco o fato de ser no português brasileiro que *ter* assume o posto de verbo existencial canônico, fruto de uma mudança que conduziu (ou vem conduzindo) à supressão de *haver* no mesmo contexto frásico. Nesse sentido, não há razões para acreditar que o emprego de *ter* como o existencial prototípico da língua tenha filiação no português europeu. A pergunta relevante, na qual a próxima seção irá se concentrar, é a de saber por que o verbo *ter* conquistou esse estatuto no português brasileiro, sem que o mesmo fato tenha tido paralelo no português europeu.

3. A emergência de *ter* como verbo existencial canônico do português brasileiro

Em Avelar (2018), são discutidos dois fatores que podem ter sido determinantes na consolidação de *ter* como o existencial canônico do português brasileiro: (a) as novas condições para o licenciamento e interpretação de sujeitos nulos, determinadas pela progressiva simplificação do paradigma flexional e (b) a emergência de novos padrões de inversão locativa, por meio dos quais sintagmas preposicionados locativos passaram a ser licenciados em posição de sujeito. Esta seção se ocupa desses dois fatores e procura mostrar como sua confluência pode ter determinado a mudança relevante.

3.1. Efeitos do parâmetro *pro-drop* sobre a interpretação das construções possessivas

Como destacado na seção anterior, brasileiros tendem a interpretar orações com *ter* sem sujeito expresso como sentenças existenciais, enquanto portugueses oferecem às mesmas uma interpretação possessiva. Como já destacado em Avelar (2018), esse contraste pode estar radicado, em grande medida, nas diferenças relativas à marcação do parâmetro *pro-drop* entre as duas variedades do português: dadas as condições para o licenciamento de sujeitos nulos refe-

renciais, o português europeu apresenta propriedades que são típicas das línguas *pro-drop* canônicas (como o italiano e o espanhol), enquanto o português brasileiro tem sido caracterizado como uma língua *pro-drop* parcial, como o finlandês e o marathi (RODRIGUES, 2002; KATO, 2000; HOLMBERG, NAYADU & SHEEHAN, 2009)². O que justifica o estabelecimento desse contraste são as fortes restrições ao licenciamento de sujeito nulo referencial na variedade brasileira, não atestadas na europeia. Em um estudo sobre o preenchimento da posição de sujeito nas duas variedades, com base em dados de fala, Duarte (1995) observa que o percentual de sujeitos nulos referenciais chega a 69% no português europeu contemporâneo (década de 80), mas não ultrapassa os 29% no português brasileiro. O excerto de fala apresentado pela autora, reproduzido em (7) a seguir, é representativo do que ocorre no português brasileiro: o pronome *ela* é realizado em todas as posições nas quais o sujeito e o tópico do discurso (*essa minha tia*) são correferentes; no português europeu, ao contrário, essas posições tenderiam a ocorrer com sujeitos nulos, tal como no excerto em (8), no qual todos os sujeitos na primeira pessoa do singular deixam de ser fonologicamente expressos nas posições identificadas como “Ø”.

(7) PORTUGUÊS BRASILEIRO

Essa minha tia que mora aqui, ela é solteirona e eu acho que ela é super-feliz, sabe? Eu não acho que ela seria feliz assim... Ela é uma pessoa que ajuda os outros pra caramba. Ela – isso é até um pouco de defeito – ela pensa muito mais nos outros do que nela, né. Mais eu acho que ela é uma pessoa feliz e tal, que não tem nada... É que a vida não ficou a dever, entendeu, nada. Foi uma opção dela ficar solteira. Ela não ficou solteira porque não apareceu pretendente. Ela ficou solteira porque ela quis. (DUARTE, 1995, p. 46)

(8) PORTUGUÊS EUROPEU

...porque me parecia uma coisa detestável, um problema grande de consciência, se amanhã como magistrado Ø viesse a verificar que Ø **tinha errado** ou que Ø **tinha julga-**

2 Na literatura atual sobre o parâmetro *pro-drop*, tem sido largamente assumida a seguinte classificação: *línguas não pro-drop* (como o inglês e o francês), que não admitem sujeitos nulos em orações finitas, a não ser em contextos específicos, como em estruturas coordenadas e sentenças com verbos no modo imperativo; *línguas radicalmente pro-drop* (como o chinês), que recorrem preferencialmente a sujeitos nulos, mesmo apresentando um paradigma verbo-flexional reduzido; *línguas canonicamente pro-drop* (como o português europeu, o espanhol e o italiano), que recorrem preferencialmente a sujeitos nulos, em lugar de sujeitos fonologicamente explícitos, em função de seu rico paradigma verbo-flexional; *línguas parcialmente pro-drop* (como o português brasileiro e o islandês), que, embora admitam sujeitos nulos, apresentam fortes restrições à sua realização. Para mais detalhes a respeito dessa divisão, vejam-se os trabalhos publicados na coletânea organizada por Biberauer *et al* (2010), em especial o trabalho de Holmberg (2010).

do mal, sobretudo se Ø **tivesse julgado** mal em prejuízo de alguém... Hoje Ø **gostava** de ser magistrado porque Ø **estou** convencido que Ø talvez **evitasse** mais injustiças como magistrado do que as que Ø **posso** evitar como advogado. (DUARTE, 1995, p. 11)

Vem sendo comumente aceito que a origem desse contraste no que tange à frequência de sujeitos nulos referenciais está na simplificação do paradigma verbo-flexional que teve lugar no português brasileiro. Essa simplificação segue ilustrada no Quadro em (9) a seguir: em comparação com o português europeu, cujo sistema flexional permite distinguir claramente as três pessoas do discurso, no singular e no plural, o português brasileiro apresenta um sistema reduzido em termos flexionais (tanto na variedade dita *padrão* quanto na *popular*), com a única distinção clara sendo observada na primeira pessoa do singular. Frente a essa simplificação, a expressão fonológica do sujeito passou a ser mais frequente do que no português europeu, uma vez que o paradigma flexional não consegue recuperar com facilidade o referente discursivo do sujeito. Segue daí a distinção entre o *estatuto canonicamente pro-drop* do português europeu, com baixa restrição à ocorrência de sujeitos nulos referenciais, ao *estatuto parcialmente pro-drop* do português brasileiro, em que sujeitos nulos referenciais ainda são licenciados, mas com fortes restrições.

(9)	PORTUGUÊS EUROPEU	PORTUGUÊS BRASILEIRO PADRÃO	PORTUGUÊS BRASILEIRO POPULAR
	eu falo	eu falo	eu falo
	tu falas	você/tu fala	você/tu fala
	ele fala	ele fala	ele fala
	nós falamos	a gente fala / nós falamos	a gente/nós fala
	vós falais / vocês falam	vocês falam	vocês fala
	eles falam	eles falam	eles fala

Retornando às orações possessivas e existenciais, é óbvio qual terá sido o efeito da simplificação do paradigma flexional (e suas consequências na interpretação do sujeito nulo) sobre as orações com *ter*: para falantes do português brasileiro, sentenças com *ter* sem um sujeito fonologicamente expresso não são facilmente associadas a um referente interpretado como *possuidor* que seja externo à oração, ao contrário do que se observa entre os falantes de português europeu. A questão relevante é saber por que, frente às mudanças no paradigma verbo-flexional e nas condições para o licenciamento de sujeitos nulos, os falantes passaram a atribuir uma interpretação existencial às orações em que não há um sujeito expresso para *ter*, em vez de fornecer a essas sentenças outra interpretação qualquer. Esse será o tópico da próxima seção, quando será abordada a inversão locativa. Por ora, é relevante salientar uma correlação quanti-

tativa que pode ser estabelecida entre a diminuição da frequência de sujeitos nulos e o aumento de orações existenciais com *ter* no decurso dos séculos XIX e XX. Essa correlação fica evidente na Figura 1 a seguir, que traz um panorama obtido a partir dos resultados apresentados em Duarte (1995) e Marins (2012), com base em peças teatrais brasileiras produzidas entre 1845 e 1992: o percentual de sujeitos nulos nas peças teatrais cai de 80% em 1845 para 26% em 1992, enquanto o das existenciais com *ter* vai de 0% a 86% no mesmo período. O paralelo entre a diminuição da frequência de sujeitos nulos e a ampliação da frequência de orações existenciais com *ter* é evidente, o que reforça a hipótese de que mudanças no parâmetro *pro-drop* afetaram a interpretação das construções com *ter* no português brasileiro, resultando no uso desse verbo como o existencial canônico da língua.

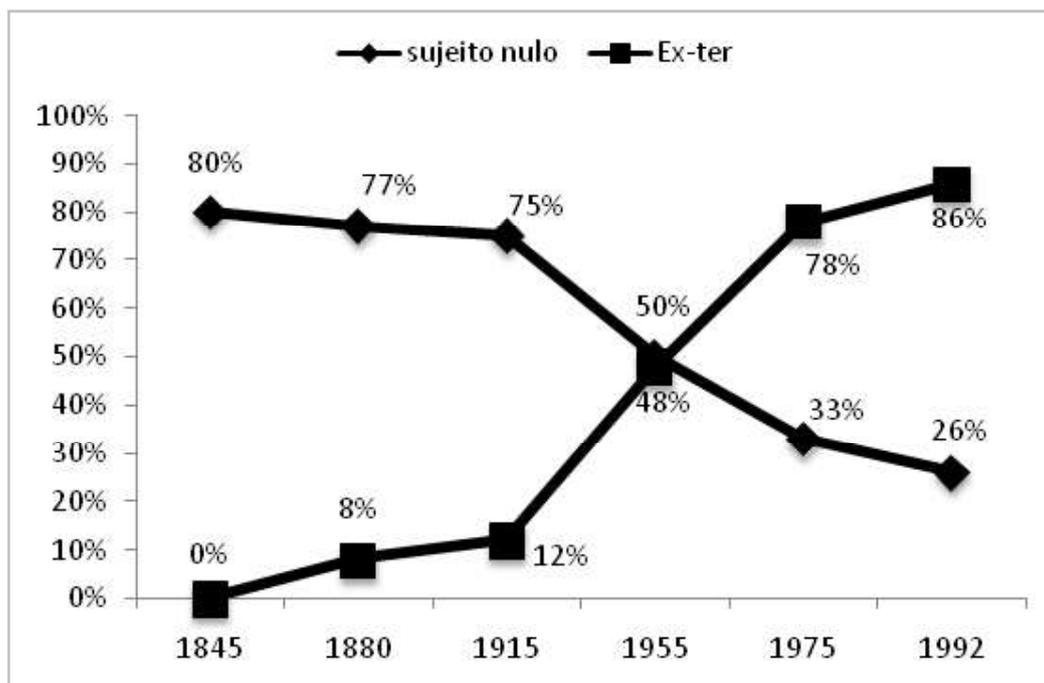


Figura 1: Frequência de sujeitos nulos e sentenças existenciais com *ter* em textos de peças de teatro no decurso dos séculos XIX e XX. Números baseados nos resultados apresentados em Duarte (1995) e Marins (2012).

Se esta hipótese a respeito da emergência de *ter* como o existencial canônico do português brasileiro estiver correta, há pelo menos duas questões que precisam ser respondidas: (i) por que a interpretação das orações com *ter* que não dispõem de um argumento externo resulta necessariamente na leitura existencial e (ii) por que a emergência de *ter* como existencial vem sendo acompanhada da supressão do verbo *haver* – em outras palavras, por que a alternância entre *ter* e *haver* não se fixou como uma variação estável, em vez de promover uma mudança em que as construções com *haver* vem deixando de ser realizadas. Essas duas questões serão abordadas a seguir.

3.2. O papel dos locativos na interpretação existencial das construções com *ter*

A relevância da primeira questão que encerra o tópico anterior – por que a interpretação das orações com *ter* sem um argumento externo produz a leitura existencial – se deve à observação de um fato largamente atestado no português brasileiro contemporâneo entre sentenças com certos tipos de verbo transitivo: na ausência de um argumento externo explícito, orações com os verbos relevantes são geralmente interpretadas como tendo um sujeito indeterminado (de referência genérica ou arbitrária). Essa propriedade é observada no excerto apresentado a seguir, que reproduz um trecho de fala extraído de uma entrevista: em negrito, vemos uma sequência de verbos transitivos (*faz, escolhe, lava, deixa*) cujo argumento externo não é fonologicamente explicitado, nem dispõe de um correferente com interpretação definida no contexto. Em todos esses casos, estamos de diante de sujeitos com referência genérica, que seriam normalmente sinalizados, no português europeu, pela realização do pronome *se* (*faz-se, escolhe-se, lava-se, deixa-se*). Cabe notar, nesse mesmo trecho, a ocorrência do pronome *você* com interpretação genérica, junto ao verbo *pegar* (...*você pega uma panela de pressão...*), estratégia cada vez mais frequente no português brasileiro para expressar a indeterminação referencial do sujeito.

(10) Falante A: Me diz passo a passo como é que **faz** um feijão.

Falante B: É... **escolhe** ele, **lava, deixa** de molho, **deixa** uma hora de molho, aí depois – de um dia pro outro né? – aí de manhã **VOCÊ pega** uma panela de pressão, um pouquinho d'água, um de alho, um louro, cebola e o feijão e água, carne seca... e **deixa** cozinhar. (AVELAR & CALLOU, 2011, p. 254).

Voltando ao caso das construções com *ter*, devemos nos perguntar por que, na ausência de um sujeito referencial fonologicamente expresso ou recuperável discursivamente, as orações com esse verbo não são interpretadas como tendo um sujeito indeterminado, tal como as destacadas em (10) acima. Em outras palavras, por que construções do tipo *tinha livros no armário* não são interpretadas como tendo argumento externo (interpretado como possuidor) de referência genérica ou arbitrária, significando que *qualquer/alguma pessoa tinha livros no armário*?

Um possível ponto de partida para responder a essa questão está na observação de uma propriedade que salta aos olhos entre as orações existenciais com *ter* no período oitocentista: a ocorrência de constituintes locativos preposicionados imediatamente prepostos ao verbo – conforme destacado em Avelar (2018) a partir de dados coletados em anúncios de jornais do século XIX, 67% das orações existenciais com *ter* daquele período traziam um locativo em posição pré-verbal, como em (11) a seguir, enquanto entre as existenciais com *haver*, esse percentual era de apenas 17%.

- (11) a. [Na primeira Prença] **tem** farinha de superior qualidade, vinda do Rio de Janeiro
- b. [no livro] já **tinha** recibos de quantias maiores
- c. [Na loja de fazendas de Desiderio Antonio de Miranda, na rua da l'alma no 35], **tem** para vender um lindo e variado sortimento de fazendas francezas
- d. [Na venda Chegao ao barato]**tem** bom doce de marmelada e de goiaba.
- e. [na casa]**tem** muito commodo
- f. [Na loje de fronte da Madre-Deos Número 20] **tem** para vender Rapé de superior qualidade
- g. [na mesma Loje] **tem** para vender sapatos Francezes para homem a preso de 560 reais

A análise por região mostra que a alta frequência de locativos na posição pré-verbal das *Ex-ter* era uma tendência generalizada, conforme ilustrado na Figura 2: com exceção das amostras do Rio de Janeiro, que não mostraram casos de orações existenciais com *ter* entre os dados analisados em Avelar (2018), os locativos preposicionados pré-verbais são bastante frequentes entre as existenciais com o verbo possessivo, ao contrário do que se observa entre as existenciais com *haver*.

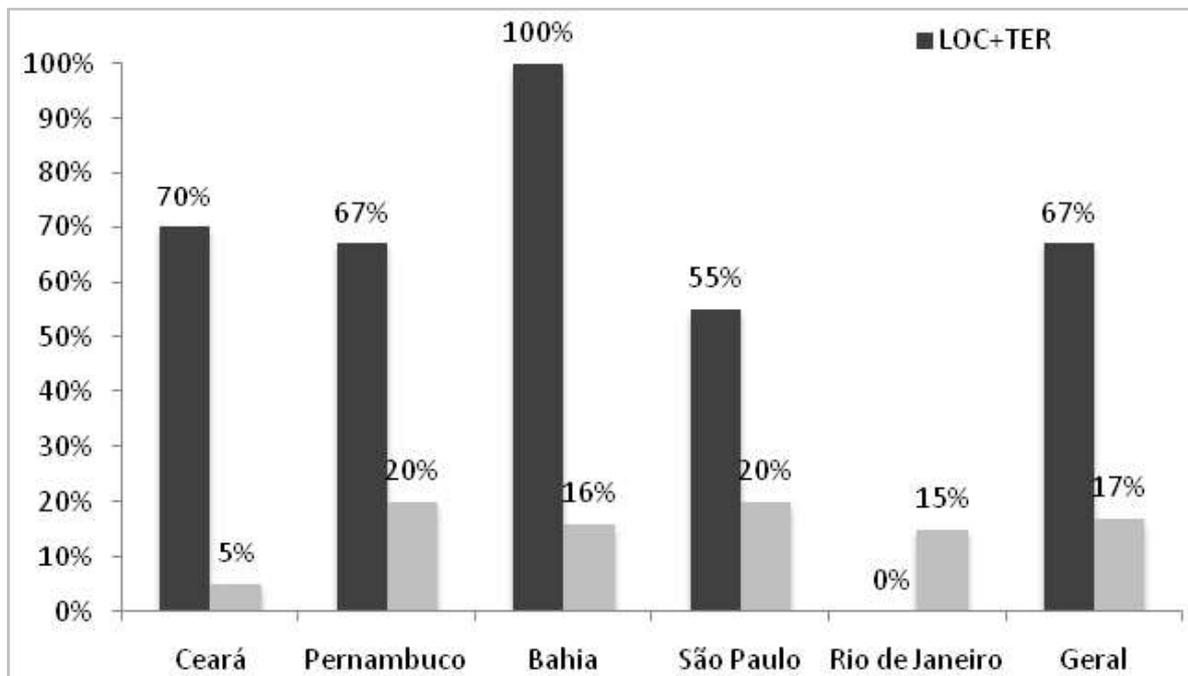


Figura 2: Frequência de locativos preposicionados pré-verbais em *Ex-ter* e *Ex-haver* em amostras de anúncios e cartas de leitor do português brasileiro oitocentista.

Na literatura sobre as orações existenciais dentro de diferentes correntes teóricas, é largamente destacada a relevância de constituintes com interpretação locativa na configuração sintático-semântica das sentenças que servem à expressão de existência (LYONS, 1967; CLARK, 1978; FREEZE, 1992; VIOTTI, 1999). Freeze, por exemplo, salienta que estruturas inerentemente estativas/copulativas adquirem uma leitura existencial quando constituintes locativos são licenciados na posição de sujeito dessas estruturas. A considerar o exposto pelo autor, trata-se de uma propriedade universal das línguas naturais, hipótese que pode ser corroborada pelo fato de que, em muitas línguas (talvez a maior parte delas), as sentenças existenciais são canonicamente produzidas com verbos copulativos – com *to be* em inglês e *essere* em italiano – que são acompanhados por itens de natureza locativa (no inglês e no italiano, a título de exemplo, vemos respectivamente os expletivos *there* e *ci*, ambos de base locativa).

Frente a esse quadro, se a hipótese de que os verbos possessivos resultam da combinação da cópula com um item relacional estiver correta (AVELAR, 2009bc), é possível explicar por que as sentenças nas quais *ter* é precedido de um constituinte locativo adquirem interpretação existencial, como nos exemplos em (11) do estágio oitocentista. À luz dessa assunção, constituintes locativos que entram na posição de sujeito do verbo *ter* estão, a rigor, entrando da posição de sujeito de uma estrutura copulativa, produzindo o resultado previsto por Freeze: estruturas dessa natureza adquirem interpretação existencial quando trazem locativos em posição de sujeito. Trata-se de uma consequência natural sob a hipótese de que o verbo *ter* resulta da combinação dos traços da cópula *estar* com a preposição *com*. A esse respeito, cabe observar que o português brasileiro, em contraste com o português europeu, mostra casos de orações existenciais com *estar com* como os apresentados em (12) a seguir, geralmente exibindo um constituinte locativo em posição pré-verbal, que pode ser identificada como sendo a posição de sujeito (AVELAR, 2009bc). Em síntese: uma vez que as orações possessivas com *ter* são inerentemente copulativas, não surpreende que a entrada de constituintes locativos na posição de sujeito dessas orações produzam a interpretação existencial, manifestando, ao que tudo indica, uma propriedade universal das línguas naturais.

- (12) a. “no avião **tá com** novas telas que tem acesso a wi-fi”
- b. “lá em casa **tá com** internet agora, de vez em quando de noite eu entro”
- c. “lá na praia **tá com** Net e td, vou entrar por lá, mas n com tanta frequência”
- d. “meu pai foi fritar o bife e na panela **tava com açúcar** e ele pensava que era gordura”
- e. “aqui no Rio **tá com** uma chuvinha bem gostosa e o tempo tá bem fresquinho”

Um aparente argumento contra essa análise é o fato de a presença de constituintes locativos não ser obrigatória na configuração de sentenças existenciais do português, seja nas

construções com *ter*, seja naquelas com *haver*. A esse respeito, é importante ressaltar que a previsão de Freeze não diz respeito à obrigatoriedade de constituintes locativos ocorrerem na posição de sujeito (ou em qualquer outra posição) no interior das estruturas copulativo-existenciais: a previsão correta, em termos empíricos, é a de que, se uma determinada estrutura de base copulativa admite constituintes locativos em posição de sujeito numa determinada língua, tal estrutura também admite a interpretação existencial nessa mesma língua. Daí resulta, pelo menos em parte, a principal diferença entre o português brasileiro e o português europeu no que diz respeito ao verbo *ter*: na variedade brasileira, mas não na europeia, *ter* admite locativos preposicionados em posição de sujeito, o que garante a esse verbo a possibilidade de receber a interpretação existencial.

Essa análise traz embutida uma outra questão: por que o português brasileiro admite constituintes locativos preposicionados na posição de sujeito de orações com *ter*, em oposição ao português europeu? Uma possível resposta passa por observar uma outra mudança sintática atrelada à posição de sujeito: constituintes não-argumentais podem ocupar essa posição no português brasileiro, mas não no português europeu (AVELAR & GALVES, 2011; TONIETTE, 2013; MORENO, 2014). Na esteira do pioneiro trabalho de Pontes (1987) a respeito do tópico no português brasileiro, diversos estudos têm chamado a atenção para o fato de essa variedade exibir propriedades das chamadas línguas *com proeminência de tópico* ou *orientadas ao discurso*, em oposição às chamadas *línguas orientadas ao sujeito* (GALVES, 1998; NEGRÃO, 1999; DUARTE & KATO, 2008; MODESTO, 2008; AVELAR & GALVES, 2011). Entre essas propriedades, está a possibilidade de constituintes não-argumentais com interpretação locativa (ou seja, constituintes que não são selecionados pelo verbo) ocuparem a posição de sujeito (em termos gerativistas, a posição de Spec-T/Infl). As construções em (a) de (13)-(16) a seguir foram apresentadas em Avelar e Galves (2013) como exemplos que mostram a entrada de constituintes locativos não-argumentais em posição de sujeito. Todos os casos apresentados são de construções em que um termo tradicionalmente analisado como adjunto adverbial ou complemento circunstancial/locativo ocorre em posição pré-verbal e concorda com o verbo. A correspondência do termo pré-verbal com essas funções é facilmente observada nas paráfrases em (b), nas quais o termo locativo é antecedido da preposição *em* ou *de*.

(13) a. “**algumas concessionárias** tão caindo o preço [do carro]”³

b. **Em** algumas concessionárias tá caindo o preço do carro.

(14) a. “apenas **3 desses cinco monitores** aparecem imagem, enquanto os outros dois ficam aparecendo a mensagem”⁴

3 <http://forum.carrosderua.com.br/index.php?showtopic=122656>, acesso em 11/07/2014.

4 <http://linuxeducacional.com/mod/forum/discuss.php?d=1587>, acesso em 11/07/2014.

b. Apenas **em 3 desses cinco monitores** aparece imagem, enquanto nos outros dois fica aparecendo a mensagem.

(15) a. “No interior de SP e do Rio, **algumas cidades** nevam”⁵

b. No interior de SP e do Rio, **em algumas cidades** neva.

(16) a. “**Meus seios** estão saindo água, com veias roxas e grossas saltitantes”⁶

b. **Dos/Nos** meus seios está saindo água.

Os dados apresentados em Avelar e Cyrino (2008) mostram que o oposto também pode ocorrer: constituintes argumentais podem ganhar uma preposição e permanecer no que parece ser a posição de sujeito, como nos casos em (a) de (17)-(23) a seguir. As paráfrases em (b) mostram que os constituintes preposicionados pré-verbais em (a) podem dispensar a preposição sem que isso aparentemente afete o sentido (em termos temáticos/semânticos) da construção.

(17) a. “**Na escola** ensina disciplinas, conceitos, idéias, princípios, relações dentro dos diferentes campos”⁷

b. **A escola** ensina disciplinas...

(18) a. “Quero saber se **no hospital** atende paciente de Jataí para fazer cirurgia”⁸

b. Quero saber se **o hospital** atende paciente de Jataí para fazer cirurgia.

(19) a. “**no ferro velho** compra e vende ferro, não plástico”⁹

b. **O ferro-velho** compra e vende ferro, não plástico.

(20) a. “O boleto venceu dia 25/07, como faço para pagar [se] **no banco** não recebo mais[?]”¹⁰

5 http://www.youtube.com/all_comments?v=IIOPh-mITyc, acesso em 11/07/2014.

6 <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100719154841AAOC7HX>, acesso em 11/07/2014.

7 <http://www.slideshare.net/AdrianaPereiraNeriNeri/os-meios-na-escola-9123884>, acesso em 11/07/2014

8 <https://www.facebook.com/pages/Hospital-S%C3%A3o-Lucas-de-MineirosLtda/167040896690477>, acesso em 11/07/2014.

9 http://www.g391.ru/video.php?yt=9QTc_Zy-KVo, acesso em 11/07/2014.

10 <https://www.google.se/search?q=%22no+banco+n%C3%A3o+recebe%22>, acesso em 11/07/2014

b. ...o **banco** não recebe mais.

(21) a. “**na** **minha escola** aceita cartão de crédito”¹¹

b. **a minha escola** aceita cartão de crédito.

(22) a. “**no** **meu computador** imprime a etiqueta corretamente”¹²

b. **o meu computador** imprime a etiqueta corretamente.

(23) a. “**no** **meu carro** faz esse barulho de tuchos hidráulicos”¹³

b. **o meu carro** faz esse barulho de tuchos hidráulicos.

De acordo com Avelar e Galves (2011), tanto os dados em (13)-(16) quanto aqueles em (17)-(23) se devem ao fato de o português brasileiro ter experimentado um processo de mudança, sem paralelo no português europeu, que teve o seguinte efeito: a posição de sujeito deixou de ser destinada exclusivamente a constituintes argumentais que concordam com a flexão verbal e passou a poder abrigar tanto constituintes não-argumentais em concordância com o verbo quanto constituintes argumentais que, por já apresentarem marca de Caso (a preposição), não podem concordar com o verbo.¹⁴

Não é claro em que medida essas inovações relativas à entrada de termos *estranhos* na posição de sujeito podem estar correlacionadas à simplificação do paradigma verbo-flexional, tópico que, por si só, merece uma discussão mais ampla e foge aos objetivos deste artigo. O que merece ser destacado é que a alta frequência de constituintes locativos preposicionados em imediata precedência ao verbo *ter* nos dados do período oitocentista é, possivelmente, um reflexo dessas inovações. Tais inovações também se fazem ver, ainda que não de forma totalmente inequívoca, em outros dados levantados nas fontes do século XIX, como nos anúncios reproduzidos em (24) e (25) a seguir, que trazem os constituintes locativos relevantes destacados em

11 <https://twitter.com/giiovannaflores/status/18219596304>, acesso em 11/07/2014.

12 <http://www.suportegas.com.br/portal/topic.asp?>, acesso em 11/07/2014.

13 <http://www.vectraclub.com.br/forum/viewtopic.php?>, acesso em 11/07/2014.

14 Avelar & Galves (2011) argumentam, em termos formais, que essas duas consequências pode ser captadas pelo fato de o EPP de T(empo) no português brasileiro ser phi-independente, no sentido proposto em Holmberg (2010): Spec-T pode, nessa língua, ser criado para abrigar elementos que não concordam com os traços-phi presentes em T. No português europeu, bem como nas demais línguas românicas (da mesma forma que no inglês), o EPP de T(empo) é phi-dependente, o que implica que, nessa língua, Spec-T sempre abriga constituintes que desencadeiam concordância com a flexão verbal.

negrito.

(24) [19,2 A CE]

PHARMACIA MATTOS. 79 Rua do Commercio n. 79. Joaquim de Alencar Mattos declara aos seus numerosos freguezes, que tendo feito uma reforma em sua phar-macia, resolveu tambem fazer uma reforma geral nos preços de suas drogas, vendendo tudo mais barato e mesmo por preços sem competencia. [...] E finalmente avisa que **na referida pharmacia despacha** tudo com a maior prontidão e asseio e que avia se receitas a qualquer hora do dia ou da noite. Pharmacia Mattos. 79 rua do commercio n. 79. Baturité.

(25) [19,2 A CE]

CASA DE OURIVES — DE — Gonçalo José do Nasciment. 36 — RUA D’AS-SEMPLEA — 36. **Nesta casa** prepara-se qual obra de ouro, de prata, tudo a gosto do freguez, a tempo e a hora. OURO GARANTIDO DE TODOS OS QUILATES. Tambem compra ouro velho por maior preço do que outro qualquer. 36 — Rua da Assembléa — 36.

Em (24), vemos um sintagma preposicionado locativo imediatamente precedente ao verbo *despachar* – “*na referida pharmacia despacha tudo com a maior prontidão*”. Observemos que, à primeira vista, há duas interpretações possíveis para essa construção: em uma delas, *despachar* tem um sujeito nulo correferencial ao proprietário da farmácia (Joaquim de Alencar Mattos), que seria a única leitura possível no português europeu; na outra interpretação, o sujeito do verbo *despachar* é o próprio termo preposicionado que antecede o verbo, leitura possível no português brasileiro contemporâneo. Um ponto favorável à ideia de que essa segunda interpretação já estava disponível no período em que o anúncio foi publicado é o fato de a oração com *despachar* ser coordenada com uma oração cujo verbo coocorre com o pronome se indefinido (*avia se receitas*), o que necessariamente bloqueia a leitura na qual o proprietário da farmácia possa ser tomado como sujeito de *aviar*. Frente ao requerimento de paralelismo que deve (ou, pelo menos, costuma) haver entre duas orações coordenadas, é provável que esse mesmo impedimento se aplique ao primeiro membro da coordenação, levando-nos a considerar que o termo *na referida pharmacia*, e não um pronome referencial nulo, esteja na posição de sujeito da oração com *despachar*. Em (25), é mais evidente que o termo locativo *nesta casa* está associado não apenas a *preparar-se*, mas também ao verbo *comprar*, no período subsequente.

A entrada de constituintes locativos na posição de sujeito de *ter* radica, portanto, num espectro maior de mudanças do português brasileiro, que envolve tanto os efeitos da simplificação do paradigma verbo-flexional quanto a possibilidade de constituintes locativos preposicionados

serem licenciados em posição de sujeito. No conjunto das orações com *ter*, essas mudanças tiveram como resultado a utilização da estrutura possessiva para expressar existência, pelas razões apontadas ao longo desta seção: como a oração possessiva com *ter* é inerentemente copular, a entrada de constituintes locativos na posição de sujeito dessas estruturas abre espaço a que as mesmas possam ser interpretadas como existenciais. Trata-se, segundo Freeze, de uma propriedade universal que entra em jogo na configuração das construções copulativo-existenciais.

4. Considerações finais: Por que *ter* e *haver* não permaneceram em variação estável entre as orações existenciais?

Pelo exposto até aqui, não fica claro, num primeiro momento, por que razão *ter* e *haver* não permaneceram em variação estável como verbos existenciais. Como destacado em Avelar (2006), o verbo *haver* vem caindo em franco desuso nas orações existenciais do português brasileiro, com seu emprego ficando restrito a contextos de uso formal da língua. A resposta para explicitar o porquê desse desuso possivelmente está no mesmo conjunto de fatores que resultaram na emergência de *ter* como verbo existencial: a restrição ao licenciamento de sujeitos nulos e a *pressão* para a entrada de constituintes locativos em posição de sujeito pode ter tornado o verbo *haver* um elemento que não se adequa às inovações atestadas no português brasileiro, uma vez que as orações com esse verbo são categoricamente impessoais. Em outras palavras, a posição de sujeito de *haver* não pode ser ocupada por nenhum elemento, em clara oposição às construções com *ter*, verbo inerentemente possessivo que traz em sua grade temática um *locus* para a recepção de argumentos externos.

Uma das inovações que têm chamado a atenção no português brasileiro contemporâneo é o uso cada vez mais frequente de orações existenciais em que o pronome *você* com referência genérica aparece realizado em posição de sujeito, como nas construções exemplificadas em (26) a seguir. Notemos ser esta uma propriedade observada apenas entre as construções existenciais com *ter*; nos casos com *haver*, tal como em (27), a introdução de *você* resulta em sentenças agramaticais. Avelar e Callou (2011) destacam que, na fala culta carioca, a frequência de *você* saltou de 2% na década de 70 para 20% na década de 90 do século XX. Esses números confirmam haver uma clara pressão do *sistema* à inserção de itens em posição de sujeito, fato que já se fazia presente entre as existenciais com *ter* na fase oitocentista, atestado pela alta frequência de constituintes locativos preposicionados em posição pré-verbal junto a esse verbo entre os dados do século XIX (ver os exemplos em (11) na seção anterior).

(26) não sei definir a arquitetura da Tijuca, que aí confunde um pouco com o Rio Comprido. Rio Comprido de repente cé tinha, Catumbi e, aí você tinha de repente uns sobrados, umas casas mais antigas né. A Tijuca já tem bastante prédio, e assim a parte de altos, não sei, não consigo, diferenciar uma arquitetura, específica. Aliás, eu não vejo, com exceção da Barra, né, que você tem aqueles, em geral, prédios baixinhos. (NURC-RJ 12 – DÉC. 90)

(27) a. *Você havia Catumbi.

b. *Você havia de repente uns sobrados.

c. *Você há aqueles prédios baixinhos.

Em síntese, se a presente análise estiver no caminho correto, a variação entre *ter* e *haver* não permaneceu estável pelo fato de as inovações emergentes no português brasileiro privilegiarem estruturas que licenciam constituintes expressos em sua posição de sujeito. Uma vez que *haver* não atende a esse requisito, seu uso ficou (ou vem ficando cada vez mais) restrito a contextos formais de interlocução e à língua escrita, ao contrário de *ter*, que, pelas razões expostas, conquistou o posto de existencial canônico do vernáculo brasileiro.

Referências

AVELAR, J. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *haver* no português brasileiro. *Letras de Hoje*, v. 143, p. 49-74, 2006.

AVELAR, J. The status of the (supposed) expletive in Brazilian Portuguese existential clauses. In: TORK, D; WETZELS, L. (orgs.). *Romance languages and linguistic theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2009a, p.17-32.

AVELAR, J. On the emergence of TER as na existential verb in Brazilian Portuguese. In: CRISMA, P.; LONGOBARDI, G. (orgs.). *Historical syntax and linguistic theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009b. p.158-175.

AVELAR, J. The comitative-copular basis of possessive-existential constructions in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (org.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2009c. p.139-160.

AVELAR, J. Sentenças possessivas e existenciais. In: CYRINO, S.; TORRES MORAIS, M. A. (orgs.). *História do Português Brasileiro – Mudança Sintática: perspectiva gerativista*, 2018. p. 72-149.

AVELAR, J.; CALLOU, D. Sentenças existenciais e preenchimento de sujeito: indícios de

mudança em progresso na fala culta carioca. In: SILVA, A.S.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (orgs.). *Línguas Pluricêntricas - Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas*. Braga: Aletheia, 2012. p.287-300.

AVELAR, J.; CALLOU, D. Sobre a emergência dos verbos possessivos em contextos existenciais no português brasileiro. In: CASTILHO, A.; CYRINO, S.; LOPES, R.; TORRES MORAIS, M.A. (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007. p.375-402.

AVELAR, J.; CYRINO, S. Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. *Linguística – Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 3, p. 218-249, 2008.

AVELAR, J.; GALVES, C. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. In: COSTA, A.; FALÉ, I.; BARBOSA, P. (orgs.). *Textos selecionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2011, p. 49-65.

AVELAR, J.; GALVES, C. Concordância locativa no português brasileiro: questões para a hipótese do contato. In: MOURA, M.D.; SIBALDO, M. (eds.). *Para a história do Português Brasileiro*. Maceió: EdUFAL, 2013. p.103-132.

AVELAR, J.; GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística – Revista da ALFAL*, 30(2), v. 30, n. 2, p. 239-286, 2014.

CLARK, E. Locational: existential, locative and possessive constructions. In: GREENBERG, J. (org.). *Universals of Human Languages*, v. 4, Syntax. Stanford: Stanford University Press, 1978. p.85-126.

DUARTE, M.E.L. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. 1995. Tese (Doutoramento em Linguística) – IEL/UNICAMP, Campinas.

DUARTE, M.E.L.; KATO, M. *Mudança paramétrica e orientação para o discurso*. Comunicação apresentada no XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Universidade do Minho, Braga, 20-22 de novembro, 2008.

ELEUTÉRIO, S. A variação TER/HAVER: documentos notariais do século XVII. Rio de Janeiro, UFRJ: 2003. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

FREEZE, R. Existential and other locatives. *Language*, v. 68, p. 553-595, 1992.

GALVES, C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Caderno de Estudos Linguísticos*, v. 34, p. 7-21, 1998.

HOLMBERG, A.; NAYADU, A.; SHEEHAN, M. *Three partial null subject languages: a comparison of Brazilian Portuguese, Finnish and Marathi*. *Studia Linguistica*, v. 63, p. 59-97, 2009.

KATO, M. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M.; NEGRÃO, E. (eds.). *The null subject parameter in Brazilian Portuguese*. Frankfurt: Vervuert – Latino-Americana, 2000, p. 223-258.

LYONS, J. A Note on possessive, existential, and locative Sentences. *Foundations of Language*, v. 3, p. 390-396, 1967.

MARINS, J. As sentenças existenciais no português brasileiro: ecos da mudança na marcação paramétrica. In: DUARTE, M.E.L. (org.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012. p.83-100.

MATTOS E SILVA, R.V. *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, R.V. Variação e mudança no português arcaico: “ter” ou “haver” em estruturas de posse. In: PEREIRA, C. da C.; PEREIRA, P.R.D. (orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p.299-311.

MATTOS E SILVA, R.V. A variação “haver/ter”. In: MATTOS E SILVA, R.V. (org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBa/UEFS/CNPq, 1996. p.181-194.

MATTOS E SILVA, R.V. Vitórias de “ter” sobre “haver” nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: MATTOS E SILVA, R.V.; MACHADO FILHO, A.V. (orgs.). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA, 2002. p.119-142.

MODESTO, M. Topic prominence and null subjects. In: BIBERAUER, T. *The limits of syntactic variation*. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p.375-409.

MORENO, B. *Tough-constructions e posição de sujeito no português brasileiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL/UNICAMP, Campinas.

NEGRÃO, E. *Português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. São Paulo, USP, 1999. Tese (Livre Docência) – FFCLH/USP, São Paulo, 2005.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RIBEIRO, I. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p.343-386.

RODRIGUES, C. 2002. Morphology and null subjects in Brazilian Portuguese. In: LIGHTFOOT, D. (ed.). *Syntactic effects of morphological changes*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p.160-178.

SAMPAIO, M.L.P. *Estudo diacrônico dos verbos “ter” e “haver”, duas formas em concorrência*. Assis: Negro, 1978.

TONIETTE, H. Concordância com sintagmas não-argumentais no português brasileiro. Campinas, UNICAMP, 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL/UNICAMP, Campinas, 2013.

VIOTTI, E. *Uma história sobre “ter” e “haver”*. Caderno de Estudos Lingüísticos, 34, p. 41-65, 1998.

VIOTTI, E. A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil. São Paulo, USP, 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

Sobre Dinah Callou — Juanito Ornelas de Avelar ¹⁵

15 Dinah Callou foi minha orientadora de iniciação científica entre 1997 e 2000. Desse período resulta uma colaboração que vem permitindo produzir uma série de trabalhos sobre as construções possessivo-existenciais na história do português. Foi dela a ideia, em 1998, de estudar a variação entre *ter* e *haver* em anúncios de jornais brasileiros do século XIX, proposta que não me agradava de imediato por me parecer, àquele momento, algo pouco instigante e sem grande desafio. Esse estudo sobre *ter* e *haver*, realizado há exatos vinte anos, é a base de toda a minha produção acadêmica posterior em torno dos mais diferentes tópicos de análise sintática a que eu tenho me dedicado. Qualquer coisa que eu escreva neste espaço será sempre muito pouco para agradecer à Dinah todo o cuidado, seriedade e empenho dedicados à minha formação como pesquisador e professor.



**MUDANÇA NA POSIÇÃO DO SUJEITO EM CARTAS PESSOAIS
BRASILEIRAS: A ORDEM VS E O ESTATUTO INFORMACIONAL
DO SUJEITO**

**THE CHANGE IN SUBJECT POSITION IN BRAZILIAN PRIVATE
LETTERS: VS ORDER AND INFORMATIONAL STATUS OF SUBJECT**

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante¹

Resumo

Neste trabalho, apresentamos uma análise da posição do sujeito em cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos entre o início do século XIX e meados do século XX a fim de verificar: (i) como se dá a diminuição da ordem VS ao longo do tempo; (ii) em quais contextos sintáticos o sujeito pós-verbal ocorre; (iii) como se pode relacionar essa mudança a um contexto de competição de gramáticas. Com relação ao item (iii), nossa pergunta principal está relacionada às gramáticas subjacentes que geram um sujeito pós-verbal: a ordem VS pode ser gerada por fatores de estrutura informacional (foco informacional, foco contrastivo), por condicionamentos sintáticos (interrogativas, subordinadas) ou pode ser remanescente em construções inacusativas e de inversão locativa (que são os casos encontrados em línguas como Francês ou Inglês). Isso pode se dever à mudança paramétrica que afeta o Português Brasileiro, um sistema caracterizado como de sujeito nulo parcial.

Palavras-chave: Ordem VS; Estatuto informacional do sujeito; Competição de gramáticas; Mudança linguística; Português Brasileiro.

¹ UFRJ/CNPq. E-mail: silviare@gmail.com.

Recebido em: 20/11/2018

Aceito em: 29/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

In this paper, I analyze the subject position in private letters written by Brazilian authors born between the 19th and the 20th Centuries in order to investigate (i) how the loss of VS across time can be described; (ii) in what syntactic environments VS is attested; (iii) how the loss of VS order can be related to a context of grammars in competition. With respect to (iii), our question is related to underlying grammars that generate a pre-verbal subject: VS order can be generated (A) by informational factors (informational and contrastive focus) and by syntactic factors (interrogatives and embedded clauses) or (B) it can be remnant in the system. The results show a picture of grammatical competition between: (A) a grammar that allows postverbal subjects due to information structure and grammatical constructions and (B) a grammar that does not allow postverbal subjects, but can exhibit such an order in unaccusative and locative inversion structures, which can be attested in French and English. This may be due to a parametric change that affects Brazilian Portuguese, a system that has been characterized as a partial null subject language.

Keywords: VS order; Informational status; Grammar competition; Linguistic change; Brazilian Portuguese.

Apresentação

Os textos escritos em português no Brasil são importantes fontes para estudar mudança linguística, principalmente se tomamos como base o modelo gerativo de mudança linguística via competição de gramáticas (KROCH, 1989; 2001), aliado a uma metodologia quantitativa de análise de dados, uma vez que determinadas construções sintáticas não fazem parte da gramática dos brasileiros, mas são ensinadas na escola por meio da normatização gramatical. Um desses fenômenos é o de sujeitos pós-verbais na história do Português Brasileiro (PB). Os estudos diacrônicos sobre a ordem Verbo-Sujeito no PB mostram uma diminuição nos índices de sujeitos pós-verbais em vários contextos sintáticos, ficando restritos às construções inacusativas e de inversão locativa (BERLINCK, 1989; DUARTE, 1992; KATO; RAPOSO, 1996; KATO; CYRINO; DUARTE; BERLINCK, 2006; COELHO; MARTINS, 2012; KATO; TARALLO, 2003; CAVALCANTE, 2014; CAVALCANTE, 2015). Isso caracteriza o PB como uma gramática de ordem VS restrita a contextos inacusativos e de inversão locativa.

Ao olharmos para os dados diacrônicos, entretanto, é possível encontrar sujeitos pós-verbais em diversos contextos sintáticos, tais como orações subordinadas (Exemplos 1 e 2), como orações subordinadas e interrogativas, em construções com verbos transitivos e inergativos (Exemplos 3 a 5) e construções de inversão locativa, como vemos nos exemplos 6 a 10 a seguir, retirados de cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos nos séculos XIX e XX:

(1)“Outro dia quando voltei do Vidigal com teu Pai , encontrei-a n’aquelles trajes de banho, sentada no muro da rua , na ocasião em que **passavam os operarios da fabrica;**” (OC, 1851-1875)

(2)“Dou-te parabens pelo presente das botas que te **fez Senhor Antonio.**” (Ott, 1800-1825)

(3)“Elle achou Amalia muito mal e Nenê tambem; **estão ambas** tomando os remedios por elle receitado, mas assim de longe, acho que pouco lucrarão. **Diz elle** que a molestia de Nêê já está tão adeantada que para um ataque fatal de uremia só falta um passo e que toda aquella gordura é infiltração etc.” (Z,S,1876-1900)”

(4)“**Pensa ella** que tu acreditarás no que ella te disser contra mim” (1851-1875)

(5)“Já **levantou** se do leito de dores **teu tio e Padrinho** – meu irmão, depois de 3 mezes de muito soffrimento.” (1876-1900)

(6)“Ante hontem aqui **estive o Reverendíssimo Padre Yabar**; disse-me que nosso Fernando foi fazer os estudos entre os Jesuitas mais fervorosos.” (Z,S,1876-1900)

(7)“em tuas mãos **está o meu coração**, o meu amor e a minha vida” (1901-1925)

(8)“Nesta **vai uma santinha** para voce uzar com tigo todos os dias” (1901-1925)

(9)“Terça agora **começam as aulas** de 2º semestre”(1951-1975)

(10)“Aqui no Brasil **esta tudo** como antes,” (1951-1975)

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é mostrar a evolução da ordem VS em cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos entre os séculos XIX e XX, tentando observar a existência de pistas de gramáticas distintas que gerem sujeitos pós-verbais de diferentes naturezas. Além disso, tendo em vista os resultados quantitativos, pretendemos verificar que tipo de VS ocorre no PB. Nossa hipótese principal é a de que, como se trata de um corpus histórico, podemos encontrar evidências de gramáticas distintas pelo comportamento dos sujeitos pós-verbais.

Os fatores sócio-históricos relacionados aos missivistas são importantes na formulação da hipótese, uma vez que temos que levar em consideração o seu papel social, como será explicado na Seção Corpus e Metodologia, a fim de verificar:

- (i) como se dá a diminuição da ordem VS ao longo do tempo;
- (ii) em quais contextos sintáticos o sujeito pós-verbal ocorre;
- (iii) como se pode relacionar essa mudança a um contexto de competição de gramáticas.

Com relação ao item (iii), nossa pergunta principal está relacionada às gramáticas subjacentes que geram um sujeito pós-verbal: a ordem VS pode ser gerada por fatores de estrutura

informacional (foco informacional, foco contrastivo), por condicionamentos sintáticos (interrogativas, subordinadas) ou pode ser remanescente em construções inacusativas e de inversão locativa (que são os casos encontrados em línguas como Francês ou Inglês). A competição de gramáticas ocorre, portanto, relacionada ao tipo de ordem VS que pode aparecer no corpus.

Neste sentido, os objetivos do trabalho são:

- Apresentar as ideias principais do modelo de mudança linguística dentro do quadro gerativista: a mudança como mudança paramétrica (LIGHTFOOT, 2003; PINTZUK, 2003).
- Apresentar o modelo de competição de gramáticas para explicar a mudança linguística (KROCH, 1989; 2001).
- Discutir o modelo de competição de gramáticas com dados sobre a posição do sujeito na diacronia do PB.
- Apresentar os resultados quantitativos da ordem VS em cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos ao longo dos séculos XIX e XX.
- Relacionar os resultados quantitativos a um quadro de gramáticas em competição.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresento o problema de analisar a mudança diacrônica num modelo formal, bem como a visão de mudança linguística como uma mudança paramétrica; na seção seguinte, apresento o *corpus* e a metodologia, para, em seguida, apresentar os resultados quantitativos. Após os resultados, segue uma discussão sobre a questão da mudança envolvendo a ordem VS no PB, seguida das referências bibliográficas.

O problema

O problema que se coloca ao analisar a mudança diacrônica é que, por um lado, não temos acesso aos julgamentos de gramaticalidade dos falantes e, por outro, os resultados estatísticos mostram que as formas variantes substituem umas às outras ao longo do tempo de maneira gradual, e não abrupta, o que contraria o modelo gerativo de análise linguística.

A proposta desta seção é discutir os processos de mudança linguística no Português Brasileiro a partir de questões relativas a princípios gerais de mudança linguística, abordando um fenômeno específico na diacronia do Português: a posição do sujeito e seu estatuto informacional, dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa, mais especificamente da mudança paramétrica.

Segundo a Teoria de Princípios e Parâmetros, na sua versão minimalista (CHOMSKY; LASNIK, 1993), os Princípios, invariantes, estão disponíveis independentemente da experi-

ência, não precisam ser aprendidos e estão na Gramática Universal, enquanto os Parâmetros são variáveis, são marcados a partir da experiência linguística e dão conta da variação entre gramáticas. A mudança linguística é interpretada como uma mudança nas *gramáticas*, ou uma remarcação de algum parâmetro. O estudo da mudança paramétrica está relacionado ao estudo da variação e da aquisição: parâmetro é marcado no período de aquisição. Assim, não há necessidade de dispor de um modelo que trate mudança linguística separadamente de um modelo de teoria da linguagem: o modelo de Princípios e Parâmetros trata a mudança linguística como uma mudança na marcação paramétrica, e isso ocorre no período de aquisição.

1. Cada nova marcação paramétrica se manifesta por um conjunto de mudanças superficiais simultâneas, o que caracteriza a natureza catastrófica da remarcação do parâmetro. Em linhas gerais, quando muda um parâmetro, mudanças relacionadas à remarcação daquele parâmetro ocorrerão paralelamente. A título de exemplificação, Lightfoot (2003) mostra que na mudança para o aparecimento do verbo *do-support* em inglês, ocorre mudança nas sentenças afirmativas com advérbios e nas sentenças negativas, como vemos com os exemplos em (i) e (ii):
 - i. *Kim always reads the Bible / Kim reads always the Bible*
 - ii. *reads Kim the Bible? / Kim reads not the Bible.* (Kroch, 1989, Constant Rate Effect)
2. A remarcação do parâmetro aparece como um conjunto de mudanças e desencadeia reações em cadeia (**encaixamento**): no caso do *do-support* em Inglês, a mudança paramétrica envolve perda do movimento do verbo de V para I; nas interrogativas, a perda é de I para C. Assim, o *do-support* que aparece em sentenças interrogativas e declarativas negativas é consequência da perda do movimento do verbo. Nas sentenças declarativas afirmativas com advérbios (como o exemplo (i) acima), a evidência de que não há movimento do verbo é o advérbio preceder o verbo.
3. As mudanças envolvidas na remarcação de um parâmetro ocorrem mais rapidamente do que outras mudanças e apresentam uma curva em S (KROCH, 1989), o que pode, de certo modo, parecer uma **mudança gradual**.
4. O desaparecimento de uma forma indica remarcação no parâmetro e pode ocorrer como um efeito dominó, uma consequência de algo que já desencadeou os dados positivos disponíveis para as crianças.
5. Qualquer mudança de significado é um subproduto de uma nova marcação paramétrica, da mesma maneira que o fato de uma estrutura se tornar obsoleta é uma consequência indireta de uma mudança mais abstrata. Como exemplo, Lightfoot (2003) fala da mudança que afeta a atribuição de papéis temáticos por Caso: *apples like me / I like apples*; neste caso, o papel temático de experienciador estava relacio-

nado ao Caso Dativo (*me*) e depois fica relacionado ao Caso Nominativo (I).

6. A remarcação do parâmetro ocorre em resposta a mudanças em dados simples, pistas que ocorrem em domínios não encaixados. Lightfoot (1991) fala do “degree-0 learnability”, em que “os parâmetros são marcados com base em dados de domínios não encaixados”.

A observação de dados empíricos traz à tona a discussão sobre a natureza da mudança, se é gradual ou é abrupta. Ao assumir o modelo teórico gerativista de que a mudança ocorre na aquisição, uma vez que o parâmetro é marcado, a mudança ocorre de forma abrupta. Entretanto, ao observar os dados ao longo do tempo, percebemos a mudança como gradual. Se tomamos que a mudança ocorre via competição entre gramáticas distintas, as formas em variação, na verdade, são geradas por gramáticas distintas; e o que se vê como gradual ao longo do tempo é a substituição de uma gramática por outra. Nas palavras de Pintzuk (2003):

Essa observação [de que a mudança é gradual] não é nova, obviamente. Mas quando a variação sintática é analisada como competição de gramáticas, nossa ideia da evolução ao longo do tempo e da natureza da mudança sintática deve ser revista (...) Quando a variação e a mudança sintáticas são entendidas desta maneira, podemos perceber que não ocorre simplesmente uma substituição da velha opção gramatical pela nova no fim de um longo período de variação; ao invés disso, a nova opção é adquirida e ambas as opções são utilizadas, com a forma antiga sendo perdida no final do período de competição. **A natureza gradual da mudança sintática é assim simplesmente um reflexo da natureza gradual da competição de gramáticas.** (PINTZUK, 2003, p. 510 - grifo da autora)²

As gramáticas mudam de forma abrupta, mas a substituição de uma pela outra ocorre de forma gradual. Os índices estatísticos são pistas para as mudanças gramaticais no sentido de que os contextos relacionados a uma mesma mudança gramatical mudam sob o efeito da Taxa Constante, segundo Kroch (1989:199):

Os contextos mudam simultaneamente porque eles são meras manifestações superficiais de uma única mudança subjacente na gramática. As diferenças na frequência de uso de uma nova forma por todos os contextos refletem fatores funcionais e estilísticos, que são constantes ao longo do tempo e são independentes da gramática. (KROCH, 1989)³

2 “This observation is of course not new. But when syntactic variation is analyzed as grammatical competition, our picture of the time course and the nature of syntactic change must be revised. (...) When syntactic variation and change is understood in this way, we can see that the new grammatical option does not simply replace the old one at the end of a long period of variation; rather the new option is acquired and both options are used, with the old option finally lost at the end of the period of competition. **The gradual nature of syntactic change is thus simply a reflex of the gradual nature of grammatical competition.**” (PINTZUK, 2003, p. 510; grifo da autora)

3 “Contexts change together because they are merely surface manifestations of a single underlying change in grammar. Differences in frequency of use of a new form across contexts reflect functional and stylistic factors, which are constant across time and independent of grammar.” (KROCH, 1989, p. 199)

Para Kroch (1989), a variação nos textos não pode ser confundida com variação nas gramáticas; i.e., **as mudanças que aparecem nos documentos históricos como variação gradual são reflexos de mudanças gramaticais que ocorrem de modo abrupto**. A variação entre formas antigas e novas na linha do tempo não pode ser conceituada como uma variação produzida por uma única gramática particular (uma única Língua-I), mas sim cada forma variante deve corresponder a diferentes fixações de um parâmetro. Neste sentido, o comportamento estatístico das formas em variação ao longo do tempo torna possível identificar pistas das gramáticas que estariam em competição.

Assim, ocorre o que Kroch (1989) chama de *competição de gramáticas*, que é a variação que se vê como sendo fruto da coexistência no uso de formas geradas por diferentes gramáticas:

A mudança ocorre via competição de gramáticas entre opções distintas que correspondem a escolhas obrigatórias nas línguas modernas, e a mudança progride na mesma taxa em todos os contextos em que ocorre a alternância⁴. (PINTZUK, 2003, p. 524)

Ao observar as curvas estatísticas dos dados ao longo do tempo, forçosamente nos vem à mente a ideia de implementação da mudança. E como explicar, portanto, a implementação da mudança no modelo gerativo? Num modelo de mudança como o da Sociolinguística Laboviana, que teve o seu cerne em Weinreich, Labov e Herzog (1968)[2006], a implementação da mudança é entendida na sua completude: o fim da curva em S que mostra uma forma crescendo ao longo do tempo, em detrimento de outra. No modelo gerativista, a implementação é entendida no início da variação: uma vez que há índices de formas que podem ser interpretadas como pertencentes a uma outra gramática, já houve a implementação. O que ocorre ao longo do tempo não é a substituição de uma forma por outra, mas sim da gramática antiga pela gramática nova. A mudança sintática pode ser explicada de diversas formas: via reanálise de estruturas sintáticas ou discursivas (AUGER, 1994; GIVÓN, 1977); via empréstimos sintáticos através do contato (CAMPBELL, 1987). No caso em questão, adotamos a visão de Kroch e Taylor (1997) e Kroch, Taylor e Ringe (2001) que sugerem que a mudança se dá via contato linguístico, como “aquisição imperfeita de uma segunda língua por adultos”.

Particularmente no caso do Português Brasileiro, o padrão que aparece nos textos escritos pode ser considerado como sendo o resultado da gramática internalizada do falante e também um modelo de língua que o falante tem, seja por escolarização, seja pela exposição à escrita; i.e., um terreno onde se pode ver a competição de gramáticas.

Desse modo, os resultados sobre a posição do sujeito na diacronia do PB poderiam ser interpretados como caso de competição de gramáticas. Assumimos que gramáticas distintas

4 “Change takes place via grammatical competition between distinct options that correspond to obligatory choices in modern standard languages, and change progresses at the same rate in all contexts in which the alternation occurs.” Pintzuk (2003, p. 524)

estão envolvidas na ordem VS na história do PB: (A) uma gramática que gera sentenças VS interrogativas (*Em quem votou o Marcelo?*) e sujeitos pós-verbais para marcar foco (*Comeu o bolo o João*), e, por conseguinte, VS em diferentes construções verbais e (B) uma gramática em que a ordem VS seja restrita a construções inacusativas e de inversão locativa.

Neste sentido, os resultados quantitativos podem revelar essas duas gramáticas.

O corpus e a metodologia

O corpus utilizado na pesquisa constitui-se de cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos entre os séculos XIX e XX, de diferentes origens, que compõem o Corpus de História do Português – o HistLing. O acervo do HistLing tem sido organizado por *famílias*, uma vez que as cartas pessoais geralmente são agrupadas entre os integrantes de um mesmo núcleo familiar, ou um missivista. Assim, abaixo listo os acervos por família, apresentando os missivistas, ilustres e não ilustres, para em seguida apresentar a metodologia utilizada no tratamento dos dados.

A amostra é constituída por cartas de sete famílias:

- **Pedreira Ferraz Magalhães:** cartas escritas entre 1876 e 1948 pelos pais Jerônimo de Castro Abreu Magalhães (engenheiro civil, nascido em 1851) e Zélia Pedreira Abreu Magalhães (esposa de Jerônimo, nascida em 1857) destinadas a seus filhos, e dos filhos para os pais e entre si.
- **Avós Ottoni:** cartas escritas entre 1879 e 1889, pelo casal Christiano Benedicto Ottoni (engenheiro, Senador do Império e depois Senador da República) e sua esposa, Barbara Balbina de Araújo Maia Ottoni, a seus netos Mizaél e Christiano enquanto estes moravam em Paris.
- **Oswaldo Cruz:** cartas escritas entre 1891 e 1915 por Oswaldo Cruz, médico sanitarista brasileiro, sua esposa Emília, filha de um comendador português e a filha do casal.
- **Afonso Penna Jr.:** cartas escritas entre 1896 e 1926 por membros da família de Afonso Augusto Moreira Penna (ex-presidente da República).
- **Casal Jayme-Maria:** cartas escritas entre 1936 e 1937 por um casal de namorados residentes no Rio de Janeiro, Jayme e Maria. O que se sabe deste casal são as informações retiradas das próprias cartas: Jayme morava em Ramos, subúrbio carioca; e Maria morava em Petrópolis, na Serra Fluminense.
- **Frazão Braga:** cartas escritas entre escritas na 2ª metade do século XX, entre 1956 e 1994 por R. F.B. e seus familiares: W. (filho), M. (filho), M. R. (filha), E. (nora), M.H. (nora), D. (neto), A. (neta), At. (neto), Wl. (neto) e Ax. (bisneto).

- **Salgado Lacerda:** cartas escritas entre 1977 e 1983, por pai, três filhos, e amigo dos filhos da família Salgado Lacerda.

A metodologia de trabalho utilizada não obedece, entretanto, a data das cartas, mas sim a data de nascimento dos missivistas. Como temos conhecimento dos missivistas, ou por serem ilustres e terem suas cartas em arquivos públicos, como é o caso do Acervo Oswaldo Cruz ou Afonso Pena, ou por terem sido doadas ao acervo, como é o caso de Salgado Lacerda, temos como controlar a data de nascimento do missivista. Essa metodologia é empregada de acordo com o modelo teórico gerativista que propõe que a mudança linguística ocorre no período de aquisição.

Tendo em vista o quadro atual da ordem VS no PB, qual seja, restrita a construções inacusativas e de inversão locativa, procuramos controlar neste trabalho três fatores condicionadores principais, além da data de nascimento do missivista: a construção verbal, o tipo de sentença e o estatuto informacional do sujeito. Esses fatores estão relacionados, de certo modo, com a mudança que ocorre para que o PB seja considerado uma gramática com ordem VS restrita.

O PB caracteriza-se por ser uma gramática com ordem SV rígida e VS restrita, de modo que a ordem VS com verbos inergativos não é aceitável livremente:

- (11) a. As crianças pulam.
b. ? Pulam as crianças.
c. O dente do menino machucou.
d. ? Machucou o dente do menino.

A ordem VS é restrita a contextos inacusativos ou de inversão locativa:

- (12) a. Um acidente horrível aconteceu.
b. Aconteceu um acidente horrível.
c. A Maria está na esquina.
d. Na esquina está a Maria.

Em determinados contextos com verbos transitivos, encontramos sujeitos pós-verbais, mas são contextos de expressões formulaicas:

- (13) a. Apita o árbitro.
b. Ergue o braço o juiz.

Outros padrões de ordem VS não são mais característicos da gramática do PB, como a VS em interrogativas diretas, e indiretas:

- (14) a. Quantos livros leu a Maria?
 b. Perguntei que fizeram os meus amigos.
 c. Perguntei o que fizeram os meus amigos.

Em línguas em que a variação SV/VS ocorre *mais livremente*, como no Português Europeu (PE), os sujeitos pós-verbais podem estar relacionados à expressão de juízos categóricos ou téticos (KATO; MARTINS, 2016). A ordem canônica de sentenças que exprimem juízo categórico é SV(X):

- (15) O João venceu o jogo.

A expressão do juízo tético pode ser feita por meio de VS tanto no PE quanto no PB (16), mas no PB é restrita a construções com verbos monoargumentais (17):

- (16) Chega a encomenda hoje. (PE / PB)
 (17) Correram 100 atletas a maratona. (PE / *PB)

E no PB, construções de juízo tético podem apresentar a ordem SV:

- (18) A encomenda chega hoje. (#PE / PB)

A posição do sujeito na sentença também codifica a estrutura informacional: para Costa (2000) os sujeitos pré-verbais constituem informação velha / acessível; sujeitos pós-verbais constituem informação nova. A informação nova constitui o foco da sentença, que pode ser informacional (19) ou contrastivo (20):

- (19) A: Alguém telefonou?

B: Telefonou o João.

- (20) A: O Pedro telefonou hoje cedo.

B: Telefonou o João (não o Pedro).

Se no PB a ordem VS é restrita, como acontece a marcação de foco? É possível detectar mudança nas estratégias de marcação de foco ao longo do tempo? Qual é a relação entre as estratégias de marcação de foco e a diminuição da ordem VS ao longo do tempo?

Berlinck (1989) mostra que a mudança na ordem VS no PB segue dois fatores condicionadores principais: o tipo de verbo e o estatuto informacional do sujeito. A autora mostra que os fatores que mais favoreciam a ordem VS no século XVIII estão relacionados com o estatuto informacional do sujeito (informação nova), ao passo que no século XX é o tipo de verbo: estruturas monoargumentais. A fim de testar a hipótese de Berlinck (1989), também aqui analisamos o tipo de verbo e o estatuto informacional do sujeito. Assim, o estatuto informacional do sujeito

foi controlado de uma maneira um pouco diferente do que geralmente se faz: sujeitos como foco informacional, foco contrastivo, evocado e dado. Sujeitos *evocados* podem ser informação nova, mas não necessariamente carregam o foco informacional da sentença.

Além do estatuto informacional do sujeito, controlamos o tipo de construção verbal e o tipo de sentença. A escolha por esses três fatores principais se baseia na hipótese que subjaz ao tipo de gramática que pode gerar a VS. Numa gramática como o PB, de VS restrita, além da frequência de VS em geral ser mais baixa, ela estará restrita a contextos inacusativos ou de inversão locativa. Entretanto, outras gramáticas, como a do PE, geram VS em sentenças interrogativas e subordinadas, com outros tipos de verbo, e para marcar foco no sujeito. Desse modo, além de mostrar a diminuição de VS ao longo do tempo, pretendemos mostrar os índices de VS em cada um desses contextos ao longo do tempo.

Além da análise de frequência ao longo do tempo, mostramos uma análise de regra variável utilizando o programa GoldVarbX (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) por período de tempo para saber quais fatores mais favoreciam a ordem VS em cada período. Por hipótese, tanto os fatores selecionados, quanto a ordem de seleção dos mesmos irão mudar ao longo do tempo, pois são reveladores da gramática subjacente.

Passemos à análise quantitativa dos dados, na próxima seção.

Resultados quantitativos

Os resultados quantitativos serão apresentados em dois momentos: num primeiro momento, apresentaremos os índices percentuais gerais de VS por data de nascimento dos missivistas, seguidos dos resultados de VS considerando: o estatuto informacional do sujeito, o tipo de sentença e a construção verbal. Em seguida, apresentamos uma análise de regra variável para mostrar os contextos favorecedores de VS por cada período de tempo. A análise de regra variável pode corroborar a hipótese de gramáticas em competição, na medida em que ela possibilita ver a mudança nos contextos favorecedores de VS ao longo do tempo.

Com relação às construções com sujeitos focalizados, resolvemos controlar também os sujeitos clivados, pois, por hipótese, numa gramática de VS restrita a construções inacusativas e de inversão locativa, o foco no sujeito poderá ser marcado por meio de outras construções sintáticas. Assim, em termos gerais, observamos a diminuição de VS com relação a três construções: SV, VS e sujeitos clivados, como ilustrado nos exemplos a seguir:

- (21) a. **O Dão** já aqui está desde alguns dias. Veio com elle um collega de Edmundo, o Joaqm de Barros, de Cocaes. Se não fôra a presença de tais hospedes o pôrão estaria um perfeito deserto, cum a tua retirada e de Alvaro. (Affonso Penna, 21/01/1902)

- b. Jantaraõ aqui commigo **Julio e Vôvô e o Thomas** e nos noslembramos de-

voce todos que costumavamos a jantarmos juntos nesse dia: (Barbara Ottoni, 15/05/1887)

c. **A festa da Evangelina é que** apesar da chuva, esteve muito boa, assim me disseram as Bittencourt. (Família Oswaldo Cruz)

De um total de 6111 dados, 5497 (90%) foram de SV, 511 (8%) de VS e 103 (2%) de sujeitos clivados. A Tabela 1 e o Gráfico 1 a seguir trazem os resultados gerais da distribuição dos sujeitos pré-verbais, pós-verbais e clivados na amostra de cartas, por data de nascimento dos missivistas. Consideramos o período de 25 em 25 anos de nascimento dos missivistas.

	1801-1825	1826-1850	1851-1875	1876-1900	1901-1925	1926-1950	1951-1975
SV	168 80%	129 80%	495 86%	1354 88%	519 89%	1351 94%	1481 92%
VS	39 19%	31 19%	72 13%	153 10%	50 9%	64 4%	102 6%
Suj-Cliv	2 1%	1 1%	7 1%	35 2%	11 2%	24 2%	23 1%
Total	209	161	574	1542	580	1439	1606

Tabela 1: Posição do Sujeito ao longo do tempo em cartas brasileiras por data de nascimento

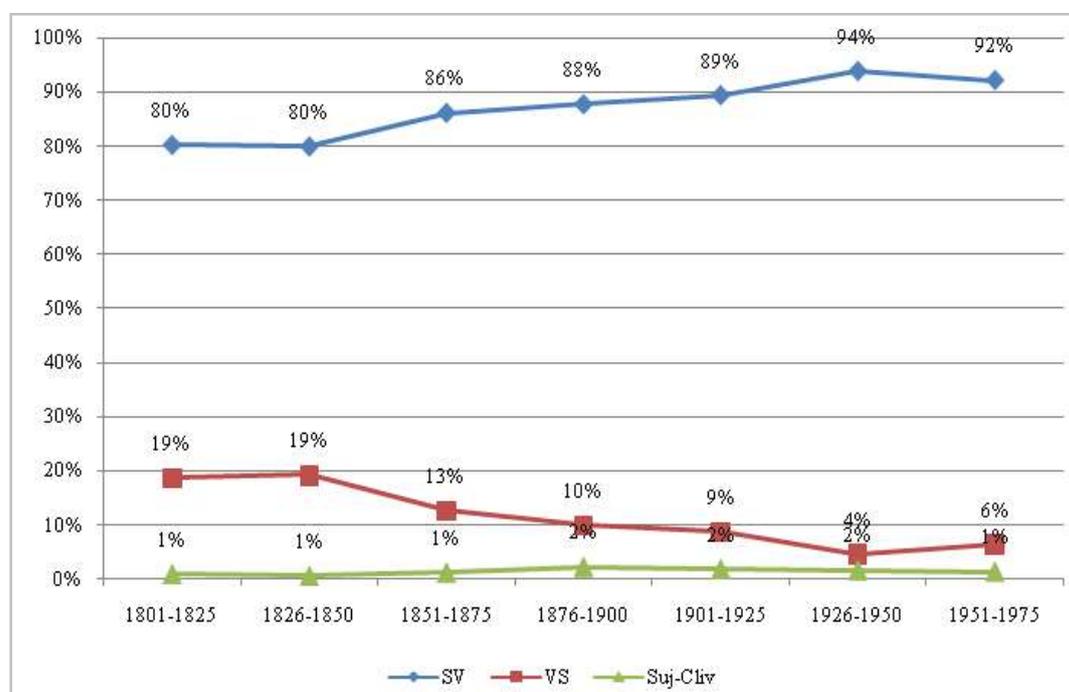


Gráfico 1: Posição do sujeito ao longo do tempo em cartas brasileiras por data de nascimento

Podemos ver com os resultados no Gráfico 1, que os índices de VS diminuem ao longo do tempo, de acordo com a data de nascimento dos missivistas. A hipótese de que os índices

de sujeito clivado aumentariam ao longo do tempo não foi confirmada: esperaríamos encontrar um aumento no índice dos sujeitos clivados que poderiam estar substituindo de certo modo os sujeitos pós-verbais com marcação de foco.

A fim de mostrar como se dá o estatuto informacional do sujeito ao longo do tempo, apresentamos o Gráfico 2 a seguir, que traz o percentual da posição do sujeito por período de nascimento de acordo com o seu estatuto informacional. Vemos nas colunas em azul os índices de SV; em vermelho VS, e em verde os sujeitos clivados, com estatuto informacional de dado, evocado, foco informacional e foco contrastivo.

Sujeitos com estatuto informacional *dado* foram mencionados anteriormente no texto, assim são informação *velha* textualmente. Sujeitos com estatuto informacional *evocado* têm seu referente acessado pelo missivista sem ter sido mencionado anteriormente, trata-se de referentes únicos (*a lua, o presidente*), referentes do conhecimento compartilhado dos missivistas e referentes inferíveis. Sujeitos com informação de foco informacional introduzem um novo indivíduo no universo do discurso, enquanto sujeitos com foco contrastivo carregam uma informação nova, mas têm função de corrigir ou negar pressuposições implícitas ou explícitas de um enunciado prévio. Vejamos como se dá a mudança na ordem relacionada ao estatuto informacional do sujeito.

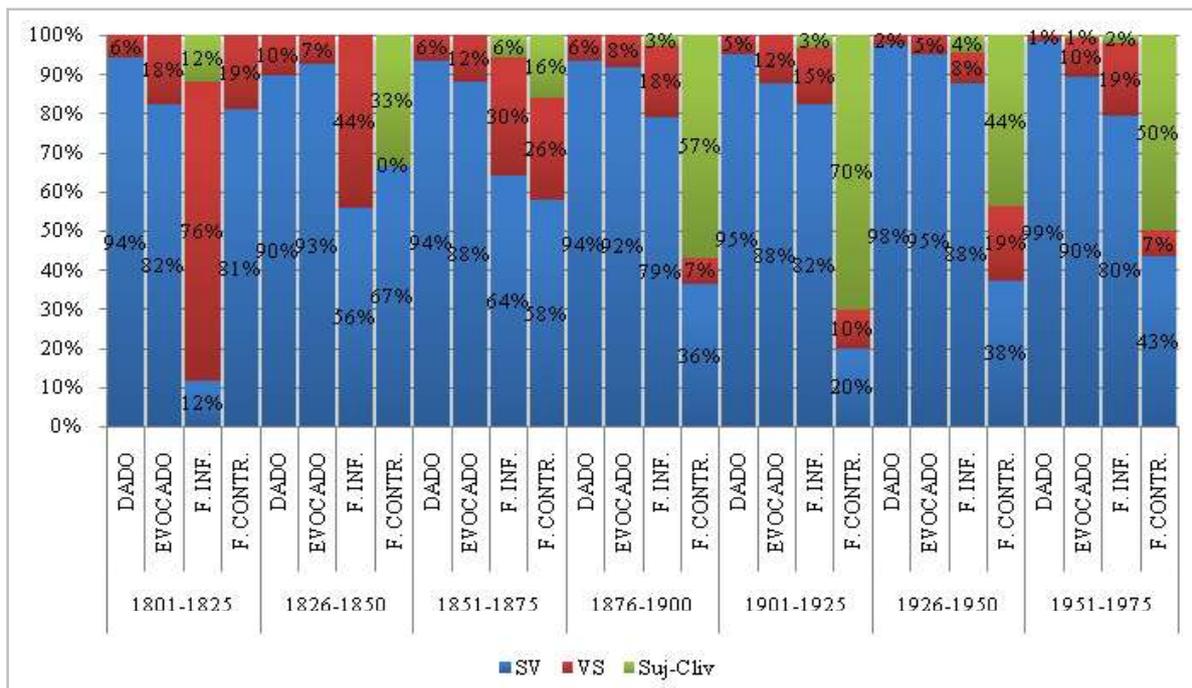


Gráfico 2: Posição do sujeito e estatuto informacional ao longo do tempo em cartas brasileiras

Podemos perceber que, nas cartas dos missivistas nascidos entre 1801 e 1825, os índices mais altos de VS aparecem quando o sujeito é foco informacional ou contrastivo. Já nos missivistas nascidos entre 1826 e 1850, já começa a aparecer uma *especialização* na marcação de foco: os índices mais altos de VS vão para os sujeitos com foco informacional e os índices mais altos de sujeitos clivados para foco contrastivo. Os índices de VS vão diminuindo ao longo do

tempo no geral, mas são mais altos nas construções em que o sujeito é foco informacional:

(22) a. Aqui esteve **Jerominho** o amavel e bondoso Padre Jeronimo - Muito nos encantou. (Zelia, 26/01/1908)

b. Hontem estreiou a **nova companhia lyrica**, dizem os jornaes que a soprano é muito boâ e o tenor que estreiou não é de todo máo mas assim mesmo tentaram vaial-o, o povinho das torrinhas já habituou-se a isso, temos vontade de ir uma vez. (Emilia Fonseca, 10/10/1905)

c. O Dão já aqui está desde alguns dias. Veio com elle **um collega de Edmundo**, o Joaqm de Barros, de Cocaes. Se não fôra a presença de tais hospe-des o porão estaria um perfeito deserto, cum a tua retirada e de Alvaro. (Affonso Penna, 21/01/1902)

Já para os sujeitos clivados, os resultados parecem indicar que eles se especializam em marcar foco contrastivo, como podemos ver com o aumento dos índices desses sujeitos clivados.

(23) a. Felizmente tenho sempre noticias tuas por telegramma, ainda hontem o Pacheco Leão falou pelo telephone. **O Nyemeyer, coita-do é que** anda sempre atrazado, quando elle passa telegramma já eu sei de tudo há muito tempo. (Família Oswaldo Cruz).

b. Semana passada estive um pouco resfriada presa no quarto, mas domingo fui a missa e almocei com Cei-cão, e hontem fui visitar D Etel-vina, e a Debora. **Dorah é que** não tem tido saude, resfriado, melhora torna eu ja estou nervosa. (Família Penna)

c. **Mom é que** ficou danada da vida com-migo, só falou um hi muito seco. (Família Salgado Lacerda)

d. No dia de seu aniversário, quando liguei pela primeira vez para aí, **quem atendeu foi a Jane**. (Família Salgado Lacerda)

e. **quem será o meu patrão será o Denis** (Família Frazão Braga)

f. **quei fa-lou isto foi a minha mãe** (Casal Jayme e Maria)

Podemos considerar que as missivas em questão mostram uma especialização na marcação de foco no PB: VS para sujeitos com foco informacional e clivagem para sujeitos com foco contrastivo.

Passemos para o próximo contexto sintático considerado, a estrutura da sentença. O Gráfico 3 a seguir traz somente os índices de VS (em relação a SV, por data de nascimento do missivista). Podemos perceber que a diminuição de VS ocorre da mesma maneira em todos os tipos de sentença. Os maiores índices de VS, entretanto, estão nas sentenças interrogativas cristalizadas, do tipo, *Como vai a sua mãe?*, que permanece alto mesmo quando nas outras estruturas diminui. É digno de nota a diferença entre as interrogativas e as interrogativas cristalizadas e como elas se comportam estatisticamente ao longo do tempo: o PB perde VS em todos os contextos, mas ela permanece nas interrogativas cristalizadas. Isso pode indicar que VS nesse contexto sintático seja um *fóssil* linguístico, não sendo gerada pela gramática do PB.

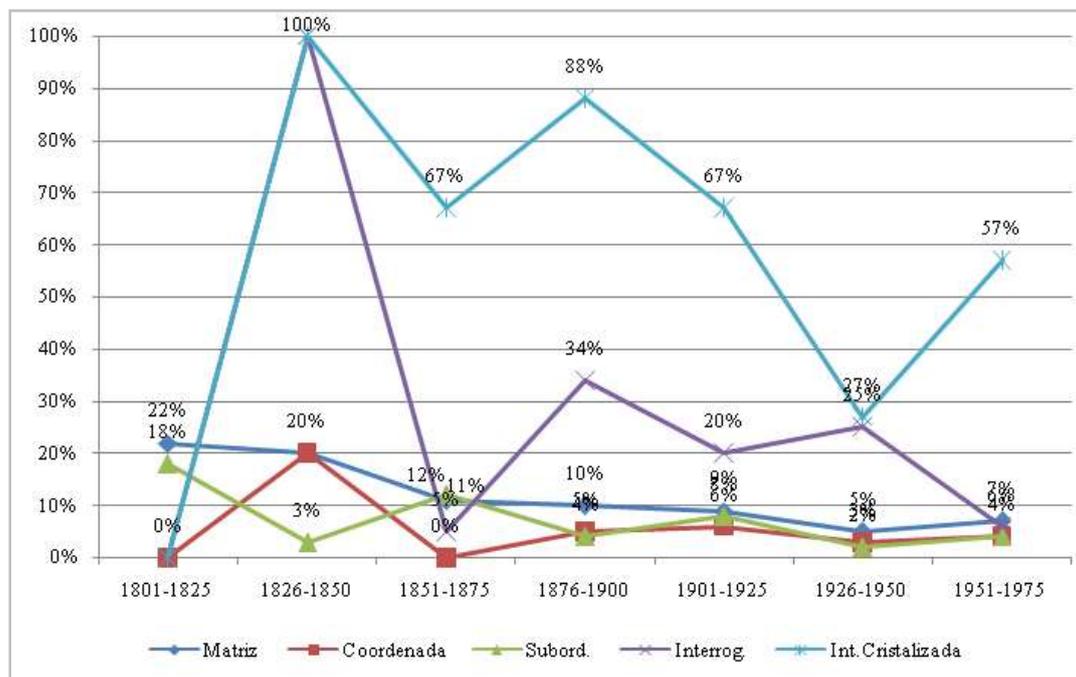


Gráfico 3: Distribuição de VS por tipo de sentença por data de nascimento do missivista

Vejamos os exemplos de VS em subordinadas (24) e em interrogativas (25) encontrados na amostra:

- (24) a. Outro dia quando voltei do Vidigal com teu Pai, encontrei-a n'aquelles trajes de banho, sentada no muro da rua, na ocasião em que passavam **os operarios da fabrica**; mais tarde quando voltei para casa estava ella sentada na calçada de casa da Amelia, no meio de trabalhadores que capinavam a ladeira. (Oswaldo Cruz, 19/04/1891)
- b. Conheço os passeios de que me falla **Christiano**, pelo Bois, pelo Sena, pelo caminho de cintura, por Versailles, (Christiano Ottoni, sd)
- c. A guerra entre a Russia e Japão não deixou de influir *seo tanto* na diminuição do consumo do café pelo estado de desordem e pobreza em que estão **as populações da Polonia e adjacencias**. (Jeronymo, 08/06/1905)

(25) a. Mas o que poderá produzir-me **essa ventura**? (Jayme Saraiva, 12/10/1936)

b. Como vai a **Celina**? (M. Guilhermina Penna, 07/01/1916)

c. Como vai a **Ma-rieta**? (M. Guilhermina Penna, 05/04/1910)

d. Quando chegará o **feliz tempo** em que viveremos junctos, n'aquella aprazível morada? (Oswaldo Cruz, 21/04/1891)

e. E como está o **excellente Sacerdote teu Director**? Com o maior fervor rezo por elle. (Zelia, 21/11/1914)

Vejamos os índices de VS por tipo de verbo e data de nascimento do missivista, com o Gráfico 4 a seguir:

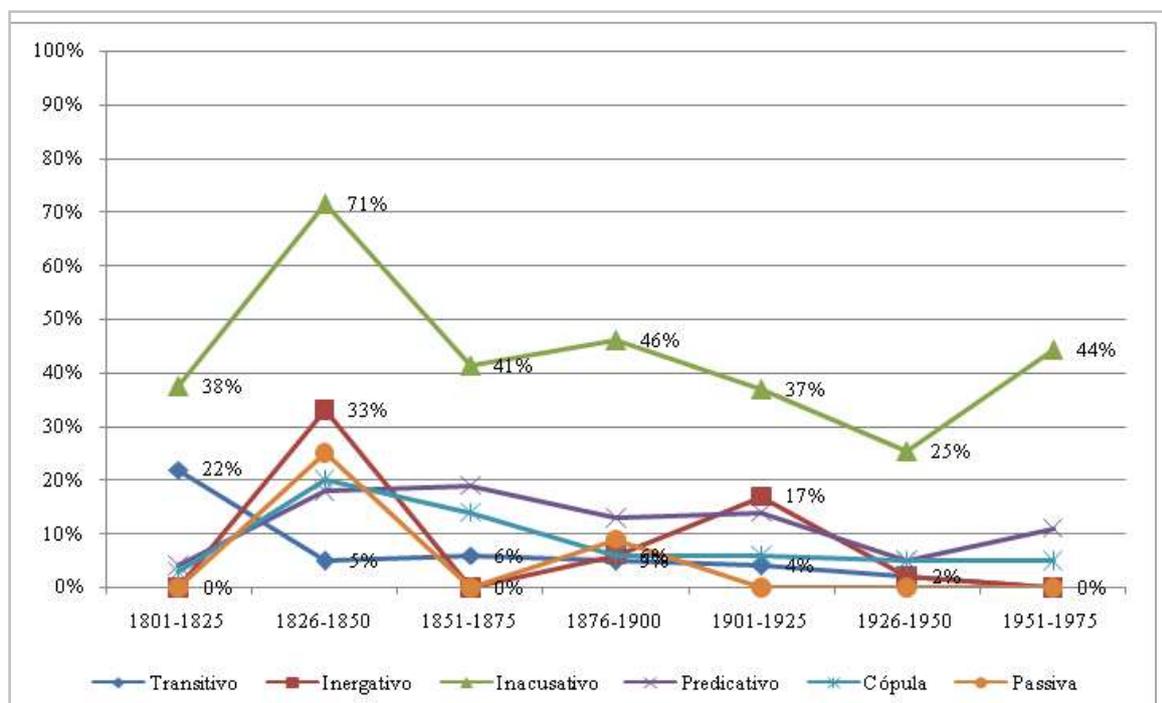


Gráfico 4: Distribuição de VS por tipo de verbo por data de nascimento do missivista

Podemos notar com a distribuição de VS por tipo de verbo ao longo do tempo, que o contexto mais favorecedor de VS são as construções com verbos inacusativos (incluídas aí as construções de inversão locativa), desde os missivistas nascidos no primeiro quartel do século XIX até aqueles nascidos na segunda metade do século XX. Os índices de VS diminuem ao longo do tempo em todos os contextos, chegando a no máximo 10%, mas nas construções inacusativas fica em torno de 44%.

- (26) a. porque em ti **reside a creatura que me dá toda a alegria**, (JM, 1901-1925)
- b. Nesta casa **ficou** também **Andréa, a brasileira e uma outra da Colombia**. (SL, 1951-1975)
- c. Esta semana **começa a contagem regressiva**, (SL, 1951-1975)

Ganha destaque o índice relativamente alto de VS com verbos transitivos nas cartas dos missivistas nascidos entre 1801-1825: trata-se, na maioria dos casos, de expressões fixas usadas nas despedidas das cartas que se repetem, como vemos nos exemplos em (27), além das construções com verbo *dizer*:

- (27) a. Com muitas saudades os **abraça** e abemçoa **Sua Dindinha que muito os ama** (Ott, 1801-1825)
- b. **Beija-te** saudosa **a tua Lêsinha** (AP, 1901-1925)
- c. **Diz o Alexandre** que o Canario já está livre das presilhas. (AP, 1901-1925)

A fim de verificar quantitativamente o efeito das gramáticas em competição, realizamos uma rodada de regra variável, com valor de aplicação VS (descartando agora as sentenças com sujeitos clivados). Foram realizadas sete rodadas, uma para cada período de tempo, a fim de saber quais os contextos mais favorecedores de VS para cada grupo de missivistas. Os resultados dessas rodadas encontram-se no quadro 1 a seguir, em que foram elencados os grupos de fatores por ordem de seleção e entre parênteses o fator mais favorecedor de cada grupo.

Podemos notar uma diferença entre os missivistas nascidos entre 1801-1825 e 1951-1975: o primeiro fator selecionado para os missivistas do início do século XIX foi o local da carta (despedida), por ser um contexto de estruturas formulaicas, seguido do estatuto informacional do sujeito (foco informacional). Já nos missivistas nascidos entre 1951-1975, o fator mais favorecedor para VS foi o tipo de verbo (construções inacusativas) e a estrutura informacional do sujeito não foi um fator selecionado.

Podemos dizer que temos nos dois extremos duas gramáticas distintas: uma em que a ordem VS é gerada por fatores de estrutura informacional e outra em que essa VS é restrita a construções inacusativas (tendo destaque as construções de inversão locativa). Nos intervalos de tempo intermediários, notamos uma variação entre os fatores mais favorecedores, mas des-

tacamos que o tipo de verbo vai crescendo ao longo do tempo.

1801-1825	1826-1850	1851-1875	1876-1900	1901-1925	1926-1950	1951-1975
Local Carta (Despedida)	Traço Sem. (Inanimado)	Sentença (Sub./Int.)	Sentença (Int. Form.)	Forma Suj. (Demonst.)	Verbo (Inacusativo)	Verbo (Inacusativo)
Est. Inform. (F. Inform.)	Pos. do Verbo (V2)	Pos. do Verbo (V2)	Verbo (Inacusativo)	Verbo (Inacusativo)	Sentença (Int. Form.)	Sentença (Int. Form.)
Pos. do Verbo (V2)	Verbo (Inacusativo)	Verbo (Inacusativo)	Pos. do Verbo (V2)	Sentença (Int. form.)	Est. Inform. (F. Contrastivo)	Pos. do Verbo (V2)
Sentença (Sub.)	Sentença (Subord.)	Est. Inform. (F. Inform.)	Traço Sem. ("Deus")	Pos. do Verbo (V2)	Pos. do Verbo (V2)	Traço Sem. (Inanimado)
Verbo (Inacusativo)			Local Carta (Despedida)	Local Carta (Despedida)	Forma Suj. (Demons.)	

Tabela 2: Fatores selecionados como favorecedores de VS por data de nascimento

Em geral, os dados quantitativos mostram que a diminuição de VS ao longo do tempo se dá em todos os contextos, permanecendo com índices altos somente nos casos de interrogativas cristalizadas e construções inacusativas. Isso pode revelar que o padrão de VS que aparece nas missivas de brasileiros nascidos no início do século XIX parece estar associado a uma gramática; e o padrão de VS que aparece nas missivas de brasileiros nascidos no final do século XX; a outra. O DP pós-verbal do início do século XIX parece ter propriedades de sujeito, pois se comporta sintática e estatisticamente como se comportam os sujeitos. O DP pós-verbal do final do século XX parece ter propriedades de complemento: restrito a construções inacusativas e de inversão locativa; em construções interrogativas cristalizadas (fósseis linguísticos).

Interpretação dos resultados

No geral, os estudos sobre a sintaxe da posição sujeito na diacronia do português revelam que podemos considerar três estágios de língua distintos classificados como instâncias de gramáticas distintas no que se refere à posição do sujeito:

(A) uma gramática do Português Médio (PM), que seria a gramática que falantes nascidos entre os séculos XVI e XVII teriam adquirido; (CAVALCANTE; GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2015)

(B) uma gramática do Português Europeu, que emerge a partir do século XVIII; e

(C) a gramática do Português Brasileiro, diferente da do PE e do PM, que emerge na virada do século XX. (GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2006).

Se estamos tratando de mudança paramétrica, qual mudança os dados analisados indicam? Aparentemente, no PB as construções com verbos inacusativos e inversão locativa com DP pós-verbal não seriam caso de construções de sujeito pós-verbal, como propõe Pilati (2016). Desse modo, estamos diante de uma mudança que envolve o surgimento de uma gramática que não gera mais ordem Verbo-Sujeito.

Quais seriam então as características dessa gramática? Não há movimento do Verbo, como ocorre no Inglês? Isso estaria relacionado com o fato de ser uma gramática de sujeito nulo parcial que tem uma categoria funcional T defectiva?

Não temos como responder ainda essas perguntas, mas os dados estatísticos indicam haver gramáticas em competição e que essa competição se manifesta nas missivas de brasileiros nascidos no início do século XIX.

Referências

AUGER, J. *Pronominal clitics in Quebec colloquial French: a morphological analysis*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1994. Tese (Doutorado em Linguística), University of Pennsylvania, Philadelphia, 1994.

BERLINCK, R. A. A construção V SN no português do Brasil - um estudo diacrônico sobre o fenômeno da ordem. In.: TARALLO, F. L. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 95-112.

CAVALCANTE, S.R. de O. Posição do sujeito e posição social: um caso de competição de gramáticas em cartas dos séculos XIX e XX. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 16, p. 147-170, 2014.

CAVALCANTE, S.R. de O. A posição do sujeito na história do português brasileiro: sintaxe e estrutura informacional da sentença. Trabalho apresentado na GALLAECIA – III Congresso Internacional de Linguística Histórica. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 27 a 30 de julho de 2015.

CAVALCANTE, S.R.O.; GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M.C. Topics, Subjects and Grammatical Change: from Classical to Modern European Portuguese. *LaborHistórico*, v. 1, p. 97, 2016.

CAMPBELL, L. Syntactic change in Pipil. *International Journal of American Linguistics*, v. 53, n. 3, p. 253–280, 1987.

CHOMSKY, N.; LASNIK, H. The theory of principles and parameters. In.: von STECHOW, J.; JACOBS, A., STERNEFELD, W.; VENNEMANN, T. (eds.). *Syntax: an international handbook of contemporary research*. Berlin: De Gruyter, 1993.

COELHO, I.L.; MARTINS, M.A. Padrões de inversão do sujeito na escrita brasileira do século

19: evidências empíricas para a hipótese de competição de gramáticas. *Alfa: Revista de Linguística*, 2012, v. 1, p. 11-28.

COSTA, J. Word order and discourse configurability in European Portuguese. In: Costa (ed.). *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. New York: Oxford University Press, 2000 p. 94-115.

DUARTE, M.E.L. A perda da ordem V(ERBO) S(SUJEITO) em Interrogativas QU- no português do Brasil. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 1992, v. 8, n. ESPECIAL, p. 37-52.

GIVÓN, T. The drift from VSO to SVO in biblical Hebrew: the pragmatics of tense-aspect. In: LI, C. N. (ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977, p. 181-254.

GALVES, C.; C. NAMIUTI e M.C. PAIXÃO DE SOUSA. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: A. Endruschat; R. Kemmler; B. Schäfer-Prie. (org.). *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch: Synchrone und diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.

KATO, M. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: M. KATO & E. NEGRÃO (eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main, Vervuert/ Madrid, Iberoamericana, 2000, p. 223-258.

KATO, M.A.; DUARTE, M.E.L.; CYRINO, S.M.L.; BERLINCK, R.A. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: SUZANA CARDOSO; JACYRA MOTA; ROSA VIRGÍNIA M. e SILVA. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2006, v. único, p. 413-438.

KATO, M.A.; MARTINS, A.M. European Portuguese and Brazilian Portuguese: An Overview on Word Order. In: W. Leo Wetzels; Sergio Menuzzi; João Costa. (org.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Chichester: Wiley/Blackwell, 2016. p.15-40.

KATO, M.A.; TARALLO, F. The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese. In: B. Schliebe, I. Koch e K. Jungbluth. (org.). *Dialogue between Schools: sociolinguistics, conversational analysis and generative theory in Brazil*. Münster: Nodus Publications, 2003, p.121-129.

KATO, M.; RAPOSO, E. European And Brazilian Portuguese Word Order: Questions, Focus And Topic Constructions. In: C. Parodi; C. Quicoli; M. Saltarelli & M. L. Zubizarreta (eds.). *Aspects of Romance Linguistics*. Selected Papers from the LSRL XXVI. Washington: Georgetown University Press, 1996, p. 267-278 .

KROCH, A. Reflexes of in grammar patterns of language change. *Language Variation and Change*, 1989, 1: 199-244.

KROCH, A.; TAYLOR, A.; Verb movement in Old and Middle English: dialect variation and

linguistic contact. In.: van KEMENADE, A.; VINCENT, N. (eds.). *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 297-325.

KROCH, A.; TAYLOR, A.; RINGE, D. The Middle English verb-second constraint: a case study in language contact and language change. In.: HERRING, S; van REENEN, P.; SCHØSLER, L. (eds). *Textual parameters in older language*, Amsterdam: John Benjamins, 2001, p. 353–392.

KROCH, A. Syntactic Change. Em Baltin, Mark and Collins, Chris (eds.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Blackwell, 2001.

LIGHTFOOT, D. *The Development of Language*. Oxford: Blackwell, 1999.

LIGHTFOOT, D. Grammatical Approaches to Syntactic Change. In: Joseph, Brian & Janda, Richard D. (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p.493-508.

PILATI, E. Sobre a ordem Verbo-Sujeito no português brasileiro: 30 anos em mirada crítica. *Revista Linguística*, v. 12, p. 183-205, 2017.

Pintzuk, S. Variacionist Approches to Syntactic Change. In: JOSEPH, Brian & JANDA, Richard D. (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 509-28.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.A.; SMITH, E. Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: KATO e ROBERTS. *O português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Unicamp, 1993. p.69-105.

WEINREICH, U.; W. LABOV e M. HERZOG. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística. Tradução de M. Bagno; revisão técnica C.A. Faraco; posfácio de M. da C. Paiva e M.E.L. Duarte. São Paulo: Parábola, 1968 [2006].

Sobre Dinah Callou — Silvia Regina de Oliveira Cavalcante⁵

⁵ Dedico este texto à Dinah Callou, que com a sua generosidade acadêmica e o seu profissionalismo sempre abriu a nossa mente para os estudos linguísticos, e nos incentivou a ir além do que a gente pensa poder ir. Muito obrigada, Dinah.



PARA UMA HISTÓRIA LINGUÍSTICA E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL – SÉCULO XIX

FOR A LINGUISTIC AND SOCIAL HISTORY OF RIO GRANDE DO SUL – XIX CENTURY

Valéria Neto de Oliveira Monaretto¹

Paulo Ricardo Silveira Borges²

Resumo

Neste artigo, apresentamos uma proposta de análise que possibilite o desenvolvimento de outras pesquisas sobre *uma histórica linguística e social do Rio Grande do Sul do século XIX*. Propomos temas a serem estudados e que contemplam diferentes aspectos relacionados à constituição e à formação sócio-histórica e linguística das comunidades gaúchas. Para tanto, pretendemos recuperar informações específicas do século XIX encontradas nos textos de teatro, nos jornais, nos relatos de viagens, com o objetivo de compreender melhor as motivações e como ocorreram os processos de variação e mudança que representam um *continuum* sócio-histórico característico dos diferentes dialetos gaúchos. Esperamos que, a partir deste texto, as temáticas abordadas sejam mais bem desenvolvidas em novas propostas interinstitucionais de pesquisas complementares.

Palavras-chave: História social e linguística; Sociolinguística histórica; Rio Grande do Sul; Século XIX; Português do Brasil; Variedades gaúchas.

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: monar@terra.com.br.

2 Universidade Federal de Pelotas. E-mail: paulorsborges@gmail.com.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

In this article, we present a proposal of analysis that allows the development of other researches about a *linguistic and social history of Rio Grande do Sul of the 19th Century*. We propose topics to be studied, that focus different aspects related to the socio-historical and linguistic development of the Gaucho communities. In order to do so, we intend to recover specific information from the 19th Century found in theater plays, newspapers, and travel accounts, in order to better understand the motivations and the origin and propagation of processes of variation and change that represent a socio-historical continuum characterizing different Gaucho dialects. We hope that the topics addressed in this article will be better developed in new interinstitutional proposals for complementary research.

Keywords: Social and linguistic history; Historical sociolinguistics; Rio Grande do Sul; 19th Century; Brazilian Portuguese, Gaucho varieties.

Introdução

Foi tardio o povoamento histórico do Rio Grande do Sul³ e, por consequência, morosas as relações sociais entre as diferentes comunidades. A constituição urbana do RS, a partir do século XIX, com o aparecimento dos aglomerados populacionais mais desenvolvidos, possibilitou o surgimento dos agrupamentos familiares em cidades. Com isso, ampliam-se também as disposições arquitetônicas das cidades, os aparatos governamentais e administrativos, as autonomias religiosas das freguesias e as construções das igrejas paroquiais, como também configuram-se o discurso oficial das autoridades constituídas, as divisões de propriedades, o estabelecimento de uma economia gaúcha e a constituição das primeiras escolas.

Esses fatores foram determinantes para a constituição histórico-social e cultural do RS. Conforme Magalhães (1993, p. 298), “o desenvolvimento econômico [do RS no séc. XIX] produziu o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento social e cultural”. E foi justamente isso que possibilitou que se desencadeassem as manifestações socioculturais, dando impulso ao surgimento e ao fortalecimento de revelações individuais e coletivas associadas às festas, ao teatro, à música, às artes plásticas, à educação, à imprensa e à literatura.

Outra peculiaridade da formação sócio-histórica do RS, segundo Torres (2000, p. 47), é o fato de grande parte de suas cidades terem sido fundadas e desenvolvidas em função das confluências com o processo histórico platino, pela influência missioneira e indígena e pelas interações decorrentes das experiências históricas do colonialismo português e espanhol. Portanto, distante de uma visão de Estado homogêneo e do desejo de uma sociedade espelhada na ordem colonial.

Os rastros históricos da diversidade social, cultural e linguística já podiam ser identi-

3 Doravante, o nome Rio Grande do Sul será expresso pela sigla RS.

ficados naqueles *gaúchos históricos*, representantes de identidades culturais multifacetadas. Soma-se a isso, a participação efetiva de *novos* grupos sociais e étnicos, com a constituição de novas comunidades a partir das imigrações alemã e italiana. Como salienta Bisol (1981), quatro grupos majoritários étnico-culturais foram importantes para a formação da população falante do português sul-rio-grandense: portugueses, espanhóis (fronteiriços), alemães e italianos.

Em função desses fatores, diferentes vozes identitárias passam a representar múltiplos interesses, sendo possível verificar esse fato em distintos documentos, públicos e privados, importantíssimos para os entendimentos de como se constituiu a sociedade gaúcha e quais os reflexos da sua formação histórico-social e cultural. Nesse aspecto, Guilhermino Cesar (1998) ressalta a importância da documentação dos primeiros cronistas do RS como excelente campo de estudos, haja vista que podemos encontrar diferentes características regionais gaúchas atreladas a fatores culturais e sociolinguísticos.

Preferimos os relatos, cartas e informações, de viajantes, missionários, titulares de cargos administrativos, soldados, aventureiros – sempre que esclareçam coisa de fundamental com respeito à formação histórica da comunidade gaúcha. E nessa preferência incluímos também aqueles informantes capazes de sugerir aos curiosos de hoje nova ordem de indagações, tendentes a completar o que se omitiu ou chegou até nós incompleto ou desfigurado. (GUILHERMINO CÉSAR, 1998, p. 9-10)

É justamente o manuseio dessa rica documentação e a análise apurada dos aspectos culturais e sociolinguísticos presentes nesses textos que possibilitam aos pesquisadores vislumbrar as múltiplas relações entre sociedade, cultura e língua. Mais do que isso, perceber e entender a diversidade cultural fruto das diferentes realidades sociais, sejam étnicas, geográficas, linguísticas, econômicas, fronteiriças, urbanas, rurais e identitárias, bem como os marcos estruturais próprios às diferentes comunidades e que serviram para basilar a constituição sócio-histórica do RS.

Investigar a *história social e linguística do RS no século XIX* não é tarefa simples. Muito menos descrever, compreender e associar os múltiplos aspectos próprios à intrínseca relação existente entre língua e sociedade. Para tanto, nos valem de diferentes tipos de fontes históricas e sociolinguísticas, que servem como fio condutor para a representatividade da análise aqui proposta, e que compreendem um leque grande de realidades sócio-históricas aparentemente distintas, mas que dialogam e estão inter-relacionadas em muitos aspectos. Para este artigo, trazemos reflexões sobre alguns aspectos que julgamos importantes para a nossa proposta inicial de pesquisa e que merecem ser destacados: dados sobre censos e recenseamentos realizados no Brasil; dados sobre mobilidades populacionais, urbanas e rurais; importância dos jornais do século XIX; diferentes relatos de viagens ao RS do século XIX; a literatura do século XIX, em especial as peças de teatro; a variação linguística em fontes diretas do século XIX ao XX; algumas variáveis fonológicas características do RS.

Revisitando dados históricos e sociais próprios à constituição sociolinguística do Português do Brasil

O estágio sincrônico da língua é resultado de um desenvolvimento passado que continua no presente. Uma análise que correlacione resultados de *tempo aparente* (*apparent time*) com *tempo real* (*real time*), a partir de uma dimensão histórico-social, poderá evidenciar o processo e o estágio em que se encontra determinada mudança linguística. Quanto a isso, Labov (1994, p. 26) entende que o objetivo principal da utilização de dados diacrônicos é poder determinar o que ocorreu na história de uma língua ou de uma família linguística, levando-se em conta os aspectos sociais que contribuíram para o desenvolvimento de determinadas mudanças.

Para obter testemunhos da mudança em progresso, temos que separar a variação devido à mudança com origem na variação devido a fatores sociais como sexo, classe social, redes sociais e etnicidade, da variação devido a fatores internos como o acento oracional, o entorno segmental, a ordem das palavras e a estrutura sintagmática. (LABOV, 1994, p. 26)

Salienta-se, entretanto, que não é qualquer diferença de fala entre gerações ou entre grupos sociais que pode estar indicando mudança, entendendo-se que muitas das diferenças existentes na fala de cada grupo são apenas variantes e nada têm a ver, em princípio, com mudança. Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 188), ao postularem uma teoria para a mudança linguística, enfatizam que “nem toda a variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística envolve mudanças, mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade”. Observa-se, assim, que as mudanças em progresso estão atreladas a uma concepção variacionista da linguagem e, por conseguinte, inseridas em um processo advindo de uma história social e linguística representativa de determinada sociedade.

Ao olharmos para os processos de constituição das comunidades de fala, mais especificamente para o desenvolvimento das áreas urbanas no Brasil, podemos notar que a partir da década de 1960 há uma forte urbanização fruto do período desenvolvimentista e do deslocamento populacional das zonas rurais para as zonas urbanas. O Gráfico 1, com dados extraídos do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela o processo de mobilidade populacional em direção às zonas urbanas, tendo a década de 1960 como período inicial dessa nova configuração geográfico-populacional. Passamos de uma realidade caracteristicamente rural para uma realidade urbana a partir da qual configuraram-se novas realidades sociais, econômicas, culturais e linguísticas. Os trabalhos de Stella Maris Bortoni-Ricardo, referentes aos estudos sociolinguísticos de migração e redes sociais, documentam bem as transformações dialetais ocorridas em função dessa rápida urbanização ocorrida no Brasil.

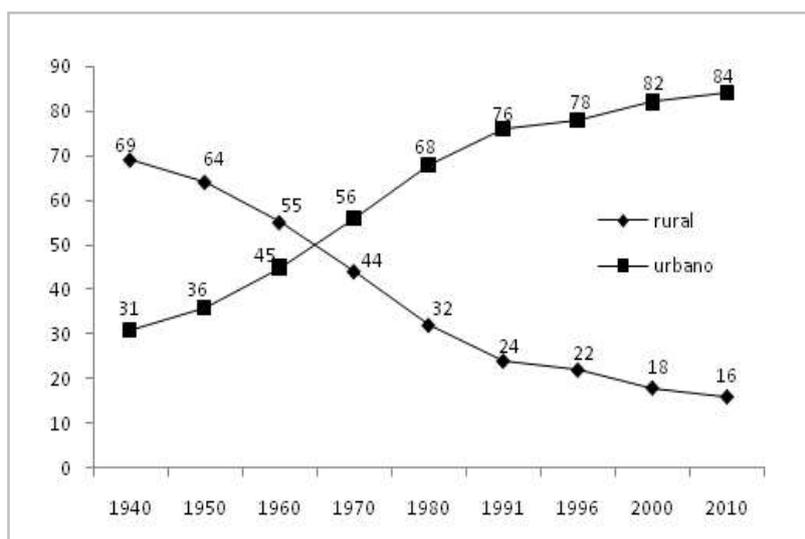


Gráfico 1: Percentual mobilidade rural vs. mobilidade urbana no Brasil (%). Fonte: IBGE

Guy (2000, p. 18), nesse aspecto, entende que a partir da noção de *comunidade de fala* pode-se unir as características linguísticas individuais de cada falante, com os aspectos próprios ao dialeto de determinada comunidade. Levando-se em conta as características de determinada comunidade, pode-se compreender melhor os fatores sociais que atuam nessa comunidade, como também as variações linguísticas advindas das diferentes manifestações sociais dos seus falantes. Assim, ao propormos um estudo para o melhor entendimento da *histórica linguística e social do Rio Grande do Sul do século XIX* estamos tratando da dinâmica histórico-social das variedades linguísticas, dos processos de mudança e das múltiplas relações entre língua e sociedade.

Alguns dados históricos mostram claramente a importância do século XIX para o *continuum* sócio-dialetal gaúcho e para as novas relações linguísticas advindas dos processos de imigração. Estima-se que, no RS, por volta de 1860, havia em torno de oitenta mil negros que, em sua maioria, eram escravos já adaptados ao país, trazidos do centro do país por bandeirantes e tropeiros. Também chegaram ao RS, no século XIX, os pomeranos, os alemães e os italianos, estabelecendo-se em diferentes localidades gaúchas. A partir de então, com o desenvolvimento industrial e econômico do século XX, houve forte desenvolvimento urbano em algumas regiões, havendo também forte migração das zonas rurais para as cidades-polo. Nesse aspecto, como destaca Amaral (2003), a constituição histórico-linguística do RS é bastante diversificada e culturalmente rica:

Portanto, em virtude do modo de ocupação do espaço, conviveram na zona urbana, ao longo do Século XX, falantes nativos de pomerano, falantes nativos de variedades de fala do norte da Itália, falantes nativos de espanhol platino, falantes nativos de variedades de fala do norte de Portugal, falantes nativos de variedades de português rural e falantes nativos de variedades de português urbano. (AMARAL, 2003, p. 19)

Conforme a publicação do *VI Recenseamento Geral do Brasil* de 1955 a respeito da população presente no Rio Grande do Sul, na data de coleta de informações, em 1872, havia 434.813 pessoas, sendo 78,05% analfabetas. O contingente maior de população corresponde a pessoas de 5 a 49 anos de idade, de religião católica e de nacionalidade brasileira nata. Já a população em 1890 e em 1900, passou a ser de 897.455 a 1.149.070, respectivamente, com um aumento significativo da população jovem (até 14 anos – 48,06%; 15 a 29 anos – 26,68%). Os indivíduos eram em sua maioria brancos (54,79%), em 1890, contra 16,52% de pardos, e 77% de pretos. Em 1900, a maior parte da população era de nacionalidade brasileira (87,74%) contra 11,25% de estrangeiros e de 1,73% de brasileiros naturalizados.

Diante dos dados das estatísticas coletadas sobre o Rio Grande do Sul do Censo Demográfico, podemos delinear o seguinte quadro social geral do Rio Grande do Sul no século XIX: população predominante branca, analfabeta, jovem e do sexo masculino.

A importância dos jornais para o entendimento da constituição histórico-linguística e social do RS

Os jornais desempenharam um papel importante ao longo das transformações socioculturais ocorridas no RS. A pequena imprensa, característica do século XIX, garantiu que, além dos interesses dos grupos dominantes e poderosos de então, também fosse possível a manifestação de grupos minoritários que puderam expressar as suas diferentes formas de manifestações e inconformidades com relação ao poder social e econômico de então. Pequenos jornais foram responsáveis pelas manifestações mais autênticas de contestações sociais atreladas a diferentes matizes de opiniões, sejam elas de inclinações políticas, ideológicas, sociais, éticas ou religiosas. No jornal *O Pelotense*⁴, editado na cidade de Pelotas-RS, na segunda metade do século XIX, podemos observar no seu cabeçalho essa diversidade editorial:

| OPELOTENSE |

| O Pelotense, periodico commercial, político e de notícias, publica-se ás terças, quintas e sabbados, na typographia *Imparcial* de Candido Augusto de Mello, rua | Alegre canto da Palma. Recebe correspondências| pelo preço que se convencionar, e insire GRATIS artigos, | científicos ou de litteratura. |

|| ANNO III QUINTA FEIRA 10 DE MARÇO DE 1853. NUMERO 183.⁵

Essas opiniões críticas eram geralmente marcadas pelo humor e pela sátira, sendo que, em alguns casos, pelos próprios depoimentos e declarações dos cidadãos como também pelos

4 *O Pelotense* foi um jornal editado na cidade de Pelotas – RS de 07 de novembro de 1851 a 21 de março de 1855. Foi o primeiro jornal da cidade.

5 Transcrição conforme Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos Para a História do Português do Brasil. In: MATTOS E SILVA, R.V. (org.). *Para a História do Português Brasileiro*. v. II: Primeiros Estudos, Tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001. p.553-555.

editoriais de pequenos jornais. Alves e Torres (1997, p. 16) destacam que:

No Brasil do século XIX, a pequena imprensa exerceu função primordial durante a evolução político-institucional do país. No Rio Grande do Sul da mesma época, caracterizado pelas rivalidades, pelas divergências e pelos conflitos político-ideológicos e, conseqüentemente, pelos confrontos militares, o jornalismo, marcadamente o praticado pelas pequenas folhas, teve papel decisivo. (ALVES E TORRES, 1997, p. 16)

Nasi (2016) mostra a importância dos documentos escritos para o entendimento da *memória linguística* do português, sendo que a documentação existente em língua portuguesa torna-se fundamental para a reconstrução da memória linguística de uma comunidade. Com relação aos jornais, o autor afirma que:

O jornal, como documento de imprensa, apresenta eventos históricos da época na qual é produzido. Por meio de jornais, é possível retroceder ao passado de uma determinada comunidade, por exemplo, pois este revela fatos, notícias e eventos de um determinado tempo. O Rio Grande do Sul pode ser considerado um dos estados brasileiros com maior circulação desses impressos no século XIX, ao lado do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. (NASI, 2016, p. 151)

É importante referir, ainda, que os jornais possibilitam uma descrição muito relevante sobre a sociedade de determinada época, como também sobre as reações das pessoas em função dos conflitos e situações decorrentes dos diferentes estratos sociais. Como refere Nasi (2016, p. 151), “o jornal, como documento de imprensa, apresenta eventos históricos da época na qual é produzido”.

A Gazetinha:

os escriptores da “Gazetinha”, sem excepção de um único, são todos elles homens pobres, alguns paupérrimos (...) Alguns dentre elles são simples operarios, que furtam diariamente algumas horas ao repouso, trocando a ferramenta pela penna. (A GAZETINHA, Porto Alegre, 11 de julho de 1898, p.1 – Cautella)

Os jornais, no caso específico do século XIX, fazem parte e denunciam um processo socio-histórico de constituição da sociedade gaúcha, com os seus diferentes conflitos e reflexos que ainda podem ser encontrados nos dias atuais, revestidos de outras formas e difundidos em outros meios de informação, embora ainda impregnados dos mesmos sentimentos, entre eles os de intolerância, preconceitos e autoritarismo. Muito do que somos, como agimos, o que discriminamos, o que defendemos e acreditamos, pode ser melhor entendido se olharmos para o passado e analisarmos o *continuum* das nossas experiências humanas que nos forjaram enquanto cidadãos e que constituíram as nossas identidades sociais. Um exemplo disso podemos encontrar nos anúncios de um jornal gaúcho do século XIX:

| ALUGA-SE uma preta para ama, tem | excelente leite, e é muito carinhosa, quem a pretender, dirija-se á rua Alegre *número* 40, | que achará com quem tratar. | (OPELOTENSE, 10 DE MARÇO DE 1853. N. 183.)

| *Occurencias.* | Foram presos á ordem do delegado, Antonio | Firmo da Silva, potuguez, appellidado *marmela*|da, vadio, ébrio, e sem domicilio, que por seus | maus costumes, tinha sido prohibido de habitar | dentro do termo; estar embriagado, e não ter domi|cílio; e as pardas, Leonarda, e Leocádia Pereira | dos Santos, por haverem espancado a outra mulher. | (OPELOTENSE, 22 DE MARÇO DE 1853. N. 187.)

| IDEM DO DIA 20. | Impôz-se a competente multa: – a Francisco José Tavares, por consentir, de noite, dentro de | sua venda, grande reunião de pretos escravos a | cantar e a bailar; e a Antonio José Pereira Braga, | e Francisco Xavier de Oliveira, por terem as suas | vendas abertas depois do toque de recolher. | (OPELOTENSE, 22 DE MARÇO DE 1853. N. 187.)

Relatos de viagem ao Rio Grande do Sul no século XIX: aspectos culturais e sociolinguísticos

Os cadernos, as anotações de viagem e de impressões registradas pelos viajantes europeus que estiveram no Rio Grande do Sul no século XIX são registros e descrições importantes da história, cultura, *modus vivendi*, tradições e comportamentos dos habitantes e das comunidades gaúchas. Com a abertura dos portos e dos canais de navegação ocorridas no Brasil a partir do início do século XVIII, muitos viajantes europeus passaram a visitar as principais cidades brasileiras, motivados por diferentes interesses, sejam eles científicos ou de outra natureza, o que possibilitou a produção de registros escritos sobre suas viagens e impressões e, por conseguinte, sobre a sociedade brasileira daquela época. Estiveram no Rio Grande do Sul Robert Avé-Lallemend, Maximiliano Beschoren, Alexandre Baguet, entre outros viajantes europeus. Nesse aspecto, Leite (1996) ressalta que:

A partir de 1808, iniciou-se, portanto, a produção sistemática de obras sobre o Brasil, escritas por viajantes de várias procedências, engajadas ou não em missões científicas, e que se propunham a estudar o País e interpretá-lo para o resto do mundo. (LEITE, 1996, p. 40)

Trataremos aqui de questões específicas e que estejam de acordo com o tema proposto, qual seja, uma visão geral sobre *uma história linguística e social do Rio Grande do Sul*. Para tanto, trazemos inicialmente a literatura de viagem escrita por Beschoren, *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul – 1875-1887*. Na sua obra, ao descrever sua passagem pela *Vila e Município de Passo Fundo*, destaca a importância da colônia de origem alemã no RS, ao afirmar que:

O elemento alemão é, portanto, fortemente representado, e possui um qualquer tipo de negócio, seja na profissão ou indústria, uma posição dominante e de destaque. É uma das mais favorecidas dentro da cultura germânica da Província. (BESCHOREN, 1989, p. 35)

Beschoren, nas décadas de 1870 e 1880, esteve em Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Cruz

Alta e Nonoai, localidades gaúchas compostas por grupos de imigrantes alemães e comunidades indígenas. Com relação à colônia brasileira de origem alemã, o autor identifica um aspecto sociolinguístico importante, atrelado aos estudos sobre bilinguismo e políticas linguísticas.

Os professores particulares não conseguiam atender às 200 crianças em idade escolar e sofriam com a predominância da verbalização alemã. Pela dificuldade da linguagem, os professores viam seu trabalho perdido e não se aguentavam por muito tempo nas escolas.

Assim, os filhos ficavam anos a fio sem aulas, ou as tinham precariamente, apesar de os pais serem prósperos e bem posicionados. Num artigo que enviei ao “Export” (1882) abordei o assunto da falta de escolas que, na velha Terra Natal, provocou o mais vivo interesse, mais do que no local, junto aos interessados.

Atualmente duas escolas públicas foram abertas, mas o ensino limita-se ao estritamente necessário e está abaixo do que a nossa juventude precisa. Sempre lamentei que não conseguissem um professor alemão competente, que saiba lecionar o português, para que a aplicação e a energia dessa crescente geração não se perca. (BESCHOREN, 1989, p. 35)

Como podemos observar, essas reflexões do autor acerca de ensino bilíngue e políticas linguísticas ainda estão presentes em muitos estudos e análises sobre comunidades gaúchas alemãs. As constatações de Beschoren, relatadas no final do século XIX, são extremamente contemporâneas e relevantes para o entendimento das questões culturais e educacionais presentes nas comunidades gaúchas de origem alemã.

Aspectos sociais de outras regiões gaúchas também estão registrados no livro de Beschoren. Com relação às comunidades de Passo Fundo e de Nonoai, o autor afirma que “No início do século dezenove, a região montanhosa era quase desconhecida, constituindo-se de propriedade de nativos e selvagens, que nela habitavam” (BESCHOREN, 1989, p. 53). Sobre seu contato com a população indígena e a tentativa de entender a língua desses povos, Beschoren relata que:

Eu queria complementar o meu vocabulário indígena, adquirido em Nonoai. Perguntei a um índio, que falava bem o português, sobre palavras e pequenas frases de meu interesse. No início dizia pontualmente. De repente me perguntou porque eu queria saber isso ou aquilo. Disse-lhe que gostaria de aprender a língua de seu povo.

Pensou um pouco na minha resposta, que de maneira alguma o convenceu. Quando prossegui com minhas perguntas, me disse simplesmente: - ‘Isso você não precisa saber!’ e desapareceu mata a dentro. (BESCHOREN, 1989, p. 64-65)

A obra de Avé-Lallemant, *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul – 1858*, também merece atenção especial, pois constam informações relevantes sobre teatro e jornal alemão do século XIX em Porto Alegre. O autor faz referência a um pequeno teatro denominado *Teatro*

Alemão, no qual eram encenadas peças de teatro exclusivamente em língua alemã, lembrando em tudo “ao Teatro velho da minha querida e mui ilustre cidade natal de Lubeck” (Avé-Lallemant, 1980, p. 113).

Em outra passagem, ao referir-se à região do Rio do Sinos, mais especificamente à Vila de São Leopoldo e à comunidade de Monte Bonito, Avé-Lallemant traz uma informação importante sobre a relação entre as línguas alemã e portuguesa.

Mas, passando-se o rio e atingindo-se o Monte Hamburgo, cessa qualquer vestígio do Brasil. Nenhum brasileiro – assim denominado, aqui, os filhos dos imigrantes alemães – nenhum brasileiro entende uma única sílaba de sua língua materna, não fala uma só palavra em português. A muitos desses descendentes, casados há muito tempo, a casa cheia de filhos não se lhes ouve uma palavra em português. Posso dizer que aqui há uma região de 50 milhas geográficas quadradas, cujos habitantes sempre falam uma língua estrangeira, a alemã, e nunca aprendem a língua do país, a portuguesa, porque nunca têm ocasião de ouvi-la. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 146-147)

Avé-Lallemant (1980, p. 158) faz referência também a um jornal alemão de Porto Alegre, do século XIX, denominado *Der Deutsche Einwanderer*, escrito em alemão e direcionado aos imigrantes germânicos do RS, o que revela um aspecto linguístico-cultural importante, haja vista que os jornais eram veículos fundamentais para difundir os aspectos culturais, identitários, ideológicos e políticos daquele período.

Ao relatar a sua passagem pelas comunidades gaúchas de São Borja e Passo do Uruguai, Avé-Lallemant trata da língua guarani, *falada pelo povo nas margens do Uruguai*, trazendo informações de natureza fonético-fonológica advindas da sua empírica percepção linguística:

Ocorrem na língua sons nasais e guturais, ressonâncias palatais e estalidos com a língua, com que a gente fica pasmado. É proferida com estalidos da língua, cantada, assoviada, gemida, tossida, pigarreada, arrotada, vomitada e mais do que tudo acompanhada de trejeitos que por si sós exigiriam um estudo e uma gramática. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 274)

Outra obra relevante é a do belga Baguet, *Viagem ao Rio Grande do Sul*. O autor traz uma importante afirmação sobre a imprensa e os jornais brasileiros, indicando que “antes de 1808 não existia nenhuma tipografia e nenhum jornal, enquanto que em nossos dias publicam-se cerca de uma centena de jornais em diversas línguas” (BAGUET, 1997, p. 38). Em nota de rodapé, destaca que: “O primeiro jornal na imprensa rio-grandense foi o *Diário de Porto Alegre* (1827-28)”.

Em outra passagem, Baguet fala dos *negros* e seus costumes e crenças, relatando uma determinada situação ocorrida:

Enquanto tomamos nossa refeição, acorados sobre couros de boi, os negros nos distraem com um canto melancólico e monótono no idioma africano.

Após o canto eles colocam-se em círculos; dois deles executam uma dança grotesca, acompanhada de contorções, cambalhotas e estalos da língua ao som da *marimba*, enquanto o resto do grupo bate o compasso com as mãos. Aos poucos, o movimento se torna mais animado, a dança mais rápida e logo todo o bando toma parte, emitindo gritos e vociferações selvagens: um verdadeiro sabá! (BAGUET, 1997, p. 43-44)

Ao relatar sua estada em uma estância em São Gabriel e suas observações sobre os costumes próprios da província, Baguet atenta para um costume e linguagem peculiares dos *gaúchos*:

Chegando numa *estância*, fica-se a cavalo até a chegada do proprietário ou do *capataz (zelador)* a quem se pede hospitalidade ou *pousada*.

Ele responde: “*Apea-se*” [sic]; a partir desse momento você é seu comensal. Raramente pergunta quem você é, de onde vem; você é seu hóspede e isso é suficiente; pode usufruir de sua hospitalidade durante semanas inteiras. (BAGUET, 1997, p. 50)

Os relatos de viagens, ao serem utilizados metodologicamente para pesquisa sociolinguística, podem trazer informações importantes e representativas sobre um determinado tempo e lugar, como também mostrar e denunciar aspectos sócio-históricos próprios à formação e à constituição das comunidades de fala do RS.

As peças de teatro no século XIX: o imaginário cultural e a realidade comportamental das pessoas

Com relação à formação histórica do Rio Grande do Sul, autores como Flores (1997) e César (1998) atestam que o início da colonização lusa no nosso Estado deu-se em 1737, quando José da Silva Paes e Cristóvão Pereira de Abreu aqui adentraram através da Barra do Rio Grande. Até o início do século XIX, o acesso à Província estava limitado ao canal do Rio Grande, principalmente para as famílias, autoridades, literatos e artistas que traziam as novidades de outros centros do Brasil, como também da Europa.

A partir de 1830 é que as atividades culturais, como a imprensa, a literatura e as artes teatrais começaram a florescer, principalmente nos grandes centros como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, estendendo-se também por outras cidades da campanha e fronteira. Autores como Qorpo Santo, Caldre e Fião, Apolinário Porto Alegre, Taveira Júnior e Simões Lopes começaram, principalmente na segunda metade do século XIX, a desenvolver uma literatura associada ao cotidiano da sociedade gaúcha daquela época⁶.

Assim, as cópias e representações de peças de autores europeus, principalmente francesas e portuguesas, que eram apresentadas nos palcos dos teatros gaúchos, começaram a ceder lugar para obras associadas a fatos representativos do cotidiano daquele período histórico. As

⁶ Veja-se, nesse aspecto, a obra de HESSEL, L. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

características próprias ao comportamento social das pessoas que aqui viviam, como também a valorização do aspecto regional associado ao homem *rurbano*⁷ gaúcho, começam a ser valorizadas e transportadas para as obras literárias dos autores citados, principalmente no que se refere ao teatro.

Isso pode ser observado na peça de teatro *A viúva Pitorra*, de Simões Lopes Neto, que corresponde ao final do século XIX e que representa bem as características cotidianas da época: ambiente provinciano, burguesia atrelada à cultura europeia, relacionamentos amorosos com fins econômicos, excessiva valorização dos sinais exteriores característicos da *situação de luto*, vigilância da sociedade sobre os atos da viúva, dogmas atrelados a determinados assuntos (como sexo), etc. Nesse sentido, acredita-se que a linguagem utilizada pelas pessoas, nas suas diferentes situações de uso, em maior ou menor grau, também esteja representada nos diferentes diálogos encontrados nas peças de teatro.

Pitorra: Não sei ainda...Acho-lhe um jeito de sujeito meu conhecido, mana. Aquele nariz...Aquele nariz...Olhe, mana, nariz que eu notar deve ser mesmo especial. E tão barbado! A cara parece um travesseiro de crina vegetal...

Eulâmpia: Ora, mana! É o que ele tem de bom! Você lá imagina. Como é agradável a gente, nós, mulheres peladas, roçarmos a cara numa barbacena!

Pitorra: São gostos! Eu prefiro a barba feita...

Eulâmpia: É...e...e quando está meio crescida...aquelas pontinhas ficando na gente...arranhando...Ora que graça!

Pitorra: Como você se interessa pelo peludo!

(In: *A Viúva Pitorra*, p. 100-101)

As peças de teatro são proveitosas para entendermos determinados comportamentos sociais da época, muitos deles ainda presentes na cultura e linguagem atual. É o que podemos verificar nos diálogos encontrados na peça *O Boato*, também de Simões Lopes Neto, do final do século XIX, onde aspectos sociais das personagens, como faixa etária, escolaridade e classe social estão representados linguisticamente nos diálogos:

[Boato: tipo da atualidade, pseudo professor; menino: aluno]

Boato: – Não se incomode; por aí se vê o progresso real da aula. Que gênios eu vou tirar daqui!

4º menino (que tem estado a retorcer-se) – “**fessor**”, já não posso mais!...

A utilização do termo *fessor*, já em 1893, demonstra a própria dinamicidade da língua, nas suas inúmeras possibilidades de fluxo e contrafluxo, a ponto de uma gíria que atualmente é

⁷ O termo *rurbano* é utilizado para caracterizar os fortes laços do homem urbano daquela época com o meio rural. Deve-se enfatizar que a base da economia gaúcha de então estava na pecuária.

tão utilizada pela *gurizada* nas escolas, ao dirigirem-se aos professores, já estivesse presente em situações semelhantes de diálogos em sala de aula também no século XIX.

Outra situação importante que demonstra a correlação língua e sociedade pode ser verificada na seguinte passagem de um diálogo na mesma peça de teatro *O Boato*:

Boato: – Muito bem; estes são os princípios, eu os educarei e aperfeiçoarei; outros se cobrem de cintilantes ouropéis; eu vos cobrirei de estanho, que é modesto, e quanto mais estanhados, mais encouraçados!... Agora, valor; vamos a conquista do mundo! Artigo 1º em vigor! (os meninos atiram os livros no ar!)

5º menino – Ninguém estuda! **Que pagode!**

Observa-se, na resposta do aluno, a utilização do termo *pagode*, distante do dialeto gaúcho de então. Ocorre que, o autor Simões Lopes Neto, aos treze anos, em 1878, fora estudar no Rio de Janeiro, no Colégio Abílio. Mais tarde, retorna a Pelotas, sua terra natal. Como sabemos, *pagode* é um tipo de samba muito comum no Rio de Janeiro, nas rodas de samba feitas nos *fundos de quintal*. Mas sua origem remonta ao século XIX, associado às festas que aconteciam nas senzalas e, mais tarde, se tornou sinônimo de qualquer festa regada a bebidas e cantorias.

Ora, Simões Lopes Neto, certamente, teve contato com este termo quando estudara no Rio de Janeiro, nos idos de 1878, trazendo a palavra *pagode* para a sua obra associada a uma situação de *total liberdade e certo descontrole*, haja vista que o professor *Boato* estabeleceu em sala de aula *Artigos* libertários determinando aos alunos, conforme o proposto no Art. 1º, que em sala de aula “só se estuda quando se quiser”; e por isso a imediata resposta do “5º menino”: “Ninguém estuda! Que **pagode!**”.

Constata-se, nesses casos, situações atreladas à força da linguagem. Ao representar fielmente a fala das personagens, Simões Lopes Neto possibilitou a compreensão dos caminhos e percursos históricos próprios ao que denominamos atualmente português brasileiro. Os diálogos revelam dados preciosos para os estudos sociolinguísticos, pois denunciam claramente contextos sociais, representativos e simbólicos da interação linguagem-sociedade, nas suas mais diversas possibilidades, mostrando claramente a intrínseca relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos, independentemente do momento sócio-histórico.

Os textos de teatro, no caso específico das peças do século XIX, são fontes pertinentes para os estudos dos processos de variação e mudança linguística, pois reportam a situações sociolinguísticas identificadas socialmente com determinada linguagem coloquial representativa de uma determinada época. No final do século XIX, em 1896, Simões Lopes Neto escreveu duas versões para a peça *A Viúva Pitorra*. Uma primeira, para ser publicada; a segunda, para ser encenada. Ambas apresentam a mesma história em variantes diferentes, o que demonstra que o referido autor foi um escritor sensível às questões envolvendo a língua, observador atento de pessoas, de costumes, de falares, de uma sociedade intrinsecamente heterogênea, múltipla e

complexa.

Para tanto, foi também um homem e um escritor que conseguiu captar o sentido representativo das variedades linguísticas e sociais, permitindo-nos entender determinadas variações que possibilitaram mudanças importantes próprias ao comportamento sociolinguístico do português brasileiro. Para ilustrar, apresentamos dois diálogos presentes nas duas versões da peça *A Viúva Pitorra*:

<u>versão para publicação:</u>	<u>versão para encenação:</u>
Pitorra – Como você se interessa pelo peludo!...	Pitorra: Como você se interessa pelo peludo!
Eulâmpia – Não é! Foi meu companheiro de viagem, muito amável, sempre pronto, e eu... desejava que ele se arranjasse depressa, coitado. Ora, aí está.	Eulâmpia – Não é! Foi meu companheiro de viagem, muito amável, sempre pronto, e eu desejava que ele se arranjasse depressa, coitado. Ora, aí está.
Pitorra – Está bem. Logo que o Cidreira chegue, decidimos. Passei na loja e pedi-lhe alguns objetos que ele mesmo ficou de trazer.	Pitorra – Está bem. Logo mais decidimos, mana. (<i>Saindo</i>) Agora vamos ver o meu vestido. E já vou mudar este. Está me arrepiando. (<i>Parando.</i>) Ah! mana! Logo me lembre para tirar daí o retrato do Pitorra. Afinal já vou tirar o luto...
Eulâmpia – (À parte) Se o Cidreira tivesse as qualidades da erva-cidreira, que benefício para a mana!...	Eulâmpia – (À parte) Fazer lugar pro Cidreira! (<i>Alto.</i>) E onde se guarda?
Pitorra – Vamos... Espere, o melhor é até eu mudar já o vestido, não é? Este perfume está me arrepiando. Depois da missa do estilo, <i>a gente</i> já pode tirar o luto. (In: <i>A viúva Pitorra</i> , p. 50)	Pitorra – Guardo... Penduro... Ora... arrumo, no armário dos livros, com o outro... (<i>Sai à esquerda baixa.</i>) (In: <i>A viúva Pitorra</i> , p. 100-101)

Como podemos observar, em cada uma das versões as personagens manifestam-se de formas diversas, o que fica claro nos diálogos da peça teatral de Simões Lopes. O fato de o autor preocupar-se com as questões linguísticas torna-se um aspecto extremamente fundamental, pois mostra o cuidado e a sensibilidade que Simões Lopes dispensou para os fatores linguísticos, literários, estilísticos, regionais e sociais em suas obras. Certamente, além de Simões Lopes ter representado, descrito e apresentado um momento histórico tão importante da nossa cultura, também deu voz a tantos personagens identificados com as realidades sociolinguísticas de seu tempo, essa peculiar sensibilidade de perceber o pitoresco, o coletivo e o particular.

Aspectos como identidade, atitude, classe social, escolaridade, faixa etária, entre outros, estão representados nas obras mostrando traços relevantes de uma comunidade de fala e de uma realidade social diversificada.

Alguns aspectos da variação linguística em fontes diretas do século XIX ao XX

Com relação aos estudos linguísticos, em especial sobre o uso de *a gente* e como se deu esse processo de mudança em *tempo real*⁸, o trabalho de Lopes (1999) sobre *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico* serve como referência para o estabelecimento do período inicial, segunda metade do século XIX, a ser analisado para os fins aqui propostos, qual seja, contribuir para o estabelecimento de uma *memória linguística e social do RS*. A autora, utilizando-se de dados retirados de textos do século XIII ao século XX, busca caracterizar a inserção de *a gente* no sistema dos pronomes do português. A partir da análise, a autora conclui que:

O processo de pronominalização do substantivo *gente* foi lento e gradual, uma vez que só foram localizadas ocorrências de *a gente* como pronome na segunda metade do século XVIII. Antes disso, mais precisamente entre o século XVI e a primeira metade do século XIX, há exemplos esporádicos em que a forma *a gente* apresenta ambiguidade interpretativa, ou seja, tanto pode ser considerada sinônimo de “pessoas” quanto variante de *nós*. (LOPES, 1999, p. 72)

Do mesmo modo, como se configura a intensificação do emprego de *a gente* como forma pronominal do século XIX em diante, a interpretação ambígua deixa de se fazer presente. (LOPES, 1999, p. 74)

Levando-se em conta estas constatações, verifica-se a importância do período referente ao final do século XIX como relevante para os estudos sócio-dialetais próprios à constituição histórica do PB. O processo de variação e mudança decorrente da utilização do pronome *a gente* no PB ilustra bem a intrínseca relação existente entre língua e sociedade e os diferentes reflexos e caminhos dessa relação, como por exemplo (a) as modificações envolvendo componentes semânticos que possibilitaram que a forma *a gente*, de caráter indeterminado, se integrasse plenamente no quadro dos pronomes pessoais do PB; (b) os estágio(s) desse percurso e a efetivação da forma *a gente* como pronome pessoal, com valor referencial; e (c) a identificação dos diferentes *graus de pessoalização* do pronome *a gente*.

Para caracterizar o século XIX como marco importante para os estudos sociolinguísticos em torno da constituição histórica do PB, trazemos à tona o trabalho de Borges (2004), que propõe uma análise de peças de teatro correspondendo a um período de 100 anos. As peças selecionadas têm a comédia como gênero principal ou peças que reflitam, da melhor forma possível, o cotidiano de determinadas pessoas e grupos através de seus costumes. Um dos objetivos da escolha do teatro, e mais especificamente de peças que refletissem o cotidiano das pessoas, foi poder representar a linguagem mais informal utilizada pelas pessoas comuns em seus afazeres

8 Referido aqui como o desenvolvimento na evolução linguística num período de tempo, a partir da comparação do comportamento linguístico de falantes em dois (ou mais) momentos temporais distintos, diferentemente do *tempo aparente*, em que se estuda os fenômenos variáveis num determinado momento e/nas diferentes faixas etárias.

cotidianos, aproximando-se o máximo possível do vernáculo⁹.

As peças de teatro são textos escritos para serem falados, supostamente mais próximos da fala efetivamente produzida ou, pelo menos, distinto dos outros gêneros como o narrativo, por exemplo, que são produzidos para serem lidos. Deu-se especial atenção, portanto, para obras em que a comicidade estivesse presente nos diálogos, caracterizando o que se chama de *comédia de costumes*, para tentar traçar o percurso do uso da forma *a gente* no Rio Grande do Sul. Especialmente as comédias podem constituir um significativo *corpus* para os estudos linguísticos, uma vez que os diálogos tendem a recriar, em maior ou menor grau, a linguagem cotidiana das pessoas. As obras foram detalhadamente selecionadas levando-se em conta as especificidades da proposta de análise. A escolha de autores do sexo masculino, por exemplo, explica-se pela escassez e/ou pouca divulgação de autoras femininas na literatura do século XIX e início do século XX, em especial no que se refere ao teatro. As pesquisas realizadas na bibliografia sobre o teatro no Rio Grande do Sul (cf. VILLAS-BÔAS, 1991 e HESSEL, 1999) demonstram esse fato.

As obras utilizadas, bem como as décadas e o número de ocorrências equivalentes a cada uma das peças, constam do Quadro 1:

Obra / autor / ano	Década	número ocorrências
1 – A viúva Pitorra (Simões Lopes Neto) – 1896	1890	31
2 – A ciumenta velha (Joaquim Alves Torres) – 1905	1900	16
3 – Nossa terra (Abadie Faria-Rosa) – 1917	1910	72
4 – Adão, Eva e outros membros da família (Álvaro Moreira) – 1927	1920	48
5 – Iaiá Boneca (Ernani Fornari) – 1938	1930	52
6 – Seis anos de rádio: história anedótica de Pery & Estellita (Pery Borges) – 1942	1940	74
7 – Quando elas querem (Paulo Hecker Filho) – 1958	1950	83
8 – A ponte (Valdir Ruzicki) – 1962	1960	145
9 – Pode ser que seja só o leiteiro lá fora (Caio Fernando Abreu) – 1974	1970	70
10 – Bye,bye sweet home! A barra do tribunal, Casinha pequenina, Tudo no divã (Ivo Bender) – 1983	1980	20
11 – A coisa certa (Júlio Conte) – 1995	1990	101

Quadro 1: Décadas e número total de ocorrências das formas nós e a gente

⁹ O termo *vernáculo* é referido aqui no sentido sociolinguístico de sua utilização, ou seja, a língua falada em uma situação cotidiana de comunicação. Por extensão, linguagem presente nas narrativas de experiência pessoal.

Na análise das peças foi encontrado um total de 712 ocorrências distribuídas da seguinte forma: 189 ocorrências de *nós* expresso¹⁰ (=27%); 162 ocorrências de *a gente* expresso (=23%); 354 ocorrências de *nós* não-expresso (=49%); 7 ocorrências de *a gente* não-expresso (=1%). É necessário dizer que o total de 712 ocorrências representa a presença das duas formas em todas as funções sintáticas possíveis. Por isso, o percentual de *a gente* não parece muito expressivo (apenas 23%).

Considerando-se apenas as ocorrências dos pronomes *a gente* e *nós* expressos, o percentual de uso de *a gente* passa para 46%, exatamente o dobro do verificado anteriormente. Para efeitos comparativos, o Gráfico 2 mostra como a forma *a gente*, principalmente depois da década de 1960 (com percentuais acima de 35%), passa a competir efetivamente com a forma pronominal *nós*.

No que se refere ao pronome não-expresso *nós*, verifica-se um claro decréscimo no seu uso, decorrente da cristalização da forma *a gente* no quadro dos pronomes pessoais do PB. Concomitantemente, a forma *a gente* passa a substituir também o pronome expresso *nós*, em virtude de um processo efetivo de variação entre as duas formas, incrementado também a partir da década de 1960.

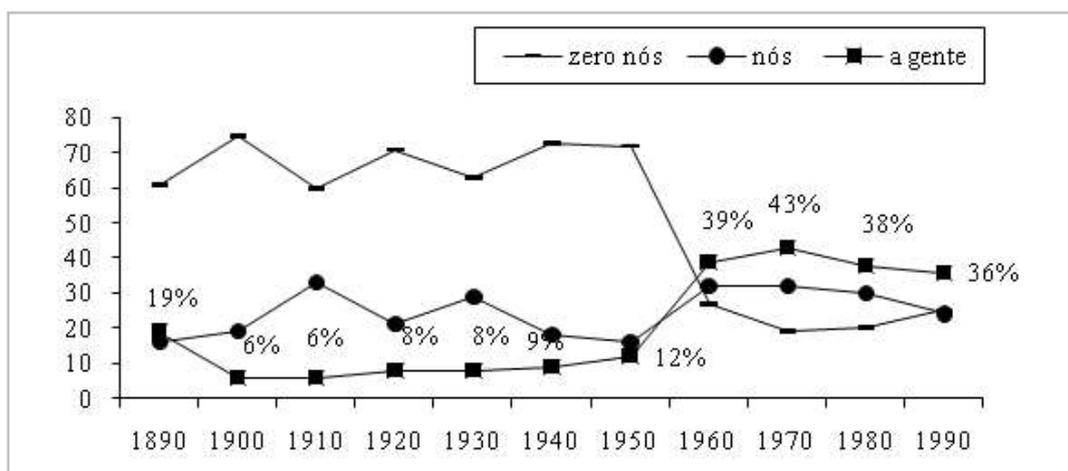


Gráfico 2: Percentual de uso de *a gente*, comparativamente com *nós* (expresso e não-expresso), nas onze peças de teatro analisadas¹¹

É interessante frisar que, de certa forma, essa mudança vai ao encontro dos resultados apresentados por Duarte (1995, 1996) e por Tarallo (1996), que mostraram a crescente preferência dos falantes do PB por pronomes expressos. Os resultados, ao serem confrontados com os aspectos sociais envolvidos nesse processo, mostram a existência da inter-relação entre fenômenos linguísticos e fatores sociais.

¹⁰ Utilizou-se aqui os termos *expresso* e *não-expresso* para ressaltar a presença ou não da forma *a gente* (ou *nós*) na oração. Quanto à terminologia, destaca-se que Tarallo (1996) usa as expressões *preenchido vs. não-preenchido*; e Duarte (1996), as expressões *pleno vs. nulo*.

¹¹ Não constam no Gráfico 2 os casos não-expressos de *a gente*, porque foram apenas 7 ocorrências.

Especificamente em relação à função de sujeito, verificou-se um total de 246 ocorrências de *nós* e *a gente* expressos, assim distribuídas: 122 de *nós* (=50%) e 124 de *a gente* (=50%). Na função de sujeito, portanto, há uma forte presença do pronome *a gente* em competição com *nós*, o que evidencia o incremento da mudança, nesse contexto linguístico, em direção a formas pronominais expressas. Revela-se, também, a efetiva introdução da forma *a gente*, em variação com a forma *nós*, no sistema pronominal do PB, principalmente a partir da década de 1960.

O uso de *a gente* expresso, na primeira metade do século XX, ficou com um percentual médio de 32%. A partir da década de 1960, a curva ascendente fica mais pronunciada, deixando clara a competição entre as formas *nós* vs. *a gente*, como também a aceleração do processo que, dadas as proporções, a direção e as evidências já registradas na literatura, se configura como mudança em curso. Da década de 1960 em diante, a forma *a gente* expressa tem sempre percentual superior a 50%, bem acima dos percentuais das décadas anteriores, superando também a forma *nós*.

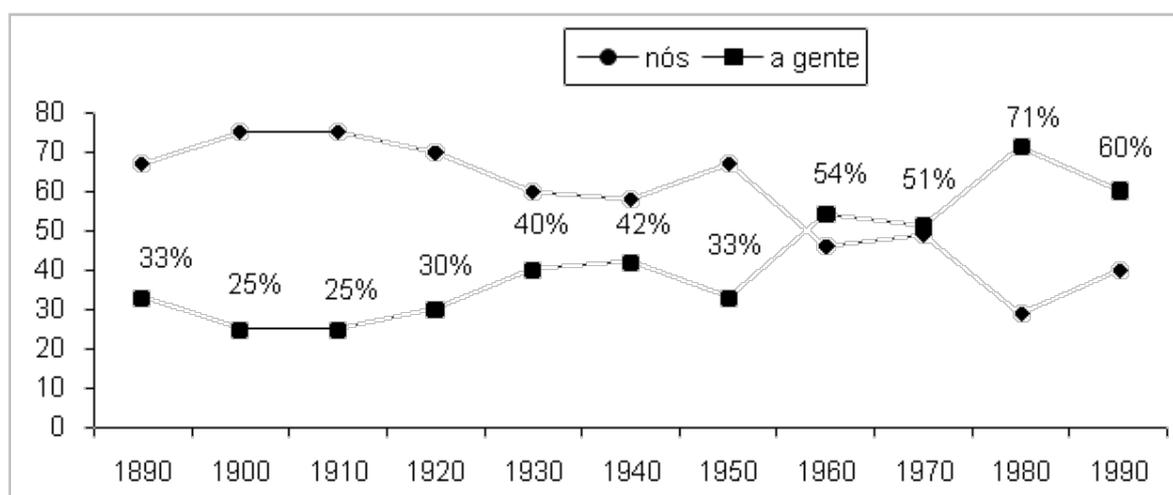


Gráfico 3: Percentual de uso de *a gente* expresso, em função de sujeito, comparativamente com *nós*, nas onze peças de teatro analisadas

Esses dados poderiam sugerir que a utilização de *a gente* é um fenômeno relativamente novo no PB, mas o registro dessa forma como característica da linguagem rural e popular, nos trabalhos de dialetologistas (cf. AMARAL (1920 [1955, p. 73-74]), NASCENTES (1922 [1953, p. 170])), na primeira metade do século XX, nos faz pensar que essa seria uma conclusão apressada e que outras considerações seriam necessárias acerca dos fatores linguísticos, históricos e sociais que contribuíram para a pronominalização de *a gente* no PB.

Os resultados do Gráfico 3 também revelam que a obra *A Viúva Pitorra*, de Simões Lopes Neto, referente ao século XIX (década de 1890), apresenta um percentual relativamente alto de 33% para o uso de do pronome *a gente*, o que pode revelar uma sensibilidade do autor relacionada às questões sociolinguísticas. Esse fato é extremamente relevante, pois mostra o cuidado e a sensibilidade que Simões Lopes dispensou para os fatores linguísticos, estilísticos,

regionais e sociais em suas obras. Certamente, além do autor ter representado, descrito e apresentado um momento histórico tão importante da nossa sociedade e da nossa cultura, também deu voz a tantos personagens identificados com as realidades sociolinguísticas de seu tempo.

Variáveis fonológicas características do RS

A variedade gaúcha caracteriza-se por aspectos linguísticos variados. Algumas expressões e vocábulos fazem parte de marcas identificadoras da cultura e dos costumes da região, como *tchê, mas bah, bem capaz, guri, pila*, dentre outras, assim como o uso da segunda pessoa *tu* sem flexão do verbo, como em *tu faz*, em vez de *tu fazes*.

Além do ritmo da fala peculiar, alguns sons proferidos em certas regiões do Estado parecem estereotipar a fala do povo gaúcho em geral, como a realização de [e] e [o] em final de palavra, em sílaba átona, como em *leit[e] quent[e]com bol[o]*; a realização do *erre* vibrante anterior na posição de início de palavra, como em *[r]ato* ; o *erre tepe* em final de sílaba; a não realização de epêntese em grupos consonantais mediais, como em *[optar]* e não **[o'pitar]*; a utilização de um [l] e não de um [u] em palavras como *sol e incrível*, por exemplo. Embora essas variantes linguísticas não sejam exclusivas da fala do RS, frequentemente, essas pronúncias acabam diferenciando a fala gaúcha de outras regiões brasileiras.

Trataremos de abordar, de forma sumária, alguns resultados com relação às variáveis fonológicas características da fala do Sul do País, com base em estudos diversos, sob perspectiva da Sociolinguística Quantitativa laboviana e por meio de dados do acervo de fala espontânea do Projeto Variação Linguística do Sul do País (VARISUL – <http://www.varsul.org.br>). Não se pretende comparar resultados dessa região com outra do Brasil, mas sim de se rerepresentar alguns dados em relação à frequência de emprego e ao avanço ou não do uso dessas variantes linguísticas como processos de mudança linguística.

Em relação à variação da vogal átona /e/ e /o/ em final de palavra (*bolo, pele*), segundo Vieira (2014, p. 54), a realização no falar do RS “decorre tanto da forma como o estado foi colonizado quanto de características linguísticas”. Observe o Gráfico 4.

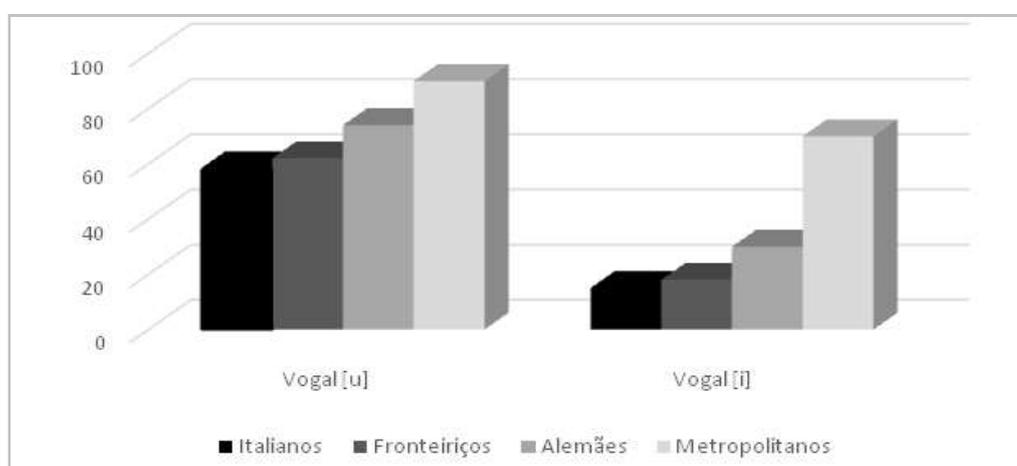


Gráfico 4: Percentuais de realização de [i] e [u] em posição postônica final conforme o grupo étnico.

Fonte: Vieira (1994)

Os metropolitanos realizam, em maior proporção do que as demais regiões, ambas vogais /o/ e /e/, seguidos pelos alemães, fronteiriços e italianos. A diferença para o comportamento das vogais é de ordem articulatória, segundo Vieira (1994, p. 59). As realizações [o] e [u] estão mais próximas no trato vocal do que [e] e [i].

A preservação das vogais médias, associada ao falar característico do RS, ocorre com maior frequência com a vogal /o/ e em falantes da capital Porto Alegre. Os resultados indicam, pois, que é mais comum ouvir *bol[u]* do que *bol[o]*, por exemplo. Por outro lado, uma palavra como *pele*, por exemplo, já é realizada preferencialmente como [e] em cidades do interior do Estado, principalmente onde há falantes bilíngues ou que mantêm contato com outra língua. Em Vista Alegre do Prata, cidade situada no nordeste do Estado, cujos habitantes são, em sua maioria, descendentes de italianos ou poloneses, o índice de preservação é bem expressivo, segundo Mileski (2013), chegando-se quase à forma categórica de realização da vogal como média [e] e [o].

Outra variável fonológica apontada como uma marca da fala sul-rio-grandense é a pronúncia do /r/ na zona anterior da boca, em forma vibrante. Há contudo, outras realizações, que dependem da posição do fonema na palavra, se prevocálico ou posvocálico, e da região geográfica. O som mais frequente é uma variante também forte, mas de realização fricativa velar em início de palavra, como ocorre na palavra *rato*, por exemplo. Já em final de sílaba (*mar, carta*), temos o predomínio da forma fraca *tepe*, em que há uma só batida da ponta da língua junto a parte frontal da boca.

A variação do /r/ ocorre de forma mais diversificada, entre vibrante e fricativa, no início da palavra, cuja frequência distribui-se conforme a zona de colonização italiana, alemã, açoriana e a região de contato com espanhol, na fronteira com o Uruguai e Argentina. Observe o Gráfico 5.

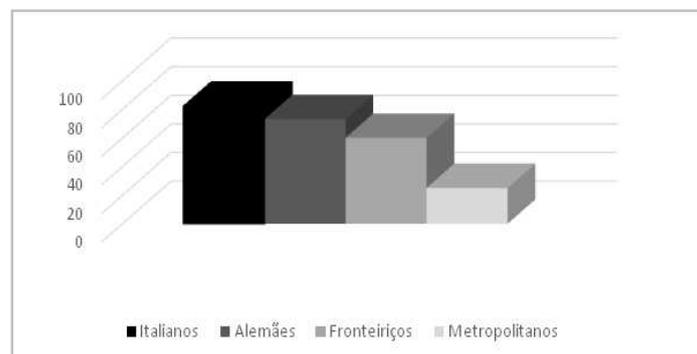


Gráfico 5: Frequência aproximada da pronúncia de R-forte anterior no início de sílaba (*rua, terra*).

Fonte: Monaretto (2014)

Do mesmo modo que a variável vogal átona final, não são os metropolitanos que usam com mais frequência a variante caracterizada como típica, mas os indivíduos bilíngues, princi-

palmente. Esses também alternam uma pronúncia de /r/ fraco no lugar de forte.

Já o fenômeno de epêntese vocálica entre duas consoantes mediais, muito comum na maioria das variedades brasileiras, como ocorre em palavras como *corrup[i]to* e *op[i]ção*, por exemplo, parece não agir de forma predominante na fala gaúcha. Collischonn (2003) observa que as taxas de realização de epêntese são consideravelmente mais altas em amostras das capitais do Sul do Brasil do que em cidades interioranas. Observe a Tabela 1, com resultados de três cidades do Estado. Porto Alegre corresponde ao grupo geográfico metropolitanos; Flores da Cunha, descendentes italianos; e Panambi, alemães.

	Aplicação/Total	Percentual
Porto Alegre	107/183	58 %
Flores da Cunha	78/170	46 %
Panambi	44/181	24 %

Tabela 1: Taxa de realização de epêntese (escolaridade até ensino médio). Fonte: adaptado de Collischonn (2003, p. 287)

Aqui, por meio da Tabela 1, novamente se pode ver que os falantes bilíngues não realizam a forma de epêntese frequentemente encontrada na fala de outras regiões do português brasileiro. Por outro lado, o fenômeno de epêntese é mais frequente em Porto Alegre.

A lateral vocálica posvocálica, realizada como lateral anterior ou velar, parece ser a forma variante mais frequente na fala do Rio Grande do Sul, com exceção de Porto Alegre. Collischonn (2014, p. 102) reúne resultados de pesquisas em diferentes cidades do Sul e constata que, em lugares onde há intenso contato linguístico com o espanhol do Uruguai, como em Santa Vitória do Palmar e Chuí, e em zonas bilíngues do italiano (Flores da Cunha, Monte Bérico) e do alemão (Panambi, Taquara), os índices de frequência de vocalização são baixos. Observe a Tabela 2, com a porcentagem de vocalização, segundo algumas pesquisas.

	Aplicação/Total	Percentual
Chuí	0/1555	0%
Santa Vitória do Palmar	28/1408	2%
Panambi	17/200	8%
Taquara	73/363	20%
Monte Bérico	46/200	23%
Flores da Cunha	149/641	23%
Santana do Livramento	142/525	27%
Porto Alegre	1109/2437	46%

Tabela 2: Porcentagem de realização de vocalização de lateral posvocálica na Região Sul. Fonte: adaptado de Collischonn (2014, p. 101)

A vocalização é, pois, mais usada na Capital do que no interior do Estado. A realização [l] e não [u] em palavras como *sal*, por exemplo, é exagerada por personagens cômicos, como o Guri de Uruguaiana e o Radicci, com o objetivo de caracterizar a fala rio-grandense, como bem lembra a autora.

Outras variáveis fonológicas apresentam um comportamento peculiar no Rio Grande do Sul em relação a outras regiões brasileiras, como a preservação de vogais médias [e] e [o] na posição pretônica e postônica, dentre outros fenômenos linguísticos sonoros. Expusemos, aqui neste artigo, algumas variantes linguísticas que parecem ser mais salientes à percepção e a uma identificação da variedade gaúcha. Faltam, no entanto, estudos que identifiquem aspectos de atitudes, por parte dos falantes, em relação às variantes linguísticas.

Considerações finais

O Rio Grande do Sul tem uma história recente, se comparado a outras regiões brasileiras. O interesse do português pelo Prata intensificou-se no século XVII, com a fundação da colônia do Sacramento, em 1680, mas apenas no governo de D. João V (1706-1750), é que a Coroa portuguesa passou a atentar para a importância dessa região. Apesar de colonização tardia, a região meridional do novo País, que se desenhava entre disputas de espanhóis e de portugueses, foi uma praça muito isolada e com poucos relatos de costumes de seus moradores (KUHN, 2014).

É sobre essa região inóspita em sua origem, que nos debruçamos a examinar, de um modo preliminar, propondo-se uma investigação de temas linguísticos através de determinadas fontes, como relatos de viagens, jornais oitocentistas, peças de teatro, banco de dados de língua falada, entre outros materiais e fontes. Os dados e informações coletados sobressaem-se com o desejo de se reconstruir a vida social e linguística de tanto interesse ao pesquisador sociolinguístico. Para poder explicar a variação e mudança de uma certa região, é imprescindível conhecer fatos históricos de constituição, de povoamento e práticas sociais e de costumes.

Esperamos dar continuidade ao desenvolvimento desse tema por meio de parcerias interinstitucionais, que possibilitem agregar esforços mútuos na coleta de dados e informações para uma história social e linguística do Rio Grande do Sul do passado.

Referências

ALVES, F. das N.; TORRES, L.H. *Imprensa & história*. Porto Alegre: PUCRS, 1997.

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Anhembi, 1955.

AMARAL, L.I.C. do. *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações linguísticas e sociais*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2003.

- AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pala Província do Rio Grande do Sul* (1858). Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Ed. da USP, 1980.
- BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul*: EDUNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997.
- BESCHOREN, M. *Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989
- BISOL, L. *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Tese de Doutorado. UFRJ, 1981.
- BORGES, P.R.S. *A gramaticalização de a gente no português brasileiro: análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. Tese de Doutorado, UFRGS, 2004.
- Censo do Estado do Rio Grande do Sul. I.B.G.E – *Conselho Nacional de Estatística. VI Recenseamento Geral do Brasil*. Série Regional, v. XXVIII, Tomo I, 1955. Disponível em <http://www.ihgrgs.org.br/>. Acesso em 14 de out. de 2018.
- CESAR, G. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- COLLISCHONN, G. Epêntese vocálica no português do Sul do Brasil: variáveis extralinguísticas. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, p.285-297, 2003. Especial.
- _____. Vocalização de L. In: *O português falado no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2014.
- DUARTE, M.E.L. *A perda do princípio 'Evite Pronome' do português brasileiro*. Campinas: Tese (Doutorado em Letras), UNICAMP, 1995.
- _____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- FLORES, M. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.
- GUY, G.R. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística. *Organon*, Porto Alegre, v. 14, n. 28/29, p.17-32, 2000.
- HEEMANN, C. (org). *O teatro de Simões Lopes Neto*. V.1, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990
- HESSEL, L. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- KUHN, F. *Gente da fronteira: família e poder no continente do Rio Grande* (Campos de Via-

mão, 1720-1800). São Leopoldo: Oikos, 2014.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LEITE, I. B. *Antropologia de viagem: escravos e libertos em Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFGMG, 1996.

LOPES, C.R. dos S. *A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Letras), Faculdade de Letras, UFRJ, 1999.

MAGALHÃES, M.O. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EDUFPeL, 1993.

MONARETTO, V.N.O. As Realizações de R. In: *O português falado no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NASI, R. F. *Elevação de vogais médias pretônicas no português sul-rio-grandense: retrato oitocentista e alternativa de interpretação do grafema como indício fonético/fonológico*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2016.

MILESKI, I. *A Elevação das Vogais Médias átonas Finais no Português Falado por Descendentes de Imigrantes Poloneses em Vista Alegre do Prata, RS*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2013.

TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

TORRES, L.H. *Rio Grande: memória & história*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000.

VIEIRA, M.J.B. *Neutralização das Vogais médias postônicas*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

_____. Vogais Postônicas Finais. In: *O português falado no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

VILLAS-BÔAS, P.L. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda, 1991.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W; MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p.95-188.

Sobre Dinah Callou — *Valéria Neto de Oliveira Monaretto*¹²

Sobre Dinah Callou — *Paulo Ricardo Silveira Borges*¹³

12 Minha admiração à Dinah Callou vem de longa data. Seus estudos pioneiros sobre descrições fonéticas, fonológicas e sociolinguísticas da vibrante me inspiraram no meu Mestrado e Doutorado com a profa. Leda Bisol, que sempre a elogiava, o que me encantava ainda mais. Pude confirmar o quanto é grande Dinah por sua sapiência, humildade e capacidade como grande pesquisadora, em uma convivência de estágio de pós-doutorado na UFRJ. Justa, portanto, esta homenagem a Dinah Callou, ao seu profícuo trabalho, à sua generosidade, aos seus exemplares ensinamentos e ao que ela representa como docente, pesquisadora do português brasileiro e cidadã. Como reconhecimento, apresentamos um texto também inspirado em suas pesquisas atuais. Para uma *história linguística e social do Rio Grande do Sul – século XIX* é um trabalho inicial de um novo projeto interinstitucional que pesquisará a história social e linguística do português gaúcho do século XIX e início do século XX.

13 Dinah Callou esteve presente em minha formação acadêmica desde o início, como aluno de graduação no Curso de Licenciatura em Letras da UFPel lá no final da década de 1980 e início da década de 1990. Um dos primeiros livros que adquiri foi *Iniciação à Fonética e à Fonologia*, obra de Dinah Callou e Yonne Leite, e que foi fundamental para o meu sucesso na disciplina de Fonologia. Já naquela época estava cercado de pessoas maravilhosas e competentes, pois a recomendação para a compra dessa obra tão significativa e atual para os estudos fonológicos do Português Brasileiro veio da minha querida professora Carmen Barreto Matzenauer. É importante ressaltar que as pesquisas, textos e ensinamentos de Dinah Callou sempre serviram como referenciais importantes para os trabalhos de várias gerações de pesquisadores das áreas de dialetologia, sociolinguística e descrição do português. E um pouco ou muito de tudo isso que fazemos hoje em termos de estudos sincrônicos e diacrônicos do português já estava lá na *Iniciação à Fonética e à Fonologia*, como uma mola propulsora responsável pela nossa inserção nos estudos descritivos do *continuum* dialetal do português nas suas múltiplas e inter-relacionadas possibilidades.



**A IDENTIFICAÇÃO DOS PERFIS SOCIOCULTURAIS DOS REDATORES
DE CORPORA HISTÓRICOS: ENCAMINHAMENTOS
METODOLÓGICOS**

**THE IDENTIFICATION OF SOCIOCULTURAL PROFILES OF
HISTORICAL CORPORA WRITERS: METHODOLOGICAL
PROCEDURES**

Célia Regina dos Santos Lopes¹

Márcia Cristina de Brito Rumeu²

Resumo

Este artigo expõe encaminhamentos metodológicos conduzidos por dois modelos de análise piloto responsáveis não só por auxiliar o processo de reconstrução do perfil sociocultural do redator com base em traços linguísticos da missiva histórica, mas também por evidenciar, através de vestígios gráficos, o grau de letramento de missivistas de sincronias passadas. Assim sendo, argumentamos, num primeiro momento, sobre a relevância de o linguista-pesquisador atentar para as informações relacionadas aos perfis socioculturais que se mostram circunscritas ao próprio documento, cotejando-as com informações arquivísticas e enciclopédicas acerca de redatores socialmente conhecidos. Num segundo momento, buscamos expor através das potencialidades da ferramenta computacional de edição (Programa *E-dictor*), traços dos graus de letramento de missivistas socialmente desconhecidos. Com base nessa proposta de análise piloto de traços gráficos e grafo-fonéticos em manuscritos históricos, constatamos se tratar de informantes dotados de um baixo grau de letramento, considerando as sistemáticas evidências de hiposegmentações e hipersegmentações não só em contextos de formas presas, mas tam-

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq 1. E-mail: celiar.s.lopes@gmail.com.

2 Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: marcia.rumeu@gmail.com.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

bém em ambiências de fronteiras silábicas.

Palavras-chave: Categorias sociolinguísticas; Método na sociolinguística histórica; *Corpora* históricos.

Abstract

This article presents methodological procedures guided by two models of pilot analysis responsible not only for helping the process of reconstruction of the sociocultural profile of the writer based on traces expressed in the historical missive, but also for evidencing, through of graphic traces, the degree of literacy of writers from past synchrony. Thus, we argue, at first, about the relevance of the linguist-researcher to look for informations associated to sociocultural profiles that are confined to the document itself, comparing them with archival and encyclopedic informations about socially known writers. In a second moment, we seek to expose through the potentialities of the computational tool of edition (*E-dictor* Program), features of the degrees of literacy of socially unknown writers. Based on this proposed pilot analysis of graphic features and graph-phonetic in historical manuscripts, we make out the treatment of informants with low literacy level, taking into account the strategies of hiposegmentation and hypersegmentation in different contexts of remand forms, but also in ambiences of syllabic borders.

Keywords: Sociolinguistic categories; Method in historical sociolinguistic; Historical *corpora*.

Considerações iniciais

Estudos no âmbito da sociolinguística histórica (CONDE SILVESTRE, 2007; HERNANDEZ-CAMPOY & CONDE SILVESTRE, 2012) passam necessariamente pelo levantamento do perfil sociocultural dos escreventes justamente porque visam a concatenar o linguístico ao social. Isso quer dizer que trabalhos empíricos acerca de aspectos em variação e mudança visam à reconstrução do perfil social dos escreventes e possivelmente também ao levantamento das suas redes de escrita, cf. LOPES *et alii* (2010).

Considerando que ao voltarmos o foco para o passado das línguas humanas, a escassez de informações acerca do perfil sociocultural dos informantes é uma constante preocupação do linguista-pesquisador, passamos, neste texto, à exposição de algumas pistas (evidências) acerca da origem social dos redatores respaldadas no próprio manuscrito de sincronias passadas. Nesse sentido, acreditamos que além de investirmos esforços no preenchimento das lacunas relacionadas às categorias sociais *gênero, faixa etária e nível de escolaridade* dos escreventes, temos de voltar o foco também para o perfil sociocultural do redator como um todo, relacionando-o inclusive ao seu contexto de produção textual. Assim sendo, preocupamo-nos principalmente com a busca de evidências textuais acerca da origem social/ocupação do redator nas missivas brasileiras produzidas entre os séculos XIX e XX. Nesse sentido, a proposta é também partirmos de indícios do perfil social do escrevente para um posterior cotejo com as informações arquivísticas e enciclopédicas disponíveis à pesquisa em índices genealógicos (BLAKE, 1902) e dicionários biográficos (BUENO & BARATA, 2001; MARTINS FILHO, 2013).

Isso posto, estruturamos este texto em 2 seções. Inicialmente, uma vez apresentado, nas considerações iniciais, o tema em discussão neste artigo, conduzimos uma sucinta exposição sobre o gênero textual *carta pessoal* como uma profícua fonte histórica através da qual o eixo diológico entre remetente e destinatário se materializa em sua expressão escrita. Na sequência, fazemos uma breve descrição-analítica acerca das evidências textuais relacionadas à função social dos missivistas brasileiros nos séculos XIX e XX. Por fim, apresentamos alguns encaminhamentos metodológicos que podem auxiliar na reconstrução do perfil sociocultural dos missivistas, principalmente, para dar conta da produção escrita de autores socialmente desconhecidos. Nas considerações finais, mostramos o quão é importante o processo de reconstrução do perfil social do redator para os estudos no âmbito da Sociolinguística Histórica, que se configura como uma linha de investigação com propriedades que ora se aproximam, ora se afastam da Sociolinguística Quantitativa de base laboviana (LABOV, 1994).

A carta pessoal no âmbito dos estudos em Sociolinguística Histórica

A preferência pela constituição de amostras históricas embasadas no gênero textual *carta pessoal* está orientada pelo fato de a informalidade das cartas trazer à tona uma produção escrita menos “cuidada” em relação à norma subjetiva (cf. CUNHA, 1985, p. 52) e, conseqüentemente, propicia às análises linguísticas acerca da *norma objetiva* do PB em sincronias passadas.

A potencialidade da *carta pessoal* está consubstanciada no fato de normalmente expressar uma circunstância espontânea da comunicação verbal (BAHKTIN, 1997). Consolidada na tríade *autor – leitor – tema íntimo* (PAREDES SILVA, 1988, p. 77), a carta pessoal se configura estruturalmente através da *seção de contato inicial* (em que normalmente são expostas a saudação e a captação da benevolência), do *núcleo da carta* (o corpo do texto) e da *seção de despedida* acrescidas ainda das especificações acerca do *quando, onde e por quem* foi redigida, o que potencializa esse gênero textual em relação às análises linguísticas que controlem, por exemplo, as categorias sociais *gênero, faixa etária, origem* (brasileira ou portuguesa) do missivista e o seu *local* de escritura. Por um lado, são visíveis as vantagens da preferência pela carta pessoal nas análises diacrônicas pelo fato de esse gênero textual apresentar forte fluidez discursiva equiparada a uma conversa oral realizada pelos missivistas. Tal propriedade poderia ser ilustrada pelos excertos de cartas destacadas nos exemplos de (1) a (3), em que os próprios remetentes evidenciam textualmente que escrever uma carta é semelhante a uma conversa face-a-face.

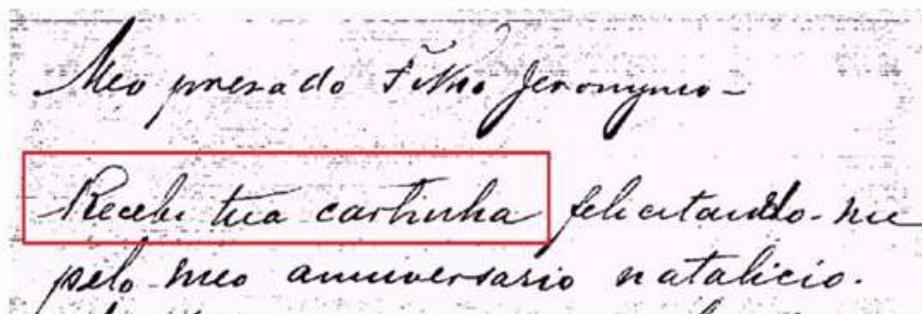
(1) “[...] Tal é o cansaço, que me accomette, que devera já estar deitado afim de ver si concilio o sono e mesmo porque as 2 horas de amanhã pela manhã devo estar já de pé tomando algum alimento e logo apoz descendo a serra da Tijuca, porem **o desejo de escrever-te e fingir que estou conversando contigo** são incentivos mais poderosos de que os meios higienicos para eu não passar tão mal.” (JPCF. RJ, 11.08.1877.)

(2) “[...] Conhecimento profundo do latim é um instrumento precioso para outros mais altos conhecimentos – Mas é tarde **Terei mais ocasiões de Contigo Conversar** Sê feliz no santo temor de Deus. Meus respeitosos cumprimentos a meo Compadre o Senhor Padre Superior e a teus mestres e acceita a benção de teo Pae e amigo Jeronymo [...]” (JCAM. RJ, 19.07.1897.)

(3) “[...] Pasei a manhã muito agradável **escrevendo a Você parece que estavas aqui.** [...]” (MRPCAM. La Plata, 01.02.1948.)

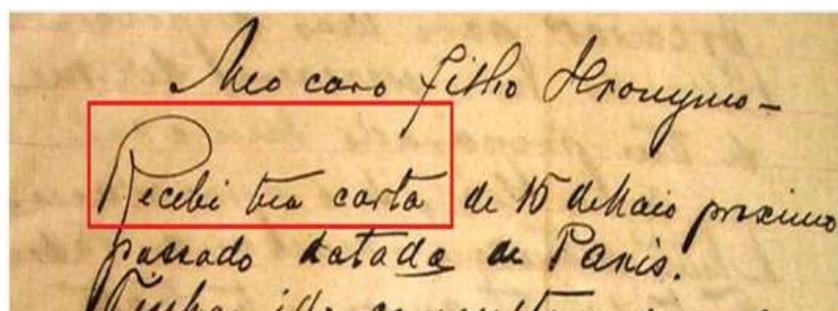
Por outro lado, é preciso levar em conta que a *carta pessoal* não pode ser encarada exclusivamente como um canal direto de expressão da língua oral através da sua expressão escrita, uma vez que se trata de um gênero textual oportuno à consolidação de fórmulas fixas como a expressão de “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 1997, p. 279 *apud* SOTO, 2007, p. 100). Em (4) e (5), observamos as construções *Recebi tua cartinha* e *Recebi tua carta* em cartas escritas pelo mesmo informante em momentos distintos da sua vida, evidenciando a repetição de expressão formulaica no espaço discursivo destinado à captação de benevolência, *benevolentiae captatio*, cf. discutido por Tin (2005) à luz do Anônimo de Bolonha (1135).

(4)



“[...] Meo presado Filho Jeronymo | **Recebi tua cartinha** felicitando-me | pelo meo anniversario natalicio [...]” (JCAM. RJ, 19.07.1897.)

(5)



“[...] Meo caro filho Jeronymo_ | **Recebi tua carta** de 15 de Maio proximo | passado datada de Paris. [...]” (JCAM. RJ, 08.06.1905.)

Na verdade, cabe ao linguista-pesquisador ponderar, em analogia com a máxima laboviana a “arte de fazer o melhor uso de maus dados” (LABOV, 1994, p. 11), sobre o melhor uso que se possa fazer dos dados linguísticos que sobreviveram à ação do tempo como uma tentativa

de reduzir as desvantagens de trabalharmos com os dados históricos (tão somente conseguimos vislumbrar os dados positivos) que restaram no interior dos acervos públicos e privados.

Assim sendo, reconhecemos a responsabilidade do linguista-pesquisador na tarefa de estruturar amostras de dados históricos legitimamente organizadas em relação à identificação do perfil sócio-histórico dos missivistas, o que permitirá desvendar, tendo em vista o caráter pessoal das correspondências, não só aspectos rotineiros da vida cotidiana brasileira, mas também as redes sociais articuladas pelos missivistas de fins do século XIX e do século XX.

As missivas brasileiras e os traços da origem social dos redatores históricos

O processo de constituição de *corpora* representativos do PB incide diretamente no levantamento de informações precisas e confiáveis acerca da origem e função social do escrevente, além do seu nível de escolaridade. Este último aspecto, como será discutido adiante, precisa ser observado a partir dos parâmetros da época de escritura dos documentos e não com os padrões atuais de graus de escolaridade (nível básico, médio ou superior). Para tanto, costuma-se levar em conta o grau de letramento do redator histórico (erudito, pouco hábil ou inábil) ou o grau de contato com modelos de escrita para a devida caracterização dos *corpora* históricos (MARQUILHAS, 2000).

Com base em amostras históricas que fundamentam os trabalhos desenvolvidos no âmbito da UFRJ e da UFMG, propomos, neste texto, as seguintes indagações:

(a) Como depreender do próprio material documental tais informações?;

(b) Que métodos analíticos podem nos auxiliar na caracterização social do missivista (engajamento social e *nível de escolaridade/grau de letramento*), quando não há informações disponíveis sobre a amostra analisada ou sobre os remetentes das cartas?

Com o intuito de respondermos essas questões, ilustraremos nas subseções seguintes duas propostas de análise. Na primeira, mostraremos como depreender o engajamento social do escrevente a partir da análise qualitativa das próprias cartas oitocentistas e novecentistas de hábeis redatores cujos perfis sociais estão historicamente reconhecidos por se constituírem como informantes ilustres. Na segunda, apresentaremos um protocolo metodológico, já testado por Silva (2012) e Silva e Lopes (2012), para identificar o grau de letramento de remetentes socialmente desconhecidos.

A origem social de remetentes conhecidos

Iniciaremos com a descrição-analítica de trechos de missivas pessoais reveladores da

ocupação do redator. Para tal, passamos pelas missivas pessoais produzidas por³ JPCF⁴, JPS⁵ e LGDE⁶ resguardadas, respectivamente, no Arquivo Nacional (RJ), no Arquivo Público Mineiro (MG) e na Casa de Rui Barbosa (RJ).

No Arquivo Nacional (RJ), estão basicamente as missivas pessoais (cartas familiares) trocadas entre os informantes de duas famílias brasileiras. O informante JPCF, que iniciou a sua carreira política a partir da advocacia, bacharelando-se, em 1848, na Academia de Olinda, foi nomeado, ainda jovem, pelo Imperador Dom Pedro II, *Moço da Câmara*, promovido *Veador da Casa Imperial* e, por mais de 50 anos, exerceu a função de *Secretário do Supremo Tribunal Federal*. As missivas pessoais trocadas entre os membros da sua família expõem a intimidade de brasileiros letrados em intercâmbios comunicativos de informalidade marcados pela dinâmica de afetividade entre remetentes e destinatários, corroborando a opinião de Barbosa (1999) acerca das *cartas pessoais* como textos mais transparentes, ou seja, mais livres da pressão prescritivista da norma-padrão em língua portuguesa. Em (6), trazemos à cena uma referência feita pelo próprio missivista ao seu local de trabalho, o Supremo Tribunal Federal, que, em fins do século XIX (1877), tinha o Rio de Janeiro como sede. A referência à ocupação principal do redator é retomada em missivas familiares produzidas em 1879 e 1884, respectivamente, como estão ilustrados em (7) e (8), respectivamente.

(6)

Tive arrastado e contra
vontade ao Tribunal por
ser indispensavel a mi
estada nesta meza, tendo
já faltado algumas sessões
por motivos urgentes q
a doença e fallecimento
de Bom Amigo e Compañeiro
de nossa Família e Amigo
Senhor Jose Reis cuja alma
Deos terá em sua Santa
Gloria.

“[...] Vim arrastado e contra | vontade ao **Tribunal** por | ser indispensavel a
minha | estada nesta meza, tendo | já faltado algumas sessões, | por motivos
urgente qual | a doença e fallecimento | do Bom Amigo e Compañeiro e | de
nossa Família e Amigo Senhor Jose Reis | cuja alma Deos terá em | sua Santa-
Gloria. [...]” (JPCF. RJ, 16.07.1879.)

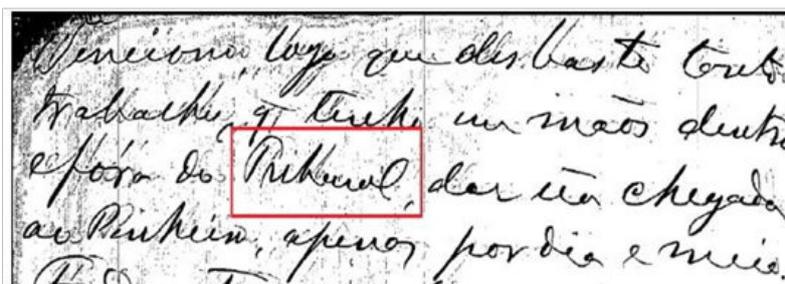
3 Neste trabalho, optamos por proteger a identidade dos missivistas cujas cartas estão em análise, referenciando-as a partir das letras iniciais de seus nomes.

4 Cartas editadas por Rumeu (2013).

5 Cartas editadas por Luz (2015).

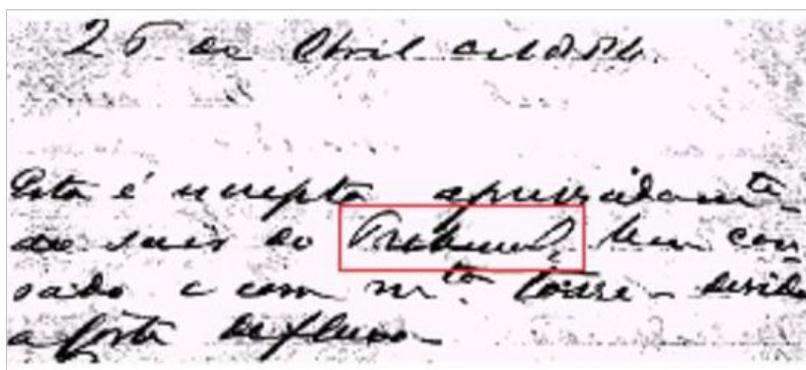
6 Cartas em processo de edição por Márcia Cristina de Brito Rumeu em seu estágio de Pós-Doutoramento na Faculdade de Letras da UFRJ.

(7)



“[...] Tenciono logo que desbaste tanto | trabalho *que* tenho em mãos dentro | e fóra do **Tribunal**, dar ãa chegada | ao Pinheiro, apenas por dia e meio. [...]”
(JPCF. RJ, 05.02.1877.)

(8)



“[...] Esta é escripta apressadamente | ao sair do **Tribunal** bem can- | sado e com *muita* tosse devido | a forte defluxo. [...]” (JPCF. RJ, 26.04.1884)

Sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (MG), encontram-se as cartas produzidas por JPS. Um ilustre mineiro cujo percurso de vida é marcado por sua atuação como gestor, entre os anos de 1906 e 1910, do Estado de Minas Gerais, tendo anteriormente assumido as funções de Senador, em 1905, e Deputado, em 1890, nas eleições para a Assembleia Constituinte da República. Alcançou, em 1887, o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo atuado ainda como Professor da Escola Normal Superior de São Paulo, cf. Luz (2015). As missivas pessoais (amorosas, familiares e de amizade) produzidas por JPS também evidenciam um alto nível de proximidade entre os missivistas, o que as legitimam como expressão da escrita informal de uma efeméride mineira, cf. Luz (2015). Em (9), temos uma evidência da menção feita pelo próprio missivista à sua atuação como político mineiro em fins do século XIX.

(9)

ao dicto. Que fazem? Nestes
 3 annos de tanta intensidade
 lítica, ja não digo a minha
 consciencia, os factos me conso-
 lam d. ter sempre acertado
 com os melhores e mais hon-
 rosos caminhos para a política
 d. Minas. Entretanto com

“[...] Nestes | 3 annos de tanta intensidade **po- | lítica**, ja não digo a minha | consci[e]ncia, os factos me conso- | lam d. ter sempre acertado | com os me- | lhores e mais hon- | rosos caminhos para a politica | d. Minas. [...]” (JPS. MG, Ouro Preto, 20.11.1891.)

Do acervo da Casa de Rui Barbosa (RJ) voltamos o foco para as suas correspondências pessoais trocadas entre os familiares e amigos de LGDE. Temos em cena um informante nascido no Rio de Janeiro, em 1863, atuante como jornalista, crítico de arte, pintor e escritor que escreveu alguns livros, fundou e participou de periódicos brasileiros. Trata-se de missivas extremamente pessoais através das quais o autor expressa, a sua esposa J, as suas impressões mais íntimas acerca de viagens, questões familiares e personalidades públicas.

Observemos algumas evidências do engajamento de GD com o jornalismo e a literatura.

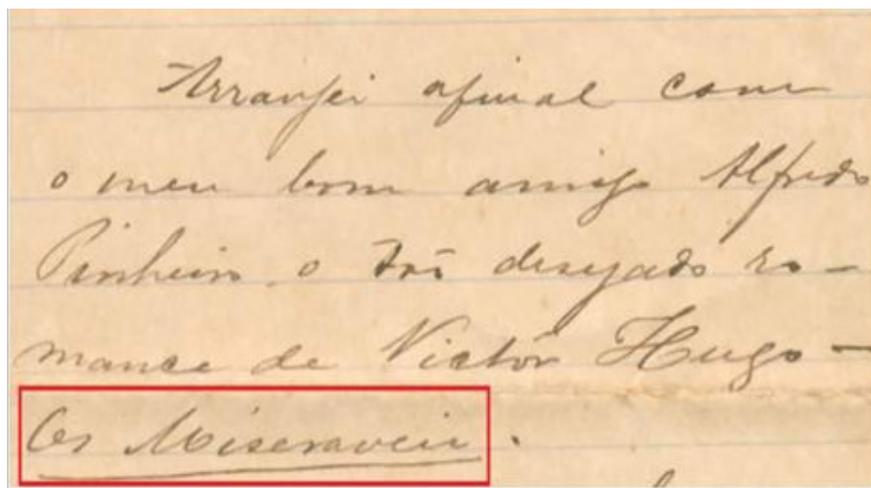
Em (10), evidenciamos um excerto de carta oitocentista através do qual é possível observarmos o próprio GD fazendo menção ao seu esforço para angariar assinaturas provavelmente para um dos periódicos em que atuava como jornalista. Em (11), o missivista divide com a sua esposa o afortunado achado do romance *Os Miseráveis*, de Victor Hugo.

(10)

pôde desjar em aniffo. Obtive aqui
 n' esta localidade cinco assignaturas
 das quaes cobrei apenas uma por ter
 o assignante partido hoy para a Côrte.

“[...] Obtive aqui, | n’ esta localidade cinco *assignaturas* | das quaes cobrei apenas uma por ter | o *assignante* partido hoje para a Côrte. [...]” (LGDE. RJ, 16.02.1887)

(11)



“[...] Arranji afinal com o meu amigo Alfredo | Pinheiro o tão desejado ro - |
mance de Victor Hugo – | **Os Miseráveis.** [...]” (LGDE. 06.02.1887.)

Como tentamos brevemente ilustrar, além das informações externas apreendidas no interior dos acervos públicos em que se conserva a documentação de renomados missivistas que fizeram parte da elite intelectual e política brasileira, os estudos no âmbito da Sociolinguística Histórica precisam recompor, a partir de vestígios documentais, o perfil sociocultural do redator como um todo, relacionando-o inclusive ao seu contexto de produção. As informações arquivísticas e enciclopédicas, as árvores genealógicas e os dicionários biográficos são fundamentais, mas o próprio documento pode desvelar, através da tinta que escorre da pena do missivista (parafraseando TARALLO, 1993), dados linguístico-textuais reveladores das peças do quebra-cabeça sócio-histórico dos informantes de sincronias passadas.

A origem social/grau de letramento de remetentes desconhecidos

Diferentemente da seção anterior, na qual procuramos identificar pistas textuais da atuação social dos remetentes conhecidos, tencionamos, nesta subseção, mostrar como apreender o perfil social de remetentes desconhecidos à luz de evidências manuscritas geradas pelo próprio redator. Nesse caso, o material documental a ser analisado não foi produzido por personalidades históricas e nem levantado nos arquivos públicos, por isso não há informações arquivísticas sobre fatores externos como *origem, nível de escolaridade, atuação profissional e/ou função social* dos redatores.

O intuito desta subseção é apresentar como certas ferramentas computacionais podem auxiliar o pesquisador quando não há informações sobre os autores de documentos do passado, reconstituindo a história desses autores a partir de evidências linguísticas (aspectos grafemáticos, fonéticos e morfossintáticos) do próprio texto. No caso específico desta subseção, tentaremos mostrar como medir o grau de letramento de autores desconhecidos com base na sua própria produção escrita, já que não dispomos de informações extralinguísticas.

Neste estudo, utilizaremos uma amostra parcial de 11 cartas trocadas por um casal pernambucano e escritas nos anos de 1949 e 1950. Essas cartas fazem parte do acervo do LeDoc – *Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco*⁷. Foram transcritas e editadas, para a realização dessa análise piloto, apenas cinco cartas do remetente masculino, identificado aqui como (J) e 06 cartas da remetente feminina (identificada como N).

Como protocolo metodológico, utilizamos o modelo aplicado por Silva (2012) e Silva e Lopes (2012). As autoras propuseram como ferramentas auxiliares para a depreensão do nível de habilidade dos missivistas em relação aos modelos de escrita algumas potencialidades do programa de edição eletrônica *E-dictor* (PAIXÃO DE SOUZA; KEPLER, 2010). Esse programa, além de permitir resguardar informações originais do texto de interesse linguístico e filológico em uma versão diplomática, também possibilita que o usuário gere uma versão modernizada do texto editado que pode ser empregada em buscas automáticas a partir de uma versão em XML do documento.

Na realidade, os recursos que empregamos aqui como ferramenta digital para depreender o grau de letramento de nossos missivistas desconhecidos são gerados no *E-dictor* a partir de uma lista criada no processo de edição. Na verdade, aproveitamo-nos de ferramentas de um programa de edição filológica digital para fins não previstos inicialmente pelos idealizadores do *E-dictor*.

Como foi proposto em Silva e Lopes (2012, p. 86), há duas funções básicas no programa de edição *E-dictor*. A primeira consiste na transcrição literal do documento com a reprodução fiel do texto original (versão diplomática ou conservadora). A segunda corresponde à edição propriamente dita do texto em que o usuário pode ativar diversos mecanismos⁸ oferecidos pelo programa para criar uma versão modernizada do documento que está sendo transcrito. Apresentamos, em (a), (b) e (c), os mecanismos de edição empregados nesta análise:

(a) **junção**: formas que aparecem segmentadas e que devem ser unidas em uma edição atualizada/modernizada: *a Qui > aqui; a sim > assim; a mizade > amizade*.

(b) **segmentação**: formas que aparecem unidas e deveriam estar separadas: *igora > i agora > e agora; madami > mada-mi > mande-me*.

7 O LeDoc (www.ledoc.com.br) é um projeto destinado a constituir um banco de dados de textos representativos do Português Brasileiro. O projeto tem a finalidade de contribuir para a coleta, tratamento e análise de textos pernambucanos dos séculos XVIII, XIX e XX. Agradecemos gentilmente aos coordenadores do Projeto (Professores Doutores da UFRPE Cleber Ataíde e Valéria Severina Gomes) por disponibilizarem para análise parte de um valioso material que ainda não está disponível no site do Projeto.

8 Há outros mecanismos que podem ser ativados durante o processo de edição como *expansão, sobrescrito, ilegível, rasurado, subscrito, tachado*, etc., mas nos limitamos a apresentar os recursos empregados para este estudo que dão conta apenas de aspectos grafemático-fonéticos.

(c) **modernização da grafia**: atualização da grafia de palavras que são apresentadas de maneira distinta da atual no documento que está sendo editado: *guardá* > *guardar*; *muinto* > *muito*; *amisade* > *amizade*; *satisfei* > *satisfez*; *aqredito* > *acredito*; *asuviano* > *assobiando*.

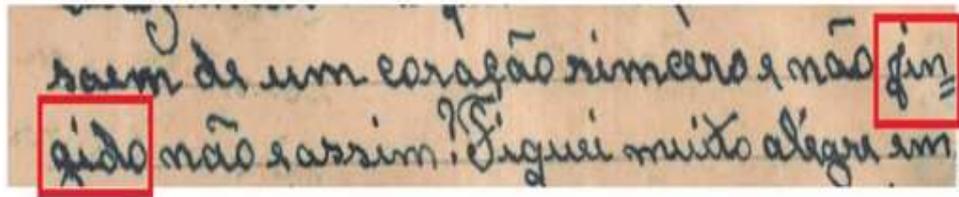
A partir da versão modernizada do documento, o programa *E-dictor* permite exportar, em um arquivo, o *léxico de edições* em que ficam registradas todas as intervenções feitas pelo usuário no processo de edição. Com base em tal lista, podemos visualizar os itens que sofreram algum tipo de edição e organizar os dados em termos quantitativos e qualitativos pelos critérios postulados durante a edição (*junção, segmentação e modernização*). A lista gerada, entre outras coisas, possibilita observar os desvios grafemáticos de cada documento editado. A depender da natureza de cada desvio ou de cada intervenção do editor, pode-se evidenciar indícios diversos do maior ou menor grau de letramento dos escreventes como desejamos apontar neste trabalho.

Por hipótese, defendemos, seguindo Silva (2012) e Silva e Lopes (2012), que as taxas de frequência dos desvios grafemáticos são mais altas na produção dos missivistas com pouco domínio da norma escrita. Além disso, a natureza da *segmentação* e da *junção* silábica e/ou vocabular exigida durante o processo de modernização do documento também seria importante para a caracterização dos missivistas em mais ou menos letrados. Consideramos que são aspectos que refletem o contato e o domínio dos remetentes em relação aos textos escritos ou aos modelos de escrita, como aponta Marquilhas (1996, 2000).

Nesse sentido, esses dois procedimentos adotados pelo editor (*segmentação e junção*) estão associados, respectivamente, aos processos de **hipersegmentação** e de **hipossegmentação**. A *hipersegmentação* ocorre quando um vocábulo formal é dividido em segmentos menores na escrita e, por isso, sofre uma *junção* no processo de edição (*a Braça* > *abraça*; *a Qui* > *aqui*; *a mizade* > *amizade*). A *hipossegmentação* ocorre com vocábulos formais autônomos que são unidos a formas antecedentes ou subseqüentes pelo escrevente (*acabase* > *acaba-se*; *afim* > *a fim*; *darlis* > *dar-lhes*). A *hipossegmentação* é resolvida na edição pela *segmentação* que, em alguns casos, vem seguida pela *modernização* como em *darlis* > *dar-lis* > *dar-lhes*) quando se faz necessário alterar a grafia em conformidade com as instruções ortográficas convencionais.

Por um lado, as *junções* vocabulares realizadas no processo de edição do manuscrito por conta da *hipersegmentação* podem apenas estar associadas à translineação, ou seja, à separação do vocábulo para passar de uma linha para a outra. Esses casos estariam de acordo com as normas ortográficas vigentes e seriam evidências de alto grau de habilidade do redator com os textos escritos, como é possível observarmos, em (12), com base na análise da separação silábica da palavra *fingido* (*fin-gido*) no processo de translineação.

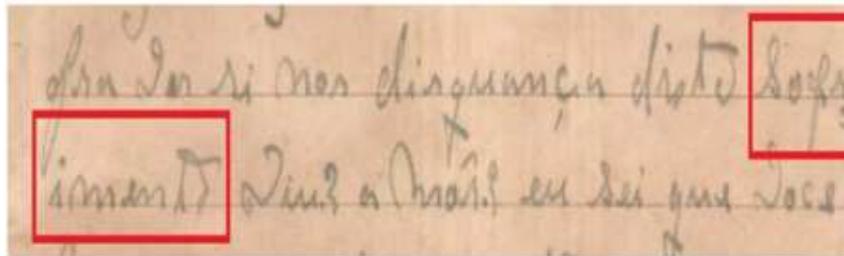
(12)



“[...] saem de um coração sincero e não **fin-**
gido não e assim? Fiquei muito alegre em [...]” (NJ. PE, 21.05.1949.)

Por outro lado, alguns processos de *hipersegmentação* e de *hipossegmentação* não convencionais deixam transparecer a falta de domínio dos limites silábico e vocabular, caracterizando assim nossos remetentes como informantes de *mãos inábeis* pelas poucas evidências de familiaridade desses redatores com os parâmetros formais da escrita, como ilustramos, em (13), em relação à separação silábica da palavra *sofrimento* (*sofr-imento*) também em contexto de translineação.

(13)



“[...] pra ver si nos disquança disto **sofr-**
imento viu? a môr.? eu sei que voce [...]” (JN. PE, 04.07.1950.)

Tendo em vista tais aspectos formais de *hipersegmentação* e *hipossegmentação*, optamos por separar os casos de intervenção do editor na junção de vocábulos ou partes de vocábulo por conta de uma mera translineação (*quan-to* > *quanto*) daqueles em que a junção é advinda de uma *hipersegmentação* não convencional (*sofr-imento* > *sofrimento*, *po-ssível* > *possível*; *gu-ardá* > *guardar*).

Na sequência serão apresentados os resultados quantitativos para termos um panorama geral e comparativo de dois redatores brasileiros e depois apresentaremos os dados qualitativos que foram obtidos a partir da lista gerada pelo *E-dictor* com as intervenções feitas durante o processo de edição das 11 cartas analisadas do casal (J=homem) e (N=mulher).

Resultados quantitativos globais: formas linguísticas de pessoas desconhecidas

A Tabela 1 apresenta o resultado quantitativo com o total das intervenções realizadas na edição das 11 cartas de remetentes não ilustres. Como mencionamos anteriormente, as intervenções por junção foram separadas em dois tipos distintos pelo fato de a sua natureza interferir

na detecção do maior ou menor domínio de escrita dos missivistas. Assim, as junções por mera translineação evidenciam forte domínio dos modelos de escrita e as junções feitas por conta de segmentações não convencionais mostram pouco domínio dos modelos da escrita. Os casos de segmentação e de modernização também se enquadram nesse grupo cuja grafia evidencia um menor grau de domínio de escrita.

	Crítérios	J. (H)	N. (M)	Total
[+] domínio de escrita	Junção (translineação)	1 0,8%	12 92%	13
	Junção (outros)	36 60%	24 40%	60
[-] domínio de escrita	Segmentação	14 100%	0	14
	Modernização (grafia)	503 70%	213 30%	716
	Total	554 69%	249 31%	803

Tabela 1: Distribuição geral das intervenções por remetente

Em termos gerais, identificamos 803 palavras submetidas a algum tipo de intervenção, sendo 554 (69%) realizadas nas cartas do remetente masculino (J) e 249 (31%), nas cartas da remetente feminina (N). As cartas do noivo receberam, durante a edição, um número bastante expressivo de intervenções por parte do editor, principalmente, aquelas intervenções que evidenciam que o escrevente não apresentava domínio das convenções de escrita. Comparativamente, nas cartas do informante masculino (J) só observamos um caso de *junção* feita para solucionar uma translineação, ao passo que, nas cartas de (N), sua noiva, verificamos 12 casos (92%). Como mostramos anteriormente, as junções necessárias por translineação evidenciam maior conhecimento dos modelos de escrita. Tais resultados podem ser confirmados pelos quantitativos dos outros tipos de junção por segmentações não convencionais (hipossegmentação). Neste caso, as frequências são invertidas: as cartas do escrevente masculino (J) sofreram 60% de intervenções contra 40% das cartas escritas pela sua noiva (N). As *segmentações* e *modernizações* reiteram tais observações. Em relação a esses dois processos, houve mais intervenções na edição das cartas escritas por (J), o que confirmaria, em termos contrastivos, que o escrevente masculino seria um indivíduo com menor habilidade com a escrita em relação à sua noiva (N).

Para reiterar em termos qualitativos esses resultados quantitativos, apresentaremos em seguida a natureza dos dados levantados nas 11 cartas analisadas do casal por tipo de interven-

ção de edição.

A análise das intervenções por tipo de junção: translineação e hipersegmentação não convencional em cartas de desconhecidos

Como mencionamos, no processo de edição foram detectados dois tipos de junção feitos nas palavras segmentadas pelos escreventes: a junção de palavras oriundas de translineação e aquelas oriundas de segmentações não convencionais. Os resultados quantitativos mostraram um comportamento diferente entre os dois missivistas. Enquanto nas cartas da escrevente feminina predominou a junção por translineação, nas cartas do remetente masculino prevaleceu a junção por segmentação não convencional.

Nos itens editados por junção nas cartas de (J), havia apenas um dado de translineação convencional na palavra *quan-to* > *quanto*. Os outros dados de translineação seriam não convencionais quer por apresentarem desvios grafemáticos (*nutici-as* > *notícias*), quer por não estarem de acordo com as normas vigentes de segmentação silábica: *sofr-imento* > *sofrimento*. Os casos de junção realizados, em sua maioria, são advindos de problemas de hipersegmentação: *a braça* > *abraça*, *a burecer* > *aborrecer*, *a Credite* > *acredite*; *a guma* > *alguma*; *a mizade* > *amizade*; *a môr* > *amor*; *a qiu* > *aqui*; *a qredito* > *acredite*; *a Qui* > *aqui*; *a sim* > *assim*; *A su-viano* > *assobiando*; *a te* > *até*; *a Valial* > *avaliar*; *cam migo* > *comigo*; *porq us* > *porque*; *da ir* > *daí*. É preciso destacarmos que quase todas essas palavras que passaram pelo procedimento da junção, durante o processo de edição, tiveram ainda que ser ortograficamente modernizadas.

Nas cartas de autoria feminina, as intervenções por junção correspondem, em grande parte, à translineação convencional, como em *con-solo* > *consolo*, *es-crever* > *escrever*, *fin-gido* > *fingido*, *gran-de* > *grande*. Observamos, entretanto, casos de translineação não-convencional: *gu-ardá* > *guardar* e alguns poucos dados de hipersegmentação: *a legre* > *alegre*, *a misade* > *amizade*; *a quela* > *aquela*; *cartin ha* > *cartinha*; *com migo* > *comigo*; *esperan ça* > *esperança*; *pe ço* > *peço*; *por que* > *porque*; *satis fei* > *satisfez*; *ven turoza* > *venturosa*.

Como foi mostrado na Tabela 1, as cartas do remetente masculino tiveram 11 casos de segmentação nos seguintes itens: *Acabase* > *acaba-se*; *afim* > *a fim*; *amati* > *amar-te*; *darlis* > *dar-lhes*; *darti* > *dar-te*; *Discupami* > *Desculpe-me*; *igora* > *e agora*; *madami* > *mande-me*; *Peu* > *para eu*; *Qeu* > *que eu*; *quiar* > *que há*; *sabesqeum* > *sabes quem*; *vomio* > *vou-me*. Nesses exemplos, verificamos casos de segmentação simples pela falta do hífen, como em *acabase* > *acaba-se*, *darti* > *dar-ti*; além dos dados mais complexos em que o item ainda precisou ser modernizado, mostrando realmente o pouco domínio do escrevente em relação aos modelos de escrita mais convencionais tais como *peu* > *para eu*; *qeu* > *que eu quiar* > *que há*; *sabesqeum* > *sabes quem*; *vomio* > *vou-me*.

Desvios grafemáticos nas cartas de remetentes desconhecidos

Para a análise dos desvios grafemáticos, faremos comentários mais gerais sobre os dois remetentes, que apresentaram características bastante semelhantes. Embora o remetente masculino (J) apresente um número ligeiramente superior se comparado ao que fora encontrado nas cartas da remetente feminina, ambos mostraram desvios bastante semelhantes em termos qualitativos. Por conta dos limites de nossa análise, não consideramos questões relativas à acentuação gráfica ou mesmo à pontuação presentes nos documentos. Restringimo-nos a observações relativas a uma escrita mais fonética com a transposição de aspectos da pronúncia dos sons da fala para o texto escrito, o que evidencia certa inabilidade dos remetentes com os modelos convencionais da escrita. Na Tabela 2, apresentamos algumas evidências linguísticas cuja relevância reside na natureza do desvio da correlação grafofonética (alteamento vocálico, grafia das sibilantes e alongamento vocálico).

Tipo de Desvio Grafofonético	Redatores	
	J.	N.
(d) Alteamento de vogal	aligria (alegria), di (de), desprezar (desprezar), igora, mi (me), si (se), ti (te), receber (receber)	alegrimente (alegremente), ti (te), paricendo (parecendo)
(e) Grafia das sibilantes	abensoar (abençoar), abensoi (abençoe), achaci (achase), amase (amasse), aseitou (aceitou), asim (assim), asister (assistir), auzencia (ausência), Beçerra/Beserra (Bezerra), canmeco (começo), cauza (causa), caza (casa), esqeuza (esqueça), indeireiso (endereço), passienca (paciência), pesso (peço), pocivel (possível), preçencia (presença), presente (presente), rezover (resolver), rizo (riso), serto (certo), trasadas (traçadas), trosse-me (trouxe-me)	avechada (avexada), diser (dizer), esplicar (explicar), gosando (gozando), auzencia (ausência), bemça (benção), calso (caso), cançarei (cansarei), chegase (chegasse), conciderar-me (considerar-me), defise (difícil), depreça (depressa), diser-te (dizer-te), esqueco (esqueço), fasendo (fazendo), faser (fazer), praser (prazer), prosimo (próximo), setersa (certeza), traser (trazer)
(f) Alongamento da vogal final	der, lher (lhe), tenhor (tenho), venhor (venho), vocer/voser/vosser (você)	

Tabela 2: Tipos de desvio grafofonético por redator

Um dos aspectos que chama a atenção nas cartas é o alteamento da vogal /e/ registrado na variação grafemática entre <e> e <i> em vários contextos e inseridos como *alteamento de vogal*, cf. observamos em (d). Tal alteamento pode ocorrer eventualmente em posição pretônica (*aligria* por *alegria*; *disprezar* por *desprezar*), embora seja sistemático nas formas átonas: *mi, ti, si, di* (em vez de *me, te, se, de*). Como aponta Silva e Lopes (2012, p. 97), essas formas variantes podem refletir a transposição de fenômenos fonéticos típicos do português oral para a escrita, deixando transparecer as dúvidas do escrevente quanto às formas convencionadas pela norma-padrão tal como em *recebir* por *receber*.

Os dados listados em (e), *grafia de sibilantes*, também são bastante elucidativos para configurar a reduzida habilidade dos escreventes em relação às convenções ortográficas da escrita. As ocorrências são numerosas e refletem claramente uma escrita fonética. Apesar de alguns dados destoarem, percebemos nitidamente uma certa sistematicidade do escrevente masculino que usa o grafema <s> ou <ss> para a fricativa surda /s/ e <z> para a sonora. Para o primeiro tipo, temos os seguintes exemplos: *abensoar* (*abençoar*), *abensoi* (*abençoe*), *amase* (*amasse*), *aseitou* (*aceitou*), *asim* (*assim*), *asister* (*assistir*), *canmeco* (*começo*), *esqueusa* (*esqueça*), *indeireiso* (*endereço*), *passienca* (*paciência*), *pesso* (*peço*), *trasadas* (*traçadas*), *trousse-me* (*trouxe-me*), *serto* (*certo*). Para o segundo, localizamos *auzencia* (*ausência*), *caza* (*casa*), *cauza* (*causa*), *rezover* (*resolver*), *rizo* (*riso*). O <ç> ou <c> ocorre mais eventualmente para representar ora o /z/ em *Beçerra/Beserra* (*Bezerra*), *preçencia* (*presença*), ora o /s/ *pocivel* (*possível*), *achaci* (*acha-se*).

Não parece haver sistematicidade na escrita da remetente feminina nesse caso. A flutuação é maior na representação de /s/ e /z/. Para a primeira, pode ocorrer <s, ç e c>, como em *calso* (*caso*), *chegase* (*chegasse*) *defise* (*difícil*), *proximo* (*próximo*), *setersa* (*certeza*); *bemça* (*benção*), *cançarei* (*cansarei*), *depreça* (*depressa*); *conciderar-me* (*considerar-me*), *esqueco* (*esqueço*). Para /z/, o grafema <s> é mais recorrente do que <z>, que apareceu apenas em *auzencia* (*ausência*). Nos demais dados, tivemos sempre <s>: *diser* (*dizer*), *gosando* (*gozando*), *diser-te* (*dizer-te*), *fasendo* (*fazendo*), *faser* (*fazer*), *praser* (*prazer*), *traser* (*trazer*). A forte flutuação na grafia das sibilantes e mesmo na das palatais (*avechada* por *avexada*, *esplicar* por *explicar*) deixa bastante evidente que o casal não deve ter tido muito acesso aos bancos escolares e aos modelos convencionais de escrita.

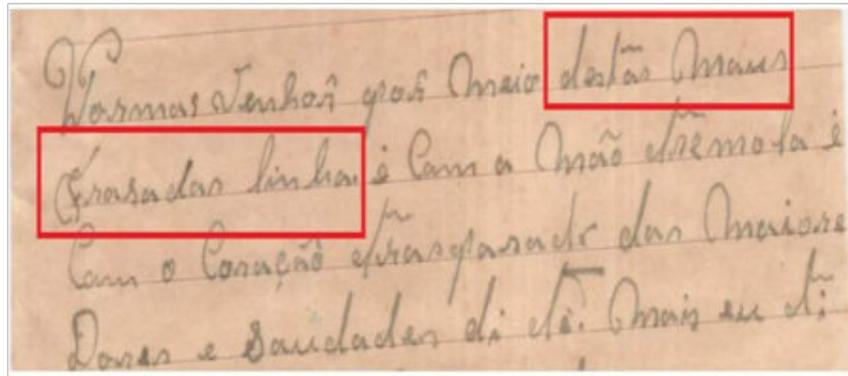
Por fim, outro desvio grafemático curioso nas cartas do remetente masculino (J) foi a inserção do grafema <r> em final de palavra, que acreditamos funcionar apenas para alongar a vogal final, como verificamos em (f). Os dados identificados foram *der* (*de*), *lher* (*lhe*), *tenhor* (*tenho*), *venhor* (*venho*), *vocer/voser/vosser* (*você*).

Todos esses aspectos grafofonéticos permitem caracterizar socialmente os informantes das cartas analisadas como remetentes que pareceram demonstrar pouco contato com modelos de escrita. Alguns exemplos de aspectos morfossintáticos presentes nas cartas podem ratificar

nossas observações.

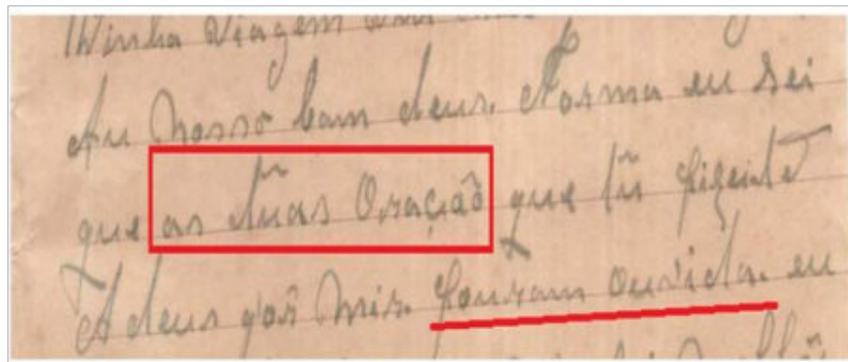
O missivista masculino, principalmente, apresenta em sua escrita traços linguísticos próprios do português popular brasileiro. Está, nesse caso, a ausência de marcas de concordância nominal e verbal. Não foi feito um levantamento exaustivo por conta dos limites desta proposta, mas trazemos à baila alguns exemplos ilustrativos, em (14), (15) e (16), reproduzindo trechos fac-similados de uma das cartas de (J).

(14)



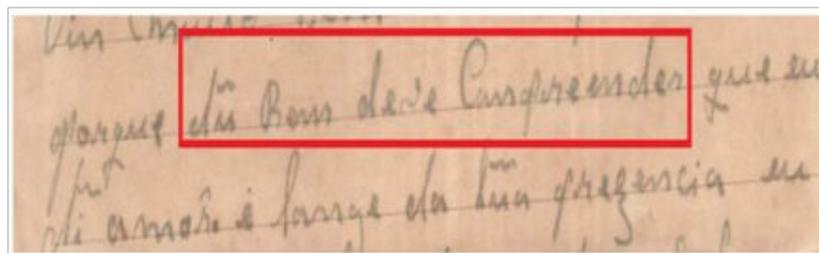
“[...] Norma! venhõr pòr meio **destas maus** | **trasadas linha**. é com a mão tremola é | cam o coração traspassado das maiore | Dores e saudades di té. mais eu ti [...]” (JN. PE, 04.07.1950.)

(15)



“[...] Ao nosso bom deus. Norma eu sei | que **as tuas oração** que tu fizeiste | A deus pòr mis. **fouram ouvida**. eu | [...]” (JN. PE, 04.07.1950.)

(16)



“[...] porque **tu bem deve** canpreender que eu | ti amôr. é lunge da tua preçencia eu... [...]” (JN. PE, 04.07.1950.)

Os trechos extraídos em (14) e (15) ilustram dados de ausência de concordância nominal. Em (14), o nome *linha* ocorre sem a marca plural que está presente nos determinantes/modificadores *destas maus trasadas linha*_. Interessante destacar ainda, nesse caso, que o remetente confundiu o advérbio *mal* com o adjetivo *mau* em uma estrutura formulaica bastante recorrente em missivas (*destas mal traçadas linhas*) e pluralizou o advérbio modificador do adjetivo participial *traçadas* escrito *trasadas*.

Em (15), tem-se outro dado que mostra a ausência da concordância entre os determinantes (*as tuas*) e o núcleo do sintagma nominal *oração*, que ocorre sem a marca de plural. Mais adiante o verbo *fouram* (*foram*) que se refere a *oração* está no plural, mas o predicativo *ouvida* está no singular. Como os estudos sobre concordância nominal têm mostrado, desde Scherre (1988) até Vieira e Brandão (2011), entre outros, no português brasileiro, a indicação de gênero e número é mais recorrente nos elementos que se posicionam mais à esquerda (determinantes) no sintagma nominal e nosso missivista segue tal regra em sua escrita.

Em (16), por fim, há um outro dado que mostra claramente a ausência da desinência verbal canônica de segunda pessoa na forma verbal *deve* que estaria associada ao sujeito *tu*. A concordância padrão aqui seria *tu bem debes compreender* e não *tu bem deve*_ *comprender*, como está registrado no documento. Trata-se de outro fenômeno bastante recorrente em algumas regiões do Brasil em que a forma pronominal *tu* não mais aparece com a desinência verbal canônica de segunda pessoa (cf. LOPES *et al*, 2018).

Considerações finais

A Sociolinguística Histórica é um *subcampo* híbrido de investigação interdisciplinar que entra em diferentes relações e graus de integração com outros campos do conhecimento, dependendo da linha de pesquisa em questão (filologia, paleografia, história, sociopragmática, linguística de *corpus* etc.). O resgate das situações socioculturais passadas permite que estas sejam reconstruídas e não observadas ou experimentadas diretamente pelo pesquisador como se faz, por exemplo, na sociolinguística sincrônica (HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012, p. 63). Sabemos que os pesquisadores da área lidam com fontes procedentes de amostras naturalmente enviesadas que sobreviveram na atualidade *por sorte*. Isso significa, por exemplo, que o controle de categorias sociais, como origem, gênero, faixa etária, nível de escolaridade dos redatores históricos, podem ser lacunares, pois os informantes não estão mais à disposição do investigador como ocorre nas análises sociolinguísticas de caráter sincrônico.

Não se pode realizar para os estudos de Sociolinguística Histórica a mera transposição da metodologia variacionista de base laboviana, pois as fontes documentais disponíveis que chegam às mãos do investigador histórico costumam ser “fragmentárias, escassas e dificilmente vinculáveis com a produção real de seus falantes” (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 35). Nem sempre estão disponíveis ao investigador as células completas, ou seja, o mesmo número de

informantes com o mesmo perfil social. Os dados históricos recolhidos nas fontes documentais que nos chegaram às mãos costumam se restringir aos grupos alfabetizados de uma comunidade pretérita e, em geral, foram escritos por homens com *status* médio a alto. Além disso, só determinados estilos e registros são recuperáveis nos acervos públicos e nem sempre a amostra para análise histórica é homogênea e equilibrada como ocorre nos estudos sincrônicos. Por isso, concordamos, em parte, com Bergs (2005) quando afirma que a “sociolinguística histórica é uma subdisciplina que tem potencial próprio e deveria desenvolver seus próprios objetivos, metodologias e teorias, divorciada da sociolinguística atual, por um lado, e da linguística histórica, por outro.” (BERGS, 2005, p. 21).

Os encaminhamentos metodológicos sugeridos neste artigo objetivavam ilustrar algumas propostas alternativas para a Sociolinguística Histórica (CONDE SILVESTRE, 2007), mostrando como identificar os perfis socioculturais dos redatores de sincronias passadas. Ainda que de maneira incipiente, procuramos apresentar dois modelos de análise piloto para auxiliar na caracterização de fontes documentais do passado.

Na primeira parte, mais geral, identificamos evidências linguísticas das funções sociais de três missivistas brasileiros em suas práticas de trabalho cotidianas relacionadas, respectivamente, ao secretariado do Supremo Tribunal Federal, à política mineira e ao jornalismo-intelectualidade carioca. Todas essas atuações sociais se mostraram passíveis de serem vislumbradas à luz de informações explicitadas pelos próprios punhos dos missivistas. Assim sendo, assumimos que, apesar da irrefutável relevância de acionarmos as fontes históricas (enciclopédicas e arquivísticas) para a reconstrução do perfil social do redator histórico e de suas redes de relações sociais, também o próprio manuscrito pode oferecer vestígios linguísticos concretos sobre a função social do informante, ajudando-nos, pois, nesse trabalho de recuperação do cenário sócio-histórico em que tais informantes de sincronias passadas estiveram engajados.

Na segunda parte, propusemos um protocolo metodológico para a identificação do perfil social de redatores desconhecidos. A partir das características gráficas presentes nas cartas analisadas, procuramos mostrar diferenças entre dois missivistas quanto ao grau de habilidade com normas de escrita. Com base em ferramentas computacionais de edição (*Programa E-dictor*), tentamos ilustrar como as intervenções feitas no processo de edição dos documentos podem facilitar a identificação de pistas sobre o grau de letramento, destacando, entre outros aspectos, a transposição para o texto escrito de aspectos fonético-fonológicos do PB oral. Conjugando dados quantitativos e qualitativos, ficou evidente que os redatores, mais o autor masculino do que a autora feminina, poderiam ser considerados como informantes de baixo grau de erudição, uma vez que apresentaram hipossegmentações e hipersegmentações sistemáticas tanto em formas presas, quanto em fronteiras silábicas. Além disso, identificamos alta ocorrência de desvios grafemáticos motivados, em muitos casos, pelo pouco conhecimento de aspectos convencionais da escrita e pela transposição de aspectos fonéticos do português oral para o meio escrito. Assim, o protocolo proposto permitiu configurar o perfil sociolinguístico dos dois redatores

com base em suas próprias cartas. O redator masculino apresentou precário domínio formal da escrita, enquanto a redatora feminina demonstrou um grau de letramento ligeiramente superior, embora também não possa ser considerada completamente letrada. O mais importante, nos dois casos, é que as cartas de ambos podem ser consideradas como uma fonte rica e bastante ímpar para o estudo da norma popular brasileira de fins da primeira metade do século XX.

Nossa proposta que não se pretendia exaustiva aponta alguns caminhos metodológicos para futuros trabalhos na área. A análise mais refinada com base em materiais adicionais mais robustos poderá trazer novas alternativas para o reconhecimento do contexto social e o perfil dos redatores do passado, auxiliando no trabalho de outros investigadores que se interessam pelos estudos de Sociolinguística Histórica.

Referências

BARBOSA, A.G. *Para uma História do Português Colonial: Aspectos Linguísticos em Cartas de Comércio*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BAKHTIN, M. Os gêneros discursivos. In.: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERGS, A. *Social networks and historical sociolinguistics: studies in morphosyntactic variation in the Paston letters (1421-1503)*. Walter de Gruyter, 2005.

BLAKE, A.V.A.S. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 7 Volumes, 1902.

BUENO, A.H.C.; BARATA, C.E.A. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Volumes I e II. São Paulo, 2001.

CONDE SILVESTRE, J.C. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J.M.; CONDE-SILVESTRE, J.C. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Wiley-Blackwell, 2012.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J.M.; SCHILLING, N. The Application of the Quantitative Paradigm to Historical Sociolinguistics: Problems with the Generalizability Principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. v. I. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

LOPES, C.R.S.; MARCOTULIO, L.L.; RUMEU, M.C.B.; COELHO, I.L.; ANDRADE, A.; MARTINS, M. A.; LACERDA, M.O.; GOMES, V.S.; MONTE, V.M.; CARNEIRO, Z.O.N.; SOUZA, C.M. N.; BALSALOBRE, S.; SOUZA, J.P.; OLIVEIRA, T.L.; MOURA, K.K.; CRUZ, I.A.; CARDOSO, N.D. A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do Português Brasileiro: a posição de sujeito. In: LOPES, C.R. dos S.; CASTILHO, A.T. (org.). *História do Português Brasileiro (Volume IV) Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. 1ª ed, v. 4, São Paulo: Contexto, 2018. p.24-141.

- LOPES, C.R.S.; MARCOTULIO, L.L.; RUMEU, M.C.B.; LIMA, A.X. Reflexões metodológicas para a análise sociocultural de redatores em *corpora* históricos. *Gragoatá* (UFF), v. 29, p. 239-253, 2010.
- SILVA, E.N.; LOPES, C.R.S. O perfil sociolinguístico de um casal não ilustre: uma análise grafemática através da edição de cartas particulares. *Confluência* (Rio de Janeiro), v. 43, p. 78-104, 2012.
- LUZ, R.D. *O Tratamento na Produção Epistolar de João Pinheiro da Silva: análise sociopragmática de TU x VOCÊ e respectivas formas gramaticais*. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.
- MARQUILHAS, R. *A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no Séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MARQUILHAS, R. *Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII*. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.
- MARTINS FILHO, A.V. *Novo Dicionário Biográfico de Minas Gerais: 300 anos*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2013.
- PAREDES SILVA, V.L.P. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- PAIXÃO DE SOUSA, M.C.; KEPLER, F.N.; FARIA, P. E-dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD, T.; SARDINHA, T.B.; PINTO, M.V. (org.). *Caminhos da linguística de corpus*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- RUMEU, M.C.B. *Língua e sociedade: a história do pronome 'Você' no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca (FAPERJ), 2013.
- SCHERRE, M.M.P. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- SILVA, E.N. *Cartas amorosas de 1930: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não-ilustre*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SOTO, E.U.M.S. *Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira*. Niterói: Ed. da UFF, 2007.
- TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1993. p.69-105.
- TIN, E. (org.). *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. 2005. Campinas: Editora da UNICAMP.
- VIEIRA, S.R.; BRANDÃO, S.F. (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Sobre Dinah Callou — *Célia Regina dos Santos Lopes*⁹

Sobre Dinah Callou — *Márcia Cristina de Brito Rumeu*¹⁰

9 O que dizer de Dinah Callou? Toda a minha vida acadêmica está sedimentada pela sua orientação e amizade. Minha orientadora de Mestrado e Doutorado, co-autora de capítulos de livros e artigos, foi Dinah que ensinou tudo sobre a pesquisa científica, a importância da universidade pública, o papel do professor universitário, a orientação de estudantes (uma lista infindável). Até hoje me vejo repetindo frases antológicas que ouvi da boca sincera e precisa de Dinah Callou. Agradeço enormemente à Dinah Callou, que é minha mentora-mor, uma pessoa iluminada, de personalidade ímpar, que abriu meus olhos para os estudos históricos da língua portuguesa e, certamente, para tudo que eu sei hoje. Obrigada, Dinah!

10 Nesta publicação, deixo registrados o meu apreço e a minha admiração pelo exemplo de profissionalismo da Profa. Dra. Dinah Callou. Com ela, tive a oportunidade de trabalhar como Bolsista de Iniciação Científica e de Apoio Técnico sob os auxílios financeiros do CNPq e da Fundação da FAPERJ, respectivamente. Nessa época, fui apresentada ao Projeto Para uma História do Português Brasileiro (PHPB-RJ) e à sua dinâmica de trabalho no interior dos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional (AN-RJ) à caça de fontes manuscritas e impressas do português do Brasil e do português no Brasil. Na sequência, tive a feliz oportunidade de tê-la como Membro Titular da Banca de Avaliação da minha Tese de Doutorado também na UFRJ. Atualmente, estou, mais uma vez, sob a sua Supervisão no meu Estágio de Pós-Doutorado (CAPES/PNPD 2018-2019), dividindo com ela o espaço da sala de aula, já que ministramos juntas o Curso de História da Língua Portuguesa aos alunos da Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Manifesto, Dinah, o meu sincero agradecimento por todos os ensinamentos concedidos na minha trajetória acadêmica.



**ENGENHO E ARTE NA AUTORIA DO MODELO GRAMATICAL DE
SETECENTOS: A ARTE, ATRIBUÍDA A ANTÔNIO JOSÉ
DOS REIS LOBATO**

**TALENT AND ART IN THE GRAMMATICAL MODEL OF THE 1700s: *THE
ART*, ASCRIBED TO ANTÔNIO JOSÉ DOS REIS LOBATO**

Luiz Palladino Netto¹

“(…) só a partir do século XVIII se pode começar a pensar na bifurcação das variantes continentais, ora em consequência de mudanças ocorridas no Brasil, ora em Portugal, ora, ainda, em ambos os territórios”. (Callou, 2004, p. 22)

Resumo

O presente estudo diz respeito à historiografia do português setecentista. Focaliza, em especial, a querela autoral da *Arte da Grammatica*, 1770, modelo oficial da norma linguística do tempo, atribuída a Antônio José dos Reis Lobato. Discute-se a possibilidade de Lobato ser um pseudônimo, tendo em vista o cotejo com uma obra de autoria do Pe. Antônio Pereira Figueiredo, voz intelectual do ideólogo do regime, o Marquês de Pombal. Esta é a problemática interna proposta nesta abogagem. Por outro lado, considerando uma problemática externa, o contexto histórico-social da segunda metade do século XVIII em Portugal (e suas vicissitudes) é abordado a fim de dimensionar seu impacto sobre a publicação/circulação da *Arte*.

Palavras-chave: Língua portuguesa; Historiografia; Gramática; Ensino.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lpnetto3@gmail.com.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 11/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

The present study concerns the historiography of the 18th Century Portuguese. It focuses, in particular, the quarrel around the authorship of the *Arte da Grammatica*, 1770, official model of the linguistic norm of the time, attributed to Antônio José dos Reis Lobato. We bring to this article the discussion about the possibility of *Lobato* being a pseudonym, in view of the comparison with a work by Fr. Antônio Pereira Figueiredo, an intellectual voice of the regime's ideologue, the Marquis of Pombal. This is the internal problem proposed in this approach. On the other hand, considering an external problematic, the historical-social context of the second half of the 18th Century in Portugal (and its vicissitudes) is approached in order to assess its impact on the publication/circulation of the *Arte*.

Keywords: Portuguese language; Historiography; Grammar; Teaching.

Apresentação

Na apreciação de Costa, “estudar a gramaticografia em Portugal é do maior interesse uma vez que há ainda muito a conhecer de nossa língua e a maior parte dos trabalhos que a descrevem estão ainda por desbravar” (2002, p. 82). Sugere a autora, para a consecução desse contributo, o resgate dos saberes construídos e sua recepção, uma abordagem integrada das obras (do aparato redacional) e das *mentes que as criaram*, em seus recortes cronológicos, tendo em vista suas coordenadas epocais. Neste sentido, Kossarik se manifesta de forma congênere: “a investigação da história do pensamento linguístico em Portugal não está acabada e continua a ter muito interesse para o historiador” (2002, p. 181).

Nesta apresentação, considera-se a segunda metade do século XVIII um ponto chave para a história das ideias linguísticas e para a cultura em Portugal como horizonte de retrospectão no qual se integram procedimentos, conceitos e técnicas para instrumentalizar a gramatização do português, aspecto pouco explorado quando comparado com outras línguas. Revisita-se a doutrina setecentista lobatiana, cuja notoriedade se encontra, indelevelmente, associada à *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, da qual há quatro dezenas de edições recenseadas.

Tida como corporificação do celebrado gramaticalismo racionalista português, no afã de inaugurar um novo método de aprendizado da língua, a *Arte* se fundaria não na “diversidade dos fatos constatados empiricamente, mas sobre a identificação dos ‘fundamentos’ da arte de falar que os autores viam em um certo número de mecanismos de pensamento”, como um aspecto universal, na dicção de Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 173). De fato, na própria designação *Arte*, entretanto, ecoa o apelo a uma tradição gramatical, não especulativa, o que sugere se tratar de uma obra de transição “entre o espelhamento na gramática latina e a renovação lógico-filosófica”, nos termos de Vieira (2018, p. 132). Atribuída a Antônio José dos Reis Lobato, a gramática suscita, não obstante, uma problemática autoral. Vieira (2018), a propósito, reiterou, recentemente, que Lobato seria *possível pseudônimo*.

Esta abordagem irá se debruçar sobre o binômio obra-autoria, no contexto dos vetores transversais e das mentalidades do tempo, no âmbito de um projeto pedagógico mais amplo de escolarização do estado mobilizador. Com efeito, a *Arte* foi, mais do que um compêndio oficial do reformismo pombalino, um liame de identidade e afirmação, em face do processo de valorização e institucionalização dos vernáculos europeus e da língua portuguesa, já que não era mais possível o controle de Babel pelo latim, como sugere Weedwood (2002).

Primeiras impressões

Em notável panorama respeitante ao saber e ao poder em Portugal no conspecto europeu, de 1620 a 1807, Gouveia (1993), preconizando como fio condutor da leitura o conjunto dos “sistemas do saber, que constelaram mundovisões, do humanismo formal da segunda escolástica ao iluminismo católico, enciclopedista e laicizante”, asseverou:

Ainda em 1759, o director-geral dos Estudos faz publicar a Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christãa, ler e escrever aos Meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da lingua portuguesa e sua Orthografia. A orientação aí explícita é de compromisso. Ao mesmo tempo que se procura fazer a doutrinação dentro do espírito da Igreja, usa-se o catecismo como texto para a aprendizagem da leitura e da escrita. Só em 17712 aparece uma gramática, oficialmente aprovada, para ser adoptada na aprendizagem do português. É seu autor António José dos Reis Lobato e o seu título *Arte da grammatica da lingua portugueza* (...) o corte com o mundo do catecismo tornava-se mais flagrante. Só com ele trabalhos pioneiros como o de Manuel de Andrade Figueiredo, a Nova escola para aprender a ler, escrever e contar, já publicado desde 1722, podiam aflorar com todas as suas indicações práticas, em que a aprendizagem da matérias ganhava especificidade própria, resgatada ao mundo do catecismo. (GOUVEIA, 1993, p. 436)

Em seu esboço da história da filologia portuguesa, Vasconcellos (1929), ainda que de forma muito circunscrita, propõe quatro períodos representativos. Lobato estaria inscrito *na transição para o 3º período*, fase do princípio do século XVIII até 1779, com a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Ao abordar-se de forma preliminar a *Arte*³, no entanto, causa estranhamento o fato de o autor de uma obra de vasto êxito editorial, para a qual não foi adversa a fortuna de reedições ou

2 Sobre o ano de publicação da *Arte*, Silva também prefere 1771: “não conheço edição mais antiga que a de 1771; essa reputo como a primeira, e d’ella conservo um nitido exemplar” (1924, p. 175). Assunção (1998), a partir de vasta investigação, afirma que, de fato, a edição *princeps* é a de 1770. O texto aqui utilizado é o de 1824, R, na tipologia de Assunção. Pode ter havido *gralha* na datação, como sustenta Amadeu Torres *apud* Ranauro (2015, p. 73). Na França pós-revolucionária, a obra de Lhomond, *Éléments de grammaire française* (1780), foi escolhida por uma comissão, em 1795, após *dois anos de reflexão*, como padrão de gramática escolar, contando com longevidade notável: “centenas de reedições ao longo de todo o século XIX”, de acordo com Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 190).

3 Como aponta Fávero, durante a Idade Média, a gramática se torna *arte* e “nesse sentido de gramática como uma das *Artes Liberales* que vamos ter, do Renascimento até o século XVIII, obras intituladas *Arte de Grammatica*” (2001, p. 62).

reimpressões, “a primeira a ser adotada oficialmente nas escolas”, como destaca Fávero (1996, p. 190), sob o beneplácito do poder, fundando o *corte* de que fala Gouveia, ser escamoteado nas obras de referência, com exceção de Inocêncio Silva. Isto, porém, não autoriza sequer o investigador a dizer: “não são abundantes os dados biográficos do autor...”.

O anonimato de Lobato, autor *exemplar* de uma obra saída do centro do poder, *mandada adotar nas escolas*, em todo o reino, incluindo o Brasil, por decreto de José I, para o ensino do vernáculo, como um dos pilares pedagógicos da reforma pombalina, pensamento serviçal do regime, para *adiantar a cultura da lingua Portuguesa*, de modo que, no reino e seus domínios, *possa haver vassallos uteis ao Estado*, de acordo com o pragmatismo pedagógico do tempo, é ruidoso, suscita a curiosidade e parece desconcertante. Tratava-se de um ilustre desconhecido superiormente dotado para congraçar uma renovação?

Zanon e Faccina destacam a resiliência da *Arte*, sublinhando que ela, “de forma continuada e sistemática, serve de base para o ensino de Língua Portuguesa, no período de 1770 a 1869, tendo sido a gramática mais editada em Portugal” (2004, p. 88), acrescentando, por fim: “ela foi uma obra inovadora para sua época”. Já Telmo Verdelho, citado por Gonçalves, salienta um aspecto da mudança do quadro pedagógico: a “democratização do acesso à palavra escrita para um alargamento da participação na vida pública” (1997, p. 43).

No século XVIII, esclarece Fonseca, atribui-se “modernidade aos tentames de reduzir a princípios a gramática portuguesa” (2006, p. 162), por isso, “a hora era de uma política de língua materna”. Com base na *representação do pensamento* e de seus preceitos lógicos, na análise de Moura e Cambrusi (2018), estabelece-se uma nova base para a gramática dita tradicional. Neste projeto, Fonseca acrescenta que está no auge o prestígio de Lobato e seu *ineditismo*, “uma vez fixada a sua *Arte* (...) como texto oficial para a escolarização da gramática portuguesa” (p. 163), tendo em vista o estabelecimento de uma nova norma.

Por outro lado, o manuseamento de uma gramática latina, *Novo Methodo da Grammatica Latina dividido em duas partes para o uso das escolas da Congregação do Oratorio*, 1860 (1ª ed. 1752-1753), do Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, da mesma Congregação, dá novo fôlego à investigação na medida em que o cotejo entre estruturas e definições das obras revela paulatinamente parecenças de superfície que não se mostram meramente acidentais. Tal é a problemática interna. Segundo opinião de Almeida (1970), no volume quarto de sua *História de Portugal*, Pereira foi “um dos mais profusos colaboradores do Marquês de Pombal” (p. 295).

Parece contraproducente admitir-se que o Pe. Pereira, homem de vastíssima produção e erudição⁴, de notória presença régia e membro integrante da Real Mesa Censória (RMC), desde a sua criação em 5 de abril de 1768, quando o rei decidiu restringir o poder decisório dos

4 A invulgar relação de seus trabalhos está registrada no *Catálogo das obras impressas e manuscritas de António Pereira de Figueiredo da Congregação do Oratório*, Lisboa, 1800. Gonçalves (2006) quantifica a vastíssima produção: 90 obras impressas e 52 manuscritos.

censores da igreja, tomando-o para si, na qualidade de um dos principais deputados ordinários, representante dileto de Sebastião José, autorizasse, com os outros dois censores, a publicação de uma gramática portuguesa *moldada* pelo *Novo Methodo*. Bessa-Luís, em provocativa reflexão, pondera: “alguém disse, duma maneira insidiosa e bela, que ter talento não é o suficiente: é preciso também licença para isso” (1990, p. 83).

Sobre o *modus operandi* rigoroso da RMC, Carreira revela:

quando um autor, impressor ou empresário, ou ainda qualquer outra pessoa, pretendia uma licença, para ler, imprimir ou representar qualquer obra, metia um requerimento à Mesa. Esta distribuía depois os assuntos aos censores, segundo as suas competências, os quais deviam dar o seu parecer por escrito, e obter o acordo de dois colegas, que subscreviam também o parecer. A Mesa deliberava, então, nas suas reuniões semanais, homologando sistematicamente a opinião expressa pelo censor designado”. (CARREIRA, 1988, p. 56)⁵

A competência da RMC abarcava, portanto, tudo que se referisse ao exame, aprovação ou condenação de livros e escritos, portugueses ou importados.

Cavalcanti (2004, p. 149) esclarece que a RMC, ademais, criou “instrumentos e canais de controle que rastreassem, por todo o Reino”, os livros e seus possuidores. Radicalizou a gravidade do processo, por força do edital de 10 de julho de 1769, ao intimar (e intimidar...) que livreiros, impressores, mercadores e pessoas encaminhassem a ela uma relação minuciosa, à maneira de um catálogo circunstanciado, das obras que possuísem e as eventuais licenças já outorgadas. Com isso, estendia sua capilaridade, em face da restrição de *fiscals* e da impossibilidade de torná-los onipresentes em todo o Reino.

Pode-se pensar em plágio nestas condições de produção e historicidade? Não seria o Pe. Pereira (autor de obras inclusive sobre língua portuguesa) um censor bastante capacitado para examinar uma gramática vernácula? Acresce um dado relevante, citado por Zanon e Faccina: “Assunção não localiza o pedido de autorização à Real Mesa Censória para publicação dessa gramática [a *Arte* de Lobato] o que ocorre com a obra anterior a esta” (2004, p. 85).

Deixada de lado, por ora, a possibilidade, pouco fiável ou aceitável, de Lobato ser um *ilustre desconhecido*, apesar de elaborar obra de larga difusão do saber reformado do regime pombalino até meados do século XIX, e, portanto, a coexistência de dois autores, afigura-se, pois, a hipótese de Antônio José dos Reis Lobato ser um dos pseudônimos criados pelo Pe. Pe-

5 A RMC remodelou o antigo sistema censorial português, integrado pelo Desembargo do Paço, pelo Ordinário e pela Inquisição. Das três esferas dependia qualquer concessão de licença (a licença da censura régia, a do Bispo e a da Inquisição); o fato de obter-se autorização em um órgão não significava necessariamente autorização no outro. A RMC era composta por *apaniguados* de Pombal e aos vendedores de livros defesos as leis eram severas: impunham, além do confisco, seis meses de cadeia; havendo reincidência, dez anos de degredo para Angola, como informa Azevedo (2004). Schaefer (1899) enumera a composição da junta: um inquisidor da Mesa do Santo Ofício, o Vigário Geral do patriarcado e um desembargador mais velho, além de dois deputados ordinários e outros cinco de nomeação régia.

reira. Por que razão? Com que propósitos?

Insera-se, pois, esta abordagem no âmbito da historiografia linguística setecentista. Nos termos de Fávero e Molina, citando Auroux, um domínio do “saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística” (2006, p. 24). Neste afã, vislumbram-se dois caminhos: um retrospectivo, o da memória, apontando o que um recorte da geração de setecentos legou, e um prospectivo, respeitante à recepção da obra/autor na tradição histórica. Visa a oferecer evidências a respeito de uma presumida identidade autoral ao estabelecer um contraponto entre excertos da *Arte* e do *Novo Methodo*, sob o quadro das *mentalidades* do século XVIII, em sua segunda metade, articulando a institucionalidade do saber e as realidades das formas de poder que subjazem a ele.

Aspectos do projeto pedagógico setecentista

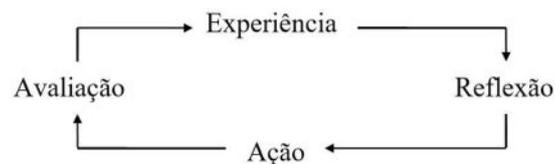
A educação sempre constituiu um território fronteiro, interdisciplinar, com seus aportes teórico-metodológicos orientados para diversos domínios. Um papel atribuído à *pedagogia revolucionária* de setecentos, a partir do regime pombalino, é o de delegar meios de conhecimento ao indivíduo. Mais ainda, quer prepará-lo para dar conta da produtividade social, quer construir em cada homem a consciência do cidadão, promover uma emancipação (particularmente intelectual) com fins universalizantes e indiretamente homologar classes sociais. Neste século reformador, política e culturalmente, esforça-se a pedagogia para construir “um homem-indivíduo que é um novo sujeito social, na nova imagem do Estado e da economia que vem romper definitivamente com a sociedade de ordem do *Ancien Régime*”, para Cambi (1999, p. 324). O aspecto utilitarista da educação, por isso, aparece consagrado na *Encyclopédie*, na qual se defende que a educação seja *útil à sociedade e ao Estado*.

Para tanto, as instituições educativas deveriam passar por transformações e ganhar autonomia, tendo em vista os princípios do *Ancien Régime*. Neste contexto, a escola, com seus instrumentos de ensino, renovou-se amplamente: “vai se laicizando, já que se estatiza, já que visa a formar o homem também e sobretudo como cidadão (deixando para o indivíduo particular o problema moral e da educação moral e religiosa, pelo menos como tendência ou princípio), já que é administrada por uma burocracia *ad hoc*”, para Cambi (1999, p. 327-328).

Instaura-se, pois, no século XVIII, uma nova ordem da pedagogia, base da modernidade: assume-se como sendo laica, racional e científica, norteada pelos valores sociais e civis, rigorosamente crítica em face das tradições, instituições e crenças educativas. Toda a espessura temporal (social, teórica, científica, prática) sujeita-se ao controle capilar do próprio saber e agir. Objetiva-se, por exemplo, na segunda metade do setecentismo português, à luz da *auctoritas* do modelo pombalino, a *reforma* da sociedade, tendo em vista a vertente educativa – sobretudo a partir da vertente educativa.

Apregoa-se a *pedagogia das luzes*, embora no setecentismo não exista formalmente ainda um sistema escolar orgânico, o que se nota também na sociedade portuguesa. Salienda Cambi a propósito que o modelo da *Ratio studiorum*, “malgrado o atraso da cultura que ele propõe, manifesta uma significativa eficiência, e sua substituição após a expulsão da Companhia de Jesus criará problemas de não pouca importância” (1999, p. 331).

A pedagogia inaciana exortava a consecução de um trabalho inspirado nos seguintes pressupostos, os quais teriam um efeito multiplicador no processo ensino-aprendizagem:



No projeto pedagógico inaciano, um currículo universal para as escolas dos jesuítas (Inácio de Loyola, segundo Cordeiro (2016, p. 27) “nunca, em nenhum momento, referiu-se aos membros do grupo como ‘jesuítas’”, designação tardia, usada quando o esforço missionário se notabilizou) foi consubstanciado de acordo com a *Ratio Studiorum*, espécie de código da educação, que chegou a se converter em norma rigorosa para todos os colégios da ordem, e “se desenvolveu e enriqueceu durante mais de duzentos anos”, na avaliação de Klein (2015, p. 104). A ordem exigia de seus adeptos um quarto *voto* (além dos tradicionais, *pobreza, obediência e castidade*): *obediência* papal. A pedagogia inaciana se inspira na fé, entretanto se assume também como profundamente humana, e, por conseguinte, universal. A conversão só era alcançada pela via do processo educacional, razão pela qual “os religiosos resolveram transformar o processo educativo em uma experiência de imersão”, para Cordeiro (2016, p. 15). Devia contemplar uma perspectiva do mundo e, também, uma visão da pessoa humana, para, com efeito, desdobrar os *talentos recebidos de Deus*, em relação às *tentações do mundo*. Neste sentido, uma compreensão reflexiva e vivificada pela contemplação, abarcando o corpo, a mente, o coração e a alma da pessoa humana é uma exortação básica.

No século XVIII, reformador, os jesuítas, não dispendo, é claro, de métodos formais, ou cientificamente comprovados, para emular e demonstrar esses objetivos espirituais, sofreram pesadas críticas, muitas das quais, por isso, inteiramente infundadas. Como é consabido, são acusados de escamotear a formação integral do *homem-cidadão*, de agenciar uma cultura estritamente de caráter humanístico-retórica, *antimoderna*, de deixar à margem a ciência do tempo. Voltaire, no *Dicionário Filosófico* (1978), ataca os jesuítas e a cultura religiosa que propõem como modelo formativo do cidadão setecentista, contrapondo, em acordo com a *Encyclopédie*, um saber útil, uma formação laica e fiel ao Estado.

No bojo reformista da difusão das *Lumières*, fomentado pelo *ódio ideológico* de Verney, criticam-se os *curricula* e os meios de sua instituição, como os tratamentos gramaticais: “de-

nuncia-se a corrupção da educação moral, o fato de ‘reduzir tudo a práticas exteriores’ e o papel central atribuído a ‘meditações e catecismos’”, segundo Cambi (1999, p. 332). Há *queixumes* por toda a parte apontados para o que se acreditava ser um “systema defeituoso e nocivo de ensino apoptado pelos jesuitas durante o tempo em que eram elles os que forneciam e guiavam a instrução”, no dizer de Schaefer (1899, p. 183). O mesmo autor acrescenta quanto ao *ensino da lingua patria*: “era descuidado, por motivo da preferencia dada ao ensino das línguas mortas” (p. 184).

Cavalcanti (2004, p. 158) ressalta que “pouco antes da lei que expulsou a Companhia de Jesus do território de Portugal e de suas colônias em 3 de setembro de 1759, o rei D. José I criou, com o alvará de 30 de junho do mesmo ano, as normas de funcionamento das aulas régias”, com o intuito de preencher o vazio educacional. Outra lei, por meio do decreto de 6 de junho, estabeleceu a função de diretor-geral de estudos, para a qual foi designado o principal membro da Igreja de Lisboa e do Conselho de sua majestade, D. Thomaz de Almeida, que ficará à frente da nova política do ensino. Esboçou-se uma radical mudança na orientação pedagógica: passa-se do viés jesuítico para a visão de mundo oratoriana, mais moderna e iluminada, com a instituição de nova metodologia acompanhada da relação de livros a ser adotada. Uma das obras chanceladas foi o *Compêndio* do Pe. Pereira.

D. Thomaz divulgou edital para concurso público dos docentes régios, aqueles com *vidas e costumes exemplares, decência e erudição conhecida*, para o *feliz progresso de um estabelecimento glorioso*, como destaca Cavalcanti (2004, p. 159), a fim de eliminar qualquer vestígio do método jesuítico. Por isso, os mestres deveriam estar afinadíssimos com a filosofia educacional vigente, daí o prestígio de que gozavam, embora fossem remunerados com valores muito aquém de outros cargos centrais do regime. Com a extinção da Diretoria Geral de Ensino, por determinação do alvará de 5 de junho de 1771, a RMC passou a administrar o ensino, sob a direção do Pe. Manoel do Cenáculo Vilas-Boas. O aparato educacional aperfeiçoava sua rede tentacular.

Tal é a problemática externa à elaboração da *Arte*. Qual é o papel deste compêndio para os desdobramentos das reformas e transformações em Portugal da segunda metade de setecentos, voltadas para o fomento da instrução pública que passa a ter força de lei?

Sobre Lobato e a Arte

Com o intuito de capitalizar conhecimentos a respeito do autor, debruçou-se a pesquisa sobre algumas obras de referência, fontes da memória do tempo. Para tanto, a inventariação contemplou o *Lello Universal*, o *Grande Dicionário Enciclopédico Verbo*, a *Enciclopédia Verbo* (duas edições), a *Enciclopedia Espasa*, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Neste recenseamento, não se encontrou qualquer verbete específico sobre o autor⁶. Trabalhos congêneres, o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Serrão, o *Dicionário Ilustrado de Portugal*, a *História de Portugal* (dita de Barcelos), a *História de Portugal*, de Serrão, e a *História de Portugal*, coordenada por Mattoso, apenas se referem a Lobato como autor de uma *Arte*, sem considerações a propósito de sua identidade.

Para a biografia, foi compulsado, também, Silva, que, aliás, cita Lobato, mas brevemente alude: “ainda ignoro a sua naturalidade e nascimento, bem como a data precisa do seu obito. Poude apenas colligir que falecera nos primeiros annos do corrente seculo [XIX], havendo quasi a certeza de que já era morto em 1804” (1924, p. 175). Menciona que Lobato teria sido Bacharel, provavelmente, em Leis, por Coimbra, e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Verdelho apenas indica: “António José dos Reis Lobato (1721-1803?)” (1995, p. 21). A datação relativa ao nascimento de Lobato é a mesma já perfilhada por Vasconcellos:

“Reis Lobato (1721) foi em gramática um instrumento do Marquês de Pombal nas obras de reforma contra o ensino jesuítico; discípulo das doutrinas de Sanches, Perizonio, Vossio, Sciopio e Lancello (indicação de erudição e vanguarda), combate duramente a Grammatica do Pe. Bento Pereira, só porque este seguiu o método de Alvarez, reprovado por el-rei D. José”. (VASCONCELLOS, 1929, p. 867)

Não há menção ao ano de falecimento do autor. Fávero afirma que “a gramática de Reis Lobato pouco ou nada apresenta de novo” (1996, p. 201), o que, por si só, é discutível, porém não se refere a dados biográficos autorais.

Por que Vasconcellos e Verdelho indicam 1721 como sendo o ano de nascimento de Lobato, já que Silva não alude ao fato? Qual a fonte autoral? Ao presumir ao redor de 1803 a morte de Lobato, Verdelho ao que parece está sob a batuta de Silva. Como, porém, Silva chegou a *coligir* esta data? Os dados de Vasconcellos e Verdelho parecem de segunda mão.

Seja como for, pareceria que somente uma pesquisa *in loco*, consubstanciada por documentos primários, poderia lançar novas luzes relativamente à identificação do autor. Considerando o intervalo histórico aduzido por Verdelho, mesmo que sem respaldo factual, e as indicações de Silva, caberia um levantamento, na Universidade de Coimbra, a fim de verificar uma possível matrícula do Bacharel Lobato, bem como uma busca nominal nos livros dos membros da Ordem de Cristo, na Torre do Tombo.

Foi o que levou a efeito Assunção (1998). Após investigar os dados pessoais de tão ilustre desconhecido, não com alguma frustração, por certo, informa: “nada encontramos sobre o nascimento de António José dos Reis Lobato”. Ademais, nada foi localizado por Assunção na-

6 Bastante referido é o Pe. António dos Reis (1690-1738), professor de Teologia, historiador e cronista, integrante também da Congregação do Oratório a que pertenceu o Pe. Pereira. Segundo Andrade, “muito versado nas línguas it., esp., fr., tb. sabia gr. e ing. Falava o lat. como a língua pátria” (1974, p. 196).

quelas outras esferas: livros de Ordem de Cristo, Livro das Mercês e das Chancelarias Régias de D. João V e D. José I, livro das matrículas – Mesa da Consciência e Ordens – da Universidade de Coimbra.

Por ora, não são encontradas maiores provas a respeito da existência de Lobato. Pode ser que o autor tenha existido, mas, por razões obscuras, foi ignorado pela tradição histórica.

Inferências à parte, diante destas lacunas e incertezas, foram aventadas três hipóteses por Assunção (1998), por certo o mais abalizado investigador do tema:

- (i) A existência de Lobato, sem qualquer dado factual que a corrobore;
- (ii) O nome *António José dos Reis Lobato* ser mero pseudônimo. Neste caso, de quem?
- (iii) O nome *António José dos Reis Lobato* ser criação do Marquês de Pombal, o que parece ser menos provável.

Tendo em vista a triangulação sugerida por Assunção, parece lícito suspeitar-se que António José dos Reis Lobato seria meramente um *pseudônimo* do Pe. Pereira⁷. Por quê? A presente investigação tem a presunção de suscitar evidências a propósito desta hipótese, que fica um pouco mais robustecida a partir da colação de fragmentos da *Arte* e do *Novo Methodo* e por conta de certos vetores do contexto histórico de Portugal da segunda metade do século XVIII. Por força do Alvará Régio, datado de 30 de Setembro de 1770, como ensina Schaefer:

se ordenava que os professores de latim, para a admissão dos alumnos na sua aula, lhes deviam ensinar seis mezes antes a grammatica portugueza composta por Antonio José dos Reis Lobato, a qual foi approvada por el-rei para uso d’essas aulas por causa do methodo, da clareza e da boa ordem com que estava escripta. (SCHAEFER, 1899, p. 184)

Como a *Arte* obteria estes predicados com um aparato redacional tão estreitado àquele do *Novo Methodo*, em um quadro tão vigoroso de controle textual e autoral?

Uma convicção a respeito de uma identidade seria extemporânea no momento e poderia induzir um pesquisador/leitor, na melhor das situações, ao erro. Muitos fatos da contextura da época permanecem opacos ou simplesmente imersos. Não é fácil rasgar o pano de fundo fielmente tecido entre o saber e o poder na ânsia de controle da verdade. Parafraseando Bessa-Luís (1992, p. 270), recolheram-se só alguns homens e um enigma; e alguns nomes estampados em

⁷ A prática do pseudônimo é largamente difundida no século XVIII. Em relação aos membros da Arcádia Lusitana, fundada em 1756, Carreira esclarece: “todos adoptaram criptómenos (...). Também os árcades nunca faltaram com seu apoio à política de Carvalho e Melo, que assistiu mesmo a algumas sessões em companhia de D. José. De resto, quase todos dedicaram obras ao rei ou ao seu primeiro-ministro” (1988, p. 16). Andrade acrescenta: “algumas sessões públicas da Arcádia Portuguesa efectuaram-se na sala da biblioteca [da Congregação do Oratório]. Nesta casa estiveram reclusos Anastácio da Cunha e Bocage” (1982, p. 439). *O Verdadeiro Método de Estudar*, 1746, foi escrito sob o pseudônimo de Pe. Barbadinho. Cândido Lusitano é pseudônimo conhecido de Francisco José Freire. O Pe. Pereira, como será visto, lançou mão de tal procedimento mais de uma vez.

gramáticas.

O Novo Methodo... do Pe. Pereira

O autor e a época

Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797), sob orientação jesuítico-escolástica, estudou latim, latinidade e música no Colégio de Vila Viçosa. Em 1737, ingressou no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como organista, para continuar a formação regular. Retira-se, porém, em 1744, com o fim de vestir a roupeta⁸, como os jesuítas, já que não tinham hábito próprio, aos 19 anos, na Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório de S. Filipe Néri⁹, em Lisboa. O nome *Oratório* provém do local adaptado na Igreja de São Jerônimo, em Roma, onde se agregavam seus primeiros adeptos para orar e cantar as vésperas.

Estabelecidos na Casa N. S. das Necessidades, sob a proteção do rei D. João V, os oratorianos, como informa Andrade (1982), basicamente, dedicavam-se ao necessário para o labor eclesiástico: três anos de Filosofia e quatro de Teologia. Impunha-se, todavia, uma condição básica para matrícula: o conhecimento de latim. Segundo Andrade, havia uma “afeição pelo jansenismo¹⁰, mal aflorado em Portugal” e um certo “pendor para o quietismo” (1982, p. 691). Em relação ao método de ensino, são frisantes a intenção de simplificar o estudo do latim, conciliar a lógica aristotélica com a *moderna* de Port-Royal e priorizar o ensino das ciências em uma perspectiva experimental. Para Cidade,

“não admira, assim, que o Oratório, mesmo sem a protecção do Estado, suplantasse pedagogicamente a Companhia. Esta teimava em defender o último reduto da exaurida Escolástica; aquele trazia novas noções e sistemas às novíssimas curiosidades intelectuais”. (CIDADE, 1948, p. 133)

A Congregação, portanto, aglutinava esforços em torno da renovação filosófica e pedagógica em Portugal, tão ao gosto dos *estrangeirados*, como *Pombal*, que em sua formação pôde amalgamar “vasto repertório de idéias emprestadas”, conforme reflexão de Bessa-Luís (1990, p. 157). Neste clima epocal, Bessa-Luís também sugere: “a nobreza espia o momento de se introduzir no campo das Letras (...) para procurar aí uma identidade nova que lhe permita

8 Andrade salienta: “os Oratorianos envergavam uma roupeta parda durante o ano do noviciado, substituída ao fim, no caso de o candidato ficar aprovado, pela roupeta preta, que em processo pombalino se identifica com a dos Jesuítas” (1982, p. 492). Seu estatuto determinava ademais: *mande-se que os vestidos dos Congregados seja de uma pano vil*, como informa em apêndice Lima (1980).

9 A Congregação do Oratório, fundada em Roma por S. Filipe Néri, em 1565, foi aprovada por Gregório XIII e ratificada por Paulo V. Atribui-se ao P. Bartolomeu do Quental a implantação da ordem em Portugal, em 1668.

10 Na visão de Almeida, esta doutrina “servia admiravelmente ao Marquês de Pombal para a realização do sonho da onipotência política, desde que os jansenistas, vencidos nas lutas teológicas se tinham mancomunado com o poder real na luta contra a Santa Sé” (1970, p. 342). Bassetto e Murachco, no *Prefácio à Edição Brasileira* de Arnauld e Lancelot (1992) também abordam com detalhes o jansenismo (e os estados da Graça e da Predestinação).

sobreviver, mais do que restaurar as suas prerrogativas” (1990, p. 17).

A partir de 1750, na Real Casa das Necessidades, instaura-se novo período na história dos oratorianos¹¹. Por esta época, adquirem fama de bons pedagogos, o que suscitou acaloradas polémicas e disputas ideológicas com os jesuítas, até 1759, quando estes e seus saberes balizados pela *Ratio Studiorum* são expulsos, em atitude emblemática de animosidade e ressentimento do poder refundador. Para Azevedo, este menoscabo com os jesuítas é um projeto para generalizar a ideia de que eles “tinham derruído a mentalidade portuguesa, como se outras causas não houvesse para explicar a decadência (...) da Nação” (2004, p. 348).

Ironicamente, comenta Wright, “o país de onde tinham embarcado as primeiras missões jesuítas, mais de dois séculos antes” (2006, p. 180), é o primeiro a banir os religiosos do seu território e sua *metodologia*, circunstância também destacada por Venturi (1991). De acordo com o pensamento de Hazard, no século XVIII, “a Europa procura a sua unidade, é um facto certo; que, ao mesmo tempo, ela se divide, não é um facto menos constante” (1974, p. 302). Por ocasião do terremoto de 1755, certos jesuítas falaram em *intervenção divina*, como punição oportuna pra os pecados de *Portugal*, o que provocara reações e interpretações (*basófia supersticiosa*) das elites governamentais. Rumores (infundados) de supostas *riquezas* jesuíticas escondidas e um plano (não comprovado) de estabelecimento de um Estado dentro do Estado serviram também de suporte para a onda antijesuítica. Abre-se, pois, um processo de audácia e clamor *crítico*: os jesuítas são acusados de “haverem legado uma sociedade imperfeita toda ela de ilusões e sofrimentos”, conforme Hazard (1974, p. 302). A suposta participação dos jesuítas no atentado contra D. José I fora também lembrada. Em 1759, portanto, toda a Companhia fora formalmente expulsa do país e em setembro os navios com os jesuítas deixam Lisboa em busca de abrigo nos estados papais¹². Na concepção de Rudé, o Marquês “pôs em prática estas medidas empregando um máximo de crueldade e um mínimo de subtileza ‘filosófica’” (1988, p. 153).

Enquanto isso, os oratorianos ampliaram paulatinamente as ofertas para alunos externos e se definem com rigor as disciplinas curriculares ministradas na nova sede, como resenha Andrade: “quatro classes de ensino: a primeira de Doutrina Cristã, ler, escrever e contar; a Segunda, de Gramática e Retórica; a terceira de Teologia Moral e a quarta, de Filosofia” (1982, p. 414). O autor complementa: “foi notável a biblioteca que conseguiram reunir (de que se conservam

11 Bessa-Luís, a propósito, discorre: “são eles [os oratorianos] os que dão o tom à cultura portuguesa do século XVIII e até à sua política. Também Sebastião José é um estrangeirado, um protegido dos oratorianos, congregação que faz ponto de honra das ideias novas” (1990, p. 92).

12 Em janeiro de 1759, os padres foram confinados às residências e os seus bens confiscados; um decreto de setembro do mesmo ano determina o banimento definitivo dos jesuítas (a permanência em território português estava sujeita à pena de morte). Acrescenta Wright alguns dados sobre este processo de exílio: “ao todo, aproximadamente 1.100 jesuítas seriam banidos e outros 259 seriam encaminhados para as prisões de Pombal. Nos meses e anos seguintes, a onda de choque se deslocaria pelo mundo” (2006, p. 182), abarcando também as possessões portuguesas ultramarinas.

os catálogos onomástico e ideográfico) e facultavam ao público” (p. 438). Cidade é mais específico: a Congregação teria sido “como nenhuma ordem religiosa apetrechada de material pedagógico (...) (1948, p. 132). Informa o Pe. Pereira de Figueiredo, que foi dos oratorianos mais distintos, possuir ela uma biblioteca de não menos que 24.000 volumes”, sem falar em uma tipografia própria. Este religioso, mais tarde, lecionou, na Congregação, Teologia (1762-1766), depois de ensinar Latim e Retórica, e elaborou inúmeros trabalhos de teor pedagógico, de acordo com um programa da ordem. Até 1768, suas obras eram assinadas apenas com dois nomes, *Antônio Pereira*, tendo em vista os estatutos vigentes.

Neste mesmo ano, por determinação expressa de Pombal, que, antes, havia acolhido os oratorianos na luta contra os inacianos, as aulas da ordem foram encerradas. Como lembra Andrade, “havia, porém, um oratoriano que servia o Governo com fidelidade” (1982, p. 432). Propõe Andrade que a aniquilação dos nêris foi motivada pelo “pretexto de inconfidência e ensino de doutrinas perniciosas à mocidade e adesão ao bispo de Coimbra” (p. 691). Para um biógrafo do Pe. Teodoro de Almeida, nasceu um fidalgal ódio em Sebastião José pela recusa da Congregação em fornecer acomodações *decentes* (e independentes da comunidade) para os dois filhos do ministro que haviam ingressado na ordem. Andrade rejeita tal suposição por entender que

“Pombal não costumava cair em ingenuidades e sabia muito bem revestir as suas causas de motivos aparentemente fortes, por exemplo, de ofensa à Majestade Real. Neste caso concreto repetiu o ‘crime de inconfidência’ e o perigo das idéias de ‘moral inficionada dos Jesuítas’”. (ANDRADE, 1982, p. 422)

Ato contínuo, salienta Andrade que “D. José determinou que Pereira de Figueiredo saísse da Congregação em 3 de janeiro de 1769” (p. 430), para ocupar o cargo de oficial de línguas (tradutor), na Secretaria de Estado, sob a chancela indômita de Pombal. Para Andrade, ao abandonar o hábito religioso para ser investido em um cargo público administrativo, por conta de uma *raison d'état*, o Pe. Pereira passa a ser *Antônio Pereira de Figueiredo*, o que se tratava de mero pretexto que deixava transparecer uma intenção fulcral: integrar oficialmente ao poder um “teólogo-político que tanta falta fazia para fortalecer o regalismo num país católico” (p. 431).

Já em 1761, por ocasião do conflito diplomático entre a Santa Sé e Portugal procedera à defesa do governo contra a cúria romana. Em 1765, defendeu algumas teses a respeito da supremacia do poder real. *A Tentativa Teológica*, de 1765, livro traduzido para diversas línguas e, para Almeida, que “alterava a história e o direito canônico” (1970, p. 342), expõe suas teses episcopalistas: para ele os bispos são legítimos sucessores dos apóstolos, o que acaba por reduzir a longa tradição da autoridade pontifical. Algumas de suas obras foram condenadas pela Congregação do Índice, em Roma, como as teses *De suprema Regum* e a *Análise da Profissão de Fé de Pio IV*. Sua teologia positiva e exegética se aproxima de posições iluministas, no tocante à exposição das matérias e ao método de ensino. Para este *canonista ao serviço do governo*, como o encara Azevedo (2004), aos reis é lícito também exigir dos membros do clero o pagamento de impostos e tributos, já que, para ele, tais privilégios não provêm do poder divino.

Por tais iniciativas demolidoras, Pombal passou a considerá-lo com apreço. Por isso, Schaefer o saudou como “theologo tão esclarecido quão liberal e ousado” (1899, p. 192). Figueiredo corporificou um pilar para a inculcação das reformas em voga de consolidação do aparelho de estado, o que lhe valeu uma nomeação de deputado ordinário na RMC, instituída em 1768¹³, que passa a aglutinar os mecanismos remanescentes da censura. Figueiredo integrou também a junta responsável pela arrecadação do imposto denominado *Subsídio Literário* (que recaía sobre artigos de consumo, como vinho, aguardente e vinagre), estabelecido em 1772, para cobrir despesas do projeto pedagógico pombalino¹⁴. Para Schaffer (1899, p. 185), entretanto, não passou de um *tributo insignificante*: a cobertura era limitada e os salários pagos aos novos docentes, abaixo do padrão de outros cargos régios. Gonçalves salienta que, em todo *serviço*, Figueiredo pôs “uma vasta erudição, marcada pelas ‘luzes da razão’” (2006, p. 136). Por tudo isso, Almeida reitera que ele foi um dos *mais profusos colaboradores do Marquês* (1970, p. 342).

Com a deposição de Pombal do governo¹⁵, ainda se manteve por algum tempo fora do convívio dos néris. Em 1779, foi nomeado para a Academia das Ciências na qual foi responsável pela classe das *ciências morais e físicas*, mas também se notabilizou pelas comunicações apresentadas sobre história antiga e língua portuguesa. Só em 1785, Figueiredo, abatido por forte neurastenia (por diversos períodos de sua vida havia adoecido gravemente), retornou como hóspede para a Casa das Necessidades. Ao que parece, não se retratou de suas célebres

13 Em 5 de abril de 1768, seguindo a orientação de Carreira, no preâmbulo da lei que cria a RMC, “os jesuítas são acusados de todos os males” (1988, p. 52), mormente por influenciarem a Inquisição, o Ordinário e o Desembargo, órgãos máximos do sistema censorial que esta lei vem pôr termo. Tudo está previsto: “que nenhum mercador de livros, impressos, livreiro ou vendedor dos referidos livros, em papéis, ouse vender, imprimir e encadernar os sobreditos livros, ou papéis volantes por mínimos que sejam, sem aprovação e licença da sobredita Mesa” prevê o texto citado por Carreira (1988, p. 53). Em 18 de maio de 1768, foi estabelecido o regimento da Mesa, estampando 17 regras que especificavam os *motivos* pelos quais as publicações devem ser proibidas. A censura sofre um adensamento. Daí a constatação de Carreira: “é completamente impossível não cair sob a alçada de qualquer de uma destas alíneas. Veja-se esta frase, que se encontra na 16ª regra: ‘condenando todos os livros e obras que se fundarem sobre a simples autoridade das opiniões’, não só como favorecedores da ignorância, mas também como perniciosíssimos à Igreja e à Monarquia” (1988, p. 58) (grifos para destaque aqui).

14 Serrão menciona o *novo arranque, uma glória do governo josefino*, proporcionado por este apoio financeiro, tendo em vista a cobertura pedagógica efetuada: “num total de 837 postos de ensino, criaram-se 479 lugares de ‘mestres de ler, escrever e contar’, 236 de professores de Gramática Latina, 38 de Língua Grega, 49 de Retórica e 35 de Filosofia. Todas as cidades e vilas ficavam a dispor, pelo menos, de um mestre de primeiras letras” (1982, p. 257).

15 O sensível painel que Bessa-Luís traça a respeito da queda do regime é, a um só tempo, histórico e humano: “A queda dum grande homem é mais impressionante do que a sua ascensão. Nela se resolvem todos os prodígios do poder, o seu discurso, a sua misteriosa confabulação com o destino, os seus silêncios vegetais (...). Sebastião José cai no dia em que o Rei, envenenado com os unguentos, a língua inchada, a voz emudecida, deixa de poder chamá-lo ou deixa de o encarar como a vara do seu poder. Enigmático mesmo na morte, D. José conduz-se duma maneira estranha quando faz aquele célebre gesto que proíbe o Ministro de entrar no seu quarto. Não pode ser ingratidão e repúdio; é mais um pudor sombrio, porque o decreto da regência fora cancelado e ele já não é mais Rei” (1990, p. 217).

doutrinas acerca da supremacia do poder real ao nuncio, D. Bartolomeu Pocea¹⁶.

O teólogo, latinista, historiador, tradutor, professor, pedagogo, organista, compositor e ex-ocupante de estratégicos cargos administrativos, de infância pobre e humilde, solicitou reingresso na Congregação e nela é readmitido, em 1797, para vestir a roupeta dos Nérís, apenas dois dias antes de falecer, na pobreza, aos 72 anos. Conclui, em nota, Andrade sobre a epopéia deste homem-piano, com um rol de títulos e espírito reformista: “foi pasmoso o sucesso alcançado por Pereira de Figueiredo dentro e além-fronteiras” (1982, p. 431).

A gramática e suas vicissitudes

Uma das diretrizes dos oratorianos foi editar compêndios para seu corpo discente. Em 1746, publicam o trabalho fundador, conforme Andrade, “o primeiro livro didático para o 2º grau do método a instalar na Casa de Nª Sª das Necessidades” (1982, p. 537). Trata-se do *Novo Methodo para Grammatica Latina*, do congregado Pe. Manuel Monteiro. Consagrado latinista, obteve qualificação para concluir a monumental obra do Pe. Antonio do Reis. Entretanto, Andrade salienta sobre a gramática do Pe. Monteiro: “não agradou mesmo aos de casa” (1982, p. 438). E mais adiante: “não foi bem acolhido o *Novo Methodo*, já porque logo no título se distinguia do velho, ou seja, da *Arte* do jesuíta Manuel Álvares, já porque o revisor deixara passar gralhas comprometedoras”. Vale lembrar a aceitação do texto alvarista em suas 320 edições. Por esta época, os jesuítas eram o *perpétuo inimigo que importava combater*, no dizer de Azevedo (2004, p. 294). A segunda parte saiu a lume em 1749, embora a licença seja de 1740 (é provável, pois, que tenha havido empecilhos para a publicação). Os dois tomos foram dedicados a D. João V, mecenas dos oratorianos nesta fase.

Em 1752, na mesma Casa das Necessidades, toma corpo o *Novo Methodo*¹⁷, do Pe. Antonio Pereira (o nome do autor de fato é omitido), a *artinha do padre Pereira*, como era por vezes conhecida a obra. Em prólogo hiper crítico e bem objetivado de 107 páginas, elenca mais de 150 erros na *Arte* do Pe. Manuel Álvares¹⁸, sempre um alvo predileto. Azevedo informa que, em

16 Uma retratação formal foi desmentida pelo sobrinho de A. Pereira de Figueiredo.

17 Segundo Cárdenas, na *Introducción* de Sanchez de las Brozas (1976), o Brocense partira também da premissa de que possui um *método nuevo*. Para Foucault, a *Grammaire* também “marque une transformation dans le savoir grammatical.(...) un nouvel espace épistémologique, un nouveau mode d’apparition des objets grammaticaux, un nouveau statut pour leur analyse, une nouvelle façon de former les concepts” (1969, p. xxvi). A intenção de separar o *velho* do *novo* está, pois, bastante difundida nos discursos.

18 A gramática de Álvares (1ª ed. 1572) enquadra de forma peculiar a língua do saber: decorava-se o latim. Aprender significava operar mentalmente com o retido na memória. Gouveia também salienta que “a *Arte* de Álvares (...) vinha cobrindo (...), todo o mapa português e europeu (...). O Estado procurou impor as suas razões, mas as edições clandestinas da *Arte* quinhentista continuaram a circular” (1993, p. 437). Já Bessa-Luís suscitara a respeito de uma primeira atividade gramatical portuguesa: “a falta de contacto com a cultura europeia acabou por produzir um estilo de letrado apenas obstinado na máquina gramatical e sem qualquer agilidade de pensamento” (1990, p. 166).

1765, o contato/comércio com a obra alvarista era severamente punido: “trinta dias de cadeia e multa pecuniária [aos] mercadores culpados de empeçonharem a mocidade com as regras do padre Álvares” (2004, p. 349). Para Bessa-Luís algo é indispensável: “não ter contemplações com os jesuítas” (1990, p. 179). O volume dedicado à sintaxe aparece no ano seguinte. Andrade (1982) frisa que a primeira parte ensejou pesada oposição, ainda em 1752, em obra anônima¹⁹ que deixou bem claro o tom jocoso da crítica na folha de rosto:

Novo Methodo ou Arte das Necessidades. Offerecida aos que cursam nas Escolas das mesmas, pelos curiosos da grammatica mais corrente. Obra necessaria e proveitosa que athegora se não tirou a limpo. Expedida na Officina secreta do Cano Real. Na Travessa dos Agachados, junto ao Beco dos Espremidos. Achar se há na Rua atrás dos Aljabebees, ao pé do muro. Sevilha, 1752. 8 páginas²⁰. (ANDRADE, 1982, p. 541)

Também com fictício lugar de edição, publica-se outro folheto, *Mercurio Grammatical*, com autor escondido no pseudônimo Philiarco Pherepono²¹, Augusta, 1753, contra o qual reagiu o oratoriano Pereira: “mostraremos a sem razão, as calúrnias, as falsidades que contra o *Novo Methodo* se publicarão ha pouco”²². Andrade (1982, p. 542) menciona *outras verrinas* que à época se publicaram, com o escopo de desconstruir a obra de Pereira, como o *Anti-Prologo Critico e Apologetico* (...), por Manoel Mendes Moniz, Lisboa, 1753. Pe. Antônio Pereira, sob a forma de um pseudônimo, Francisco Sanches, em resposta metódica, contra-argumenta no folheto *Defensa do Novo Methodo da Grammatica Latina contra o Anti-Prologo Critico*, Lisboa, 1754. Sem data e também escondido por pseudônimo, Francisco Urbano do Amaral, inscreve-se na crescente polêmica a favor do método alvarístico a *Defensa Apologetica da famosa e nunca assás louvada Arte Latina do grande padre Manoel Alvares* (...), 1753. De um crítico que não ocultou a identidade, o *mestre de gramática* José Caetano, em 1754, surgiu um *Juízo Grammatical* ...

A propósito do exasperado debate deflagrado pelo *Novo Methodo* do Pe. Pereira, Andrade acrescenta: “em pugna tão apaixonada e violenta não faltou quem, logo de início, procurasse enveredar por senda conciliadora, com o opúsculo *Acordo Engenhoso* (...), Lisboa, 1752, cujo autor, Amaro de Reboredo, revelou-se um oportuníssimo pseudônimo” (1982, p. 543). Sobre o calor da celeuma, Andrade (1982, p. 544) reflete:

19 Teria sido um jesuíta de Braga.

20 Uma primeira contenda entre gramáticos latinos em Portugal é lembrada por Rosa (2006a): “a obra de Pastrana [*Compendium grammaticae*] e de seus seguidores conheceria um crítico acerbo ainda no século XVI, Estevão Cavaleiro (...) autor da *Noua grammicae Marie Matris Dei Virginis ars* (...1515). Inimigo pessoal de Rombo [professor de gramática da Universidade de Lisboa e comentador de Pastrana], Cavaleiro e sua gramática seriam expulsos da Universidade de Lisboa, e a briga entre ambos tornar-se-ia um caso policial”.

21 Atente-se com Andrade que “na Casa de N^a S^a das Necessidades se atribuía a autoria, sem dúvidas, ao jesuíta Paulo Amaral” (1982, p. 542).

22 Citação de Andrade (1982, p. 542).

o modo como o novo método se apresentou em público foi, porventura, o factor mais poderoso que desencadeou a tempestade. Contestações a variados pontos de Álvares já haviam aparecido antes (...). O afã de ostentar erudição e tomar posição certa em divergências que havia muito lavraram entre os mais notáveis gramáticos, é que exacerbou os antagonistas de Pereira, que já andavam, alguns deles, envolvidos na polêmica do Verdadeiro Método de Estudar²³. (ANDRADE, 1982, 544)

Assim, segundo Andrade, ainda que eivado de muitos atropelos, “outro caminho ficou aberto no ensino do latim que, se não surgiu então pela primeira vez, era agora aceite em muitas escolas” (1982, p. 546). Em 1754, apareceu a segunda edição do *Novo Methodo*, em um único volume, como nas seguintes; a 3ª, sem a refutação ao referido *Mercurio Grammatical*, em 1756, estampa pela primeira vez o nome do autor, *Pe. António Pereira*. A sétima edição, de 1779, vinte anos após a expulsão dos jesuítas, e aparentemente com a situação mais pacificada, aboliu o longo excurso crítico da primeira parte, “por se encontrar ‘já tão introduzido e aceito nas escolas o *Novo Methodo*’ que havia cessado as causas da sua oportunidade, não servindo mais, a partir deste momento, que para aumentar o volume e torná-lo mais dispendioso ao público”, na dicção abalizada de Andrade (1982, p. 546).

De fato, o *Novo Methodo*, a despeito da tentativa de *emendar o que fosse incorreto e simplificar a matéria*, para Inocêncio Silva, foi “tido por impróprio para o ensino e vicioso por sua redundância e por ser *carregado de notas* (grifado aqui), posto que eruditíssimas, fora do alcance dos estudantes²⁴, e podendo só servir a pessoas mais adiantadas”²⁵.

Isto não deve ter escapado ao Pe. Pereira, um hábil pedagogo da teorização gramatical. Por conveniência, foi publicado o *Novo Methodo* (...) reduzido a compêndio (1758), com a indicação para *uso nas escolas*, na edição de 1759, por decreto oficial (as outras obras recomendadas no texto da lei eram os *Exercícios* (...), o *Novo Methodo* (...) e a *Coleção de palavras familiares* (...), todas do Pe. Pereira, e a *Grammatica*, de Félix Mendes). O Pe. Pereira, com efeito, se insere na esfera do poder como autor e pedagogo; sua faceta de ideólogo-teólogo-político também logo será requisitada.

O *Novo Methodo* e a *Arte* em confronto

A modo de questionamento para estudos comparativistas mais abalizados sobre uma possível identidade autoral, com argumentos mais lúcidos e ponderações menos fixas, ensaia-se

23 Verney, também anonimamente, lançara em Barcelona, 1758, uma *Gramática Latina*. Com a expulsão dos jesuítas e a reforma dos estudos menores, esta obra foi preterida por outras adotadas oficialmente, as do Pe. Pereira e a de Antônio Félix Mendes, outro oratoriano (a que Lobato se refere como seu *mestre* de gramática na *Introdução da Arte*).

24 A experiência pedagógica do Pe. Pereira suscitara: “em 9 ou 19 meses pode qualquer estudante hábil e curioso fazer-se senhor dele e entrar logo a traduzir os autores latinos”, como cita-o Andrade (1982, p. 546).

25 Em citação de Andrade (1982, p. 546).

aqui uma breve confrontação entre as duas gramáticas, para mapear as linhas de força das codificações linguísticas internas. Não se trata, por isso, de uma confrontação de méritos, apenas uma singela acareação cônica da falta de completude, a fim de inspecionar até que ponto os autores podem ser posicionados em quadros de saber distintos ou não. Os excertos são transcritos literalmente. Os números correspondem às páginas das edições utilizadas.

Definições e conceitos em confronto

<i>Novo Methodo</i>	<i>Arte da Grammatica</i>
<p>A Grammatica Latina é uma Arte, ou Collecção de regras, e preceitos, que ensinão a fazer com acerto, e livre de erros a Oração Latina. v</p> <p>(...) se chamão vogaes, ou vocaes, (...): porque cada uma por si pode fazer som perfeito. v</p> <p>(...) Ditongos resultão de duas vogaes diversas. vii</p> <p>As Vozes de que como partes, póde constar a Oração Latina, se reduzem commumente a oito: a saber, Nome, Pronome, Participio, Verbo, Preposição, Adverbio, Conjuncção, Interjeição. viii</p> <p>O Nome é uma voz, com que arbitrariamente se nomeão as cousas, suas qualidades, ou attributos. 9</p> <p>O Nome ou é substantivo, ou Adjectivo. 9</p> <p>Substantivo é aquelle, que por si só, isto é, sem adjectivo, póde estar na Oração. 9</p>	<p>A Grammatica Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza. 1</p> <p>(...) somente a vogal por si pode fazer hum som perfeito. 3</p> <p>E este concurso de duas vogaes diversas dentro da mesma syllaba se chama ditongo. 3</p> <p>Na Lingua Portuguesa há nove especies de palavras, de como partes póde constar a oração Portugueza; a saber Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Participio, Proposição [sic], Adverbio, Conjuncção, Interjeição- 7</p> <p>Nome he huma voz com que se nomeão as cousas, e suas qualidades (...). 9</p> <p>O Nome ou he Substantivo, ou Adjectivo. 9</p> <p>Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem dependencia do adjectivo, significa completamente uma cousa. 10</p>
<p>Adjectivo é aquelle que para estar na Oração depende de algum substantivo claro, ou occulto, com quem concorde, e faça sentido completo. 9</p> <p>O nome substantivo ou é proprio, ou apelativo. 10</p> <p>Proprio é aquelle, que compete a uma só cousa, ou pessoa. 10</p> <p>Apelativo é aquelle, que compete, e é comum a muitas cousas ou pessoas. 10</p>	<p>O Nome Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade da cousa que significa o Nome Substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo. 11</p> <p>O Nome Substantivo ou he proprio, ou Appelativo. 10</p> <p>Substantivo Proprio he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa certa. 10</p> <p>Substantivo Appelativo, ou Commum he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa incerta. 11</p>

<p>Adjectivo é aquelle que para estar na Oração depende de algum substantivo claro, ou occulto, com quem concorde, e faça sentido completo. 9</p> <p>O nome substantivo ou é proprio, ou appellativo. 10</p> <p>Proprio é aquelle, que compete a uma só cousa, ou pessoa. 10</p> <p>Appellativo é aquelle, que compete, e é comum a muitas cousas ou pessoas. 10</p> <p>Nome partitivo é aquelle, que significa a cousa, como parte de alguma multidão. 10</p> <p>Numeral é aquelle, que significa numero. 10</p> <p>Patrio é aquelle, que significa, e mostra a patria, donde alguém é natural. 10</p> <p>Gentilico é aquelle, que mostra a gente, ou nação de cada um. 10</p> <p>Positivo (...) é aquelle, que significa a sua fórma absoluta e simplesmente: assim como Sapiens, sabio. 10</p> <p>O Pronome é uma voz de significação arbitraria, que na Oração se põe em lugar do Nome. 10</p>	<p>O Nome Adjectivo he aquelle, que significa a qualidade da cousa que significa o Nome Substantivo; pelo que delle depende para fazer sentido completo. 11</p> <p>O Nome Substantivo ou he proprio, ou Appellativo. 10</p> <p>Substantivo Proprio he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa certa. 10</p> <p>Substantivo Appellativo, ou Commum he aquelle, que significa huma cousa, ou pessoa incerta. 11</p> <p>Nome Adjectivo partitivo he aquelle, que significa a cousa, como parte de alguma multidão. 30</p> <p>Adjectivo numeral he aquelle, que significa numero. 30</p> <p>Adjectivo patrio he aquelle, que significa a patria, donde alguém he natural.30</p> <p>Adjectivo gentilicio he aquelle, que significa, e mostra a gente, ou nação, de que alguém procede. 30</p> <p>Adjectivo positivo he aquelle que significa a qualidade de alguma cousa absoluta, e simplesmente, assim como bom, máo. 30-1</p> <p>Pronome he aquelle, que na oração se põe em lugar de nome. 32</p>
<p>Pronomes Primitivos chamão áquelles, que se não derivão de outros (...). Derivados chamão áquelles, que derivão dos primitivos. 11</p> <p>Pronomes demonstrativos chamão áquelles, que mostram, e indicão a pessoa, ou cousa: assim como Ego, eu; Tu, tu; Hic, Iste, este.. 11</p> <p>Possessivos áquelles, que mostram qual seja o possuidor, ou senhor de alguma cousa. 11</p> <p>São do genero masculino os nomes, que sómente significão macho; ou seja proprios de homens (...). São do genero feminino os nomes, que sómente significão femea; ou sejam proprios de mulheres. 11</p>	<p>Entre este chamão-se primitivos aqueles, que se não derivão de outros; e derivados aquelles, que se derivão dos primitivos. 33</p> <p>Pronome Demonstrativo he aquelle, que serve para mostrar a pessoa, ou alguma cousa, como (...) Eu escrevo a Grammatica Portugueza. Onde a palavra Eu he Pronome Demonstrativo por mostrar a pessoa. 34</p> <p>Pronome Possessivo he aquelle que exprime qual seja o senhor, ou possuidor de alguma cousa. 40</p> <p>Do genero masculino são os nomes que significão cousa macha, ou sejam proprios de homem (...). Do genero feminino são os nomes, que significão cousa femea, ou sejam proprios de mulher. 50</p>

O Verbo é uma voz, que arbitrariamente significa com tempo a sua fôrma. 62	Verbo he huma palavra, que na oração affirma alguma coisa. 55
O Verbo Activo tem este nome da acção que significa. 62	Verbo activo (...) desta acção, que significa, he que toma o nome. 56
O Verbo Passivo recebe este nome da paixão (...) 62	Verbo passivo (...) he aquelle, que affirma paixão (...). E desta paixão, que significa, toma o nome. 56
Preposição é uma voz indeclinavel, que ordinariamente se põe antes do nome, verbo e outras partes da oração- 164	Preposição he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa.; mas posta na oração antes do nome, rege a este para estar no caso que ella pede. 151
O Adverbio é uma voz indeclinavel de significação arbitraria, que junta ao verbo ou nome exprime o modo ou circumstancia da significação. 166	Adverbio he huma voz indeclinavel que por si só não significa nada completamente, mas junta na oração a outra palavra, lhe declara o modo da sua significação. 153
A Conjunção é uma voz indeclinavel de significação arbitraria, que serve de atar, e ajuntar uma palavra ou oração com outra. 166	Conjunção he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa; mas posta no discurso, serve de ajuntar os membros, ou parte delle. 155
A Interjeição é uma voz indeclinavel, que sem ajuda de verbo exprime por si completamente os varios affectos, e paixões do nosso animo. 166-7	Interjeição he huma voz indeclinavel, que serve para exprimir as varias paixões da nossa alma. 156
Syntaxe (...) uma construcção recta ou composição bem ordenada das partes da Oração entre si. 193	Syntaxe (...) he a recta composição das partes da oração entre si. 172
Esta Syntaxe ou é de concordancia ou de Regencia. 193	A Syntaxe simples ou he de concordancia, ou de regencia. 173
Syntaxe de Concordancia é quando duas partes da Oração concordão, e convém uma outra no mesmo predicado.193	Syntaxe de concordancia, he a união de duas, ou mais partes da oração, que sendo da mesma, ou diversa especie, convém em alguma cousa. 173
Syntaxe de Regencia é quando uma parte da Oração, por força do seu modo de significar, determina outra, para que se ponha neste ou naquelle caso. 193	Syntaxe de regencia he, quando certas partes da oração por força do seu modo de significar regem o nome, e o determinão, para que se ponha neste, ou naquelle caso.173

Estruturas face-a-face

<p>Prólogo crítico de 107 p. (suprimido na edição consultada)</p> <p>Introdução</p> <p>Definição de gramática</p> <p>Letras do alfabeto</p> <p>Sílabas</p> <p>Das vozes de que pode constar a oração latina: nome, pronome, particípio, verbo, preposição, advérbio, conjunção, interjeição (“De todas estas iremos tratando por sua ordem em seis livros”. p.viii).</p> <p>Parte I</p> <p>Livro I</p> <p>Do nome, pronome, particípio, suas diferenças e declinações</p> <p>Capítulo I</p> <p>Da natureza e diferenças do nome, pronome e particípio</p> <p>§ I</p> <p>Do nome</p> <p>§ II</p> <p>Do pronome</p> <p>§ III</p> <p>Do particípio</p> <p>Capítulo II</p> <p>Da primeira e segunda declinação latina (...)</p> <p>§ I</p> <p>Da primeira declinação latina</p> <p>.</p> <p>Capítulo V</p> <p>Da declinação dos nomes adjetivos</p>	<p>Alvará de D. José. Oferecimento da <i>Arte</i> a Sebastião José.</p> <p>Introdução crítica de 32 p.</p> <p>Proêmio</p> <p>Definição de gramática</p> <p>Letras do alfabeto</p> <p>Espécies de palavras da língua portuguesa: artigo, nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção, interjeição (“De todas trataremos por sua ordem”. p.7).</p> <p>Parte I</p> <p>Livro I</p> <p>Do artigo, nome, pronome, suas diferenças e declinações</p> <p>Lição I</p> <p>Da natureza do artigo e do nome e suas diferenças</p> <p>§ I</p> <p>Do artigo</p> <p>§ II</p> <p>Do nome e suas diferenças</p> <p>Lição II</p> <p>Da declinação dos artigos</p> <p>Lição III</p> <p>Da declinação dos nomes substantivos</p> <p>§ I</p> <p>Da primeira declinação dos nomes substantivos</p> <p>Lição IV</p> <p>De algumas espécies de nome adjetivo</p>
---	--

<p>Capítulo VI</p> <p>Da declinação dos que chamam pronomes interrogativos, relativos e seus compostos</p> <p>Livro II</p> <p>Do gênero dos nomes</p> <p>Capítulo I</p> <p>Do gênero dos nomes conhecidos pela significação</p> <p>Capítulo II</p> <p>Do gênero dos nomes conhecido pela terminação</p> <p>Capítulo III</p> <p>Do gênero dos nomes substantivos e indeclináveis e dos vice-substantivos</p> <p>Capítulo IV</p> <p>Dos nomes de gênero incerto</p> <p>Livro III</p> <p>Do verbo, suas diferenças e conjugações (101p. sobre verbos)</p> <p>Capítulo I</p> <p>Da natureza do verbo, suas divisões e conjugações</p> <p>...</p> <p>Capítulo VI</p> <p>Das quatro conjugações regulares</p> <p>..</p> <p>Livro V</p> <p>Da preposição, advérbio, conjunção e interjeição</p> <p>Capítulo I</p> <p>Da preposição</p>	<p>Lição V</p> <p>Da natureza e diferenças do pronome</p> <p>Lição VI</p> <p>Da declinação dos pronomes demonstrativos</p> <p>Lição XI</p> <p>Da formação do número plural dos nomes</p> <p>Livro II</p> <p>Do gênero dos nomes substantivos</p> <p>Lição I</p> <p>Das regras para se conhecer o gênero dos nomes substantivos pela significação</p>
---	--

Capítulo II	Lição II
Do advérbio	Do advérbio
Capítulo III	Lição III
Da conjunção	Da conjunção
Capítulo IV	Lição IV
Da interjeição	Da interjeição
Livro VI	Livro VI
Da quantidade das sílabas	Da prosódia
..	..
Parte II	Parte II
Da sintaxe	Da sintaxe
Prólogo crítico (novamente critica Álvares e enaltece Sanchez, Scioppio, Perizônio, Vossio e Lancelot)	Proêmio
Livro I	Livro I
Da sintaxe de concordância	Da sintaxe de concordância
.	..
Livro II	Livro II
Da sintaxe de regência	Da sintaxe de regência
.	Livro II [sic]
.	Da sintaxe figurada
Notas ao <i>Novo Methodo</i> (não há notas de pé de página): a mancha gráfica das notas vai da p.229 a p.310.	(Na <i>Minerva e na Gramática de Port-Royal as figuras</i> também ocupam o último capítulo) Na <i>Arte</i> , a predileção pelas notas também é visível. Por vezes, as notas superam a mancha gráfica do texto principal. Texto em latim de Antônio Félix Mendes, laudatório à <i>Arte</i> de Lobato (na introdução afirmara que Mendes teria sido seu <i>mestre</i>)

Tentativa de conclusão

A *Arte* constitui texto canônico da abordagem gramatical portuguesa da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX. Daí a ressalva de Silva: “ha sido reimpressa repetidas vezes; e attenta a vulgaridade da obra pareceu-me que podia ser inconveniente omitir aqui a enumeração d’essas reimpressões, que são assás conhecidas e andam nas mãos de todos” (1924, p. 175). Para Vasconcellos (1929), a *Arte* se insere em uma etapa da filologia preocupada com a semelhança entre a gramática latina e a portuguesa, com a disciplina gramatical, o estabelecimento da norma e com o sentimento patriótico da língua.

Apresenta-se como o instrumento pedagógico (para se falar sem erros e aprender os princípios da língua), quando se dá a imposição de um sistema de ensino de âmbito nacional, inserindo a educação no domínio público. Como corolário, ministrar-se a língua portuguesa se torna obrigatório, para atender os novos desafios da época (e só por este escopo, para discordar de Fávero (1996), seria a *Arte*, no mínimo *inovadora*). Conforme Vasconcellos, porém, acresce que “Lobato avanta-se em parte aos autores precedentes, pelo desenvolvimento que deu à morfologia; ele utilizou aos gramáticos seus sucessores, e serviu nas aulas até tarde” (1929, p. 867). Note-se que a morfologia, no *Novo Methodo*, é também avantajada...

A primeira gramática portuguesa aprovada oficialmente e sacralizada em alvará do Rei, que deveria ser cumprido *com inviolável observância*, para saber a língua *por princípios, e não por méro instinto, e habito*, previamente, nas classes de latim, entretanto, suscita um problema de autoria. Lobato se afigura como um ilustre desconhecido, sem alusão em obras de referência. Apenas Silva (1924) coligiu dados (?) pouco fiáveis sobre o autor da *Arte*.

O manuseio de uma gramática latina, o *Novo Methodo*, do Pe. António Pereira, em parrelha com a *Arte*, ensejou uma desconfiança e aventou uma hipótese: Lobato seria, de fato, pseudônimo do Pe. Pereira. Os excertos assemelhados ou idênticos das definições constantes das gramáticas e as estruturas das obras face-a-face parecem robustecer tal proposta. Vieira desconfia das *semelhanças*, embora não associe os atores: “a divisão das classes de palavras [na *Arte...*], é cópia fiel da tradição greco-latina representada (...): afasta-se, assim, da concepção racionalista, que reduzia as partes do discurso a três: nome, verbo e dicção” (2018, p. 132), tripartição só revalorizada por Soares Barbosa, em sua *Grammatica*. Para Gonçalves, “a influência do pensamento iluminista entre os autores portugueses se manifesta tardiamente, já que ela se torna evidente sobretudo no século XIX” (1997, p. 55).

Outros argumentos poderiam ser aduzidos:

a) Para a *Arte* ser impressa e tornada objeto de um programa pedagógico-didático oficial, necessitaria de uma licença da RMC. O Pe. Pereira, sendo deputado ordinário da dita Mesa, desde sua fundação em 1768, autorizaria, com seus pares, uma obra modelada sobejamente pelo *Novo Methodo*²⁶? Por quê?

26 Carreira assevera: “com a chegada ao poder censorial dos homens (...), de inteira confiança do primeiro-ministro e decerto partidários do seu ‘despotismo iluminado’, podemos dizer que a longa noite iniciada nos alvares do século XVI se escurece ainda mais. Com efeito, todos os membros da Mesa (...) vão demonstrar um espírito altamente reacionário” (1988, p. 61). E com o Alvará de 18 de maio de 1768, que estabeleceu o regimento da RMC, dois modos de exame de livros e papéis foram instituídos, segundo Carreira: o exame simples e o formal. A *Arte* estaria sujeita ao segundo, destinado a “obras de maior consequência”. Esta forma de exame fazia-se impreterivelmente em toda e qualquer espécie de livros, e obras literárias (...); ou venham por apresentação voluntária das partes interessadas para o fim de se lhe facultar a impressão, reimpressão ou venda pública; ou venha por ordem da Mesa (...). Este princípio foi textualmente seguido” (1988, p. 57). Como a *Arte* poderia ter escapado desta inexorável *malha fina*?

b) A prática do pseudônimo foi largamente difundida no século XVIII. O Pe. Pereira se utilizou de alguns: *Francisco Sanches* e *André Lúcio de Resende*, por exemplo. Outras obras comprovadamente de Pereira não trazem a autoria expressa;

c) O Pe. Pereira era, também, autoridade em língua portuguesa, tendo publicado diversos trabalhos a respeito²⁷. Gonçalves aduz a respeito: fora de sua produção “não parece ter ficado praticamente nenhum domínio da efervescente reflexão linguística de setecentos, dado que até a língua materna foi objecto de atenção do autor” (2006, p. 139);

d) O recrudescimento da polêmica engendrada pela publicação do *Novo Methodo* poderia tomar novas proporções e (re)criar problemas de consciência, ensejando, nos termos de Cidade, “sátiras da parte dos *alvaristas*, onde a verrina chegou a sujar-se de bem estranha procacidade...” (1948, p. 134), se Pereira se apresentasse como o legítimo autor da *Arte*²⁸. No âmbito das obras aparecidas para operacionalizar as reformas dos estudos menores, sem, contudo, acrescentar fermento ideológico a uma época de transformações conjunturais, a de *Lobato* logrou alcançar um papel de relevo. Ora, a atribuição de uma autoria a Pereira também poderia emperrar o processo político em voga. E como a educação é sempre uma atitude política, em boa hora houve um subterfúgio, uma estratégia de esquiva, para prevenir eventuais inquietações e perseguições, ciclos incontáveis de *réplicas e trélicas*. Daí também a polidez com os eventuais críticos na *Introdução*: os *doutíssimos censores*. Não havia, pois, *intento de fazer huma crise*. Para Gonçalves, a não indicação de autoria poderia demonstrar “até que ponto a renovação do ensino era assumida como empresa colectiva” (2006, p. 136);

e) Como um “Cavalleiro da Ordem de Christo, Bacharel (provavelmente na faculdade de Leis) pela Univ. de Coimbra”, de acordo com Silva (1924, p. 175), sem publicações sobre o tema²⁹, poderia ser alçado repentinamente à voz do regime, por si só centralizador e pouco permeável a interferências, quanto ao ensino do vernáculo e criticar, de forma tão exacerbada, autorizada e erudita, seus antecessores na *Introdução* da *Arte* sem que tivesse uma convivência íntima com o poder – com a RMC, com o Rei e seu ministro – e requisitos notórios para isto?

f) Dadas as relações estreitas entre D. José I, o Marquês e o Pe. Pereira, na defesa do

27 Por exemplo: *Exercícios de língua latina e portuguesa, Coleção de palavras familiares, assim portuguesas como latinas, Dissertação prévia sobre o merecimento de João de Barros... e idiotismos da língua portuguesa e Espírito da língua e eloquência portuguesa*. Os autores europeus, recorrentemente citados, e tantos outros estariam, por certo, disponíveis na biblioteca de mais de 24.000 volumes da Congregação.

28 Será por isto, para iludir os críticos de plantão, que a *Introdução da Arte* se refere ao Pe. Pereira (“célebre Filosofo da nossa idade, bem conhecido entre os eruditos pela sua vasta erudição”, p. xxxi) e ao latinista Antônio Félix Mendes (“meu mestre”, “sujeito de huma rara erudição nas humanas letras”, p. xii)?

29 Silva (1924, p. 175) menciona apenas um outro trabalho de Lobato, cujo título adulatorio é sugestivo: *Elogio ao Ilmo e Exmo Sr. Sebastião José de Carvalho e Mello...*, de 1773, um opúsculo de 16 páginas.

regalismo e em outras questões de monta para o estado, como esta seção do trabalho procurou evidenciar, o pseudônimo seria um elemento facilitador para o jogo do poder, uma conveniência e um prêmio para coroar o trabalho do autor;

g) Atribui-se à *Arte* uma influência logicista da chamada gramática geral. Como já esboçado por outros estudiosos, a *Arte* reivindica uma vinculação com consagrados autores europeus (Vossius, Perizonius, Sánchez...) e com o método port-royaliano, perfilando seu ideário (cf. a idéia de uma *gramática geral*³⁰, de que os princípios que governam as línguas são os mesmos, tão ao gosto dos gerativistas pós *Linguística Cartesiana*, de Chomsky), mas se apresenta explicitamente arraigada a um modelo gramatical latino tradicional (cf. o tratamento das declinações dos nomes, artigos,... e o papel que atribui à sintaxe – “em quanto á substancia, [a portuguesa] he a mesma que a latina” p. xxxi – , em particular à elipse³¹). Por força deste balizamento paradoxal, Gonçalves salienta o enquadramento da *Arte*: “a gramática de Lobato continua presa ao modelo latino da flexão em declinações e casos, pelo que as renovações não são verdadeiramente estruturais, mas pontuais” (1997, p. 45). Citada por Vieira, a mesma autora observa que a *Arte*... “denota uma evidente desproporção entre as ideias expendidas (...) e a mitigada renovação operada na estrutura gramatical, presa ainda à tradição latina” (2018, p. 132), valorizando, por exemplo, a memorização de regras. Resta a impressão de que um latinista redigiu a *Arte*;

h) No prólogo adulatorio³² da *Arte*, o Pe. Pereira, sugere-se, ao mesmo tempo, teria retribuído a longa acolhida de Pombal, como assegurava a publicação da *Arte*, *debaixo da sábia e respeitável proteção*³³, sob um esquema de mecenato³⁴. Imbuídos de um mesmo ideal, o homenageado e o regime pagaram a conta pela impressão e publicação da obra, já que isto interessava ao poder. Bessa-Luís indaga sobre o Marquês: “... onde estava Sebastião José? Em toda parte” (1990, p. 97).

Em nenhum momento, no entanto, pretendeu-se esgotar a questão. Ensaaiando-se um breve cotejo entre duas gramáticas, foram sugeridas pesquisas ulteriores, incluindo uma consulta pormenorizada e transversal a obras metalinguísticas e de referência. Se não se está inteiramente persuadido aqui de uma identidade autoral, pelo menos se duvida de uma coexistência de

30 Segundo Foucault (1969, p. xxvii), “générale puisqu’ on aura dégage l’espace dans lequel d’autres grammaires sont également possibles”.

31 Cárdenas, na *Introducción a Sanchez de las Brozas* (1976), informa que o Brocense também recorre sobremaneira à teoria da elipse, “muy criticada posteriormente” (p. 23).

32 A propósito, Bessa-Luís suscita: “o adulator é um tipo especial de parasita, não completamente desprezível para o príncipe; ele cria a confiança absurda que é necessária à esperança de vida das grandes e pequenas gentes” (1990, p. 255).

33 Bessa-Luís vê com desconfiança a propalada qualificação de Pombal: “a erudição de Sebastião José é tão duvidosa como a sua prudência; mas tinha com certeza o talento desdenhoso que faz dos poucos conhecimentos grandes maneiras e a fábula deles” (1990, p. 172).

34 A respeito da questão, note-se que, no tempo, estava em voga o Mecenatismo e, por isso, quase toda obra é sempre precedida de dedicatórias encomiásticas.

autores. Como as retroversões claudicam, esse é um tema que tem de ser refinado e, por isso, comunga-se daquele convite de Rosa (2006b), pertinente também para este caso: despende ainda muito tempo de biblioteca, ainda que este já não seja o tempo de um *gentil-homem* que se podia orgulhar de ler tudo, como, no século XV, fazia-o o *príncipe dos eruditos*, Pico della Mirandola.

Referências

ALMEIDA, F. de. *História de Portugal*. Coimbra: Edição do autor, 1922-26. 4 v.

_____. *História da igreja em Portugal*. Lisboa: Livraria Civilização, 1970. v. III.

ANDRADE, A.A.B. de. *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.

_____. Congregação do Oratório. In.: *Verbo: enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, 1970. p.689-693.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ASSUNÇÃO, C. C. As edições da *Arte da Grammatica da Lingua portugueza* de Antônio José dos Reis Lobato. In.: *Confluência*, n. 15, p. 68-84, 1998.

AZEVEDO, J.L. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

AZEVEDO, J.D. *Portugal & Brasil: dos afonsinos aos braganças*. Brasília: Senado Federal, 2008.

BESSA-LUÍS, A. *Sebastião José*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CALLOU, D. O ensino de língua portuguesa e a norma padrão. In.: VIEIRA, S. e BRANDÃO, S. (orgs.). *Morfossintaxe e ensino do português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p.11-26.

CAMBI, F. O século XVIII: laicização educativa e racionalismo pedagógico. In: _____. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999. p.323-374.

CARDOSO, S. *Historiografia gramatical (1500-1920)*. Porto: Faculdade de Letras, 1994.

CARREIRA, L. *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

CARVALHO, M.P.; SARMIENTO, -. As reformas borbônicas e josefinas e a expulsão dos

jesuítas na Ibéria setecentista. In: AMANTINO, M. *et alii* (orgs.). *A companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p.183-216.

CASTRO, A. P. de. *Retórica e teorização literária em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1973.

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CIDADE, H. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1948. v. 2.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J. M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.

CORDEIRO, T. *A grande aventura dos jesuítas no Brasil*. São Paulo: Planeta, 2016.

COSTA, M.J. *A Grammatica Portuguêsa* de Ribeiro de Vasconcellos. In: HEAD, B.F. *et alii* (orgs.). *História da língua e história da gramática*. Braga: Universidade do Minho, 2003. p. 83-92.

Dicionário ilustrado da história de Portugal. Estella, Alfa, 1985-6. 2 v.

Enciclopedia universal ilustrada europeo-americana. Barcelona: Espasa, s/d.

DIDEROT, D.; ALEMBERT J. R. *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. New York/Paris: Pergamon Press, 1969. 5v. (Compact edition).

ERFURT, T. *Gramática especulativa*. Buenos Aires: Losada, 1947.

FÁVERO, L.L. Sentido e gramáticas do século XVIII. In: *Língua e Literatura*, v. 19, n. 21. p.109-130, 1995.

_____. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____. *As concepções linguísticas nos séculos XVIII e XIX: a gramática no Brasil e em Portugal*. In: ENGLEBERT, A. *et alii* (orgs.). *Actes du XXIIe congrès de linguistique et de philologie romanes*. Tübingen: Max Niemeyer, 2000. p.61-66.

_____. *Gramática é a Arte...* In: Orlandi, E.P. (org.). *História das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001. p.59-70.

FÁVERO, L.L.; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FONSECA, M. C. *Historiografia linguística portuguesa e missionária: preposições e posposições do século XVI*. Lisboa: Colibri, 2006.

FOUCAULT, M. Introduction. In.: *Grammaire générale et raisonnée*. Paris: Republications Paulet, 1969. p. i-xxviii.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FREIRE, F.J. (Cândido Lusitano). *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

GONÇALVES, M.F. As ideias linguísticas em Portugal no século XVIII. In: *Confluência*, n. 14. p.37-59, 1997.

_____. As ideias pedagógicas e linguísticas de António Pereira de Figueiredo: os manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora. In: THIELEMANN, W. (ed.). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio de Prata*. Frankfurt: TFM, 2006. p.133-152.

GOUVEIA, A. C. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal*. v.4. Lisboa: Estampa, 1993. p.415-449.

Grande dicionário enciclopédico Verbo. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1997.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédico, s/ d. 40 v.

GRAVE, J.; NETTO, C. (dir.). *Lello Universal*. Porto: Livraria Lello, s/ d. 4 v.

HAZARD, P. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1974.

KLEIN, L. F. (org.). *Educação jesuíta e pedagogia inaciana*. São Paulo: Loyola, 2015.

KOSSARIK, M. A tradição portuguesa no contexto da linguística europeia. In.: HEAD, B.F. *et alii* (orgs.). *História da língua e história da gramática*. Braga: Universidade do Minho, 2003. p.181-203.

LEITE, S. *História da companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomos I e II.

LIMA, E. de. *A congregação do oratório no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LOBATO, A. J. R. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Porto: Imprensa na Rua de Stº Antonio, 1824.

MAIA, C. de A. A história da língua portuguesa na produção gramatical e ortográfica do século XVIII. Alguns aspectos em equação. In: THIELEMANN, W. (ed.). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio de Prata*. Frankfurt: TFM, 2006. p.227-245.

MARQUES, A. H. O. *História de Portugal*. Lisboa: Palas, 1978.

MOURA, H.; CAMBRUSI, M. *Uma breve história da linguística*. Petrópolis: Vozes, 2018.

OSTHUS, D. “Como fazem as outras nações cultas e polidas”, o discurso normativo, as normas linguísticas e as luzes”. In: THIELEMANN, W. (ed.). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio de Prata*. Frankfurt: TFM, 2006. p.53-66.

Pedagogia inaciana: uma proposta prática. São Paulo: Loyola, 1996.

PEREIRA, Pe. Antonio. *Novo methodo da grammatica latina dividido em duas partes para o uso das escolas da Congregação do Oratorio*. Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Monlon e Cª, 1860.

PERES, D.; CERDEIRA, E. (dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1934.

RANAURO, H. *Para compreender uma gramática filosófica: uma análise crítica e comparativa da Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa. Niterói: Alternativa, 2015.

ROSA, M.C. *Port-Royal e alguns problemas de historiografia da linguística*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras. Aula de 18/ 05/ 2006 (a) para a Disciplina “Panorama Histórico da Tradição Greco-Latina”.

_____. *Port-Royal e alguns problemas de historiografia da linguística: as fontes para estudo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras. Aula de 25/ 05/ 2006 (b) para a Disciplina “Panorama Histórico da Tradição Greco-Latina”.

RUDÉ, G. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988.

SANCHEZ DE LAS BROZAS, F. *Minerva: o de la propiedad de la lengua latina*. Madrid: Cátedra, 1976.

SANTOS, I. A. *Usus/Consuetudo, Auctoritas, Ratio: a legitimação da atividade gramatical e os fundamentos da linguagem nos autores do século XVIII*. In: THIELEMANN, W. (ed.). *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio de Prata*. Frankfurt: Main-Vervuert, 2006. p.27-51.

- SARAIVA, J.H. (dir.). *História de Portugal*. Estella: Publicações Alfa, 1983.
- _____. *História concisa de Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1999.
- SERRÃO, J. V. *História de Portugal*. Póvoa de Varzim: Verbo, 1982.
- SERRÃO, J. V. e OLIVEIRA MARTINS, A. H. (dir.) *Nova história da expansão portuguesa*. (dir.). Lisboa: Estampa, 1986. v. viii (*O império luso-brasileiro 1750-1822*).
- SCHAEFER, H. *Historia de Potugal*. Porto: Escriptorio da Empreza Editora, 1899. V.v.
- SILVA, I. F. da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1924.
- SILVA, L. A. R. da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-71.
- VASCONCELLOS, J. L. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.
- _____. *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928-29.
- VENTURI, F. *The end of the old regime in Europe, 1776-1789*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- VERDELHO, T. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: INIC, 1995.
- VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar*. Lisboa: Sá da Costa, 1949.
- VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.
- VOLTAIRE, F. M. A. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Abril, 1978.
- WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.
- WRIGHT, J. *Os jesuítas: missões, mitos e histórias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

Sobre Dinah Callou — Luiz Palladino Netto³⁵

35 Manifesto, nesta oportunidade, uma palavra de reconhecimento, admiração e gratidão à Dinah, presente em minha estrada desde as primeiras aulas na graduação. Dinah sempre se mostrou uma interlocutora sensível, generosa e crítica, ao congregar suas naturais inclinações nos âmbitos da dialetologia, do variacionismo *lato sensu* e da História da língua. Pôde empreender sua longa e profícua obra ao conjugar os requisitos evocados por Guilherme de Molinier – o querer, o saber e o agir – dosados com rigor, seriedade e equilíbrio, para vislumbrar a verdade da ciência. Por isso, sou uma voz, parte de um grupo privilegiado, que tem convivido com a professora, a pesquisadora e a amiga, figura simbólica para a formação e renovação de toda uma geração. Por tudo isso, lhe sou muito grato.



**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL NA PRIMEIRA
METADE DO SÉCULO XX: A CONSTRUÇÃO DE CORPUS
METALINGUÍSTICO DE GRAMÁTICAS ESCOLARES¹**

**PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING IN BRAZILIAN SCHOOLS
IN THE FIRST HALF OF 20TH CENTURY: ORGANIZING A
METALINGUISTIC CORPUS OF HIGH SCHOOL GRAMMARS**

Afrânio Gonçalves Barbosa²

José Carlos Santos de Azeredo³

Resumo

Este artigo pretende discutir questões e critérios em torno da formação de *corpora* gramaticais escolares para o estudo da normatização no ensino de língua portuguesa no Brasil na primeira metade do século XX. Para tanto apresentamos uma sistematização de títulos de obras gramaticais assumidas no programa do Colégio Pedro II de 1856-1929 e de nomes de professores de língua portuguesa no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Trazemos, finalmente, considerações metodológicas sobre a pesquisa de campo em arquivos históricos para a identificação de obras dessa natureza.

Palavras-chave: *Corpora* histórico-linguísticos; Gramáticas escolares; Ensino de Língua Portuguesa no Brasil do século XX.

1 Este trabalho é resultado de parte da pesquisa desenvolvida durante Estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: afraniogb@gmail.com.

3 Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: jc.azeredo@terra.com.br.

Recebido em: 26/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

This article discusses issues and criteria concerning the formation of school grammar *corpora* for the study of the normatization of Portuguese language in Brazil in the first half of the 20th Century. To achieve our purpose, we present a systematization of titles of grammars adopted by Colégio Pedro II (1856-1929) and names of teachers of Portuguese working at Colégio Militar of Rio de Janeiro. Finally, we bring some methodological considerations on field research in historical archives for the identification of works of this nature.

Keywords: Historical linguistic *corpora*; Elementary and high school grammars; Teaching of Portuguese language in the 20th Century in Brasil.

Considerações iniciais

Este artigo sintetiza parte de uma pesquisa mais ampla que busca identificar, dentre a realidade variada de situações de ensino da norma gramatical predicada pela escola, um núcleo comum de normatização promovida por gramáticos efetivamente estudados em colégios-modelo da cidade do Rio de Janeiro. Não se trata de historicizar o pensamento gramatical do período aqui recortado, objeto que incluiria descrições mais reflexivo-acadêmicas, mas, sim, de investigar aspectos da padronização descritivo-normativa referenciada na língua literária, que, obra a obra, ora pende para um viés mais descritivo que normativo, ora para outro mais normativo que descritivo. Tendências que se alternam nas gramáticas descritivo-normativas escolares desde o fim do século XIX, até a decretação da *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB), em 1959. Aqui, mais especificamente, trabalhamos na identificação de um conjunto de gramáticos/gramáticas na então capital do país, o Rio de Janeiro, numa fase em que influenciou escolas em toda a nação. Com isso, visamos contribuir para a discussão de quais foram os tópicos gramaticais tornados regras prescritivas em cada uma dessas gramáticas a ponto de modelarem a produção escrita dos escolarizados como uma língua especial, não vernácula. A esse conjunto entra em co-atuação, para os mesmos escolarizados, a norma praticada em gêneros socialmente eleitos como referenciais de prestígio; os textos veiculados em jornais, por exemplo. Dessa forma, do ponto de vista da Linguística do *Corpus*, cria-se a possibilidade de investigar em sincronias passadas o comportamento de um determinado fenômeno linguístico contrapondo, por um lado, dados retirados de fontes mais cotidianas como *cartas pessoais* ou *diários*, e por outro lado, dados do mesmo fenômeno levantados nos referenciais padronizadores fixados na sociedade: a norma praticada em textos modelares e a norma predicada na escola. Uma *triangulação de corpora aventada* em Barbosa (2007) que delinea com mais detalhes a diacronia de usos linguísticos pesquisados na Linguística Histórica. Para tal, é necessário que se disponha de *corpora* dessas três naturezas. A etapa de pesquisa de que origina este texto se concentra, exatamente, nos primeiros passos em direção à construção de *corpora* de gramáticas escolares socialmente significativas, em cada sincronia passada, no sentido de ter sido um elemento efetivo na normatização escolar de segmentos sociais identificados pela pesquisa.

Além disso, em última instância, identificar um *corpus* gramatical pedagógico pode, também, ajudar a entender como cada gramático escolar aplicou uma dada *redução didática* do pensamento gramatical reflexivo-acadêmico de sua época. De fato, uma simplificação didática de conteúdos acadêmicos sempre teve, e terá, de ser realizada para os níveis elementar e secundarista nas escolas. No contexto aqui abordado, por exemplo, estudos histórico-comparativos feitos pela geração da virada do século XIX para o século XX (que muito provavelmente fizeram parte das leituras pessoais dos profissionais do ensino de Língua e Literatura das principais escolas-modelo do Rio de Janeiro) foram objeto de uma redução didática para ensinar norma de prestígio ao descrever estruturas de clássicos da Literatura. Estudar o componente descritivo-prescritivo da normatização escolar desde o fim do século XIX até a decretação da NGB é bem mais do que estudar o que *diz a gramática tradicional* para traçar um paralelo por vezes duvidoso entre o que trabalhos acadêmicos estabelecem entre dados de fala e normas gramaticais de livros escolares contemporâneos. Estudar esse componente é estudar um objeto da Sociolinguística Histórica. Retomemos alguns desses pontos ora levantados e busquemos entender elementos de sua propedêutica.

Enquadramento da questão do trabalho em que questões gerais da Pesquisa Histórico-linguística

A investigação histórico-diacrônica de fenômenos linguísticos caracterizadores do português brasileiro avançou significativamente no Brasil desde a década de 1990 quando, na confluência de questões teórico-metodológicas de diferentes quadros da Linguística brasileira, tornou-se essencial voltar à pauta acadêmica a atenção para a construção de *corpora* textuais com rigor filológico. Pesquisadores gerativistas, funcionalistas, variacionistas, da análise do discurso encontravam na relativa escassez de materiais disponíveis um grande limitador do alcance sócio-histórico e gramatical de suas análises. Não por acaso, nos meados daquela década organizaram-se projetos em torno da construção de *corpora*. Nesse contexto, dentre outros, o projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) reuniu esforços e arregimentou equipes em universidades de vários estados visando estabelecer e editar uma grande massa de materiais impressos e manuscritos que hoje se encontra disponível a toda comunidade acadêmica.

Após uma década de significativos avanços na representatividade histórica e genético-textuais dos *corpora* editados, antigas questões se reapresentam à pauta do dia para a investigação histórica da língua dos textos escritos. Uma delas seria discernir que marcas e usos nos *corpora* seriam reflexos de *normas vernáculas* e que outras seriam reflexos de *normas cultas* da fala que se transpunham à barreira da escrita.⁴ Nesse sentido, conjuntos de textos mais es-

4 Nesta sentença, *Norma* no sentido de *normalidade de variantes*, ou seja, nas frequências dos usos objetivamente quantificáveis que caracterizam grupos sociolinguísticos. Nesse sentido, as *normalidades* na fala que podem se sobrepor a tradições da escriptualidade e deixarem-se transparecer em textos escritos em sincronias passadas.

pontâneos de redatores identificados como de baixa ou mediana cultura escrita podem se tornar, especialmente se forem manuscritos autógrafos, *corpora* representativos de norma vernácula popular. Da mesma forma que, por outro lado, conjuntos de textos manuscritos autógrafos mais espontâneos de redatores identificados como cultos em sua época podem se tornar *corpora* representativos de norma culta. Contudo, a identificação da *norma culta* de uma fase histórica requer, ainda no campo da quantificação de usos normais, a investigação dos padrões praticados em conjuntos textuais que funcionavam como os verdadeiros referenciais modelares de escrita culta. É o caso, a partir do século XIX, no Brasil, dos gêneros textuais veiculados nos jornais. Se a norma culta objetivamente praticada nos manuscritos de cultos pode ter uma relação de contiguidade com a norma culta falada, a norma culta objetivamente praticada nos jornais tende a se distanciar mais da norma culta falada por conta de difundir estratégias linguísticas das tradições discursivas conservadoras. Seria, ao menos, um afastamento maior por conta do maior estado de vigília sobre o próprio discurso de quem escrevia para ser lido publicamente.

Note-se que não se trata de uma artificialidade tão claramente identificável como a que encontramos em linguagens de especialidades⁵ técnicas ou de tradições discursivas estabilizadas em universos discursivos seculares, como o jurídico e o religioso. Nos séculos anteriores aos jornais, é preciso identificar, fase a fase da História Social da Escrita no Brasil, os conjuntos de textos que sócio-pragmaticamente funcionaram como referência para a abstração que se cria de língua *superior*, *correta*, de *qualidade* ou de *prestígio* e que, por sua vez, articula-se, de forma complementar, com as descrições gramaticais e regras de escrituração dos padrões oficiais gerados na prescrição escolar. Ao tratar da identificação da *norma culta* de uma sincronia passada, Barbosa (2007) já ilustrava, para o século XVIII, os mesmos três componentes articulados:

- 1) aquela (norma) descrita/prescrita nos textos metalinguísticos publicados em Portugal que circulavam pelos poucos espaços de cultura escrita no Brasil-colônia, ou pela mão dos que seguiam para os estudos na Europa: gramáticas, ortografias, cartilhas;
- 2) Os usos linguísticos nos textos modelares para a prática de escrita dos redatores hábeis, ou seja, identificando os textos-modelo para aquela sociedade;
- 3) Os usos linguísticos nos textos públicos e privados produzidos por indivíduos historicamente identificados como redatores com formação escolar ou eruditos em sua época.

E completava que “somente pela triangulação entre (1), (2) e (3) é que será possível ava-

5 Linguagens de especialidade seriam as diferentes linguagens técnicas a comunicação em áreas tecnológicas e científicas, como as estudadas em Brumme (2001). Nesse sentido, estudar jornais médicos dos oitocentos é conhecer todo um inventário linguístico constituinte de ordem textual distinta dos jornais e cartas pessoais coevas. Conhecer os signos de seus sistemas linguísticos é passo propedêutico para compreendê-los como dados não-vernáculos quando ocorrem nos jornais ou cartas pessoais de nossos *corpora gerais*.

liar a constituição do português brasileiro uma vez que os padrões de uso de ocorrências de um dado fenômeno linguístico, retirados de uma dessas três vertentes podem, ou não, coincidir com os padrões detectados em levantamento de dados de escrita cotidiana”. Em outras palavras, para que se possa discernir usos regulares em fontes escritas pessoais o que seria norma linguística mais espontânea é preciso discernir que usos são praticados na norma culta de redatores cultos e na norma prescrita por manuais escolares época a época. Sem isso, as conclusões de trabalhos em diacronia não poderiam ser estendidas à língua portuguesa vernácula (metonímia da escrita corrente). A tarefa, portanto, é descrever convergências e divergências entre as vertentes *norma culta predicada* (da prescrição gramatical escolar) e *norma culta praticada* por redatores reconhecidamente cultos em suas épocas.

Tendo cumprido projetos de construção de *corpora* de cartas pessoais dos séculos XVIII e XIX e de impressos jornalísticos do século XIX por mais de uma década, nossa pesquisa tem se voltado para a construção de *corpora* metalinguísticos dos séculos XIX e XX no Brasil. Em projetos de pesquisa desenvolvidos no cenário brasileiro, as normas *praticadas* foram contempladas pela organização de *corpora* específicos e análises de aspectos linguísticos e de epifenômenos.⁶ Para avançar nessa compreensão, nossa pesquisa se debruça sobre o estudo da norma predicada na primeira metade século XX, mas que remonta ao período de formação escolar dos homens adultos ao início do século, ou seja, volta-se à norma escolar do último quartel do século XIX.

Importante dizer que, uma vez sistematizado o *corpus* de gramáticas, será possível o melhor cruzamento entre as normas predicadas e as normas praticadas em textos modelares ao longo do tempo. Saber seus pontos de contato e distinção.⁷ Sob o controle promovido pelo viés de uma Linguística de *Corpus*, essa apreciação em conjunto de usos linguísticos mais artificializados paulatinamente adquiridos no processo de letramento. Esse cruzamento e essa apreciação dos dados escritos não vernáculos será a base, o referencial para a identificação de dados mais vernáculos em gêneros escritos mais cotidianos. Mapeando quais são os usos menos vernáculos, mais artificiais, de linguagem escrita especial, por exclusão, temos mais base para tratar como mais próximos do vernáculo os demais usos encontrados. Como se trata de instâncias concretas da norma, de usos de variantes linguísticas – portanto, viáveis à comparação quantitativa – essa parte do trabalho permite tratamento estatístico para estabelecer e confrontar padrões em transformação. No entanto, como essas mesmas instâncias concretas da *norma* interagem na formação da *norma* como uma abstração social⁸, essa abstração *norma culta* muda conforme muda a sociedade. Essa projeção social pode valorizar mais ou menos elementos autóctones ou

6 Ver *corpora* de textos-modelo disponibilizados em www.lettras.ufrj.br/folhetim; ver *corpora* de redatores cultos publicados em Callou & Barbosa (2011); buscar na rede mundial de computadores por CORPORA PHPB para acessar diretamente ao que está disponibilizado em <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>. Por fim, ver estudos sobre *corpora* em Barbosa (2007) e Barbosa (2009).

7 Para essa questão, ver Lima (2014).

8 Norma abstrata nos termos de Coseriu (1987).

lusitanos a cada momento de nossa história e se configura em objeto imaterial que se recupera, metodologicamente, por meio de um tratamento sociolinguístico sobre dados qualitativos, inferindo valores e abstrações do imaginário social a cada fase. Na prática, isso se faz com base em comentários avaliativos sobre usos linguísticos registrados na escrita em fontes pretéritas (numa carta pessoal colonial, numa charge caricata em jornal oitocentista, etc.). Chegar a esse ponto futuro da pesquisa metodológica depende de darmos os passos atuais na pesquisa de campo e bibliográfica para a identificação qualitativa de fontes. Com as obras gramaticais escolares, isso não é diferente.

Questões e metodologia do trabalho com corpora gramaticais.

Os estudos de Gramaticologia em língua portuguesa têm se debruçado sobre as gramáticas em língua portuguesa desde Fernão de Oliveira (século XVI) para investigar, grosso modo dito, as concepções gramaticais vigentes época a época principalmente com foco nas reflexões linguísticas expressas ou inferidas no aporte descritivo de cada uma. No entanto, desde o princípio, sempre houve certa distinção entre caracteres mais reflexivos e pedagógicos separando as gramáticas da língua portuguesa. Assim, por exemplo, se olharmos para as duas primeiras gramáticas, percebemos o caráter mais descritivo-reflexivo em Fernão de Oliveira e o caráter mais prescritivo-pedagógico em João de Barros, especialmente nos esquemas paradigmáticos que usa à luz das gramáticas de ensino de latim a sua época, ou seja, com base numa metodologia estrutural para ensino de uma língua *estrangeira*. É o mesmo caráter mais pedagógico da Gramática de Reis Lobato (século XVIII), material oficialmente apresentado pelo rei de Portugal para ser usado no ensino da língua portuguesa só então regulamentado em alvará régio. Para além de gramáticas monumentais na história da gramaticologia portuguesa como essas três citadas, há uma certa lacuna em edições e estudos de metalinguagens gramaticais usadas no ensino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX, fase de relativo incremento na organização de um ensino público, ao menos em relação aos séculos anteriores. Ainda que, por um lado, tenham sido bem investigados os principais gramáticos referenciados por escolas de destaque na história brasileira, por outro, não há um conhecimento mais detalhado do conjunto de obras que, digamos, *fizeram história* da pedagogia gramatical no Brasil. Para o trabalho científico, é necessário não um conjunto formado aleatoriamente, mas um conjunto organizado como *corpus*, ou seja, não uma simples reunião de obras, mas um conjunto de obras separados em células por recortes externos, como o lugar social das obras e dos homens que as produziram.

Para começar a enfrentar essas questões, é preciso passar por todas as fases e problemas metodológicos que a construção de *corpora* envolve: estabelecer os critérios de seleção de materiais por representatividade social ou significância individual, proceder à pesquisa de campo em arquivos públicos e privados, levantar as fontes primárias, sistematizá-las conforme os critérios estabelecidos e sistematizar seu acesso em forma de catálogos ou edições conservadoras. Nossa proposta para a construção de *Corpus* metalinguístico postula discriminar células sob os

seguintes critérios externos ao texto:

O Lugar de Produção/distribuição e uso

- país (Brasil – Portugal, etc.);
- região (Sudeste – Nordeste, etc.);
- contrapontos interurbanos (capitais versus províncias/interior/sertão, etc.);
- contrapontos intraurbanos (regiões administrativas).

A linha do tempo

- linha neutra cronológica (século, década, etc.);
- linha motivada teoricamente (por nascimento/escolarização do autor/ evento histórico-social, etc.);
- época das edições.

A Difusão da obra

- Maior/menor número de edições/editoras;
- Adotada em maior/menor número de escolas;
- Outras.

A Qualificação da obra

- presença/ausência de comentários recebidos em jornais/revistas;
- Uso/não uso do nome da gramática/gramático como propagandas nas contracapas de gramáticas;
- Outras.

A Qualificação do local de adoção

- Colégios modelares/gerais;
- Colégios públicos/privados comerciais/privados de assistência (fábricas, etc.);
- Colégios religiosos/de formação de religiosos;

- Ensino familiar/em escola;
- Outras.

A Qualificação do Gramático

- Renomado/não renomado;
- Acadêmico/não acadêmico;
- Outras.

Formado conforme células comparativas como essas (ou outras), consoante as questões/objetivos de cada investigação, o *corpus* metalinguístico proporciona potencial controle do impacto sociolinguístico dos conteúdos das obras no ensino a cada sincronia passada focalizada. Esse é o caminho perseguido aqui. O ensino de gramáticas escolares no Rio de Janeiro na transição do século XIX ao XX requer um controle externo que articule segmentos sociais ou linhas de trabalho reconhecidos pelos homens de cada fase desse período. Isso se traduz por contrapor materiais usados em: escolas públicas, privadas laicas, privadas religiosas, militares, de formação técnica de normalistas, formação interna de ordens religiosas e do clero secular; estudo familiar, escolas para funcionários e filhos de funcionários em empresas de comércio ou em fábricas. Cada realidade dessas é uma célula comparativa para os estudos sobre ensino de língua na cidade. Para começar a empreitada, é preciso estabelecer recortes iniciais. No recorte *Lugar de produção/distribuição* e uso, a cidade do Rio de Janeiro, a capital do país, é a célula a ser comparada com *corpora* de outros lugares para se lhes buscarem convergências e especificidades com as gramáticas nela usadas. Em seguida, dentre os filões possíveis, discriminemos, colégios que se tornaram modelos para outros colégios na cidade e no país: *Colégio Pedro II* (CPII), *Colégio Militar do Rio de Janeiro* (CMRJ). Noutros trabalhos daremos conta, desse grupo, do *Instituto de Educação do Rio de Janeiro* (IERJ), que, além de referência para outras escolas normais, formou professoras primárias, que se espalharam por toda a cidade. Eram o primeiro, por vezes o único, contato de alunos com a norma culta.

É importante lembrar que muitos trabalhos em Gramaticologia e em Historiografia linguística têm trazido à luz, e analisado, obras gramaticais escolares desses colégios, na fase conhecida como *científica* da gramática escolar. A qualidade descritiva empreendida por nomes como Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Said Ali, entre outros, é fato amplamente coberto em artigos, dissertações e teses. Trata-se de uma geração de gramáticos brasileiros da década de 1880, sem a formação em estudos linguísticos sistematizada nos bancos universitários – que só viria a existir no Brasil do século XX, na época de atuação de Mattoso Câmara Jr., mas, todos eles mestres em sintonia de leitura e produção com correntes linguísticas na virada do século XIX para o XX. De fato, grosso modo, os gramáticos que se tornaram referências para escolas em todo o Brasil do fim do século XIX até as décadas de 20 e 30 do século XX

eram *amplos* em seus acessos a quadros plurais. Formados em Humanidades, Direito ou até mesmo em Medicina, produziam, concomitantemente, livros escolares não somente em língua portuguesa, literatura nacional e portuguesa, mas também de alemão, inglês, francês, latim, história e geografia (corografia), dentre outros.

Observando o conteúdo de suas obras e os demais livros que co-atuavam na formação discente, podemos verificar claramente a exata noção que tinham dos objetivos escolares ligados ao ensino da norma culta referenciada nos clássicos da Literatura. Nisso estão alinhados à tradição gramatical anterior a eles, e que se lhes ultrapassa no tempo. Contudo, fica patente que não perdem de vista, ainda que de forma complementar, os níveis de abordagens reflexivos sobre a linguagem humana e, principalmente, o objetivo de instrumentalização do alunado, via análise sintática e léxica, para a leitura e compreensão de estruturas não vernáculas que encontrarão no contato com diferentes gêneros escritos. Aprender sintaxe era, pelo que inferimos de modo especial em materiais didáticos como as chamadas *lições* e exercícios em *seletas*, ao mesmo tempo 1) aprender modelos para falar e escrever no pragmatismo social de um intercurso universalizador, numa língua criada na arbitrariedade das escolhas dos gramáticos que não fosse a língua real de ninguém; e 2) aprender a ler, a decodificar estruturas estranhas a suas comunidades de fala, que encontravam nos textos literários de sincronias passadas. À semelhança do que ocorria em países europeus, como Espanha, França e Itália no início do século XX, a escola promovia a estabilidade e artificialidade de uma língua de Estado que oprimia a diversidade de vernáculos locais. Uma mesma ação programática sobre diferentes objetos: na Europa, uma das línguas românicas dentro de cada país era tomada por Língua de Estado e oprimia as outras (o castelhano em relação ao galego e catalão, por exemplo); no Brasil, a língua artificial da escola referenciada subjetivamente em usos literários oprimia as variedades regionais e sociais, exacerbando o preconceito linguístico atávico da gramática greco-latina. Contudo, havia também um efeito positivo no plano das *habilidades* para o corpo discente daquelas escolas públicas modelares do Rio de Janeiro: um eficiente letramento em gêneros textuais com estruturas linguísticas menos cotidianas. O efeito vem historicamente referendado por ex-alunos tanto ilustres, quanto ilustres desconhecidos.

Interessa saber o que exatamente era usado para além desses grandes mestres, e quem eram os atores desse ensino naquelas três escolas hoje seculares? Onde estão os materiais e de que informações dispomos sobre o conjunto do corpo docente década a década? Muito pouco sistematizado e mesmo desconhecido. Uma das razões para essa situação diz respeito a uma regra básica da pesquisa em arquivos: os materiais mais usados, que mais circularam para atividades cotidianas foram os mais deteriorados de mão em mão e, portanto, os que menos sobraram ao descarte. Por isso mesmo, são os mais difíceis de terem ficado salva-guardados nos arquivos históricos.

Nossa escolha por escolas centenárias no Rio de Janeiro esteve pautada, além do já dito, na expectativa de serem recuperados materiais de ensino de língua portuguesa dentro de um

maior intervalo de tempo em estabelecimentos de ensino com representatividade a um mesmo tempo local e nacional. Tendo sido o Rio de Janeiro a sede da corte colonial, a capital do Império e da República, a centralização de poder político e das instituições promotoras da cultura letrada sempre fora notória. Nesse sentido, desde o início de nossa pesquisa, CPII é tratado como uma célula em si do recorte *qualificação do local de adoção das gramáticas*, pois é o único colégio cujo programa se torna, no século XIX, a referência oficial e real para escolas laicas em todo o Brasil.

Tratando do ensino de História, Cardoso (2006) lembra, por exemplo, que o Liceu de D. Afonso, o primeiro Liceu no Rio Grande do Sul, em 1851, tinha seu “currículo escolar (...) fortemente influenciado pelo Colégio Pedro II e foi de suma importância para a articulação do estudo didático da História do Rio Grande do Sul.” (CARDOSO, 2006, p. 97-98). Há relatos como esses por todo o país desde o Império, até a República.

Dentro desse mesmo caráter modelador de práticas e de materiais de ensino, nossa pesquisa investiga o acervo do Colégio Militar do Rio de Janeiro não apenas pelos reflexos nacionais em outros colégios militares, mas também pelo contraponto de linha de ensino, ao menos em âmbito local carioca, que se estabelece com o Colégio Pedro II. Se por um lado o CPII voltasse às humanidades, o Colégio Militar traduziu em objetividade o caráter positivista dos oficiais do princípio da República, ainda que, antecipando nossos resultados, tenhamos observado a promoção de estudos literários e de sua difusão nas revistas internas que fundaram. Temos, assim, o caráter contrastivo qualitativo de significância social, conforme os princípios aqui elencados para a constituição de *corpora*.

Após de longa fase de trabalho de campo em acervos históricos variados na cidade do Rio de Janeiro, como a Biblioteca Nacional e Real Gabinete Português de Leitura, foram visitadas as próprias escolas centenárias. Procedemos, então, à tarefa de levantar gramáticas escolares do CPII e CMRJ como etapa numa etapa-piloto de reconhecimento dos espaços internos onde poderia haver materiais catalogados e não catalogados. Nesse sentido, primeiro cumprimos cronograma de trabalho voltado ao mapeamento de registros de obras usadas, para, depois, levantar os livros existentes em cada local e, por fim, avaliar o conteúdo das obras. Ainda que fundamental para entender a difusão da normatividade nas escolas cariocas, por uma questão de critério, a pesquisa sobre as obras usadas numa terceira escola centenária carioca, o Instituto de Educação, a escola de normalistas da cidade do Rio de Janeiro, ficou para uma segunda fase de investigação.

O trabalho desenvolvido para se chegar a este artigo, em termos mais simples, pode ser descrito em dois grandes blocos de atuação: o do trabalho de campo em instituições públicas e a análise do material encontrado. No primeiro bloco, procedeu-se ao levantamento de referências históricas e à subsequente localização das fontes primárias *in loco*. No segundo bloco de atuação, foram examinadas as informações recolhidas de modo a se entender a real situação em

cada lugar e, assim, definir qual o avanço possível dentro dos objetivos gerais de trabalho. E, em relação a essas escolas, eram bem diferentes. Por um lado, no CPII, foi possível chegar-se a um catálogo-localizador de gramáticas apontadas nos programas do Colégio Pedro II desde meados do século XIX, até a década de 20 do século XX. Por outro lado, no Colégio Militar, onde imensa parte do acervo histórico de sua biblioteca foi se esvaindo década a década, foi possível chegar-se a uma lista dos professores do colégio desde sua fundação, em 1889, até a década de 50 do século XX.

Vejam os passos de nossa investida nos arquivos. A experiência aqui realizada sempre pode vir a ajudar novas pesquisas com tema similar a otimizar o tempo nos arquivos, superando problemas já aqui apontados. Mais que isso, o passo a passo na análise de algumas informações levantadas na próxima seção procura elucidar aspectos do tratamento metodológico proposto para abordar com a qualidade de *corpus* as obras gramaticais escolares de um dado período.

Resultado do trabalho de campo nos Arquivos: CP II.

No Colégio Pedro II, a pesquisa cobriu o Núcleo de Documentação (NUDOM), seção que, desde a década de 90 do século XX, reúne, restaura, cataloga e estuda documentação escrita e icônica de todos os aspectos da história do Colégio. Sediado, àquela altura, na Unidade Centro do Colégio Pedro II, o NUDOM abre seus catálogos e acervo à pesquisa acadêmica, bem como auxilia os pesquisadores na busca de seus materiais. Esse foi o caso quando necessitamos de um levantamento de títulos em seção não catalogada e de acesso restrito aos bibliotecários da escola: a preciosa Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II. Também por orientação dos profissionais do NUDOM, conhecemos importante edição dos Programas de todas as disciplinas do CPII, que cobria desde sua fundação até 1950. Estava ali nosso *mapa da mina*, uma trilha privilegiada para recortarmos materiais de ensino de Língua Portuguesa e passarmos a escavar nas fichas do NUDOM e dos demais acervos oficiais do Rio de Janeiro. Na *introdução* dessa edição, já podemos confirmar a razão sócio-histórica primeira de nossa escolha de iniciar nossa investigação pelo CPII:

Dentre os programas da coletânea, quinze deles foram elaborados para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Os outros três foram expedidos pelo Ministério da Educação para serem implementados em nível nacional. Muito embora a maioria dos programas tenha sido desenvolvida para o Colégio de Pedro II, pode-se afirmar que representam, em certa medida, os programas do ensino secundário oficial, tendo-se em vista que o referido Colégio era considerado modelo para os outros estabelecimentos secundários do país (VECHIA; LORENZ, 1998, p. vii).

Em diversas documentações de época, esse caráter de modelar se confirma especialmente no plano nacional. Isso desde o início. Vechia & Lorenz (1998) destacam:

Por ocasião da inauguração do Imperial Colégio de Pedro II, em 25 de março de 1838, o então ministro da Justiça e Interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, em seu discurso, explicitou que o novo Colégio serviria de padrão aos demais do gênero. Consequentemente, era o foco de atenção das autoridades educacionais do poder central. (VECHIA; LORENZ, 1998, p. vii)

Quem trabalha em arquivos históricos sabe dimensionar a importância dos catálogos bem organizados. O trabalho inteligente e erudito de quem compreende a significância histórica dos materiais a selecionar para a catalogação é o que define se os pesquisadores futuros do acervo ficaram dias ou anos até pôr as mãos nos documentos sonhados. Quando a elaboração de um catálogo exige a leitura de manuscritos de séculos pretéritos, o que é, de fato, exigido é uma formação paleográfica de seus autores. O catálogo à disposição ali fácil na mesa dos arquivos esconde muita dedicação, formação, erudição, método e inteligência de quem o concebeu e produziu. Sem a eficiente seleção e descrição de conteúdo documental, tudo teria de começar da estaca zero. A obra *Programa de Ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951* (VECHIA; LORENZ, 1998) é tudo isso e muito mais. Fazendo as vezes de um catálogo, é uma edição bem cuidada dos programas de ensino Colégio Pedro II; manuscritos guardados no Núcleo de Documentação Pedro II, Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Nessa obra monumental, são encontrados os conteúdos programáticos de todas as disciplinas, a cada mudança oficial dos programas na escola, bem como, na maioria dos casos, a indicação dos livros didáticos indicados para cada série de ensino, desde 1850 até 1951. Um tesouro para os pesquisadores ocupados com fontes primárias sobre o ensino no Brasil. Para nós, a oportunidade de recortar as informações sobre obras gramaticais e reorganizá-las com as localizações das mesmas obras em arquivos localizados na cidade do Rio de Janeiro. Um painel organizado pronto a funcionar como um guia de um potencial *corpus* metalinguístico da formação da gramática tradicional escolar brasileira, a base para as décadas a partir do Estado Novo e anterior à *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB).

Conforme edição de Vechia & Lorenz (1998), no primeiro programa de ensino do *Colégio Imperial de Pedro II*, de 1850, não há indicação de obra gramatical de língua portuguesa, apenas conteúdos programáticos das disciplinas. Contudo, nele, em relação ao primeiro ano letivo, consta a cobrança de conhecimento de *Grammatica Nacional* focado praticamente aos *quadros verbais*. Na verdade, além do de 1850, em outros programas também não há indicação de livros escolares, nem de gramáticas de língua portuguesa. São eles: 1878, 1912, 1915, 1931, 1942, 1943 e 1951. Neles só se encontram os conteúdos a serem ensinados. Não é arriscado supor, como é praxe nas escolas até hoje, que se não há indicação de livros didáticos em um novo programa, deviam estar valendo os do programa anterior, apesar de encontrarmos também, nos três primeiros programas, a estratégia de simplesmente repetir *gramática nacional*.

A primeira gramática indicada aparece no segundo programa, em 1856, e é repetida nos programas de 1858 e de 1862. Trata-se da *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Cyrillo Di-

lermando, 12 anos depois de fundada a escola, em 25 de março de 1838.

Evidente que já se aprendia gramática portuguesa nas escolas antes disso. A cobrança dos quadros verbais em gramática *nacional* no programa anterior deixa isso claro. Em 1852, sob o rótulo *Linguas*, encontram-se referências ao estudo gramatical de francês e latim. O ensino gramatical, na escola, mantém essa ambiência múltipla até o último programa de ensino transcrito. Aos alunos, as mesmas categorias descritivas da tradição greco-latina serviam para mais de um sistema linguístico. Essa potencialidade comparativa de estruturas diferentes sempre colabora para uma maior habilidade em perceber propriedades mais gerais ou mais particulares de cada uma dessas línguas.

Antes de 1856, é bem provável que os professores de português do CPII usassem as gramáticas que quisessem, assim como lançassem mão da cópia direta do quadro negro (ou do ditado) de trechos de diferentes gramáticas. Uma verdadeira continuidade do que era feito desde o século XVIII. Pode ser, também, que, nesse contexto, usassem gramáticas lusas, como a de Reis Lobato, ainda reeditada à época. Mas o fato aqui mais importante não é saber se as gramáticas foram usadas no CPII, nem se só figuram nos programas, mas sim saber **que gramáticas** receberam a chancela oficial do CPII, e, por isso, viraram referência. Esse é o peso que recai sobre a indicação da mais antiga lá incluída, a gramática de Cyrillo Dilermando, e para todas a partir de então. Peso para o bem, peso para o mal. Se com a propaganda de ser uma obra adotada no CPII um livro didático não lograsse sucesso no restante das escolas, é sinal algo estava errado: o material não era bom, seu autor era perseguido, ou qualquer fator a ser explicado pela pesquisa histórica.

A indicação de uma gramática nos programas de ensino do CPII não exclui a possibilidade de outros materiais terem sido utilizados na instituição, mas são, pela indicação em si, um dado de destaque dentre outras obras gramaticais à época. Observando as indicações, tanto na linha do tempo, quanto dentro de um determinado ano, muitas inferências podem ser feitas. Uma delas diz respeito ao fato de quase todos serem professores da casa. É um grupo seleto e qualificado conforme o perfil de erudição a cada época. No contraponto, aqueles autores de gramáticas indicadas, mas que não faziam parte do CPII, também revelam uma significância especial: superaram uma forte tendência corporativa. É sinal de que suas obras obtiveram algum tipo de sucesso de público ou de crítica à época. De fato, pouquíssimos autores das gramáticas escolares ou de obras gramaticais complementares, também indicadas nos programas de ensino, não foram professores no CPII.

A leitura das obras levantadas no NUDOM, algumas dela já bem estudadas por vários colegas da gramaticologia, sempre pode trazer à luz novas informações. Esse foi o caso de percebermos que o registro de uma obra gramatical de João Ribeiro ter reunido três gramáticas em uma só ficha. Mais que isso, descobrimos que, além de suas duas obras gramaticais mencionadas nos Programas do CPII, onde lecionou, a *Grammatica do Curso Superior e a Grammatica*

do *Curso Médio*, havia também a *Grammatica do Curso Primário*, todas reencadernadas em um só volume. Se as duas primeiras entram em nosso *corpus* metalinguístico para recuperação da norma predicada na escola referência para todo o país, a comparação temática entre as três é excelente caminho de observação do que se chama *redução didática* da descrição linguística para o ensino escolar. Quando observamos autores como João Ribeiro, em seus estudos mais descritivo-linguísticos à luz do que conheciam da Europa à época, virada do século XIX ao XX, e comparamos a gradação posta para cada ponto gramatical de suas gramáticas descritivo-normatizadoras Superior para a Média e chegando à Primária, vemos como se pratica a simplificação consciente da descrição da língua escrita, em geral literária, não vernácula aos alunos, por questões didáticas e não por confusão entre descrição da língua e descrição da referência da língua padrão. Essa didática de uma língua não vernácula, quando observada na *grammatica* do Curso Primário, é quase uma didática de língua estrangeira. O capítulo das preposições é exemplar: as relações descritas no uso das preposições são acompanhadas de desenhos, estampas com cenas de uso. São vários os aspectos a serem explorados a partir da lista de gramáticas a que chegamos.

Encontramos autores como o do livro *O nosso Idioma, do Cathedratico do Gymnasio de Campinas* (SP), Othoniel Motta, usado basicamente para fornecer um inventário topicalizado que seguia as subcategorias de classes de palavras e as da formação de palavras. Ele contrapõe formas latinas e formas portuguesas em suas mudanças fonéticas e morfológicas e aplica esse apanhado geral de nomes e verbos numa seleta de textos clássicos e na seção subsequente *Commentarios*. Trata-se de uma instrumentalização de conteúdos aplicados a textos dentro da mesma obra. Sempre havia esse tipo de material coadjuvante às gramáticas que, via de regra, nesse ponto do tempo, não contavam com seletas. Podemos ver, avaliando outra obra do mesmo autor não incluída no CPII, que esse homem não poderia querer *decoreba* do tal inventário topicalizado de *O nosso Idioma*. Isso porque, longe de ser um gramático desconhecedor das tendências da Linguística, afirma, na *introdução* que abre outra obra de sua autoria, também publicada Campinas, onde lecionava, ter conhecido nos E.U.A. e na Suíça a descrição em *diagramas* das estruturas sintáticas. Método que não logrou sucesso no ensino médio, mas o distinguiu na visão dos professores de maior renome coevos e posteriores. Apesar de bem conhecido pelos especialistas em gramaticologia, o trabalho descritivo em diagramas sintáticos de Othoniel Motta ainda foi pouco explorado.⁹

O estudo detido desses e de outros nomes gramáticos que excepcionalmente não lecionavam no CPII esperam maior avanço. O que, no âmbito desta etapa de trabalho, já se nos revela é serem exemplos metonímicos das tendências pendulares ora mais descritivas, ora mais normativas nas gramáticas tradicionais escolares. Ainda que sempre promotoras de um padrão culto letrado, as gramáticas do CPII, em nossos dados, grosso modo de 1880 a 1920, pendiam mais

⁹ Exceção feita a Xavier (2012).

para a descrição instrumentalizadora para o acesso progressivo do alunado às estruturas não vernáculas dos textos literários. O ponto máximo dessa instrumentalização era alcançado nas gramáticas dos últimos anos, as chamadas de *Curso Superior*. Nelas eram estudadas a história da língua portuguesa, entre outras coisas, por categorias de mudanças fonéticas e pela explicação de estruturas medievais encontradas nas cantigas lidas pelos alunos nas seletas. Fora do CPII, as duas tendências se consolidavam em diferentes publicações no mercado triangulado entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Ora mais expositivas (descritivas) ora mais normativas, as obras gramaticais escolares atendiam a práticas escolares que parecem terem se concentrado mais no caráter normativo a partir da década de 30, quando, conforme a impressão que nossos dados preliminares sugerem, o número de obras promotoras de regras de tipo *certo e errado* cresceu em relação às gramáticas descritivo-normativas escolares. O reflexo disso no CPII ainda merece ser verificado, mas, ao que parece, o tratamento descritivo e, por hipótese nossa, de aplicação à decodificação de estruturas não vernáculas sempre prevaleceu. Um tratamento descritivo usado para difundir modelos de escrita culta para o uso escrito e falado de seus alunos, é verdade, mas um tratamento descritivo de melhor qualidade que as simples regras de bom uso. Não por acaso, o título de Bacharel em Humanidades do CPII valeu, por algum tempo, para ingresso direto, sem provas de concurso, na Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro. Tratava-se de um perfil social claramente tornado alvo para os egressos da escola, fossem de origem social abastada, fossem de uma classe média urbana em ascensão no Rio de Janeiro. Os materiais gramaticais refletem esse encaminhamento para as humanidades, mais ou menos no sentido do que denominamos, hoje, área de Humanas no Ensino.

Em relação ao Colégio Pedro II, a disposição das obras em um painel temporal alinha nomes de gramáticos conhecidos e estudados por especialistas em gramaticologia. Uns mais, outros menos. Mas não é, até onde sabemos, uma sistematização já disponibilizada como *corpus* de obras metalinguísticas, e muito menos vulgarizada, na historiografia linguística. Podemos desde já, contudo, disponibilizar um painel sumário com as obras nomeadas na edição dos programas de Vechia & Lorenz (1998), que serviu de base para a análise de Gonçalves (2007), que alinha as gramáticas do Colégio Pedro II entre 1882 e 1912, período um pouco mais curto que o daqui, para uma abordagem do reflexo das ideias humanísticas e cientificistas nos conteúdos dos programas. Já cobrindo um período maior que o nosso, Razzini (2010, p. 51) apresenta algumas diferenças em relação ao material editado por Vechia & Lorenz (1998). Por exemplo, indica a gramática de Caldas Aulete como adotada de 1870 a 1876, o que não confere com a edição dos Programas com que trabalhamos, e, por outro lado, não menciona os *Elementos da grammatica portugueza* de Felisberto de Carvalho. É preciso, ainda, conferir as fontes usadas pela autora. De qualquer modo, o foco de abordagem desse excelente artigo não era dar uma visão de conjunto das obras gramaticais para a construção de *corpora* contrastivos.

À guisa de contribuição acadêmica, em seguida, disponibilizamos informações sobre os

títulos de capa, anos e séries em que foram incluídas no programa oficial da escola, suas edições e autores. Uma lista sumária, mas também uma facilitadora de suma importância aos pesquisadores debruçados sobre nossas mesmas questões.

1856

- Grammatica da Língua Portuguesa, de Cyrillo Dilermando.
- Sinonimos. Fr. Francisco de S. Luiz.

1858

- Grammatica da Língua Portuguesa, de Cyrillo Dilermando.
- Sinonimos. Fr. Francisco de S. Luiz.

1862

- Grammatica da Língua Portuguesa, de Cyrillo Dilermando.
- Sinonimos. Fr. Francisco de S. Luiz.

1877

- Grammatica Portuguesa, de Manoel Olympio Rodrigues da Costa.
- Grammatica, de Theophilo Braga.

1882

- Grammatica Portuguesa, de Manoel Olympio Rodrigues da Costa.
- Grammatica Portuguesa, de Julio Ribeiro.

1892

- Grammatica de João Ribeiro, curso médio.
- Grammatica de João Ribeiro, curso superior.
- Lições de Grammatica Portuguesa, João Ribeiro.
- Grammatica analytica por Maximino de Araujo Maciel.
- Noções de grammatica portugueza, por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade.
- Estudinhos da lingua patria, por A. da Silva Tulio.

1893

- Grammatica portugueza de João Ribeiro (Curso Médio).
- Grammatica de João Ribeiro (curso superior).
- Noções de grammatica portugueza, por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade.
- Grammatica analytica, por Maximino de Araujo Maciel.
- Estudinhos da lingua patria, por A. da Silva Tulio.

1895

- Alfredo Gomes: Grammatica (5ª edição).
- Pacheco Junior e Lameira de Andrade: Noções de grammatica portugueza (2ª edição).

1898

- Elementos da grammatica portugueza, por Felisberto de Carvalho, (14ª edição) e Exercícios de lingua portugueza, correspondentes à Grammatica elementar, (4ª edição) pelo mesmo autor.
- Grammatica Portugueza, pelo Dr. Alfredo Gomes, 7ª edição.
- Grammatica Portugueza, por M. Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (2ª edição).

1926

- Antenor Nascentes. Analyse grammatical e logica. O idioma nacional.
- 1º Volume.
- José Oiticica. Manual de analiyse.
- Othelo Reis: verbos.
- Said Ali – Grammatica elementar.
- Said Ali: Grammatica secundária da língua portuguesa
- Othoniel Motta – O meu idioma
- Julio Nogueira – O exame de Portuguez.

1929

- Antenor Nascentes. Analyse grammatical e logica.

- O idioma nacional. – 1º Volume.
- José Oiticica. Manual de análise.
- Othelo Reis: verbos.¹⁰
- Guia para algumas dificuldades de análise lexical. Textos para corrigir.¹¹
- Said Ali – Grammatica elementar.
- Maximino Maciel – Lições elementares de língua portuguesa.
- Said Ali. Grammatica secundaria da lingua portuguesa.
- Antenor Nascentes. O idioma nacional – 2º volume.
- Antenor Nascentes – O Idioma Nacional – 3ª volume.
- Othoniel Motta – o meu idioma.
- Julio Nogueira – O exame de portuguez.
- Antenor Nascentes – O Idioma Nacional – Vol. IV.
- Said Ali – Lexiologia do portuguez historico.

Uma questão que emerge dessa lista seria saber quais dentre esses autores eram professores do CPII? E qual o perfil de quem não era? Observem-se os autores e informações até aqui encontrados:

- Cyrillo Dilermando.
- Manoel Olympio Rodrigues da Costa.
- Theophilo Braga.
- Julio Ribeiro (Professor do Colégio Pedro II).
- João Ribeiro (Professor do Colégio Pedro II).
- Maximino de Araújo Maciel (Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro).
- Manuel Pacheco da Silva Junior (1843-1899)¹² – Professor do Colégio Pedro II e do Gymnasio Nacional do Rio de Janeiro.

10 Trata-se da obra *Breviário da Conjugação dos verbos da língua portuguesa*, de Othelo de Souza Reis.

11 Trata-se das obras *Guia para algumas dificuldades de análise lexical e Textos para Corrigir* de Othelo de Souza Reis.

12 Em alguns registros o nascimento é indicado em 1842.

- Boaventura Plácido Lameira de Andrade (- 1897)¹³ – Professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, Prof. Substituto do Colégio Pedro II.
- Alfredo Gomes – Professor do Colégio Pedro II / Escola Normal / Colégio Militar / Colégio Abílio / Liceu Literário Português de Artes e Ofícios, Ginásio Mineiro.¹⁴
- Felisberto de Carvalho (Formado em Niterói, RJ, atuação em São Paulo).
- Antenor Vera Nascentes (1886-1972) – Professor Colégio Pedro II, de espanhol.
- José Rodrigues Leite e Oiticica – Professor do Colégio Pedro II (1882-1957).
- Manuel Said Ali (1861-1953) – Professor do Colégio Pedro II, de alemão, francês, inglês e geografia.
- Fr. Francisco de S. Luiz (*Synonimos*).
- A. da Silva Tulio (*Estudinhos*).¹⁵
- Othelo de Souza Reis (1890-1948) – Professor do Colégio Pedro II e Escola Normal (1890-1948). (*Conjugação de verbos; Guia para algumas dificuldades de analyse lexica e Textos para corrigir*).
- Othoniel Motta (*o meu idioma*).
- Julio Nogueira (*exames*).

Interessante foi não só confirmar que grande parte dos autores eram professores da escola, mas principalmente observar, à parte, que as gramáticas e autores de fora da casa são um filão interessante. É bem provável que tenham sido nomes que revelam alguma significância à sua época, seja pela obra escolhida, seja por outras obras lançadas. Vale investigar sistematicamente esse grupo de gramáticos para se entender o porquê de furarem a primazia do grupo da casa. Nesse sentido, destaquemos somente o caso de Felisberto de Carvalho.

Felisberto de Carvalho, formado na Escola Normal de Niterói, no último quartel do século XIX, atuou como professor em São Paulo capital e produziu coleção didática de ensino de língua muito difundida por anos (cinco volumes do *Livro de Leitura*). Era um sucesso editorial. No entanto, o que foi incluído no programado CPII em 1898 foi sua gramática escolar, e respectivo volume de exercícios. Interessante é o caráter mais objetivo, menos descritivo, de sua bem sintética gramática que, assumidamente, procurava evitar discussões terminológicas e reduzia a descrição ao máximo em função de dar aos alunos um quadro direto de regras de prescrição.

13 Data da morte calculada pela informação de que seu filho, que nascera em 1880, perdera o pai aos 17 anos.

14 Locais de trabalho indicados, nessa ordem, no subtítulo da 15ª edição de sua *Grammatica Portugueza* (1913).

15 Trata-se do *Estudinhos da lingua patria*, que aparece nos programas de 1892 e de 1893.

Era um caráter de exceção em relação a outras obras no CPII, que provavelmente servia de complemento às demais obras no mesmo programa. Vale destacar que nessa obra de Felisberto de Carvalho consta, salvo erro, a mais antiga referência direta à regra de somente serem usados pronomes oblíquos em complemento direto de verbos.

Resultado do trabalho de campo nos Arquivos: CMRJ.

Paralelamente ao trabalho no NUDOM, investimos no Colégio Militar do Rio de Janeiro, que, até onde percebemos, teve influência nacional circunscrita ao ambiente militar, mas, em termos de Rio de Janeiro, foi um modelo de ensino significativo e modelador do caráter programático de várias escolas por toda a cidade.

O trabalho de campo no Colégio Militar seguiu um compasso consoante à estrutura da Instituição: acessos preliminares para o reconhecimento dos espaços dos acervos históricos e de seus conteúdos que potencialmente serviriam à pesquisa. Somente depois, ciente de onde e com que materiais trabalharia é que seria possível solicitar permissão ao Comandante do Colégio acesso direto às fontes primárias, etapa necessária a acervos em instituições concebidas centralmente na estruturação hierárquica, como é o caso das militares e religiosas. Dessa forma, na fase inicial, o acesso ao Espaço Cultural Conselheiro Thomaz Coelho permitiu constatar não haver acervo organizado, nem mesmo acondicionamento, sequer assistemático, de qualquer material didático usado na escola desde 1889. Para além de algumas poucas provas de língua portuguesa guardadas no Espaço Cultural da escola, não há qualquer outra fonte primária que testemunhe a prática escolar com o ensino de língua na escola. Cumprida essa etapa de levantamento material *in loco*, ficou claro que o CMRJ seria o espaço de recuperação indireta de obras gramaticais, ou seja, seria o lugar onde tentaríamos chegar a referências nominiais dos materiais usados, chegar a uma lista de obras para depois partirmos para uma busca fora da escola, em acervos públicos e privados.

Essa pesquisa biobibliográfica é lenta, posto que se realiza por cruzamento de informações sobre professores, registros de compra de materiais, anotações de alunos, enfim, toda pista que pudesse ser cruzada com um título gramatical coevo. Assim, por exemplo, se chegássemos ao nome de todos os Professores de Língua Portuguesa do Colégio, poderíamos cruzar informação sobre suas autorias de livros didáticos. Sabendo que um professor tinha sido gramático, teríamos novo fato a ser cruzado com comentários de alunos nas revistas internas que eles mesmos escreviam. A troca de informações com profissionais da própria escola, como é praxe na saudável interação entre pesquisadores e funcionários de instituições do patrimônio histórico, permitiu definir onde e o que procurar. Foi possível investigar exaustivamente os registros da *Ordem do Dia* da escola desde sua fundação, em manuscritos originais a partir de 1899 e impressos do Boletim do Exército do início do século XX, de modo a tentar recuperar a lista dos professores de língua portuguesa da escola. A lista dos primeiros professores está disponível no

Espaço Cultural da escola, mas a partir dela não se sabe muito bem quem fez o que no rodízio de funções.

Interessante que o conhecimento já produzido sobre esse assunto, mas pouco difundido, dá conta de duas situações exemplares do que queremos controlar. Um professor do CMRJ, Alfredo Gomes, foi autor de gramática escolar adotada na própria escola, no CPII e no IERJ, lugares onde também lecionou. Já outro professor do CMRJ, Hemetério José dos Santos, apesar de igualmente autor de gramática escolar, pôde usá-la com *ressalvas* no CMRJ, conforme palavras de Costa Cunha (2011):

Diante da ausência dos professores da disciplina no secundário, os irmãos Fausto e Alexandre Barreto, a discussão foi adiada, e na sessão seguinte, pela defesa categórica que estes fizeram do ensino de Português praticado no secundário, fica evidente a disputa entre os professores dessa cadeira, e tal encaminhamento foi rejeitado pelo corpo docente. Esta querela já havia se manifestado anteriormente, quando da apreciação pelo Conselho, da “Gramática” de Hemetério, no intuito de ela ser adotada no curso preliminar. Enquanto Alexandre Barreto fez severas críticas à obra, acusada de ter erros gravíssimos, além de trechos copiados de outros gramáticos, Fausto Barreto corroborou que ela será “antes um veneno para o cérebro infantil dos jovens alunos do Colégio Militar”, não recomendando sua adoção. No entanto, a despeito da polêmica suscitada entre os professores, a obra foi adotada, com ressalvas (COSTA E CUNHA, 2011, p. 6).

Esta obra didática, motivada por sua fama de competência entre os próprios alunos e por sua condição de professor do CMRJ, circulou em edições que se renovavam no Rio de Janeiro. Um professor negro que, desde o fim do século XIX, impunha-se, possivelmente até em parte pela representatividade que o CMRJ tinha na sociedade carioca, mas, na verdade, por sua erudição e competência docente. E isso numa realidade brasileira extremamente discriminatória. Foram dois professores autores cujas obras gramaticais participam de *corpora* contrastivos distintos: a de Alfredo Gomes do *corpus* de gramáticas escolares do CPII, do *corpus* de gramáticas escolares do CMRJ; e a de Hemetério José dos Santos faz parte do *corpus* de gramáticas usadas por colégios particulares no Rio de Janeiro, materiais referendados, principalmente, pelo cruzamento de informações com as propagandas das editoras à época, que anunciam toda sorte de material: de Said Ali a professores de fora do círculo ótimo das escolas públicas CPII/CMRJ/IERJ. É o que vemos, dentre outros exemplos, na propaganda encontrada, na contracapa do livro *O Nosso Idioma* (1917), de Othoniel Motta, publicado por Weiszflog Irmãos no Rio de Janeiro e em São Paulo: logo depois do anúncio no prelo das gramáticas elementar e superior de Said Ali, figura o título *Português Prático* de Marques da Cruz.

Desde nomes já estudados como esses, até cobrir o máximo possível nomes listados mas ainda intocados, como o do Ten. Nelson de Vasconcelos Almeida, professor de Português, da primeira leva de mestres da escola, que, até onde apuramos, não produziu obra gramatical, mas lecionou também na Escola Naval e foi Deputado Federal por anos. Essa recuperação biográfica

dos professores é fruto colateral de nosso cruzamento de informações sobre materiais didáticos, mas tem significância para a recuperação da representatividade social do que significava usar um material do Colégio Militar, onde trabalhavam e transitavam figuras do círculo do poder. É dado externo que qualifica, que contextualiza sócio-historicamente os *corpora* metalinguísticos que buscamos organizar.

A pesquisa de campo no CMRJ forneceu preciosas informações sobre os boletins internos e as fichas de alunos. Fotografados e lidos alguns manuscritos originais de 1899 a 1920, verificamos que os livros não seriam listados nos registros de compras da escola. O que descobrimos de interessante é a recuperação das nomeações para as disciplinas da escola nas *Ordens do Dia*. Também percebemos como a investigação sistemática das Revistas criadas na escola no início do século XX pode trazer à luz informação sobre a cultura escolar vigente. Esgotado o trabalho de campo na escola, a investida a outro acervo militar, a Biblioteca do Exército, permitiu chegar-se a uma lista mais completa de professores do CMRJ até 1950. A pesquisa por cruzamento de informações continua: agora sabemos a quem procurar e por eles poderemos chegar aos materiais didáticos pela pesquisa de referências cruzadas. O trabalho em acervos sempre se ramifica em artérias para novas frentes.

A principal conclusão a que chegamos sobre a reconstrução não só do *corpus* metalinguístico das gramáticas escolares, mas de todos os elementos da história da educação do CMRJ é que ela será mais bem conduzida pela execução de projeto de entrevistas com base na metodologia da História Oral,¹⁶ linha de pesquisa que considera o depoimento oral uma fonte primária para a Historiografia. É talvez por ela que também se possa buscar gramáticas em acervos privados de ex-alunos. A partir da memória de ex-alunos e filhos de ex-alunos será possível reunir informações outras a serem cruzadas com aquelas advindas dos registros escritos.

É um trabalho que talvez traga surpresas às nossas hipóteses iniciais para os materiais do Colégio Militar muito provavelmente compostos conforme encaminhamento pedagógico alinhado aos diferentes propósitos para os egressos. É o que aponta Costa Cunha (2011):

Podemos entender a educação secundária nesse momento como um fator de diferenciação social, na medida em que a formação dos jovens, pertencentes a grupos sociais restritos, quer seja das classes dominantes, quer seja das incipientes camadas médias urbanas, fundamentava-se em saberes desarticulados da vida profissional, capacitando os filhos de uma classe, distinta econômica e culturalmente, a prosseguir nos cursos superiores. A nosso ver, à exceção do Colégio Militar, cuja finalidade era, inequivocamente, preparatória e profissionalizante, pois, em vez de conferir títulos de “bacharéis em ciências e letras” como o Gymnasio Nacional, diplomava agrimensores (COSTA E CUNHA, 2011, p. 9).

São índices trazidos à luz por pesquisas ainda bem incipientes. Em recente apresentação

16 THOMPSON (2002); MEIHY (2005).

oral em jornada de iniciação científica da UFRJ, Nascimento (2018) comentava que “Apesar de existir grande cobrança no ensino da gramática, os alunos não fizeram menção sobre um ensino da língua onde se decorava um conjunto de regras.” E, mais, afirma o pesquisador que “Surpreende a resposta do entrevistado mais recuado temporalmente diante da pergunta *O senhor lembra como eram dadas as aulas de Português?*” Um ex-aluno do CMRJ da década de 40 do século XX, hoje octogenário, afirma:

“— Português? Era literatura. Era literatura firme. Era literatura e gramática. Muita gramática e muita literatura. O pessoal quase sabia os poemas de cor e salteado. Juca Pirama... Juca Pirama e Gonçalves Dias era de cabo a rabo analisado. Analisado gramaticalmente (W.M.)” (NASCIMENTO, 2018).

E mais:

“— Gramática era analisando. Analisando o texto do autor e... Falava sobre e... Tocava na gramática, na concordância.” (W.M.). Outra surpresa foi a afirmação de que não existia decoreba. “— Não, não tinha decoreba. Não adiantava decorar (W.M.)” (NASCIMENTO, 2018).

Como se percebe pelos trabalhos iniciais complementares com História Oral, há muito que ser levantado e analisado para além de obras e peças históricas de acervos privados dos entrevistados.

A constituição um *corpus* de gramáticas a partir das obras aqui sistematizadas a ficar disponível para consulta na rede mundial de computadores ainda depende de acordo com as Instituições sob cuja guarda estão as obras aqui catalogadas. No entanto, já estão em curso reprodução fotográfica das obras na Faculdade de Letras da UFRJ, em acervos privados, para distribuição por *e-mail* ou por intermédio do Facebook. Esse *corpus* reunirá, também, as gramáticas do Colégio Militar, no mesmo período, quando forem identificadas.

No âmbito de nossa pesquisa de campo e bibliográfica sobre as obras gramaticais nessa escola, conseguimos identificar todos os professores do CMRJ até a década de 50 do século XX. Dentre todos os nomes de professores de todas as disciplinas da fundação da escola até 1950, encontram-se alguns já identificados como de língua portuguesa, mas nem sempre há qualquer referência da disciplina ministrada. Vejamos alguns verificados nos Boletins Internos manuscritos do CMRJ:

Nelson de Vasconcelos Almeida – Professor de Português (2º Tenente da Armada)

José Ferreira da Paixão – Professor de Francês e Português

Felizberto José de Menezes – Professor de Português

Hemetério José dos Santos – Professor Adjunto de Desenho, Francês e Português

Marcolino Caetano Leão (de abril a agosto de 1889, quando fica doente)

Dr. Luiz Carlos Duque Estrada (apenas enquanto substitui Marcollino Caetano Leão)

Pelo levantamento bibliográfico na Biblioteca do Colégio Militar (*Revista Didática e Revista V*), identificamos alguns nomes presentes no *Anexo XXXIV* do livro *Breve Introdução à História dos Colégios Militares no Brasil*¹⁷, entre os quais podemos indicar

Maximino Maciel

Mario Barreto (a partir de 1901)

Alexandre Carlos Barreto

Esse último irmão de Fausto Barreto. Alexandre Carlos Barreto, em 1890, foi nomeado professor de português da escola militar do Ceará, mas, em 1891, veio para o CMRJ. Outros nomes de reconhecidos até hoje na área de Letras constam da lista, mas o fato de a maioria ser desconhecida sugere que o reconhecimento público dos professores e suas produções de material didático-gramatical ficara restrito ao universo acadêmico-militar. Dentre os nomes, reconhecemos ícones como:

Laudelino de Oliveira Freira

Manoel Cavalcanti Proença

Palavras Finais

O trabalho com fontes para um tratamento como *corpora* metalinguísticos se encerra já em articulação com suas consequências acadêmicas imediatas e de médio prazo. Nesse artigo, foram apresentados critérios de composição e etapas metodológicas para a construção de *corpora* metalinguísticos, o que viabiliza o confronto das normas prescritivas escolares com as normas de uso nos variados conjuntos de textos de sincronias passadas. Assim sendo, as pesquisas sobre normas de uso em *corpora* de textos impressos e manuscritos do *Projeto PHPB* poderão cruzar essa norma praticada com a normatização predicada nas gramáticas, tendo melhor noção de, do quadro geral, que usos seriam mais representativos do processo de letramento escolar na assunção de modelos e de que outros seriam mais próximos de um reflexo de normas

¹⁷ De autoria do Ten. Cel. Prof. A. J. de Figueiredo e do Major Prof. Arivaldo Silveira Fontes, publicado em 1958, no Rio de Janeiro. Consta, ao final, que foi “Impresso no Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias”. 3000 exemplares. Livro raro encontrado na Biblioteca do Exército.

vernáculos transpostas para a escrita.

Também se alude à discussão sobre o papel instrumentalizador do ensino gramatical no período estudado, bem como se levanta a questão da redução didática consciente e programática levada a cabo pelos gramáticos escolares do Colégio Pedro II. A organização, aqui, de listas não só de professores e das gramáticas programadas para uso no CPII, mais também da de professores do CMRJ possibilita aos pesquisadores buscar, em arquivos e biblioteca a que tenham acesso, informações mais precisas sobre atores e roteiros de dois universos escolares de um tempo que já passou. Um controle sócio-histórico qualitativo dos dados que vierem de cada uma dessas escolas. Vale destacar que a possibilidade de acesso aumenta com a disponibilização virtual do catálogo-localizador das obras dessa lista em acervos do Rio de Janeiro, aonde se pode ir e consultar esses materiais diretamente.¹⁸ Novas etapas de levantamento e análise de *corpora* metalinguísticos se seguirão para tornar viável o contraste com *corpus* referencial de gramáticas do CPII. Tudo isso, no tempo caprichoso dos arquivos.

Bibliografia

BARBOSA, A. G. Normas Cultas e Normas Vernáculos: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, A.; MORAIS, M.A.T.; LOPES, R.E.V.;

CYRINO, S.M.L. (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. v. 1. Campinas, SP: Pontes, FAPESP, 2007. p.483-498.

_____. Novos *corpora* para estudos diafásicos: cartas pessoais e cartas publicadas em jornais do séc. XIX. Veröff entlichungsreihe des Studien ber eiches *Neue Romania* des Instituts für Romanische Philologie der FU. Berlin, v. 39, p. 197-218, 2009.

_____. Saberes gramaticais na escola. In: VIEIRA, S.R.; BRANDÃO, S.F. (orgs.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p.31-54.

BRUMME, J. (ed.). *La historia de los lenguajes iberorrománicos de especialidad: la divulgación de la ciência Actas del II Coloqui Internacional (27-29 de mayo de 1999)*. Barcelona; Madrid: Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra, Vervuert-Iberoamericana, 2001.

CALLOU, D.M.I.; BARBOSA, A.G. (orgs.). *A norma brasileira em construção: Cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

CARDOSO, S.R.P. História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico: um instrumento republicano para a construção do imaginário social gaúcho. *Cadernos do LEPAARQ. Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, v. III, Pelotas, RS, Editora da UFPEL, 2006.

18 Disponibilizados em <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>; ou buscar na rede mundial de computadores por CORPORA PHPB.

COSERIU, E. *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

COSTA E CUNHA, B.R. da. Ensino secundário no início da República: um programa para o Colégio Militar. UDESC. Portal de Periódicos, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/download/2333/1770>. Acesso em 20 dez. de 2015.

GONÇALVES, M.F. *Os Programas de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II: uma orientação para o ensino secundário*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2007.

LIMA, A.X. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras da UFRJ, Tese de Doutorado, 2014.

MACIEL, M. de A. *Grammatica Descriptiva*. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1914.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NASCIMENTO, D.R. do. História oral e o ensino de língua portuguesa: Norma e Normatização no Collégio Militar do Rio de Janeiro em meados do século XX. Trabalho oral durante a 40ª Jornada de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC) – 9ª Semana Integração Acadêmica de UFRJ – 15 a 19 de outubro de 2018. Apresentado no dia 17/10/2018, Faculdade de Letras, auditório E1, trabalho código 2109. *Personal Communication*.

RAZZINI, M. de P.G. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 4, jan./jun., p. 43-58, 2010.

THOMPSON, P. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VECHIA, A.; LORENZ, K.M. (orgs.). *Programa de Ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

XAVIER, W.L.V. De *O Meu Idioma à Chave da Língua: a peregrinação histórico-gramatical de Othoniel Motta*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Tese de Doutorado, 2012.

Sobre Dinah Callou — Afrânio Gonçalves Barbosa¹⁹

Sobre Dinah Callou — José Carlos Santos de Azeredo²⁰

19 Aluno da Professora Dinah Callou nas disciplinas de Graduação Port. III (Fonética e Fonologia), em 1985; Port. VI (Sintaxe das orações), em 1986; e Port. VIII (Ensino de Língua Portuguesa), em 1987. Orientando de Mestrado (1993). Orientando de Doutorado (1999). Parceria em capítulos e organização de livros, artigos e cursos de Pós-Graduação. Até hoje necessitando de orientação acadêmica e de vida.

20 Graduado e Doutor em Letras pela Faculdade de Letras da UFRJ, onde, também como docente ao longo de 26 anos, desfrutou do convívio acadêmico com a homenageada, Profa. Dra. Dinah Callou.



A VARIAÇÃO NA INTERLOCUÇÃO: COMO TRADUZIR?

VARIATION IN PRAGMATIC INTERLOCUTION: HOW TO TRANSLATE IT?

Sonia Netto Salomão¹

Resumo

O estudo tem como objetivo comprovar quanto o conhecimento histórico da língua seja imprescindível no âmbito da tradução, tomando como exemplo alguns casos de alocação, principalmente em variação diacrônica: as variantes em relação ao quadro pronominal da segunda pessoa, no que foi chamado de *mistura de tratamento* entre o *você* e o *tu*. São igualmente examinados outros usos típicos dos pronomes de tratamento do século XIX, ao colocarem a questão pragmática da reciprocidade e da hierarquia, ou ainda de formas hoje em desuso. Os textos estudados são de Machado de Assis: o *Quincas Borba*, romance de 1891, e o *Teoria do Medalhão*, conto de 1882. No estudo tratamos de um aspecto importante até agora não examinado metodologicamente: o relativo à não coincidência entre o período de publicação da obra e a sua tradução. Que fazer? Seguir uma perspectiva de respeito pelos códigos linguísticos e culturais do original, historicizando a tradução, ou adotar uma posição modernizante? Em relação ao texto machadiano, estamos considerando uma perspectiva funcional e pragmática da língua literária, que situa o texto literário no âmbito da recriação de um processo de comunicação (STEGER, 1982). A nossa proposta leva em consideração estudos de semiótica da Escola de Tartu (TOROP, 1995), e estudos sobre aspectos de variação diacrônica e sociopragmática. Os resultados obtidos são relativos à avaliação que o tradutor deve realizar diante de um *corpus* representativo do estado da língua (também a literária) no século XIX, levando em consideração aspectos de linguística histórica, de estilística e de variação.

Palavras-chave: Tradução; Variação diacrônica; Pronomes de tratamento; Alocação; Códigos linguístico-culturais.

1 Sapienza, Universidade de Roma 1. E-mail: sonia.nettosalomao@uniroma1.it.

Recebido em: 18/10/2018

Aceito em: 08/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

The aim of this study is to illustrate the extent to which historical knowledge of a language is essential when it comes to translation, taking as examples instances of speech, principally in terms of diachronic variation: the variants of the second-person pronoun, what has been called the mixture of forms of address between *você* and *tu* (both meaning you singular in Portuguese). It also examines other typical uses of pronouns of address in the 19th century, posing the pragmatic question of reciprocity and hierarchy, as well as forms no longer in use today. The texts studied are by Machado de Assis: *Quincas Borba*, a novel from 1891, and *Teoria do Medalhão* (Theory of the Medallion), a short story dating from 1882. This study focuses on an important aspect hitherto not systematically examined, namely the fact that the original work and its translation were published in different historical periods. How should this fact be dealt with? Should the approach be to respect the linguistic and cultural codes of the original, historicising the translation, or to adopt a modernising position? In relation to Machado de Assis's texts, the study will consider literary language from a functional and pragmatic perspective, which situates the literary text in the context of recreating a process of communication (STEGGER, 1982). My approach takes into consideration semiotic studies from the Tartu School (TOROP, 1995), and studies about aspects of diachronic and socio-pragmatic variation. The results obtained relate to the evaluation that the translator must make of a representative corpus of the nature of the language (including literary language) in the 19th century, bearing in mind aspects of historical linguistics, stylistics and variation.

Keywords: Translation; Diachronic variation; Pronouns of address; Speech; Linguistic-cultural code.

O conhecimento histórico da língua é imprescindível no âmbito da tradução, principalmente nas circunstâncias em que expressões aparentemente muito simples podem propor alto nível de complexidade, como é o caso dos pronomes de tratamento em português. Neste estudo tratamos de um aspecto até agora não examinado metodologicamente, embora muito importante: aquele relativo à não coincidência entre o período de publicação da obra e a sua tradução; no caso, a tradução para o italiano de obras de Machado de Assis. Trataremos de alguns casos de alocação – principalmente em variação diacrônica – a partir de exemplos que nos permitem discutir a questão das variantes em relação ao quadro pronominal da segunda pessoa que, no *Quincas Borba*, romance de 1891, apresenta o que foi chamado de *mistura de tratamento* entre o *você* e o *tu*. Examinaremos, igualmente, outros usos típicos dos pronomes de tratamento do período que colocam a questão pragmática da reciprocidade e da hierarquia, ou ainda de formas hoje em desuso, também presentes no conto *Teoria do Medalhão* (1882).

Como é notório, na versão de romances, contos ou textos teatrais, o tradutor se depara frequentemente com trechos que reproduzem a língua falada nos diálogos e nas interações comunicativas diretas. Além do domínio das estruturas gramaticais, que deveria garantir o sucesso, a precisão e a eficiência da tradução, são igualmente relevantes as convenções culturais em confronto. No que diz respeito às traduções contemporâneas de Machado de Assis na Itália, por exemplo, o tradutor se encontra diante de um clássico do Oitocentos brasileiro duplamente

distante do leitor italiano, quer pelos aspectos culturais, quer pelo aspecto histórico da língua. Que atitude tomar? Seguir uma perspectiva de respeito pelos códigos linguísticos e culturais do original, historicizando a tradução, ou adotar uma posição modernizante? Antes de responder à questão, convém resumir alguns pontos relativos ao nosso tema (SALOMÃO, 2016, pags 133-147).

Efetivamente, as formas de tratamento na língua portuguesa constituem uma questão complexa e de difícil resolução, principalmente para os estrangeiros. Contemporaneamente, como bem resumiu Lindley Cintra no seu clássico estudo de 1972 dedicado ao tema (LINDLEY CINTRA, 1986, p. 12-13)², o sistema de formas-sujeito assim se distingue, para o português de Portugal:

1º) tratamentos pronominais, do tipo *tu, você, vocês, V. Ex.^a, VV, Ex.^a*: “*Tu queres? Vocês querem? V. Ex.^a quer?*”; 2º) tratamentos nominais como: a) *o senhor, a senhora, os senhores, as senhoras*; b) *o senhor Doutor, o senhor Ministro*; c) *o pai, a mãe, o avô*; d) *O Antônio, a Maria*; e) *o meu amigo, o patrão*, e assim por diante; e 3º) tratamentos verbais, com a simples utilização da desinência verbal como referência ao interlocutor: “*Queres?*”, “*Quer?*”, “*Querem?*”.

Lindley Cintra registra, também, uma oposição de três níveis entre o *tu*, o *você* e o *senhor*. Em relação à passagem do *tu* ao *você*, assinala variedade em uso diatópico; ou seja, o *você* poderá ter um valor mais afetivo e íntimo ou, pelo contrário, ofensivo e até insultuoso, dependendo da zona em que é usado (LINDLEY CINTRA, 1986, pp. 34-35).

Do ponto de vista do português do Brasil, o sistema apresenta-se muito simplificado, com o *você* (*tu, in italiano*) cobrindo seja a forma íntima, seja aquela de standardização entre pessoas de igual nível, e o uso de *o senhor / a senhora* (*Lei, in italiano*), para a forma de reverência. Portanto, eliminação do *tu* (presente ainda em algumas regiões, muitas vezes com a forma verbal não marcada), reduzido às formas oblíquas *te, ti*, de modo que na língua falada dos cultos e semicultos das grandes cidades brasileiras haja uma oposição entre dois membros: *você / o senhor, a senhora* (*tu / Lei*). São comuns na linguagem oral ou distensa, frases como: *Eu te disse para você prestar atenção*. O português brasileiro mantém, igualmente, a memória histórica e a possibilidade de expressá-la em situações pragmáticas específicas.

A variação *Tu / Você*

Como têm revelado muitos estudos, de 1850 a 1920, aproximadamente, o *você* e o *tu* apresentam-se como variantes, com tendência crescente ao predomínio do *você* no português brasileiro (RUMEU 2012; SALOMÃO, 2012). Todavia, nas décadas 25 a 40 do século passado

² No estudo de Lindley Cintra, o campo de observação refere-se à linguagem das camadas cultas e semicultas das grandes cidades de Portugal.

verifica-se a gramaticalização do *você* (LOPES e DUARTE, 2007), fenômeno que acarreta, por sua vez, a reorganização do sistema pronominal com a fusão do paradigma de segunda com o de terceira pessoa do singular e com a eliminação do paradigma de 2ª pessoa do plural, em função das possibilidades combinatórias de *você* com *te ~ lhe, teu ~ seu, tua ~ sua*, etc. E de vocês com *lhes ~ vocês, seus ~ deles*, etc. (FARACO, 1996, p. 65-70). Este é, portanto, um caso de variação com mudança verificada (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968).

Na referida simplificação dos pronomes de tratamento, já a partir do século XIX, um dos elementos da caracterização e diferenciação das variantes nacionais do português de Portugal e do português do Brasil, a oposição formal ficava, portanto, por conta de *o senhor / a senhora*. Todavia, ao lado desta forma era frequente também o *vosmecê*, para relações respeitadas, mesmo entre familiares ou amigos, além de formas como *sinhô e sinhá*, usados pelos escravos quando se referiam ao *senhor* e à *senhora*, ou seja, aos *senhores*, ou *patrões*, com reverência; também eram utilizadas em outras circunstâncias, principalmente nas cidades de província, como veremos no *Quincas Borba*. Acrescente-se ainda a este quadro o fato que, até a geração em torno a 1950-1960, os filhos se referem aos pais, no Brasil, usando o tratamento de *o senhor / a senhora* (*Lei* em italiano). É fácil, imaginar, portanto, num momento de variação dentro do sistema brasileiro, a dificuldade para os tradutores.

Como a tradução implica um trabalho metalinguístico em relação tanto à língua de partida como à de chegada, devemos levar em consideração o quadro pronominal italiano. No que se refere à língua italiana, as variáveis dissimétricas são atualmente divididas em três categorias: a) idade ou posição hierárquica familiar: avô-neto; pai-filho; b) posição hierárquica do tipo garçom-cliente; empregador-empregado; oficial-soldado; c) emotividade em uma discussão (SERIANNI, 1997, p. 168-240). O italiano usa também muitas outras formas por conta dos dialetos, mas em situações especiais. Como lembrou recentemente o saudoso Umberto Eco num artigo de *La Repubblica* (2015), a Itália se encontra em um contexto de simplificação (Eco, na verdade, falava de *perda da memória*), por conta dos *chats* (em internet ou nos smartphones) e da comunicação com estrangeiros que usam frequentemente o *tu* que acaba por exigir uma espécie de reciprocidade na resposta. No que diz respeito ao confronto com as outras línguas europeias, o português e o italiano resultam serem as línguas mais ricas de formas de interlocução de cortesia e reverência (NICULESCU, 1974).

O primeiro exemplo que desejo discutir resume-se aos diálogos entre Rubião e Quincas Borba, nos capítulos IV, V e VII, e numa carta do capítulo X, do *Quincas Borba*, romance da maturidade machadiana. Como se sabe, Rubião representa na narrativa um mestre-escola provinciano, enquanto *Quincas Borba*, um filósofo da capital, centro da Corte no Rio de Janeiro. Ambos gozam de intimidade em função do fato de terem sido quase cunhados, já que a irmã de Rubião morreu. Depois do desaparecimento de Piedade, Rubião acode Quincas Borba em Barbacena, antes que este se desloque para o Rio de Janeiro, onde falecerá, deixando toda a sua riqueza para o simplório amigo. No capítulo IV, encontramos o seguinte diálogo:

(1) Machado de Assis, 1891:

Durou o cargo de enfermeiro mais de cinco meses, perto de seis. Era real o desvelo de Rubião, paciente, risonho, múltiplo, ouvindo as ordens do médico, dando os remédios às horas marcadas, saindo a passeio com o doente, sem esquecer nada, nem o serviço da casa, nem a leitura dos jornais, logo que chegava a mala da Corte ou a de Ouro Preto.

— *Tu* és bom, Rubião, suspirava Quincas Borba.

— Grande façanha! Como se *você* fosse mau! (MACHADO DE ASSIS, 1969, p.116)

É justo perguntar, em relação ao exemplo assinalado, se pode haver uma leve diferença entre o uso do *tu*, por Quincas Borba, e do *você* por Rubião, no sentido de Rubião mostrar mais respeito por Quincas Borba, se tivermos em mente o estudo de Lindley Cintra. A rigor, há uma pequena perda da versão para o italiano, se considerarmos a situação linguística do Rio de Janeiro e o próprio contexto linguístico do autor carioca, como comentaremos a seguir. No entanto, o processo de gramaticalização do *você* já se completou hoje, tornando, portanto, superada uma possível nuance de hierarquia social, o que nos leva a abonar o *tu* em italiano. De fato, nas três traduções italianas realizadas até hoje encontramos consonância nas soluções:

(1a) Alpi, 1929:

Fece dunque l’infermiere per più di cinque mesi, quasi sei. Non si poteva dubitare della sollecitudine di Rubiano, che si moltiplicava, paziente e sempre di buon umore, pronto agli ordini del medico, attento a somministrare le medicine all’ora giusta, premuroso nell’accompagnare a passeggio l’infermo, senza dimenticare nulla, né il servizio domestico, né la lettura dei giornali, appena arrivava la posta della Corte.

— *Tu* sei buono, Rubiano — sospirava Gioachin Borba.

— Gran merito! Come se *tu* fossi cattivo! (MACHADO DE ASSIS, 1929, p. 37)

(1b) Marchiori, 1967:

Il compito di infermiere durò più di cinque mesi, quasi sei. Le premure di Rubião erano sincere: paziente, allegro, si faceva in quattro, ascoltando le prescrizioni del medico, somministrando le medicine all’ora fissata, accompagnando a passeggio il malato, senza dimenticare nulla, né l’andamento della casa né la lettura dei giornali, appena giungeva il corriere dalla capitale o da Ouro Preto.

“*Tu* sei buono, Rubião” sospirava Quincas Borba.

“Un grande eroismo! Come se *tu* fossi cattivo!” (MACHADO DE ASSIS, 1967, p. 18)

(1c) Tantillo, 2009:

Il compito di infermiere durò più di cinque mesi, quasi sei. La dedizione di Rubião era sincera; paziente, allegro, ubiquo, ascoltava gli ordini del medico, somministrava le medicine nelle ore stabilite, usciva a passeggio col malato, senza dimenticare nulla, né le faccende di casa, né la lettura dei giornali, appena arrivava la posta da Rio o quella da Ouro Preto.

— *Sei* buono, Rubião, — sospirava Quincas Borba.

— Bella forza! Come se *tu* fossi cattivo! (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 19)

No capítulo V encontramos ainda um outro diálogo entre os dois amigos, com a mesma variação de tratamento para a intimidade. O diálogo, mais uma vez, é traduzido por três gerações de tradutores com um intervalo de cerca quarenta anos com o *tu* relativo à intimidade, sem que se leve em consideração as variantes *tu* / *você*. O tradutor italiano tem a sua tarefa facilitada porque não haverá prejuízo de sentido para o leitor do metatexto hoje:

(2) Machado de Assis, 1891:

— Desculpa-me, *tu* também o és, bem sei, e agradeço-*te* muito; mas a um doente perdoa-se tudo. Talvez esteja começando o meu delírio. [...] Depois, com um sorriso pálido e irônico:

— Tudo o que está cá fora corresponde ao que sinto cá dentro; vou morrer, meu caro Rubião... Não gesticules, vou morrer. E que é morrer, para ficares assim espantado?

— Sei, sei que *você* tem umas filosofias... Mas falemos do jantar; que há de ser hoje? (MACHADO DE ASSIS, 1969, p. 117)

(2a) Alpi, 1929:

— Perdonami, anche *tu* mi sei amico, lo so e te ne sono grato; ma ad un malato si deve perdonare tutto. Forse adesso mi comincia il delirio. [...] Poi, con un sorriso pallido e ironico:

— Tutto l'esterno corrisponde a quello che sento dentro; io muoio, caro Rubiano... Non far gesti, morirò. E che è la morte perché ti faccia tanto spavento?

— Lo so, lo so che *tu* hai una filosofia...ma parliamo del desinare. Che cosa vuoi oggi? (MACHADO DE ASSIS, 1929, p. 16)

(2b) Marchiori, 1967:

“Scusami, lo sei anche tu, lo so bene, e te ne ringrazio molto; ma a un malato si perdona tutto. Forse incomincia il mio delirio. [...] Poi con un sorriso scialbo e ironico:

“Tutto quello che c’è qui fuori corrisponde a quello che sento internamente: sto per morire, mio caro Rubião... Non fare nessun gesto, sto per morire. E che cos’è la morte perché *tu* debba spaventarti tanto?”

“So, so che *tu* hai certe idee filosofiche. Ma parliamo del pranzo; che cosa mangeremo oggi?” (MACHADO DE ASSIS, 1967, p. 19-20)

(2c) Tantillo, 2009:

— Scusami, anche tu lo sei, lo so bene, e te ne sono molto grato; ma a un malato si perdona tutto. Forse sta cominciando il mio delirio. [...] Poi, con un sorriso spento e ironico:

— Tutto quel che c’è qua fuori corrisponde a quel che sento qua dentro; sto per morire, mio caro Rubião... *Non gesticolare*, sto per morire. E che sarà mai morire, per *spaventarti* tanto?

— Lo so, lo so che *hai* certe filosofie... Ma parliamo della cena; cosa desideri oggi? (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 20)

Já no capítulo VII, no entanto, vamos encontrar uma pequena variação: Quincas Borba usa desta vez o *você* quando se dirige a Rubião, o que, então, esclareceria a dúvida sobre um uso hierárquico ou menos entre eles. Os tradutores italianos, justamente, mantêm a tradução íntima com o *tu*:

(3) Ergueu-se e pôs paternalmente as mãos sobre os ombros de Rubião.

— *Você* é meu amigo?

— Que pergunta!

— Diga.

— Tanto ou mais do que este animal, respondeu Rubião, em um arroubo de ternura.

Quincas Borba apertou-lhe as mãos.

— Bem. (MACHADO DE ASSIS, 1969, p. 121)

(3a) Alpi, 1929:

Si alzò e pose paternamente le mani sulle spalle di Rubiano:

— *Tu sei mio amico?*

— Che domanda!

— *Rispondi.*

— Tanto quanto codesto cane, o più – rispose Rubiano, in un trasporto di tenerezza.

— Gioachin Borba gli strinse le mani:

— Bene. (MACHADO DE ASSIS, 1929, p. 23)

(3b) Marchiori, 1967:

Si alzò e, posando paternamente le mani sulle spalle di Rubião:

«*Mivuoí, bene?*»

«Che domanda!»

«*Dimmelo.*»

«Altrettanto, o più di questa bestia» rispose Rubião, in uno slancio di tenerezza.

Quincas Borba gli strinse le mani:

«Bene.» (MACHADO DE ASSIS, 1967, p. 26)

(3c) Tantillo, 2009:

Si alzò e mise paternamente le mani sulle spalle di Rubião.

— ***Sei*** mio amico?

— Che domande!

— *Dimmelo.*

— Quanto o più di questo animale, — rispose Rubião in uno slancio d'affetto.

Quincas Borba gli strinse le mani.

– Bene. (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 26)

No capítulo X há outra manifestação das variantes ainda. Trata-se de uma carta enviada a Rubião por Quincas Borba que se refere ao amigo por *você*, nos parágrafos 106 a 108; do parágrafo 109 em diante, passa a tratá-lo por *tu*. A carta sugere um processo de passagem do formal ao familiar. A formalidade da linguagem escrita indica o *senhor* e *amigo* da abertura com o *você*, mas logo se passa ao *tu* íntimo. Alpi, em 1929, é o único que mantém a variação na tradução. Neste caso, Alpi, seguiu a variante machadiana segundo uma estratégia que seria muito difícil de se explicar (e de se apoiar) hoje, na língua italiana, a não ser pela mudança de humor do personagem endoidecido:

(4) “Meu caro senhor e amigo,

Você há de ter estranhado o meu silêncio. Não *lhe* tenho escrito por certos motivos particulares, etc. [...] Sei que há de sorrir, porque *você* é um ignaro, Rubião; a nossa intimidade permitia-me dizer palavra mais crua, mas faço-*lhe* esta concessão, que é a última. Ignaro! Ouça, ignaro. Sou Santo Agostinho; descobri isto anteontem: *ouça* e cale-se. [...] Adeus, ignaro. Não *contes* a ninguém o que te acabo de confiar, se não *queres* perder as orelhas. Cala-*te*, guarda, e agradece a boa fortuna de ter por amigo um grande homem, como eu, embora não me compreendas. Hás de compreender-me. Logo que tornar a Barbacena, *dar-te-ei* em termos explicados, simples, adequados ao entendimento de um asno, a verdadeira noção do grande homem. Adeus; lembranças ao meu pobre Quincas Borba. Não esqueças de *lhe* dar leite; leite e banhos; adeus, adeus... *Teu* do coração, Quincas Borba” (MACHADO DE ASSIS, 1969, p. 123-124)

(4a) Alpi, 1929

“Caro signore e amico,

Avrà trovato strano il mio silenzio. Non *le* ho scritto per certi motivi particolari, eccetera. Tornerò presto; ma voglio *parteciparle* fin da questo momento una cosa riservata, riservatissima. [...] So bene che sorriderà perché lei è un ignorante, Rubiano. Ascolti, ignorante! Io sono Sant’Agostino; l’ho scoperto ier l’altro: ascolti e stia zitto! [...] Addio, ignorante! Non contare a nessuno ciò che *ti* ho confidato, se non *vuoi* perdere le orecchie. *Tienitelo* per *te*, *custodiscilo*, e *ringrazia* la *tua* buona fortuna di aver per amico un grande uomo, come me, se ben *tu* non mi comprenda. Ma *dovrai* comprendermi. Appena sarò tornato a Barbacena, *ti* darò, in termini chiari, semplici, adeguati all’intendimento d’un asino, la vera nozione del grande uomo. Addio; carezze al mio povero Gioachin Borba. Non *dimenticarti* di dargli del latte, latte e bagni; addio, addio... *Tuo* di cuore, Gioachin Borba.” (MACHADO DE ASSIS, 1929, p. 27-28)

(4b) L. Marchiori, 1967

“Mio caro signore e amico,

devi aver trovato strano il mio silenzio. Non ti ho scritto per certe ragioni personali, etc. [...] So che sorriderai, perché sei un ignorante, Rubião; la nostra confidenza mi permetterebbe di usare una parola più cruda, ma ti faccio questa concessione, che è l’ultima. Ignorante!

Ascolta, ignorante. Sono Sant’Agostino; l’ho scoperto l’altro ieri: taci e ascolta. [...] Non raccontare a nessuno quel che ti ho appena confidato, se non vuoi perdere le orecchie. Taci, vigila, e ringrazia della fortuna di avere per amico un grand’uomo, come me, sebbene tu non mi comprenda. Mi comprenderai. Appena tornerò a Barbacena, ti fornirò in termini chiari, semplici, adeguati all’intendimento di un asino, l’autentica nozione di grand’uomo. Addio; salutami il mio povero Quincas Borba. Non dimenticare di dargli il latte; latte e bagni; addio, addio... Con sincero affetto, Quincas Borba.” (MACHADO DE ASSIS, 1967, p. 26)

(4c) Tantillo, 2009

Mio caro signore e amico,

devi aver trovato strano il mio silenzio. Non ti ho scritto per certe ragioni personali, eccetera eccetera. Tornerò presto; ma voglio comunicarti sin d’ora una faccenda riservata, riservatissima.

Chi sono io, Rubião? Sono Sant’Agostino. So che sorriderai, perché sei un ignorante, Rubião; la nostra confidenza mi permetterebbe di usare una parola più cruda, ma ti faccio questa concessione, che è l’ultima. Ignorante!

Ascolta, ignorante. Sono Sant’Agostino; l’ho scoperto l’altro ieri: taci e ascolta. [...] Addio, ignorante. Non raccontare a nessuno quel che ti ho appena confidato, se non vuoi perdere le orecchie. Taci, vigila, e ringrazia la buona sorte di avere per amico un grand’uomo come me, sebbene tu non mi comprenda. Mi comprenderai. Appena tornerò a Barbacena ti fornirò in termini chiari, semplici, adeguati all’intendimento di un asino, l’autentica nozione di grand’uomo. Addio; salutami il mio povero Quincas Borba. Non dimenticare di dargli il latte; latte e bagni; addio, addio... Con sincero affetto, Quincas Borba. (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 29-30)

Podemos ainda acrescentar que os tradutores que escolhem usar o *tu* íntimo seguem um processo coerente, uma vez que nos trechos anteriores os dois amigos usavam as formas – em variação – de intimidade. No entanto, Alpi foi mais fiel ao processo que pode denotar a mudança de tratamento, justamente para ressaltar a loucura do personagem. Neste caso, seria um respeito de ordem estilística que foge à discussão que estou travando. Mas é bom assinalar, igualmente, este valor do *você* no texto.

A variação no âmbito da língua literária de Machado de Assis

Haveria outro dado a se considerar, indiretamente. Na sua correspondência, Machado dá testemunho desse fenômeno social e linguístico, usando até os anos 1870, o *tu* com os íntimos. Do final do século XIX ao começo do XX, usa quase exclusivamente o *você* (ANDRADE, 2014). A língua de Machado de Assis, considerada *clássica*, no sentido de que apresenta um padrão médio entre a variante culta, de influência lusitana, e o português brasileiro que se formava, com boa dose de linguagem popular, merece uma consideração particular. Machado, do ponto de vista linguístico, pertencia a uma heterogeneidade sócio-cultural que viria a ser típica na sociedade carioca: neto de escravos, de humilde origem, teve por mãe uma portuguesa, uma lavadeira dos Açores, e casou-se com outra portuguesa, esta de boa formação cultural e de família letrada e de intelectuais. Assim, percorre um espaço linguístico que é o das camadas populares, para conviver, em idade adulta, com o que havia de melhor na sociedade brasileira, do ponto de vista intelectual, inclusive no espaço doméstico. Nas notas da edição crítica do romance, a comissão constituída por Antônio Houaiss, Antônio José Chediak, Celso Cunha e Galante de Sousa, declara que “Manteve-se a diversidade de tratamento entre personagens, nas apóstrofes ao leitor, bem como não se modificaram as formas verbais que atualmente contrariam as normas da gramática.” (HOUAISS, 1969, p. 105).

Como lembrou Antônio Houaiss,

Sua linguagem não apresenta, de modo nenhum, uma fisionomia uniforme, estável e coerente; decorrência do seu caráter eminentemente criador, decorrência de ser expressão, veículo e instrumento de um psiquismo solicitado por múltiplas camadas sociais, culturais, profissionais; decorrência de sua convivência com indivíduos de áreas as mais diferenciadas do português do Brasil e de Portugal [...] essa linguagem é flutuante num mesmo tempo, é diferenciada através dos tempos, modifica-se, varia, seria insensato procurar, destarte, uma forma preferencial, ainda que existente, para adotá-la com a proscrição das formas concorrentes (HOUAISS, 1959, p. 22).

Deve-se lembrar que o trecho foi retirado de uma introdução à edição crítica da obra machadiana e que, portanto, o grande filólogo brasileiro se refere aos problemas inerentes à fixação do texto. Mas neste exame, chamamos a atenção também para a ausência de trabalhos criteriosos no que diz respeito à língua literária machadiana e à língua literária brasileira em geral. É fácil imaginar, portanto, que o tradutor não aparelhado tecnicamente vá ao encontro de grandes problemas quando se defronta com as variações machadianas que são dele, autor, mas também da época em que está vivendo.³

³ Quanto à questão relativa ao período, convém lembrar também que o momento era de mudanças e de flutuação porque o Romantismo brasileiro possuía linguagem ainda indisciplinada, não só em função de representar a primeira grande fase da narrativa, como também porque o Romantismo pregava a liberdade de expressão e o individualismo das escolhas estilísticas. O século XIX conhecerá também o Realismo e, principalmente, o Parnasianismo, em que o nível de atenção gramatical da língua alcançará grande rigor e até mesmo certa obsessão pelas regras de correção linguística. Nesse caso, ainda, é necessário ter presente que Machado transitou do Romantismo ao Impressionismo e até mesmo ao Modernismo *ante*

Códigos linguísticos e culturais: *Tu / o Senhor / Vosmecê – Tu / Lei / Voi*

Do ponto de vista das formas de tratamento que nos interessam quanto à questão das traduções de obras machadianas na Itália, deve-se considerar a questão dos códigos a serem mantidos. Tratando-se de obra moderna, mas não contemporânea, o devido respeito aos códigos interlinguísticos deve ser a maior preocupação do tradutor.

O conto *Teoria do Medalhão*, da coletânea *Papéis Avulsos* (1882), cujo subtítulo é, justamente, *Diálogo*, desenvolve-se como uma conversa entre pai e filho, – o qual é chamado familiarmente de *Janjão* – na ocasião do seu aniversário de maioridade. O conto é uma alegoria, em estilo irônico, da classe política e intelectual do Brasil da segunda metade do século XIX.

<p>(5) Teoria do Medalhão, 1882</p> <p>— Estás com sono?</p> <p>— Não, senhor.</p> <p>— Nem eu; conversemos um pouco. Abre a janela. Que horas são?</p> <p>— Onze.</p> <p>— Saiu o último conviva do nosso modesto jantar. Com que, meu peralta, chegaste aos teus vinte e um anos. Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e estás homem, longos bigodes, alguns namoros...</p> <p>— Papai...</p> <p>— Não te ponhas com denguiques, e falemos como dois amigos sérios. Fecha aquela porta; vou dizer-te coisas importantes. Senta-te e conversemos. [...] A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de outra. Isto é a vida; não há planger, nem imprecar, mas aceitar as coisas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante.</p> <p>— Sim, senhor. [...].</p> <p>— Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inópia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício.</p> <p>— Vejo por aí que vosmecê condena toda e qualquer aplicação de processos modernos (MACHADO DE ASSIS, 1979, p. 288-290).</p>	<p>(5a) Teoria del medaglione, 2007</p> <p>— Hai sonno?</p> <p>— Nossignore.</p> <p>— Nemmeno io; parliamo un po'. Apri la finestra. Che ore sono?</p> <p>— Le undici.</p> <p>— L'ultimo invitato della nostra modesta cenetta se n'è andato. E così, giovanotto, sei giunto al tuo ventunesimo anno di età. Esattamente ventun anni fa, il 5 agosto del 1854, venivi alla luce tu, un bimbetto minuscolo, ed eccoti già uomo: baffi lunghi, qualche storiella...</p> <p>— Papà...</p> <p>— Non ci perdiamo in smancerie, e parliamo come due buoni amici. Chiudi quella porta; devo dirti una cosa importante. Siediti e parliamo. Dunque, vediamo... Ventun anni, qualche investimento, un diploma: puoi entrare in parlamento, nella magistratura, nell'editoria, nell'agricoltura, nell'industria, nel commercio, nelle lettere o nelle arti. [...] Qualunque professione tu scelga, però, è mio desiderio vederti diventare una personalità illustre - o perlomeno rispettabile — ed emergere al di sopra del comune anonimato. La vita, Janjão, è un'enorme lotteria; i premi sono pochi, i perdenti sono innumerevoli, e i sospiri di una generazione si confondono con le speranze di un'altra. Così è la vita; inutile piangere o imprecare, bisogna accettare le cose nel loro insieme, con gli oneri e gli imprevisti, la gloria e il disonore, e andare avanti.</p> <p>— Sissignore. [...].</p> <p>— Tu, figlio mio, se non mi inganno sembri dotato di quella perfetta inopia mentale, utile all'esercizio di questa nobile occupazione. [...]</p> <p>— Ne deduco che condannate qualsiasi applicazione dei metodi moderni. (MACHADO DE ASSIS, in SALOMÃO, 2014, p. 127-137).</p>
---	--

litteram, sendo um autor caracterizado pelo trabalho metalinguístico da sua construção; ou seja, foi um autor que refletiu constantemente sobre a linguagem, elevando esta reflexão a tema literário.

No diálogo íntimo, o pai trata o filho por *tu* e este dirige-se ao pai por *senhor*. Em alguns trechos do conto, o filho também se dirige ao pai usando a forma *vosmecê*. Não resta dúvida que, quanto à relação de tratamento entre pai e filho na tradução para o italiano, o uso de *tu* seja o primeiro a ocorrer, mas aqui cabe uma reflexão metalinguística de consideração histórica. No século XVI se estabilizou na Itália o uso de *tu*, *voi* e *lei*. Sincronicamente falando, o italiano opõe *tu* a *lei*, hoje, respectivamente para usos íntimos e formais, sendo assimétrico em relação à idade e a certas situações emocionais (SERIANNI, 1997, p. 74-98). No século XIX, no entanto, a reciprocidade e o poder foram muito bem ilustrados nos *Promessi sposi*, de Manzoni (1840), que utilizou os três pronomes, *tu*, *voi* e *lei*. Quanto ao *voi*, trata-se de um pronome não marcado, usado em geral na conversa entre pessoas adultas, seja entre os conhecidos como com os estranhos. Vem muito utilizado também quando os interlocutores são personagens populares. O *voi* como forma de reciprocidade é empregado, por exemplo, entre os noivos protagonistas, Renzo e Lucia (II, 32), que mantêm o uso deste pronome inclusive depois de casados:

[...] “e io,” disse un giorno al suo moralista, “cosa volete che abbia imparato? Io non sono andata a cercare i guai: son loro che son venuti a cercar me. Quando non voleste dire,” aggiunse, soavemente sorridendo, “che il mio sproposito sia stato quello di *volervi* bene, e di promettermi *a voi*”. (MANZONI, 1999, p. 541).

O *voi* de reciprocidade é usado, também, entre Renzo e Agnese, mãe de Lucia (III, 33-35). Renzo a ela se dirige com o *voi*, em sinal de respeito, uma vez que Agnese é uma senhora, mais velha do que Renzo, além de ser a mãe de sua noiva. Agnese também se dirige a Renzo com o *voi*, porque Renzo, embora seja mais jovem, não é uma criança. Além disso, o relacionamento entre ambos ainda não é de intimidade, de modo a permitir o uso do *tu*. Em *I Malavoglia*, de Giovanni Verga, de 1881, aparecem diálogos entre provincianos compatriotas que se tratam pelo *voi* de reciprocidade, enquanto em *Le avventure di Pinocchio* de Carlo Collodi, de 1883, no qual também aparece o sistema *tu / voi / Lei*, usa-se muito mais o *tu* de reciprocidade do que o *lei*, mas a razão, neste caso, refere-se ao gênero de narrativa, centrada no personagem mirim.

Como se depreende, em se tratando de um autor do século XIX, uma certa negociação deve ser feita para se chegar a uma média que não torne o texto machadiano datado na língua italiana contemporânea, nem tampouco excessivamente moderno em relação aos códigos de época que a tradução deve respeitar. Nos casos selecionados, sugerimos que o *tu* deva ser usado para a alocação relativa a pai / filho, enquanto o *voi* deve ser usado no tratamento filho pai (SALOMÃO, 2011, pags. 25-36).

Como apoio à nossa posição, um dos mais importantes linguistas italianos, Luca Serianni (2000, p.7), responde a uma questão no jornal da *Accademia della Crusca* a respeito do uso do *voi*: o pronome, cujo uso era obrigatório no período do Fascismo, teria entrado em desuso com a queda do regime ou manteria ainda alguma vitalidade? E, ainda: se hoje se escrevesse

um romance ambientado nos séculos XVIII ou XIX, seria mais oportuno usar o *voi* ou o *Lei*? O prestigioso linguista, depois de recordar que a disposição fascita, ditada em 1838, teve pouco tempo para afirmar-se, lembra que o uso do *voi* está particularmente presente no sul da Itália, hoje, e que ainda é usado em registro familiar, na hierarquia geracional. Especifica, ainda, que em um romance ambientado nos séculos passados seria necessário representar todos os três pronomes, tomando como exemplo, justamente, Manzoni.

Outros exemplos: *Sinhá* / *Vossa Excelência* / *Vossa Senhoria*

Outro exemplo refere-se aos pronomes como *Sinhá*, usado pelos escravos quando se referiam aos *senhores*. O tratamento foi absorvido na intimidade, principalmente nas cidades de província, em sinal de respeito. Eis um exemplo do *Quincas Borba*, no capítulo XVII:

(6) — *Sinhá* comadre, o cachorro? perguntou Rubião com indiferença, mas pálido.

— *Entre*, e *abanque-se*, respondeu ela. Que cachorro? (MACHADO DE ASSIS, 1969, p. 129)

Marchiori prefere evitar a palavra, como no exemplo a seguir, embora use o *voi*; Alpi usará o *voi*, encontrando uma interessante solução para *sinhá*, e Tantillo introduz em italiano o pronome *Sinhá*, com uma nota, passando ao *lei*:

(6a) Alpi, 1929:

— *Signora* comare, e il cane — domandò Rubiano con simulata indifferenza, ma pallido.

— *Entrate* e *sedete* — rispose lei. — Che cane? (MACHADO DE ASSIS, 1929, p. 37)

(6b) Marchiori, 1967:

— Comare, e il cane — domandò Rubiano con aria indifferente, ma pallido.

— *Entrate* e *sedete*. (MACHADO DE ASSIS, 1967, p.35)

(6c) Tantillo, 2009:

— *Sinhá** comare, il cane? — chiese Rubião con indifferenza, ma pallido.

— *Entri*, e *si accomodi*, — rispose lei. — Che cane? (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 37)

* Forma storpiata di “Senhora”, utilizzata in genere dagli schiavi nei confronti dei padroni bianchi. [...], forma di cortesia popolare, o comunque informale, che Rubião infatti impiega nel rivolgersi alla comare.

Outras formas nominais de reverência (5) aparecem no romance e são resolvidas sem maiores problemas. No capítulo XXXIV aparece um *Vossa Excelência* (a) que é, na verdade, índice de caracterização do personagem, o major Siqueira, na sua gentileza enfática; e no capítulo XLVIII, um *Vossa Senhoria* (b) usado pelo cocheiro em sinal de respeito e de hierarquia. Marchiori prefere traduzir por *lei*, atualizando a forma, no primeiro caso. Na verdade deve ser mantida no seu registro oitocentista porque, como já assinalado, faz parte da caracterização do major Siqueira, homem enfático, contador de histórias e falastrão. Do mesmo modo, *Vossa Senhoria* deve ser mantido no código oitocentista no que se refere ao cocheiro, uma vez que este tipo de pessoa, pelo trabalho que fazia, costumava ser excessivamente delicado e respeitoso como forma de angariar a simpatia do freguês, garantindo assim o próximo serviço. Como atesta Lindley Cintra (1986, p. 18) no estudo citado, a expressão teria entrado no português por influência italiana. Vejamos os exemplos:

(7) MACHADO DE ASSIS, 1881:

(a) O nosso Palha já me tinha falado em **Vossa Excelência**, disse o major depois de apresentado ao Rubião. Juro que é seu amigo às direitas. Contou-me o acaso que os ligou. Geralmente, as melhores amizades são essas. (MACHADO DE ASSIS, 1969, p. 146)

(b) — **Vossa Senhoria** não se esqueça de dizer onde é a casa, disse-lhe repentinamente o cocheiro. (MACHADO DE ASSIS, 1969, p. 163)

(7a) Alpi, 1929:

(a) — Il nostro Paglia mi aveva già parlato della **Signoria Vostra** — disse il maggiore dopo la presentazione. — È un suo amico sfegatato, le posso assicurare. Mi ha raccontato come ha fatto la sua conoscenza. In generale, le migliori amicizie nascono così. (MACHADO DE ASSIS, 1929, p. 65)

(b) — **Lei** non m’ha detto dov’è la sua casa – disse a un tratto il cocchiere. (MACHADO DE ASSIS, 1929, p.96)

(7b) Marchiori, 1967:

(a) “Il nostro Palha mi aveva già parlato di **lei**” disse il maggiore, dopo essere stato presentato a Rubião. “Le assicuro che è un suo sincero amico. Mi ha raccontato il caso che vi ha uniti; generalmente, le migliori amicizie sono proprio quelle. (MACHADO DE ASSIS, 1967, p.54)

(b) “**Vostra Signoria** non dimentichi di dirmi dov’è la casa”, gli raccomandò il cocchiere all’improvviso. (MACHADO DE ASSIS, 1967, p. 75)

(7c) Tantillo, 2009:

(a) Il nostro Palha mi aveva già parlato di **Vostra Eccellenza**, disse il maggiore dopo essere stato presentato a Rubião. Le posso assicurare che è un vero amico. Mi ha raccontato il caso che vi ha legati. Generalmente, le migliori amicizie sono queste. (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 59)

(b) — **Vostra Signoria** non dimentichi di dirmi dov'è la casa, gli disse all'improvviso il cocchiere. (MACHADO DE ASSIS, 2009, p. 83)

Algumas conclusões

Entre os exemplos que comentamos neste estudo, talvez o mais difícil para os tradutores seja o da relação assimétrica entre pai e filho – que não existe atualmente no italiano – a qual, no entanto, se prolonga até a contemporaneidade no Brasil, como já observado. Como há na língua italiana soluções satisfatórias nos romances do século XIX que ilustram e autorizam as escolhas tradutivas mais históricas, esta deve ser a solução preferível, usando-se o *voi* (para *o senhor* e *vosmecê*). Quanto aos demais exemplos, relacionam-se a escolhas estilísticas precisas de Machado que devem ser respeitadas, de qualquer modo, sob pena de empobrecimento do sentido do texto. Portanto, não há uma regra rígida a ser respeitada neste tipo de consideração: historicizar ou modernizar. Deve-se sempre buscar reproduzir o efeito que o texto causou quando foi publicado. Não resta dúvida, no entanto, que os escritores indicam uma síntese da língua no momento em que escrevem e reproduzem situações pragmáticas, muitas vezes apontando rumos na diacronia do idioma. Neste sentido, a única perspectiva de fundo é aquela da consciência de que se trata de códigos de época e de escolhas linguísticas particulares que exigem por parte do tradutor um conhecimento profundo das duas línguas em confronto, assim como o domínio da poética do autor e da história da língua.

Referências

ANDRADE, M. L. C. V. O. Estudos de formas de tratamento em cartas pessoais no português brasileiro. In: Ángel Marcos de Dios (ed.). *La lengua portuguesa*, vol. II, Estudios linguisticos. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014, p. 93-106.

COLLODI, C. *Le avventure di Pinocchio. Storia di un burattino* [1883]. Milano: Feltrinelli, 1993.

ECO, U. Così il darci del *Tu* rischia di impoverire la nostra memoriae il nostro apprendimento. *La Repubblica*, 14.09.2015.

FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, n. 13, p. 51-82, 1996.

HOUAISS, A. Introdução ao texto crítico das *Memórias póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis. In: *Suplemento da Revista do Livro*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Nacional do Livro, 1959.

HOUAISS, A. et al. Comissão Machado de Assis. Obras de Machado de Assis. VII. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro, RJ: INL / Ministério da Educação e Cultura, 1969.

LINDLEY CINTRA, L. F. *Formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986 [1972].

LOPES, C. R. S. e DUARTE, M. E. L. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: RAMOS, J. M. e ALKMIM, M. (orgs.). *Para a história do português brasileiro*. vol. V. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2007. p.329-357.

MANZONI, A. *Promessi sposi*. Milano: Garzanti, 1999 [1840].

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Gioachin Borba, l'uomo o il cane*. Trad. di Giuseppe Alpi. Milano: Corticelli, 1929.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obras completas*. Org. de A. Coutinho [1959], vol. III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1979.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Quincas Borba*. Comissão Machado de Assis, *Obras de Machado de Assis*, vol. VII. Rio de Janeiro: INL / MEC, 1969.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Quincas Borba*. Trad. di L. Marchiori. Milano: Rizzoli, 1967.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Quincas Borba*. Trad. di E. Tantillo. In: SALOMÃO, S.N. (org.). Viterbo: Sette Città, 2009.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Teoria del medaglione*. Trad. di E. Tantillo. In: SALOMÃO, S. N. *Machado de Assis, dal "Morro do Livramento" alla Città delle Lettere* [2007]. Viterbo: Sette Città, 2014. p.127-137.

NICULESCU, A. *Strutture allocutive pronominali reverenziali in italiano*. Florença: Olschki, 1974.

RUMEU, M. C. B. Vestígios da pronominalização de Vossa Mercê > Você em missivas cariocas e mineiras: uma incursão pelo português brasileiro escrito nos séculos XIX e XX. *Revista Veredas* (UFJF), v. 16, n. 2, p. 36-55, 2012.

SALOMÃO, S. N. A língua portuguesa nos seus percursos multiculturais. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2012. p. 189-207.

SALOMÃO, S. N. Machado de Assis em tradução italiana: sistema retórico e códigos de época entre duas línguas e duas culturas. In: *Studi Portoghesi e brasiliani*, XIII, p. 25-36, 2011.

SALOMÃO, S. N., *Machado de Assis, dal “Morro do Livramento” alla Città delle Lettere* [2007], con la traduzione di due racconti, Viterbo, Sette Città, 2014.

STEGER, H. Was ist ein gentlich Literatur sprache? In: *Wo nach fragen Linguisten?* v. 76. Freiburg: Freiburger Universitäts blätter, 1982. p. 13-36.

SERIANNI, L. *Italiano*. Milão: Garzanti, 1997. p. 74-98.

SERIANNI, L. Gli allocutivi di cortesia in *La Crusca per voi*, n. 20, abril 2000.

TOROP, P. *La traduzione totale* [1995], trad. de B. Osimo. Milão: Hoepli, 2010.

VERGA, G. I. *Malavoglia* [1881]. Milano: Mondadori, 1953.

WEINREICH, W.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical Foundations for Theory of Language Change. In: LEHMANN, P.; MALKIEL, Y. (orgs.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-188. [Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Trad.: M. Bagno; revisão técnica: C. A. Faraco. São Paulo: Parábola, 2006].

Sobre Dinah Callou — Sonia Netto Salomão⁴

4 Dinah representa uma geração de professores que primava pela qualidade científica e ética, na vanguarda dos estudos linguísticos na UFRJ. Não fui sua aluna, mas sua colega mais jovem. Quando me transferi para o exterior, Dinah tornou-se um ponto de referência pela sua seriedade e lucidez. A ela o meu afeto e o meu agradecimento por ela ter sido sempre Dinah. Nos estudos e na vida.



SOBRE FORMAS DE TRATAMENTO NO PORTUGUÊS EUROPEU E BRASILEIRO

ON ADDRESS FORMS IN EUROPEAN AND BRAZILIAN PORTUGUESE

Maria Fernanda Bacelar do Nascimento¹

Amália Mendes²

Maria Eugênia Lammoglia Duarte³

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma comparação entre as formas de tratamento usadas no português europeu e brasileiro. Mostramos que naquela variedade o sistema é bem mais complexo devido (i) a uma distribuição complementar entre *tu* e *você* segundo o tipo de relação entre os interlocutores; (ii) a uma variedade maior de formas nominais para o tratamento entre íntimos e não íntimos. Quanto ao português brasileiro, os dois pronomes não se encontram em distribuição complementar. O uso de *você* é atestado numa grande área central do país, enquanto em outras regiões *tu* e *você* convivem, com o predomínio de uma ou outra forma, que, em geral, são usadas como variantes.

Palavras-chave: Tratamento; Português europeu; Português brasileiro; Relações simétricas; Relações assimétricas.

1 Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. E-mail: fbacelar.nascimento@gmail.com. Dinah – uma grande linguista, um grande carácter, um grande coração.

2 Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. E-mail: amaliamentes@letras.ulisboa.pt. É um grande prazer associar-me à homenagem à Dinah, pela muita consideração que tenho pelo seu trabalho científico, pela sua retidão e pela sua frontalidade.

3 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: eugenia@brazilmail.com.

Recebido em: 20/11/2018

Aceito em: 29/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

The goal of this paper is to present a comparison between forms of address used in European Portuguese and Brazilian Portuguese. We will show that the system of the European variety is much more complex, due to (i) the complementary distribution between *tu* and *você* in Portugal, according to the type of relation between the participants; (ii) the rich set of nominal forms that are used for intimate and non intimate relations. In what concerns Brazilian Portuguese, the two pronouns, *tu* and *você*, are not in complementary distribution. *Você* is used in a large central area of the country, while in other regions both *tu* and *você* are found as variants, although one or the other will be predominant according to the region.

Keywords: Address forms; European Portuguese; Brazilian Portuguese; Symmetric relations; Asymmetric relations.

Introdução

Este artigo tem como objetivo comparar as formas de tratamento no Português Europeu e no Português Brasileiro, com interesse especial na distribuição *tu* / *você* nas duas variedades. Em Portugal, o tratamento com *tu* não se restringe às relações simétricas entre o falante e seu interlocutor, mas é também comum em relações assimétricas. Quanto ao uso de *você*, é geralmente evitado e substituído por formas nominais ou por sujeito nulo. Estas propriedades de *tu* e *você* diferem do uso destes pronomes no Brasil, onde os falantes tendem a realizar foneticamente os pronomes de segunda pessoa. Este artigo inicia-se com uma breve apresentação histórica do desenvolvimento do pronome *você*, a partir dos Estudos de Lopes (2002) e Lopes e Brocardo (2016) entre outros. Seguem duas secções principais: uma dedicada ao Português Europeu, tomando como principal referência o Capítulo de Bacelar do Nascimento sobre as formas de tratamento nessa variedade, a sair no volume III da *Gramática do Português*; outra dedicada ao Português Brasileiro, com a apresentação dos resultados reunidos em Scherre, Dias, Andrade e Martins (daqui em diante, Scherre *et alii*, 2015), que nos oferecem um mapeamento das formas *você* (e suas variantes reduzidas *ocê* e *cê*) e *tu* no território brasileiro. Concluímos o artigo com algumas considerações sobre a realização (nula ou plena) dos pronomes de segunda pessoa nas duas variedades.

Um pouco de história

A emergência da forma de tratamento *Vossa Mercê* surge graças ao *desbotamento* pragmático do pronome *Vós* para uso na segunda pessoa do singular, indicando respeito, como ao rei, a um nobre. Segundo Lopes e Brocardo (2016),⁴ já no século XIV, *Vossa Mercê* tinha perdido seu estatuto de forma de reverência, mantendo-se entretanto, como forma de tratamento, com o significado de *vossa vontade*. Sua reanálise como pronome para indicar polidez vai se dar durante o século XV. Seu uso em variação com *vós* para tratamento ao rei é retomado a partir

4 Ver ainda Cintra (1972) e Faraco (1976).

de então, mas, tal como ocorre com este último, *Vossa Mercê*, igualmente, começa a ser usado para outros estratos sociais, o que desencadeia o surgimento de outras formas respeitadas de tratamento para a realeza, como *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza*. Nos séculos seguintes, a forma nominal e suas variantes, *vosmecê*, *mecêa*, *vosse*, *você*, aparecem indistintamente, mas apenas para tratamento assimétrico. Sua entrada no sistema pronominal europeu e brasileiro ocorre de maneira diferente, segundo as autoras. Embora tudo indique que ela se dá no século XIX, o processo de implementação do novo pronome é mais rápido no Brasil do que em Portugal, onde o antigo pronome *tu* se mantém mais frequente e *você* é pragmaticamente diferente de *tu*.

Quanto à plena implementação de *você* em território brasileiro, temos evidências trazidas por Lopes (2002) de que seu uso (com valor de proximidade) em cartas, em variação com o pronome *tu*, forma trazida pelos colonizadores, é muito esporádico ao longo do século XIX. Ao longo do século XX, o processo continua, sendo o período situado entre os anos 1930 e 1950 muito importante para a adoção de *você* em boa parte do território brasileiro em detrimento de *tu*.

A principal evidência da plena inserção de *você* no sistema pronominal do Brasil está para Lopes e Cavalcante (2011), entre muitos outros, na *mistura de tratamento* que se segue a essa adoção. As peças de teatro de cunho popular escritas no Rio de Janeiro a partir dos anos 1930 são uma excelente fonte de evidências a esse respeito. Autores que tentaram manter a antiga distinção entre *você* e *tu*, para relações assimétricas e simétricas, respectivamente, acabam por usar ambas as formas para se dirigir ao mesmo interlocutor, confundem as formas do imperativo e já usam os pronomes átonos, oblíquos e possessivos, misturando os paradigmas de segunda (relativo a *tu*) e de terceira (relativo a *você*, graças à sua origem nominal), como mostra o trecho apresentado em Duarte (2018 [1993]).⁵

(1) Carolice Não *digas* tolices, menino! (observando) Onde andará esta gente?

Formosinho (sempre muito tímido) Vamos embora, mamãe!

Carolice Nao *seja* bobo, menino! *Sabe* que dia é hoje?

Formosinho Sextafeira, treze de janeiro.

Carolice Isso mesmo. Daqui a cinco dias *você completa* vinte e dois anos.

(Humberto Couto, *A vida tem três andares*, 1938, p.74)

Em relação ao uso do pronome *tu* em território brasileiro, não se pode deixar de levar

5 Outras peças cariocas desse período, como as de Silveira Sampaio, autor longo e muito produtivo, atestam a mesma mistura de tratamento, que vai se intensificar a partir do último quartel do século XX nas peças de Miguel Falabella, entre outros autores, que conseguem de maneira surpreendente se aproximar dos resultados atestados para a fala espontânea carioca.

em consideração a ocorrência da apócope da desinência verbal de segunda pessoa <-s>, certamente fruto do intenso contato com os escravos africanos e seus descendentes, além de outros imigrantes aloglotas (cf. LUCCHESI, 2009), um processo anterior à gramaticalização de *Vossa Mercê*. Como veremos, a ausência da marca desinencial é mais frequente do que sua presença no Brasil e remonta às variedades faladas, que, só a partir da introdução dos estudos linguísticos, receberam o devido tratamento, tendo sua existência finalmente legitimada.

O tratamento no português europeu

Em Português Europeu (PE), quando um falante se dirige a um ouvinte único, pode utilizar várias estratégias:

(i) Uma dessas estratégias é usar um pronome pessoal de 2.^a pessoa do singular. Existem duas séries pronominais de 2.^a pessoa do singular, ancoradas nas formas nominativas *tu* e *você*, respetivamente. A opção por uma ou outra forma pronominal depende do tipo de relação social e/ou familiar que existe entre o falante e o ouvinte. Na verdade, como veremos, o uso de *você* em PE é bastante complexo e muitas vezes evitado. Contrasta, assim, com o uso deste pronome em PB;

(ii) Sendo o português europeu uma língua de sujeito nulo *consistente* (cf. ROBERTS e HOLMBERG, 2010), o falante pode não usar explicitamente os pronomes e usar apenas a forma verbal apropriada a cada um deles (2.^a pessoa do singular para *tu* e 3.^a pessoa do singular para *você*);

(iii) O falante pode ainda usar uma forma nominal equivalente ao paradigma de 3.^a pessoa de *você* (*Você quer? O senhor quer?*);

(iv) Finalmente, a 2.^a pessoa do singular pode ainda ser expressa através do pronome *vós*, embora este esteja em desuso.

A referência à 2.^a pessoa singular

O uso de *tu* e/ou de forma verbal de 2.^a pessoa singular

A série pronominal ancorada por este pronome é a seguinte: *tu*, pronome nominativo (*Tu achas isso bem?*); *te*, pronome acusativo (*Eu convidei-te*) ou dativo (*Eu disse-te para ires*); *ti*, pronome oblíquo (*Lembrei-me de ti*); *contigo*, a forma especial do pronome oblíquo formada com a preposição *com* e *teu*, *tua*, *teus*, *tuas*, pronomes pessoais possessivos (*Conto contigo amanhã*, *Conto com a tua ajuda amanhã*).

Dá-se o tratamento por *tu* quando entre os interlocutores existe uma relação de proximidade e intimidade, geralmente por serem familiares, amigos ou colegas. Os falantes mais jovens

tendem, no entanto, a usar o tratamento por *tu* mesmo quando acabaram de se conhecer.⁶

(2) a. e então liguei-**te** para o telemóvel que era para **tu** me dares o número do telefone de lá. (CORALROM, ptelpv07, conversa telefónica)⁷

b. então e o que é que **tu** achaste do filme de ontem ? (CORALROM, pfamcv10, conversa informal)

O pronome pode estar omissa, ocorrendo então apenas a forma verbal de 2ª pessoa do singular, que remete para o paradigma do pronome *tu*:

(3) isso vem encaixar / aquilo que **estás** a dizer das mulheres serem predominantes (CORALROM, pfamcv04, conversa informal)

O uso do pronome *tu* envolve uma interpretação do grau de intimidade com o ouvinte por parte do falante. Essa interpretação pode ser posta em causa, como ilustra o exemplo (4). Da mesma forma, o falante pode propor que uma interação passe a fazer-se usando o pronome *tu*, caso sinta que existe já uma relação de proximidade com o seu interlocutor.

(4) Não conheço o deputado que acabou de me falar, muito menos para me **tratar por tu**. (CRPC, Diário da Assembleia da República, A139405).⁸

A familiaridade expressa pelo emprego do pronome *tu* é bem atestada na expressão *tu cá tu lá*, muito usada para mostrar que existe entre interlocutores um certo grau de familiaridade (cf. *os outros sempre os conheceram, eram tu cá tu lá com eles* (CRPC, *Jornal Expresso*)).

O tratamento por *tu* tende a ser recíproco, isto é, simétrico, entre interlocutores com idade e posição hierárquica semelhante. É assimétrico quando existe uma diferença de faixa etária ou uma diferença hierárquica. Depende ainda de hábitos familiares e sociais: embora esteja hoje em dia generalizado o uso de *tu* entre pais e filhos, em certas famílias as pessoas mais velhas tratam por *tu* os mais jovens mas estes usam o paradigma de 3ª pessoa (*{você / o pai / a avó}*)

6 O pronome *tu* pode ter um uso impessoal, isto é, com sentido genérico de *qualquer pessoa* (cf. *aquilo ali é assim, tu chegas e vem logo alguém receber-te e ajudar-te*), que não será aqui discutido por não ter valor de 2ª pessoa. Verifica-se o mesmo uso impessoal com a forma *você*.

7 O corpus C-ORAL-ROM foi compilado no âmbito do projeto europeu homónimo e consiste num corpus multilingue de língua falada espontânea, para 4 línguas românicas (Espanhol, Português, Francês e Italiano), com cerca de 300.000 palavras cada língua, cobrindo discurso formal e informal. Contém 153 gravações (30 horas) que decorreram entre 1970 e 2002, embora a maioria tenha sido recolhida nos anos 1990. O corpus está disponível no catálogo ELRA (<http://catalog.elra.info/en-us/repository/search/?q=c-oral-rom>) e numa publicação em livro (<https://www.benjamins.com/catalog/scl.15/main>)

8 O Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), é um corpus electrónico da variedade europeia do português e de outras variedades (Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Goa, Macau, Timor-Leste). Contendo 311,4 milhões de palavras, este corpus abrange diferentes tipos de textos escritos (literário, jornalístico, técnico, etc.) e de registos orais (formal e informal). Cf. <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/714-crpc-corpus-de-referencia-do-portugues-contemporaneo>. A parte escrita do corpus pode ser pesquisada online: <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/>

quer?) para os mais velhos.

O uso de *você*

Você é uma forma etimologicamente proveniente da antiga forma de tratamento nominal de cortesia *vossa mercê*, como comentamos na introdução a este artigo. Isso tem duas consequências. Por um lado, *você* mantém a concordância com o verbo na 3.ª pessoa do singular, ou seja, *você*, embora sendo um pronome semanticamente de 2.ª pessoa do singular, é gramaticalmente um pronome de 3.ª pessoa do singular. Por outro lado, a série pronominal ancorada por *você* tem, como paradigma das formas de complemento, as que pertencem ao paradigma da série canônica da 3.ª pessoa semântica do singular, i.e., as mesmas formas que têm como âncora os pronomes *ele* e *ela*. Assim, a série pronominal ancorada por este pronome é a seguinte: *você*, pronome nominativo (*Você* nunca chega a horas!); *o*, *a*, pronomes acusativos (Se *você* quiser ir, eu convido-o para a festa); *lhe*, pronome dativo (quando *você* chegar, conto-lhe as novidades); *você* e *si*, pronomes oblíquos (De *você* não quero ouvir mais nada / ainda bem que *você* chegou porque tenho um recado para *si*); *consigo*, a forma especial do pronome oblíquo usada com a preposição *com* (*Você* quer sempre que eu faça o trabalho *consigo*) e *seu*, *sua*, *seus*, *suas*, pronomes possessivos (*Você* esquece-se sempre do *seu* telemóvel). Como resultado, os enunciados com estas formas pronominais são ambíguos e a sua interpretação depende de informação contextual: Eu levo-o (a ele / a *você*) ao cinema.

O uso de *você* em português europeu apresenta diferentes padrões de uso que tornam a sua aprendizagem por aprendentes de português língua estrangeira bastante complexa. Estes padrões diferem, na sua generalidade, do uso de *você* na variedade brasileira do português. A forma *você* em PE tanto pode ser uma forma de tratamento ofensiva como uma forma respeitosa ou familiar (regionalmente ou socialmente marcada) (cf. HAMMERMÜLLER, 1977):

(i) Em português-padrão, o uso do pronome *você* entre pessoas cultas e entre os mais velhos implica que o falante tenha com o ouvinte uma relação social de igualdade ou de superioridade (de patrão para empregado, por exemplo). Para estes falantes, continua a ser uma forma de tratamento pouco cortês ou mesmo ofensiva, preterida por formas nominais alternativas, como *o senhor*, *a senhora*, o nome próprio do ouvinte, etc. (cf. CUNHA e CINTRA, 1984). Assim, por exemplo, nas universidades portuguesas, os professores dirigem-se aos alunos usando o nome próprio e a 3.ª p verbal (*O João poderá entregar o trabalho por escrito no departamento.*) e os alunos dirigem-se ao professor utilizando a forma nominal que designa a sua profissão (*O professor vai entregar hoje os trabalhos?*).

(ii) Em certas regiões, no entanto, o pronome *você* é usado como forma de tratamento respeitosa, sobretudo em zonas rurais.

(iii) e, em classes sociais altas, é usado como forma de tratamento de intimidade, entre fa-

miliares e pessoas conhecidas (como marido e mulher, irmãos, primos, amigos ou conhecidos) ou pelos mais velhos dirigindo-se aos mais novos (como de pai para filho, de tio para sobrinho, de avô para neto, etc.).

(iv) Verifica-se atualmente o alargamento da utilização deste pronome, principalmente entre as classes menos cultas e entre algumas pessoas das novas gerações, que generalizam o uso de *você* para se dirigirem, indiscriminadamente, a qualquer pessoa, contribuindo, assim, para atenuar distinções sociais ou geracionais. É possível que o uso mais frequente de *você* corresponda à necessidade de suprir a ausência de um pronome de 2.ª pessoa a usar em conversas informais, mas sem intimidade, opondo-se, portanto, ao pronome *tu*. Nesse aspeto, reflete mudanças que se estão a registar na sociedade no sentido da perda de formalidade na comunicação corrente. É possível que o aumento do uso de *você* seja influência do português brasileiro, devido à transmissão de telenovelas brasileiras e à forte emigração de brasileiros para Portugal.

Devido à interpretação ofensiva de *você* para falantes de PE, a que nos referimos acima, esta forma é frequentemente omitida, ocorrendo apenas a forma verbal na 3ª pessoa.

(5) e ele em cima da secretária tinha umas selecções e eu pedi-lhe: olhe, senhor Pedrosa, enquanto **vai almoçar, emprestava-me** as suas as selecções? (Amostra Concordância, PE, OEI-C2M)⁹

Nestes contextos, fica a ambiguidade sobre a natureza do sujeito omitido, que pode ser *você* ou uma forma nominal. Será, em qualquer dos casos, o paradigma que se opõe ao pronome *tu*. Em suma, a omissão de *você* torna-se uma eficaz forma de evitar o uso de *você*, socialmente marcado.

O uso de vós como 2.ª pessoa do singular

Na maioria dos dialetos do PE (incluindo o padrão) o pronome *vós* não é atualmente usado como 2.ª pessoa do singular (para se dirigir a um único ouvinte), especialmente na língua falada. Este tipo de uso, ilustrado abaixo, ainda ocorre numa forma de tratamento de respeito, em certos dialetos muito conservadores; é também usado por pessoas mais velhas, e em discursos muito formais ou na linguagem religiosa em referência a Deus e a outras entidades religiosas.

(6) a. *Milhares de mouros tereis vós visto na vossa vida, irmão Fr. Vasco* (CRPC, Herculano, *O monge de Cistér ou a Epocha de D. João I.*)

b. *Depois, dirigindo-se a Mandela: «Vós sois um presente precioso para esta terra,*

⁹ A Amostra Concordância, parte do Projeto de Cooperação Internacional entre a Faculdade de Letras e o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, disponível em www.linguaport.lettras.ufjf.br, foi gravada segundo os mesmos parâmetros de estratificação social, em duas localidades da área metropolitana de Lisboa (Oeiras e Cacém) e do Rio de Janeiro (Copacabana e Nova Iguaçu). Os dados trazem a origem (PE, PB), a localidade, o nível de escolaridade, a faixa etária e o gênero do entrevistado.

um presente precioso para este mundo.» (CRPC, Diário de Notícias).

c. *Virgem mãe de Deus, sois vós Virgem e mãe de Deus (CRPC, B. Araújo, Superstições).*

A referência à 2.^a pessoa do plural

O uso de vós 2.^a p plural

Quando o falante se dirige a mais de uma pessoa, pode utilizar pronomes de duas séries, ancoradas nas formas nominativas *vós* e *vocês*. A primeira está em desuso no português-padrão, embora se mantenha em dialetos setentrionais e do Centro de Portugal, e no discurso literário e oral, formal ou solene.

(7) a. *Vós* sabeis que não é possível alimentar por muito mais tempo os jogos partidários (CRPC, Diário da Assembleia da República, 19.11.1998)

b. É esse o desafio que o Governo lança aos Portugueses e vos lança a vós, Srs. Deputados (CRPC, Diário da Assembleia da República, 16.03.1988)

Pode igualmente não ser realizado o pronome, sendo então a forma verbal a indicar o paradigma escolhido (2.^a pessoa do plural ou 3.^a pessoa do plural).

(8) Por isso, apreciamos este vosso projecto de lei, cujo conteúdo, apesar de não ser de nossa iniciativa, **podeis** encontrar no nosso Programa de Governo (CRPC, Diário da Assembleia da República, 3.4.1996)

Veja-se o uso da forma *vós* como 2.^a pessoa do plural na intervenção do Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, ao dirigir-se aos médicos recém-formados na região sul do país, na cerimônia de juramento de Hipócrates, e a alternância entre *vós* e a 3.^a pessoa do plural:

(9) *Andais* por onde *andais*, *regressai* sempre a Portugal. *Sois* precisos aqui. (...) *Consolem-se* com isso [a gratidão em relação ao médico]. *Renascença*, 24.11.2018.¹⁰

O uso de vocês

Este pronome, gramaticalmente uma forma de 3.^a pessoa, tem a particularidade de ancorar uma série com formas alternativas para as funções de complemento direto e indireto: *vocês*, pronome nominativo (*Vocês* querem vir jantar amanhã?); *os/as*, alternando com *vos*, pronomes acusativos (*Não esperava vê-los / ver-vos ontem, vocês não costumam andar por ali*); *lhes*, alternando com *vos*, pronomes dativos (*Agradeço-lhes / vos, vocês são grandes amigos*); *vocês*,

¹⁰ <https://rr.sapo.pt/noticia/131919/marcelo-deixa-apelo-aos-novos-medicos-sois-precisos-aqui>

pronome oblíquo (*Não sabia nada de vocês*)), também usado com a preposição *com* (*Combinei com vocês irmos ao cinema*), em *convosco*, forma especial do pronome oblíquo formada com a preposição *com*, em alternância com *com vocês* (*Combinei convosco irmos ao cinema*) e *vosso*, *vossa*, *vossos*, *vossas*, pronomes pessoais possessivos (*Vocês têm as vossas preocupações*).

Tal como na série singular, também os enunciados com as formas *o*, *os*, *a*, *as* e *lhes*, fora de contexto, são ambíguos entre uma interpretação semântica de 2.a e de 3.a pessoa, como se poderá verificar, por exemplo, em *Nunca mais os vi!* Descontextualizado, *os* poderia ser interpretado como ‘*nunca mais os vi a eles*’ ou ‘*nunca mais os vi a vocês*’.

O uso do pronome *vocês* é comum a todas as classes sociais, não se observando exatamente as mesmas restrições mencionadas para *ocê*, exceto no que respeita ao facto de esta forma de tratamento não ser aceite pelas gerações mais velhas e pelas pessoas mais cultas quando dirigida a pessoas mais velhas ou hierarquicamente superiores. Além disso, contrariamente ao que acontece com *ocê*, existe variação na pessoa gramatical das formas pronominais usadas como complemento. Para a função de complemento direto, estas podem variar entre *os* e *vos* e para a função de complemento indireto, entre *lhes* e *vos*, como referido acima. Ou seja, enquanto no singular as formas pronominais de complemento concordam com a âncora *ocê* apenas na dimensão gramatical (de 3.a pessoa), no plural, as formas pronominais de complemento podem concordar com a âncora *ocês* quer na dimensão gramatical de 3.a pessoa (*os*, *lhes*) quer na dimensão semântica de 2.a pessoa (*vos*).

O pronome *ocês* pode também não ser expresso, em contextos de sujeito nulo.

As formas nominais de tratamento

Contrariamente às formas pronominais, as formas nominais de tratamento constituem uma classe aberta. Note-se que uma forma nominal pode evoluir para uma forma pronominal, como o caso de *vossa mercê* > *ocê*.

Entre as formas nominais mais frequentes estão (para uma descrição detalhada dos usos destas formas, ver Bacelar do Nascimento (no prelo)):

(i) formas de uso geral, como *o(s) senhor(es)*, *a(s) senhora(s)* seguidos ou não de nome próprio, (o senhor, a senhora, o Senhor Palma e num uso mais informal ou popular seguido apenas do nome de batismo: o Senhor António, a Senhora Joana). *A senhora dona* (a Senhora Dona Maria das Dores); ou ainda apenas *a dona* (a Dona Leonor); *o(s) menino(s)*, *a(s) menina(s)*, seguida ou não do nome, em geral o nome de batismo (o Menino João, a Menina Maria). Outras formas nominais de uso geral são, por exemplo, *o(s) meu(s) amigo(s)*, *a(s) minha(s) amiga(s)*, *o(s) colega(s)*, *a(s) colega(s)*;

(ii) formas de parentesco, como *o pai*, *a mãe*, normalmente não seguidos dos nomes próprios (cf. *a mãe vai buscar-me à escola?*), *o avô*, *a avó*, *o tio*, *a tia*, *o primo*, *a prima*, *o padri-*

nho, a madrinha, seguidos ou não de nome próprio, em geral, nome de batismo (cf. *o tio (Zé) não quer cá vir almoçar amanhã?*);

(iii) o artigo definido seguido de nome próprio, com forma verbal de 3ª pessoa, é usado em contextos informais, implicando um certo grau de conhecimento, mas não de familiaridade, e, por vezes, até um certo distanciamento entre os interlocutores (cf. *O Rui pode chegar aqui?*);

(iv) formas que indicam profissão, cargo, título, geralmente, formadas por *o senhor, a senhora* (formas de tratamento respeitosas), seguidas do nome da profissão (p.e., *senhor(a) engenheiro(a), senhor(a) arquiteto(a), senhor(a) professor(a), senhor(a) doutor(a), senhor padre*), do cargo ou função (p.e., *presidente, administrador(a), ministro(a), reitor(a)*), e seguidas ou não do nome próprio (cf. *o senhor professor (Guedes)*); a forma *senhor(a) doutor(a)* pode ser na oralidade realizada como *sôtor(a)*, e em meio escolar, não universitário, realizada como *stor / stora* quando os alunos se dirigem aos professores.

(v) formas mais formais, em desuso, particularmente na língua falada, mantendo-se, no entanto, em situações de comunicação solenes, entre membros de profissões altamente hierarquizadas: *Vossa Excelência* (cf. *Apresento a Vossa Excelência os meus respeitosos cumprimentos de muita consideração e apreço* (CRPC, Diário da Assembleia da República, 28.03.1990)); *Vossa Eminência* (cf. *deveria dirigir tal apelo a Vossa Eminência, como mais alta figura que é da Igreja em Portugal* (CRPC, Diário da Assembleia da República, 13.02.1985)); *Vossa Reverência* e *Vossa Reverendíssima, Vossa Santidade, Vossa Alteza, Vossa Majestade, Vossa Senhoria*.

(vi) formas nominais de afeto, como *o meu amor, o meu querido, a minha querida* (cf. *Perdoe o meu querido amigo, mas dentro em pouco, e se me chegar o tempo, demonstrarei que labora num erro palmar* (CRPC, Diário das Sessões da Assembleia Nacional, 19.03.1949) os diminutivos, como *a queridinha, o meu amorzinho, a mãezinha, o avozinho* (cf. *Ah, que lindos são os abajoures do Vizinho Torres. Têm sóis e luas e estrelas recortadas, porque é que a mãezinha não lhe compra um?* (CRPC, R. Miguéis, *A Escola do Paraíso*) ou a duplicação de sílabas, como, p.e., em *o papá, a mamã, a titi, a vovó, o Zezé, a Lili* (cf. *Enfim, a titi faz favor, deixa-me aqui um bocadinho só, no oratório, para aliviar... Muda, impressionada, ela acendeu reverentemente, uma a uma, todas as velas do altar.* (CRPC, Eça de Queiroz, *A Relíquia*)).

O tratamento no português brasileiro

A distribuição de *tu* e *você* (e suas variantes *cê* e *ocê*)

Ao contrário do que foi descrito na seção precedente sobre o tratamento com *tu* e *você* no PE, podemos afirmar que, no PB, o uso normal das duas formas não sugere distribuição complementar, ou seja, não há distinção de grau de cortesia ou de maior ou menor familiaridade nas

localidades em que ambas as formas se encontram em variação. Apenas ocasionalmente encontrarmos relatos de omissão do pronome (presumivelmente um *você* nulo, mas possivelmente um *o senhor/a senhora* nulos) quando o falante, em situação assimétrica, não sabe como se dirigir a um interlocutor mais velho ou pouco conhecido. Tudo indica, porém, que entre os mais jovens já não se encontra essa estratégia, tal é a frequência de um pronome expresso de segunda pessoa, particularmente em contexto inicial.

O importante ao tratar dos dois pronomes é mostrar a sua distribuição no território nacional. A partir de uma vasta amostra composta de inúmeras teses e dissertações, além de artigos e capítulos, Scherre *et al* (2015), realizaram essa difícil tarefa, considerando que os trabalhos são elaborados com metodologias diversas, que as entrevistas variacionistas não constituem o material ideal para encontrar uso frequente desses pronomes (a não ser na fala do entrevistador) e que nem todas as áreas do território estão mapeadas. Apesar de todos esses considerandos, os autores conseguiram não só nos oferecer um minucioso quadro da distribuição dos dois pronomes, mostrando que “o pronome *tu* é de uso mais geral do que se supõe: trata-se de um *tu* brasileiro, que em muitas comunidades se instaura sem concordância expressa na forma verbal”, havendo também, “a presença de *tu* com concordância, em graus variados, motivada pelo contexto de mais formalidade ou pelo aumento da escolarização, especialmente onde *tu* é reconhecido como de uso mais natural na comunidade local” (SCHERRE *et al*, 2015, p. 135), como veremos a seguir.

Os autores chegam a seis subsistemas:

- (i) uso exclusivo de *você* e suas formas reduzidas *cê* e *ocê*;
- (ii) mais *tu* (acima de 60% com concordância abaixo de 10%) e pouco uso de *você*;
- (iii) mais *tu* (acima de 60% com concordância entre 40% e 60%) e pouco uso de *você*;
- (iv) *tu/você* (uso médio de *tu* abaixo de 60% com concordância abaixo de 10%);
- (v) *tu/você* (uso médio de *tu* com concordância média entre 10% e 39%);
- (vi) *você/tu* (uso de *tu* sem concordância de 1% a 90%).

Como se vê, a distribuição geográfica mostra que não há um subsistema que contenha apenas *tu*, embora algumas das análises contempladas na pesquisa revelem que há localidades com uso quase categórico de *tu*, como em Pelotas, no Rio Grande do Sul (AMARAL, 2003) e em Ribeirão da Ilha, em Santa Catarina (LOREGIAN-PENKAL, 2004).

Uma interessante informação histórica vem da área encontrada para o subsistema “só *você*”: trata-se de uma grande área que abrange particularmente estados do centro-sul e corresponde a uma das divisões administrativas do Brasil em 1709 – a antiga Capitania de São Paulo. Essa ampla área corresponde, a oeste, aos estados de Goiás (excluindo o Distrito Federal, de

formação mais recente), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; ao norte, corresponde ao sul do estado de Tocantins, na fronteira com Goiás; ao nordeste, à cidade de Salvador, na Bahia; na região sudeste, aos estados de Espírito Santo, Minas Gerais (exceto São João da Ponte, perto da Bahia) e São Paulo; ao sul, ao estado do Paraná. Dentre as formas variantes de *você*, *cê* é de uso mais geral, só ocorrendo na posição estrutural de sujeito; não temos *cê*, deslocado (**cê, cê me disse que não ia*) nem em outra função sintática (**vou dar esse livro pra cê*); quanto a *ocê*, este parece se restringir a Minas Gerais, é de uso amplo em áreas rurais, podendo ocorrer nos mesmo ambientes sintáticos que *você* (*ocê, ocê me disse que não ia; vou dar esse livro procê*).

O subsistema “mais *tu*” com concordância abaixo de 10% está no estado do Amazonas ao norte e no Rio Grande do Sul, dois pontos extremos, enquanto “mais *tu*” com concordância entre 40% e 60% se encontra também no norte, no estado do Pará, e no sul, em Santa Catarina.

Os dois subsistemas em que há variação *tu/você*, com vantagem para *tu*, podem exibir concordância baixa, como Tocantins e Maranhão (norte e nordeste, respectivamente), ou concordância média, como o próprio Maranhão e outros estados do nordeste: Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco, além do Amazonas, ao norte e Santa Catarina, ao Sul.

Finalmente, o subsistema em que há variação *você/tu* sem concordância, com vantagem para *você*, é atestado, até o momento em que a pesquisa foi realizada, no Distrito Federal (centro-oeste), Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (sudeste); Maranhão e Bahia (nordeste) e Roraima e Acre (norte).

Essa distribuição mostra que vários estados apresentam mais de um subsistema, o que é cuidadosamente mostrado no mapa que o capítulo exibe (*op. cit.*, p. 142) e no exaustivo mapeamento dos trabalhos com inúmeras tabelas mostrando a distribuição dos diversos subsistemas por região e por pesquisa realizada. Trata-se, pois, de um texto de extrema importância para futuros trabalhos sobre o tema.

A leitura do capítulo nos leva a refletir sobre um aspecto que não é investigado no texto (e nem era este seu objetivo),¹¹ que nos leva a pensar na influência dos contatos desde a colonização, passando pelas diversas ondas de imigração, com a chegada de japoneses, italianos, alemães, além dos intensos fluxos migratórios dentro do país, na segunda metade do século XX. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os primeiros fluxos tiveram início a partir da década de 1950, de áreas rurais dos estados nordestinos para o sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, atraídos pela industrialização, com migrantes movidos pelo desemprego, seca, latifúndios. No final da década de 1950, um outro fluxo, também do nordeste além de Minas Gerais, ocorreu, atraído pela busca de mão-de-obra para a construção

11 As teses e dissertações que serviram a esse mapeamento trazem importantes dados sócio-históricos que teriam influenciado o tratamento nas regiões analisadas. Ver também outras referências no capítulo de Scherre *et al*, 2015.

de Brasília e para o trabalho na agricultura. Um terceiro fluxo ocorreria novamente das áreas rurais do nordeste em direção à Amazônia, para o trabalho na mineração, extração de madeira, criação de gado ou ainda para o estabelecimento em pequenas propriedades. O último fluxo reportado pelo IBGE, nos revela que entre as décadas de 1900 e 1970 com a expansão da agricultura, uma diáspora do sul e do sudeste (São Paulo e Minas Gerais), formada por pequenos fazendeiros, com problemas na divisão de terras herdadas por membros de segunda e terceira gerações de fazendeiros, migra para o centro-oeste e para o norte. A população urbana, que era de 31,24%, segundo o Censo do IBGE, de 81,20% em 1940, chega a 81,20% em 2000.

Temos, pois, razões de sobra para supor que esses sucessivos contatos com estrangeiros e entre brasileiros deixariam sua marca nesse complexo quadro de formas de tratamento e também contribuiriam, por outro lado, para a distribuição bastante regular dos fenômenos variáveis de natureza morfossintática estudados no Brasil.

Outras formas de tratamento

As formas de tratamento *o senhor* e *a senhora* são ainda usadas nas relações assimétricas, particularmente de empregados para patrões, de pacientes para médicos, de funcionários de lojas e supermercados para clientes, e ainda para pessoas mais velhas e não íntimas e para os pais e parentes mais velhos (avós e tios) por gerações também um pouco mais velhas. Entretanto, os mais jovens nas áreas urbanas já tratam seus pais por *você/tu* e costumam dar aos mais velhos o mesmo tratamento. É comum, nas universidades brasileiras, o aluno tratar o professor por *você/tu*. Uma interessante observação em Scherre *et al* diz respeito ao possível papel da mulher urbana brasileira para o relativo desaparecimento desse tratamento respeitoso, porque elas “não querem ser chamadas de ‘senhora’”. “*Costumam dizer: ‘a senhora está no céu! Pode me chamar de você!’*” (op. cit. p. 136).

Está aqui um comportamento oposto ao que vimos relatado para o PE no que diz respeito às relações assimétricas. Não herdamos tampouco o uso de formas nominais de tratamento, como a menção do nome do interlocutor em lugar do uso de uma forma de tratamento.

A forma de tratamento *Vossa Senhoria* já não é tão frequente nas cartas comerciais, que optam por *o senhor* ou acabam por omitir qualquer forma. Tudo indica que essa perda de cerimônia está ligada ao uso do email nas comunicações, o que contribuiu em grande parte para aproximar escrevente e leitor. Finalmente, a forma *Vossa Excelência* é restrita ao Presidente, em situações formais, aos magistrados e aos membros do Congresso Nacional.

A realização fonética de tu/você no Português Europeu e Brasileiro em entrevistas sociolinguísticas

Como dissemos na introdução a este artigo, as entrevistas sociolinguísticas não constituem o gênero apropriado para conseguir dados de segunda pessoa. A análise dos sujeitos referenciais na amostra Concordância nos ofereceu um número muito reduzido de ocorrências. No entanto, é interessante mostrar a distribuição de *tu/você* no PE e no PB bem como a sua realização. Os dados de 2.ª pessoa atestados na amostra Concordância correspondem a 9 ocorrências de *você*, com 6 dados expressos e 3 nulos, como mostra o exemplo a seguir:

(10) Então, pelo que vejo, você não concorda; eu acho um exagero, está bem, mas isso faz parte da história, e *você* tem que aceitar tem que aceitar. Sôtor tem razão, mas dizia ele: “sabe, o que *você* fez era o suficiente para ir fora da aula, mas **não vai** por uma razão muito simples: só **demonstrou** com isso que **estava** com atenção. (diálogo entre professor e aluno) (Amostra Concordância, PE, OEI-C2H)

Quanto ao uso de *tu*, o Português europeu revela 26 ocorrências, 27 (83%) das quais com o pronome nulo e 5 (17%) com o pronome expresso. Vejamos o exemplo (11):

(11) a. Eu até incentivava por exemplo a minha filha mais velha a dizer: “se *tu* queres explicas por que é que **gostas** de fazer isso ou por que é que **gostas** de sair, **explicas** por quê. Temos que saber com quem **vais**. E o pai disse logo: o quê, sair à noite? explicas por quê, com quem vais e, portanto, lutas por aquilo que **queres...e lutas**” (Amostra Concordância, PE, CAC-C3M)

b. Ela às vezes refila muito comigo; refila muito comigo, e o meu marido às vezes diz: **sabes** o que é isso? É a confiança que *tu* lhe deste. (Amostra Concordância, PE, OEI-C1M)

Em relação ao PB, o que vemos é uma baixa ocorrência de *tu*, que como dissemos é menos frequente no Rio de Janeiro, embora na fala espontânea, familiar e entre amigos, particularmente na área mais *carioca* do grande Rio, a região suburbana, seja muito comum, em variação com *você*: as 6 únicas ocorrências nas entrevistas analisadas trazem o verbo sem a desinência canônica de concordância (5 com o pronome expresso e uma com o pronome nulo). Isso confirma que *tu/você* não estão em distribuição complementar no Rio de Janeiro, razão pela qual apresentamos os resultados gerais, juntando as 6 ocorrências de *tu* e as 76 de *você*: 82 dados, o que nos leva a 90% de pronomes expressos e 10% de pronomes nulos:

(12) a. (Documentador: eu eu faço faculdade de literatura. Então, eu amo ler!)

Então... ah então... *você*, o dia que *tu* vim aí, *tu* vem que eu te dou os livro. *Tu vem* de carro. Aí tem livro aí pra caramba. *Você* pode até levar mesmo, minha filha, que minha mulher tá doida pra acabar com meus livro. (Amostra Concordância, PB, COP-C1H)

- b. “Antigamente você ficava conversando, olhava pra uma pessoa... a pessoa não falava nada. Hoje *tu olha* uma pessoa daqui a pouco ela olha pra você e fala ‘o que que *tu tá* me olhando?’” (Amostra Concordância, PB, COP-C2H)
- c. “Assim, apesar que eu tenho uma amiga que que tem dois filhos, que engravidou. Agora, então, eu falo pra ela: isso que você fez é errado porque *você* já teve uma, sua mãe aceitou; *você* teve a outra, sua mãe...; agora, com o terceiro, agora não dá, não!!” (Amostra Concordância, PB, COP-A1M)
- d. “ah, *você* tem que ir no médico.. já há muito tempo que *você* nem vai... tem que fazer um check up geral” (Amostra Concordância, PB, NIG-A3M)

Vemos que os resultados confirmam a distribuição do tratamento com *tu/você* no PE e sua neutralização no PB, tanto no que diz respeito à perda da marca de concordância (mais geral do que sua realização) e da distinção de cortesia. Além disso, fica evidente a preferência pelo pronome nulo no PE e sua realização fonética no PB, uma consequência da plena inserção dos pronomes *você* e *a gente* no paradigma pronominal e da consequente redução do paradigma flexional verbal (DUARTE, 2018 [1993]).

Uma evidência adicional da distância entre as duas gramáticas pode ser vista na tabela que segue, extraída de Nicolau de Paula (2016; 2017), que nos mostra a ordem Verbo Sujeito em interrogativas-Q no PE e no PB. Considerando a dificuldade de encontrar dados desse tipo na fala de entrevistados, a autora encontrou uma solução muito interessante: levantou todas as perguntas feitas pelo entrevistadores, que, naturalmente, não sabiam que teriam sua fala analisada. Ela informa que teve o cuidado de levantar “a origem de cada entrevistador a fim de garantir que fossem todos portugueses nas amostras do PE e todos brasileiros nas amostras do PB” (*op. cit.*, p.21).¹² Foram lidas 40 entrevistas no total. A seleção de duas sincronias diferentes com um pequeno intervalo de tempo entre elas lhe permitiu realizar uma observação do fenômeno em “tempo real de curta duração” (LABOV, 1994) e verificar se, no intervalo de cerca de vinte anos, houve mudança ou estabilidade na ordem VS/SV nos padrões de interrogativas. O interesse para este artigo recai, naturalmente, sobre a realização fonética ou omissão dos pronomes para referência à segunda pessoa. Sabemos, entretanto, das limitações dos resultados, uma vez que os entrevistadores do Cordial-Sin são falantes cultos que evitarão *você* e que estão a entrevistar falantes mais idosos, pelo que se impõe uma relação de deferência. No entanto, em ambas as amostras, tanto a dos anos 1980 como a de 2000, que envolve falantes mais jovens e de áreas urbanas, o índice de sujeitos nulos (Q Cliv V na Tabela 1) é alto (mais alto ainda na mais recente); acrescenta-se que nas entrevistas do PB, em ambas as sincronias, tanto com o tratamento respeitoso *o(a) senhor(a)* quanto com o tratamento *você*, os índices de sujeitos nulos

12 Para a primeira sincronia, anos 1980 (PE) e 1970 (PB), foram recolhidos, respectivamente, dados do Projeto NURC-RJ (www.lettras.ufrj.br/nurc-rj) e do Cordial-Sin, Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe (www.clul.ul.pt/pt/recursos).

são de 2% e 0%, como vemos na Tabela 1.

Os resultados gerais estão na Tabela 1:

PADRÕES COM INTERROGATIVAS Q	PE	PB		
	Cordial – Sin Anos 1980	Concord. Anos 2000	NURC-RJ Anos 1970	Concord. Anos 2000
Q Cliv V	42%	53%	2%	0%
Q Cliv SV	20%	16%	73%	44%
Q Cliv VS	19%	9%	4%	0%
Q in situ	17%	5%	4%	10%
Q V	0,5%	6%	0%	3%
Q VS	1,5%	10%	1%	1%
Q SV	0%	1%	16%	42%
TOTAL (%)	157 (100%)	120 (100%)	83 (100%)	77 (100%)

Tabela 1: Distribuição dos padrões das interrogativas Q no PB e PE falados. Fonte: Nicolau de Paula, 2016, Tabela 1, p. 21

O que nos interessa de modo especial na tabela é o padrão com sujeito nulo na linha 1 – Q Cliv V, com o interrogativo, a clivagem (*é que*) e o verbo, ilustrado em (12a), que alcança 42% e 53% nas duas amostras do PE, quando o PB exhibe 2% e 0% nas duas sincronias. Por outro lado, o padrão Q Cliv SV, na segunda linha, com o pronome expresso, lidera no PB com 73% e 44% (12b), enquanto os sujeitos expressos no PE, entre 20% e 16% exibem a forma de tratamento *o(a) senhor(a)* e, mais raramente, *você*. Finalmente, um outro padrão com o sujeito expresso em clivagem está ausente do PE e alcança 42% na última sincronia do PB (12c). (Cf. Exemplos de NICOLAU de PAULA, op. cit., p. 23).

(12) a. **O que é que começaste por fazer?** (Amostra Concordância PE)

b. **Como é que você escolheu uma loja de artesanato?** (Amostra Concordância PB)

c. **Quando você vem?** (NURC-RJ-2000)

Considerações finais

Pelo que foi aqui exposto, podemos concluir que o sistema de tratamento se revela um tanto mais complexo no português europeu do que no português brasileiro. Em primeiro lugar, o tratamento por *tu* e por *você* está em distribuição complementar, no sentido em que *tu* é usado

por falantes em relações simétricas (por exemplo, entre jovens) ou em relações assimétricas quando existe proximidade (entre familiares, por exemplo), enquanto *você* é tipicamente usado em relações assimétricas sem proximidade. No entanto, a forma *você*, pelas sutilezas que caracterizam o seu uso, é com frequência evitada, preferindo-se outras estratégias como o sujeito nulo ou uma forma nominal. O sistema das formas de tratamento está atualmente a sofrer alterações, havendo uma generalização do tratamento por *tu* entre jovens e um aumento do seu uso noutras relações simétricas. Os falantes, principalmente os mais jovens, usam também com mais frequência a forma *você* nas relações assimétricas, pelo que, nessa situação, *tu* e *você* formam um sistema verdadeiramente complementar.

Quanto ao PB, temos um sistema em que *tu* e *você* efetivamente não se encontram em distribuição complementar. O que temos é uma distribuição regional, motivada pelo povoamento do país e sucessivas levadas de migrações internas, que levaram a uma neutralização entre *tu* e *você*, que passam a se intercambiar, nas áreas em que ambos são usados. Acrescente-se o fato de que predomina no país o uso de *tu* com forma verbal sem a desinência canônica, o que pode levar à preferência pela realização fonética de uma e outra forma pronominal.

Referências

AMARAL, Luís I. C. *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações linguísticas e sociais*. Tese de Doutorado, UFRS, 2003.

BACELAR DO NASCIMENTO, M. Fernanda. Formas de tratamento. In: E. P. RAPOSO; M.F. BACELAR DO NASCIMENTO; M.A. C. MOTA; L. SEGURA; A. MENDES (orgs.). *Gramática do Português*, vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, no prelo.

CINTRA, Lindley. *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.

DUARTE, M. Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português brasileiro. In: I. ROBERTS; M. A. KATO (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. São Paulo: Contexto, 2018 p.83-103. [reedição do original, publicado pela Editora da Unicamp, 1993, 107-128].

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. In: *Fragmenta 13*, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.

LOPES, Célia. Vossa Mercê > você e Vuestra Merced > usted: o percurso evolutivo ibérico. *LINGÜÍSTICA*, 14, p.173-190, 2002.

_____ ; CAVALCANTE, Sílvia. A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e clítico-te. *Linguística* (Madrid), v. 25, p.30-65, 2011.

_____ ; BROCARD, M. Teresa. Main Morphosyntactic Changes and Grammaticalization Processes. In: L. WETZELS; S. MENUZZI J. COSTA (eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Maldon: John Wiley & Sons, Inc., 2016, p. 471-486.

HAMMERMÜLLER, Gunther. Formas e Convenções de Tratamento do Português. In: Actas do 1º Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português, Águeda, p.55-60, 1977.

LOREGIAN-PENKAL L. *(Re)análise da referência de segunda Pessoa na fala da região sul* Tese de Doutorado, UFPR, 2004.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: D. LUCCHESI; A. BAXTER; I. RIBEIRO (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.41-73.

NICOLAU DE PAULA, Mayara. *A ordem VS/SV em interrogativas-Q no PE e no PB: uma análise diacrônica*. Tese de Doutorado, UFRJ, 2016.

_____. A comparative analysis of Wh-questions in Brazilian and European Portuguese. *Diadorim – Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, v. 20, Número Especial, p. 197-218, 2017.

ROBERTS, Ian; HOLMBERG, Anders. Introduction: parameters in Minimalist theory. In: T. BIBERAUER *et al.* (eds.). *Parametric Variation: null subjects in Minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p.1-57.

SCHERRE, M. Marta P.; DIAS, Edilene P; ANDRADE, Carolina; MARTINS, Germano F. Variação dos pronomes TU e VOCÊ. In: M. A. MARTINS; J. ABRAÇADO (eds.). *Mapeamento Sociolinguístico do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto. p.133-172.

Sobre Dinah Callou — Maria Fernanda Bacelar do Nascimento¹³

Sobre Dinah Callou — Amália Mendes¹⁴

Sobre Dinah Callou — Maria Eugenia Lammoglia Duarte¹⁵

13 Dinah – uma grande linguista, um grande carácter, um grande coração.

14 É um grande prazer associar-me à homenagem à Dinah, pela muita consideração que tenho pelo seu trabalho científico, pela sua retidão e pela sua frontalidade.

15 É difícil demais achar as palavras adequadas para homenagear a Dinah! Embora só tenhamos nos encontrado em 1993, é como se a nossa convivência acadêmica e a nossa amizade, que tanto me orgulham, viessem da juventude. Você é exemplo de retidão na vida pessoal e profissional, de dedicação às causas justas, de sinceridade absoluta. Você nos inspira, Dinah!



**A PERCEÇÃO DE VALORES PRAGMÁTICOS NA ENTOAÇÃO DE
SENTENÇAS IMPERATIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UM ESTUDO EXPERIMENTAL**

**THE PERCEPTION OF PRAGMATIC VALUES IN THE INTONATION OF
IMPERATIVE SENTENCES IN BRAZILIAN PORTUGUESE:
AN EXPERIMENTAL STUDY**

Luma da Silva Miranda¹

João Antônio de Moraes²

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de um estudo perceptivo sobre a entoação de sentenças imperativas no português brasileiro produzidas com os seguintes valores pragmáticos: ordem, desafio, pedido e sugestão. A sentença imperativa *Conversa com ele* foi gravada, com essas quatro intenções ilocutórias, por quatro sujeitos, dois homens e duas mulheres. Os contornos entonacionais produzidos foram analisados segundo a abordagem do modelo IPO, um modelo perceptivo de descrição da entoação que propõe dois métodos de estilização da curva de frequência fundamental: a estilização *close copy* e a standardização dos movimentos melódicos pautada na equivalência perceptiva. Por meio do uso do software Praat, contornos melódicos resintetizados foram criados para, posteriormente, um grupo de 20 juízes julgarem a sua aceitabilidade em um teste de percepção. Os resultados do teste de percepção indicaram a relevância perceptiva de características fonéticas dos movimentos melódicos que atuam na identificação

1 Doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro/CAPES. E-mail: lumah.miranda@gmail.com. Este artigo foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa de dissertação de mestrado defendida em 2015 e financiada no último ano pelo programa de bolsas de Mestrado NOTA 10 da FAPERJ.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jamoraes3@gmail.com.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

do valor funcional dos contornos entonacionais manipulados. A variável direção do movimento melódico foi relevante para o reconhecimento da ordem, e, especialmente, para o do desafio e do pedido; a extensão do movimento revelou-se essencial para a caracterização do contorno de desafio; a variável alinhamento do pico de F0, para os contornos do pedido e da sugestão; por fim, a variável campo tonal, para o contorno da ordem.

Palavras-chave:Entoação; Percepção; Pragmática; Imperativas; Português Brasileiro.

Abstract

This paper presents the results of a perceptual study on Brazilian Portuguese intonation of imperative sentences produced with the following pragmatic values: command, challenge, request and suggestion. The imperative sentence *Conversa com ele/Talk to him* was recorded by four subjects, two males and two females, reproducing these four illocutionary acts. The intonational contours produced were analyzed according to the IPO approach, a perceptual model of intonational description, which has two methods of F0 stylization: the *close copy* stylization and the standardization of the melodic movements based on the perceptual equivalence. By using the software Praat, we created resynthesized melodic contours so that a group of 20 listeners would judge their acceptability in a perceptual experiment conducted afterwards. The results of the perceptual test indicated the perceptual relevance of some phonetic cues of the melodic movements which act on the identification of the functional value of the manipulated intonational contours. The variable direction of the melodic movement was relevant to the recognition of command, and, especially, to the recognition of challenge and request; the extension of the melodic movement was essential to the characterization of the contour of challenge; the variable F0 peak alignment, for the contours of request and suggestion; lastly, the variable F0 excursion, for the contour of command.

Keywords: Intonation; Perception; Pragmatics; Imperatives; Brazilian Portuguese.

1. Considerações iniciais

As sentenças imperativas canônicas no português são tradicionalmente caracterizadas por apresentarem um verbo, que geralmente ocupa a posição inicial da frase, conjugado na segunda pessoa ou na terceira pessoa do modo imperativo: *Come tudo/Coma tudo*. Do ponto de vista pragmático, essas sentenças, embora sejam comumente associadas à manifestação da ordem, podem, graças a sua prosódia, expressar diversos outros atos ilocutórios diretivos, como o alerta, o conselho, a súplica, etc. (MORAES; RILLIARD, 2018; CASTELEIRO, 2014).

Em grande parte dos estudos descritivos que se debruçam sobre a função pragmática da entoação, não fica claro o que deve ser considerado uma propriedade meramente fonética de um dado contorno, por exemplo, um alongamento de sua sílaba final, e o que constitui um traço propriamente fonológico, distintivo na realização desse contorno (FROTA et al., 2015).

Neste artigo, pretendemos averiguar, em que medida uma dada característica fonética, como a amplitude ou a extensão de um movimento melódico, por exemplo, de fato contribui

para a identificação, no Português Brasileiro (doravante, PB), dos contornos entonacionais de quatro atos ilocutórios diretivos, a saber, a ordem, o desafio, o pedido e a sugestão. Para tal fim, iremos analisar esses contornos por meio de uma abordagem perceptiva da entoação, através do uso da técnica da ressíntese³ da frequência fundamental (F0), seguindo o modelo IPO (*Instituut voor Perceptie Onderzoek* / Institute for Perception Research), criado por 't Hart, Collier e Cohen no início da década de 60.

Como a descrição da entoação nessa teoria baseia-se no desenvolvimento de um modelo do ouvinte, a abordagem IPO fornece uma análise da realização fonética dos contornos cuja finalidade é apurar os movimentos tonais relevantes perceptivamente, ao mesmo tempo em que sejam rejeitadas as variações sem efeitos perceptivos, também conhecidas como microprosódia⁴ (ou microentoação) ('t HART; COLLIER; COHEN, 1990, p. 47). Segundo esses autores (*op. cit.*: 5), uma abordagem perceptiva é subjetiva *per se*, já que, em um primeiro momento, o pesquisador formula hipóteses e avalia seu trabalho segundo a sua intuição de falante nativo. Por isso, para se tecer generalizações sobre a percepção da melodia da fala, é necessário usar técnicas experimentais confiáveis a fim de verificar se uma impressão melódica particular pode ser reproduzida não só com o mesmo ouvinte, mas também com outros ouvintes. Esse tipo de trabalho inclui, portanto, a elaboração e aplicação de testes de percepção e análises estatísticas, para gerar resultados mais seguros sobre os quais as generalizações linguísticas poderão ser feitas posteriormente. Com vistas a esse objetivo, os autores do modelo IPO desenvolveram um método de estilização de curvas de F0 que substitui o traçado do contorno original por um contorno artificial, constituído de segmentos de retas, mas que, perceptivamente, soa idêntico ao original. Assim, essa curva estilizada apresenta a mesma informação da curva original, sem as variações melódicas provenientes da microentoação, e é o ponto de partida para o processo de definição dos movimentos e configurações⁵ relevantes que compõem o inventário de padrões melódicos de uma língua ('t HART; COLLIER; COHEN, 1990, p. 47).

Nas próximas seções, iremos apresentar o método adotado para a elicitación e estilização dos contornos a serem analisados, a descrição dos estímulos que serviram de base para o experimento de percepção, os resultados obtidos e sua discussão, seguidos por fim das considerações finais.

3 Ressíntese de F0 é o nome da técnica utilizada para criar contornos artificiais a partir de um contorno melódico original, o que aqui foi feito através da função de manipulação de F0 incluída no software Praat (BOERSMA; WEENINK, 2013).

4 Flutuações na frequência fundamental que são causadas por fatores fisiológicos, ou seja, não são produzidas intencionalmente pelo falante.

5 Na abordagem IPO, após a fase de estilização da estandardização pautada na equivalência perceptiva, passa-se a uma fase de classificação do conjunto de movimentos melódicos, que foram definidos pela metodologia aplicada, em um âmbito superior chamado de *configurações* que podem ser de três tipos: *prefixo*, *raiz* e *sufixo*. Essa fase de classificação das configurações está fora do escopo deste artigo. Para mais informações, ver a dissertação de Miranda (2015).

2. Método

2.1 Corpus

A frase *Conversa com ele* de seis sílabas, apresentando duas sequências do padrão acentual *pretônica+tônica+postônica*⁶, foi escolhida para observar o comportamento da F0 nas sílabas que estão no pré-núcleo e no núcleo dos contornos entonacionais, bem como nas sílabas ao seu redor. Optamos por um *corpus* controlado para que a análise do parâmetro acústico de F0 nos contornos entonacionais não tivesse influência de outras variáveis, como o padrão acentual e a composição segmental. Sendo assim, a frase *Conversa com ele* foi produzida pelos informantes com quatro atos ilocutórios diferentes (SEARLE, 1969): a ordem, o pedido, o desafio e a sugestão. Vale ressaltar que o *corpus* desta pesquisa é um *corpus* de fala atuada, uma vez que os falantes se imaginavam dentro de um contexto pragmático, para produzir os contornos entonacionais que poderiam ser emitidos em uma situação real de fala.

2.2 Participantes

A frase do *corpus* foi gravada por quatro informantes (doravante, INF), dois do sexo masculino (INF 1 e 3) e dois do sexo feminino (INF 2 e 4), falantes do dialeto carioca. Os sujeitos tinham nível superior completo e estavam incluídos na faixa etária adulta (entre 18 e 60 anos) na época da gravação.

2.3 Procedimento

No experimento de produção, o contexto pragmático de cada um desses contornos entonacionais era explicado antes da gravação. Para que os informantes produzissem os quatro tipos de atos de fala, pedíamos que se imaginassem nas seguintes situações:

(a) *Ordem*: Imagine que você é o diretor de uma empresa e seu novo funcionário está lhe fazendo perguntas que não deveriam ser respondidas por você, mas pelo gerente. Para evitar perda de tempo, você olha sério para seu funcionário e diz: *Conversa com ele*.

(b) *Desafio*: Você é um funcionário antigo da empresa e está discutindo com o novo funcionário, porque você percebe que ele não está sabendo respeitar a hierarquia da empresa e quer conversar com o diretor para resolver uma questão administrativa banal. Por isso, você (já sem paciência e querendo dissuadi-lo) se vira para ele e o provoca: *Conversa com ele!*... (implicando: *para você ver o que te acontece...*).

(c) *Pedido*: Você e um grupo de outros funcionários estão pensando em pedir um aumento para o diretor da empresa. Para terem mais chances de ser atendidos, você se vira para um dos colegas do grupo, que tem um bom relacionamento com o diretor, e pede: *Conversa com ele?*

(d) *Sugestão*: Você está conversando com outro funcionário sobre um problema que ele está enfrentando dentro da empresa, mas ele está meio indeciso se comenta ou não com o diretor. Você, pensando que uma conversa com o diretor poderia ser uma boa ideia para seu colega,

6 Considera-se que *com* funcione como pretônica do grupo clítico *com ele*.

sugere, sem compromisso: *Conversa com ele...*

No momento da gravação, o investigador dizia apenas o nome do tipo de significado pragmático da sentença (ordem, pedido) e o informante produzia-o logo em seguida. Vale ressaltar que em nenhum momento o investigador produziu os contornos entonacionais para os informantes. Eles foram instruídos a produzirem os contornos de maneira mais espontânea possível. A gravação das sentenças foi feita no Laboratório de Fonética Acústica da Faculdade de Letras, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o uso do microfone Shure SM48 em mídia digital e do programa Sound Forge (versão 7.0). Os arquivos sonoros foram salvos com o formato (.wav), mono, 16 bits e 22.050Hz.

3. Experimento de percepção

A elaboração do experimento perceptivo seguiu as premissas do modelo IPO (‘t HART; COLLIER; COHEN, 1990) para a estilização da F0, o que inclui duas fases de estilização: a *close copy*, baseada na igualdade perceptiva (seção 3.1.1) e a standardização, pautada na equivalência perceptiva (seção 3.1.2). Os estímulos estilizados foram avaliados por um grupo de 20 juízes.

3.1 Estímulos

Os estímulos foram criados através da estilização da curva de F0 com o auxílio do plugin PSOLA (MOULINES; CHARPENTIER, 1990) do software de análise acústica Praat (BOER-SMA; WEENINK, 2013), uma técnica de síntese da fala que modifica a F0 e a duração do sinal acústico da fala. Neste trabalho, fizemos somente a estilização da F0.

3.1.1 Estilização *close copy*

O modelo IPO tem como marca a manipulação da curva melódica da fala, um procedimento usado para explicitar a relação entre a variação de F0 no eixo do tempo e a maneira pela qual ela é percebida. A primeira etapa de estilização (*close copy*) tem por finalidade estabelecer a forma mais simplificada possível do padrão melódico, isto é, a que, embora preservando sua identidade do ponto de vista perceptivo, contenha o menor número de segmentos de reta. É importante ressaltar que o critério utilizado neste procedimento é o da igualdade perceptiva entre a curva de F0 original e a curva de F0 estilizada. Com base na eliminação de detalhes irrelevantes da curva da F0, o processo leva a uma simplificação do padrão, e à possibilidade de descrevê-lo em termos de um número de eventos discretos (‘t HART; COLLIER; COHEN, 1990, p. 42).

A ideia que sustenta esse procedimento é a de que a eliminação dos detalhes do contorno melódico que não participam da comunicação nos leva aos constituintes essenciais dos padrões entonacionais do enunciado^{7,8}.

7 Línguas como o holandês (‘t HART; COLLIER; COHEN, 1990), o inglês britânico (de PIJPER, 1983), o francês (BEAUGENDRE et al., 1992) e o russo (ODÉ, 1989) já foram descritas a partir da abordagem do modelo IPO.

8 Convém ressaltar que outros modelos de estilização da F0, tais como o Momel (*MOdélisation de*

As estilizações são resultado de um trabalho experimental e exaustivo que inclui a tomada de decisão do experimentador, já que a discriminação de um movimento melódico ser relevante ou não para a percepção é feita por ele (ODÉ, 1989).

Estabeleceu-se um protocolo para a estilização *close copy* constituído dos seguintes passos: (i) uso da função de manipulação (*to manipulation*) da curva melódica na ferramenta Praat, (ii) diminuição do número de pontos de inflexão com o auxílio do comando *stylize pitch > 2 ST* e (iii) retirada manual de alguns dos pontos de inflexão, desde que não afetem a igualdade perceptiva, através da comparação auditiva entre a sílaba que teve o ponto de inflexão retirado na versão estilizada e a da versão original (MIRANDA, 2015). Convém ressaltar que a decisão da eliminação manual dos pontos de inflexão foi tomada através do consenso entre dois juízes (o primeiro e o segundo autores).

A seguir, faremos a descrição dos movimentos de F0 dos quatro contornos entonacionais aqui analisados, como resultado da estilização *close copy*.

3.1.1.1 Ordem

O resultado da estilização *close copy* da ordem pode ser visto na Figura 1:

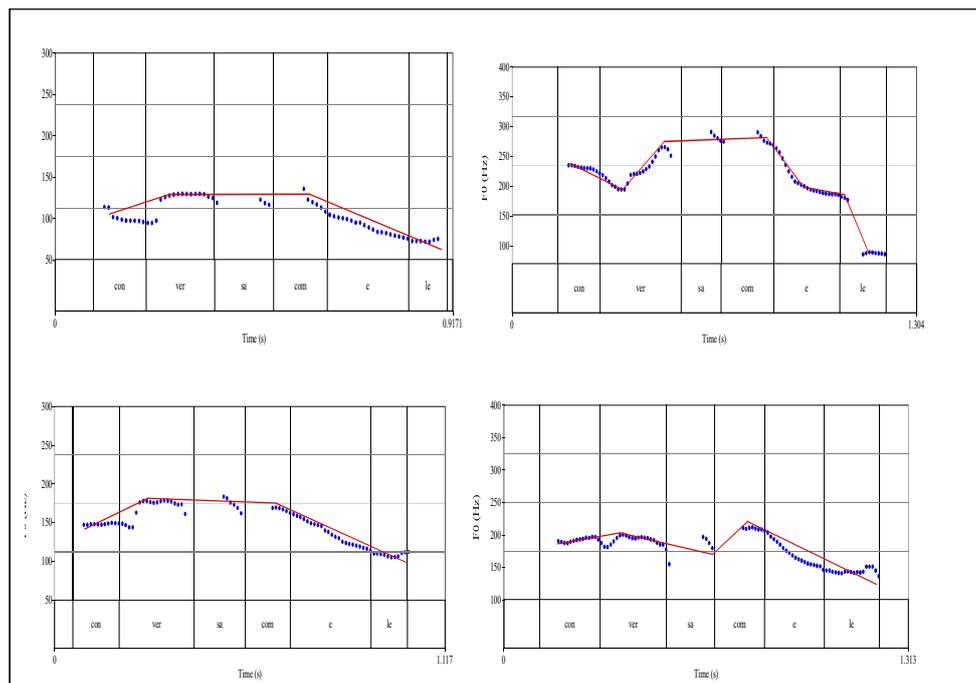


Figura 1: *Close copy* (linha vermelha) e curva original de F0 (pontilhado azul) do enunciado *Conversa com ele* produzido como ordem por quatro informantes (INF1 no canto superior esquerdo, INF 2 no canto superior direito, INF 3 no canto inferior esquerdo e INF 4 no canto inferior direito).

De acordo com a Figura 1, observa-se que, no contorno entonacional da **ordem**, há um

MELodie), criado por Hirst & Spesser (1993) e o Prosograma, elaborado por d'Alessandro & Mertens (1995) e Mertens (2004), foram inspirados pela proposta da Escola Holandesa (HERMES, 2006).

movimento ascendente de F0 sobre o pré-núcleo do enunciado que começa na primeira sílaba tônica *ver*. Esse movimento permanece em platô alto até o começo da sílaba tônica final *e* na *close copy* do INF 2; nos INF 1 e 3, esse platô se verifica somente sobre a primeira sílaba tônica do enunciado *ver*, e por fim, no INF 4, há um platô baixo que se estende desde o início do contorno até o começo da pretônica final *com*. Após esse primeiro movimento, nota-se uma queda que se inicia no começo da pretônica final *com* nos INF 1 e 3, e no começo da tônica final *e* nos INF 2 e 4. Esse movimento descendente se estende até o final do enunciado nos INF 1,3 e 4. O INF 2, por sua vez, apresenta uma modulação na queda de F0 do núcleo da vogal tônica, em que há uma mudança de inclinação dessa queda e, logo em seguida, ela se estende até o final do enunciado.

Com base no confronto dos quatro traçados, podemos afirmar que, de maneira geral, na produção desses contornos entonacionais da ordem, tem-se, mais frequentemente, um movimento ascendente na parte inicial do contorno, que recai sobre a primeira sílaba tônica, como nos INF 1, 2 e 3, ou um platô em um nível melódico médio, como no INF 4, seguido, em todos eles, de um movimento descendente, que se acentua sobre a sílaba tônica final.

3.1.1.2 Desafio

No tocante às *close copies* produzidas para o desafio, o resultado final do processo pode ser visto na Figura 2:

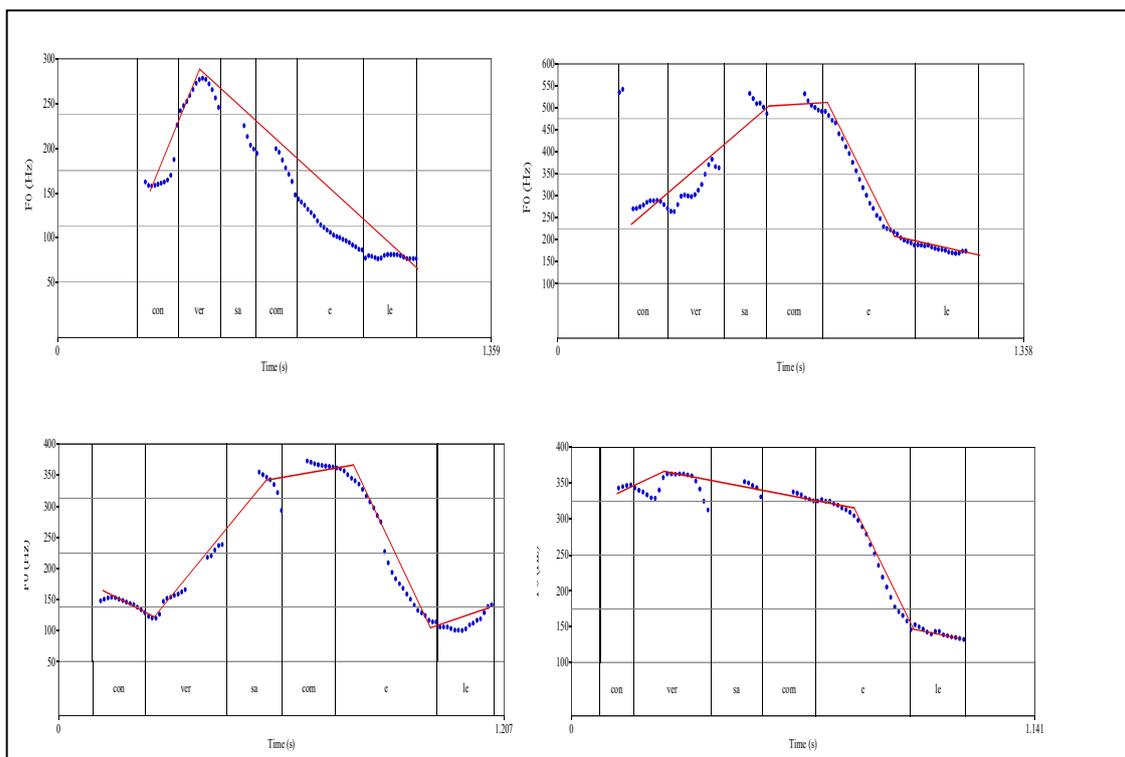


Figura 2: *Close copy* (linha vermelha) e curva original de F0 (pontilhado azul) do enunciado *Conversa com ele* produzido como desafio por quatro informantes (INF 1 no canto superior esquerdo, INF 2 no canto superior direito, INF 3 no canto inferior esquerdo e INF 4 no canto inferior direito).

No início do contorno entonacional do **desafio**, tem-se, primeiramente, um amplo movimento ascendente nos INF 1, 2 e 3, cujo pico apresenta uma considerável variabilidade quanto a sua localização, já que no INF 1 esse pico está na porção central da primeira sílaba tônica *ver*, enquanto no INF 2 ele se localiza no final da primeira sílaba postônica *sa* e no INF 3, um pouco mais adiante, no final da sílaba *com*. É importante notar que sobre a primeira postônicas *a* e a pretônica final *com*, aparece um platô alto ligeiramente descendente nos INF 2 e 4 (onde é mais amplo, abarcando também a sílaba tônica inicial) e ascendente no INF 3. No INF 1, logo após o pico do movimento ascendente no final da primeira sílaba tônica, há um único movimento descendente que se estende até o fim do enunciado.

Comparando essas diferentes realizações, podemos dizer que o contorno melódico do desafio se caracteriza, como o da ordem, por um movimento ascendente seguido de um movimento descendente; a grande diferença entre os dois padrões reside basicamente na extensão melódica, muito mais ampla na subida inicial do desafio, verificada na produção de todos os informantes, bem como na queda melódica que se observa na tônica final.

3.1.1.3 Pedido

Em relação às *close copies* do contorno entonacional do pedido, o resultado está ilustrado na figura 3:

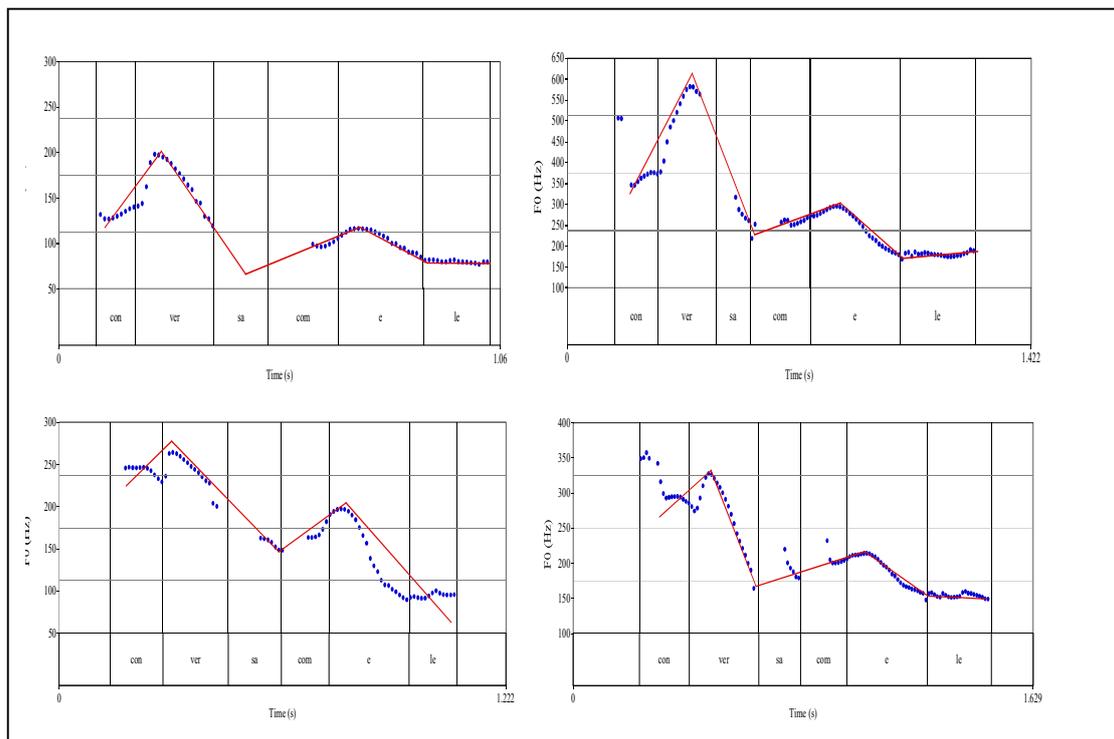


Figura 3: *Close copy* (linha vermelha) e curva original de F0 (pontilhado azul) do enunciado *Conversa com ele* produzido como pedido por quatro informantes (INF 1 no canto superior esquerdo, INF 2 no canto superior direito, INF 3 no canto inferior esquerdo e INF 4 no canto inferior direito).

Na configuração global da curva de F0 do **pedido**, nota-se uma dupla subida: a primeira

na região pré-nuclear e a segunda na região nuclear do contorno entonacional, sendo que o primeiro movimento atinge um nível mais alto do que o último. Em relação ao alinhamento do primeiro pico de F0, observa-se que ele tende a se situar no início da primeira sílaba tônica, mais precisamente, no início da vogal tônica, determinando uma forma melódica intrassilábica descendente sobre essa vogal. O pico do segundo movimento ascendente também se localiza na margem esquerda da vogal tônica final, na produção de todos os quatro informantes, o que, da mesma forma, vai resultar em um movimento que, embora localizado em um nível melódico médio, é predominantemente descendente no âmbito da última vogal tônica⁹ (MORAES; COLAMARCO, 2007; MORAES; RILLIARD, 2018). Após o pico de F0, o movimento descendente se estende até o final da produção dos enunciados, que se mantém num nível baixo na sílaba postônica final, em todos os informantes.

Com base nesses dados, pode-se concluir que, embora haja, em ambas as subidas, alguma variação no alinhamento do pico de F0, há uma clara predominância de um movimento descendente de F0 (com alinhamento antecipado do pico), sobretudo em posição nuclear.

3.1.1.4 Sugestão

O resultado da estilização *close copy* dos contornos da sugestão pode ser visto na Figura 4:

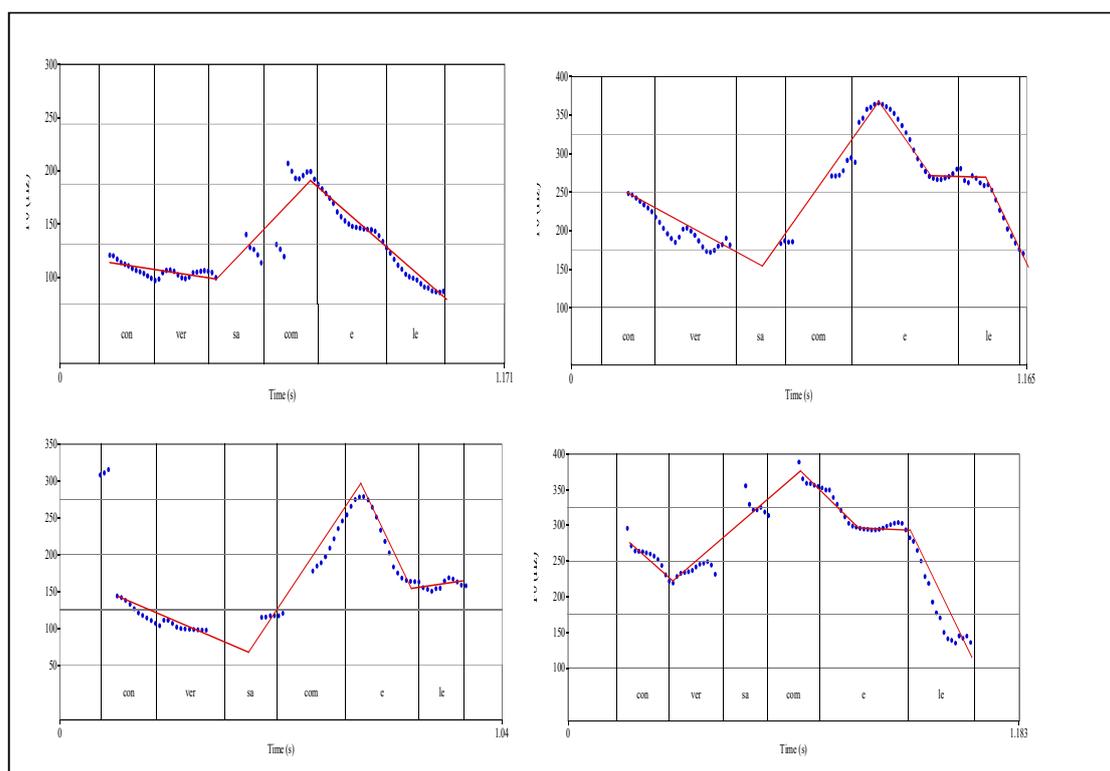


Figura 4: *Close copy* (linha vermelha) e curva original de F0 (pontilhado azul) do enunciado *Conversa com ele* produzido como sugestão por quatro informantes (INF1 no canto superior esquerdo, INF 2 no canto superior direito, INF 3 no canto inferior esquerdo e INF 4 no canto inferior direito).

⁹ Convém ressaltar que esse movimento de F0 observado no núcleo do pedido é distinto do que ocorre na questão total neutra, na qual o movimento de F0, sobre a tônica final, é ascendente (MORAES; COLAMARCO, 2007).

O contorno entonacional da sugestão pode ser definido como um padrão ascendente-descendente, que se inicia, em nossos dados, por uma queda suave de F0 sobre as duas primeiras sílabas, seguida de ampla subida na região nuclear do contorno, cujo pico se situa seja sobre a pretônica final (INF 1 e 4), seja no início da tônica (INF 2 e 3), e que é concluído por um movimento descendente final. Embora na tônica final se observe uma significativa queda melódica, cumpre enfatizar que seu nível melódico é relativamente alto, o que é uma característica desse contorno.

Após o pico de F0, observamos que, nos INF 2 e INF 4 (e de forma mais sutil em INF 1 e INF 3), há uma interrupção da queda na porção intermediária ou final da sílaba tônica final, configurando um pequeno platô para, logo em seguida, o movimento descendente retomar e se estender até o fim do enunciado.

3.1.2 Estilização de standardização pautada na equivalência perceptiva

A segunda etapa de estilização descrita no modelo IPO é a que propõe uma standardização dos movimentos melódicos. Para se chegar ao padrão standardizado de uma determinada curva melódica, mantém-se a exigência de ser a ele o mais simples possível, ou seja, composto do menor número de segmentos de retas, mas sem a premissa de ser perceptivamente idêntico ao contorno original, apenas preservando seu significado entonacional. Sendo assim, os contornos produzidos nesse processo de estilização são considerados equivalentes ao contorno original (apresentam *perceptual equivalence*); em outras palavras, possuem o mesmo valor funcional, embora não soem necessariamente idênticos a ele, como no caso da estilização *close copy*.

Como as alterações feitas nos contornos originais através processo de estilização de standardização são gradativas, os contornos alternativos se tornaram mais ou menos parecidos com o contorno original. Por conta disso, é importante avaliar se o contorno modificado pode ser aceito como um representante de um determinado ato de fala. Nesse sentido, a *aceitabilidade* do estímulo está relacionada não apenas ao grau de proximidade com a produção natural de um contorno melódico em termos de reconhecimento do seu valor funcional, mas também à qualidade sonora; por isso, a *naturalidade* do estímulo gerado no processo de ressíntese também atua como um critério importante na avaliação dos ouvintes (t HART; COLLIER; COHEN, 1990, p. 48).

As variáveis¹⁰ utilizadas no modelo IPO para manipular a forma do movimento melódi-

10 Na realidade, as variáveis *extensão* e *alinhamento* se revelam, em certa medida, imbricadas, e mesmo redundantes em contornos de forma global ascendente-descendente, em que se quer testar onde se dá o ponto de inflexão da curva melódica, pois a localização do pico de F0 pode afetar também o número de sílabas abarcado pelo movimento. Em geral, o conceito de alinhamento do pico de F0 limita-se às fronteiras de uma dada sílaba (um *microalinhamento*, portanto), enquanto que a extensão se conta por número de sílabas abarcadas pelo movimento (que decorre de um *macroalinhamento* do pico de F0).

co dos contornos entonacionais são: (i) a extensão do movimento (se este abarca apenas uma ou mais de uma sílaba) [*size*], (ii) a direção do movimento de F0 (ascendente ou descendente) [*direction*], (iii) o campo tonal (excursão regular ou ampla de F0) [*rate of change: fast/slow*], e (iv) o alinhamento do pico de F0 dentro dos limites da sílaba em que se localiza (antecipado, intermediário ou tardio) [*timing*].

Os contornos das *close copies* do INF 1 foram escolhidos para servir de base às manipulações. A seguir, apresentamos o conjunto de variáveis manipuladas nos contornos entonacionais analisados, para a criação dos novos estímulos (doravante, ST).

3.1.2.1 Ordem

Para estabelecer as variantes do contorno da ordem, foram criados **nove** estímulos. Inicialmente, foi testada (i) a pertinência da extensão dos movimentos de F0, ascendente na parte inicial do contorno e descendente em sua parte final (ST 1.1 a 1.5), para determinar a relevância, para a identificação do padrão, do ponto de inflexão da F0, isto é, o ponto em que o contorno passa de ascendente a descendente. A Figura 5 a seguir ilustra os contornos dos estímulos criados através da manipulação da variável extensão do movimento melódico:

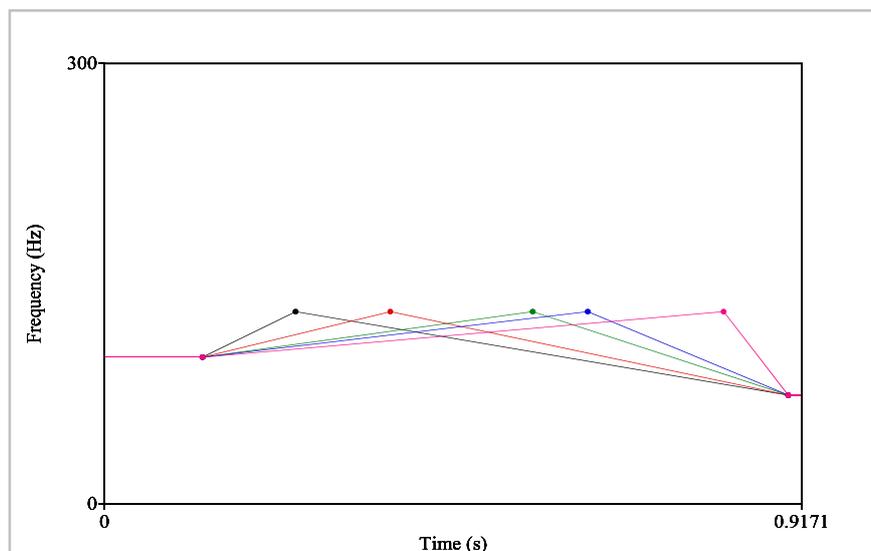


Figura 5: Contornos melódicos ascendentes-descendentes (ordem) da frase *Conversa com ele* com início da queda na margem esquerda da tônica inicial *ver* (ST1.1, preto), da primeira postônica *sa* (ST1.2., vermelho), da pretônica *com* (ST 1.3, verde), da tônica final *e* (ST 1.4, azul) e postônica final *le* (ST 1.5, magenta).

Em seguida, testou-se (ii) a direção do movimento melódico, comparando-se um movimento ascendente-descendente com platô na região central do contorno, entre as tônicas inicial e final (ST 2.1), com um movimento descendente ao longo de todo o enunciado (ST2.2) (Fig. 6):

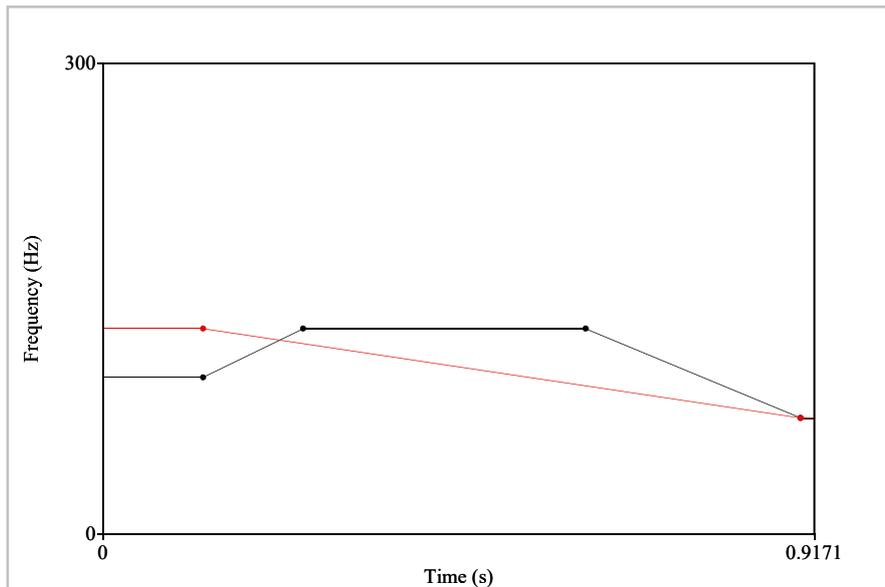


Figura 6: Contornos melódicos (ordem) do estímulo ascendente-descendente com platô entre a sílaba tônica inicial e a sílaba tônica final (ST 2.1, preto) e do estímulo com movimento descendente ao longo de todo o enunciado (ST 2.2, vermelho).

E por fim, manipulou-se (iii) o campo tonal (ST 3.1 e 3.2), para testar a importância da excursão de F0 comprimida ou expandida ao longo do contorno:

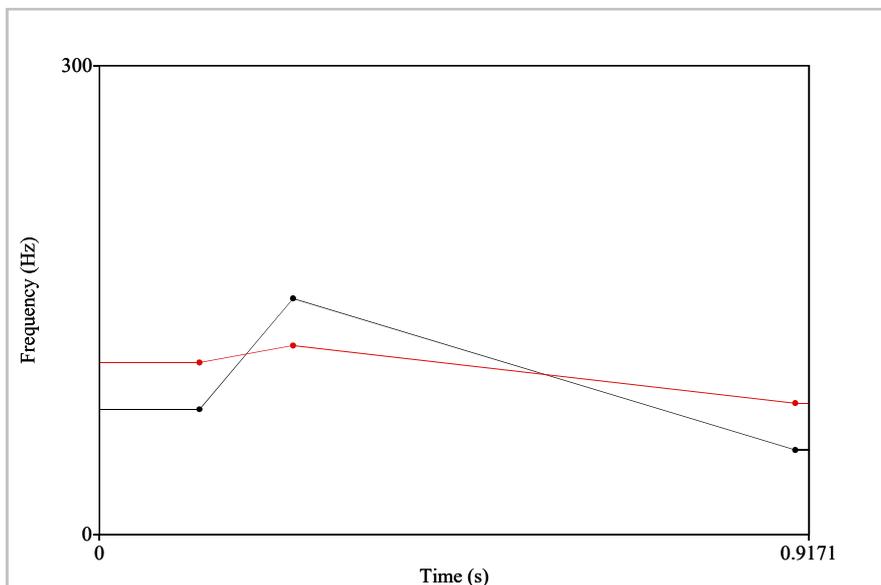


Figura 7: Contornos melódicos (ordem) dos estímulos com campo tonal expandido (ST 3.1, preto) e comprimido (ST 3.2, vermelho).

3.1.2.2 Desafio

Foram criados **dez** estímulos no contorno melódico do desafio, nos quais fizemos mani-

pulações nos seguintes parâmetros: (i) a extensão dos movimentos (ST 1.1 a 1.5) (Fig. 8):

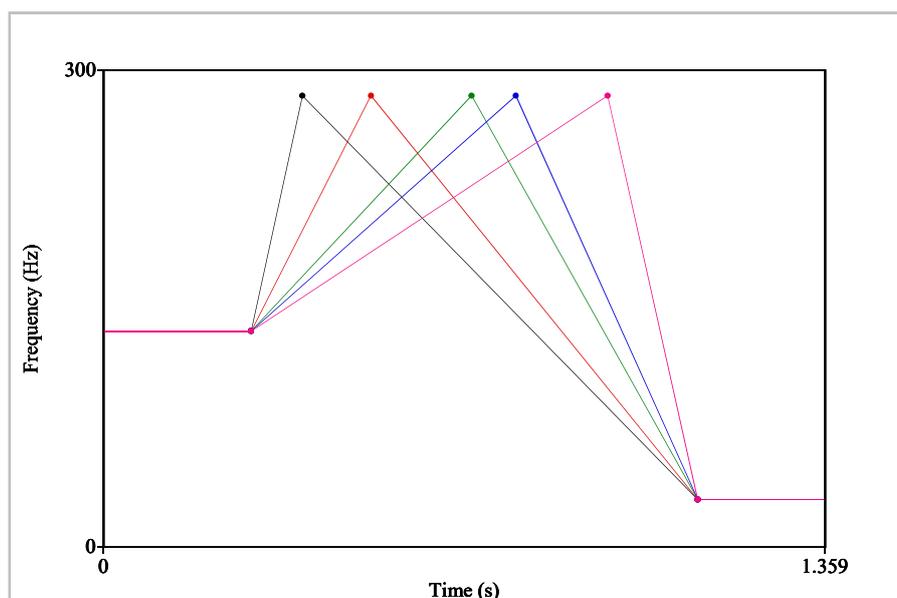


Figura 8: Contornos melódicos ascendentes-descendentes (desafio) com início da queda na margem esquerda da tônica inicial *ver* (ST1.1, preto), da primeira postônica *sa* (ST1.2, vermelho), da pretônica *com* (ST 1.3, verde), da tônica final *e* (ST 1.4, azul) e postônica final *le* (ST 1.5, magenta).

(ii) A direção do movimento, através da produção de estímulos que apresentavam seja um platô na região central do contorno, de extensões distintas (ST2.1 e ST2.2), seja uma configuração descendente ao longo de todo o enunciado (ST2.3) (Fig. 9):

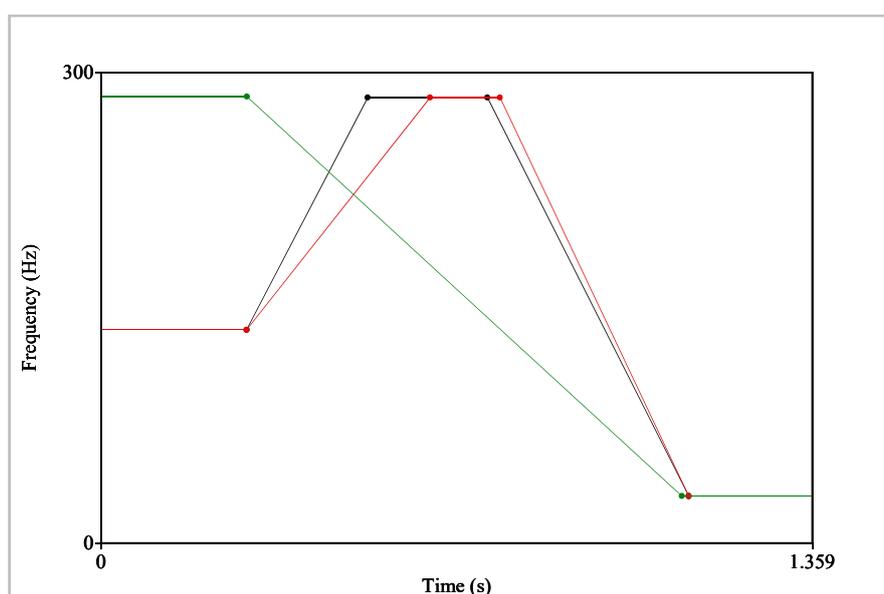


Figura 9: Contornos melódicos (desafio) do estímulo ascendente-descendente com platô longo, que se inicia na sílaba tônica inicial *ver* e permanece até a pretônica final *com* (ST 2.1, preto), e com platô curto, que vai da primeira postônica *sa* até a pretônica final *com*, inclusive (ST2.2, vermelho) e do estímulo com movimento descendente ao longo de todo o enunciado (ST2.3, verde).

(iii) o campo tonal (ST 3.1 e ST 3.2) (Fig. 10):

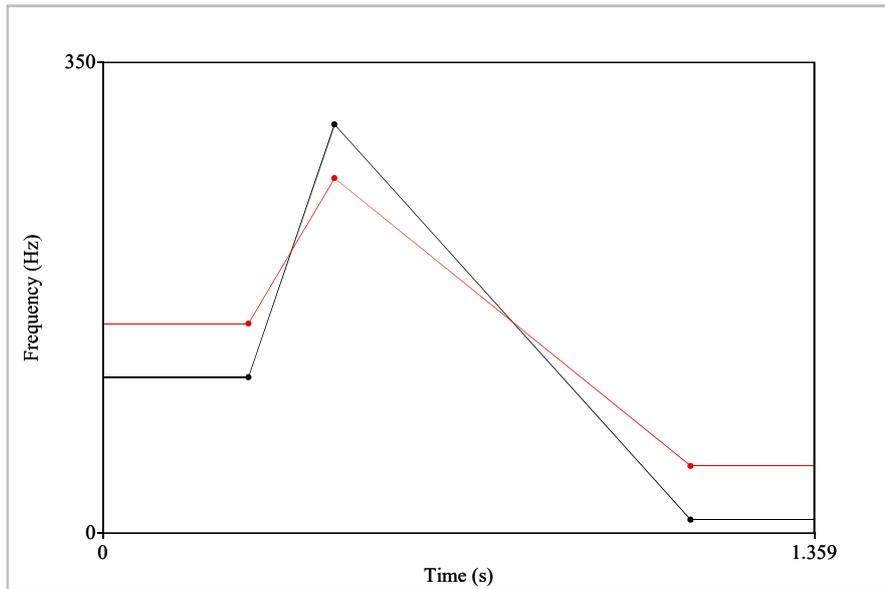


Figura 10: Contornos melódicos (desafio) dos estímulos com campo tonal expandido (ST 3.1, preto) e com campo tonal comprimido (ST 3.2, vermelho).

3.1.2.3 Pedido

Os sete estímulos criados a partir do contorno melódico do pedido tiveram como variáveis: (i) o alinhamento de F0 na tônica final (ST 1.1 a 1.3), para verificar sua relevância perceptiva:

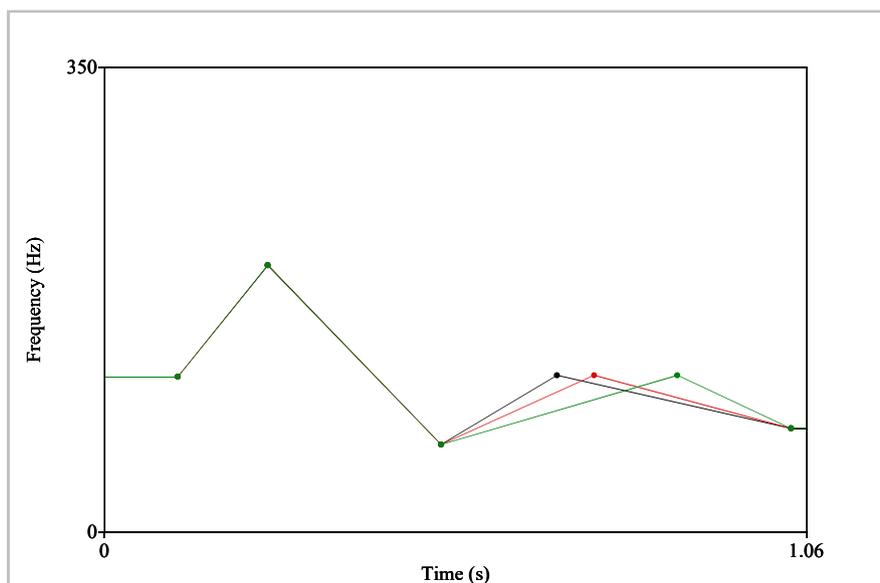


Figura 11: Contornos melódicos (pedido) com alinhamento antecipado na primeira tônica do enunciado ver e três tipos de alinhamento na tônica final e: antecipado (ST 1.1, preto), intermediário (ST 1.2, vermelho) e tardio (ST 1.3, verde).

(ii) a direção do movimento melódico, para testar a importância, para a identificação do pedido, da subida inicial e da subida final do contorno (ST 2.1 e ST 2.2), tendo sido cada uma delas retirada separadamente:

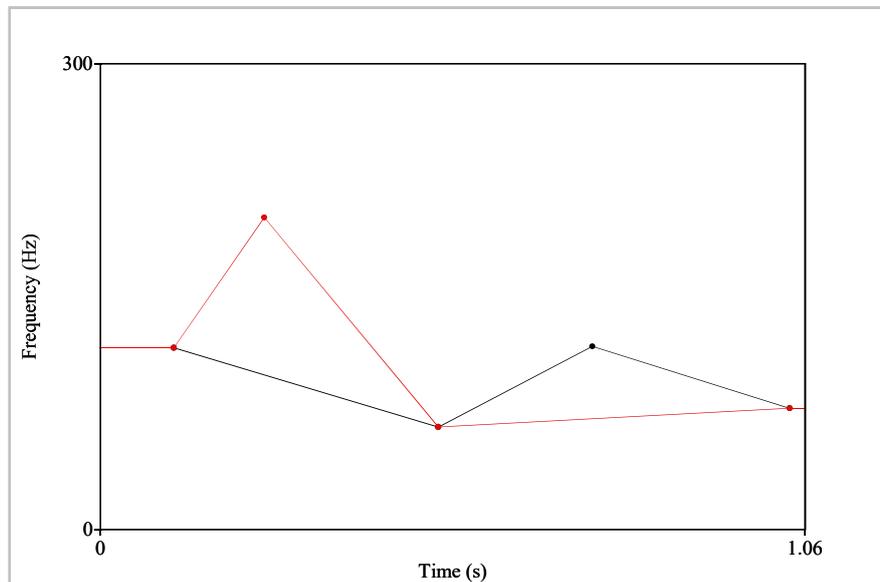


Figura 12: Contornos melódicos (pedido) do estímulo sem a subida inicial (ST 2.1, preto) e do estímulo sem a subida final (ST 2.2, vermelho).

(iii) o campo tonal foi manipulado para se analisar o efeito da excursão normal (ST 3.1) ou ampla (ST 3.2) dos movimentos melódicos (Fig. 13):

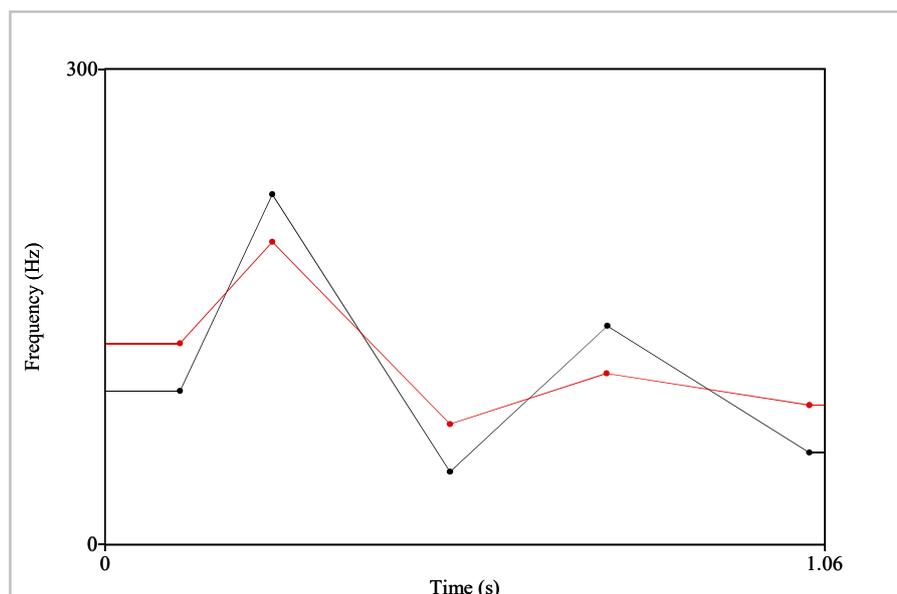


Figura 13: Contornos melódicos (pedido) do estímulo com campo tonal expandido (ST 3.1, preto) e comprimido (ST 3.2, vermelho).

3.1.2.4 Sugestão

No processo de standardização da sugestão, cinco estímulos foram criados, em que se variaram: (i) o alinhamento do pico de F0 na sílaba tônica final (ST 1.1 a 1.3) (Fig. 14):

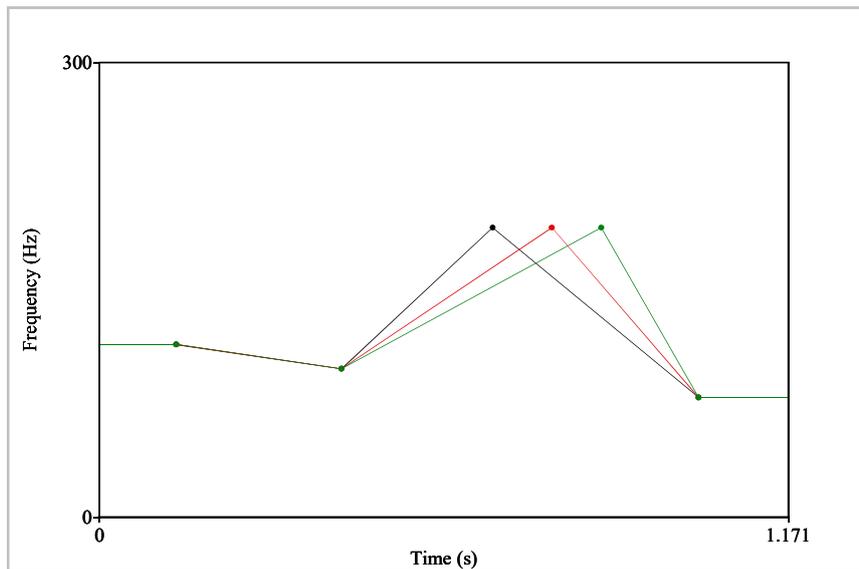


Figura 14: Contornos melódicos ascendentes-descendentes (sugestão) com três tipos de alinhamento na tônica final *e*: antecipado (ST 1.1, preto), intermediário (ST 1.2, vermelho) e tardio (ST 1.3, verde).

(ii) o campo tonal expandido (ST 2.1) ou comprimido (ST 2.2) (Fig. 15):

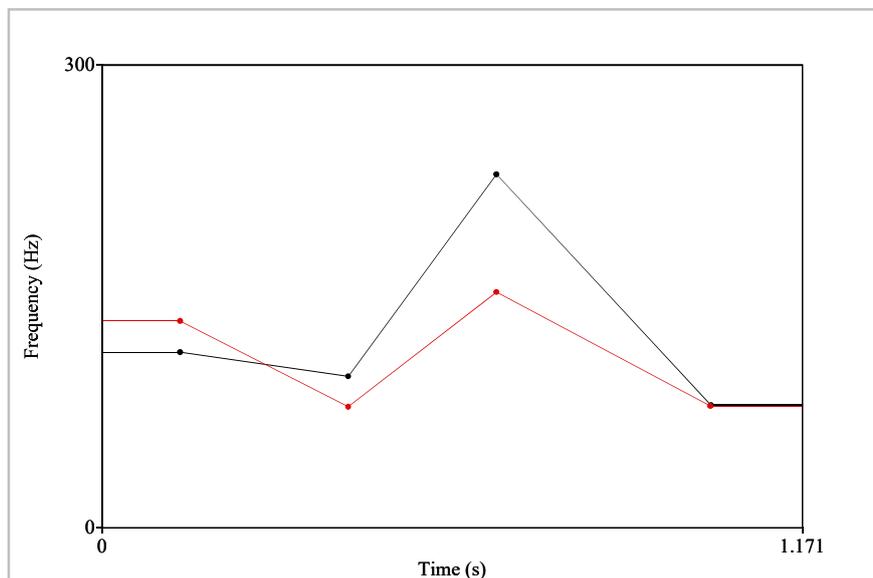


Figura 15: Contornos melódicos (sugestão) do estímulo com tônica final expandida em 20% (ST 3.1, preto) e do estímulo com tônica final comprimida em 20% (ST 3.2, vermelho).

Ao cabo desse segundo processo de estilização, foram criados 31 estímulos, que juntamente com as 4 contornos originais do INF 1 e suas respectivas estilizações *close copy*, perfazem um total de **39** estímulos submetidos aos teste de percepção.

3.2 Teste de percepção

O teste de percepção foi elaborado, por um lado, para verificar a igualdade perceptiva no caso do estabelecimento das *close copies* e, por outro, para avaliar a aceitabilidade dos contornos gerados no processo de standardização, o que possibilita, em certa medida, estabelecer as características acústicas que estão relacionadas ao reconhecimento de seus valores pragmáticos. No teste de percepção, os 39 estímulos eram agrupados de acordo com a categoria (tipo de ato) a que pertenciam. Por exemplo, na categoria *pedido*, todos os estímulos gerados com base nesse contorno entonacional eram apresentados aleatoriamente. Depois de serem informados, a cada vez, de que categoria de ato se tratava (*pedido*, *ordem*, etc.), a tarefa dos ouvintes consistia em ouvir cada estímulo e avaliar seu grau de aceitabilidade, em uma escala de cinco pontos:



Figura 16: Escala de cinco pontos utilizada no teste de percepção.

Os sujeitos eram instruídos a marcar *bom* ou *muito bom*, se os estímulos fossem avaliados por eles como natural e sem conter uma nuance expressiva. Deveriam marcar a opção *médio* se percebessem uma nuance expressiva, mas que não prejudicasse a categorização do estímulo como pertencente àquele ato ilocutório. Por fim, deveriam assinalar a opção *ruim* ou *muito ruim* se considerassem que a identificação do estímulo como pertencente àquele ato ilocutório estava fortemente prejudicada, a ponto de torná-lo eventualmente irreconhecível. Posteriormente, foram atribuídos a cada uma dessas opções valores numéricos: muito ruim = 0, ruim = 2,5, médio = 5, bom = 7,5, muito bom = 10, permitindo, assim, o estabelecimento de notas médias de 0 a 10 para cada estímulo ouvido. Foi averiguado, portanto, no teste de percepção, se os contornos originais e suas respectivas *close copies* receberiam avaliações similares e se os estímulos produzidos no processo de standardização seriam bem ou mal avaliados, a depender das modificações sofridas.

As instruções para o teste de percepção foram dadas, primeiramente, em uma folha de papel, e, logo após uma leitura silenciosa do participante, era feita uma exposição oral dos contextos pragmáticos em que os atos de fala são produzidos. É importante ressaltar que em momento algum os contornos foram produzidos pelo investigador durante a explicação; por outro lado, os informantes eram encorajados a produzir os contornos dos atos ilocutórios que iriam ouvir antes de começar o teste como uma forma de se certificar que eles estavam associando o significado pragmático ao contorno entonacional correspondente. Cada sujeito registrou suas avaliações em uma folha de resposta.

3.3 Participantes

A tarefa do teste de percepção foi realizada por 20 juízes que foram recebidos em uma sala acusticamente isolada para fazer o teste. Todos eles eram estudantes de graduação ou de pós-graduação da Faculdade de Letras da UFRJ.

3.4 Análise estatística

Para a análise estatística dos resultados do teste de percepção, foi utilizado o programa computacional SPSS. O teste estatístico selecionado para analisar os dados foi o Mann-Whitney, um teste não-paramétrico utilizado para análise de amostras independentes. Esse teste foi usado para avaliar a significância das diferenças observadas entre as notas médias recebidas por cada versão estilizada dos contornos, em que foram feitas modificações graduais em sua forma, e a nota recebida pelo estímulo *original*, isto é, o que serviu de base para as modificações, usado, portanto, como referência¹¹. As diferenças entre as notas que tiveram um valor de p (p -value) inferior a 0,05 foram consideradas significativas.

3.5 Resultados

De um modo geral, os resultados do teste de percepção mostraram como as características do movimento melódico (direção, extensão, alinhamento e o campo tonal) estão associadas ao reconhecimento do valor funcional dos contornos entonacionais analisados.

3.5.1 Ordem

No tocante à validação da *close copy*, verificamos que o contorno original e sua *close copy* foram avaliados pelos ouvintes com notas médias de 8,75 e 7,25, respectivamente. Apesar de a *close copy* ter recebido uma nota média menor do que a do contorno original, com diferença significativa estatisticamente entre eles ($p < 0,037352$), sua avaliação pelo grupo de ouvintes pode ser considerado bastante boa.

No que diz respeito à standardização, em relação à avaliação do parâmetro extensão do movimento melódico, os ouvintes mostraram-se bastante tolerantes com sua variabilidade: o fato de o movimento descendente se iniciar já na primeira sílaba tônica *ver* (ST 1.1/nota média 7,0), ou nas sílabas subsequentes *sa* (ST 1.2/nota média 7,25), *com* (ST 1.3/nota média 7,5) não afetou significativamente a aceitabilidade do contorno. Mesmo o estímulo em que a queda melódica se inicia no início da tônica final *e* não foi propriamente mal avaliado (ST 1.4/nota média 5,75). Vale ressaltar que ST 1.2, 1.3 e 1.4 não apresentaram diferença significativa em relação

¹¹ Esse estímulo referência era uma espécie de variante, um pouco simplificada em termos do alinhamento dos movimentos de F0, da respectiva estilização *close copy*.

ao estímulo que serviu como base de comparação no teste estatístico, ST 1.1. Apenas quando a queda melódica se situava sobre a postônica final *le* no ST 1.5, houve de fato uma redução significativa na aceitabilidade do padrão, com nota média 3,5 ($p < 0,000252$).

A Figura 17 representa esse conjunto de estímulos da ordem, em função da extensão relativa dos movimentos ascendente/descendente e da avaliação que cada um recebeu dos ouvintes:

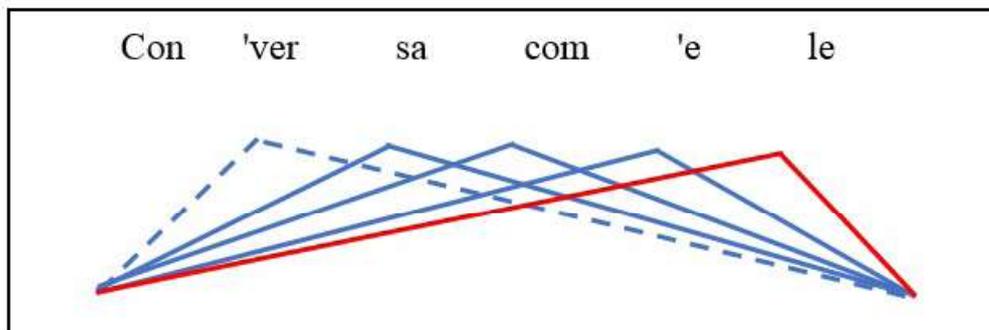


Figura 17: Contornos melódicos (ordem) dos estímulos com movimento ascendente-descendente bem avaliados (linha azul plena) e mal avaliados (vermelho), em comparação com a avaliação do contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

Em relação à direção do movimento, e especificamente quanto à presença ou não de um platô na região central do contorno, ST 2.1, produzido com um platô alto iniciado na primeira sílaba tônica *ver* e que se mantém nas sílabas postônica *sa* e pretônica *com*, recebeu nota média 7,7; diferença estatisticamente não significativa em relação à nota recebida por ST 1.1. Tal fato indica que o início da queda logo após a subida inicial não é uma característica obrigatória do padrão da ordem, sendo portanto possível ter o que a Escola Holandesa denomina um *hat pattern* e confirmando achados anteriores de que o início do movimento descendente pode variar no interior do enunciado, desde que este não deixe de recair sobre a sílaba tônica final, para não prejudicar seu reconhecimento perceptivo. Por outro lado, o ST 2.2, produzido sem platô e com um movimento descendente ao longo de todo enunciado, apresentou nota média baixa: 4, avaliação essa estatisticamente significativa ($p < 0,033878$). Os contornos desses estímulos estão ilustrados na Figura 18:

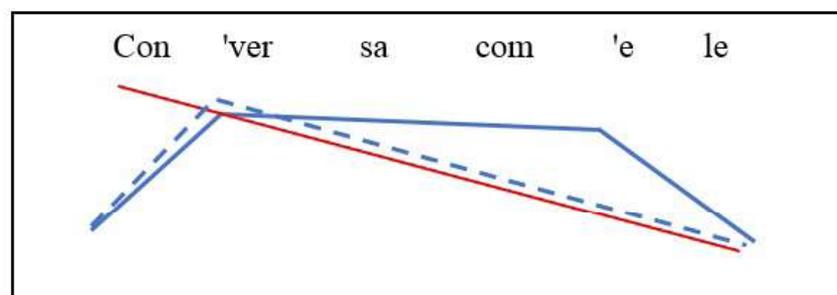


Figura 18: Contornos melódicos (ordem) de ST 2.1 com movimento ascendente-descendente com platô, bem avaliados pelos ouvintes (linha azul plena), de ST 2.2 com movimento descendente ao longo de todo o enunciado, mal avaliados (vermelho), em comparação com a avaliação do contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

Em relação à variável campo tonal, os resultados dos testes mostraram que ST 3.2, com campo tonal comprimido (pico de F0 em 121 Hz), foi bem avaliado, obtendo nota média 7; o mesmo não ocorrendo com o ST3.1, com campo tonal expandido (pico de F0 em 151Hz), que obteve nota média de 3,5, valor com significância estatística de acordo com o teste Mann-Whitney ($p < 0,000820$).

A Figura 19 ilustra as modificações feitas na excursão do contorno entonacional da ordem:

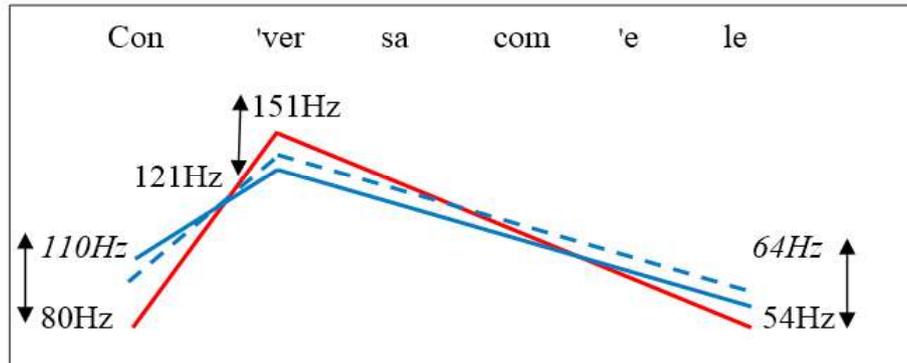


Figura 19: Contornos melódicos (ordem) de ST 3.1 com campo tonal expandido, mal avaliado (vermelho) e de ST 3.2 com campo tonal comprimido, bem avaliado (linha azul plena), em comparação com a avaliação do contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

3.5.2 Desafio

Os falantes, de maneira geral, parecem ter uma baixa consciência da existência de um contorno melódico específico para esse ato ilocutório, o que pode ter se refletido nas notas atribuídas aos estímulos do desafio que, de modo geral, não foram muito altas. No que se refere à validação perceptiva das estilizações *close copy*, a do desafio recebeu uma nota média de 4,75, enquanto que seu contorno original recebeu nota média 6,5; no entanto, essa diferença entre essas notas médias não foi significativa.

A variável extensão do movimento de F0, assim como na ordem, se mostrou relevante para a identificação do contorno. No caso específico do desafio, todavia, o movimento ascendente delimitado pelo pico de F0 do enunciado tem menos mobilidade do que o da ordem, uma vez que o referido pico vai se localizar ou sobre a margem esquerda da sílaba tônica nuclear *ver* (ST 1.1/6,25), ou sobre a postônica subsequente *sa* (ST 1.2/7,1). Caso esse movimento avance sobre as demais sílabas do enunciado, o reconhecimento do valor funcional deste contorno é bastante prejudicado, como ocorre quando o pico incide sobre a margem esquerda da sílaba *com* (ST 1.3/3,0), da sílaba *e* (ST 1.4/1,8) e da sílaba *le* (ST1.5/3,0). A queda na avaliação desses três últimos estímulos apresentou significância estatística em relação ao ST 1.1: ($p < 0,000403$),

($p < 0,000035$) e ($p < 0,002992$), respectivamente. Portanto, os resultados da manipulação dessa variável indicaram que, se a proeminência de F0 não estiver na região pré-nuclear do contorno, há um prejuízo no reconhecimento do valor funcional do desafio.

A seguir, a Figura 20 ilustra as boas e más avaliações dessas configurações de F0 baseadas na extensão do movimento melódico:

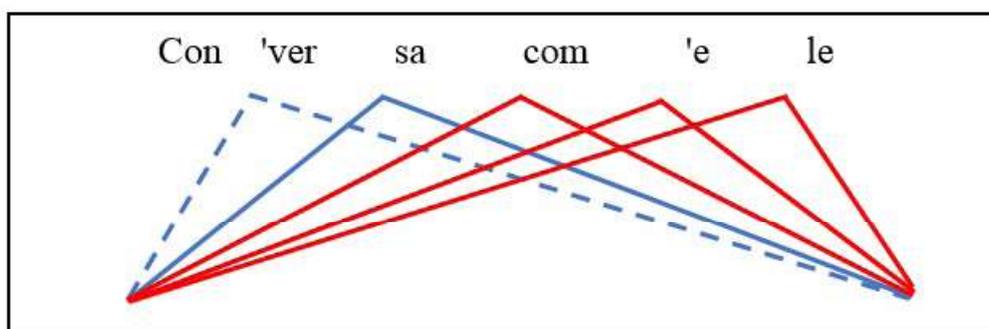


Figura 20: Contornos melódicos (desafio) dos estímulos com movimento ascendente-descendente, bem avaliados (linha azul plena) e mal avaliados (vermelho), em comparação com o contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

A variável direção do movimento de F0, por sua vez, foi testada com a produção dos ST 2.1, ST 2.2 e ST 2.3. Os dois primeiros verificam a importância da presença de um *platô* melódico. No primeiro deles, ST 2.1, o platô começa no início da primeira tônica *ver* e se estende até o início da última tônica *e*, dando lugar a um movimento descendente sobre essa sílaba, que vai abarcar também a postônica final. Esse estímulo recebeu a nota média 7,2. O ST 2.2 foi estilizado com platô se iniciando na primeira postônica *sa* e indo até a última pretônica *com*, tendo obtido nota média de 4,5; uma diferença estatisticamente significativa ($p < 0,033878$) em relação ao ST 1.1. O bom reconhecimento de ST 2.1 e o mau de ST 2.2 indicam que a localização do pico de F0 é bastante exigente, posto que o platô deve abarcar a primeira sílaba tônica, sob pena de ser o contorno mal reconhecido. Já o contorno ST 2.3 foi estilizado com um movimento descendente ao longo de todo enunciado, e obteve uma nota média 3,7, significativamente distinta do estímulo de referência ($p < 0,007379$).

Esses resultados revelaram que tanto o movimento ascendente na região pré-nuclear quanto o movimento descendente na região nuclear do contorno são características acústicas relevantes para a percepção do desafio. A Figura 21 a seguir ilustra a configuração desses três estímulos comparados com o estímulo de referência ST 1.1:

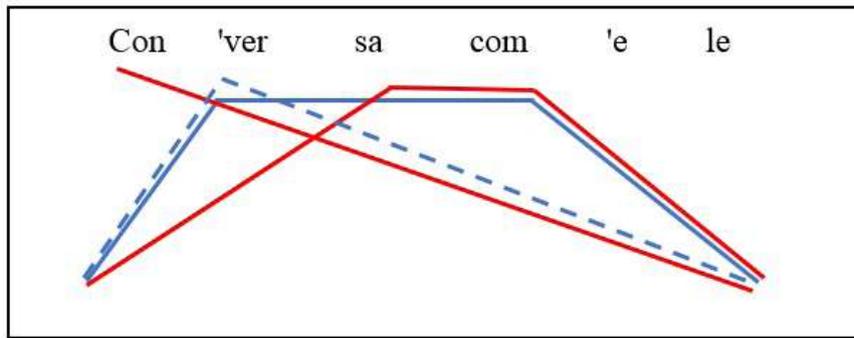


Figura 21: Contornos melódicos (desafio) de ST 2.1 com platô longo bem avaliado (linha azul plena), de ST 2.2 com platô curto mal avaliado (vermelho), de ST 2.3 com movimento descendente ao longo do enunciado, mal avaliado (vermelho), em comparação com o contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

Em relação à variável excursão do movimento, tanto o contorno com o campo tonal expandido (ST 3.1/nota 7,5), com pico de F0 em 304 Hz, quanto com o comprimido (ST 3.2/nota 7), com pico de F0 em 264Hz, foram bem avaliados pelos juízes, embora esses resultados não tenham sido significativos no teste estatístico (Fig. 22).

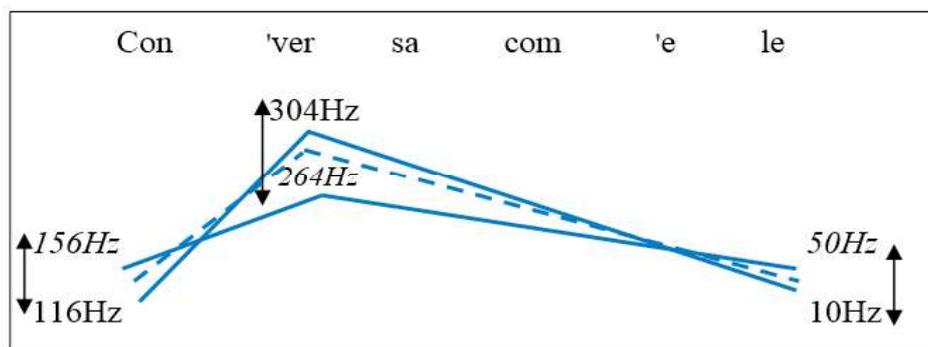


Figura 22: Contornos melódicos (desafio) de ST 3.1 com campo tonal expandido e de ST 3.2 com campo tonal comprimido, bem avaliados pelos ouvintes (linha azul plena), em comparação com o contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

3.5.3 Pedido

Quanto à validação perceptiva da *close copy* do pedido, essa obteve nota média de 9,3, enquanto o contorno original recebeu nota média de 7,8; isto é, a *close copy* foi melhor avaliada pelos ouvintes do que o contorno original; diferença que se revelou significativa em comparação ao contorno original ($p < 0,007755$), por motivos não claros para nós.

No processo de standardização, no que toca à variável alinhamento intrassilábico dos picos de F0 na tônica final, os resultados perceptivos indicam que esse parâmetro é, de fato, relevante. Quando combinado com um alinhamento pré-nuclear intermediário, o alinhamento

antecipado na região nuclear recebe uma nota 6,2 (ST 1.1) e o alinhamento intermediário (ST 1.2/ nota 6,8), o que indica que o pico de F0 deve se localizar na primeira porção da sílaba, ou seja, na sua primeira metade. Caso o alinhamento seja tardio na tônica final (ST 1.3/ nota 4,8), o reconhecimento do contorno do pedido é prejudicado, corroborando o que já foi dito sobre o alinhamento desse contorno em Moraes e Colamarco (2007), embora a diferença aqui observada entre essas médias não fosse significativa. A figura a seguir ilustra esses resultados:

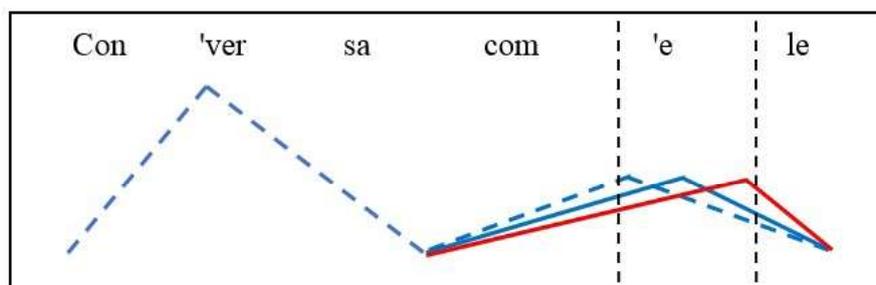


Figura 23: Contornos melódicos (pedido) com alinhamento de F0 bem avaliado (linha azul plena) e mal avaliado (vermelho), em comparação com o contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

Em relação à direção do movimento de F0, foi testada a importância das subidas na região pré-nuclear e nuclear do contorno, tendo sido verificado que, a despeito de ambas atuarem ativamente em seu reconhecimento, a primeira delas tem um papel bem menos relevante (ST2.1/ nota 5,5), pois, sem a segunda, a identificação do valor funcional do contorno cai crucialmente (ST 2.2/ nota 2,7); um resultado significativo estatisticamente ($p < 0,000014$). Esses contornos podem ser vistos na Figura 24 a seguir:

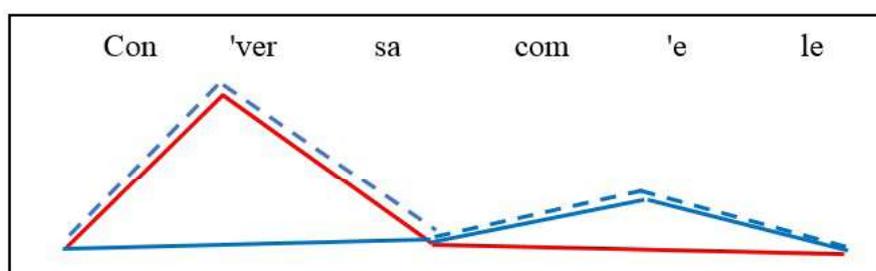


Figura 24: Contornos melódicos (pedido) de ST2.1 sem a subida inicial, bem avaliado (linha azul plena), e ST2.2, sem a subida final, mal avaliado (vermelho), em comparação com o contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

Por fim, quanto à variável campo tonal, observa-se que o estímulo em que a excursão melódica foi expandida (ST 3.1/ nota 6,3) recebeu uma avaliação ligeiramente melhor do que a que teve seu campo tonal comprimido (ST 3.2/ nota 5), embora esses resultados não tenham sido significativos. Esses contornos estão ilustrados na Figura 25:

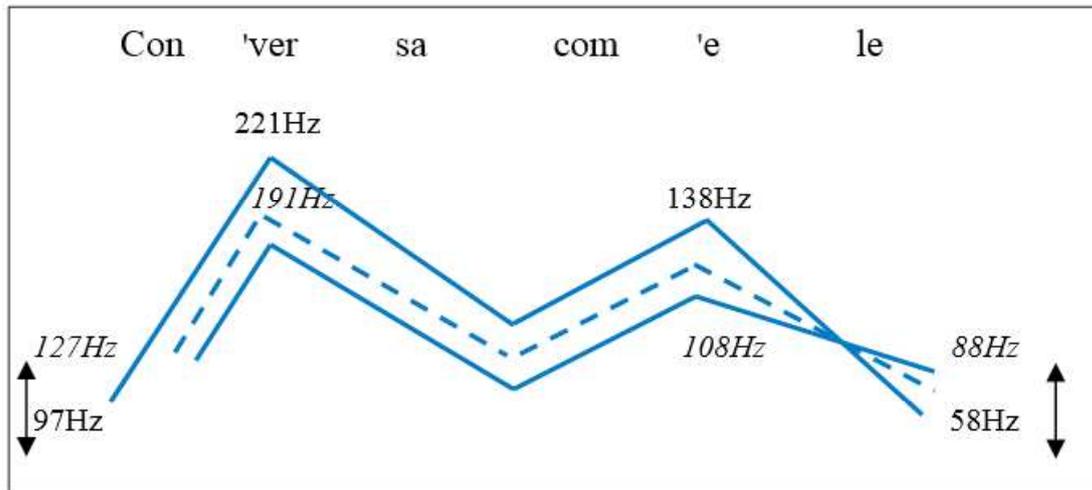


Figura 25: Contornos melódicos (pedido) de ST 3.1 com excursão ampla de F0 e de ST 3.2 com excursão comprimida, ambas medianamente avaliadas (linha azul plena), em comparação com o contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

3.5.4 Sugestão

De acordo com a avaliação dos ouvintes, o contorno original da sugestão e sua *close copy* receberam notas médias muito próximas, 6,8 e 6,5, respectivamente, e não apresentaram significância estatística em relação à nota do estímulo de referência (ST 1.1). No que se refere à variável alinhamento, verificou-se que o pico da F0 na tônica final deve ser antecipado (ST 1.1/ nota 7,8), uma vez que, se esse alinhamento for intermediário (ST 1.2/nota 4,1) ou tardio (ST 1.3/nota 5,2), o reconhecimento do contorno se torna prejudicado; esses dois últimos resultados foram significativos estatisticamente: ($p < 0,000060$) e ($p < 0,004012$), respectivamente. A figura a seguir ilustra os três tipos de alinhamento e suas avaliações:

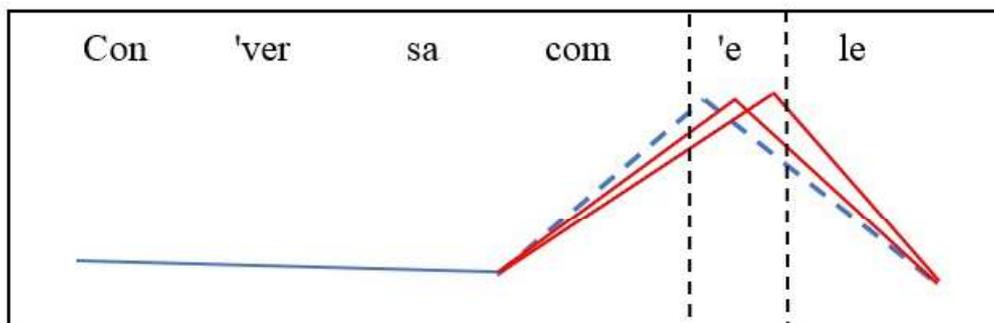


Figura 26: Contornos melódicos (sugestão) de ST1.1 com alinhamento antecipado bem avaliado (linha azul pontilhada); alinhamentos intermediário e tardio mal avaliados (vermelho).

Em relação à variável campo tonal, foi criado o ST 2.1 com expansão do pico de F0 em 20% na tônica final *e* (229Hz), que obteve nota média de 6,5; uma diferença significativa em relação ao ST 1.1 ($p < 0,039455$). ST 2.2, por sua vez, foi criado com uma compressão de 20% no pico de F0 na tônica final *e* (152Hz) e recebeu nota média de 6,3; uma queda de avaliação

que apresenta uma diferença significativa ($p < 0,034545$) em relação ao ST 1.1. Apesar dessa queda na avaliação, esses resultados indicam que os contornos com essas modificações ainda são reconhecidos como sugestão. Ambos os estímulos estão ilustrados na Figura 27:

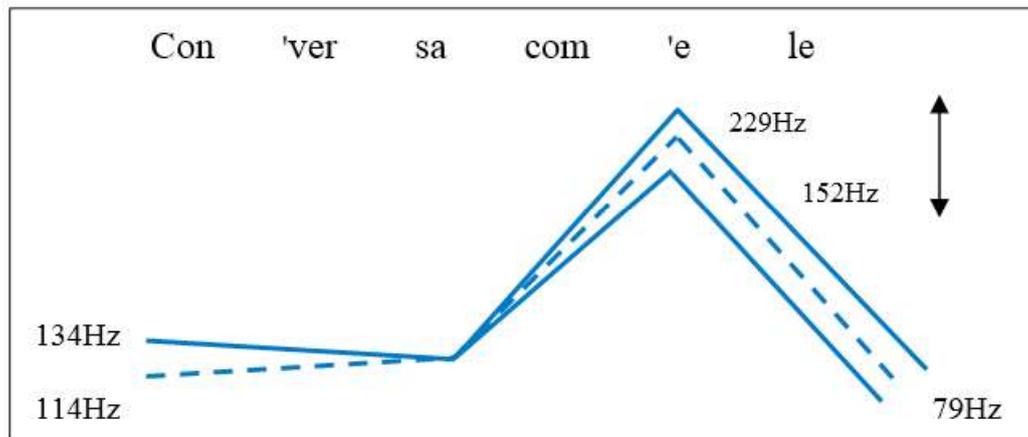


Figura 27: Contornos melódicos (sugestão) com expansão e compressão da F0 em 20%, bem avaliados (linha azul plena), em comparação com o contorno melódico de ST 1.1 (linha azul pontilhada).

4. Discussão e conclusões

O presente artigo procurou, com o concurso da técnica de ressíntese da curva de frequência fundamental, que permite manipular os movimentos de F0, estabelecer as principais características prosódicas relevantes para o reconhecimento perceptivo de sentenças imperativas produzidas com os valores pragmáticos de ordem, desafio, pedido e sugestão, no português brasileiro.

Seguindo os procedimentos de estilização do modelo IPO, verificou-se, através da estilização *close copy*, a igualdade perceptiva (*perceptual equality*) entre o contorno estilizado e o contorno original, e com a estilização para a standardização dos movimentos melódicos, a equivalência perceptiva funcional (*perceptual equivalence*).

Observou-se ainda que o comportamento dos quatro parâmetros, extensão do movimento melódico, sua direção, campo tonal e alinhamento do pico de F0 são potencialmente relevantes, em medidas variadas segundo o contorno, para a percepção de seu valor funcional. Assim, com base sobretudo na variabilidade encontrada nos dados de produção, a importância da variável direção do movimento de F0 foi testada nos contornos da ordem, desafio e pedido; a da extensão do movimento o foi nos da ordem e do desafio, a do alinhamento do pico de F0, nos do pedido e da sugestão, e por fim, a do campo tonal, em todos os quatro contornos.

Os resultados do teste perceptivo, juntamente com a análise dos dados de produção, nos indicam que são relevantes, no contorno entonacional da **ordem**, um movimento ascendente de F0, localizado, *grosso modo*, em sua região pré-nuclear, seguido de um movimento descendente na região nuclear, produzidos com uma excursão de amplitude pouco ampla de F0. Convém

ressaltar que essa configuração nuclear descendente da ordem é corroborada por outros estudos de abordagem experimental (MORAES, 2008) e de variação dialetal (GOMES DA SILVA et al., 2016). O ponto preciso de inflexão da F0, em que o contorno passa de ascendente a descendente, revelou-se variável. Nossa hipótese é a de que essa variabilidade, embora não afete sua percepção como um ato ilocutório de ordem, se correlacione à manifestação do foco do enunciado, ponto que deverá ser alvo de investigação futura.

Quanto ao padrão melódico do **desafio**, evidenciou-se que a presença de um amplo movimento ascendente de F0 na região pré-nuclear, que atinge um nível melódico alto, é crucial para o reconhecimento perceptivo deste contorno, bem como o movimento nuclear descendente no final do enunciado. Com base na produção dos informantes e na avaliação das estilizações feitas, nota-se que o pico de F0 pode recair tanto sobre a tônica quanto sobre a postônica pré-nucleares, mas ao contrário da ordem, não se desloca para as demais sílabas do enunciado.

O contorno melódico do **pedido** se caracteriza por um duplo movimento ascendente-descendente, com excursão ampla de F0 na primeira subida, e reduzida na segunda. É, entretanto, a presença da segunda que realmente é fundamental para o reconhecimento do padrão. Tanto na região pré-nuclear, quanto na nuclear o alinhamento na tônica do pico de F0 é antecipado, tornando sua forma intrassilábica descendente.

Em relação à **sugestão**, seu contorno é caracterizado por um ataque melódico num nível relativamente baixo e um amplo movimento ascendente-descendente na região nuclear, cujo ponto de inflexão se localiza por volta da fronteira entre pré-tônica e tônica nucleares. Cumpre ressaltar que o padrão é muito sensível ao alinhamento desse pico de F0, pois se ele se localizar num ponto intermediário ou tardio da tônica final, seu reconhecimento será prejudicado. Deve ser igualmente mencionado que traços característicos desse padrão são, de um lado, o nível melódico relativamente alto da tônica final, ainda que apresente uma configuração geral descendente, e, de outro lado, a presença de uma interrupção da queda na porção intermediária ou final da sílaba tônica final, configurando um pequeno platô para, logo em seguida, o movimento descendente retomar e se estender até o fim do enunciado. Esse ponto, não testado no experimento de percepção, deverá ser abordado em trabalho futuro.

No tocante especificamente ao alinhamento do pico de F0, notamos que, diferentemente do holandês ('t HART; COLLIER; COHEN, 1990) ou do inglês britânico (de PIJPER, 1983), apenas duas possibilidades de alinhamento de F0 foram suficientes para discriminar movimentos melódicos que estão associados ao reconhecimento perceptivo do valor funcional dos contornos entonacionais aqui analisados: o alinhamento antecipado (margem esquerda da sílaba) e o alinhamento tardio (margem direita da sílaba), o que faz nossa análise se aproximar mais da descrição perceptiva feita para o russo conduzida por Odé (1989).

Esperamos que este estudo tenha contribuído para pesquisas experimentais sobre a entoação que utilizem a técnica de manipulação de F0, por meio da exposição do *design* experimental

adotado pelo modelo IPO, modelo esse muito potente, e subutilizado entre nós. Cabe lembrar que este trabalho não esgota, naturalmente, a análise perceptivo-pragmática desse tipo frásico no português brasileiro; outros valores de sentenças imperativas, como a súplica, o alerta ou o conselho, poderiam ser também considerados. Também se faz necessário analisar eventuais diferenças de duração e intensidade entre os contornos aqui apresentados, o que será feito nos próximos passos dessa pesquisa.

Referências

BEAUGENDRE, F.; D’ALESSANDRO, C.; LACHERET-DUJOUR, A.; TERKEN, J.A. Perceptual study of French intonation. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SPOKEN LANGUAGE PROCESSING (ICSLP), 2. Banff: ICSLP, p.739-742, 1992.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer* [Computer program]. (Version 5.1.05), 2013.[<http://www.praat.org/>]

CASTELEIRO, J.M. *A Arte de Mandar em Português*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.

d’ALESSANDRO, C.; MERTENS, P. Automatic pitch contour stylization using a model of tonal perception. *Computer Speech & Language*, v. 9, n. 3, p.257-288, 1995.

de PIJPER, J.R. *Modelling British English Intonation: an analysis by resynthesis of British English Intonation*. Dordrecht:Foris Publications, 1983.

FROTA, S.; CRUZ, M.; SVARTMAN, F.R.F.; COLLISCHONN, G.; FONSECA, A.; SERRA, C.R. ; OLIVEIRA, P.; VIGARIO, M. Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. In: FROTA, S.; PRIETO, P. (eds.). *Intonation in Romance*. Oxford: 1st edition Oxford University Press, v. 1, 2015, p.235-283.

HERMES, D.J. Stylization of pitch contours. In: SUDHOFF, S.; LENERTOVÁ, D.; MEYER, R.; PAPPERT, S.; AUGURZKY, P.; MLEINEK, I.; RICHTER, N.; SCHLIEßER, J. (eds.). *Methods in Empirical Prosody Research*. Berlin, New York: De Gruyter (Language, Context and Cognition, 3), 2006, p.29-62.

HIRST, D.; ESPESSER, R. Automatic modelling of fundamental frequency using a quadratic spline function. *Travaux de l’Institut de Phonétique d’Aix*, v. 15, p. 75-85, 1993.

GOMES DA SILVA, C.; MIRANDA, L.S.; CARNAVAL, M.; CUNHA, C. A entoação da ordem no português do Brasil: uma descrição dialetal a partir do corpus ALiB. *Journal of Speech Sciences*, v. 5, n. 2, p.29-45, 2016.

LADD, D.R. *Intonational Phonology*. New York: 2nd edition Cambridge University Press, 2008.

MERTENS, P. Un outil pour la transcription de la prosodie dans les corpus oraux. *Traitement Automatique des langues*, v.45, n.2, p. 109-130, 2004.

MIRANDA, L.S. *Análise da entoação do português do Brasil segundo o modelo IPO*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

MORAES, J. The pitch accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis. In: 4th International Conference on Speech Prosody (Speech Prosody) 2008. *Proceedings...* Campinas: UNICAMP, p.389-397, 2008.

____; RILLIARD, A. Describing the intonation of speech acts in Brazilian Portuguese: methodological aspects. In: Feldhausen, Ingo; Fließbach, Jan & Vanrell, Maria del Mar (ed.). *Methods in prosody: A Romance language perspective* (Studies in Laboratory Phonology 4). Berlin: Language Science Press, 2018, p.229-262.

____; COLAMARCO, M. Você está pedindo ou perguntando? Uma análise entonacional de pedidos e perguntas no Português do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 15, p.113-126, 2007.

MOULINES, E; CHARPENTIER, F. Pitch-synchronous waveform processing techniques for text-to-speech synthesis using diphthongs. *Speech communication*, v.9, n.5, p.453-467, 1990.

ODÉ, C. *Russian Intonation: A perceptual description*. Amsterdam: Rodopi, 1989.

SEARLE, J.R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

‘t HART, J.; COLLIER, R.; COHEN, A. *A Perceptual Study of Intonation: An experimental -phonetic approach to speech melody*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Sobre Dinah Callou — João Antônio de Moraes¹²

12 Minha amizade e logo intensa convivência com Dinah Callou datam de meados da década de 80, quando, recém-doutor chegado de fora, contei com seu apoio incondicional para a criação de um Laboratório de Fonética na Faculdade de Letras. Fui acolhido calorosamente por ela e pelo Departamento de Vernáculas como pesquisador visitante e logo começamos a trabalhar juntos, com a participação fundamental, preciosa e divertida da nossa saudosa Yonne Leite. Nesse número de *Diadorim*, de justa homenagem à Dinah, merecem especialmente ser louvados seu entusiasmo, capacidade de trabalho e liderança, sendo seu envolvimento com a pesquisa e com a Instituição qualidades que fazem dela uma Professora Emérita e pesquisadora exemplares.



OS ESTUDOS PROSÓDICOS NO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

STUDIES ON PROSODY IN THE LINGUISTIC ATLAS OF BRAZIL

Cláudia de Souza Cunha¹

Resumo

O presente artigo tem como propósito dar notícia dos estudos prosódicos que vem sendo desenvolvidos no âmbito do Projeto Atlas Linguístico do Brasil e que geraram, inclusive, as duas cartas de prosódia do Volume 2 do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Como base teórica, empregou-se a fonologia prosódica (NESPOR e VOGEL, 1986) para delimitar a unidade de estudo e a fonologia entoacional (PIERREHUMBERT, 1980) para a interpretação fonológica dos dados. Fez-se uso do aparato metodológico oferecido pela fonética experimental para a fase de análise acústica, empregando-se como instrumento computacional o programa PRAAT. Três estudos que observam a entoação regional tiveram por foco o falar das capitais documentadas pelo Projeto ALiB: o estudo de Silva (2011) revelou três diferentes padrões prosódicos para os enunciados interrogativos totais (do tipo *Você vai sair hoje?*); o estudo de Silvestre (2012) revelou 5 diferentes padrões prosódicos para os enunciados assertivos (do tipo *Você vai sair hoje.*); e o estudo de Cunha *et al* (2016) revelou dois padrões distintos para os enunciados imperativos (do tipo *Você vai sair hoje!*). Os resultados apontam a existência de algumas áreas cujo comportamento prosódico tende a ser coincidente, como uma faixa ao Nordeste do país, marcada pela presença de um contorno $H^* _ H+L^*L\%$ nos enunciados assertivos, em que se percebe uma proeminência do acento prenuclear, e de um contorno $L+H^* _ L+H^*H\%$ nas interrogativas totais neutras, em que o acento nuclear, ao contrário do que se revela como padrão no país, termina com um tom alto.

Palavras-chave: Entoação; Dialetos; Prosódia brasileira; Atlas Linguístico do Brasil.

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: profclaudiacunha@gmail.com.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

The purpose of this article is to inform about the prosodic studies that have been developed within the scope of the Brazilian Linguistic Atlas Project (ALiB) and which have generated the two prosody letters, included in the Atlas, Volume 2. Prosodic phonology (NESPOR and VOGEL, 1986) and intonational phonology (Pierrehumbert, 1980) constitute the theoretical basis to delimit the unit of study and to interpret the data, respectively. The computational program PRAAT, which offers the methodological apparatus for experimental phonetics, has been used. Three studies that observe the regional intonation have focused on the capitals documented by the ALiB Project: Silva's study (2011) revealed three different prosodic patterns for yes-no questions (such as Are you going to leave today?); Silvestre's study (2012) revealed 5 different prosodic patterns for assertive statements (of the type You're leaving today.); and the study by Cunha et al (2016) revealed two distinct patterns for imperative utterances (such as You're leaving today!). The results point to the existence of some areas whose prosodic behavior tends to be coincident, such as a strip in the North east of the country, marked by the presence of the contour H*__H+L*L% in assertive statements, in which the prominence of the pre-nuclear accent is highlighted, and, by the presence of the contour L+H*__L+H*H% in neutral yes-no questions, in which the nuclear accent ends with a high tone, contrasting with what is revealed as the country's pattern.

Keywords: Intonation; Dialects; Brazilian prosody; Linguistic Atlas of Brazil.

Introdução

As referências mais antigas a características melódicas de falares brasileiros encontram-se presentes nas obras de nossos primeiros dialectólogos, na primeira metade do século XX. De cunho impressionístico e, não raro, permeadas por juízos de valor, são observações que, além da relevância histórica, por vezes fornecem pistas para uma abordagem inicial sobre este ou aquele dialeto. São exemplos dessa abordagem os apontamentos de Amadeu Amaral (1920), em *O dialeto caipira*, Mário Marroquim (1934), em *A língua no Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*, José Aparecido Teixeira, em *O Falar Mineiro* (1938) e Antenor Nascentes, em *O Linguajar Carioca* (1953).

Já sob um viés científico, Moraes (1984) descreve a entoação modal do português brasileiro, com base na fala carioca. Alguns anos depois, a pesquisa de doutoramento de Cunha (2000) se configura como o pontapé inicial dos estudos na área da entoação regional no Brasil, analisando as cinco capitais do Projeto NURC. Desde então, um número crescente de pesquisadores vem se dedicando a alargar os conhecimentos sobre o tema. Citam-se, entre outros, os estudos de Lira (2009), Reis *et al* (2011), Silva (2011), Nunes (2011, 2015), Silvestre (2012), Espírito Santo (2014), Meireles e Gambarini (2016), Soares (2016), Santos (2016), Machado (2016), Madureira *et al* (2017), Rosignoli (2017), Costa *et al* (2018) e Nascimento (2018).

Este artigo intenta reunir os resultados obtidos nos estudos prosódicos referentes às capitais do Projeto ALiB e, a partir deles, apresentar algumas generalizações descritivas quanto às áreas dialetais do Brasil. Escolheram-se para comentário os estudos que contemplam um maior

número de localidades, enfocando diferentes modalidades de frase: enunciados interrogativos do tipo questão total (estudados por SILVA, 2011), enunciados assertivos neutros (estudados por SILVESTRE, 2012) e enunciados imperativos (estudados por CUNHA *et al*, 2016).

O questionário de prosódia do ALiB

O ALiB é o primeiro atlas brasileiro a abordar aspectos prosódicos, e os dados são obtidos por meio de um questionário que inclui 6 modalidades de frase:

Frases interrogativas

1. Oh, meu amigo, você prefere vinho ou cerveja?

Se você / o(a) senhor(a) quer oferecer uma bebida a um **amigo**, e quer saber se ele **prefere vinho ou cerveja**, como é que você / o(a) senhor(a) se dirige a ele e pergunta?

2. Oh, meu amigo, você toma leite ou café?

Se você / o(a) senhor(a) quer saber se o seu **amigo toma leite ou café**, como é que você / o(a) senhor(a) se dirige a ele e pergunta?

3. Você vai sair hoje?

Se você / o(a) senhor(a) quer saber se alguém **vai sair hoje**, como é que você / o(a) senhor(a) pergunta?

4. Eu vou sair hoje, doutor?

Uma pessoa está internada em um hospital e quer saber do médico se vai sair naquele dia. Como é que pergunta?

Frases Afirmativas

1. Você vai sair hoje.

E o médico, como é que responde?

[Uma pessoa que está internada em um hospital quer saber do médico quando é que ela vai sair. Se o médico achar que ela já pode **sair naquele mesmo dia**, como é que ele diz?]

2. Oh, gente, estou muito aborrecido com o que aconteceu.

Você / o(a) senhor(a) quer dizer a algumas pessoas que estão presentes que você / o(a) senhor(a) **está muito aborrecido com o que aconteceu**. Como é que você / o(a) senhor(a) diz?

3. Oh, gente, estou muito feliz com o resultado do trabalho.

Se você / o(a) senhor(a) quer dizer a algumas pessoas que estão presentes que você / o(a)

senhor(a) **está muito feliz com o resultado do trabalho**, como é que você / o(a) senhor(a) diz?

Frases imperativas

1. Oh, meu filho, saia da chuva!

Como é que uma mãe diz ao **filho** para que ele **saia da chuva**?

2. Não mexa nisso, menino!

Se um **menino** está mexendo em alguma coisa e alguém quer falar para que ele **não mexa** naquilo, como é que diz?

3. Oh, meninos, venham almoçar!

Se você / o(a) senhor(a) quer chamar muitos **meninos** que estão reunidos para que **venham almoçar**, como é que você / o(a) senhor(a) diz?

4. Você vai sair hoje!

O seu filho / uma pessoa quer ficar em casa, mas você / o(a) senhor(a) quer que ele/ ela **saia hoje**. Como é que você / o(a) senhor(a) dá essa ordem?

Os estudos da entoação regional no projeto ALiB

Embora nosso objetivo aqui seja tratar da entoação das capitais brasileiras, cabe elencar os principais estudos de prosódia regional, já concluídos e em andamento, desenvolvidos no seio do Projeto ALiB e que enfocam o falar das capitais. São eles:

- Dissertações de mestrado:

Silva (2011) – Descrição da entoação das interrogativas do tipo questão total nas 25 capitais.

Silvestre (2012) – Descrição da entoação das assertivas neutras nas 25 capitais.

Soares (2016) – Descrição da entoação das assertivas neutras e interrogativas do tipo questão total no Maranhão.

Santos (2016) – Descrição da entoação das interrogativas do tipo questão total no Rio de Janeiro.

Machado (em andamento) – Descrição da entoação das interrogativas disjuntivas nas 25 capitais.

- Trabalho de conclusão de curso:

Machado (2016) – Descrição da entoação das interrogativas disjuntivas nas regiões Nor-

deste e Sul.

- Artigo:

Cunha, Gomes da Silva, Miranda e Carnaval (2016) – A entoação da ordem no português do Brasil.

- Doutorado:

Santos (em andamento): Descrição da entoação das interrogativas do tipo questão total no extremo Norte e extremo Sul do Brasil: Oiapoque e Chuí.

Procedimentos teórico-metodológicos

Todos os estudos de entoação regional que vem sendo desenvolvidos no seio do Projeto ALiB partilham do mesmo aporte teórico-metodológico: fazemos uso da fonologia prosódica (NESPOR e VOGEL, 1986) para delimitar a unidade de estudo e da fonologia entoacional (PIERREHUMBERT, 1980) para analisar os contornos melódicos dessa unidade.

A Fonologia Prosódica parte da premissa de que a corrente fônica é organizada hierarquicamente em domínios que estão em relação de dependência. Desse modo, de acordo com a teoria prosódica, os constituintes prosódicos, distribuídos de forma decrescente na hierarquia, são: enunciado fonológico (U), sintagma entoacional (I), sintagma fonológico (ϕ), grupo clítico (C), palavra fonológica (w), pé (Σ) e sílaba (σ). Dentro desta hierarquia, o domínio que tomamos como unidade de análise é o sintagma entoacional (ou frase entoacional), equivalente sintaticamente a uma oração, nos dados observados aqui.

Adota-se para a observação da frase entoacional o modelo autossegmental métrico (PIERREHUMBERT, 1980), que considera que os contornos melódicos são formados por duas classes de unidades fonológicas: os acentos tonais associados às sílabas acentuadas e os tons de fronteira associados aos limites prosódicos. Dentro deste modelo, a frase entoacional se organiza melodicamente em torno de duas sílabas proeminentes, que recebem acentos tonais, os quais se alinham com o primeiro e o último acento lexical do enunciado. Essas sílabas acentuadas e as átonas adjacentes compõem duas unidades-âncora para a análise de fatos melódicos: o acento pré-nuclear e o acento nuclear.

Para habilitar-se à análise, os dados recolhidos devem se adequar aos seguintes critérios:

(a) ser uma frase entoacional (uma unidade informacional de sentido completo delimitada por pausas, sem truncamentos, hesitações ou mudanças bruscas da direção da linha melódica em seu interior);

(b) apresentar, prosodicamente, um padrão de pronúncia neutro (sem expressão explícita de carga emotiva);

(c) ter, se possível, uma estrutura sintática constituída de período simples, com constituintes dispostos em ordem preferencial;

(d) apresentar qualidade sonora suficiente para segmentação em sílabas e medição dos valores da frequência fundamental no acento pré-nuclear e no acento nuclear, feitas no programa computacional PRAAT.

A asserção neutra

O padrão assertivo neutro é comumente caracterizado por uma altura melódica média na porção inicial e medial do enunciado e por uma queda da frequência fundamental na última sílaba tônica. Verifica-se também uma queda moderada e constante da F0 ao longo das asserções, chamada *linha de declinação*, que por vezes é interrompida na última sílaba pretônica (a qual recebe entoação ascendente), de forma a conferir maior destaque à posterior queda melódica localizada na tônica final (cf. MORAES, 1998; CUNHA, 2000). Moraes (1998) salienta ainda que a declinação é mais observável nas sílabas átonas, pois às demais sílabas tônicas não nucleares também estão associados movimentos tonais, fato documentado em trabalhos como os de Frota e Vigário (2000), Tenani (2002, 2006), Fernandes (2007) e Cruz e Frota (2011).

A configuração fonológica da asserção neutra no português brasileiro, proposta por Moraes (2008) com base na fala carioca, é $L+H^* \text{ ____ } H+L^*L\%$.

Essa notação representa um contorno que se realiza por meio de um movimento ascendente na sílabatônica do pré-núcleo e por uma configuração descendente no acento nuclear.

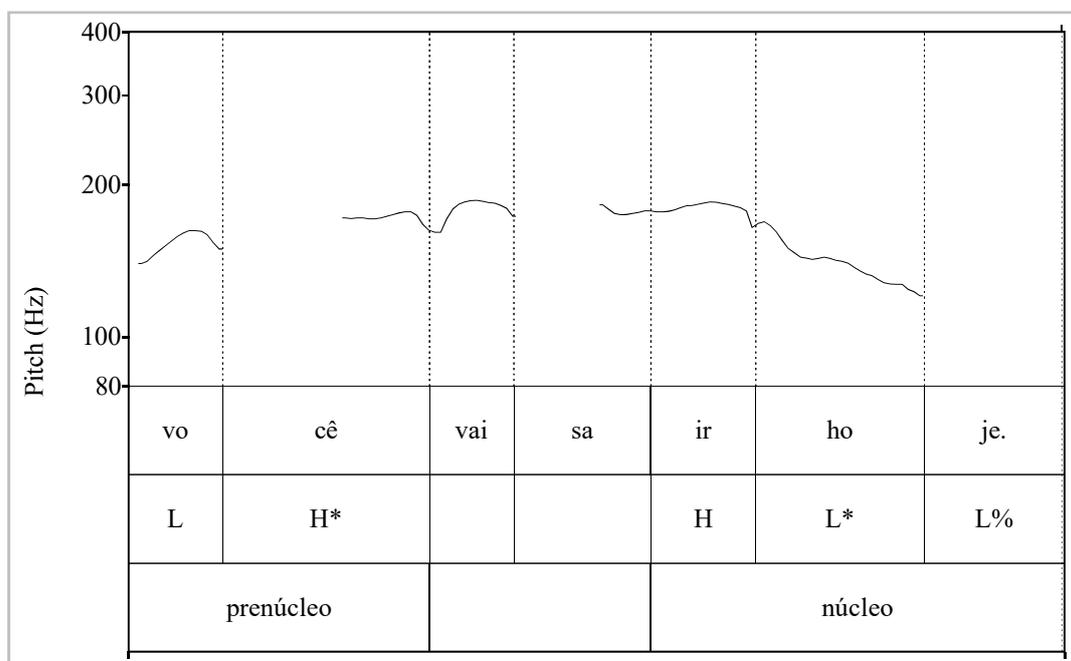


Figura 1: Contorno da asserção neutra *Você vai sair hoje.*

A questão total

Segundo muitos autores (FONAGY, 1993; MORAES, 2008; HIRST e DI CRISTO, 1998; SOSA, 1999), o traço que singulariza fonologicamente a questão total é um tom alto localizado no final do enunciado. Esse tom desempenha um papel preponderante no que respeita à oposição de modalidade frásica, uma vez que é responsável pela distinção “entre interrogativas e assertivas se não há uma sintaxe interrogativa ou uma partícula de questão” (GRICE, 2006, p.9). Moraes (2008) propõe, para a questão total, a notação L+H* ___ L+H*L%.

Essa notação representa um contorno que se realiza por meio de um movimento ascendente na sílaba tônica, cujo pico possui um nível mais alto do que o movimento correspondente nas assertivas e por uma configuração circunflexa final, cujo pico alinha-se à direita da tônica e os níveis baixos associam-se às átonas adjacentes.

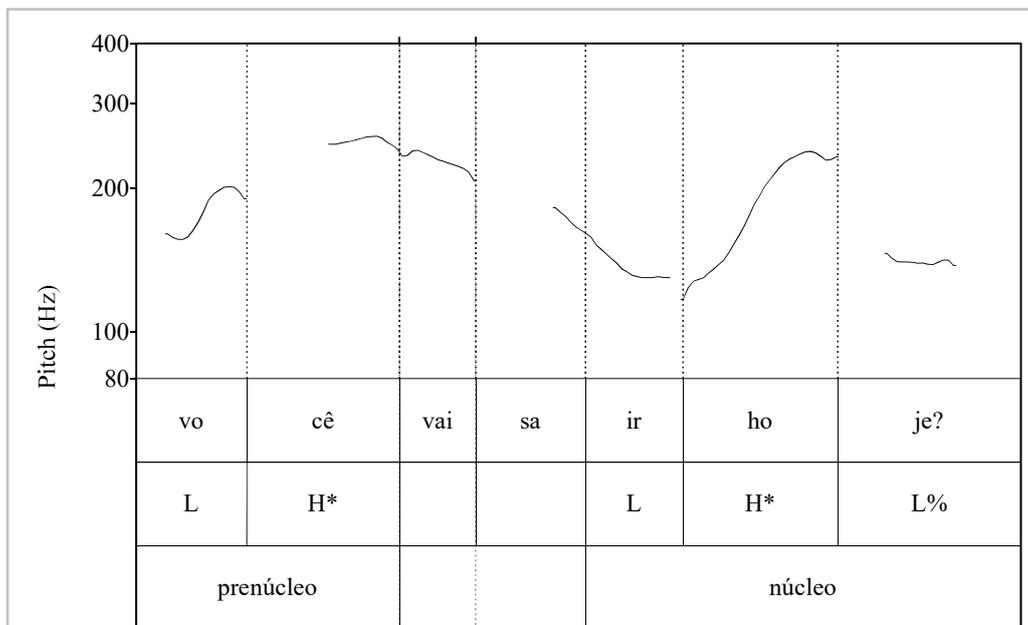


Figura 2: Contorno da questão total *Você vai sair hoje?*

As cartas

O estudo de Silva (2011) sobre as questões totais e o estudo de Silvestre (2012) sobre as assertivas neutras constituem a base das duas cartas de prosódia constantes do Volume II do ALiB. Por meio delas tem-se uma visão geral dos resultados obtidos.



Figura 3: Entoação dos enunciados assertivos – carta do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al*, 2014)

A análise revelou cinco padrões de assertivas neutras no PB. Há dois comportamentos distintos no acento pré-nuclear das asserções: a primeira sílaba tônica ou pós-tônica da frase entoacional está em nível melódico superior ao de sua pré-tônica inicial na maioria dos enunciados. O movimento de aparente ascensão da F0 é observado no acento pré-nuclear de todas as capitais brasileiras. Nas regiões Norte e Nordeste, porém, os tons do acento pré-nuclear configuraram-se como mais proeminentes, o que nos fez postular a existência de um tom único (H*) para o acento pré-nuclear dessas regiões.

Nas regiões Norte e Nordeste, o acento nuclear de todas as capitais apresentou movimento descendente, caracterizado pela queda acentuada da F0 entre a última sílaba pré-tônica do enunciado e sua tônica final com posterior descida, menos acentuada, entre as últimas sílabas tônica e pós-tônica. Assim, atribuímos para o acento nuclear dessas regiões a notação fonológica H+L*L%. Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, de igual modo, o acento nuclear do padrão assertivo neutro é fonologicamente representado por H+L*+L%.

Na região Sul, o acento nuclear da asserção apresentou comportamento diferente do até então observado nas outras regiões do país. Em todas as capitais sulistas, a relação entre as três últimas sílabas do enunciado foi caracterizada por um movimento aparentemente circunflexo e propomos, então, assim como Cunha (2005), a notação H+H*L% para o acento nuclear nestes enunciados.



Figura 4: Entoação dos enunciados interrogativos totais – carta do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al.*, 2014)

A análise revelou três padrões de interrogativa no PB. O padrão mais recorrente consiste em uma configuração circunflexa formada por pico alinhado à direita da última tônica e frequências mais baixas associadas às átonas adjacentes. Além desse padrão, outros dois tipos de comportamentos entoacionais inter-silábicos foram encontrados, principalmente no Nordeste: (i) o movimento ascendente que parte de um nível mais baixo na última pretônica, começa a subir na tônica e estende-se até a última postônica, para o qual propomos a notação $L+H^* H\%$; e (ii) o movimento ascendente ainda pode ser formado por um nível mais baixo na última tônica, seguido de um contorno ascendente na última postônica, para o qual propomos a notação $L+L^*+H\%$.

Enunciados imperativos: a entoação da ordem

Searle (1969, 1995) considera o ato de fala como a unidade mínima da comunicação linguística que engloba as diferentes ações que podem ser realizadas pela linguagem. O autor desenvolve uma abordagem da teoria dos atos de fala tendo como foco principal a caracterização do ato ilocucionário, isto é, o ato que se realiza no momento em que o enunciado é proferido.

O Ato diretivo de ordem foi descrito por Moraes (2008, 2011) por meio de um contorno melódico que apresenta um movimento de subida da F0 no pré-núcleo e uma entoação descen-

dente no núcleo, propondo-se a notação $L+H^* \text{ ______ } H+L^*L\%$.

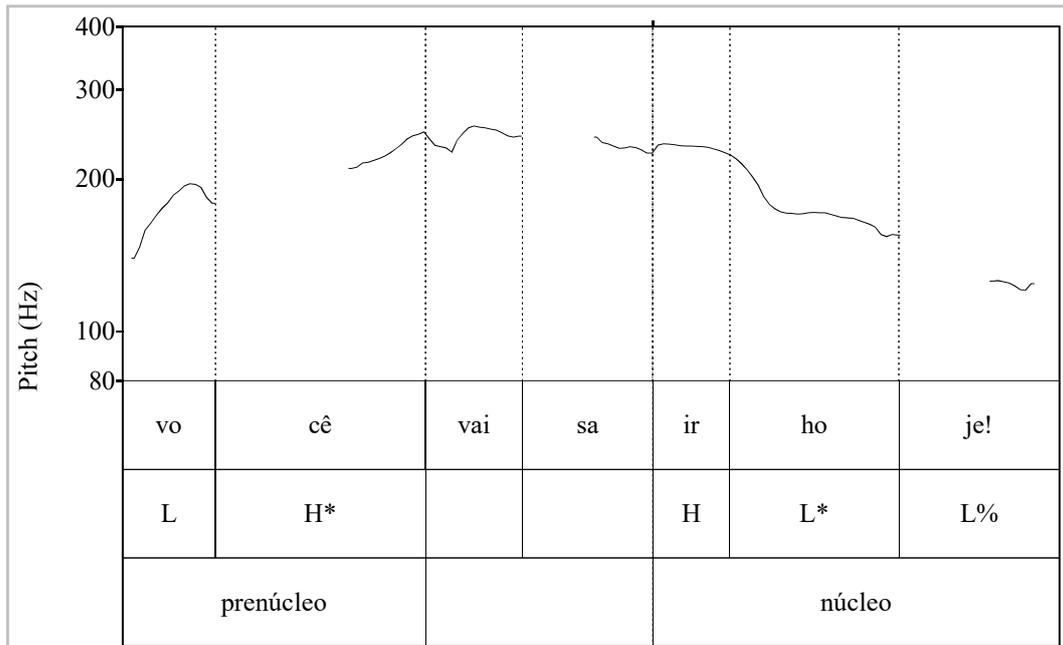


Figura 5: Contorno do enunciado imperativo *Você vai sair hoje!*

A análise revela um comportamento bastante homogêneo, em que predomina um acento pré-nuclear ascendente ($L+H^*$) e um acento nuclear descendente ($H+L^*L\%$). Há no entanto três outros padrões melódicos: em Belém, observa-se uma variação na posição nuclear, $H^*L\%$; em João Pessoa, verifica-se, diferentemente das demais capitais, um acento pré-nuclear descendente, $H+L^*$; em Florianópolis, há uma diferença em relação às demais capitais analisadas, tanto no pré-núcleo como no núcleo dos enunciados. A Figura 6 sintetiza essa distribuição diatópica.

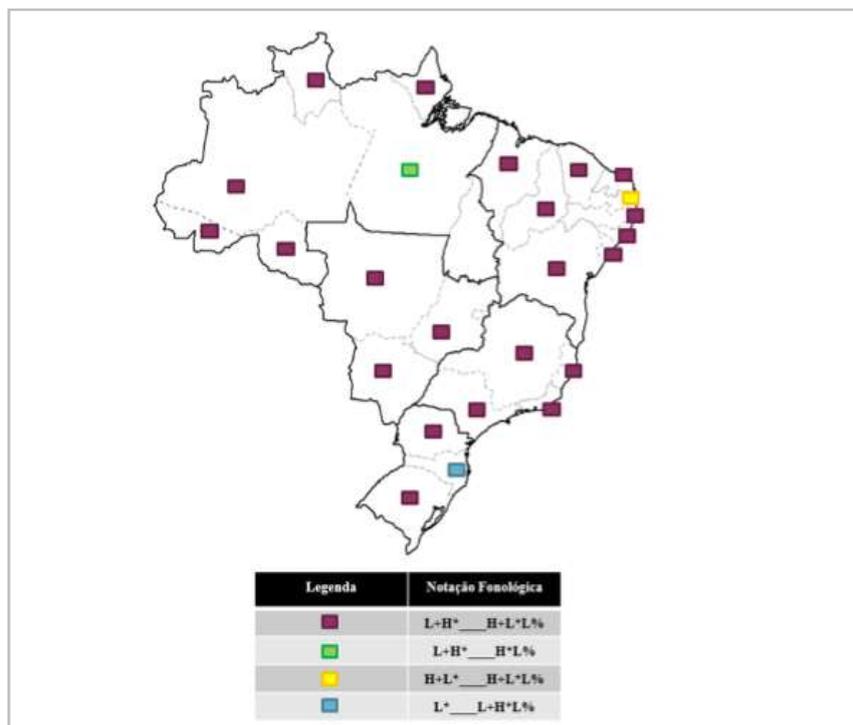


Figura 6: Mapa do Brasil com os padrões melódicos encontrados para a entoação imperativa no corpus ALiB (CUNHA *et al.*, 2016)

Discussão dos resultados

Pondo lado a lado os três mapas, é possível identificar áreas com comportamentos comuns e, ainda que de forma incipiente, algumas generalizações descritivas podem ser feitas.



Figura 7: Confronto entre os mapas que representam as configurações melódicas das três modalidades de frase.

Nos três mapas estão presentes os contornos entoacionais tidos como o padrão para o português do Brasil, conforme a descrição de Moraes (2008), que toma por base a fala carioca. Nas assertivas, o contorno padrão se estende por uma faixa que atravessa diagonalmente o país, delimitada a noroeste por Rio Branco e Manaus e, a sudeste, por Rio de Janeiro e Vitória. Nas interrogativas, ele está presente em todas as capitais. Nas imperativas, o contorno padrão também está presente em todo o país, excetuando Belém, João Pessoa e Florianópolis.

Na carta das assertivas identificam-se três grandes áreas:

- (1) A primeira abrange as capitais das regiões Norte e Nordeste e é marcada principalmente pela presença de um tom H no pré-núcleo, sendo delimitada no mapa por uma linha vermelha;
- (2) A segunda se estende do Norte ao Sudeste e é marcada principalmente pela presença dos tons L+H* no pré-núcleo e H*L% no núcleo de I, identificando-se no mapa por uma linha azul;
- (3) A terceira engloba as três capitais da região Sul e é marcada por uma proeminência tonal do acento nuclear (L+H*L%), identificando-se no mapa por uma linha rosa.

Na carta das interrogativas totais identificam-se 3 pequenas áreas em que o acento nuclear difere do contorno circunflexo padrão do PB (L+H*L%), apresentando um tom de fronteira ascendente (L+H%):

- (1) Manaus e Porto Velho, na região Norte;
- (2) Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e São Luís, na região Nordeste;

(3) Florianópolis, na região Sul.

No mapa das imperativas, apenas três capitais apresentam configuração melódica diversa daquela apontada como o padrão para o PB (L+H* ___ L+H*L%):

- (1) Belém, na região Norte, marcada por um tom alto no acento nuclear (H*L%);
- (2) João Pessoa, na região Nordeste, marcada por uma entoação descendente no acento pré-nuclear (H+L*);
- (3) Florianópolis, na região Sul, marcada por um tom baixo no acento pré-nuclear (L*) e um tom alto no núcleo de I (L+H*L%).

O quadro abaixo faz um inventário das capitais que apresentam configurações melódicas distintas da que é apresentada como padrão nas três modalidades de frase²:

		ASSERTIVAS	INTERROGATIVAS	IMPERATIVAS
NORTE	Rio Branco	√		
	Porto Velho	√	√	
	Manaus	√	√	
	Boa Vista			
	Macapá			
	Belém			√
NORDESTE	São Luís	√	√	
	Teresina	√		
	Fortaleza	√		
	Natal	√	√	
	João Pessoa	√	√	√
	Recife	√	√	
	Maceió	√	√	
	Aracaju	√	√	
	Salvador	√	√	
CENTRO-OESTE	Cuiabá			
	Goiânia			
	Campo-Grande	√		
SUDESTE	Belo-Horizonte	√		
	Vitória	√		
	São Paulo			
SUL	Rio de Janeiro			
	Curitiba	√		
	Florianópolis	√	√	√
	Porto Alegre	√		

² Consideraram-se também os casos em que a configuração melódica divergente concorre com o contorno padrão.

O quadro mostra que:

(1) No Nordeste: Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Natal e São Luís apresentam um comportamento específico em 2 estudos; João Pessoa diverge do padrão nos 3 estudos;

(2) No Norte: Manaus e Porto Velho apresentam um comportamento específico em 2 estudos;

(3) No Centro-Oeste: Cuiabá e Goiânia só apresentam os contornos descritos por Moraes como padrão para o PB;

(4) No Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo só apresentam os contornos descritos por Moraes como padrão para o PB;

(5) No Sul: Florianópolis apresenta um comportamento específico nos 3 estudos.

De forma geral, pode-se afirmar que:

As capitais do Nordeste tendem a se comportar de forma semelhante;

A região Norte ora acompanha os padrões melódicos da região Nordeste, ora se alinha com o centro-sul;

Centro-Oeste e Sudeste tendem a ter comportamentos semelhantes;

A região Sul tende a apresentar comportamento específico, oposto ao restante do país;

Florianópolis, nos três estudos citados, apresentou padrões melódicos distintos das demais capitais do sul do país. É curioso notar, na entoação da ordem, a presença de um tom alto na tônica do acento nuclear exclusivamente em Florianópolis e Belém, cidades a 3.567Km de distância por via terrestre.

Sobre a situação particular de Florianópolis, cabe lembrar as condições que moldaram o povoamento da região³:

Durante o período das Grandes Navegações e da ocupação da América, o Sul do Brasil era um território que não se sabia ao certo a quem pertencia, a Portugal ou à Espanha. Tudo porque o famoso Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha em 1494 e que, hoje sabemos, passaria ao Norte pela Ilha de Marajó e ao Sul pela cidade de Laguna, em Santa Catarina, nunca fora estabelecido de fato. Dessa forma, vamos ver espanhóis e, sobretudo, portugueses tentando avançar o quanto pudessem pelo sertão adentro. Até meados do século XVII, poucas foram as tentativas de povoamento do Sul do Brasil. No século XVIII, as divergências entre Portugal e Espanha acerca da soberania sobre as terras da América chegaram ao seu auge, culminando no Tratado de Madrid, de 1750, calcado no princípio do “*Uti possidetis*”, ou seja, a Coroa que ocupa efetivamente a terra, através de seus súditos, tem direito a ela.

3 <https://www.ides-sc.org.br/single-post/presencaacoriana>. Acessado em 14/10/18.

A ocupação dos paulistas ou vicentistas, como eram chamados, era muito fraca. Algumas centenas de pessoas espalhavam-se pelo litoral catarinense. Em 1739, a Coroa portuguesa criou a Capitania de Santa Catarina, desmembrando-a de São Paulo. Foi seu primeiro governador, o Brigadeiro José da Silva Paes que, de imediato, começou a construir as fortalezas da Ilha de Santa Catarina (Anhatomirim, Ponta Grossa e Ilha de Ratones). Silva Paes trabalhara nos Açores e sabia das dificuldades que aquela população enfrentava para se manter no arquipélago.

Entre 1747 e 1753, embarcaram cerca de 6 mil homens, mulheres e crianças no Porto de Angra, na Ilha Terceira com destino a Santa Catarina. Foram 14 viagens, realizadas por 6 navios diferentes. Cerca de 280 pessoas morreram na travessia. (...) Entre os cerca de 6 mil portugueses desembarcados em Santa Catarina nesse período, apenas 59 eram provenientes da Ilha da Madeira, menos de um por cento do total. Os açorianos eram a maioria – quase absoluta – provenientes, sobretudo, das ilhas centrais (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial). Desse total de 6 mil, cerca de 1.500 foram embarcados para o Rio Grande do Sul.

Pelo fato de terem sido transportados de uma parte para outra do mesmo Reino, esses açorianos não se sentiam migrantes. Estavam submetidos às mesmas leis, à mesma língua e à mesma religião da terra de origem. Dessa forma, não se criou uma identidade açoriana diferente de uma identidade catarinense ou brasileira como se dará com outras etnias chegadas depois. De modo geral, no início do século XIX, esses descendentes de açorianos ainda sabiam dizer a ilha de origem de seus avós. No final deste mesmo século, já tinham perdido essa memória. Perguntados sobre a origem de seus antepassados costumavam dizer “são daqui, sempre viveram aqui”.

Entretanto, mesmo tendo sido Santa Catarina o estado a receber maior contingente de açorianos, não foi o único lugar para onde migraram. Fagundes⁴ salienta que

Nos primeiros tempos vinham poucos, esparsamente. Depois em levadas mais ou menos importantes para experimentos colonizadores determinados, como em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Amapá, e finalmente em pequenos grupos familiares ou mesmo isolados para encontrar parentes ou amigos já assentados ou estabelecidos. Saídos das ilhas em barcos contratados, chegavam ao país pelos portos coloniais (Recife, Salvador, Rio de Janeiro). Em terra, migravam em diáspora, pulverizados, para os locais que lhes chamavam ou para onde eram encaminhados pelo governo. Norte (Amapá, Maranhão e Pará), Nordeste (Pernambuco e Bahia), Espírito Santo, Rio, regiões auríferas, interior paulista e mineiro, sul do Goiás, minas de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina... Iam para onde a sorte lhes acenava.

Assim, em 1619, 300 casais vieram, após a expulsão dos franceses, para se estabelecer no Maranhão. Em 1676, 50 casais saídos do Faial se estabeleceram como colonos no Grão-Pará. Em 1740, um destacamento militar formado por homens das ilhas açorianas se instalou no Amapá e fundou sua capital, Macapá. Já no século XIX, entre 1813 e 1814, chegaram quatro

⁴ Açorianos em terras brasileiras. In: <https://abemdanacao.blogs.sapo.pt/713228.html>. Acessado em 14/10/18.

levas de açorianos (200 indivíduos) para fundar a colônia de Santo Agostinho (hoje Viana), no atual Espírito Santo. Além desses, grupos mais esparsos estiveram sempre migrando para o Brasil nas décadas seguintes.

Vieira Junior (2017), em extenso trabalho de pesquisa, analisa o processo de migração açoriana na Amazônia:

Em 1758, ou seja, quatro anos após a chegada do último grupo de açorianos ao Grão-Pará, ainda se discutia o processo de distribuição e fixação destes migrantes. O juiz de fora, João Inácio Abreu, nesse ano, pondera acerca das necessidades das vilas de Bragança e de Ourém. Em relação a primeira, destacou a premência de assegurar o povoamento da vila tendo como meta “duzentos vizinhos, por que não deve ser de menos moradores para se poder chamar Povoação Regular”. Até este ano, a vila de Bragança só teria recebido 32 “casais” de açorianos e 40 “cazaes dos naturaes da terra”. O discurso avança sobre dois pontos: o primeiro reforça a ideia de demora na distribuição dos “casais”. Devemos lembrar que o número de não fixados significava mais da metade dos 77 “casais” da viagem de 1752, destacando o considerável percentual de açorianos ainda sem destino final: “por q quarenta cazaes dos Ilheos que vierão povoar, que não estejam ainda destinados para as Povoaçõens”. (p. 360)

(...) os imigrantes não vieram dos Açores apenas, e sim prioritariamente de uma das ilhas que compunha o Arquipélago: a Ilha Graciosa. Não seguiram os supostos “instintos” migratórios dos Açores, mas, resistiram ao embarque. Não vieram em toda a segunda metade do século XVIII, e sim em três viagens específicas nos anos de 1751, 1752 e 1754. Não se fixaram no Estado do Grão-Pará, mas, precisamente foram destinados às vilas de Macapá, Bragança e Ourém. Não eram simplesmente imigrantes, mas homens e mulheres, “casais”, parentes de relações diferenciadas, viúvas com filhos, crianças, “companhias”, fâmulos, tecelãs, agricultores, estudantes, casadas e solteiras. Não vieram dentro de uma política orquestrada apenas pela Coroa, mas, foram financiados pelo improviso. (p.367)

Afirma, antes de tudo, que “Grão-Pará, Açores e Lisboa se conectam através de linhas invisíveis que articulam experiências de diferentes sujeitos em diferentes partes do Império português. Nesse jogo de cenas encontramos possibilidades de entrelaçamentos de vidas, aportadas na emigração de açorianos para a Amazônia” (p.343). Essas linhas invisíveis deixaram vestígios na língua e estão sendo estudadas por Lemos na tese de doutoramento, ainda em fase de elaboração, *Mapeamento das influências açorianas no português da Amazônia*.

Em dois dos estudos apresentados aqui, um contorno melódico presente em Florianópolis também se faz presente em Belém (nos enunciados imperativos) e em capitais das regiões Norte e Nordeste (Manaus e Porto Velho; São Luís, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, nos enunciados interrogativos totais). Essa distribuição diatópica poderá guardar alguma conexão com a influência açoriana, o que será considerado em investigações futuras.

Referências

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: HUCITEC, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1920.

CARDOSO, S. A. M. et alii. *Atlas Linguístico do Brasil*. Londrina: EDUEL, vol. 2, 2014.

COSTA M. S., ESPÍRITO SANTO S., RILLIARD A., CRUZ R. C. F. A variação prosódica na Amazônia: um estudo acústico do português falado em Mocajuba (PA), Belém (PA) e Maués (AM). *Anais do VI Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala*, nº 4, 2018.

CRUZ, M.; S. FROTA. Prosódia dos tipos fráscicos em variedades do Português Europeu: produção e percepção. In M. A. Costa, I. Falé & P. Barbosa (eds.) XXVI ENAPL. *Textos Selecionados 2010*. Lisboa: APL, 2011. pp. 208-22.

CUNHA, C. S. *Entoação regional no português do Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, Tese de Doutorado (Língua Portuguesa), 2000.

_____; PEREIRA, M. C. C. Do Recife aos Pampas: um experimento prosódico. *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*. Brasília: ABRALIN/ UNB, 2005. p.851-862.

_____. et alii. A entoação da ordem no Português do Brasil: uma descrição dialetal a partir do corpus ALiB. *Journal of Speech Science*, Vol. 5, n.2, 2016. P.29-45.

ESPÍRITO SANTO, S. P. *Entoação das frases declarativas e interrogativas totais no português falado em Maués, no Amazonas*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Dissertação de Mestrado, 2014.

FERNANDES, F. R. *Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia*. Campinas: LEL/UNICAMP, Tese de Doutorado (Linguística), 2007.

FONAGY, I. As funções modais da entoação. *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas: UNICAMP, jul/dez 1993. p. 25-65.

FROTA, S.; VIGÁRIO, M. Aspectos de prosódia comparada: ritmo e entoação no PE e no PB. *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Rui V. Castro e Pilar Barbosa (eds.), vol.1. Coimbra: APL, 2000. p.533-555.

GRICE, M. *Intonation*. University of Cologne, Cologne: Elsevier, 2006. p.1-11.

HIRST, D.; DI CRISTO, A. (Ed.). *Intonation systems: a survey of twenty Languages*. Cambri-

dge: Cambridge University Press, 1998.

LIRA, Z. *A entoação modal em cinco falares do nordeste brasileiro*. João Pessoa, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFP, Tese de doutorado (Linguística), 2009.

MACHADO, L. *Você quer leite ou café? ”: a entoação dos enunciados interrogativos disjuntivos nos falares do Nordeste e do Sul do Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, Trabalho de Conclusão de Curso (Português – Espanhol), 2016.

MADUREIRA, S.; PAES, J. C.; FONTES, M. Variantes prosódicas do Português Brasileiro: o alinhamento sul/sudeste/nordeste. In: MOUTINHO L.; COIMBRA, R. L. (org.) *I Jornadas Científicas AMPER-POR*. Actas, Aveiro, 2007, p. 21-33.

MARROQUIM, M. *A língua no Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

MEIRELES, A. R. & GAMBARINI, V. P. Estudo da variação prosódica do dialeto Capixaba no âmbito do projeto AMPER. In: MARTINS, M. A., JÚNIOR, L. A. S., MOURA, K. K. & MORAIS, A. S. (org.). *Estudos linguísticos: textos selecionados Abralín-2013*. João Pessoa: Ideia, 2016. pp. 98-114.

MORAES, J. A. *Recherches sur l’Intonation Modale du Portugais Parlé à Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Paris: Université de Paris III, 1984. 505 pp.

_____. Intonation in Brazilian Portuguese. In: HIRST, D.; DI CRISTOA. (eds.) *Intonation Systems: a Survey of Twenty Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. pp. 179-194.

_____. *The Pitch Accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis*. Laboratório de Fônica Acústica, Faculdade de Letras UFRJ: Faculdade de Letras UFRJ/CNPq, 2008.

_____. A entoação de atos de fala diretivos no PB. *Resumos do III Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala*. FALE-UFMG, Belo Horizonte: Minas Gerais, 2011.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NASCIMENTO, K. G. *O Comportamento do Contorno Melódico das Sentenças Declarativas e Interrogativas da Fala de Manaus (AM)*. Manaus, Universidade Federal do Amazonas, Dissertação de Mestrado, 2018.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *La prosodia*. Madrid: Visor Distribuciones, 1986.

NUNES, V. G. *Análises entonacionais de sentenças declarativas e interrogativas totais nos falares lageano e florianopolitana*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado (Linguística), 2011.

_____. *A prosódia de sentenças interrogativas totais nos falares catarinenses e sergipanos*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Tese de Doutorado, 2015.

PIERREHUMBERT, J. *The phonology and phonetics of English intonation*. M.I.T., Cambridge, Mass, Tese de Doutorado, 1980.

REIS, C.; ANTUNES, L. B.; PINHA, V. C. Prosódia de declarativas e interrogativas totais no falar marianense e belorizontino no âmbito do Projeto AMPER. In: *Anais do III Colóquio Brasileiro de Prosódia da Fala*. Belo Horizonte. Jun 6-8, 2011. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_coloquio/article/viewFile/1270/1383

ROSIGNOLI, C. C. *O padrão entoacional das sentenças interrogativas da variedade paulista do português brasileiro*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.

SANTOS, P. F. *Da região da Costa Verde ao Noroeste Fluminense: a prosódia dos enunciados interrogativos totais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado (Língua Portuguesa), 2016.

SILVA, J.C.B. *Caracterização prosódica dos falares brasileiros: as orações interrogativas totais*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado (Língua Portuguesa), 2011.

SILVESTRE, A. P.S. *A entoação regional de enunciados assertivos nos falares das capitais brasileiras*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado (Língua Portuguesa), 2012.

SEARLE, J. *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. CAMARGO, A. C.; MARCONDES, A. L. (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 1-46.

SOARES, G. F. M. *A descrição prosódica de enunciados assertivos neutros e interrogativos totais maranhenses: as toadas de um povo*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado (Língua Portuguesa), 2016.

SOSA, J. M. *La entonación del español*. Madrid: Cátedra, 1999.

TEIXEIRA, J. A. *O falar mineiro*. Edição do autor, 1938.

Diadorim, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, p. 291-309, 2018.

TENANI, L. *Domínios prosódicos no Português do Brasil: implicações para a prosódia e para aplicação de processos fonológicos*. Campinas, Universidade de Campinas, Tese de Doutorado, 2002.

_____. Domínios prosódicos no Português brasileiro: evidências rítmica, entoacional e segmental. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 35, p. 118-131, 2006.

VIEIRA JÚNIOR, A. O. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n. 2, ago.-dez., 2017.

Sobre Dinah Callou — *Cláudia de Souza Cunha*⁵

5 Dinah Callou era chamada por Nelson Rossi, como ela mesma nos conta, de uma mulher agreste. Não por ter a alma agreste de Paulo Honório, um fazendeiro cruel e arrependido, forjado por Graciliano Ramos no livro *São Bernardo*. O termo, despido do teor negativo, se aplica à Dinah pelo trabalho incansável, pela persistência, pela crença profunda de que a pesquisa não se faz a duas mãos. Assim, ela sempre multiplicou o conhecimento ao seu redor, plantando sementes e crescendo ao lado delas. Fazendo de ex-alunos, colegas de trabalho. Inquebrantável, nunca a vi se abalar pelo cenário que fosse. Sempre disse, onde e para quem fosse, o que precisava ser dito, sem negociar a lucidez. E ao longo dos 34 anos de convivência, venho desfrutando da proximidade com o seu brilhantismo acadêmico e testemunhando esse quê de agreste se revestir de um temperamento amoroso e brando, mas que não lhe rouba a essência.



**ALiB: A DATABASE OF SPOKEN LANGUAGE FOR MAPPING
LINGUISTIC VARIATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE¹**
**ALiB: UMA AMOSTRA DE LÍNGUA ORAL PARA MAPEAR A VARIAÇÃO
LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Josane Moreira de Oliveira²

Jacyra Andrade Mota³

Suzana Alice Marcelino Cardoso^{4†}

Resumo

O Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) objetiva descrever e analisar o português brasileiro, documentando aspectos de diferentes níveis linguísticos. Usando uma metodologia multidimensional, o ALiB investiga a realidade linguística de 250 localidades, distribuídas por 26 Estados brasileiros. Aí estão incluídas todas as capitais – com exceção de Palmas (TO) e Brasília (DF), pois são cidades de fundação recente que ainda não têm falantes da segunda faixa etária contemplada no Projeto com pais nascidos na mesma cidade. Além da variável diatópica, o ALiB considera outras variáveis sociais, tais como sexo, idade e nível de escolaridade. O *corpus* foi constituído a partir de entrevistas com 1.100 informantes, estratificados por sexo, faixa etária e nível de escolaridade, totalizando, aproximadamente, 3.300 horas de gravação. Neste artigo, apresentamos nosso modelo de coleta de dados e análise, esta exemplificada pela variação fo-

1 An earlier version of this article was presented at the I International Symposium on Variation in Portuguese, University of Minho, Braga, April 28-30th, 2014.

2 Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: josanemoreira@hotmail.com.

3 Universidade Federal da Bahia/CNPq 1. E-mail: jacymota@gmail.com.

4 †Participou deste texto, mas nos deixou em 2 de maio deste ano. Foi colega, amiga e parceira da homenageada na Dialectologia Brasileira. Temos a certeza de que concordaria, muito feliz, com a homenagem à Dinah.

Recebido em: 24/09/2018

Aceito em: 08/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

nética entre [ti] / [di] (variantes estigmatizadas) ~ [tʃi] / [dʒi] (variantes *standard*) (*tia*, *parte*; *dia*, *desde*) no português brasileiro. O estudo considerou variáveis linguísticas e sociais que podem condicionar a realização dento-alveolar ou palatalizada de /ti/, /di/. Os dados foram analisados de acordo com o quadro teórico-metodológico da Sociolinguística Quantitativa, usando o pacote estatístico GoldVarb X. Nossos resultados mostram que a realização dento-alveolar ou palatalizada desses fonemas é condicionada geograficamente, além de aí atuarem também outras variáveis.

Palavras-chave: Atlas Linguístico do Brasil; Geolinguística Pluridimensional; Sociolinguística Quantitativa.

Abstract

The Linguistic Atlas of Brazil (ALiB) aims to describe and analyze Brazilian Portuguese, documenting aspects of its different linguistic levels. Using a multidimensional methodology, the ALiB investigates the linguistic reality of 250 locations, distributed across twenty-six Brazilian states. These include all the capital cities – with the exception of Palmas (capital of Tocantins State) and Brasília (capital of the Federal District) as they are new cities with no speakers of the second age group considered in this study, whose parents have been born in the same city. As well as the diatopic variable, the ALiB considers other social variables such as gender, age and level of education. The *corpus* was compiled by recording 1.100 respondents, totalling approximately 3.300 hours of recordings. In this article, we present our model of data collection and analysis, which is exemplified by means of the phonetic variation between a dento-palatal /t/ as [ti] / [di] (stigmatized variants) and a palatal fricative [tʃi] / [dʒi] (standard variants) (*tia* ‘aunt’, *parte* ‘part’; *dia* ‘day’, *desde* ‘since’) in Brazilian Portuguese. The data were analyzed according to the theoretical and methodological framework of Quantitative Sociolinguistics, using the GoldVarb X statistical package. Our results show that the dento-alveolar or palatal realizations of these phonemes are geographically conditioned, in conjunction with other social and structural variables.

Keywords: Linguistic Atlas of Brazil; Pluridimensional Geolinguistics; Quantitative Sociolinguistics.

Introduction

In the early nineteenth century, dialectology became established as a branch of linguistic studies, adopting a unidimensional methodology that gave precedence to diatopic variation and considered rural areas as a privileged *locus* of research, as exemplified in the *Atlas Linguistique de la France* (GILLIÉRON and EDMONT, 1902-1910). This methodological approach spread throughout Europe and even to Americas.

Although the importance of social variables such as sex, age and education was noted from the very beginning – Abbé Rousselot, in the late nineteenth century, expressed such concerns (cf. POP, 1950, p.43) –, the mapped results did not record this variation. It was the atlas by Hans Kurath *Linguistic Atlas of New England*, published between 1939-1943, that first incorporated the presence of variables other than diatopic variables in language maps, bringing

multidimensionality into play.

This methodological trend gradually took shape, especially since the 1960s, when the Variationist Sociolinguistics movement, led by William Labov (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1966, 1972, 1994, 2001, 2010) emphasized the relationship between language and social factors. This development led to the implementation of new guidelines in the methodology of dialect study, especially regarding the priority initially given to the geographic dimension in the analysis of speech. Henceforth, geolinguistic studies began not only to adopt some of the methodological assumptions of Sociolinguistics (social variables) but also felt the need to include different levels of dialogue, seeking to document register variation, as illustrated by the *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* (THUN; ELIZAINCÍN, 2000) and the Linguistic Atlas of Brazil (ALiB), in development.

Background

The idea of the Linguistic Atlas of Brazil (ALiB) was kindled in 1996, during the *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil* (Seminar on Directions and Prospects for Geolinguistics in Brazil). At this seminar, three reasons for the development of the area were tabled: a) the absence of a general characterization of Brazilian Portuguese based on fieldwork data; b) the absence of data that would allow sketching of the dialectal divisions within the country; c) the need for knowledge of the country's linguistic multidimensionality in order to clarify and demarcate geolinguistic areas and thus better address the reality of each area and the teaching of the Portuguese language (CARDOSO, 1996).

In this way, the ALiB, a national project of institutional character, was born, with the following linguistic, political and social goals: a) to describe the reality of the Portuguese language in Brazil; b) to establish isoglosses in order to trace the dialectal divisions of Brazil; c) to examine the data collected interfacing with other branches of knowledge (history, sociology, anthropology etc.) in order to establish theoretical perspectives on the nature of the deployment and development of Brazilian Portuguese; d) to provide a database for lexicographers, grammarians, authors of textbooks, teachers and others interested in language studies; and e) to contribute to a wider understanding of the Portuguese language in Brazil as a social instrument of diversified communication, possessing various norms of use.

In this way, the - project was implemented in compliance - with Article 3 of Federal Decree 30.643, of March 20th, 1952, which states that the main purpose of the Philology Committee of the Casa de Rui Barbosa is to establish the Linguistic Atlas of Brazil⁵.

At present, the entire corpus has been constituted and the first two volumes – *Volume I – Introdução* and *Volume II – Cartas lingüísticas* – have been published (CARDOSO *et al*, 2014a;

5 Determination regulated by Federal Ordinance nº 536 of May 20th, 1952.

2014b). The Project benefited from the financial support of such bodies as the CNPq, CAPES⁶, FAPESB⁷ and the Fundação Araucária⁸ as well as support from the home universities of the participating researchers.

The corpus

The team traveled throughout the country conducting surveys in 250 medium and large cities, of 26 states spread throughout Brazil's 8,515,767.049 km². The surveys included all capitals, except for Brasília (capital of the Federal District) and Palmas (Tocantins capital), because of the already mentioned recent foundation. The network extends from Oiapoque (point 001), in the far north, to Chuí (point 250), in the extreme south of the country, as shown on the map of the Points Network (*Rede de Pontos*—Figure 1).



Figure 1: CARTA V –BRASIL –Rede de pontos ‘Map of network points’ (CARDOSO *et al.*, 2014b, p. 59)

The criteria for the definition of network points were: a) geographic distribution; b) history of the city; c) trajectory of development; d) demographic configuration; e) socio-cultural characteristics; and f) linguistic profile, where this was known. It also considered the rela-

⁶ Conselho Nacional de Pesquisa (National Council of Scientific Research) and Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Coordination for Improvement of Higher Education Staff).

⁷ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Bahia State Foundation for Research Support).

⁸ Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (Paraná State Foundation for Support of Scientific and Technological Research).

tionship between the total points and the population density of each state and each region. Other important input was provided by the proposal by Nascentes (1958), and previous studies for the establishment of networks of points of regional atlases and of interstate and international boundaries.

Recordings of a total of approximately 3,300 hours were made with 1,100 respondents, distributed by sex (male and female) and in two age groups (18-30 years and 50-65 years – covering two generations of speakers)⁹. In each capital, eight respondents were surveyed, stratified in two educational levels (up to 8 years of schooling and university level), because, owing to the government literacy programs, young people without basic education (4 years of schooling) are almost non-existent. In the other cities, because of the lack of individuals with higher education, informants have, at the most, 8 years of schooling. In each capital, eight informants were surveyed; in other cities, only four informants.

By controlling social and geographic variables, ALib provides a geo-sociolinguistic view of Brazilian Portuguese.

The interviews comprised a phonetic-phonological questionnaire (including prosodic issues), a semantic-lexical questionnaire (concerning various topic areas), and a morpho-syntactic questionnaire, in addition to questions of pragmatics, semi-directed speech, metalinguistic questions and a text for reading.

The informant record file contains social information (social level, socio-cultural habits, education) and provides information concerning the actual interview. There are 50 items in the file. Items 1 to 19 contain personal data of the informant; items 20 to 29 contain information on the degree of contact of the informant with the media, and their religious affiliation; items 30-37 concern the social life of the informant (entertainment and leisure); items 38-50, completed by the documenter after the audio recording, concern the documenter's impressions of this informant and the research environment (psychological characteristics of the informant, bystander interference etc.).

The questionnaires

In preparing the phonetic-phonological and morpho-syntactic questionnaires, facts of major interest were selected from the available data. The lexical-semantic questionnaire privileged items of greater magnitude that cover all or almost all of the national territory.

In this way, the three questionnaires were formulated: a) the phonetic-phonological questionnaire (QFF), with 159 questions, including prosody questions concerning the nature of in-

⁹ Although important for the study of changes in progress, the middle age-group (between 31 and 49 years) was discarded for operational reasons, because of the size of the area being investigated and the burden of the inclusion of a higher number of respondents.

interrogative sentences, statements and imperatives; b) the lexical-semantic questionnaire (QSL) with 202 questions covering 14 semantic areas; and c) the morpho-syntactic questionnaire (QMS), with 49 questions.

The Phonetic-phonological questionnaire (QFF)

The QFF sought to register phonetic variants in selected words. The questions devised in terms of the description of something so that the informant would pronounce the expected word. Some examples of QFF are shown as follows:

- For the pronunciation of mid vowels in pretonic position

(1) **TELEVISÃO** ‘TELEVISION’ (QFF 4)

... aquele aparelho onde se pode ver novela, jogo, programas...?

‘... the appliance where one can watch soap-operas, games, programs...?’

(2) **GORDURA** ‘FAT’ (QFF 22)

A carne de porco não é magra porque tem _____.

‘Pork isn’t lean because it has _____.’

- For the pronunciation of syllable-final /r/

(1) **TORNEIRA** ‘(WATER) TAP’ (QFF 12)

... aquilo que se abre quando se quer lavar as mãos numa pia?

‘...the thing one opens when one wants to wash one’s hands in the sink?’

(2) **VARRE** ‘SWEEP’(QFF 18)

Para limpar o chão, o que é que é preciso fazer (*mímica*)?

‘To clean the floor, what is it necessary to do (*documenter mimics*)?’

- For the pronunciation of syllable-final /l/

(1) **ALMOÇO** ‘LUNCH’ (QFF 19)

... uma refeição que se faz, em geral, às 12 horas?

‘...a meal generally eaten at 12 am?’

(1) **AZUL** ‘BLUE’(QFF 89)

Que cor é esta? (*mostrar*)

‘What color is this (*documenter shows*)?’

- For the pronunciation of syllable-final /S/

(1) ARROZ ‘RICE’ (QFF 21)

... o que se come no almoço, uns grãosinhos brancos que podem acompanhar o feijão, a carne?
 ‘...something that is eaten for lunch, small white grains that can go with beans and meat?’

(1) CAŞCA ‘SKIN’ (QFF 31)

Para comer uma banana, o que é que se tira?
 ‘To eat a banana, what needs to be removed?’

(1) RAŞGAR ‘TEAR’(QFF 88)

Fazer assim (*mímica*) em um papel é _____?
 ‘To do this with a piece of paper (*documenter mimics*) is to _____?’

- For prosody: interrogative sentences

(1) Eu vou sair hoje, doutor?(QP 6)

‘Am I going to get out today, doctor?’

Documenter says:

Uma pessoa está internada em um hospital e quer saber do médico se vai sair naquele dia.
 Como é que pergunta?

‘A person is interned in a hospital and asks the doctor if he/she will be checked out on that day.
 How does the person ask this?’

- For prosody: affirmative sentences

(1) Você vai sair hoje.(QP 1)

‘You will get out today.’

Documenter says:

E o médico, como é que responde?

‘And the doctor, what does the doctor say?’

- For prosody: exclamative sentences

(2) Oh, meu filho, saia da chuva!(QP 1)

‘Hey son, get out of the rain!’

Documenter says:

Como é que uma mãe diz ao filho para que ele saia da chuva?

‘How does a mother tell her son to get out of the rain?’

The semantic-lexical questionnaire (QSL)

The QSL sought to register lexical variants, characteristic of the locality, based on relevant sememes. Of the 14 semantic areas covered in the 202 questions, here are some examples:

- Atmospheric phenomena

(1) RELÂMPAGO ‘LIGHTNING’ (QSL 8)

... um clarão que surge no céu em dias de chuva?

‘...a flash that happens in the sky on rainy days?’

- Stars and time

(1) ESTRELA CADENTE / ESTRELA FILANTE / METEORO / ZELAÇÃO ‘SHOOTING STAR’ (QSL 31)

De noite, muitas vezes pode-se observar uma estrela que se desloca no céu assim (*mímica*) e faz um risco de luz. Como chamam isso?

‘At night, often a star can be seen moving through the sky like this (*documenter mimics*) and it makes a streak of light. What do you call it?’

- Fauna

(1) GALINHA-D’ANGOLA / GUINÉ / COCAR ‘GUINEA FOWL’ (QSL 67)

... a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?

‘... a breeding bird similar to a chicken, with black feathers with white spots?’

- Children’s games and amusements

(1) CAMBALHOTA ‘SOMERSAULT’ (QSL 155)

... a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado? (*mímica*)

‘... the game where you turn your body over your head and end up sitting? (*documenter mimics*)’

The morpho-syntactic questionnaire (QMS)

The QMS sought to register morpho-syntactic variants in questions focusing on the linguistic phenomenon or variants that could occur during the description of a picture or in an account given by the informant. The following are examples of some of the questions:

- Definite article used with proper noun

(1) Tem filhos / irmãos? Como se chamam? O que eles fazem? (QMS 1)

‘Do you have children / brothers? What are their names? What is their occupation?’

- Placement of NÃO in negative responses

(1) Você / o(a) senhor(a) sabe se tem vida em outro planeta / na lua? (QMS 47)

‘Do you know if there is life on another planet / on the moon?’

(2) Você / o(a) senhor(a) já viu disco voador? (QMS 48)

‘Have you ever seen a flying saucer?’

- TU / VOCÊ ‘YOU’ subject

(1) Quando se vê um amigo com uma mala e se quer saber para onde ele vai, como é que se pergunta? (QMS 24)

‘When you see a friend with a suitcase and you want to know where they are going, what do you ask them?’

Pragmatic questions

The four pragmatic questions seek to ascertain how a young boy, finding an object on the street, addresses another youngster, male and female, or an elderly individual, also of both sexes, in order to tell them that the object fell from their pocket.

Semi-directed discourse

In the topics for semi-directed discourse, the informant must relate a personal experience, comment on a television program, describe his/her professional activity and tell a fact heard from another person of their acquaintance (reported speech).

Metalinguistic questions

The six metalinguistic questions ask about the local way of speaking, about people who, according to the informant, *speak differently* in the locality and in other Brazilian areas, and

also about the speech of earlier times. The questions solicit examples of these variants. The following are two examples of these questions:

(1) Como chama a língua que você / o(a) senhor(a) fala? (QM 1)

‘What is the language you speak called?’

(2) No passado, falavam diferente aqui? (QM 6)

‘In the past, did they speak differently here?’

The reading text

The text for the reading is the *Parable of the seven wicker baskets* used by Armando de Lacerda and Göran Hammarström (LACERDA; HAMMAARSTRÖM, 1953, p. 27-28), with the necessary adaptations.

Potential

In addition to using geolinguistics methodology, the ALiB is also a sociolinguistic atlas because of the social variables it monitors, presented earlier. It is important to highlight its innovation also with regard to the surveys, because in addition to phonetic issues (including prosody) and lexical (typical of a dialectology research), the ALiB also employed a morphosyntactic questionnaire, incorporated pragmatic and metalinguistic questions, recorded semi-directed discourse, and a reading. This variety of documentation furnishes material for analysis at various grammatical levels, permitting undoubtedly an overall profile of the reality of Brazilian Portuguese.

In order to make the ALiB corpus available for consultation and use by the scientific community and others interested in the area, the Project is building a database that permits access to the audio recordings and the linguistic maps of the collected material.

Many analyses based on the ALiB corpus have been presented in the form of conference papers, articles, Master’s dissertations, PhD theses, books, book chapters, and others, including national and international publications, at present totalling more than a hundred research publications¹⁰.

By way of illustration, we present the analysis of the variable realization of /t/, /d/ (dento-alveolar or palatalized) before the vowel /i/ (phonological) or [i] (derived¹¹) in Brazilian capitals, following the theoretical and methodological framework of Labovian Sociolinguistics.

10 Further information concerning the ALiB is available at the site <http://www.ALiB.ufba.br>.

11 The term derived vowel refers to the realization of [i] of the archiphonemes /I/, /E/.

In addition to the geographical variable (cities: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina and Vitória), this analysis considered the linguistic and social variables, listed in the table below:

Linguistic variables	Social variables
<u>Voicing</u> : voiceless /t/ (<i>tio</i> ‘uncle’) or voiced /d/ (<i>dia</i> ‘day’)	<u>Education</u> : basic level or university level
<u>Position in the syllable</u> : initial (<i>tiara</i> ‘tiara’, <i>diabo</i> ‘devil’), medial (<i>prostituta</i> ‘prostitute’, <i>mandioca</i> ‘cassava’) or final (<i>bonitinho</i> ‘cute’, <i>papudinho</i> ‘chubby cheeks’ ¹)	<u>Sex</u> : masculine or feminine
<u>Tonic stress of the syllable</u> : tonic (<i>adotivo</i> ‘adopted’, <i>tardinha</i> ‘evening’) or atonic (<i>estiar</i> ‘to stop raining’, <i>mandioca</i> ‘cassava’)	<u>Age-group</u> : 18 - 30 years (Group 1) or 50 - 65 years (Group 2)
<u>Preceding vowel</u> : [a, â] (<i>pratinho</i> ‘little plate’, <i>mandioca</i> ‘cassava’), [E, e, ê] (<i>coletivo</i> ‘bus’, <i>dente</i> ‘tooth’, <i>pédanteiro</i> ‘forefoot’), [i, î] (<i>cabritinho</i> ‘kid’, <i>liquidificador</i> ‘blender’), [ɔ, o] (<i>adotiva</i> ‘adopted’, <i>ondinha</i> ‘ripple’), [u, û] (<i>sutiã</i> ‘brassiere’, <i>papudinho</i> ‘chubby cheeks’, <i>conjuntivite</i> ‘conjunctivitis’, <i>carrinho de mão</i> ² ‘wheelbarrow’), front semivowel [j] (<i>feitiço</i> ‘spell’) or back semivowel [w] (<i>São Tiago</i> ‘St. James’, <i>maldita</i> ³ ‘accursed’)	
<u>Preceding consonant</u> : alveolar constrictive [s, z] (<i>estilingue</i> ‘slingshot’, <i>patas dianteiras</i> ‘front hooves’), palatal constrictive [ʃ, ʒ] (<i>prostituta</i> ‘prostitute’, <i>patas dianteiras</i> ‘front hooves’) or laryngeal or velar constrictives, or rhotic approximant or tap [h, fi, x, ʁ, r, ɾ] (<i>cortiça</i> ‘cork’, <i>jardineira</i> ‘jardiniere’)	
<u>Nasality of vowel</u> : oral (<i>estiar</i> ‘to stop raining’, <i>perdida</i> ‘lost’) or nasal (<i>cabritinha</i> ‘kid’, <i>ondinha</i> ‘ripple’)	
<u>Type of questionnaire</u> : more monitored (QFF, QSL and reading) or less monitored (other parts of the survey)	

Table 1: Independent variables

Realization of /t, d/ before phonological vowel /i/

For the analysis of the variable realization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) in words such as *tio* ‘uncle’, *mentira* ‘lie’, *estilingue* ‘slingshot’, *dia* ‘day’, *perdida* ‘lost’, *diadema* ‘tiara’, data were considered from 14 capitals, from four Brazilian regions, namely: a) Northern region: Boa Vista (RR), Macapá (AP), Manaus (AM) and Porto Velho (RO); b) Northeast region: Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Recife (PE) and Teresina (PI); c) Midwest region: Campo Grande (MS) and Cuiabá (MT); d) Southern region: Curitiba (PR) and Florianópolis (SC).

The remaining 11 capitals were removed from the analysis because they display categorical realization of the palatalized variant: a) Northern region: Belém (PA) and Rio Branco (AC); b) Northeastern region: Fortaleza (CE), Salvador (BA) and São Luís (MA); c) Midwest region: Goiânia (GO); d) Southeastern region: Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) and Vitória (ES); e) Southern region: Porto Alegre (RS).

The distribution of the 2.327 data items are presented in Table 2, as follows:

Variants	Ocurrences	Frequency
Palatalized	1575	68%
Alveolar	752	32%
Total	2327	100%

Table 2: Overall result for /t, d/ before /i/ (phonological vowel)

According to the results, the palatalized variant [tʃ], [dʒ] is predominant in Brazil – 68% against 32% of the alveolar variant [t], [d] before the phonological vowel /i/.

In order to verify the context favoring the palatalized variant, the data were submitted to the GoldVarb Program¹², using this variant as the application value¹³. Motivation from this option comes from the fact that the palatalized variant is considered more innovative, as it was the dento-alveolar realization that arrived in Brazil, and which has been maintained in Portugal until today.

The analysis revealed an initial *input* of 0,680 and a final *input* of 0,940, which shows that the palatalized variant is undergoing a process of actuation in Brazilian Portuguese. The *loglikelihood* of -639,921 and the level of significance of 0,000, attest to the statistical reliability of

12 SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. GoldVarb X – a multivariate analysis application. 2005. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. Available in: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Accessed on 20th October, 2011.

13 The value that is the outcome of the variable rule.

the results.

The program selected as statistically relevant, in sequential order, the following variables: a) city; b) preceding consonant; c) syllable stress; and d) age-group. This selection shows that the variable phenomenon under study illustrates a particularly diatopic variation, which facilitates the definition of geographical areas in Brazil.

Next, we present the results for the variable *city* only, in the following section.

Realization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) and the variable *City*

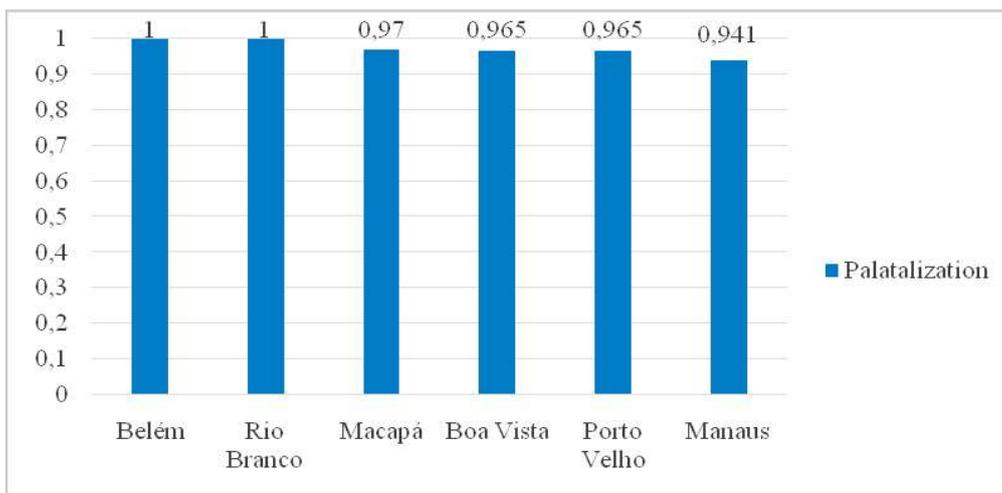
The results for the 14 cities displaying the dento-alveolar or palatalized realization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) are shown in Table 3 below:

City	Ocurrences/Total	Frequency	Relative weight
Macapá	187/188	99%	0,970
Boa Vista	182/183	99%	0,965
Porto Velho	171/172	99%	0,965
Manaus	206/208	99%	0,941
Teresina	137/140	97%	0,893
Campo Grande	200/204	98%	0,885
Curitiba	133/143	93%	0,696
Florianópolis	122/191	63%	0,210
Cuiabá	90/176	51%	0,132
Natal	38/126	30%	0,045
João Pessoa	23/125	18%	0,026
Recife	37/174	21%	0,025
Maceió	25/148	16%	0,020
Aracaju	24/149	16%	0,018

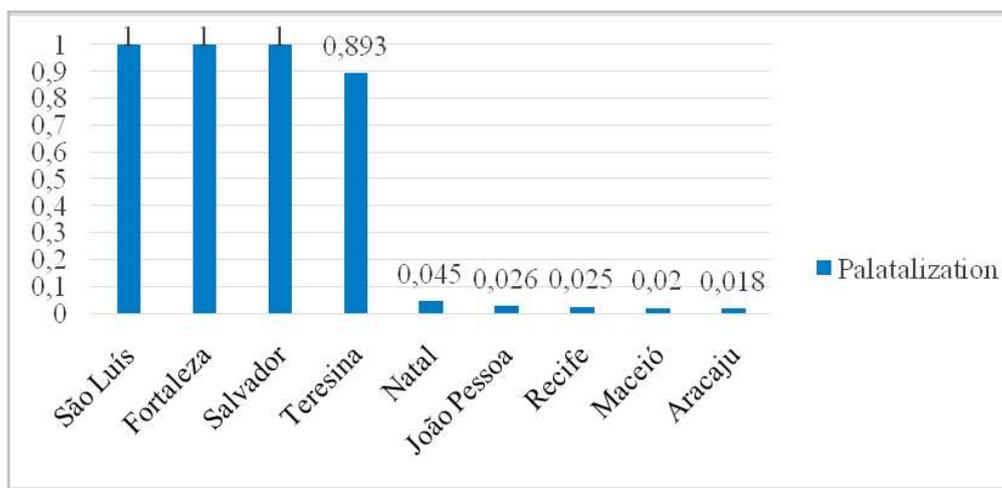
Table 3: Application of the palatalized realization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) by *City*

The results indicate that the rule of palatalization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) is favored in Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Manaus, Teresina, Campo Grande and Curitiba. With the exception of this last city, in which the palatalization affects 93% of the data, in the other cities mentioned, it is a semi-categorical rule. The remaining capitals – Florianópolis, Cuiabá, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió and Aracaju –inhibit the realization of the palatalized variant.

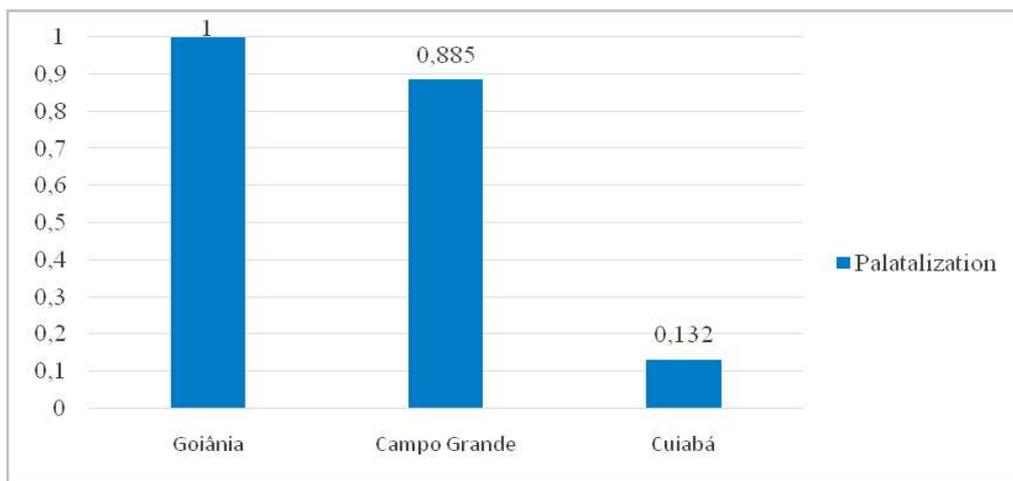
The following Graphs illustrate the distribution in Brazil by region, considering all the capitals:



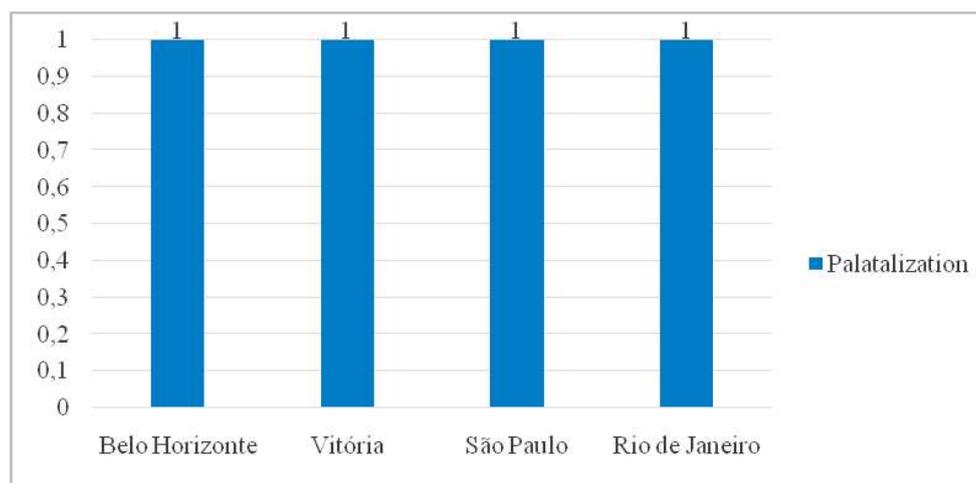
Graph 1: Palatalization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) in the Northern region (RW)



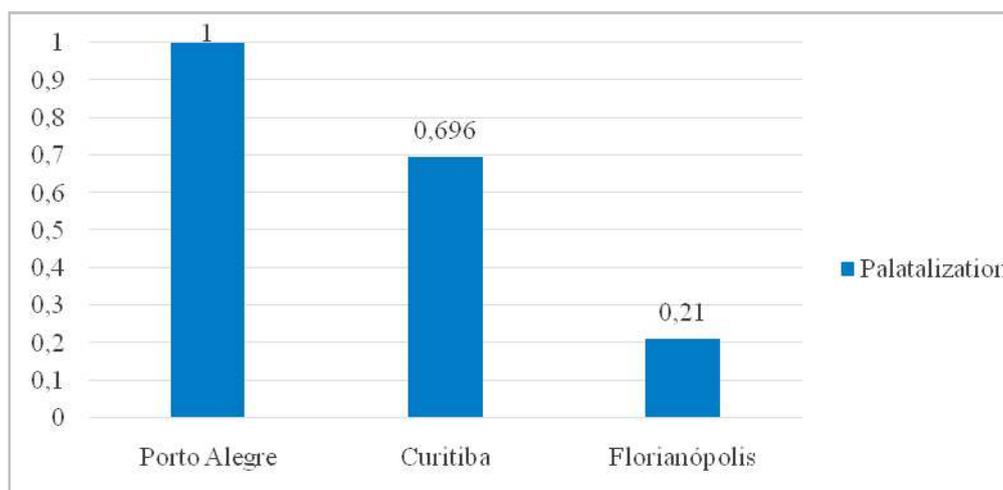
Graph 2: Palatalization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) in the Northeast region (RW)



Graph 3: Palatalization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) in the Midwest region (RW)



Graph 4: Palatalization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) in the Southeast region (RW)



Graph 5: Palatalization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) in the Southern region (RW)

Based on these findings, we can state that the following constitute areas of palatal realization: the entire North and Southeast of Brazil, part of the Northeast (except Natal, João Pessoa, Recife, Maceió and Aracaju) and of the Midwest (with the exception of Cuiabá) and part of the South (except Florianópolis). Therefore, the dento-alveolar realization persists in only 7 of the 25 capitals: Natal, Recife, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Cuiabá and Florianópolis.

Realization of /t, d/ before the derived vowel [i]

For the analysis of the variable realization /t, d/ before [i] (derived vowel) in words such as *tesoura* ‘scissor’, *prateleira* ‘shelf’, *tomate* ‘tomato’, *desmaio* ‘fainting’, *redemoinho* ‘whirlwind’, *tarde* ‘afternoon’, we considered data from 15 capitals, from four regions of Brazil, namely: a) the Northern region – Boa Vista (RR), Macapá (AP), Manaus (AM) and Porto Velho (RO); b) the Northeastern region: Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN), Recife (PE) and Teresina (PI); c) the Midwest region: Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) and Goiânia (GO); d) the Southern region: Curitiba (PR) and Florianópolis (SC).

The remaining 10 capitals were excluded from the analysis because they display categorical realization of the palatalized variant: a) the Northern region: Belém (PA) and Rio Branco (AC); b) the Northeastern region: Fortaleza (CE), Salvador (BA) and São Luís (MA); c) the Southeastern region: Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) and Vitória (ES); d) the Southern region: Porto Alegre (RS).

The distribution of the 5.639 data items are presented in Table 4, as follows:

Variants	Ocurrences	Frequency
Palatalizada	3721	66%
Alveolar	1918	34%
Total	5639	100%

Table 4: Overall result for /t, d/ before [i] (derived vowel)

According to the results, there is a predominance of the palatalized variant [tʃ, dʒ] in Brazil –occurring with a frequency of 66% as opposed to 34% for the alveolar variant [t, d], before the derived vowel [i] – a situation similar to that of the realization of /t, d/ before the phonological vowel /i/, presented earlier.

The data were then submitted to the GoldVarb program, using as the application value the palatalized variant, in order to ascertain the contexts that favor it. The initial input was 0,660 and the final input was 0,750, which indicates that the palatalized variant is being implemented in Brazilian Portuguese also in the context of the derived vowel [i], although to a slightly lesser degree than in the context of the phonological vowel. The log likelihood was -1,986.654 and the significance level was 0,014, which attests to the reliability of the statistical results also for this run.

The program selected as statistically relevant, in sequential order, the following variables: a) city; b) age-group; c) preceding vowel; d) preceding consonant; e) sex; f) education; and g) position in the syllable. This selection shows that the variable phenomenon under study, also in the context of the derived vowel [i], also indicates the relevance of diatopic variation, which permits the definition of geographical areas in Brazil.

For the derived vowel [i] context, we present only the results for the variable *city*, in the following section.

Realization of /t, d/ before [i](derived vowel) and the variable *City*

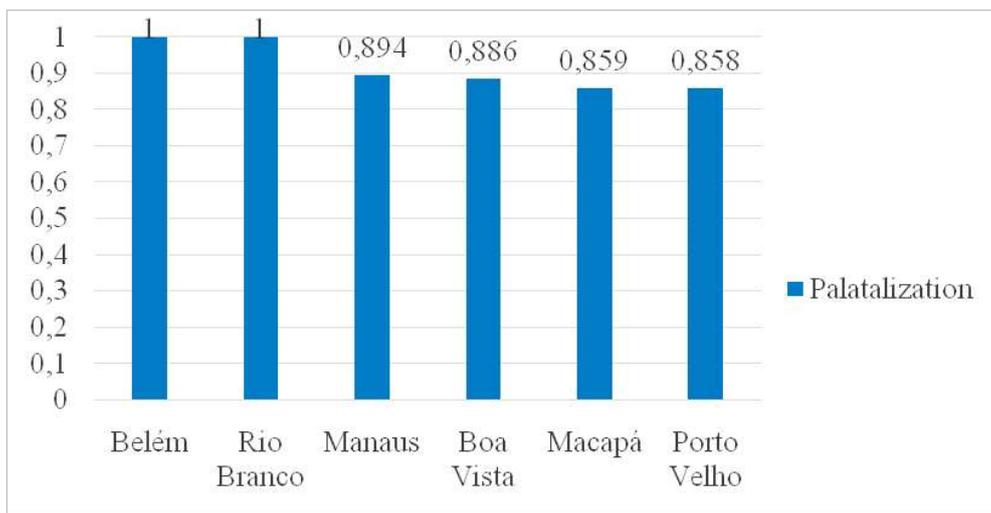
The results for the 15 cities displaying the dento-alveolar or palatalized realization of /t, d/ before [i] (derived vowel) are shown in Table 5 below:

City	Ocurrences/Total	Frequency	Relativeweight
Goiânia	433/446	97%	0,907
Manaus	579/601	96%	0,894
Boa Vista	300/312	96%	0,886
Macapá	446/468	95%	0,859
Porto Velho	415/436	95%	0,858
Campo Grande	420/443	94%	0,845
Teresina	293/320	91%	0,763
Florianópolis	259/445	58%	0,297
Cuiabá	130/372	34%	0,123
Curitiba ⁴	96/283	33%	0,111
Natal	84/268	31%	0,102
Recife	92/341	26%	0,084
Aracaju	68/274	24%	0,073
João Pessoa	49/291	16%	0,047
Maceió	57/339	16%	0,047

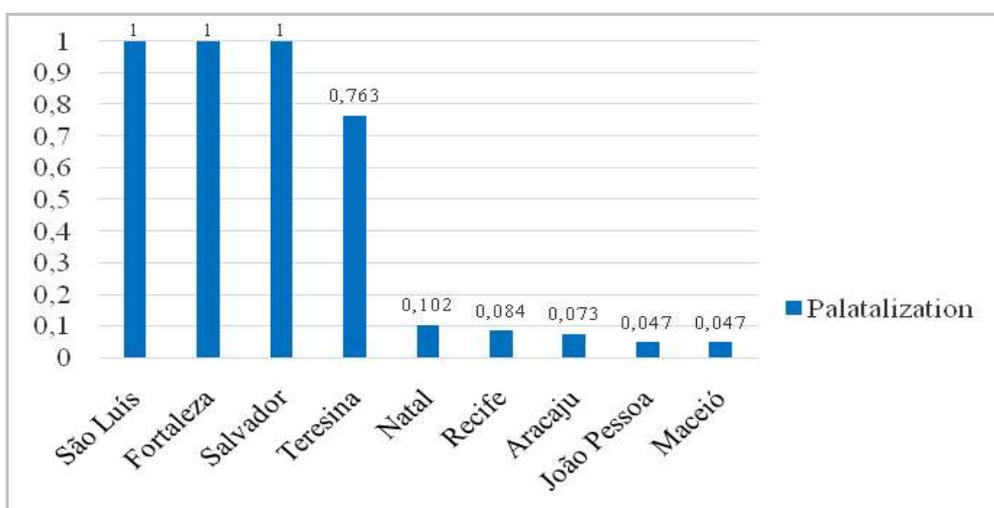
Table 5: Application of the palatalized realization of /t, d/ before [i] (derived vowel) by ‘City’

The results indicate that the rule of palatalization of /t, d/ before [i] (derived vowel) is favored in Goiânia, Manaus, Boa Vista, Macapá, Porto Velho, Campo Grande and Teresina, constituting a semi-categorical rule in the first three cities. The palatalized realization is inhibited in Florianopolis capital, Cuiabá, Curitiba, Natal, Recife, Aracaju, João Pessoa and Maceió.

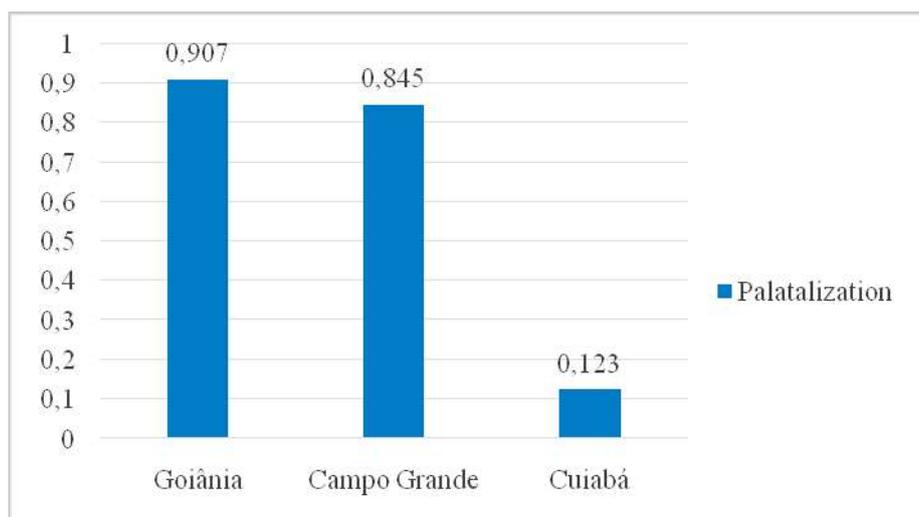
The following graphs illustrate this distribution throughout the country, by region, considering all the capitals:



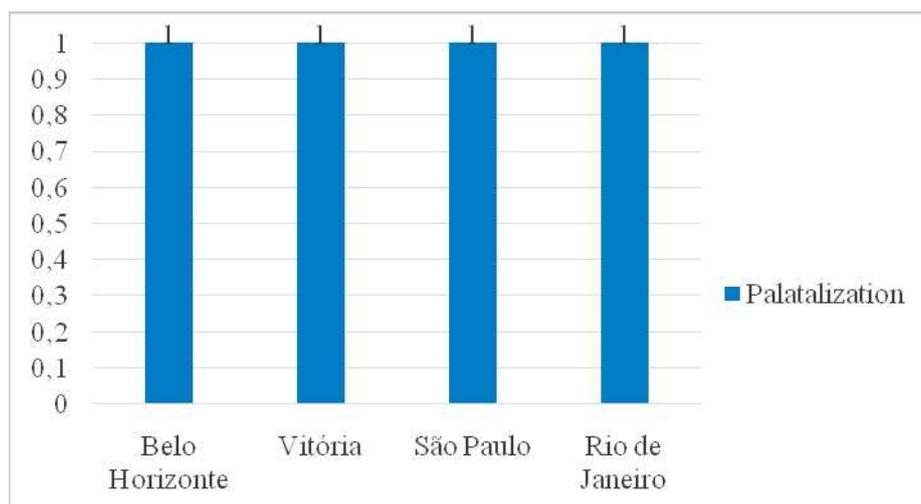
Graph 6: Palatalization of /t, d/ before [i] (derived vowel) in the Northern region (RWs)



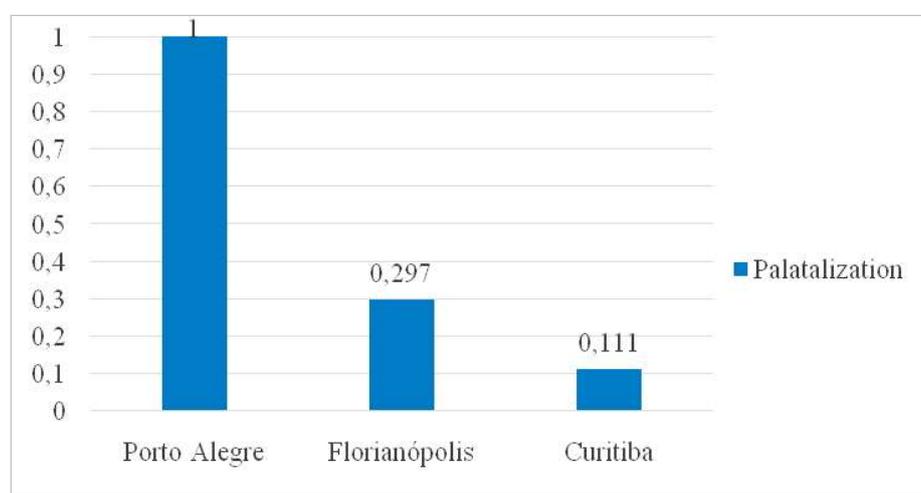
Graph 7: Palatalization of /t, d/ before [i] (derived vowel) in the Northeast (RWs)



Graph 8: Palatalization of /t, d/ before [i] (derived vowel) in the Midwest region (RWs)



Graph 9: Palatalization of /t, d/ before [i] (derived vowel) in the Southeast (RWs)



Graph 10: Palatalization of /t, d/ before [i] (derived vowel) in the Southern region (RWs)

Based on the data presented, we can state that the area of palatal realization comprises the entire North and Southeast of Brazil, part of the Northeast (except Natal, Recife, Aracaju, João Pessoa and Maceió), part of the Midwest (except Cuiabá), and Porto Alegre, in the Southern region. Therefore, the alveolar realization persists in 8 of the 25 capitals: Natal, Recife, Aracaju, João Pessoa, Maceió, Cuiabá, Curitiba and Florianópolis.

Comparing the contexts

As can be seen in the previous sections, the results for the palatalization of /t, d/ are similar both in the context of the phonological vowel /i/ and in that of the derived vowel [i]. Table 6, below, showing the relative weights of all capitals, illustrates this fact:

City	Phonological vowel /i/	Derived vowel [i]
Northern Region		
Belém	1	1
Rio Branco	1	1
Macapá	0,970	0,859
Boa Vista	0,965	0,886
Porto Velho	0,965	0,858
Manaus	0,941	0,894
Northeastern Region		
São Luís	1	1
Fortaleza	1	1
Salvador	1	1
Teresina	0,893	0,763
Natal	0,045	0,102
João Pessoa	0,026	0,047
Recife	0,025	0,084
Maceió	0,020	0,047
Aracaju	0,018	0,073
Midwest Region		
Goiânia	1	0,907
Campo Grande	0,885	0,845
Cuiabá	0,132	0,123
Southeast Region		
Belo Horizonte	1	1
Vitória	1	1
São Paulo	1	1
Rio de Janeiro	1	1
Southern Region		
Porto Alegre	1	1
Curitiba	0,696	0,111
Florianópolis	0,210	0,297

Table 6: Application of palatalized realization of /t, d/ before /i/ (phonological vowel) and before [i] (derived vowel) by City (RWs)

Examining the results presented in Table 6, it is clear that the palatalization of /t, d/ begins in the context of a following phonological vowel /i/ in all capitals, with the exception of the cities of Natal, João Pessoa, Recife, Maceió and Aracaju – in the Northeast and Florianópolis – in the Southern region.

All these cities inhibit palatalization in both contexts, as in Cuiabá, in the Midwest region, which inhibits palatalization more frequently with the phonological vowel /i/. The behavior of Curitiba speakers is noteworthy, because they favor the palatalization of /t, d/ with the phonological /i/ vowel, but they inhibit it with the derived vowel [i]. This occurs because, in reality, they generally do not realize [i], retaining the pronunciation [e] in unstressed position, especially in the final syllable, as in *noi[te]* ‘night’ and *tar[de]* ‘afternoon’.

Thus, with some generalization – since there are exceptions, as we have seen – we can say that the palatalization of /t, d/ before /i/ or [i] is being implemented in Brazilian Portuguese, and is even categorical in some capitals.

Diatopic representation

Linguistic map F06 C 1 of the *Atlas Linguístico do Brasil–AliB* (cf. CARDOSO *et al*, 2014b, p. 123), reproduced below, shows the area of the palatal realization of /t, d/ before phonological /i/ and derived [i], in Brazilian Portuguese, considering only the capitals, in percentage data, distributed in five groups.

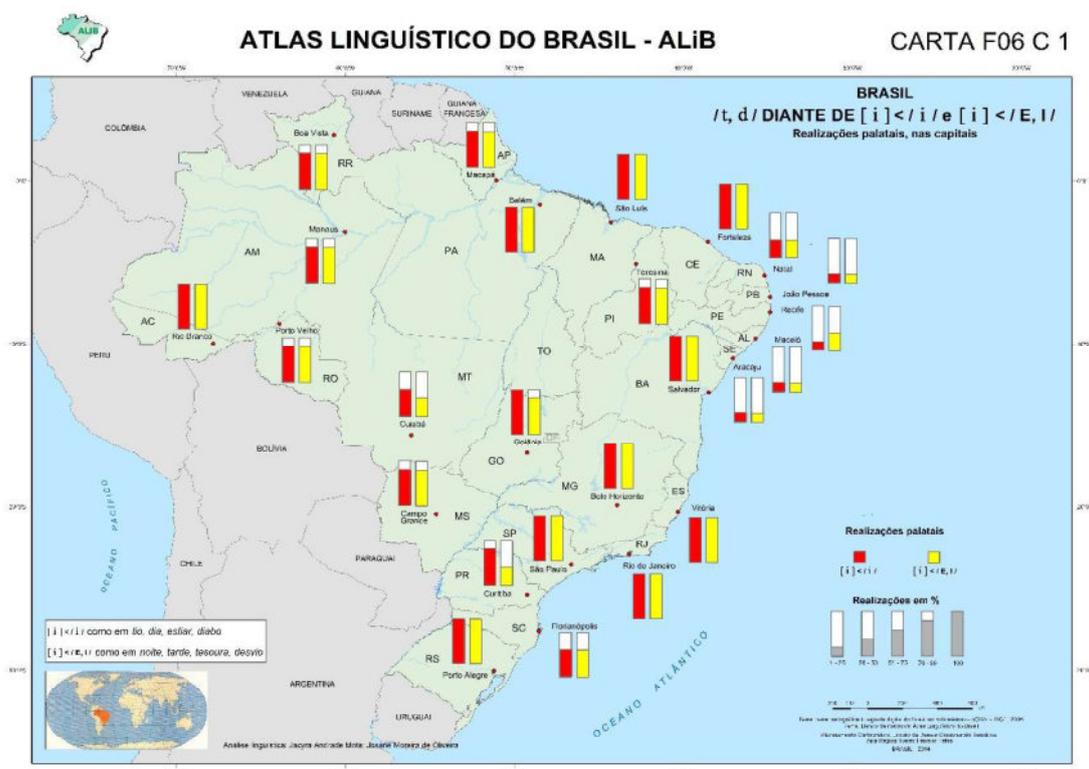


Figure 2: CARTA F 06 C 1 – BRASIL –/t, d/ before [i] < /i/ and [i] < /e, I/ – Palatal realizations in the capitals (CARDOSO *et al*, 2014b, p. 123)

As can be seen in map F06 C 1 ALiB, the area of alveolar realization, both with the phonological vowel /i/ and with the derived vowel [i], forms a continuum in the far east of the northeast coast. This realization is also found in Florianópolis, where it may be a remnant of the Azorean colonization in the history of the city, and is also found in Cuiabá and, with derived vowel [i], in Curitiba.

As far as Cuiabá is concerned, it must be said that the current area of Mato Grosso was only defined in the early eighteenth century, about 1719. The region attracted waves of individuals in search of gold, including people from Pernambuco, a region characterized by the realization of alveolar /t, d/ before [i]. Cuiabá was elevated to the status of capital only in 1825, and its development was delayed due to internal politics and its distance from the political and economic center of the country.

According to Palma (2005), in the speech of Cuiabá, the palatal realization of /t, d/ before [i] is prestigious only among young people, who mimic carioca (i.e. Rio de Janeiro) speech. The same author attests the realization of palatalized [tʃ, dʒ] also in words such as *cachorro* ‘dog’, *peixe* ‘fish’ and *jogo* ‘game’, which are quite stigmatized socially, a fact that could explain the maintenance of the alveolar realization before [i]. In Curitiba, as already noted, the preservation of the dento-alveolar variant is due to the mid-high realization of the archiphonemes /I, E/, in unstressed positions following /t, d/.

Conclusions

The ALiB project entails an innovative methodology and an open policy of distributing information in order to reach different layers of society.

The ALiB is an atlas that permits the description of the linguistic reality of Brazil based on field research, the systematic collection of oral data by means of a unified methodology. The data represent the Brazilian geolinguistic reality, facilitating the drawing of dividing lines or approximate areas identifying the map of dialectal regions of Brazilian Portuguese.

The knowledge of the diversity of uses in Brazilian Portuguese and of the variation registered from one region to another can contribute both to a better equation of the teaching and learning of Portuguese and also to an understanding of linguistic diversity without stigmatizing speakers.

Comprising a large corpus compiled by applying a set of questionnaires aimed at identifying facts at all grammatical levels, to be accessed from a multi-dimensional perspective—according to locality, social level, generation, style register, sex, and context – the ALiB Project is open to different lines of analysis.

In addition, that what was revealed when we analyzed the pronunciation of variable /t, d/ before /i/ and [i] in the Brazilian capitals. We demonstrated that the alveolar or palatal re-

alizations of these phonemes are geographically conditioned, in conjunction with other variables, which were mentioned but not discussed. This is merely one example of the potential that a project of this size presents.

May the ALiB *family* continue to make it possible for further studies on the Portuguese of Brazil grow and multiply!

References

CARDOSO, S. A. M. S. O Atlas Linguístico do Brasil: uma questão política. *Atas do Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. Salvador: UFBA, 1996, p. 87-96.

CARDOSO, S. A. M. S. *et al. Atlas linguístico do Brasil*, v.1 (Introdução). Londrina: EDUEL, 2014a.

CARDOSO, S. A. M. S. *et al. Atlas linguístico do Brasil*, v.2 (Cartas linguísticas 1). Londrina: EDUEL, 2014b.

COMITÊ NACIONAL do Projeto ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

GILLIÉRON, J.; EDMONT, E. *Atlas Linguistique de la France*. Paris: Honoré Champion, 1902-1910.

KURATH, H. *et alii. Linguistic Atlas of New England (LANE)*. Providence: Brown University Press, 1939-1943.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington: Center of Applied Linguistics, 1996.

LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *Principles of linguistic change (internal factors)*. v.1. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Principles of linguistic change (social factors)*. v.2. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, W. *Principles of linguistic change (cognitive and cultural factors)*. v.3. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

LACERDA, A.; HAMMARSTRÖM, G. *Transcrição fonética do português normal*. Coimbra: [s/e], 1953.

NASCENTES, A. *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro:

MEC / Casa de Rui Barbosa, 1958.

PALMA, M. L. C. O falar cuiabano em Mato Grosso – estigma, status e atalhos. In: ALMEIDA, M. M. S.; COX, M. I. P. (org.). *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral, 2005.

POP, S. *La dialectologie*. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques, v. 1 and 2. Louvain: Chez l'Auteur / J. Duculot, 1950.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldVarb X* – a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Available at in http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Accessed on October 20th, 2011.

THUN, H.; ELIZAINCÍN, A. *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*. Kiel: Westensee, 2000.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

Sobre Dinah Callou — *Josane Moreira de Oliveira*¹⁴

Sobre Dinah Callou — *Jacyra Andrade Mota*¹⁵

14 Este texto é dedicado a Dinah Callou, minha orientadora de Doutorado, em reconhecimento e homenagem pelo seu trabalho na Linguística Brasileira.

15 Este texto, em homenagem à colega e amiga Dinah, lembra a sua presença no Projeto ALiB, que ela acompanha, desde o início, e tem ajudado a implementar.



**O RÓTICO EM CODA SILÁBICA FINAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL:
VARIAÇÃO E MUDANÇA NO *CORPUS* DO ALiB¹**

**RHOTICS IN FINAL SYLLABIC CODA IN THE SOUTHERN REGION OF
BRAZIL: VARIATION AND CHANGE IN THE CORPUS OF ALiB**

Ingrid da Costa Oliveira²

Mayra Santana³

Karilene da Silva Xavier⁴

Carolina Ribeiro Serra⁵

Resumo

Neste artigo, estudamos o processo de variação do rótico, em coda silábica externa (viajaR, cantoR), em três capitais do Sul do Brasil – Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba – e seis municípios do interior dos Estados dessa região: Santa Maria, Caçapava do Sul, Lages, Criciúma, Guarapuava e Campo Mourão. Os dados foram extraídos de amostras de fala espontânea dos inquiridos do Projeto ALiB, gravados em áudio nos anos 2000. Trata-se de um estudo varia-

1 Este artigo apresenta os resultados das dissertações de mestrado de Santana (2017) e Oliveira (2018), orientadas pela Profa. Carolina Serra. Para a realização dessas pesquisas, tivemos o privilégio de consultar, trocar ideias e pedir socorro, em muitos momentos, a Dinah Callou, que com sua inteligência arguta e com sua infinita generosidade sempre foi nossa principal interlocutora.

2 Doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: oliver.ingrid@hotmail.com.

3 Escola Municipal Escritor Millôr Fernandes – Prefeitura do Rio de Janeiro. E-mail: mstn18@yahoo.com.br.

4 Escola Técnica do Arsenal de Marinha – Marinha do Brasil, Doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: karilened@gmail.com.

5 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: carolinaserra@letras.ufrj.br.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 19/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

cionista, que tem por finalidade: 1) analisar a diversidade de pronúncia do /r/ e o avanço do apagamento em coda final e 2) verificar a atuação de fatores linguísticos e sociais favorecedores do cancelamento. Para alcançar esses objetivos, utilizamos o aparato teórico-metodológico da Sociolinguística Quantitativa Laboviana (LABOV, 1994). Foram selecionados oito informantes (quatro com nível superior de escolaridade e quatro com nível fundamental) de cada capital e quatro (com grau mais baixo de escolaridade) de cada município do interior. Os resultados gerais, quanto às capitais, mostram que: 1) o maior percentual de apagamento ocorre em Florianópolis; 2) há prevalência do tepe nos verbos e a mesma variante prepondera em Curitiba e Porto Alegre em não verbos, enquanto em Florianópolis sobressai a fricativa velar nesta categoria; 3) o apagamento é semicategórico nos verbos com os percentuais de 87%, em Curitiba; 94%, em Florianópolis e 86%, em Porto Alegre; 4) na categoria dos não verbos, o processo de mudança se encontra em fase bastante inicial, em Curitiba (5%) e Porto Alegre (7%), e mais avançado em Florianópolis (41%). Os resultados gerais obtidos no interior, por outro lado, apontam 1) altos índices de apagamento em verbos, em todos os municípios – Santa Maria (95%), Caçapava do Sul (89%), Criciúma (97%), Lages (87%), Campo Mourão (90%) e Guarapuava (94%); 2) em contraste com uma baixa frequência em não verbos – 16%, 8%, 22%, 6%, 3% e 11%, respectivamente; 3) a aproximante retroflexa e o tepe foram as realizações fonéticas mais frequentes em verbos e não verbos.

Palavras-chave: Rótico; Coda silábica final; ALiB; Sociolinguística; Região Sul.

Abstract

This paper aims to study the process of rhotic variation in final syllabic coda, in three state capitals in the South of Brazil – Porto Alegre, Florianópolis and Curitiba – and six cities located in the interior of these States: Santa Maria, Caçapava do Sul, Lages, Criciúma, Guarapuava and Campo Mourão. The goals are the following: 1) to analyze the variable realization of /r/ in final syllabic coda; 2) to examine the role of linguistic and social factors constraining variation. In order to achieve the established goals, the theoretical-methodological apparatus of Labovian Quantitative Sociolinguistics (LABOV, 1994) was used. The data have been collected from the ALiB Project (spontaneous speech), recorded as audio files in the early 2000s. Eight participants from the capitals (four graduated and four with lower educational background) and four (with lower educational levels) from each city from the interior have been selected for the analysis. The general results, referring to the capitals, show that 1) the largest percentage of deletion takes place in Florianópolis; 2) the tap prevails in verbs in the three cities, and the same variant dominates in Curitiba and in Porto Alegre in non-verbal classes, while in Florianópolis the velar fricative prevails such classes; 3) the rhotic deletion is semi-categorical in verbs, reaching 87% in Curitiba, 94% in Florianópolis, and 86% in Porto Alegre; 4) as for the non-verbal categories, the rhotic deletion is still a process of change in a very early stage; in Curitiba (5%), in Porto Alegre (7%) and in Florianópolis (41%). On the other hand, the general results obtained in the interior cities indicate 1) high deletion rates in verbs in all of them – Santa Maria (95%), Caçapava do Sul (89%), Criciúma (97%), Lages (87%), Campo Mourão (90%) and Guarapuava (94%); 2) in contrast to a low frequency in non-verbs – 16%, 8%, 22%, 6%, 3% and 11%, respectively; 3) the retroflex approximant and the tap were the most used realizations in verbs and non-verbs.

Keywords: Rhotic; Final syllabic coda; ALiB; Sociolinguistics; South region.

Introdução

Os róticos são conhecidos por sua considerável variabilidade entre as línguas do mundo, constituindo-se como o fonema com o maior número de realizações fonéticas (CALLOU, 2009: 136). No português, suas múltiplas realizações no contexto de coda silábica final recobrem as articulações *vibrantes alveolares* (múltipla, simples e retroflexa), *vibrante uvular*, *fricativa velar*, *fricativa laríngea*, até a sua não realização, isto é, o *zero fonético*. Essa pluralidade pode ser interpretada como vestígio de um processo de enfraquecimento articulatorio, que leva, em seu último estágio, ao cancelamento do segmento ($r \rightarrow R \rightarrow x \rightarrow h \rightarrow \emptyset$), como postula Callou (1987) em sua tese de doutorado. Sua excentricidade, por assim dizer, transformou a classe de sons em candidata natural a foco para o qual convergem pesquisas linguísticas brasileiras, sendo os róticos um objeto de grande interesse para os estudiosos da variação linguística (CALLOU, 1987; MONGUILHOTT, 1997, 2007; CALLOU, LEITE & MORAES, 2002; ABAURRE & SANDALO, 2003; BRANDÃO, MOTA & CUNHA, 2003; HORA & MONARETTO, 2003; BRESCANCINI & MONARETTO, 2008; MONARETTO, 1997, 2000, 2002, 2009; SILVEIRA, 2010; SERRA & CALLOU, 2013, 2015; CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015; BRANDÃO, PESSANHA, PONTES & CORREA, 2017; BRANDÃO & de PAULA, 2018; BRANDÃO, neste volume, entre muitos outros).

Percebemos, então, que há uma variedade de sons de *R* que desafia os estudos linguísticos, os quais tentam, de alguma forma, compreendê-los como um grupo, uma classe, malgrado não haver sempre coincidência acústica/articulatória entre todos os membros da classe (v. BRANDÃO, neste volume). Dessa forma, a partir das gravações pertencentes ao projeto Atlas Linguístico do Brasil⁶ (CARDOSO, 2003 – Documentos 4), este artigo propõe uma observação da variabilidade de produção do segmento em questão, em contexto de coda silábica final, em verbos e não verbos, como mostram os Exemplos (1) e (2), a seguir, a partir dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista Laboviana (LABOV, 1994). Esse modelo teórico-metodológico visa a aliar a observação do comportamento estrutural da língua aos aspectos sociais, os quais interferem na variação e na mudança linguística.

(1) Posso te**R** comido, mas não sei, não. (Informante 5, Curitiba)

(2) Quer dizer, flo**R** é diferente de planta, né? (Informante 2, Florianópolis)

Embora a produção dos róticos seja um tema já bastante investigado, o presente artigo propõe um *mapeamento atual* da sua pronúncia na região Sul do Brasil, utilizando dados das três capitais – Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba – e de seis diferentes localidades interiores – Santa Maria e Caçapava do Sul (RS), Criciúma e Lages (SC), Campo Mourão e Guaruapuava (PR). Quanto às capitais, pretendemos realizar uma análise complementar relativamente à distribuição dos dados já apresentados nas cartas F04 C 1, F04 C 2, F04 C 3, F04 C 4 do

⁶ <https://alib.ufba.br/>

segundo volume do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al*, 2014), que toma como base fundamentalmente as respostas monovocabulares às perguntas do Questionário Fonético-Fonológico⁷. Lá, não é realizada estritamente análise variacionista, na esteira da Sociolinguística Laboviana; a abordagem é Geolinguística. Nosso estudo reúne uma quantidade grande de dados, em contextos maiores de produção de fala, pois que foram recolhidos do Discurso Semi-dirigido (Entrevistas informais com tema previamente estabelecido) e de partes de conversação espontânea dentro/entre dos questionários. Complementamos então a análise com dados dos municípios do interior dos estados do Sul (localidades bem afastadas das capitais) ainda não analisados quanto à pronúncia dos róticos, contribuindo, assim, para o avanço da descrição do comportamento linguístico de falantes oriundos dos interiores que compõem a rede de pontos do Projeto ALiB.

As gravações realizadas nas capitais foram realizadas tanto com indivíduos com menor grau de escolarização (alfabetizados tendo cursado até no máximo o atual 7º ano do ensino fundamental) quanto com aqueles com maior grau de escolarização (ensino superior completo); por outro lado, para os falares do interior, só há gravações de informantes com menor grau de escolarização, pela dificuldade de se encontrar nessas localidades falantes com ensino superior completo. Além dos dois níveis de escolaridade, o *corpus* do Projeto já foi construído levando-se em conta a estratificação das amostras por sexo dos informantes (homens e mulheres) e duas faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos).

O enfraquecimento do rótico e o avanço do apagamento estão diretamente relacionados a questões acústicas/articulatórias de produção (contraparte linguística) e sua distribuição regional (contraparte social): os maiores percentuais de manutenção do segmento em coda final ocorrem preferencialmente nos dialetos em que a consoante se realiza como vibrante áptico-alveolar, e o apagamento, nos dialetos que possuem realizações mais posteriorizadas e fricativas (v. cartas F04 C1, F04 C2, F04 C3, F04 C4, CARDOSO *et al*, 2014). Estudos sobre o rótico na região Sul têm demonstrado que a consoante mantém ainda seu caráter vibrante, e a realização predominante é um tepe alveolar (CALLOU, LEITE & MORAES, 2002; MONARETTO, 1997; BRESCANCINI & MONARETTO, 2008; SANTANA, 2017; OLIVEIRA, 2018), embora haja bastante variação entre as diversas localidades que compõem a região. A respeito do fenômeno de apagamento do rótico, estudos recentes mostram que, nas cidades da região Sul, esse processo ocorre em uma escala muito inferior em relação às outras regiões do Brasil. Monaretto (2000), por exemplo, investiga o comportamento do *R* nas capitais da região Sul, e como resultado encontra um percentual de apagamento de apenas 40%, no geral, sendo a classe morfológica dos verbos e a posição pós-vocálica final os maiores condicionadores do processo.

⁷ Os inquéritos do Projeto ALiB são constituídos por diversos questionários. Há os direcionados para aspectos fonético-fonológicos, semântico-lexicais e morfossintáticos. Acrescentam-se questões de pragmática, temas para discursos semidirigidos com relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal, perguntas de metalinguística e um texto para leitura.

Dessa maneira, por apresentarem ainda índices consideráveis de realização do segmento, principalmente entre os não verbos, a região Sul é ideal para a verificação da atuação das variáveis que estariam envolvidas na aplicação da regra variável de cancelamento, bem como para a observação do estágio num possível processo de mudança linguística que desemboca no zero fonético em coda silábica.

O objetivo principal do presente artigo é, portanto, propor uma análise da realização variável dos róticos em coda final na região Sul, contribuindo, assim, com o que já tem sido feito no âmbito do projeto ALiB. Os objetivos específicos são os seguintes: i) investigação da atual frequência de uso de consoantes fricativas e da evolução do processo de apagamento do rótico, visto que, em trabalhos anteriores, a norma de pronúncia apontada para esta região é o tepe; (ii) observação das variáveis linguísticas e sociais que poderiam explicar a escolha pelos tipos de realização do rótico, de acordo com o método de análise sociolinguística; (iii) comparação dos resultados encontrados do comportamento linguístico de indivíduos de regiões interioranas com os das capitais.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2, a seguir, apresenta-se uma breve contextualização político-geográfica das localidades investigadas. Em seguida (seção 3), há a apresentação dos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança que serviram de fundamento para esta pesquisa, além da descrição dos passos metodológicos seguidos, apresentação das variáveis testadas e das hipóteses para cada uma delas. Nas seções 4 e 5, trazemos os resultados e as discussões, a partir da análise variacionista desenvolvida com o auxílio do pacote de programas *GoldVarb X* (SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005). Por fim, encontram-se as considerações finais, as quais apresentam uma síntese das principais conclusões a que chegamos e das contribuições que pretendemos dar ao campo de estudo dos fenômenos variáveis no português.

Breve apresentação das localidades

O Projeto do *Atlas Linguístico do Brasil* iniciou suas atividades de recolha de *corpora* nos últimos anos do século XX, contando com o auxílio de grupos de trabalho por todo o Brasil, liderados pelas professoras Suzana Cardoso (*in memoriam*) e Jacyra Mota (UFBA). Como outros atlas atuais, contempla fatores diatópicos, parâmetros diagenérico, diageracional, diastrático, diafásico e diarreferencial, e reúne informações linguísticas cartográficas, estudos e comentários das cartas, além de oferecer acesso aos dados vivos. Ao total, o *corpus* do ALiB está constituído por dados de 250 localidades e de 1100 informantes, distribuídos pelas cinco regiões do Brasil.

Neste artigo, nos restringimos à análise de nove pontos localizados na Região Sul, a qual, como se sabe, é formada por três estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na região, o Índice de Desenvolvimento Humano (doravante, IDH) é o mais alto do país. As

localidades que forneceram os dados para a nossa análise se encontram distribuídas ao longo dessa amacrorregião, que pode ser conferida por meio do Mapa 1, abaixo.



Mapa 1: Mapa da região sul do Brasil. Fonte: CARDOSO *et al.*, 2014

Os municípios investigados correspondem a números da rede de pontos do ALiB: Porto Alegre 243, Caçapava do Sul 246, Santa Maria 242, Florianópolis 230, Lages 231, Criciúma 233, Curitiba 220, Guarapuava 218, Campo Mourão 212. A seguir, serão apresentadas informações coletadas no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e nas páginas oficiais das prefeituras de cada cidade.

No Rio Grande do Sul, são foco da nossa análise dados dos informantes das cidades de Porto Alegre, Caçapava do Sul e Santa Maria. Na capital, quanto à escolarização, a taxa de conclusão do ensino fundamental (idade entre 15 e 17 anos) foi de 58%, nos anos 2000, e a de conclusão do ensino médio, considerando a faixa etária de 18 a 24 anos, foi de 51%. Já em Caçapava do Sul, em termos educacionais, segundo os resultados gerais do Censo Demográfico de 2010, dos 26.639 habitantes contabilizados, 17.056 não possuem nenhuma instrução ou possuem só o ensino fundamental incompleto; 5.141 possuem ensino fundamental completo; 5.411 concluíram o ensino médio; e apenas 1.955 possuem um curso superior completo. A taxa de escolarização dos indivíduos entre 6 e 14 anos é de 99%. Santa Maria, uma cidade universitária que acolhe a Universidade Federal de Santa Maria, apresentava em 2014 um Produto Interno Bruto (Doravante PIB) *per capita* de 9.926,72 e um IDH de 0,784. No que diz respeito à educação, de acordo com o censo demográfico de 2010, a taxa de escolarização de indivíduos entre 6 a 14 anos de idade era de 98,1%. Dentre os 229.504 recenseados, 85.798 não possuem instrução formal ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto; 42.134 possuem ensino fundamental completo; 67.880 completaram o ensino médio; e 32.994 são formados em algum

curso superior.

A cidade de Caçapava do Sul – uma das mais antigas do Rio Grande do Sul – pertence ao Sudeste Rio-grandense e está localizada a 260 km da capital do estado, enquanto Santa Maria está localizada na Zona da Campanha e se encontra a uma distância de 290 km de Porto Alegre.

Em Santa Catarina, analisaremos dados de informantes dos municípios de Lages, Criciúma e Florianópolis. O primeiro está localizado na região serrana do estado, a 224 km da capital, e o segundo, no extremo sul catarinense, a 200 km de Florianópolis. Em extensão territorial, Lages, com 2.631,504 km², é o maior município de Santa Catarina, enquanto Criciúma está restringido a uma área de 190,97 km².

Na capital Florianópolis, o IDH é de 0,8, o que expressa um resultado mais elevado do que a média do estado e igualmente maior que a média do país. A taxa de conclusão do ensino fundamental (15 a 17 anos), nos anos 2000, foi de 60% e o percentual de conclusão do ensino médio (18 a 24 anos), no mesmo ano de referência, foi de 54%. Lages, segundo o IBGE, no ano de 2010, contava com uma população de 156.727 habitantes com um IDH de 0,770 e um PIB *per capita* de 26.792,76. Com relação à educação, os dados do Censo Demográfico de 2010 apontam que, dos 134.278 recenseados, 59.675 habitantes de Lages não possuem nenhuma instrução ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto; 26.228 possuem ensino fundamental completo; 33.123, ensino médio completo; e somente 14.220 possuem formação em curso superior. A taxa de escolarização de indivíduos entre 6 e 14 anos é de 97,3%. Enquanto Criciúma, segundo dados do *Atlas do Brasil* de 2013, está entre os cem municípios com melhor IDH no Brasil – calculado em 0,788 e, de acordo com os números do IBGE, possui um PIB *per capita* de 31.665,76. Com relação ao nível de instrução da população, segundo o Censo Demográfico de 2010, dentre os 167.414 recenseados, 68.427 se encaixam na categoria sem instrução ou fundamental incompleto; 34.070 possuem o ensino fundamental completo e o médio incompleto; 44.477 possuem o médio completo; e apenas 19.512 pessoas possuem um curso superior completo. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,5%.

Por fim, com relação ao estado do Paraná, analisaremos dados de informantes nascidos em Curitiba, Guarapuava e Campo Mourão. Com relação aos municípios de Campo Mourão e Guarapuava, aquele faz parte do Centro Ocidental Paranaense e está localizado a uma distância de 477 km da capital, enquanto este está localizado no Centro-Sul Paranaense, a uma distância de Curitiba de 252 km.

Quanto à capital, Curitiba, o IDH, que mede a qualidade de vida pautada nos pilares da educação, da longevidade e da renda, é de 0,8, maior que a média do Paraná e que a do Brasil. A taxa de conclusão do ensino fundamental, concluintes com idade entre 15 e 17 anos, nos anos 2000, foi de 69% e a taxa de conclusão do ensino médio, concluintes com idade entre 18 e 24 anos, no mesmo período foi de 50%. Já Guarapuava, segundo o IBGE, contava com uma população de 167.328 habitantes em 2010, com uma estimativa de 180.364 para 2017. Com relação

à educação, apresentou uma taxa de escolarização de indivíduos de 6 a 14 anos de 97,1%. De acordo com o Censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, dos 94.238 habitantes contabilizados, 50.092 não possuem nenhuma instrução formal ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto; 13.840 possuem apenas o ensino fundamental completo; 19.515 concluíram o ensino médio; e 10.655 têm formação universitária. Por fim, Campo Mourão, segundo os dados do IBGE, apresentou um PIB *per capita* de 30.734,6 em 2014 e um IDH de 0,757 em 2010. Sua população em 2010 era de 87.194 habitantes, com uma estimativa de 94.153 para o ano de 2017. Em termos educacionais, possuía uma taxa de escolarização de 6 e 14 anos de 98,2% em 2010. Dos 52.177 habitantes recenseados, 24.878 não possuem instrução ou possuem o ensino fundamental incompleto; 7.888 possuem ensino fundamental completo; 12.157 concluíram o ensino médio; e 7.236 têm curso superior completo.

Aparato teórico-metodológico

A pesquisa segue os passos metodológicos e os pressupostos teóricos da Sociolinguística Quantitativa Laboviana (LABOV, 1994, 2001), que está relacionada a um modelo de estudo da mudança linguística que considera a língua como um organismo heterogêneo, frequentemente submetido a restrições tanto gramaticais quanto sociais para o seu funcionamento. Weinreich *et alii* (1968, p. 102) já haviam lançado uma proposta concreta de fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. A chamada Teoria da Variação e Mudança (doravante TVM) surge com o objetivo de descrever a variação e a mudança linguística dentro de uma comunidade de fala, fazendo uso de um método quantitativo de análise de dados. A TVM se propôs não só a romper com correntes anteriores as quais pensavam a língua como uma estrutura homogênea como também a investigar o funcionamento do sistema a partir de sua heterogeneidade, que ocorre de forma ordenada e sistemática, segundo restrições linguísticas e sociais.

Na busca de elucidar o estágio em que se encontra o processo de variabilidade de pronúncia/cancelamento do rótico, o encaixamento da regra variável na estrutura linguística e na estrutura social e a atuação de estímulos e restrições para a difusão desse processo, faremos uso da análise estatística dos dados com recurso ao pacote de programas *GoldVarb X* (SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005). A identificação de oitiva dos tipos de realização do rótico é auxiliada pela análise acústica, realizada no programa PRAAT (BOERSMA & WEENINK, 2015).

Com base em trabalhos anteriores, testaremos a influência de variáveis linguísticas e extralinguísticas que atuam no processo do apagamento variável do rótico nas diferentes comunidades linguísticas escolhidas. Realizaremos um estudo em tempo aparente com falantes de duas faixas etárias diferentes, visto que todas as entrevistas aqui analisadas foram gravadas no mesmo período de tempo, nos anos 2000. A seguir, apresenta-se uma descrição detalhada dos passos metodológicos da pesquisa, assim como do *corpus* utilizado.

Em cada uma das nove localidades selecionadas por nós foram inquiridos quatro informantes – exceto nas capitais, onde foram inquiridos oito informantes, que se caracterizam pelo seguinte perfil: mulher da faixa etária 1 (18-30 anos), homem da faixa etária 1, mulher da faixa etária 3 (50-65 anos) e homem da faixa etária 3. Assim, nas capitais, selecionamos o total de 24 entrevistas, 12 com indivíduos com ensino superior completo e 12 com indivíduos com até o 7º ano do fundamental (oito para cada um dos 3 pontos) e, nas localidades do interior, selecionamos também 24 entrevistas – quatro para cada um dos 6 pontos, todos os falantes com grau menor de escolarização. Para as cidades do interior, realizamos a transcrição grafemática dos inquiridos e, para as capitais, já pudemos contar com as transcrições que haviam sido realizadas para a feitura das cartas do Atlas.

Já com os arquivos de texto prontos, foram selecionados/destacados os vocábulos com a presença do rótico em posição de coda final. Em seguida, as entrevistas foram ouvidas, com o acompanhamento da transcrição, e as ocorrências do segmento em questão foram codificadas. A princípio, era sinalizada a presença (h) ou ausência (0) do segmento e, caso houvesse realização, era inserido também um símbolo específico para cada variante empregada. Ainda que tenha sido realizada a transcrição da entrevista na íntegra, para a coleta de dados, só foram considerados os trechos mais contínuos de fala, sendo descartados os dados referentes a respostas monovocabulares das perguntas dos questionários. Além desses casos, também não se considerou a parte da gravação referente à leitura de um texto, visto que nosso objetivo é a análise da fala mais espontânea possível.

Levando em conta a importância da variável linguística *classe morfológica* do vocábulo portador do rótico para a atuação do cancelamento, optamos, então, por codificar e analisar separadamente os dados de verbos e não verbos, com o objetivo de obter uma visão mais clara da distribuição do processo de apagamento. Seguindo a metodologia de pesquisa variacionista (LABOV, 1962, 1994), a etapa seguinte consistiu na codificação do total de 9.628 dados – sendo 7.701 em formas verbais e 1.927 em formas não verbais, a partir das 48 entrevistas. Ao separar os dados por localidades, nas capitais, foram coletados 6.529 dados de *R* em coda final, sendo 5.282 dados de formas verbais e 1.247 dados em não verbos; já nas localidades do interior, houve 3.099 no total, sendo 2.419 em formas verbais e 680 em formas não verbais.

Posteriormente, os arquivos gerados pela codificação das variáveis foram submetidos ao pacote de programas *GoldVarb X* (SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005). A última etapa consistiu na análise e interpretação dos resultados obtidos nas rodadas estatísticas. A seguir, serão apresentadas brevemente as variáveis dependentes e as independentes – linguísticas e sociais – testadas na análise, a partir das hipóteses estabelecidas para a influência de cada uma delas na aplicação da regra variável de cancelamento do rótico.

A variável dependente binária constitui-se de duas variantes: apagamento ou realização do *R*, não importando o tipo de realização, pois não há oposição de sentido a depender da rea-

lização do *R* na posição silábica aqui analisada – a coda. Apesar disso, foi feita a identificação das formas variantes do rótico entre os dados: vibrante múltipla, tepe, aproximante (retroflexa), fricativa velar, fricativa uvular, fricativa glotal (aspirada) ou zero fonético. Como se sabe, em posição de coda silábica final, a oposição distintiva existente entre os róticos, produtiva apenas em posição intervocálica – /R/ forte vs /r/ fraco, é desfeita.

Quanto às variáveis independentes, apresentamos primeiramente as linguísticas:

a) Classe morfológica – verbos (*colocar*)/ não verbos (*senhor, maior, melhor*)

Pesquisas anteriores sobre o comportamento do rótico em coda silábica final têm demonstrado que os índices de apagamento em formas verbais são sempre superiores aos índices de apagamento em não verbos, independentemente da localidade estudada (CALLOU, LEITE & MORAES, 2002; MONARETTO, 1997; HORA & MONARETTO, 2003). O cancelamento é favorecido na classe dos verbos, pois neles o rótico é uma marca morfológica redundante para indicar o infinitivo/subjuntivo verbal, concorrendo com a marca prosódica do acento de palavra e perdendo para ela. Por conta desses resultados, pesquisas recentes têm optado por separar os dados em dois grandes grupos e realizar análises separadas do comportamento do *R* em cada um deles.

b) Dimensão do vocábulo – monossílabos (*ter*)/ palavras de duas sílabas ou mais (*arrumar*)

Essa variável faz referência à importância do tamanho do vocábulo para a aplicação da regra de apagamento do *R*. A partir da hipótese da saliência fônica, busca-se verificar se, em vocábulos menores, nos quais o rótico apresenta maior saliência fônica, há maior probabilidade de preservação do segmento. Trata-se de um grupo de fatores frequentemente apontado nos estudos como relevante para o fenômeno aqui estudado e a hipótese mencionada acima já foi confirmada em diversos trabalhos.

c) Contexto fonético antecedente (qualidade da vogal) – [i] (*ir*) / [e] (*vencer*) / [ɛ] (*mulher*) / [a] (*trabalhar*) / [ɔ] (*maior*) / [o] (*matador*) / [u] (*abajur*)

Investigamos a influência da vogal que antecede o *R* na aplicação do processo de cancelamento do segmento. Para isso, consideramos individualmente as sete vogais orais do português, a fim de capturar generalizações quanto aos traços de arredondamento (labial), altura (no eixo vertical) e de ponto de articulação das vogais (no eixo vertical) e sua interferência para a realização ou apagamento do rótico. Os resultados de Callou (1987) e Brandão, Mota & Cunha (2003) apontam que a presença de vogais com traço [+arred] (ɔ, o, u) aumenta a probabilidade de realização do segmento, enquanto vogais de traço [-arred] (a, ɛ, e, i) estimulariam o seu cancelamento. Levando em conta que as realizações mais frequentes do rótico no Sul são as ápico-alveolares, poderíamos pensar que a semelhança articulatória com as vogais a, ɛ, e, i, também produzidas na parte mais anterior do trato bucal e sem protusão labial, propiciaria o

cancelamento do *R*.

d) Contexto subsequente

Consoante: “Oh senhor, o **senhor** derrubou alguma coisa aí.” (Santa Maria, informante 3)

Vogal: “O **mar** aqui né, a água azul.” (Guarapuava, informante 4)

Pausa: “Tu vai sair em algum **lugar**?” (Criciúma, informante 3)

Nosso objetivo é o de analisar se o contexto imediatamente subsequente ao *R* influenciaria de alguma forma seu comportamento. Seguindo Serra & Callou (2013, 2015), formula-se a hipótese de que diante de pausa o cancelamento do *R* ocorre com menor frequência. A presença da pausa exerce influência no processo de apagamento (como um inibidor), pois possui relação direta com o tipo de fronteira prosódica em que o elemento está inserido. Essa relação se deve ao fato de a pausa ser a principal pista, tanto na produção quanto na percepção, do limite de um sintagma entoacional (IP) (SERRA, 2009, 2010), contexto que inibiria a aplicação de processos segmentais. Quando seguido de vogal, existe a possibilidade de o *R*, em coda final, sofrer ressilabificação, passando a constituir o ataque da sílaba seguinte. Dessa forma, o apagamento do rótico seria favorecido por uma consoante em contexto subsequente.

Quanto às variáveis extralinguísticas, são elas:

a) Sexo do informante – feminino/ masculino

Esta variável é um importante objeto de estudo de pesquisas sociolinguísticas. Isso ocorre, pois, do ponto de vista social, homens e mulheres assumem papéis diferentes, o que os leva a interagir de maneira distinta em cada situação comunicativa. Segundo Labov (1972), existiria uma postura expressiva mais apropriada para cada um dos sexos e, em geral, as mulheres se adaptam com mais facilidade às mudanças linguísticas do que os homens, o que as colocaria muitas vezes uma geração à frente. Callou (1987) mostra, com base na pesquisa de outros autores, que a fala das mulheres apresenta algumas vezes traços arcaizantes e outras vezes traços inovadores.

b) Idade do informante – faixa etária 1/ faixa etária 2

Com essa variável, buscamos verificar se a faixa etária influenciaria na atuação do fenômeno de apagamento do rótico, visto que, em trabalhos anteriores, já é atestado que as mudanças linguísticas não são abruptas e, geralmente, tendem a começar na fala dos indivíduos mais jovens. Dessa forma, parte-se da hipótese de que os informantes da geração mais jovem – de 18 a 30 anos (faixa1) – apresentam um comportamento linguístico mais inovador, enquanto os mais velhos – entre 50 a 65 anos (faixa 2) – tendem a ser mais conservadores, preservando com mais frequência o segmento⁸.

⁸ O *corpus* do ALiB não apresenta uma faixa etária intermediária que englobe os falantes entre 30 e 50 anos.

c) Área geográfica do informante – Florianópolis (SC)/ Criciúma (SC)/ Lages (SC)/ Porto Alegre (RS)/ Caçapava do Sul (RS)/ Santa Maria (RS)/ Curitiba (PR)/ Guarapuava (PR)/ Campo Mourão (PR)

Analisando as diferentes pesquisas sobre a variabilidade do rótico em posição de coda silábica, fica evidente que o fenômeno se comporta de forma diferente a depender da localidade. Através dessa variável, seremos capazes de responder se o *R* segue o mesmo comportamento em todos os estados da região Sul e, até mesmo, se existe diferença entre dois municípios do mesmo estado.

d) Escolaridade – nível fundamental / nível superior

Esta variável identifica o falante em mais escolarizado ou menos escolarizado. O grau de instrução do falante pode interferir no uso de determinada forma linguística variante; assim, formas estigmatizadas e/ou aquelas que são alvo do ensino escolar poderão surgir ou não na fala do indivíduo a depender de sua escolarização.

Na sequência desta breve apresentação das etapas metodológicas do estudo, passamos à análise e discussão dos resultados.

Resultados para as capitais

No total, foram coletados 6.529 dados de *R* em posição de coda silábica final nas capitais da Região Sul do Brasil – 5.282, em formas verbais; e 1.247, em formas não verbais. Entre os verbos, o percentual geral de apagamento, contemplando as três capitais, foi de 89%, enquanto entre os não verbos, o índice foi de apenas 19% (Gráficos 1 e 2). Embora o percentual de apagamento entre os não verbos seja baixo, podemos antever o início do processo de mudança, se temos em mente que o cancelamento em verbos já é quase categórico e que em outras regiões do país, como no Nordeste e no Sudeste, o cancelamento atinge praticamente indistintamente todas as classes morfológicas (v. cartas F04 C1, F04 C2, F04 C3 e F04 C4 em CARDOSO *et al*, 2014; CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015, entre outros).

Quando comparamos nossos resultados a resultados anteriores sobre o fenômeno na região Sul, vemos que, entre os não verbos, há índices maiores de cancelamento do rótico atualmente. Por exemplo, nos resultados encontrados por Serra & Callou (2013), considerando amostras de indivíduos cultos (Projeto NURC) e restritos, no Sul, à capital gaúcha, houve realização categórica, ou seja, não houve apagamento entre não verbos, na década de 70, e apagamento de apenas 1%, na década de 90. Atualmente, o cancelamento avança entre os não verbos.



Gráfico 1: Distribuição de apagamento do *R* em coda final de verbos na Região Sul (capitais)



Gráfico 2: Distribuição de apagamento do *R* em coda final de não verbos na Região Sul (capitais)

Distribuição das variantes

Os 11% de realização em verbos correspondem a um total de apenas 563 dados de *R* em coda final, distribuídos da seguinte forma: 359 dados de tepe – confirmando resultados de estudos anteriores (MONARETTO 1997, 2000 e 2002) que afirmam ser o r-fraco (tepe) a variante predominante no Sul do Brasil, quando em posição pós-vocálica; 45 dados de aproximante retroflexa, 79 dados de fricativa glotal (aspirada), 62 dados de fricativa velar e 17 dados de vibrante múltipla (Gráfico 3). Foi identificado, nesse universo, um único caso de uvular, cujo percentual era ínfimo e inexpressivo, de forma que o desconsideramos na representação gráfica.

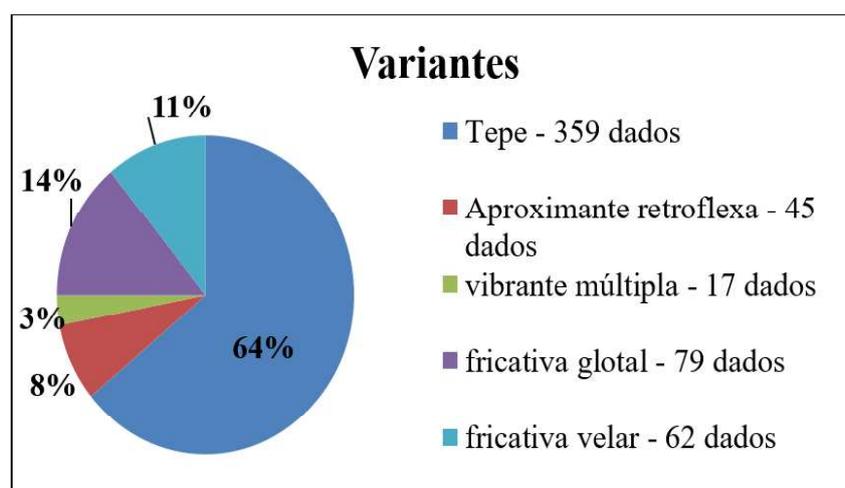


Gráfico 3: Realizações do *R* em verbos na Região Sul (capitais)

Como vimos, entre os não verbos, foi encontrado um índice de realização de 81%, referente a um total de 1.006 dados de *R*. A distribuição das variantes se deu da seguinte forma: 161 dados de aproximante retroflexa, 429 dados de tepe, 200 dados de fricativa velar, 131 dados de fricativa glotal (aspirada) e 85 dados de vibrante múltipla (Gráfico 4). Entre os não verbos, há maior equilíbrio entre as variantes. Nenhuma delas alcança metade dos dados, diferentemente do que pudemos observar no Gráfico 3, que mostra a variante tepe correspondendo a 64% do total de dados, valor bem mais elevado do que a segunda forma variante de maior manifestação

(14% de fricativa glotal), por exemplo.

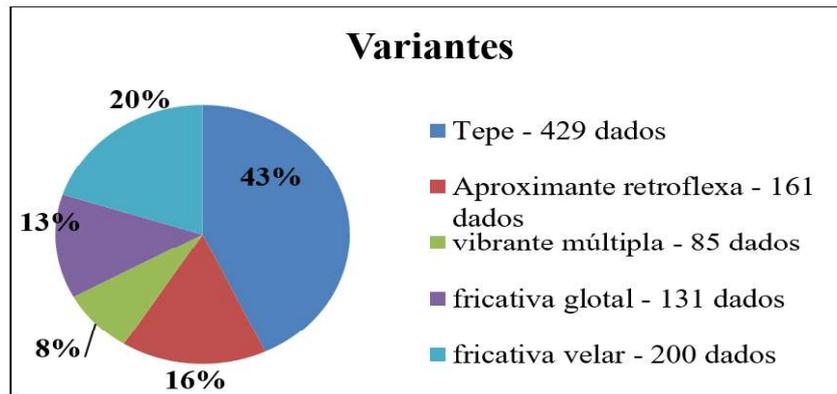


Gráfico 4: Realizações do R em não verbos na Região Sul (capitais)

Na capital do Rio Grande do Sul, há um predomínio de tepe nas categorias de verbos e não verbos (60% e 59%, respectivamente); em Curitiba (PR), assim como em POA, também foi identificada uma preferência pela variante tepe – 75% em verbos e 49% em não verbos –, ainda que o percentual de uso da aproximante retroflexa, em formas não verbais, tenha sido bastante elevado (33%), se comparado com as demais capitais. Por último, em Florianópolis (SC), enquanto o tepe foi a variante mais adotada para os verbos (48%) – a fricativa velar aparece logo em seguida, com um índice de 42%; em não verbos, há um predomínio da variante fricativa velar (69%) (Tabela 1).

Cidade	Verbos/variante preferida	Não verbos/variante preferida
Porto Alegre (RS)	Tepe(60%)	Tepe (59%)
Florianópolis (SC)	Tepe (48%)	Fricativa velar (69%)
Curitiba (PR)	Tepe(75%)	Tepe (49%)

Tabela 1: Variantes do R predominantes, em verbos e não verbos, nas capitais da região Sul

Distribuição do apagamento

A localidade de origem do falante foi selecionada como primeiro fator relevante para a aplicação da regra de cancelamento, na rodada estatística dos não verbos, e como o segundo fator mais relevante, atrás apenas do tipo de vogal antecedente, na rodada dos verbos. Por esse motivo, optou-se pela realização de rodadas individuais para cada capital, com o objetivo de verificar os principais fatores que atuam no processo de cancelamento do rótico nas localidades. A seguir, são apresentados os percentuais de apagamento em cada localidade (Gráfico 5).

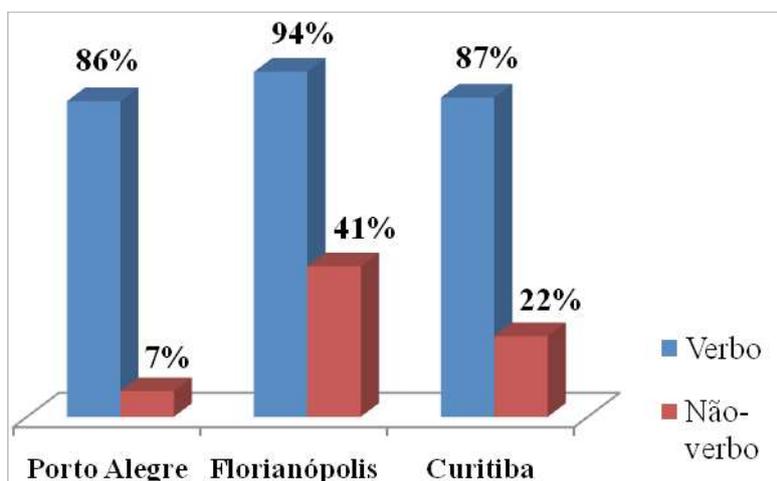


Gráfico 5: Distribuição de apagamento do R nas capitais da Região Sul

A partir da leitura do Gráfico 5, percebemos que Florianópolis é a capital da Região Sul que mais aplica a regra de apagamento do rótico em posição pós-vocálica seja em verbos, como mencionou Monaretto (2000), seja em não verbos, como aponta este estudo. Nesta categoria, inclusive, verificamos um percentual bastante superior (41% de apagamento) em relação às outras capitais – Curitiba (5%) e Porto Alegre (7%).

Como visto anteriormente, as capitais se diferenciam também quanto ao tipo de variante mais utilizada, quando o rótico é realizado. Em Curitiba e em Porto Alegre, tanto na categoria de verbos quanto na de não verbos, a prevalência é de tepe. E, em Florianópolis, a vibrante ocorre com maior frequência (48%) entre os verbos, apesar da concorrência da fricativa velar (42%), que sobressai entre os não verbos para a capital catarinense (69%). Monaretto (2002) sugere que o recuo da articulação do R, passando de anterior para posterior, ocorre de modo mais marcante em Florianópolis devido à condição de sua colonização açoriana. Curitiba e Porto Alegre receberam imigração de alemães e italianos, além de sofrerem interferência do idioma espanhol, através do contato linguístico em suas fronteiras, o que retardaria o processo de mudança. A autora menciona que a vibrante alveolar cede espaço à fricativa velar em contexto pré-vocálico e que o tepe diminui em relação proporcional ao aumento progressivo do zero fonético em contexto pós-vocálico, como também atestam nossos resultados de Florianópolis.

Para os verbos, cinco foram as variáveis (vogal antecedente, contexto subsequente, escolaridade, faixa etária e dimensão do vocábulo) que se mostraram relevantes para a aplicação do processo de cancelamento do rótico, nas três capitais, em diferentes ordens de seleção. Neste artigo, privilegiaremos, então, a apresentação dos grupos de fatores coincidentes na seleção das rodadas individuais; não sendo incluídas as variáveis selecionadas para apenas uma das capitais⁹. Nas tabelas que se seguem, há a indicação da ordem de seleção de cada variável, em cada uma das capitais, bem como o *input* de cada rodada.

⁹ Para um panorama geral dos resultados, consultar Santana (2017) e Oliveira (2018).

A qualidade da vogal que antecede o rótico se mostrou um fator relevante nos resultados das três cidades analisadas: a vogal posterior [o] favoreceu a realização do segmento, enquanto diante das demais vogais, os percentuais de apagamento foram mais elevados (Exemplo 3, a seguir). Os pesos relativos para o apagamento diante da vogal [o] foram .04, em Porto Alegre, e .02, em Florianópolis, já em Curitiba, ocorreu a realização categórica do R após essa vogal (Tabela 2).

Cidade		i	e	ɛ	a	ɔ	o	u
Porto Alegre <i>Input .87</i>	2 ¹⁰	80% .36	89% .56	90% .78	88% .46	-	58% .04	-
Florianópolis <i>Input .98</i>	2 ^o	96% .59	94% .52	96% .23	95% .54	-	63% .02	-
Curitiba <i>Input .91</i>	1 ^o	86% .48	.81 .44	87% .57	93% .56	-	0% -	-

Tabela 2: Distribuição de apagamento do R, em verbos, a depender da vogal antecedente, nas capitais da região Sul

(3) “Quando se que Ø saber?” (Informante 2, Florianópolis)

Com relação à segunda variável, contexto subsequente, mais uma vez, as três cidades apresentaram a mesma tendência: a presença de uma pausa após o R pós-vocálico parece favorecer a realização do segmento, enquanto a presença de uma consoante favorece seu cancelamento (Tabela 3 – exemplos 4 e 5)¹⁰. O fato de a pausa funcionar como um inibidor para o processo de apagamento possui relação direta com o tipo de fronteira prosódica em que o R se encontra. A pausa é um fenômeno acústico/prosódico tradicionalmente associado à presença de uma fronteira de Sintagma Entoacional (IP), tanto na fala espontânea quanto na leitura (SERRA, 2009). Essa fronteira funciona como um contexto de resistência à aplicação de processos segmentais, como o sândi vocálico e o próprio apagamento do rótico (TENANI, 2002; SERRA & CALLOU, 2013, 2015).

O trabalho recente de Brandão, Pessanha e Pontes (2017) também aponta a variável contexto subsequente como relevante para a aplicação do processo de cancelamento do rótico. Os autores investigam o fenômeno na variedade africana do Português falada na cidade de São Tomé (República Democrática de São Tomé e Príncipe), também em contexto pós-vocálico, e encontram um índice de apagamento de 44,7%; o tepe apareceu como a variante predominante (52,8%). Assim como no presente trabalho, o rótico foi menos concretizado quando se encontrava diante de uma consoante (P.R. .65) e mais realizado diante de vogal e pausa (P.R. .35 e .36, respectivamente).

¹⁰ Para os dados das capitais, optamos por desconsiderar o contexto de vogal na variável contexto subsequente, visto que foram identificados muitos casos de ressilabificação do rótico em ataque da palavra seguinte.

Cidade		Pausa			Consoante		
Porto Alegre <i>Input .87</i>	1°	212/288	74%	.31	525/592	89%	.59
Florianópolis <i>Input .98</i>	5°	345/385	90%	.29	896/927	97%	.59
Curitiba <i>Input .91</i>	3°	295/364	81%	.32	738/821	90%	.58

Tabela 3: Distribuição de apagamento do *R*, em verbos, a depender do contexto subsequente, nas capitais da região Sul

(4) “Pra que essa coisa possa flui**R**.” (Informante 8, Florianópolis)

(5) “[...] se você quise**O** colocar numa fôrma grande como eu coloquei [...]” (Informante 4, Florianópolis)

A primeira variável social selecionada foi a escolaridade do informante e, uma vez mais, observamos o mesmo comportamento em todas as capitais: os informantes mais escolarizados favorecem mais a preservação do *R* do que os informantes com menor grau de escolarização, que favorecem mais o cancelamento (Tabela 4). Esse resultado reforça a hipótese, já levantada na literatura (CALLOU, 1987; CALLOU & SERRA, 2012), do fenômeno de cancelamento do rótico se tratar de uma mudança de baixo para cima, ou seja, iniciada nas camadas mais populares da sociedade e propagando-se, pouco a pouco, para todos os níveis sociais.

Cidade		Menos escolarizados			Mais escolarizados		
Porto Alegre <i>Input.87</i>	5°	660/754	87%	.56	527/632	83%	.42
Florianópolis <i>Input .98</i>	3°	937/969	97%	.68	999/1089	92%	.34
Curitiba <i>Input .91</i>	5°	802/891	90%	.61	794/947	84%	.40

Tabela 4: Distribuição de apagamento do *R*, em verbos, a depender da escolaridade do informante, nas capitais da região Sul

Outra variável social apontada como relevante foi a faixa etária do informante: enquanto em Porto Alegre e Curitiba os informantes mais jovens foram os que apresentaram os maiores índices de apagamento, em Florianópolis, ocorreu o contrário, os informantes da faixa 2 cancelaram o *R* com mais frequência (Tabela 5).

Cidade		Faixa 1			Faixa 2		
Porto Alegre <i>Input .87</i>	4°	481/538	89%	.59	706/848	83%	.44
Florianópolis <i>Input .98</i>	4°	589/658	89%	.31	1347/1400	96%	.59
Curitiba <i>Input .91</i>	4°	684/750	91%	.64	912/1088	84%	.40

Tabela 5: Distribuição de apagamento do *R*, em verbos, a depender da faixa etária do informante, nas capitais da região Sul

Com relação à dimensão do vocábulo, a variável foi selecionada apenas para duas capitais (Curitiba e Porto Alegre): o apagamento é desfavorecido em monossílabos e favorecido em palavras com maior número de sílabas (Tabela 6 - Exemplos 6 e 7). Isso, possivelmente, se deve ao fato de o *R* ser mais saliente em vocábulos menores e menos saliente foneticamente em vocábulos com maior número de sílabas, o que levaria mais frequentemente à supressão do segmento nos polissílabos.

Cidade		Monossílabos			2 sílabas ou +		
Porto Alegre <i>Input .87</i>	3°	223/280	80%	.34	964/1106	87%	.54
Curitiba <i>Input .91</i>	2°	236/365	65%	.22	1360/1473	98%	.58

Tabela 6: Distribuição de apagamento do *R*, em verbos, a depender da dimensão do vocábulo, nas capitais da região Sul

(6) “Só se quiser pô**R** coquinho ralado por cima, mas não necessariamente, né [...]” (Informante 2, Porto Alegre)

(7) “[...] pode mandar arrumar, que se depois deixa**Ø**, agrava mais coisa [...]” (Informante 3, Florianópolis)

Para finalizar os resultados relativos aos verbos, o último fator que se mostrou significativo para a aplicação do fenômeno de cancelamento foi o sexo do informante. Essa variável foi selecionada apenas para as cidades de Porto Alegre e Florianópolis, no entanto o resultado de ambas não foi semelhante: os homens apresentaram maior peso relativo para a aplicação do apagamento em Porto Alegre, enquanto em Florianópolis as informantes do sexo feminino favoreceram o cancelamento.

Cidade		Masculino			Feminino		
Porto Alegre <i>Input .87</i>	6°	539/610	88%	.56	648/776	83%	.45
Florianópolis <i>Input .98</i>	1°	775/865	90%	.28	1161/1193	97%	.67

Tabela 7: Distribuição de apagamento do *R*, em verbos, a depender do sexo do informante, nas capitais da região Sul

Partindo para os resultados relativos aos não verbos, a primeira coisa que deve ser comentada é o fato de, na rodada de Curitiba, não ter havido seleção de nenhuma variável como relevante para o processo de cancelamento do rótico, o que, provavelmente, se deve ao fato de o apagamento nesta localidade ter sido de apenas 5%. Por outro lado, nas capitais de Santa Catarina e do Rio grande do Sul, duas variáveis se mostraram significantes: escolaridade do informante e vogal antecedente. Assim como ocorreu com os dados de formas verbais, os informantes mais escolarizados favorecem a preservação do segmento (Tabela 8) e, neste contexto, a presença da vogal posterior aberta [ɔ] favoreceu a realização do segmento em Porto Alegre, enquanto em Florianópolis o menor percentual de apagamento foi encontrado com a vogal anterior [e] (Tabela 9).

Cidade		Menos escolarizados			Mais escolarizados		
Porto Alegre <i>Input .03</i>	1°	21/190	11%	.68	7/217	3%	.34
Florianópolis <i>Input .98</i>	1°	134/242	55%	.67	60/231	26%	.33

Tabela 8: Distribuição de apagamento do *R*, em não verbos, a depender da escolaridade do informante, nas capitais da região Sul

Cidade		e		ɛ		a		ɔ		o	
Porto Alegre <i>Input .03</i>	3°	16%	.72	18%	.84	6%	.55	1%	.16	7%	.59
Florianópolis <i>Input .98</i>	4°	32%	.31	44%	.37	40%	.53	27%	.36	47%	.57

Tabela 9: Distribuição de apagamento do *R*, em não verbos, a depender da vogal antecedente, nas capitais da região Sul

Resultados para o interior

Para a análise relativa aos municípios do interior da região Sul, no total, foram coletados 3.099 dados de *R* em coda final, sendo 2.419, em formas verbais, e 680, em formas não verbais. Como já era esperado, o percentual geral de apagamento, contemplando os seis municípios, foi bastante elevado na categoria dos verbos (92%) e relativamente baixo na de não verbos (11%). Analisando a diferença entre os números de realização e apagamento em ambos os contextos, podemos afirmar que a classe morfológica ainda exerce grande influência no fenômeno do cancelamento do *R*, ao menos na região Sul do país. Enquanto em verbos o processo de mudança já se encontra em um estágio bastante avançado, em não verbos, o processo ainda está em fase inicial, alcançando índices baixos. Esses resultados podem ser observados nos gráficos a seguir (Gráficos 6 e 7).

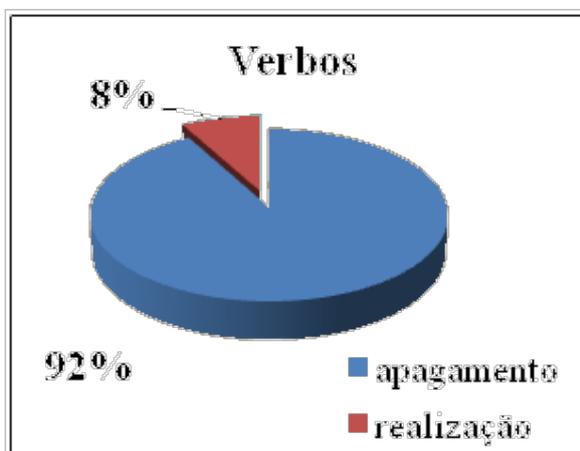


Gráfico 6: Distribuição de apagamento do *R* em coda final de verbos na Região Sul (interiores)

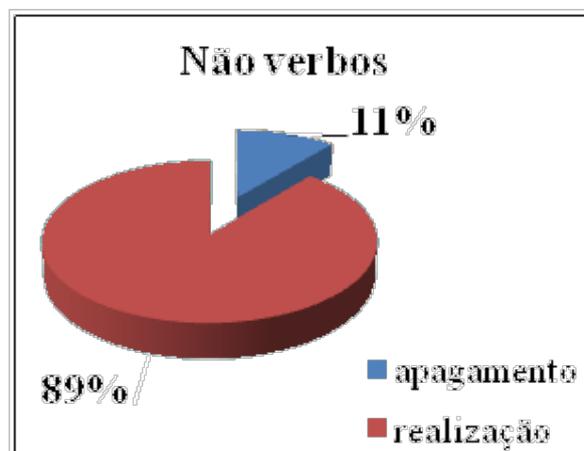


Gráfico 7: Distribuição de apagamento do *R* em coda final de não verbos na Região Sul (interiores)

Distribuição das variantes

Como visto acima, em apenas 8% das formas verbais coletadas na região Sul os falantes optaram pela realização do *R* (182 ocorrências de *R* realizados). Foram identificados quatro tipos de realizações diferentes: tepe, aproximante retroflexa, vibrante múltipla e realizações fricativas – essa distribuição pode ser observada a seguir, no Gráfico 8. A realização predominante nos vocábulos verbais foi o tepe, realizado 94 vezes, o que corresponde a 52% do total de róticos realizados. Em seguida, aparece a aproximante retroflexa, também com um percentual bastante elevado (42%). Enquanto isso, a vibrante múltipla e as realizações fricativas foram realizadas em poucas ocasiões.

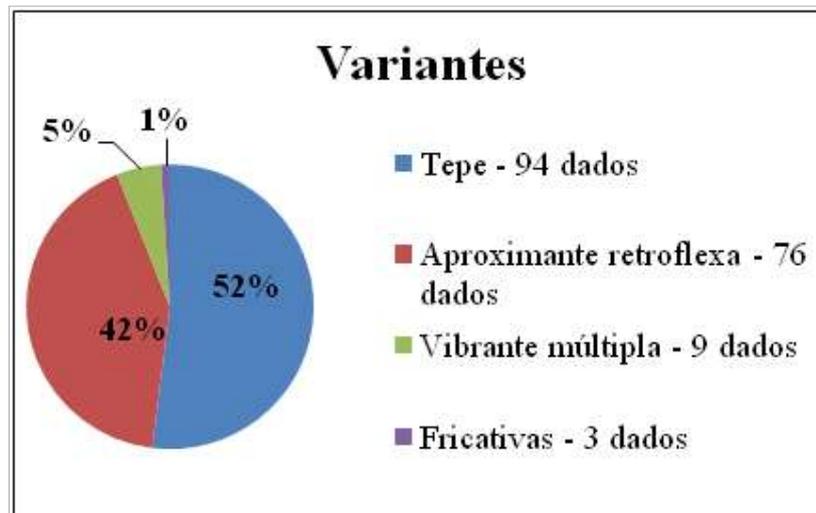


Gráfico 8: Realizações do R em verbos na Região Sul (interiores)

Em não verbos – categoria com um número bastante superior de ocorrências de realização do rótico – essa distribuição se deu de forma um pouco diferente, ainda que tenham aparecido novamente as mesmas variantes. Dentre os 680 dados de formas não verbais, 89% foram realizados (606 ocorrências de R em coda final). A variante vibrante múltipla e as realizações fricativas, uma vez mais, foram minoria, alcançando um índice aproximado de 4% e 1%, respectivamente. A diferença está na distribuição da aproximante retroflexa e do tepe: nos não verbos a primeira variante se destacou, alcançando um percentual de realização de 58%, enquanto a segunda apareceu na segunda posição com um percentual de 37% (Gráfico 9).

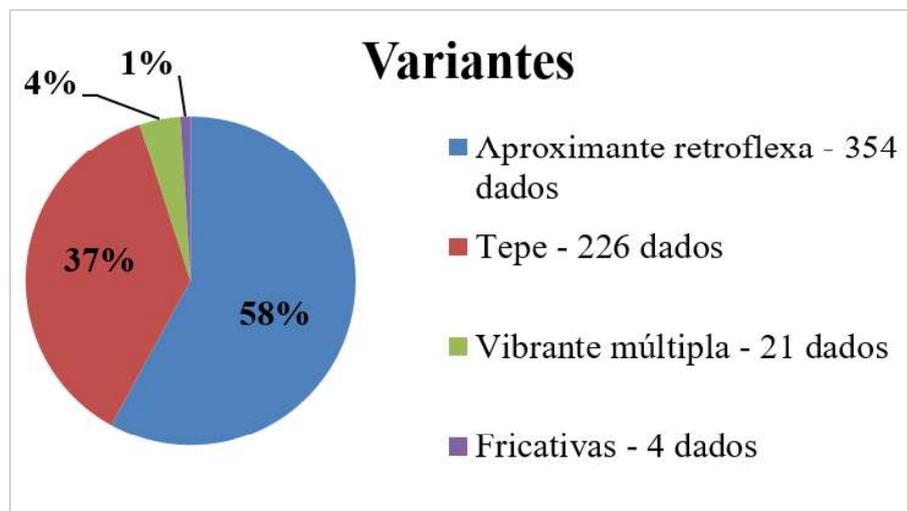


Gráfico 9: Realizações do R em não verbos na Região Sul (interiores)

Nas cidades do Rio Grande do Sul – Santa Maria e Caçapava do Sul – o que predomina é o uso do tepe; o comportamento das cidades de Santa Catarina foi diferenciado: Criciúma utilizando com mais frequência a aproximante retroflexa, enquanto Lages prefere empregar o tepe; no interior do Paraná – Guarapuava e Campo Mourão – a aproximante retroflexa predomina com altos índices de realização (Tabela 10).

Cidade	Verbos/variante preferida	Nãoverbos/variante preferida
Santa Maria (RS)	Tepe(69%)	Aproximante retroflexa (52%)
Caçapava (RS)	Tepe (73%)	Tepe (83%)
Criciúma (SC)	Aproximante retroflexa (67%)	Aproximante retroflexa (66%)
Lages (SC)	Tepe (69%)	Tepe (50%)
Campo Mourão (PR)	Aproximante retroflexa (76%)	Aproximante retroflexa (99%)
Guarapuava (PR)	Aproximante retroflexa (65%)	Aproximante retroflexa (94%)

Tabela 10: Variantes do R predominantes, em verbos e não verbos, no interior da região Sul

A partir desses resultados, podemos identificar algumas diferenças significativas entre o comportamento dos falantes da capital e do interior. Visto que a presença de fricativas nos municípios do interior é muito baixa, podemos afirmar que a preferência da capital de Santa Catarina por essa variante – preferência vista na seção anterior e já apontada em Monaretto (1997) – não se repete nas cidades do interior estudadas (Criciúma e Lages). Além disso, o uso da realização retroflexa cresce substancialmente nessas localidades – principalmente nos municípios do Paraná – chegando a ser a variante predominante nos dados de não verbos, o que difere da baixa frequência dessa variante nas capitais.

Distribuição do apagamento

Assim como visto nos resultados das capitais, nos dados do interior, em ambos os casos – verbos e não verbos –, a área de origem do informante foi a segunda variável selecionada durante as rodadas, ficando atrás apenas do fator estrutural vogal antecedente. No Gráfico 10, são apresentados os percentuais de apagamento em cada um dos municípios, separando sempre os dados por verbos e não verbos. O fato de a variável referente à região de origem do falante ser sempre selecionada também nos revela a atuação diferenciada do fenômeno de cancelamento pelas áreas da região Sul, o que vai ao encontro das tendências reveladas pelo ALiB e do que apontam os trabalhos de Monaretto (1997, 2000, 2002) sobre a própria diversidade linguística do Sul do país.

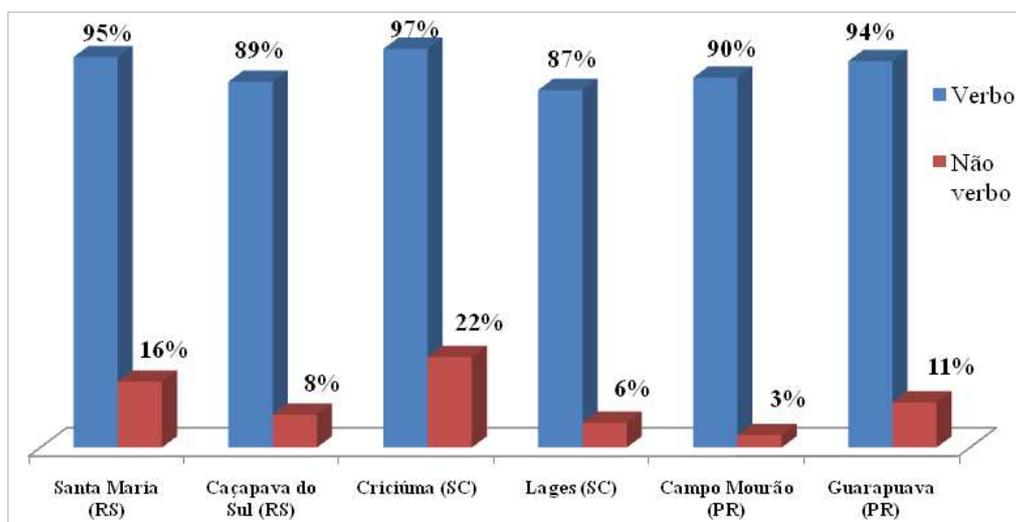


Gráfico 10: Distribuição de apagamento do R no interior da Região Sul

Após a realização de rodadas individuais com dados de cada município, para a classe dos verbos, três variáveis foram selecionadas como relevantes para a aplicação do processo de apagamento: vogal antecedente, faixa etária e contexto subsequente. A variável qualidade da vogal antecedente foi selecionada na rodada de cinco dos seis municípios analisados: enquanto a presença da vogal [o] antes do rótico favoreceu a manutenção do segmento, as demais vogais apresentam um peso relativo para o apagamento bastante superior (Tabela 11, Exemplos 8 e 9). De acordo com trabalhos anteriores dedicados ao comportamento do rótico, a presença de uma vogal com traço mais arredondado funciona como contexto favorecedor da realização do rótico. Assim como observamos em nossos dados, em trabalhos como os de Callou (1987) e Brandão, Motta e Cunha (2003), os pesos relativos para o apagamento do R foram superiores quando esse segmento se encontrava depois de uma vogal de traço [-arred].

Cidade		i	e	ε	a	ɔ	o	u
Criciúma <i>Input .97</i>	1°	100%	97% .56	89% .13	98% .55	-	58% .04	-
Santa Maria <i>Input .95</i>	1°	98% .64	96% .51	100%	96% .48	-	25% .01	-
Caçapava <i>Input .90</i>	1°	95% .56	.97 .68	96% .64	95% .51	-	9% .007	-
Campo Mourão <i>Input .90</i>	4°	86% .46	85% .45	100%	94% .55	-	20% .03	-
Guarapuava <i>Input .94</i>	1°	96% .51	93% .35	100%	97% .62	-	9% .004	-

Tabela 11: Distribuição de apagamento do R, em verbos, a depender da vogal antecedente, no interior da região Sul.

(8) “Ah ele sempre diz moço o... depende... se é, se fo**R** jovem é, o moço senão o cara, o

cara.” (Caçapava do Sul, informante 2)

(9) “Pra limpar o chão tem que seØ com... com a vassoura.” (Caçapava do Sul, informante 3)

Outra variável apontada com relevante para a aplicação do processo de apagamento do rótico em verbos foi a faixa etária do informante. Seleccionada apenas nas rodadas de três municípios, os resultados não seguiram o mesmo padrão: enquanto em Criciúma os indivíduos mais velhos apresentaram o maior percentual de apagamento, em Lages e Campo Mourão, os mais jovens são os que optam com mais frequência pelo cancelamento do segmento (Tabela 12).

Cidade		Faixa 1			Faixa 2		
Criciúma <i>Input .97</i>	2°	158/168	94%	.33	289/295	98%	.60
Lages <i>Input .87</i>	1°	98/101	97%	.78	103/129	80%	.27
Campo Mourão <i>Input .90</i>	2°	135/142	95%	.80	197/228	86%	.29

Tabela 12: Distribuição de apagamento do R, em verbos, a depender da faixa etária do informante, no interior da região Sul

Outro grupo de fatores relevante para o apagamento foi o contexto subsequente (seleccionado na rodada de dois municípios), com a presença da pausa como um elemento que favorece a manutenção do rótico, assim como visto nos resultados relativos às capitais. O contexto de consoante foi o que apresentou o maior índice de favorecimento ao apagamento, enquanto o contexto de vogal também inibe o processo (Tabela 13, Exemplos 10, 11 e 12).

Cidade		Pausa			Vogal			Consoante		
Criciúma <i>Input .97</i>	3°	121/131	92%	.13	164/167	98%	.32	162/165	98%	.91
Lages <i>Input .87</i>	2°	34/44	77%	.28	86/98	88%	.49	81/88	92%	.63

Tabela 13: Distribuição de apagamento do R, em verbos, a depender do contexto subsequente, no interior da região Sul.

(10) “Brincar de galinha quer pôR.” (Criciúma, informante 3)

(11) “Começou a saiØ o sol.” (Criciúma, informante 1)

(12) “Não vai saiØ de casa hoje?” (Criciúma, informante 4)

Para os não verbos, apresentamos três variáveis que se mostraram significativas para aplicação do processo de apagamento do rótico: além das variáveis vogal antecedente e faixa etária – apontadas também para os verbos – foi selecionada a variável dimensão do vocábulo. Na análise dos não verbos de todas as localidades estudadas, a qualidade da vogal se mostrou bastante relevante: a presença de uma vogal de traço [-arred] favoreceu a supressão do segmento, enquanto a presença de uma vogal com traço [+arred] funcionou como um inibidor para a aplicação do processo (Tabela 14).

Cidade		i	e	ɛ	a	ɔ	o	u
Criciúma <i>Input .22</i>	1°	-	50% .79	0%	37% .68	10% .28	18% .45	-
Lages <i>Input .06</i>	1°	-	0%	75% .99	0%	0%	6% .33	-
Santa Maria <i>Input .16</i>	1°	-	71% .93	27% .62	11% .35	0%	15% .40	0%
Caçapava <i>Input .08</i>	1°	-	25% .88	38% .94	11% .76	3% .19	3% .38	0%
Campo Mourão <i>Input .03</i>	1°	-	0%	22% .99	0%	0%	2% .33	-
Guarapuava <i>Input .11</i>	1°	0%	12% .91	10% .93	0%	0%	5% .12	-

Tabela 14: Distribuição de apagamento do R, em não verbos, a depender da vogal antecedente, no interior da região Sul

Em cinco dos seis municípios estudados, a dimensão do vocábulo foi outro fator relevante para a aplicação do cancelamento: o apagamento ocorreu exclusivamente em palavras de duas sílabas ou mais sílabas; em monossílabos, a realização do segmento foi categórica (Tabela 15, Exemplos 13 e 14). Os resultados apresentados na seção anterior, relativos às capitais, e nesta, relativos às localidades do interior, reforçam o que já foi mencionado em outros estudos: palavras de uma sílaba tendem a preservar o segmento rótico devido à saliência fônica. Observa-se, no entanto, que os índices de apagamento mesmo em vocábulos de maior dimensão ainda é baixo, o que confirma a preferência dos falantes das cidades do interior da região Sul pela realização do rótico quando este se encontra em uma forma não verbal.

Cidade	Monossílabos			2 sílabas ou +		
Lages <i>Input .06</i>	0/12	0%	-	5/69	7%	-
Santa Maria <i>Input .16</i>	0/9	0%	-	15/83	18%	-
Caçapava <i>Input .08</i>	0/21	0%	-	13/136	10%	-
Campo Mourão <i>Input .03</i>	0/11	0%	-	3/103	3%	-
Guarapuava <i>Input .11</i>	0/10	0%	-	13/113	11%	-

Tabela 15: Distribuição de apagamento do *R*, em não verbos, a depender da dimensão do vocábulo, no interior da região Sul.

(13) “Ele vai te*R* alta hoje.” (Campo Mourão, informante 2)

(14) “Vai passear lá, outros, assistiu futebol, né?” (Campo Mourão, informante 3)

A variável faixa etária do informante foi selecionada em rodadas de dois municípios e, novamente, os resultados não foram conclusivos: no município de Campo Mourão, os indivíduos mais jovens tendem a cancelar o *R* com mais frequência, enquanto em Guarapuava, os mais velhos implementam a regra (Tabela 16).

Cidade	Faixa 1			Faixa 2			
Campo Mourão <i>Input .03</i>	2°	2/26	7%	.99	1/88	1%	.27
Guarapuava <i>Input .11</i>	2°	1/60	2%	.12	12/63	19%	.88

Tabela 16: Distribuição de apagamento do *R*, em não verbos, a depender da faixa etária, no interior da região Sul.

Com a análise quantitativa e qualitativa dos dados das capitais e do interior da região Sul, somos capazes de tecer algumas considerações a respeito do fenômeno do apagamento do *R* em posição de coda silábica final: os índices de cancelamento em formas verbais são bastante semelhantes nas capitais e nos municípios do interior, evidenciando uma mudança quase completa em direção ao zero fonético; em não verbos, o fenômeno está mais avançado nas capitais, principalmente em Florianópolis.

Com relação às variantes produzidas, há um maior uso da aproximante retroflexa no interior (principalmente paranaense), se comparado às capitais, onde o tepe é a variante predominante; e variáveis como o tipo de vogal antecedente, a dimensão do vocábulo e o contexto subsequente influenciam diretamente o fenômeno de cancelamento do rótico.

Considerações finais

Após analisar os dados das três capitais e dos seis municípios interioranos, é possível verificar que, mesmo na região Sul, o apagamento do rótico em coda silábica final avança. Quanto às capitais, Florianópolis é a que mais aplica a regra de apagamento do rótico em posição pós-vocálica seja em verbos, seja em não verbos, como aponta este estudo. Nessa categoria, apresenta inclusive um resultado (41% de apagamento) discrepante com relação às outras capitais – Curitiba (5%) e Porto Alegre (7%). As capitais se diferenciam também quanto ao tipo de variante mais realizada. Em Curitiba e em Porto Alegre, tanto na categoria de verbos quanto na de não verbos, a prevalência é de tepe. Já em Florianópolis, a vibrante ocorre em maior número (48%) apenas entre os verbos, apesar da concorrência com a fricativa velar (42%), que sobressai entre os não verbos para a capital catarinense.

Quanto aos municípios interioranos, os percentuais de apagamento em verbos estão acima de 80%, em todos os municípios analisados, bem como os *input* elevados em todas as rodadas estatísticas mostram a preferência dos informantes pelo zero fonético em oposição à realização do segmento. Por outro lado, na coda final de não verbos, os índices de apagamento ainda se mostram menos expressivos, comprovando que o fenômeno de apagamento ainda se encontra em fase inicial. Com índices muito abaixo dos 50% e *input* de aplicação da regra de apagamento sempre baixo, a preferência dos falantes é pela realização do *R* quando o vocábulo for uma forma não-verbal. Ainda que alguns itens lexicais como *mulher* e *qualquer* se repitam na lista de não verbos em que houve apagamento do *R*, o cancelamento não está restrito a itens lexicais específicos. Com isso, vemos que o fenômeno de apagamento continua sendo extremamente sensível à classe morfológica dos vocábulos nos falares do Sul do país.

A respeito das variantes, vimos que o tepe e a aproximante retroflexa são as mais produtivas na região Sul: enquanto, nas cidades do Paraná, há um predomínio da variante retroflexa, no Rio Grande do Sul, a preferência é pelo tepe e, em Santa Catarina, há um equilíbrio entre as duas variantes. Observou-se ainda que a frequência de uso da vibrante múltipla é bastante baixa e que a presença de variantes fricativas é quase inexistente (à exceção do que acontece em Florianópolis, entre os não verbos). Além disso, foi possível estabelecer algumas diferenças entre os resultados dos municípios interioranos e os das capitais, pois o uso da aproximante retroflexa cresce substancialmente nas cidades do interior da região Sul e as variantes fricativas, frequentes na fala dos informantes de Florianópolis – 42% de fricativa velar e 10% de glotal, nos verbos, e 69% de velar e 19% de glotal, em não verbos – desaparecem nas cidades do interior de Santa Catarina.

Após esse grande balanço sobre a pronúncia/cancelamento dos róticos em coda final, pensamos que o principal objetivo deste artigo foi alcançado: contribuir para os estudos na área da Fonética e da Fonologia, através de uma análise detalhada do comportamento linguístico dos róticos nas localidades investigadas. Expandimos o mapeamento dos falares do Sul do Brasil

e, em última instância, esperamos que os resultados desta pesquisa deem um contributo à descrição dos falares brasileiros no âmbito do projeto ALiB e gerem novas ideias e descobertas que aprofundem esta proposta.

Referências

- ABAURRE, M.B.; SANDALO M.F. Os róticos revisitados. In: HORA, D.; COLLISCHONN, G. (orgs.). *Teoria linguística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- BOERSMA, P. & WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer* [Computer program]. Versão 5.4.08, 2015 (disponível em www.praat.org).
- BRANDÃO, S.F.; MOTA, M.A. & CUNHA, C.S. Um estudo contrastivo entre o português europeu e o português do Brasil: o -R final de vocábulo. In: BRANDÃO, S.F. & MOTA, M.A. (orgs.). *Análise contrastiva de variedades do português*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003.
- BRANDÃO, S.F.; PESSANHA, D.B.; PONTES, S.P.; CORREA, M.O. Róticos na variedade urbana do Português de São Tomé. *Papia Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, 2017.
- BRANDÃO, S.F.; DE PAULA, A. Róticos nas variedades santomense e moçambicana do Português. In: BRANDÃO, S.F. (org.). *Duas Variedades Africanas do Português: Variáveis Fonético-Fonológicas e Morfossintáticas*. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2018.
- BRESCANCINI, C. & MONARETTO, V.N.O. Os róticos no Sul do Brasil: panorama e generalizações. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, 2008, p.49-64.
- CALLOU, D. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PROED, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- CALLOU, D. & SERRA, C. Variação do rótico e estrutura prosódica. *Revista do GELNE*. v. 14, n. Especial, 2012, p.41-58.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. & MORAES, J. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /R/ no português do Brasil. In: INGEDORE, G. & KOCH, V. *Gramática do Português Falado*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p.463-489.
- CALLOU, D. Um perfil da fala carioca. In: RIBEIRO, COSTA & CARDOSO (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da Língua Portuguesa*, 2009, pp. 129-151.
- CALLOU, D.; SERRA, C. & CUNHA, C. Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do R no dialeto nordestino. In: HORA, D. & BATTISTI, E. (orgs.). *Revista da Abralin*. v. 14, n. 1, 2015.

CARDOSO, S.A.M. DOCUMENTOS 4: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Suzana Alice Marcelino Cardoso; Jacyra Andrade Mota; Marcela Moura Torres Paim; Silvana Soares Costa Ribeiro (orgs.). Salvador: Vento Leste, 2003.

CARDOSO, S.A.M.S. *et al.* *Atlas linguístico do Brasil*. v.2. Cartas Linguísticas 1. Londrina: EDUEL, 2014.

HORA, D. & MONARETTO, V. N. O. Enfraquecimento e apagamento dos róticos. In: HORA, D. & COLLISCHONN, G. (Orgs.). *Teoria Linguística: Fonologia e outros temas*. p. 114-143. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York city*. Washington: Centre of Applied Linguistic, 1962.

_____. *Sociolinguistic pattern*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Principles of linguistic change. Internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. *Principles of linguistic change. Social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

MONARETTO, V.N.O. *Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica*. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

_____. O apagamento da vibrante pós-vocálica nas capitais do sul do Brasil. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.35, p.275-284, 2000.

_____. A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre. In: Bisol, L. & Brescancini, C. (Org.). *Fonologia e Variação: Recortes do Português Brasileiro*. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2002.

_____. Descrição da vibrante do português do sul do Brasil. In: BISOL, L. & COLLISCHONN, G. (orgs.). *Português do sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MONGUILHOTT, I.O.S. A vibrante em final de palavra na fala de Santa Catarina. In: *Encontro do círculo de estudos linguísticos do sul*, Florianópolis, 1997. Anais do II Celsul, 1997.

_____. A variação na vibrante florianopolitana: um estudo sócio-geolinguístico. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 6, n. 1, 2007, p.147-169.

OLIVEIRA, I. *Os róticos em coda silábica externa: o interior da região sul no projeto ALiB*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldvarbX: a variable rule application for Macintosh and Windows*. 2005.

SANTANA, M. *O R em coda silábica final nas três capitais do Sul do Brasil: Variação e Prosódia no corpus do ALiB*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

SERRA, C. *Realização e percepção de fronteiras prosódicas no português do Brasil: fala espontânea e leitura*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Fraseamento prosódico e percepção no Português do Brasil: para o estudo dos estilos de fala. *Revista Sitientibus*, v. jan-jul (42), p. 33-58, 2010.

SERRA, C. & CALLOU, D. A interrelação de fenômenos segmentais e prosódicos: confrontando três comunidades. *Textos Selecionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra, APL, 2013, p.585-594.

_____. Prosodic structure, prominence and /r/-deletion in final coda position: Brazilian Portuguese and European Portuguese contrasted. In: DE DOMINICIS, A. (org.). *pS-prominenceS: Prominences in Linguistics International Conference*. Viterbo: DISUCOM PRESS, 2015, p. 96-113.

SILVEIRA, G. *O apagamento da vibrante na fala do Sul do Brasil sob a ótica da palavra*. Dissertação (Mestrado em Teoria e Análise Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Letras. UFRGS, Rio Grande do Sul, 2017.

TENANI, L. E. *Domínios prosódicos do português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, UNICAMP, Campinas, 2002.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. [Tradução de Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Sobre Dinah Callou — Ingrid da Costa Oliveira¹¹

Sobre Dinah Callou — Mayra Santana¹²

Sobre Dinah Callou — Karilene da Silva Xavier¹³

11 Dinah faz parte da minha trajetória acadêmica desde meu primeiro ano na Faculdade de Letras, quando me recebeu na F-312 e me auxiliou em meus primeiros passos na pesquisa em Língua Portuguesa. Além de contar sempre com seu apoio e incentivo nos períodos de graduação, mestrado e doutorado, tive o prazer de assistir às suas aulas em 2018. Espero que com esse texto possamos transmitir um pouco de nosso agradecimento e admiração.

12 Dinah foi uma importante contribuição para meu processo de formação acadêmica, com sua ajuda, seu apoio e sua orientação. Sempre foi atenciosa e presente, desde 2014, quando iniciei a iniciação científica, passando pelo período do mestrado, entre 2015 e 2017, quando também foi minha professora

13 Com toda a ajuda e atenção da professora Dinah, pude aprofundar os meus conhecimentos na pesquisa linguística, desde a iniciação científica, no ano de 2013, como também contar com sua valiosa participação na banca de arguição do meu mestrado e sua contribuição no curso de doutorado, quando

Sobre Dinah Callou — *Carolina Ribeiro Serra*¹⁴

foi minha professora em 2017.

14 Dinah nos inspirou e orientou os nossos passos no desenvolvimento de todas as pesquisas surgidas na famosa sala F-312, da Faculdade de Letras da UFRJ. Desde a publicação, em 1987, da sua tese de doutorado (defendida em 1980), verdadeiras legiões têm bebido da fonte que são os estudos da Dinah, quando o assunto são os sons de *R*, e não só. Gostaríamos então que, com este texto sobre os róticos e este número especial como um todo, a Dinah tivesse registrados, mais uma vez, o carinho e a admiração que temos por ela, como profissional e como pessoa.



**SOBRE O PROCESSO DE APAGAMENTO DO RÓTICO EM
CODA SILÁBICA: DIVERSIDADE REGIONAL**
**ON R-DELETION PROCESS IN CODA POSITION:
REGIONAL DIVERSITY**

Aline de Jesus Farias Oliveira¹

Vitor Gabriel Caldas²

Carolina Ribeiro Serra³

Resumo

Neste artigo, focalizamos o apagamento variável do rótico em posição de coda silábica, em duas cidades da região Nordeste do Brasil – Teresina e João Pessoa –, nas variedades culta e popular. Partimos de amostras do *corpus* do Projeto ALiB, composto por dados de fala espontânea de 16 indivíduos distribuídos por nível de escolaridade, região (João Pessoa e Teresina), faixa etária (de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos) e sexo. Nossa análise se baseia no aparato teórico-metodológico da sociolinguística quantitativa laboviana e tem por objetivo mostrar que, em dialetos do Nordeste brasileiro, o processo de apagamento do *R*, em coda silábica final, já se encontra quase concluído e atinge, com frequência significativa, a coda silábica medial. Além disso, buscamos aprofundar as hipóteses relativas à possibilidade de cada variante do *R* representar um passo na escala ordenada de enfraquecimento e estar relacionada ao tipo de realização do rótico: vibrante ou fricativa, anterior ou posterior. Assumimos que a preservação do segmento se dá preferencialmente nos dialetos em que o segmento mantém o caráter de vibrante ápico-alveolar. Partimos, assim, das hipóteses de (i) o processo ser gradiente e atingir principalmente as cidades do

1 Doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: alinejarias@gmail.com.

2 Doutorando na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: vitorgabrielish@ufrj.br.

3 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: carolinaserra@letras.ufrj.br.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 19/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Nordeste, devido à norma de pronúncia do rótico; (ii) os falantes da região Nordeste do país já não inibirem o processo de cancelamento em fronteira interna à palavra, em contraposição a outras regiões, como Sudeste e Sul e (iii) haver um maior índice de cancelamento do *R* nos falantes de nível mais baixo de escolaridade, tratando-se de uma mudança de baixo para cima, em termos labovianos.

Palavras-chave: Apagamento; Rótico; Coda silábica; Variação.

Abstract

This paper focuses on the variable r-deletion in coda position, in two cities of the Northeast of Brazil – Teresina and João Pessoa –, in standard and non-standard varieties. We use samples of the *corpus* of the ALiB Project, composed by spontaneous speech data of 16 speakers grouped according to level of education, city (João Pessoa and Teresina) and age (18 to 30 years and 50 to 65 years). Our analysis is based on the theoretical and methodological apparatus of the quantitative labovian sociolinguistics and aims to show that in Brazilian Northeastern dialects the r-deletion process in final coda position is almost completed and reaches significant rate in medial position. Furthermore, we aim to deepen our hypothesis concerning the possibility that each *R* variant represents a step on the weakening scale of sonority and is related to the type of production of the rhotic: vibrant or fricative, anterior or posterior. We claim that the maintenance of the segment occurs in dialects in which the segment remains as an alveolar vibrant. The hypotheses are that (i) the process is continuous and reaches mainly the cities of the Northeastern region, due to the norm of production of the rhotic; (ii) speakers from this region apply the rule even in internal position, as opposed to speakers from other regions, such as the Southeast and the South of the country, and (iii) r-deletion reaches higher rates among speakers with lower levels of formal education, which allows one to characterize the phenomenon as a bottom to top change in labovian terms.

Keywords: Deletion; Rhotic; Syllabic coda; Variation.

Introdução

A variação é inerente a todas as línguas, se dá em vários níveis e pode ser condicionada por vários fatores, linguísticos ou sociais. Ao se observar a fala dos indivíduos de qualquer comunidade de fala, é possível detectar diversas formas linguísticas em variação: duas ou mais formas, com, por assim dizer, o *mesmo valor de verdade*. Ou seja, o falante pode optar por uma ou outra variante em determinado contexto sem que ocorra perda/mudança de significado; o conjunto dessas variantes compõe uma variável.

Focalizando o processo variável de cancelamento dos róticos em contexto de coda silábica final e medial, esta pesquisa toma por base os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança, que tem por objetivo observar e descrever a variação linguística dentro de uma determinada comunidade de fala, ou seja, visa a descrever o uso real da língua a partir de dados vernáculos. São princípios fundamentais para o estudo da mudança linguística dentro desse modelo (i) o problema das restrições ao uso de formas em variação, ou seja, as próprias condições para a mudança; (ii) o problema da transição, dos estágios da mudança em progresso; (iii) o problema

do encaixamento da mudança na estrutura linguística, como um todo, e na estrutura social, no contexto mais amplo da comunidade de fala; (iv) o problema da avaliação, no que refere ao nível de consciência do falante sobre o uso das variantes; e (v) o problema da implementação, que envolve estímulos e restrições, tanto da sociedade como da estrutura linguística (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968, p. 102). Diferentemente de outros modelos linguísticos, a sociolinguística variacionista laboviana (LABOV, 1991 [1972], 1994), como um desenvolvimento natural da teoria de Weinreich *et alii*, admite a heterogeneidade da língua e busca verificar os fatores sociais e linguísticos que condicionam a variação e/ou o processo de mudança linguística.

Há, evidentemente, uma grande diferença entre aquilo que a tradição gramatical propõe ser o *português correto*, que deve ser escrito/falado, e o que, de fato, a comunidade de fala utiliza em seu vernáculo. Nesse sentido, a norma-padrão não é exatamente uma variante da língua, mas apenas uma abstração, cuja postulação tem por objetivo chegar a uma *uniformização*, enquanto a chamada norma-culta seria a variante linguística de uso real dos falantes mais escolarizados, em situações mais monitoradas. Não se deve esquecer que dentro de uma mesma comunidade há diferentes normas linguísticas que vão desde as variantes mais prestigiadas socialmente às menos prestigiadas.

O importante é ressaltar que em qualquer norma linguística, seja mais ou menos prestigiada, há variação e que esta não deve ser tratada como assistemática ou caótica, mas como um fenômeno que pressupõe uma heterogeneidade linguística não-aleatória, regida por um conjunto de regras explicáveis e previsíveis. A sociolinguística contribuiu para a “constatação de que muitas formas não-padrão também ocorrem na fala de pessoas com nível superior, principalmente nos momentos mais informais”, como constatam Cezario & Votre (2009, p. 142).

Como afirma Brandão (2013, p. 77), certifica-se

[...] que a variação é uma característica inerente a qualquer língua ou a qualquer de suas variedades; ciente de que qualquer indivíduo, por mais que tenha consciência de uma norma idealizada ou que dela saiba se utilizar com maestria, apresenta variação em seu desempenho linguístico; certo de que todas as variedades sociais e regionais são funcionalmente equivalentes por permitirem a intercomunicação entre seus usuários [...]

É inegável que há variantes que são estigmatizadas e outras que são mais aceitas socialmente. Há discussões a respeito do que pode ou não influenciar o estigma de um determinado fenômeno variável, mas se acredita que formas *mal vistas* pela sociedade dizem respeito àquelas que são associadas às camadas economicamente mais baixas e menos favorecidas, em termos de acesso aos bens de educação e cultura.

No âmbito fonético, um fenômeno variável que parece já não carregar o peso do estigma social é o cancelamento do rótico em coda final, ou seja, a queda do *R* em final de palavra. Diferentemente do rotacismo, o cancelamento do rótico nessa posição não é exclusivo da fala de

menos escolarizados, e Teyssier (1982) já verificava o caráter inovador do fenômeno se comparado ao comportamento linguístico de Portugal:

Pronúncia de r em final de sílaba — Em certos registros familiares e vulgares, o português do Brasil tende a suprimir o r no final das palavras; ex.: doutô (doutor), pegá (pegar), fazê (fazer).

Por uma reação, o r, que permanece nos registros mais formais, é pronunciado nessa posição como r forte de carro, quando em Portugal, nesse caso, o que se encontra é r brando de caro. O mesmo sucede em final de sílaba no interior da palavra; ex.: parte, certeza têm r forte no Brasil, mas r brando em Portugal (aspecto inovador da fonética brasileira). (TEYSSIER, 1982, p. 68)

Uma das principais e primeiras pesquisas na perspectiva sociolinguística, *A estratificação social do (r) nas lojas de departamentos na cidade de Nova York* de Labov (2008), mostra que a conservação do R ocorre com maior frequência na loja considerada de classe média/alta do que na loja de classe mais baixa, ou seja, a preservação do rótico parece ser um fator de prestígio.

Busca-se, portanto, neste artigo, verificar se os índices de cancelamento são equivalentes na fala dos menos e mais escolarizados, tanto na coda final quanto na medial.

A questão da variabilidade dos róticos vem sendo discutida mais detidamente sob a ótica da sociolinguística variacionista laboviana desde 1980 (CALLOU, 1987), não só em relação à norma de pronúncia, mas também ao processo de apagamento. Muitos trabalhos de cunho variacionista abordaram esse tema, tomando por base amostras de fala de mais escolarizados e menos escolarizados, do Rio de Janeiro e de outras regiões do país (CALLOU, LEITE & MORAES, 1996; MONARETTO, 2010; HORA & MONARETTO, 2003; CALLOU, SERRA, FARIAS & OLIVEIRA, 2013; FARIAS & OLIVEIRA, 2013a; FARIAS & CALLOU, 2014; CALLOU & SERRA, 2003, 2015), principalmente focalizando o processo de apagamento em coda silábica final.

A proposta

Na literatura, se encontram diversos trabalhos que abordam a variação entre a presença e a ausência do R em posição de coda silábica final. Partindo de trabalhos com resultados já expostos sobre o cancelamento do R no final do vocábulo, pretende-se estender a análise deste fenômeno variável para a fronteira silábica medial. Fazemos uma comparação entre os índices de apagamento do segmento em ambos os contextos silábicos, visto que o fenômeno de apagamento parece se comportar de maneira distinta nas diferentes fronteiras (de sílaba e de palavra). Além disso, buscamos analisar o fenômeno na fala de indivíduos de diferentes níveis de escolaridade e verificar quais fatores atuam e como atuam no cancelamento do rótico em cada um dos contextos de coda.

O principal objetivo é analisar mais a fundo duas capitais do Nordeste (Teresina e João

Pessoa), no que se refere ao cancelamento do rótico em posição de coda (medial e final), comparando ainda o comportamento linguístico de falantes mais escolarizados com o de falantes menos escolarizados. Portanto, os objetivos mais específicos do estudo são os seguintes: (a) descrever as diferenças entre o comportamento do fenômeno de apagamento do *R* em coda final e medial; (b) verificar quais grupos de fatores são importantes no processo de apagamento nos dois contextos de coda, e (c) averiguar se o fenômeno se comporta de maneira distinta na fala de indivíduos com diferentes níveis de escolaridade.

Trabalhos anteriores como o de Callou, Serra & Cunha (2015) sobre o apagamento do *R* na fala culta de todas as capitais do Nordeste motivaram a escolha do *corpus* e do tema. Lá, foram observados altos índices de apagamento do *R* na fala dos indivíduos mais escolarizados de João Pessoa, tanto em posição de coda final quanto medial. Em contrapartida, as autoras verificaram que, em Teresina, o processo se encontra menos avançado.

Podemos verificar, a seguir (Gráficos 1, 2 e 3), os percentuais de apagamento em coda final (verbos e não verbos) e medial (CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015)⁴.

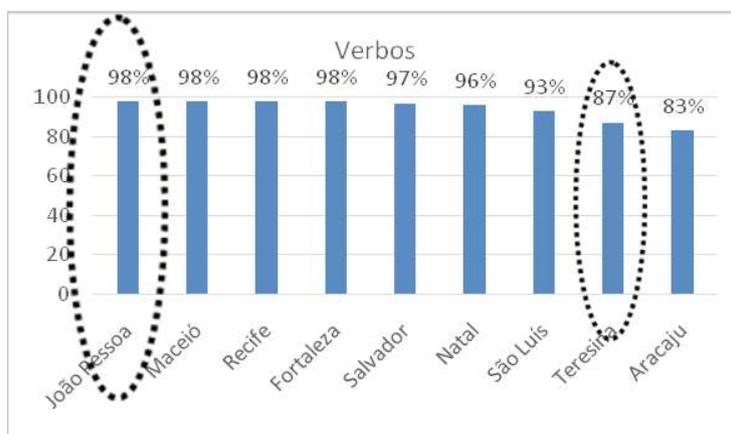


Gráfico 1: Percentual de apagamento do *R* nos verbos das capitais do Nordeste – coda final – falantes mais escolarizados (CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015, p. 204)

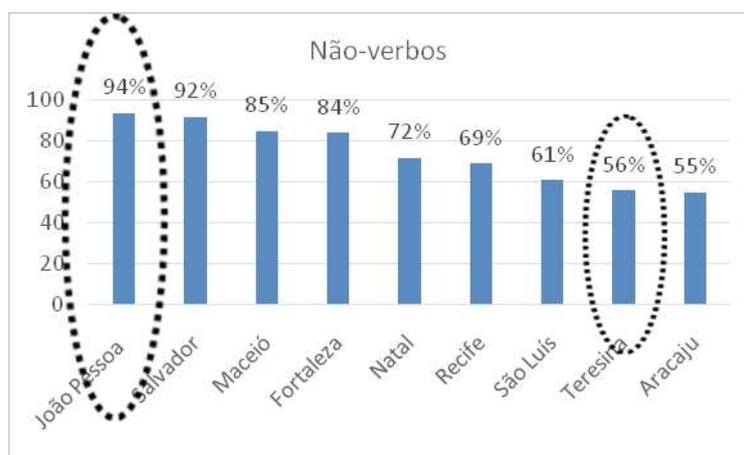


Gráfico 2: Percentual de apagamento do *R* nos não verbos das capitais do Nordeste – coda final – falantes mais escolarizados (CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015, p. 207)

4 Os percentuais de apagamento foram arredondados para melhor exibição dos resultados.

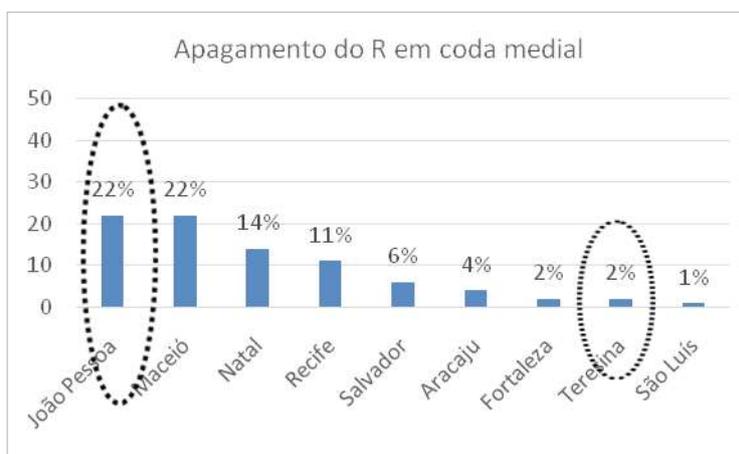


Gráfico 3: Apagamento do *R* das capitais do Nordeste – coda medial – falantes mais escolarizados (CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015, p. 214)

Neste artigo, avançamos na análise, realizando a comparação do apagamento do *R* na fala de indivíduos com maior e menor grau de escolarização (as chamadas fala culta e popular), das cidades de João Pessoa e Teresina. Observamos se a tendência encontrada na fala dos mais escolarizados dessas cidades também é verificada na fala de indivíduos com baixa escolaridade, ou seja, averiguamos se o processo de apagamento do *R* está mais avançado em João Pessoa, se comparado à Teresina, também na fala de indivíduos que possuem menos anos de escolarização. Teyssier (1982) já afirmava que as diferenças entre os falantes mais escolarizados e menos escolarizados de uma mesma região podem ser mais significativas do que a diferença entre falantes com o mesmo grau de instrução de regiões diferentes:

Há, hoje, na língua do Brasil uma certa diversidade geográfica. Os lingüistas vêm tentando elaborar o mapa dos “dialetos” brasileiros, à semelhança do que se tem feito para as línguas européias. Distinguem um Norte e um Sul, cuja fronteira se identificaria, grosso modo, com uma linha que, partindo da costa, seguisse da foz do rio Mucuri (extremo sul do Estado da Bahia) até à cidade de Mato-Grosso, no Estado do mesmo nome, próximo à fronteira boliviana. A realidade, porém, é que as divisões “dialetais” no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical. (TEYSSIER, 1982, p. 64 -5)

Corpus e metodologia

A amostra em análise é composta por registros de fala espontânea de 16 indivíduos, distribuídos por nível de escolaridade (menos escolarizados – indivíduos com até a sétima série do ensino fundamental; mais escolarizados – nível superior), região (João Pessoa e Teresina), faixa etária (18 a 30 anos e 50 a 65 anos) e sexo (masculino e feminino) – dados esses obtidos do *corpus* do projeto ALiB (*Atlas Linguístico do Brasil*, Comitê Nacional do ALiB, 2001), constituído na primeira década deste século.

Tomamos como ponto de partida os dados analisados no trabalho de Callou, Serra & Cunha (2015), também constitutivos do Projeto ALiB. No referido trabalho, as autoras analisam o apagamento do *R* na fala dos mais escolarizados das nove capitais do Nordeste e o *corpus* é composto por quatro falantes cultos de cada cidade totalizando, 36 indivíduos – distribuídos por sexo e faixa etária.

O *corpus* do projeto ALiB é composto por diferentes questionários direcionados para aspectos:

(a) fonético-fonológico – 159 perguntas, às quais se juntam 11 questões de prosódia; (b) semântico-lexical – 202 perguntas; e (c) morfossintático – 49 perguntas.

A esses três tipos de questionários, acrescentam-se: questões de pragmática (04), temas para discursos semidirigidos – relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal (05), perguntas metalinguísticas (06) e um texto para leitura – a “Parábola dos sete vimes” (www.alib.ufba.br).

Com objetivo de selecionar a fala mais espontânea possível, são descartados os minutos iniciais das gravações e selecionadas as falas registradas durante as conversas desenvolvidas a partir da proposta dos *Temas para discurso semidirigidos*, que foram complementadas ainda com trechos de conversa espontânea ocorridos durante toda a gravação. Esses trechos de fala constituem registros mais naturais da produção dos falantes, visto que são compostos por acontecimentos marcantes que o falante relata sobre sua vida e de conhecidos. Os dados foram recolhidos, portanto, dos trechos mais contínuos de fala espontânea, sendo excluídos aqueles que foram produtos de respostas monovocabulares dos questionários fonético-fonológico, semântico-lexical e morfossintático.

Fazemos uso dos conceitos de variação e mudança, na linha proposta por Labov (1994), a fim de verificar possíveis condicionamentos linguísticos e sociais que atuam no processo de apagamento do *R*. A amostra foi composta por todas as ocorrências de *R* em coda final e medial de oito falantes de Teresina e oito de João Pessoa. Após o levantamento desses dados, foi feita a sua codificação e posterior processamento no programa estatístico *GoldVarb X* (SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005).

Além disso, é importante dizer que (i) foram feitas rodadas separadas para coda medial e coda final, uma vez que, como já explicitado, os contextos apresentam comportamentos distintos; (ii) os dados de cada cidade foram rodados separadamente, ou seja, há um resultado quantitativo para Teresina e outro para João Pessoa e (iii) os dados de coda final foram separados entre verbos e não verbos, pois a classe morfológica já se mostrou, em muitos estudos, o fator diferenciador no fenômeno: os verbos estão em um processo mais avançado de apagamento relativamente aos não verbos (v. Cartas F04 C 1, F04 C 2, F04 C 3, F04 C 4 do segundo volume do *Atlas Linguístico do Brasil*, CARDOSO *et al*, 2014).

Um dos passos metodológicos da análise é a codificação sociolinguística dos dados, que se deu a partir de variáveis (linguísticas e sociais) que podem ter relação com a aplicação da regra variável de cancelamento do rótico e a partir de hipóteses formuladas a partir de outros estudos e do avanço no tratamento do fenômeno. A literatura aponta a importância da *classe morfológica do vocábulo*, com a oposição entre verbos e não verbos (a principal delas); da *dimensão do vocábulo em número de sílabas*, com a oposição entre monossílabos e polissílabos; do *contexto subsequente* de vogal, consoante, ou pausa; do *sexo*, da *faixa etária*, da *escolaridade* e da *origem geográfica do falante* como fatores a serem levados em conta na atuação do processo. Todas essas variáveis serão consideradas na nossa análise.

No que se refere à análise do comportamento do rótico em coda final, toda a literatura no português brasileiro aponta a classe morfológica como um dos principais grupos de fatores que influencia o fenômeno. Cezario & Votre (2009, p. 144) dizem que “as pesquisas mostram que o *R* final de verbo no infinitivo é, na maioria das vezes, mais eliminado da fala de informantes de todos os graus de escolaridades do que o *R* final de substantivos e adjetivos.” Acredita-se que nos verbos, o *R* é uma marca morfológica redundante – e, por isso, haveria menor tendência de realização, visto que o infinitivo verbal é marcado pelo acento lexical e pela coda na mesma sílaba final, o que explicaria o fato de nos verbos haver, comprovadamente, maior índice de apagamento do rótico do que nos não verbos, em que o rótico não representa marca morfológica independente.

Relativamente à variável dimensão do vocábulo em número de sílabas, os estudos apontam que os falantes tendem a cancelar mais o rótico em vocábulos maiores do que em vocábulos monossilábicos: o *R* é menos saliente em vocábulos maiores. O contexto subsequente ao rótico em coda também é uma variável a ser considerada na análise: a pausa – pista que indica fronteira de sintagma entoacional (IP) – apresenta índices maiores de preservação, enquanto, em contexto de consoante subsequente, a probabilidade do rótico não ser realizado é maior.

Trabalhos clássicos (GAUCHAT, 1905; LABOV, 1966; CALLOU, 1987) e de grande importância para a sociolinguística já afirmavam que “Não raro, as mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística, estando, muitas vezes, uma geração à frente dos homens” (PAIVA, 2013, p. 36) e

Quando se trata de implementar na língua uma forma socialmente prestigiada, (...) as mulheres tendem a assumir a liderança da mudança. Ao contrário, quando se trata de implementar uma forma socialmente desprestigiada, as mulheres assumem uma atitude conservadora e os homens tomam a liderança desse processo. (PAIVA, 2013, p. 36)

Percebemos, então, que há diferenças linguísticas entre o comportamento de homens e mulheres e, por isso, em estudos sociolinguísticos, normalmente a variável sexo é testada, relacionada ou não à faixa etária do falante, que é uma outra variável social do nosso estudo. Como

já foi atestado em outros trabalhos “(...) os falantes mais velhos costumam preservar mais as formas antigas” (NARO, 2013, p. 70). Além disso, “(...) as mudanças linguísticas normalmente se processam de maneira gradual em várias dimensões”. Assim, observamos o comportamento linguístico de falantes de duas diferentes faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos), a fim de capturar o avanço do cancelamento em cada uma delas:

(...) a mudança linguística não é absolutamente mecânica e regular a curto prazo. Em qualquer estado real da língua, costumam coexistir formas de diversos estágios de evolução, apesar do fato de que a longo prazo – normalmente no espaço de várias gerações – a mudança quase sempre acaba afetando todos os itens lexicais e todas as estruturas de um determinado tipo. (MOLLICA & BRAGA, 2013, p. 43)

Baseados nestas postulações, buscamos verificar se a faixa etária seria um grupo de fatores que influenciaria a atuação do fenômeno de apagamento do rótico, pois as mudanças linguísticas não são abruptas e normalmente têm início na falados indivíduos mais jovens.

No que diz respeito ao grau de instrução, buscamos verificar, como dito anteriormente, se o fenômeno de apagamento do rótico atua de maneira diferenciada na fala de indivíduos de níveis de escolaridades distintos. Parte-se da hipótese de que, na fala de indivíduos menos escolarizados, haveria maiores índices de cancelamento do *R*, e a preservação seria maior na fala de indivíduos mais escolarizados.

Como o comportamento do rótico é diferente em coda medial relativamente à coda final, sendo muito mais frequente o cancelamento na borda da palavra do que no seu interior, foram realizadas também rodadas estatísticas separadas para cada contexto. Enquanto para as rodadas de coda final foram testadas seis variáveis, para a análise do fenômeno na coda medial, selecionamos cinco grupos de fatores: a variável *contexto subsequente* foi eliminada, pois não há, em coda medial, a possibilidade de haver uma contraposição entre *pausa x consoante*, uma vez que, nessa posição específica, só há a possibilidade de o contexto subsequente ser uma consoante e nunca uma pausa. Os demais grupos de fatores permaneceram os mesmos: classe morfológica – verbo x não-verbo, dimensão do vocábulo, consoante subsequente, sexo – masculino x feminino, faixa etária – 18 a 30 anos e 50 a 65 anos, e escolaridade – menos escolarizados e mais escolarizados.

Partimos de três hipóteses principais: (a) o processo é gradiente e atinge principalmente as cidades do Nordeste, região em que a norma de realização do rótico é uma fricativa [-ant], uma aspiração; (b) os falantes da região Nordeste do país já não inibem o processo de cancelamento em fronteira interna de palavra (coda medial), em contraposição aos da região Sudeste e Sul; e (c) o fenômeno é mais expressivo na fala de indivíduos de escolaridade mais baixa.

A postulação da primeira hipótese se justifica pelo fato de a manutenção do segmento se dar, preferencialmente, nos dialetos em que a consoante possui o caráter de vibrante ápico-al-

veolar (CALLOU, LEITE & MORAES, 1996; MONARETTO, 2010; LEITE, 2011; HORA & MONARETTO, 2003). No Nordeste, a norma de pronúncia registrada é uma fricativa [-ant] (CARDOSO *et alii*, 2014) e haveria, portanto, maior tendência à queda do segmento, levando em conta as possíveis etapas do processo de enfraquecimento que levam à simplificação da estrutura silábica (CVC → CV) no Português do Brasil (CALLOU, 1987).

A segunda hipótese se fundamenta na comprovação de que os falares da região Nordeste do Brasil apresentam um estágio avançado no processo de cancelamento do rótico em coda final (FARIAS & OLIVEIRA, 2013b; CARDOSO *et alii*, 2014; CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015). Verificou-se que, em alguns dialetos do Nordeste, o apagamento do rótico em coda final é quase categórico e estaria de tal forma avançado que atingiria a coda silábica medial.

A terceira hipótese parte do princípio de que se trata de uma mudança de baixo para cima, em termos labovianos, ou seja, que tenha começado na fala dos menos escolarizados e se espalhado por toda a comunidade de fala:

Para ilustrar como fenômenos sociais estão intrinsecamente ligados a fenômenos linguísticos, tomemos como exemplo o processo de apagamento do *R* em posição final. Considerado uma mudança “de baixo para cima”, usado nas peças de Gil Vicente para caracterizar a fala de negros, tem hoje uso irrestrito, não sendo privativo de mulheres ou de qualquer etnia, classe social ou nível de escolaridade. (...) Isso talvez indique que esse tipo de pronúncia não seja mais estigmatizado. (LEITE & CALLOU, 2002, p. 37).

Resultados e discussão

Para a exposição dos resultados, apresentamos os dados dos indivíduos de João Pessoa e dos de Teresina, separadamente, visto que essas cidades apresentam comportamentos distintos (CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015). Nas primeiras rodadas estatísticas, a variável escolaridade foi selecionada como a mais relevante em todos os casos (coda final de verbos e não verbos, e coda medial), razão pela qual decidimos analisar os dados de fala culta e popular em separado. Igualmente foram realizadas rodadas separadas para verbos e não verbos, visto que há diferenças significativas entre o apagamento do segmento a depender da classe morfológica dos vocábulos, como expusemos anteriormente.

Começamos, então, por expor os resultados da cidade de João Pessoa, para a coda final dos verbos, dos não verbos e para a coda medial, por nível de escolaridade; e, na sequência, o mesmo se dá para a exposição dos dados de Teresina.

João Pessoa – Apagamento do rótico em coda final de verbos

Em João Pessoa, bem como em Teresina, confirma-se que o *R* é muito frequentemente cancelado nos verbos: o percentual de apagamento na fala dos menos escolarizados foi de

97% (de 205 ocorrências, houve sete realizações), não tendo sido selecionada qualquer variável em virtude de o processo ser quase categórico (Gráfico 5 – Exemplo 1). Com esse resultado, atesta-se que praticamente não há diferença entre os índices percentuais de apagamento do *R* por nível de escolaridade, visto que foi encontrado o índice de 98% de apagamento na fala dos cultos (Gráfico 4 – Exemplo 2): 111 ocorrências de verbos com o rótico na posição de coda final e apenas duas realizações. Apesar disso, a rodada estatística indicou que, entre os mais escolarizados (*Input*: 0.971), a pausa desfavorece a queda do *R* enquanto as consoantes em contexto subsequente a favorecem (PR: 0.24 x 0.79, respectivamente) e que falantes da primeira faixa etária apagam mais o rótico do que os demais (PR: 0.66 x 0.38, respectivamente). Esses resultados vão ao encontro da hipótese de que a pausa, pista prosódica da fronteira de sintagma entoacional, inibe a aplicação de processos segmentais de limite de palavras (TENANI, 2002; SERRA & CALLOU, 2013, 2015) e da hipótese de que os indivíduos mais jovens lideram a implementação da forma inovadora no sistema.



Gráfico 4: Apagamento do *R* em verbos – falantes mais escolarizados de João Pessoa.



Gráfico 5: Apagamento do *R* em verbos – falantes menos escolarizados de João Pessoa.

(1) Eu tinha passado no... no *vestibulaØ* e eu precisei *fazeØ* uma cirurgia. (João Pessoa – Inf. 01 – menor escolaridade)

(2) Eu gosto muito de *assistiØ* a filmes. (João Pessoa – Inf. 04 – maior escolaridade)

João Pessoa – Apagamento do rótico em coda final de não verbos

Os resultados relativos aos não verbos revelaram um comportamento diferenciado. Esperávamos que o índice de cancelamento do segmento fosse maior na fala dos menos escolarizados, entretanto, os números apontam para uma direção oposta: foi registrado um maior percentual de apagamento na fala dos indivíduos com nível superior completo, como podemos verificar nos Gráficos 6 e 7 (Exemplos 3 e 4), a seguir. De toda forma, esses resultados nos sugerem que o fenômeno de apagamento do rótico em coda final não é mais estigmatizado socialmente.



Gráfico 6: Apagamento do R em não verbos – falantes mais escolarizados de João Pessoa

Gráfico 7: Apagamento do R em não verbos – falantes menos escolarizados de João Pessoa

(3) E atuei também como *professoØ* substituto durante um ano na universidade aqui. (João Pessoa – Inf. 05 – maior escolaridade)

(4) E a minha irmã, ela não trabalha, ela é do *lar* mesmo, de casa. (João Pessoa – Inf. 02 – menor escolaridade)

Mais uma vez, devido ao alto índice de apagamento do rótico, na fala dos mais escolarizados da capital paraibana, não foram apontadas variáveis favorecedoras do cancelamento em não verbos.

Para a rodada dos dados dos menos escolarizados de João Pessoa, foram selecionados dois grupos de fatores como influentes no processo de apagamento do rótico nos não verbos, sendo uma das variáveis linguística e outra social: a dimensão do vocábulo e a faixa etária (Tabelas 1 e 2).

Dimensão do Vocábulo	Oco/Total	% de apagamento	Peso Relativo
1	4/14	29%	0.04
2	50/57	88%	0.64
3	5/6	83%	0.53
4	7/8	88%	0.71

Tabela 1: Apagamento do R em não-verbos em relação à dimensão do vocábulo – falantes menos escolarizados de João Pessoa (*Input: 0.837*)

(5) No *bar* que eles trabalhavam... (João Pessoa – Inf. 06 – maior escolaridade)

(6) Trabalhei numa escola *particulaØ* no ensino fundamental e médio. (João Pessoa – Inf. 06 – maior escolaridade)

Faixa etária	Oco/Total	% de apagamento	Peso Relativo
18 – 30 anos	36/44	82%	0.68
50 – 65 anos	30/41	73%	0.29

Tabela 2: Apagamento do R em não verbos em relação à faixa etária – falantes menos escolarizados de João Pessoa (*Input: 0.837*)

Notamos, a partir dos dados apresentados na Tabela 1, que há uma nítida oposição entre vocábulos mono e polissilábicos (Exemplos 5 e 6): enquanto nos monossílabos o peso relativo de apagamento é de 0.04, em palavras com maior número de sílabas, o peso relativo é sempre superior ao ponto neutro, atingindo 0.71 entre os vocábulos de 4 sílabas. Esses resultados vão ao encontro da hipótese clássica relativa à dimensão do vocábulo: há maior tendência de preservação do segmento em vocábulos menores, nos quais o rótico é mais saliente, se comparados aos de maior quantidade de sílabas.

A outra variável selecionada foi a faixa etária do falante (Tabela 2). Conforme nossa hipótese inicial em relação à faixa etária, mais uma vez, os falantes mais velhos tendem a utilizar a forma mais antiga – neste caso, o rótico (consoante fricativa). Os falantes mais jovens tendem a utilizar mais a forma inovadora, ou seja, o zero fonético, confirmando o processo de mudança em curso.

João Pessoa – Apagamento do rótico em coda medial

A atuação do fenômeno de cancelamento do rótico não é a mesma em coda silábica final e medial, evidenciando a importância de se observar os fenômenos segmentais distinguindo-se fronteira de sílaba e fronteira de palavra. Enquanto o processo na coda final se encontra extremamente avançado, o fenômeno na coda medial ainda está em seu início. A hipótese é que nos dialetos em que o apagamento do *R* em coda final é quase categórico, o fenômeno de apagamento já atinja a coda interna.

E é exatamente o que acontece em João Pessoa: a capital da região Nordeste do Brasil com maiores índices de apagamento do *R* em coda final (CALLOU, SERRA & CUNHA, 2015) também registrou índices relativamente elevados de cancelamento do *R* em posição de coda medial. Com altos índices de apagamento do *R* em coda final registrados na fala dos indivíduos mais escolarizados (96%) e na fala dos indivíduos com baixa escolaridade (88%), os números relativos ao fenômeno na coda medial também são considerados altos (Gráficos 8 e 9), se comparados às demais cidades do Nordeste. Exemplos que retratam o cancelamento e a manutenção do rótico em coda medial são apresentados em (7) e (8), a seguir.

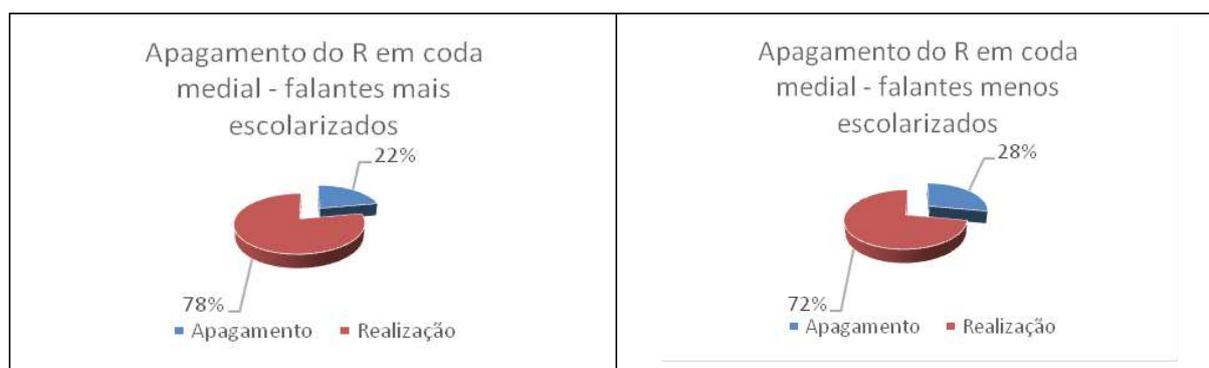


Gráfico 8: Apagamento do R em coda medial – falantes mais escolarizados de João Pessoa

Gráfico 9: Apagamento do R em coda medial – falantes menos escolarizados de João Pessoa

(7) Quando eu estava, né, prestes a entrar na *univeØsidade* (...). (João Pessoa – Inf. 07 – maior escolaridade)

(8) Então foi uma experiência meio *marcante*, embora tenha sido um pouco ruim. (João Pessoa – Inf. 03 – menor escolaridade)

O percentual de apagamento do R, em coda medial, é ainda mais alto em falantes de baixa escolaridade. Conforme os Gráficos 8 e 9 indicam, o apagamento do segmento em coda medial na fala dos mais escolarizados é de 22% e na fala dos menos escolarizados, 28%.

A variável que se mostra mais significativa no processo de apagamento do rótico em coda final não apresenta o mesmo peso em coda medial: a diferenciação entre classe morfológica não foi um grupo de fator apontado como relevante no processo de apagamento.

A consoante subsequente foi selecionada como fator relevante no processo de apagamento, tanto no que se refere a falantes mais escolarizados quanto a falantes com baixa escolaridade, conforme apontam as Tabelas 3 e 4 (ver também os Exemplos 9, 10 e 11). De forma geral, vemos que as fricativas favorecem o cancelamento, como um resultado bastante natural de assimilação de traços e posterior queda do segmento rótico, já que, nas localidades investigadas, sua realização é também fricativa.

Consoante subsequente	Oco/Total	% de apagamento	Peso Relativo
/s/	29/30	97%	0.97
/z/	2/3	67%	0.97
/v/	2/5	40%	0.80
/k/	9/36	25%	0.10
/d/	1/16	6%	0.04

Tabela 3: Apagamento do R na coda medial em relação à consoante subsequente – falantes mais escolarizados de João Pessoa (*Input*: 0.505)

(9) Não, no momento eu só estou me dedicando ao *cuOsso*. (João Pessoa – Inf. 07 – maior escolaridade)

(10) Quando a gente saiu dessa tomografia, *conveOsando* com painho, olhando pra ele; e ele teve um AVC na minha frente. (João Pessoa – Inf. 08 – maior escolaridade)

Consoante subsequente	Oco/Total	% de apagamento	Peso Relativo
/s/	20/23	87%	0.95
/v/	7/11	64%	0.88
/k/	12/25	48%	0.76
/ʒ/	1/3	33%	0.52
/m/	3/26	12%	0.27
/d/	2/24	8%	0.22
/t/	3/44	7%	0.20

Tabela 4: Apagamento do R na coda medial em relação à consoante subsequente – falantes menos escolarizados de João Pessoa (*Input: 0.505*)

(11) Eu tinha passado no... no vestibular e eu precisei fazer uma *ciruOgia*. (João Pessoa – Inf. 04 – menor escolaridade)

No que se refere especificamente à consoante subsequente que mais favorece o apagamento do rótico, a consoante /s/, como nos vocábulos *universidade*, *curso*, *conversa*, *terceiro*, ao que parece, a presença dessa fricativa alveolar favorece o cancelamento por uma possível assimilação total ($R+S \rightarrow S+S \rightarrow S$), processo fonológico muito produtivo na história da passagem do latim para o português como explica Williams (1975, p. 86):

A maioria das modificações sofridas pelos grupos consonantais mediais teve seu começo em latim vulgar, e é geralmente difícil determinar quando haviam progredido pelo início do período português. Há uns poucos, entretanto, que claramente ocorreram em latim vulgar.

rs mediais do latim clássico > latim vulgar e português *ss*: *persicum* > *pê-sego*; *personam* > *pessoa*; *ursum* > *usso* (arcaico); *uersum* > *uessso* (arcaico). (WILLIAMS, 1975)

Teresina – Apagamento do rótico em coda final de verbos

Na capital do Piauí, verificamos um índice maior de apagamento na fala dos menos escolarizados, tanto no que se refere a verbos quanto a não verbos. Porém, mais uma vez, os índices de apagamento são ainda maiores nos verbos, como era esperado (Gráficos 10 e 11, Exemplos 12 e 13).

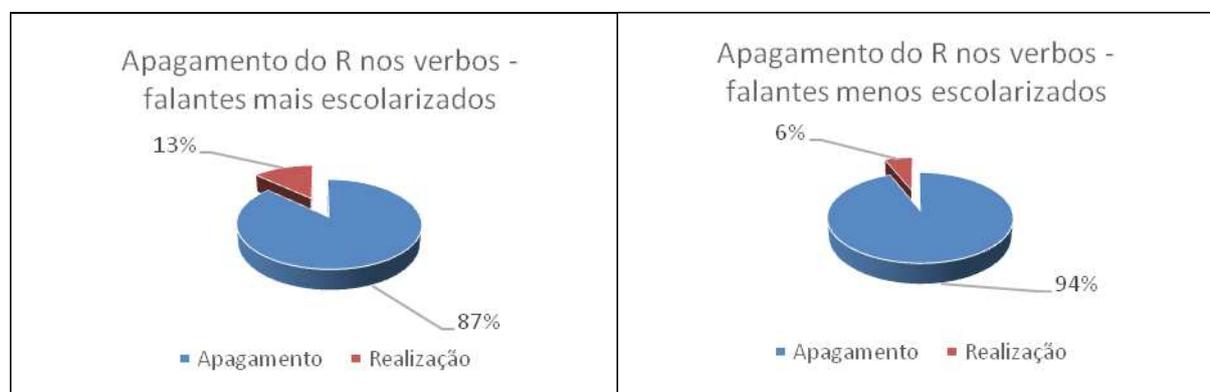


Gráfico 10: Apagamento do R em verbos – falantes mais escolarizados de Teresina

Gráfico 11: Apagamento do R em verbos – falantes menos escolarizados de Teresina

(12) A gente ia *passaØ* final de semana. (Teresina – Inf. 01 – menor escolaridade)

(13) Antes de *iØ* pra rua, também vejo se tem algum bazineho. (Teresina – Inf. 05 – maior escolaridade)

Nenhuma variável foi selecionada como significativa no processo de apagamento do rótico na fala dos indivíduos com nível superior de Teresina, apenas se registrou, na fala dos menos escolarizados, menor percentual de apagamento diante de pausa (88% de realização do rótico quando o contexto é de pausa, 7/8 dados) – o que remete à hipótese da fronteira prosódica (CALLOU & SERRA, 2013, 2015), visto que a pausa é uma das principais pistas de fronteira de sintagma entoacional, na qual há maior tendência à preservação do rótico.

Teresina – Apagamento do rótico em coda final de não verbos

A maior diferença no comportamento do fenômeno de apagamento entre as duas cidades aqui estudadas se encontra nos resultados relativos aos não verbos da fala dos mais escolarizados. Enquanto, em João Pessoa, obtivemos apagamento de 93%, nos não verbos (falantes mais escolarizados), em Teresina, registrou-se o índice de 56% (Gráfico 12, Exemplo 14), uma diferença percentual de mais de 30%. Entretanto, esta diferença só foi verificada na fala de indivíduos mais escolarizados, visto que, em contrapartida, na fala de indivíduos com baixa escolaridade, em João Pessoa, o percentual de cancelamento foi de 78% e, na capital do Piauí, 74% (Gráfico 13, Exemplo 15); ou seja, o comportamento do fenômeno variável é semelhante entre as localidades apenas no que se refere aos não verbos, na fala dos indivíduos menos es-

colarizados.

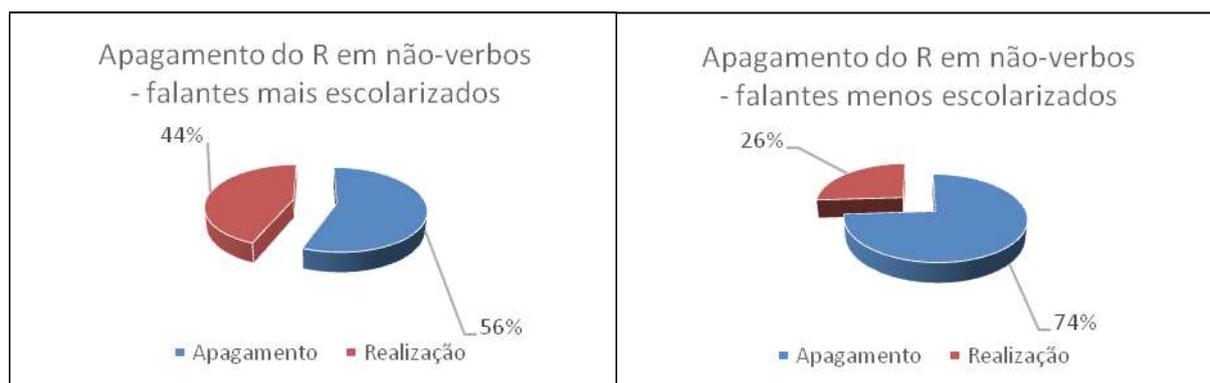


Gráfico 12: Apagamento do R em não verbos – falantes mais escolarizados de Teresina

Gráfico 13: Apagamento do R em não verbos – falantes menos escolarizados de Teresina

(14) Quando sair, eu pretendo dar uma volta em algum *lugaØ*. (Teresina – Inf. 06 – maior escolaridade)

(15) Mexo com a *colheØ*, ai depois (...). (Teresina – Inf. 02 – menor escolaridade)

Assim como em João Pessoa, a variável que se mostra mais atuante em Teresina – além da classe morfológica – é a dimensão do vocábulo, tanto na fala dos mais escolarizados quanto na dos menos escolarizados. A Tabela 5 mostra essa oposição, em relação aos não verbos, na fala dos mais escolarizados (Exemplo 16 e 17), e a Tabela 6, aos não verbos, na fala dos menos escolarizados (Exemplo 18 e 19).

Dimensão do vocábulo	Oco/Total	% de apagamento	Peso Relativo
1	10/53	19%	0.12
2	46/61	75%	0.73
3	9/14	64%	0.56
4	18/21	88%	0.84

Tabela 5: Apagamento do R em não verbos em relação à dimensão do vocábulo – falantes mais escolarizados de Teresina (Input: 0.611)

(16) O mais bonito aqui é o *pôr* do sol mesmo. (Teresina – Inf. 06 – maior escolaridade)

(17) Eu tenho um exemplo bem *melhoØ*, porque... eu noto... Eu já conheci um pouco o estado, quando (...). (Teresina – Inf. 06 – maior escolaridade)

Dimensão do vocábulo	Oco/Total	% de apagamento	Peso Relativo
1	8/14	36%	0.15
2	27/30	90%	0.77

Tabela 6: Apagamento do *R* em não verbos em relação à dimensão do vocábulo – falantes menos escolarizados de Teresina (*Input*: 0.611)

(18) Aí que deixo a gente tudo na *flor* da pele (Teresina – Inf. 02 – menor escolaridade)

(19) Termina com a *mulheØ* depois volta. (Teresina – Inf. 03 – menor escolaridade)

Analogamente ao que se viu na fala pessoense, fica evidente também para Teresina, a partir das tabelas apresentadas, que há uma diferenciação no apagamento do *R* em vocábulos monossilábicos: o apagamento é muito menos frequente (e desfavorecido) em palavras de uma sílaba. Na Tabela 6, não há a indicação de vocábulos de três, quatro, cinco e seis sílabas, pois o apagamento, nestes casos, foi categórico; mais um indício de que o apagamento é mais frequente em vocábulos maiores. No *corpus* de fala dos indivíduos com baixa escolaridade de Teresina, registraram-se cinco palavras trissílabas e cinco tetrassílabas; uma com cinco sílabas e duas com seis sílabas e, em nenhum dos casos, houve a realização do *R* por parte do falante.

Teresina – Apagamento do rótico em coda medial

Os resultados relativos à coda medial demonstram, mais uma vez, a diferenciação de atuação do processo por nível de escolaridade. Em falantes mais escolarizados, em Teresina, o índice de apagamento do *R* em coda medial é de apenas 2% (Gráfico 14), enquanto na fala dos menos escolarizados, o percentual chega a 13% (Gráfico 15, Exemplos 20 e 21).

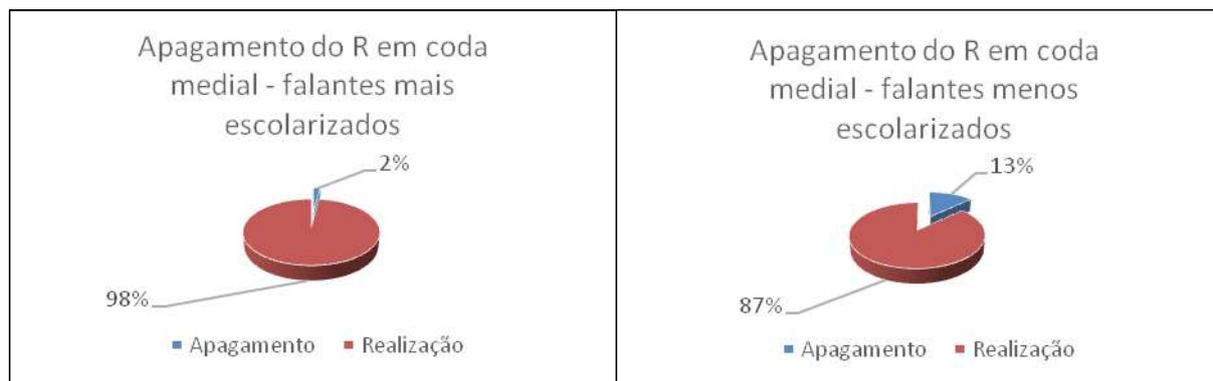


Gráfico 14: Apagamento do *R* em coda medial – falantes mais escolarizados de Teresina

Gráfico 15: Apagamento do *R* em coda medial – falantes menos escolarizados de Teresina

(20) Num *albeØgue* daquele ali. (Teresina – Inf. 02 – menor escolaridade)

(21) Eu *cor~~to~~*, lavo (...). (Teresina – Inf. 02 – menor escolaridade)

Como se pode perceber, os índices de apagamento do *R* em posição de coda medial ainda são baixos na fala dos mais escolarizados; das 235 ocorrências do rótico nesta posição, o apagamento foi registrado em apenas quatro itens lexicais: *participar*, *percurso*, *jornais* e *barzinho*.

Em coda medial, na fala dos menos escolarizados, o tipo de consoante subsequente é apontado como a variável mais relevante na atuação do processo. Como se pode verificar na Tabela 7, a queda do rótico é mais frequente diante de [k] e [s] (Exemplos 22 e 23). No que se refere à consoante [k], podemos relacionar o índice alto de cancelamento à sua ocorrência em um vocábulo específico *porque*, que, além de muito frequente na língua, apresenta uma coda medial diferente das demais, por ter origem, na verdade, em uma coda final, a da preposição *por* que compõe o vocábulo.

Consoante subsequente	Oco/Total	% de apagamento	Peso Relativo
/k/	12/19	63%	0.71
/s/	2/4	50%	0.64
/g/	1/4	25%	0.34
/v/	1/10	10%	0.14

Tabela 7: Apagamento do *R* em coda medial em relação ao contexto subsequente – falantes menos escolarizados de Teresina (Input: 0.381)

(22) Não, *po~~o~~que* fica um correndo atrás do outro. (Teresina – Inf. 03 – menor escolaridade)

(23) com os *pe~~o~~sonagens* dos atores. (Teresina – Inf. 03 – menor escolaridade)

É importante destacar que se registrou o cancelamento categórico do rótico em coda medial diante das fricativas /z/ e /f/, apesar de ter sido encontrado apenas um caso de *R* diante de cada uma dessas consoantes. Das 138 ocorrências do rótico em posição de coda medial na fala de indivíduos com baixa escolaridade, foram encontrados 18 registros de apagamento do segmento e em oito itens lexicais: *barzinho*, *marcante*, *albergue*, *março*, *perfume*, *força*, *serviço* e *porque* (item que registrou a maior frequência de apagamento: 11).

Considerações finais

A partir da análise empreendida, pode-se confirmar que o processo de apagamento do rótico está bastante avançado no Nordeste, especialmente no que se refere à coda final, porém seu

comportamento é diferenciado por capital, por contexto linguístico (coda final e coda medial) e por nível de escolaridade.

Os Gráficos 16 e 17, a seguir, apresentam um panorama geral do processo de apagamento nas duas capitais, levando em conta nível de escolaridade e contexto de ocorrência. Em coda medial, a questão é mais complexa: o processo é mais atuante em falantes de baixa escolaridade e pode ter relação com o item lexical em que está inserido o segmento e/ou ainda com as características acústico-articulatórias da consoante subsequente.

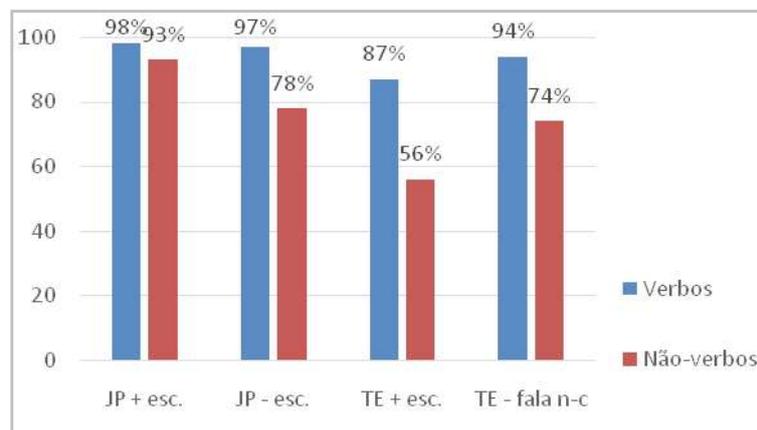


Gráfico 16: Apagamento do R em JP e Teresina, de acordo com a classe morfológica e nível de escolaridade (coda final)

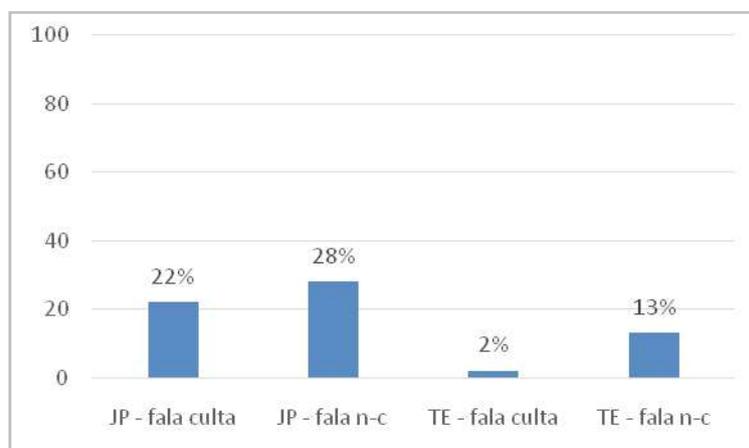


Gráfico 17: Apagamento do R em JP e Teresina por nível de escolaridade (coda medial)

Comparando nossos resultados com os apresentados nas cartas F04 C3 e F04 C6, do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO *et al*, VOL 2, 2014), é possível ainda confirmar a hipótese de o processo estar mais avançado nos dialetos em que a norma de realização, em coda silábica interna, é uma fricativa glotal, isto é, uma aspiração. Observe-se que, em Teresina, em que existe uma tendência à preservação do segmento, nesse contexto, ocorrências de fricativa velar foram também registradas.

A partir dos resultados, concluímos que o apagamento do R nos verbos em posição de

coda final é praticamente categórico, tanto na fala dos indivíduos mais escolarizados quanto na dos menos escolarizados. As diferenças entre os percentuais de apagamento são ínfimas e o fenômeno se apresenta de tal forma avançado que se pode postular uma mudança em progresso, visto que há uma clara predominância do uso do zero fonético. Os indivíduos de ambas as cidades e de diferentes níveis de escolaridade optam, em seu uso vernáculo, pela não-realização do rótico nos verbos no infinitivo.

No que se refere ao comportamento do *R* em posição de coda final nos não verbos, verificamos que, em Teresina – capital em que o processo não está tão avançado – o fator escolaridade influencia o comportamento do fenômeno. A capital do Piauí apresenta 56% de apagamento do *R* na coda final de não verbos na fala de indivíduos mais escolarizados, o segundo menor de todo o Nordeste (cf. Gráfico 4), já na fala dos menos escolarizados, o percentual atinge 74%, quase se igualando ao de João Pessoa (78%), neste mesmo contexto.

Analisando todos os resultados obtidos em relação à coda final, pode-se afirmar que (a) João Pessoa apresenta índices elevados de apagamento do *R* tanto em verbos quanto em não verbos, sem distinção de escolaridade; (b) Teresina ainda apresenta uma diferenciação entre os índices de apagamento de indivíduos mais e menos escolarizados (mais nos não verbos do que nos verbos); (c) a capital do Piauí ainda retém mais o segmento se comparado a João Pessoa, e (d) não parece mais haver estigma social no que se refere ao cancelamento do *R* em posição de coda final, visto que:

(...) quando falantes mais cultos estão usando uma forma que anteriormente não tinha prestígio, isso significa que ela deixou de ser estigmatizada e passou a ser normal dentro da comunidade de fala de pessoas escolarizadas, o que pode significar mudança, ou seja, substituição de uma forma mais antiga pela forma mais nova. (CEZARIO & VOTRE, 2009, p. 152)

No que se refere às hipóteses postuladas para a coda final, confirma-se, mais uma vez, que a classe morfológica é fator determinante para o processo de apagamento, pois há maior índice de queda do *R* em verbos do que em não verbos. A dimensão do vocábulo também se mostrou relevante na atuação do fenômeno: vocábulos mais extensos tendem a não reter o segmento e vocábulo monossilábicos apresentam os maiores índices de preservação do rótico, por conta da sua maior saliência em vocábulos menores.

Em João Pessoa, ainda se percebe que a faixa etária é um fator atuante, visto que, indo ao encontro da nossa hipótese, indivíduos mais jovens tendem a utilizar a forma mais inovadora, o zero fonético, do que os mais velhos. Porém, no que se refere ao sexo, não foram registradas diferenças significativas entre os índices de apagamento na fala de homens e mulheres.

Os resultados referentes à coda medial apresentaram diferenças marcantes em comparação à coda final. Como era de se esperar, o fenômeno de apagamento atua de maneira distinta na coda medial, ou seja, os fatores que foram relevantes no processo de cancelamento do rótico

na coda final não são os mesmos na coda medial.

Diferentemente do que ocorre na coda final, a classe morfológica não é uma variável relevante no processo de apagamento do *R* na coda medial; não há registros de distinção entre os índices de apagamento de verbos x não verbos, bem como a dimensão do vocábulo não se mostrou fator significativo para o apagamento.

O nível de escolaridade no contexto de coda interna se mostra de extrema relevância para a aplicação da regra variável, isso porque os percentuais de apagamento do rótico são distintos no que se refere ao nível de escolaridade, tanto em Teresina quanto em João Pessoa. Na fala dos indivíduos com nível superior completo de Teresina, o índice de apagamento do *R* em coda medial é de apenas 2% e, na fala dos menos escolarizados, 13%. Percebe-se que os números ainda são baixos, principalmente se comparados aos números de apagamento da coda final, entretanto, nota-se que este fenômeno atinge com maior frequência a fala de indivíduos com baixa escolaridade. De forma menos contrastante, o mesmo acontece em João Pessoa, que apresenta índice de apagamento na fala dos indivíduos mais escolarizados de 22% e, na dos menos escolarizados, de 28%.

Além da escolaridade, a consoante subsequente é uma variável atuante no processo de apagamento em coda medial. O que se verificou foi que, tanto em João Pessoa quanto em Teresina, a presença de fricativas na vizinhança do rótico favorecem a sua queda. O /s/, principalmente, parece favorecer o apagamento do *R* em coda medial, remetendo ao processo histórico já citado sobre a assimilação de RS > SS > S. Além disso, o vocábulo *porque*, em Teresina, apresenta índice considerável de apagamento, talvez pela frequência de uso do vocábulo ou pelo *R* apresentar ali características de coda final.

A partir de tais resultados, pudemos aferir que (a) em Teresina, o fenômeno de apagamento em coda medial está menos avançado do que em João Pessoa, assim como na coda final; (b) apesar de o processo ainda parecer estar em seu início, João Pessoa apresenta índices elevados de apagamento – sendo o maior índice de todo o Nordeste na fala dos mais escolarizados (cf. Gráfico 5); (c) João Pessoa, por apresentar percentuais altos de apagamento do *R* em coda final, já apresenta índices também mais elevados de cancelamento na coda medial, e (d) o cancelamento do rótico em coda medial parece estar mais associado a falantes menos escolarizados.

Sendo assim, parece que o cancelamento do *R* em coda final não apresenta (mais) estigma social, enquanto o apagamento na coda medial parece manter o estigma, justamente por apresentar menor frequência de uso na fala de indivíduos mais escolarizados. Se tal variante pertence a uma variedade menos prestigiada, esta variante é considerada *inferior*; como afirma Gnerre (1998), nota-se que “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

Referências

- BRANDÃO, S.F; VIEIRA, S.R. (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CALLOU, D.M.I. *Variação e Distribuição da Vibrante na Fala Culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.
- CALLOU, D.M.I.; SERRA, C.R. & CUNHA, C. Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do R no dialeto nordestino. *Revista da ABRALIN*, v. 14, p. 195-219, 2015.
- CALLOU, D.M.I.; LEITE, Y. & MORAES, J. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: *Gramática do Português Falado vol. VI*, I.Koch, (ed.). Campinas: UNICAMP, 1996.p.465-493.
- CALLOU, D.M.I.; SERRA, C.; FARIAS, A. & OLIVEIRA, I. So/R/vete ~ soØvete: o cancelamento do rótico em posição de coda silábica medial no falar de Salvador. Trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional Abralín, 2013.
- CARDOSO, S. *et al. Atlas linguístico do Brasil*. Cartas linguísticas, vol. 2. Londrina: EDUEL, 2014.
- CEZARIO, M.M. & VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M.E. (org.). *Manual de Linguística*. 1.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- COMITÊ NACIONAL DO ALIB (BRASIL). Atlas Linguístico do Brasil: questionário2001/ Comitê Nacional do projeto ALiB – Londrina: Ed. UEL, 2001.
- FARIAS, A. & CALLOU, D.M.I. A distribuição do processo de apagamento do rótico nas quatro últimas décadas: três capitais em confronto. In: Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste – GELNE, 2014, Natal. 25ª Jornada Nacional do GELNE, 2014.
- FARIAS, A. & OLIVEIRA, I.C. Os róticos no Nordeste do Brasil: o apagamento em coda final e medial. 2013a.
- FARIAS, A. & OLIVEIRA, I.C. O apagamento do rótico no português brasileiro e no português europeu: o lido e o dito. In: IV colóquio brasileiro de prosódia da fala, Maceió. Anais do colóquio brasileiro de prosódia da fala, v. 2, 2013b.
- GAUCHAT, L. *L'unitéphonétique dans le patois d'unecomunne*. Halle, 1905.
- GNERRE, M. Linguagem, Poder e Discriminação. In: *Linguagem, Escrita e Poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- HORA, D. & MONARETTO, V. Enfraquecimento e apagamento dos róticos. In: D.Hora & G. Collischonn (orgs.). *Teoria Linguística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Univer-
- Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, p.365-389, 2018.

sitária, 2003. p. 114-143.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.

_____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991 [1972].

_____. *Principles of linguistic change*. Internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994.

_____. A estratificação social do (r) nas lojas de departamentos na cidade de Nova York. In: LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, C.M.B. Estudo do /R/ em coda silábica medial e final no falar campineiro. In: Anais do VII Congresso Internacional da Abralín. Curitiba, 2011.

LEITE, Y. & CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

MOLLICA, M.C. & BRAGA, M.L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MONARETTO, V. Descrição da vibrante no português do sul do Brasil. In: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (orgs.). *Português do Sul do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.119-127, 2010.

NESPOR, M. & VOGEL, I. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

PAIVA, M. da C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 33-42.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, A. & SMITH, E. Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SERRA, C. & CALLOU, D. A interrelação de fenômenos segmentais e prosódicos: confrontando três comunidades. XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra, APL, p. 585-594, 2013.

_____. Prosodic structure, prominence and /r/-deletion in final coda position: Brazilian Portuguese and European Portuguese contrasted. In: *Amedeo De Dominicis*. (org.). pS-prominenceS: Prominences in Linguistics International Conference. 1. ed. Viterbo: DISUCOM PRESS, p. 96-113, 2015.

TENANI, L.E. *Domínios prosódicos do português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos*. Tese de doutorado em Linguística. Campinas: IEL/ UNICAMP, 2002.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical Foundations for Theory of Language Change. In: LEHMANN, P.; MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, p. 95-188, 1968. [Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.]

WILLIAMS, E.B. *Do Latim ao Português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

Sobre Dinah Callou — *Aline de Jesus Farias Oliveira, Vitor Gabriel Caldas e Carolina Ribeiro Serra*⁵

⁵ Este artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso de graduação (Licenciatura em Letras Português-Literaturas – UFRJ) de Aline de Jesus Farias Oliveira. A aluna, orientada pela professora Dinah Callou durante toda a iniciação científica, mestrado e doutorado (ainda em curso), juntamente com o colega Vitor Caldas, também orientado pela professora em projeto de iniciação científica, e com a professora Carolina Serra (UFRJ), trazem este estudo como uma singela homenagem àquela que tanto se dedicou aos estudos de variação sobre os róticos no português.



APAGAMENTO DE R EM CODA EXTERNA EM DUAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS

R DELETION IN EXTERNAL CODA IN TWO AFRICAN VARIETIES OF PORTUGUESE

Silvia Figueiredo Brandão¹

Resumo

Focaliza-se o apagamento dos róticos nas variedades urbanas do Português de São Tomé (PST) e do Português de Moçambique (PM) à luz dos princípios teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança. Objetiva-se discutir os fatores estruturais e sociais que condicionam a queda do R em coda externa. Realizaram-se análises controlando variáveis estruturais e também as variáveis sexo, faixa etária e nível de escolaridade, frequência de uso de um crioulo (esta em relação ao PST), status do Português (L1 ou L2) e línguas faladas pelo informante (em relação ao PM), as três últimas com o propósito de verificar possíveis influências das línguas locais, devido à situação multilinguística nessas áreas. Os resultados das análises demonstram que a queda do R no PST é mais frequente do que no PM e que as variáveis sociais se mostraram muito salientes para a definição desse quadro.

Palavras-chave: Róticos; Coda externa; Português de São Tomé; Português de Moçambique.

Abstract

This article focuses on rhotic deletion in the urban varieties of the Portuguese spoken in São Tomé (PST) and in Mozambique (PM) in the light of the theoretical and methodological as-

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq 1/FAPERJ. E-mail: silvia.brandao@terra.com.br.

Recebido em: 27/08/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

assumptions of the Theory of Language Variation and Change. We aim to discuss the structural and social factors that condition R deletion in external coda. Variationist analyses have been carried out, controlling structural and social variables, such as gender, age group, level of schooling, frequency of use of a creole (with regard to São Tomé), status of Portuguese (L1 or L2) and other languages spoken by the interviewee (with regard to MP). The three latter variables intend to investigate the possible interference of local languages, considering the multilingualism in those areas. The results of the analyses show that R deletion in PST is more frequent than in the Portuguese of Mozambique and that the influence of social variables has shown their influence in such result.

Keywords: Rhotic deletion; External coda; Portuguese of São Tomé; Portuguese of Mozambique.

1. Introdução

Os róticos têm sido alvo de inúmeras pesquisas não apenas no Português, mas também no âmbito de outros sistemas linguísticos, de um lado pela dificuldade em caracterizá-los, estritamente, como uma classe de sons, de outro, por apresentarem tendências semelhantes quer quanto à posição no vocábulo, quer quanto à possibilidade de intercambiarem.

Ladefoged; Maddieson (1996, p. 244-245) mencionam o terceiro formante mais abaixado como um possível traço unificador de todos os róticos, mas acabam por concluir que, na realidade, isso não se aplica, pois não só o abaixamento não ocorre em todos os róticos, mas também “cada membro da classe se assemelha a algum outro membro em relação a alguma propriedade, mas não é a mesma propriedade que constitui a semelhança entre todos os membros da classe”². Para os autores, tais semelhanças parciais poderiam explicar “diversas alternâncias sincrônicas e as mudanças diacrônicas que conectam diferentes tipos de róticos entre si”, acrescentando que “embora haja vários subtipos bem definidos de sons (vibrantes, flapes etc) incluídos na classe rótica, a unidade global do grupo parece residir sobretudo nas conexões históricas entre esses subgrupos, e na escolha da letra ‘r’ para representar todos eles”.

Tal complexidade pode ser facilmente observada no Português do Brasil (PB), em que hoje se registram, em contexto de coda, além do cancelamento do R, variantes como o tepe, a aproximante retroflexa e as fricativas velar e glotal e, nos contextos pré-vocálicos, sobretudo as mencionadas fricativas. No Português Europeu (PE), de acordo com Veloso (2015, p. 328), há um processo de posteriorização do R nos contextos pré-vocálicos, que redundou, na norma lisboeta atual, na inovadora vibrante uvular que,

parece estar sofrendo uma mudança subsequente mais drástica (...) De fato um crescente número de falantes está substituindo o [ʀ] por uma fricativa — quer dizer, por uma obstruinte, tipicamente não se comportando como uma sonorante, mas mais similarmente como, digamos, uma oclusiva ou uma africada, acusticamente falando — dentro de uma gama de escolhas que inclui, no PE,

2 As traduções dos textos citados são de inteira responsabilidade da autora deste artigo.

velares (desvozeada [x] ou vozeada [ɣ]) e uvulares (desvozeada [χ] e vozeada [ʁ]).

Veloso menciona, ainda, a “emergência de um flap retroflexo [ɾ] ocorrendo no lugar de um flap alveolar (supostamente invariante entre todos os falantes do PE (= [r]), de acordo com a literatura)” (p. 331). Para o autor, essa variante [ɾ] (ou talvez um [ɻ]) estaria se difundindo sobretudo entre falantes jovens do sexo feminino e de alto nível de escolaridade na cidade do Porto, sobretudo no contexto de coda silábica (raramente em onsets) na posição acentuada final, como em *professo[ɾ]*, *faze[ɾ]*, *amo[ɾ]*.

Veloso, no quadro sintético sobre a mudança dos róticos no PE e no PB, que apresenta ao final de seu artigo (p. 334), não faz qualquer menção ao apagamento em coda silábica externa embora o processo não só represente o último estágio de posteriorização nesse contexto, mas também seja muito produtivo no PB, como vêm demonstrando os inúmeros estudos sobre o tema no âmbito desta última variedade.

Neste artigo, focalizam-se os róticos em coda silábica externa com o objetivo de verificar como atua o apagamento em duas variedades africanas do Português, a de São Tomé (PST) e a de Moçambique (PM), que só há bem pouco tempo passaram a contar com estudos de natureza fonético-fonológica e que, a princípio, têm como norma de referência o PE. Parte-se da hipótese de que, nelas, o processo ainda esteja em estágio menos avançado do que em algumas áreas brasileiras, como ocorre em dialetos que têm no tepe a variante mais frequente na posição medial e também na final.

Para desenvolver o tema, além desta introdução, na seção 2, revisitam-se, para fins comparativos, os poucos estudos que focalizam o R em contexto de coda externa no PE (2.1) e dá-se uma breve notícia de estudos sobre os róticos recentemente divulgados no âmbito do PST e do PM (2.2); na terceira seção, traça-se um brevíssimo perfil das duas comunidades e na quarta, indicam-se os aspectos teórico-metodológicos que nortearam as análises das mencionadas variedades africanas. Na seção 5, expõem-se as análises referentes, respectivamente, ao PST (5.1) e ao PM (5.2). Na sexta, apresenta-se uma síntese dos resultados, e, na sétima, tecem-se as considerações finais.

2. Estudos sobre o R

Diferentemente do que ocorre no âmbito do PB, em que inúmeros são os estudos sobre os róticos do ponto de vista tanto sócio e geolinguístico, quanto intrinsecamente fonológico, raros são os estudos que os focalizam no PE e nas variedades africanas, como se poderá verificar nos subitens a seguir.

2.1. R em coda externa no PE

Em relação ao PE, sobretudo no que respeita à coda silábica externa, em que o tepe é considerado a norma (VELOSO, 2015, acima; MATEUS; D'ANDRADE, 2000), conta-se com os trabalhos de Brandão; Mota; Cunha (2003), Mateus; Rodrigues (2003) e Rodrigues (2005)³.

O primeiro deles, de cunho contrastivo (PE, PB), na linha sociolinguística variacionista, baseia-se em entrevistas realizadas, nas décadas de 1980 e 1990, e pertencentes ao Projeto VARPORT (*Análise Contrastiva de Variedades do Português*). O segundo apoia-se em dados do Projeto REDIP (Rede de Difusão Internacional do Português: rádio, televisão e imprensa) do ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional) e no Corpus CPE-Var (*Corpus de Português Europeu – Variação*), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, recolhido nos anos de 1996 e 1997. O terceiro focaliza algumas variáveis fonético-fonológicas nos dialetos de Lisboa e Braga, entre elas os róticos, com base no Corpus CPE-Var, o mesmo em que se fundamenta o anterior e, que, por esse motivo, não é aqui comentado.

Brandão; Mota; Cunha (2003) realizaram um estudo contrastivo entre o PE e o PB para verificarem especificamente o que ocorre em coda silábica externa, considerando 12 indivíduos (6 por variedade nacional), distribuídos por dois níveis de escolaridade (fundamental e superior) e três faixas etárias (18-35; 36-55 e 56-75 anos). Computaram-se 994 dados, 591 referentes ao PE e 403 ao PB, registrando-se as variantes expostas na Tabela 1.

	Cancelamento	Tepe	Tepe+ [i]	Vibrante uvular	Fricativa velar	Fricativa uvular	Fricativa glotal
PE	156/591 26%	430/591 73%	05/591 1%	— 0%	— 0%	— 0%	— 0%
PB	3142/403 78%	33/403 8%	— 0%	2/403 0,49%	08/403 2%	01/403 0,24%	45/403 11%

Tabela 1: Distribuição das variantes de R em coda externa em PE e em PB. Fonte: BRANDÃO; MOTA; CUNHA, 2003, tabela 2, p. 167.

Como demonstra a tabela, o cancelamento do R é altamente produtivo no PB (78%, input .89) e ainda incipiente no PE (26%, input .05). Quando concretizado, a norma no PE é o tepe (73%, considerando-se os casos de abertura de sílaba) e, no PB, a fricativa glotal (11%). Como salientam as autoras, “na amostra brasileira, nos casos em que não ocorre cancelamento, tepe e fricativas têm uma distribuição particular: o tepe restringe-se ao contexto pré-vocálico e as fricativas, aos contextos de pausa e pré-consonântico” (p. 167).

Nas análises em separado das variedades brasileira e europeia, consideraram-se, além das duas variáveis sociais, o número de sílabas do vocábulo, a intensidade da sílaba em que ocorre o R, o contexto antecedente, o modo e o ponto de articulação do segmento subsequente, a classe

³ Essa publicação refere-se à tese, com o mesmo título, defendida em 2001 na Universidade de Lisboa.

do vocábulo e a pressão paradigmática.

Tendo-se feito diversas junções/eliminações em função da distribuição de dados, na análise variacionista do cancelamento no PE (regra cujo input é .05), verificou-se que:

(a) a variável mais relevante – *faixa etária* – mostrou que são os indivíduos mais jovens os que mais promovem o cancelamento (P. R. .70), enquanto os da faixa intermediária (P. R. .31) são os que menos o atualizam, seguidos pelos mais velhos (P. R. .43);

(b) no que respeita à *classe do vocábulo*, o cancelamento incidiu sobretudo no vocábulo *qualquer* (P. R. .89), no segundo constituinte das expressões “quer/vamos dizer” (P. R. .74), nos vocábulos *maior, menor, melhor, pior* (P. R. .65), sendo pouco expressivo entre os verbos e nomes, que tiveram de ser tomados em conjunto (P. R. .39).

Mateus; Rodrigues (2003) selecionaram do *Corpus REDIP* dois programas de televisão (um de rádio, outro de TV) abrangendo os temas esporte e opinião, nos quais obtiveram, em 2328 palavras terminadas em R, 13% de cancelamento e 87% de concretização. Para fins de análise foram separados os nomes e os verbos (1742 dados). Consideradas as duas classes em conjunto ou separadamente, o percentual de cancelamento é idêntico: 12%. No entanto, o mesmo procedimento, quando se consideram em separado os dados oriundos dos programas de rádio e os de televisão, demonstra que ambas as classes, em programas de rádio, têm 15% de cancelamento, enquanto na televisão, o percentual relativo aos nomes baixa para 2% e o de verbos para 9%. No que se refere aos fatores estruturais, as autoras afirmam que o R tende a ser suprimido sobretudo quando, no vocábulo seguinte, há uma obstruinte (fricativa ou oclusiva) em 64% dos casos, sendo também sensível à presença de uma soante (21%), acrescentando, ainda, que ,diante de vogal e pausa, “raramente é suprimido”(p.193).

Do *Corpus CPE-Var*, as autoras consideraram 3500 ocorrências do material de “Discurso Informal, que corresponde à parte da entrevista sociolinguística que mais se aproxima do vernáculo”(p. 195).

Na fala espontânea, embora os fatores que podem implicar o cancelamento sejam basicamente os mesmos, o índice de queda é mais significativo: 31,3% em Lisboa e 33,4%, em Braga. As autoras chamam a atenção, em nota, para os altos índices referentes à obstruinte vozeada em Braga, que se deveriam à recorrência da expressão *quer dizer*, que, em 140 ocorrências, apresentou 109 casos de cancelamentos (77,85%). Também na fala espontânea, a presença de vogal ou de pausa inibe a queda do R, como se constata na Tabela 2.

Lisboa		Braga	
Vibrante	76,9%	Obstruinte vozeada	64,9%
Obstruinte vozeada	57,4%	Lateral	59,2%
Obstruinte não-vozeada	53,8%	Obstruinte não-vozeada	54,3%
Nasal	53%	Vibrante	53,8%
Lateral	44%	Nasal	44,8%
Vogal	14,1%	Pausa	14,4%
Pausa	11,1%	Vogal	10,3%

Tabela 2: Contextos subsequentes favorecedores da queda de R em coda externa na fala de Lisboa e Braga. Fonte: MATEUS; RODRIGUES, 2003, quadro 9, p. 196

Mateus; Rodrigues (2003) concluem que são *estritamente* fatores contextuais (a classe da consoante seguinte) os principais condicionadores do cancelamento, embora o tipo de registro (fala espontânea) e a categoria sintática do vocábulo se tenham mostrado significativos.

Com base nos dois estudos comentados, verifica-se que, nos anos 1990 e no início dos 2000, o apagamento em coda externa no PE, a depender do *corpus*, apresentava índices ainda pouco significativos, devendo-se ressaltar que os de Brandão; Mota; Cunha, 2003 (26%) e os de Mateus; Rodrigues (2003) para Lisboa (31,3%) e Braga (33,4%) na fala espontânea são bem próximos. Talvez amostras mais recentes possam indicar se a queda do R se manteve nos mesmos patamares ou se houve alterações.

Em síntese, é em comparação a esses índices que se observará o cancelamento no PST e no PM.

2.2. Róticos no PST e no PM

As variedades africanas do Português têm sido observadas, muitas vezes em contraste com o PB, quanto a fenômenos sintáticos, morfossintáticos e lexicais. A sua caracterização fonético-fonológica não tem recebido a mesma atenção, haja vista o pequeno número de trabalhos arrolados no site da Cátedra de Português organizado por Perpétua Gonçalves, da Universidade Eduardo Mondlane, sediada em Maputo⁴.

4 http://catedraportugues.uem.mz/?__target__=bibliografia-new

A partir do início da década de 2010, no entanto, alguns pesquisadores começaram a se interessar por variáveis fonético-fonológicas, como é o caso, no PST, dos ditongos (SILVEIRA, 2013; PASSOS, 2018; SILVEIRA; ARAUJO, 2018), das vogais em contexto pretônico (NASCIMENTO, 2018a⁵) e postônico medial (GOMES, 2018) e dos róticos, que são observados, em contextos pré-vocálicos e pós-vocálicos, no PST por Brandão *et al* (2017) e Bouchard (2017) e, no PM e no PST, por Brandão; De Paula (2018a) e apenas no PM, por Brandão; De Paula (2018b), todos eles na perspectiva sociolinguística variacionista.

Brandão *et al* (2017) e Brandão; De Paula (2018a) demonstram, com base na amostra do PST que lhes serviu de base, que o tepe e a vibrante alveolar concorrem nas posições inicial de vocábulo e intervocálica, na primeira delas com 62,5% de frequência, na segunda, com 56,8%. Em contexto pós-vocálico, em que a norma é o tepe, observam, no contexto medial, 4,4% de cancelamento e, no final, 44,7%.

Bouchard (2017), com apoio em *corpus* por ela organizado para sua tese, prioriza a emergência da fricativa uvular sonora [ʁ], que vem se difundindo na fala dos indivíduos mais jovens, como no vocábulo *p[ʁ]ofesso[ʁ]a*. Segundo ela, o uso dessa variante teria caráter ideológico, identitário, sendo um símbolo de *santomensidade*, isto é, um traço que distinguiria o PST do PE.

No cômputo geral (p. 254), ela obteve 18,5% de fricativas (uvular, velar, glotal), 55,3% de tepes alveolares, 4,9% de vibrantes (alveolar, uvular) e 21,3% de cancelamento. Para fins de análise, considerou duas categorias (p. 245): R forte (fricativas e vibrantes) e R fraco (tepe e cancelamento de R).

Para o PM, conhecem-se apenas os trabalhos de Brandão; De Paula (2018a, 2018b), que também demonstram haver oscilação entre o tepe e a vibrante alveolar nos contextos pré-vocálicos, embora observem diferentes performances entre os falantes de PM L1 e PM L2. Entre os falantes L1, predomina a vibrante alveolar (61,5% em contexto de vocábulo e 52,5%, no intervocálico), enquanto entre os que o têm como L2, o tepe é a variante mais frequente – 77,6%, quando inicial, 79,4%, quando intervocálico (BRANDÃO; DE PAULA, 2018b). No que respeita aos contextos de coda, em que o tepe é a norma, a interna apresenta 11,2% de cancelamento e a externa, 23,5%.

Como observam Brandão; De Paula (2018a, p. 97) e se pode deduzir desse quadro,

No PST e no PM não há, na fala de muitos indivíduos, o mesmo tipo de distribuição de segmentos que se verifica no Português Europeu (PE) e no Portu-

5 Este e os demais textos publicados em *Duas variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas* (cf. Referências) estão disponíveis em <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9788580393248-395/list#articles>

guês do Brasil (PB). Em alguns casos, a neutralização entre o rótico [+ant] e o [-ant] se dá também no context intervocálico, em que tanto pode ocorrer um tepe quanto uma vibrante alveolar (ou uma fricativa uvular, no caso do PST), anulando distinções do tipo *caro* x *carro*. Tal variação também está presente no contexto inicial de vocábulo ([R]oça/[r]oça), em que, no PE atual, se esperaria, por exemplo, a vibrante uvular ou a vibrante alveolar (a pronúncia mais conservadora) ou, ainda, uma fricativa.

Neste artigo, voltado exclusivamente para o cancelamento de R em coda externa, apresenta-se uma análise mais detalhada do que a comentada nos textos de Brandão; De Paula aqui citados.

3. Breve perfil das comunidades

São Tomé e Príncipe, situado no Golfo da Guiné, com 1.001km², conta com 178.739 habitantes, 53,8% em áreas urbanas. As ilhas, em 1470, foram ocupadas pelos portugueses que as colonizaram até 1975, ano da independência.

Moçambique, que também se emancipou em 1975, tem 801.590 km² e 27.128.530 habitantes. A chegada dos portugueses à região deu-se em 1498, embora só em 1505 tenha sido anexada ao império.

Em ambos os países, embora o Português – a única língua oficial – seja veiculado no ensino escolar e nos meios de comunicação, constituindo a língua de prestígio e ascensão social, o quadro linguístico é bem diversificado. Em São Tomé, é a língua dominante, falada por 98,4% da população, com ela coexistindo o Forro – com 36,3% de utentes – e três outros crioulos de base portuguesa. Em Moçambique, apenas 10,7% dos habitantes o têm como L1, e 42,9%, como L2, sendo faladas mais de vinte línguas de origem Banto (GONÇALVES, 2010: 25-26). Um perfil histórico-cultural e sociolinguístico das duas comunidades pode ser obtido em Nascimento (2018b) e Pissurno (2018b).

4. Aspectos teórico-metodológicos

As análises que se desenvolvem neste estudo, realizadas segundo os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), apoiaram-se em amostras selecionadas de entrevistas pertencentes aos bancos de dados do Projeto VAPOR (Variedades do Português), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, realizadas em São Tomé em 2009, e do *Corpus Moçambique* do Projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do Português* (doravante *Corpus Concordância*), realizadas em Maputo em 2016.

As análises em separado de cada variedade nortearam-se pelos mesmos parâmetros no que respeita às variáveis estruturais controladas (o modo e o ponto de articulação da consoante subsequente, a natureza da vogal antecedente, a tonicidade e o número de sílabas, bem como a classe do vocábulo). Quanto às variáveis sociais, além de faixa etária (18-35; 36-55 e 56-75 anos), sexo e nível de escolaridade (fundamental, médio e superior), foram consideradas, (i) para São Tomé, a variável *frequência de uso de um crioulo* com o objetivo de aquilatar se o não uso do Forro ou seu uso em maior ou menor grau influenciaria a performance dos indivíduos; (ii) para Moçambique, o estatuto do Português (L1 ou L2), bem como o grau de conhecimento/ uso de outra(s) língua(s) falada(s) no país. Os dados foram selecionados de uma média de 20 a 25 minutos de gravação.

5. Análise dos dados

5.1. No Português de São Tomé

No Português de São Tomé, registraram-se 2375 dados, cuja distribuição percentual pelas variantes se indica no Gráfico 1. Predomina o tepe (52,8%), logo seguido pelo cancelamento (44,7%), e por 2,5% variantes vibrantes (alveolar: 0,9%; uvular: 0,1%) e fricativas (velar: 0,1%; glotal: 1,4%).

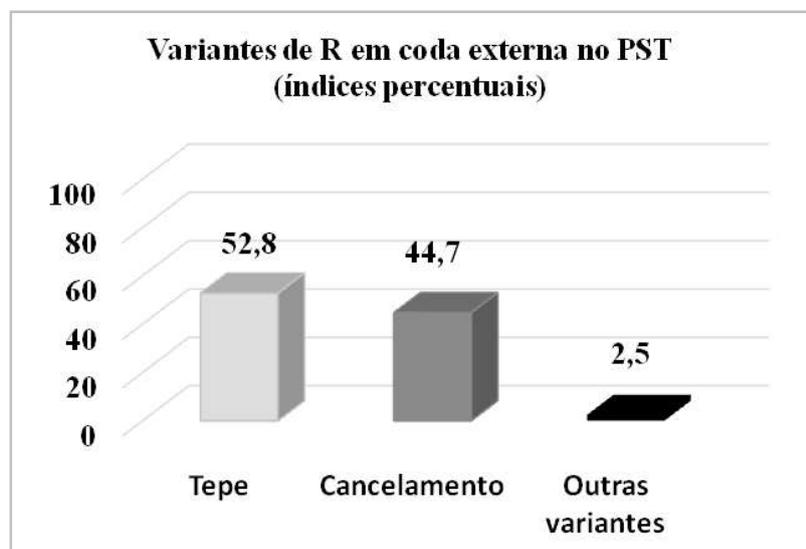


Gráfico 1: Índices relativos às variantes de R em coda externa no PST

Para o cancelamento (712 ocorrências), que foi analisado em contraposição ao tepe num total de 1592 dados, mostraram-se favorecedores da regra (com *input* .43) o *nível de escolaridade*, a *classe do vocábulo*, o *contexto subsequente*, o *sexo* e a *faixa etária*, conforme se sintetiza na Tabela 3.

Variável	Fatores	Apl./N%	%	P.R.
Nível de Escolaridade	Fundamental	465/586	79,4	.83
	Médio	149/590	25,3	.29
	Superior	98/416	23,6	.25
Classe do vocábulo	Nome	36/207	17,4	.14
	Verbo no infinitivo	655/1339	48,9	.56
	Outras classes	20/45	44,4	.47
Contexto subsequente	Consoante	415/743	55,9	.65
	Vogal	162/489	33,1	.35
	Pausa	129/354	36,4	.36
Sexo	Masculino	310/886	35	.41
	Feminino	402/706	56,9	.60
Faixa etária	18-35 anos	354/615	57,6	.61
	36-75 anos	358/977	36,6	.42
Input: .43		Significância: .000		

Tabela 3: Variáveis atuantes para o cancelamento de R em coda externa no PST. Fonte: BRANDÃO; DE PAULA (2018a)

Os maiores índices de cancelamento encontram-se entre os falantes de nível fundamental (P. R. .83) que se distanciam dos de nível médio e superior por *ranges*, respectivamente, de .54 e .58, o que é muito significativo, sendo as mulheres (P. R. .60) e os mais jovens (P. R. .61) os segmentos que mais sobressaem.

A observação da performance de cada indivíduo pode melhor demonstrar como se distribui o cancelamento na amostra.

Escolaridade	NÍVEL 1		NÍVEL 2		NÍVEL 3	
	(fundamental)		(médio)		(superior)	
Sexo						
Idade	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
FAIXA A (18-35 anos)	101/136	150/154	42/145	19/42	21/71	21/59
	74,3%	97,4%	29%	45%	29,6%	35,6%
FAIXA B (36 a 55 anos)	40/56	104/119	11/119	43/159	28/162	28/71
	71,4%	87,4%	9,2%	27%	17,3%	39,4%
FAIXA C (56-75 anos)	54/68	16/46	13/75	21/37	0/36	_____ ⁶
	79,4%	34,8%	17,3%	56,8%	0%	

Tabela 4: Distribuição das 712 ocorrências de cancelamento de R em coda externa pelos informantes da amostra do PST

⁶Na Tabela 4, fica claro o predomínio do cancelamento entre os indivíduos de nível fundamental, que atinge de 71,4% a 97,4%, à exceção da mulher da faixa mais velha, com 34,8%. Nos demais níveis, as mulheres são as que mais cancelam, devendo-se ressaltar a performance do homem mais velho de nível superior, que não apresentou nenhum caso de apagamento: das 36 ocorrências de R, 34 (94,4%) correspondem ao tepe alveolar e as duas outras a uma vibrante alveolar e uma fricativa glotal.

No que tange às variáveis estruturais, é diante de consoante (P. R. .56), e em verbos no infinitivo (P. R. .65), a exemplo do que se verifica no PE e se tem registrado também em variedades brasileiras, que a queda de R é mais suscetível de ocorrer.

Apesar de as variáveis modo e ponto de articulação não terem sido selecionadas na análise, apresentam-se os resultados percentuais referentes à primeira delas no intuito de testar a hipótese de Mateus; Rodrigues (2003) de que a queda de R tende a ocorrer, com mais frequência, diante de obstruintes. Para fins comparativos, repetem-se os dados relativos à variável consoantes em contexto subsequente da amostra de Lisboa (cf. Tabela 2), com exceção do que se refere à vibrante, não computada em análises sobre o R em coda final no PB, em decorrência de, normalmente, ocorrer o fenômeno de sândi com assimilação total.

Observe-se que a relação não é a mesma entre as duas variedades e que, em ambos os

⁶ Na amostra VAPOR, entre 101 entrevistas não há nenhuma representante feminina da Faixa C com nível superior de instrução.

casos, os percentuais de cancelamento entre as diferentes classes de sons são pouco relevantes, sobretudo no PST, o que, provavelmente, levou à não seleção da variável.

PST	PE-Lisboa
obstruente não-vozeada 59,22%	obstruente vozeada 57,4%
obstruente vozeada 58,6%	obstruente não-vozeada 53,8%
Lateral 57%	nasal 53%
Nasal 53%	lateral 44%

Tabela 5: Comparação entre o PST e o PE, quanto à variável modo de articulação do segmento subsequente

Ainda em relação à classe do vocábulo, é interessante notar que, entre os nomes, também como ocorre em outras variedades, é baixo o índice de apagamento (17%, P. R. .14), que incidiu em 34 vocábulos, inclusive em um monossílabo (*lar*).

Pode-se deduzir pelos resultados da análise variacionista que, no PST, o cancelamento, de um lado, parece obedecer a variáveis estruturais que vêm se mostrando atuantes em diferentes variedades (a *classe do vocábulo* e o *contexto subsequente*), de outro parece depender, crucialmente, da atuação de variáveis de cunho social – *nível de escolaridade, sexo e faixa etária* –, que são sempre altamente relevantes (sobretudo a primeira delas) também no que tange a fenômenos variáveis morfossintáticos (cf. BRANDÃO, 2018, 2013 sobre a concordância nominal; PISSURNO, 2018a e VIERA; BAZENGA, 2013, para a concordância verbal).

5.2. No Português de Moçambique

No Português de Moçambique, a questão é ainda mais complexa, pois o Português, como já se observou, é L2 da maioria da população e diversas são as línguas do grupo Banto que podem constituir a L1 desses indivíduos. Comparativamente ao PST, o índice de cancelamento é ainda baixo – 23,5% – (cf. Gráfico 2), o que, de certa forma, sugere uma maior proximidade dessa variedade com o PE.

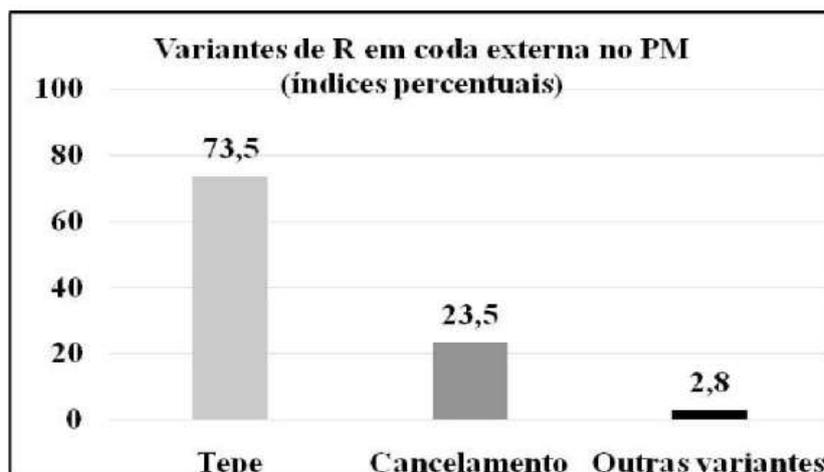


Gráfico 2: Índices relativos às variantes de R em coda externa no PM

Na amostra, registraram-se 2375 ocorrências de R em coda, dos quais 558 (23,5%) referentes ao cancelamento (o valor de aplicação) que, nesta análise, foram contrapostos aos 1817 (76,5%) dados de concretização. Os 2,8% de variantes que não o tepe correspondem a 30 ocorrências de vibrante alveolar (1,3%); 10, de fricativa glotal (0,4%); e 27, de tepe seguido de [e] ou de [i] (0,11%), como em *doutor[e]*, *guardar[e]*, *dar[e]*, *ir[i]*, casos presentes apenas na fala do indivíduo mais velho, menos escolarizado e usuário de Português como L2.

Entre os 18 informantes, há 11 que se declararam utentes de Português como L1 e 7, como L2, o que se poderá observar na Tabela 6, em que também se indicam os índices de cancelamento na fala de cada um deles.

Escolaridade Sexo Idade	NÍVEL 1 (fundamental)		NÍVEL 2 (médio)		NÍVEL 3 (superior)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
FAIXA A (18-35 anos)	L2	L1	L1	L2	L1	L1
	65/201	72/178	21/79	31/138	24/95	41/153
	32,3%	40,4%	26,6%	22,5%	25,3%	26,8%
FAIXA B (36 a 55 anos)	L2	L2	L1	L1	L1	L1
	24/129	21/118	26/156	57/205	16/80	64/158
	18,6%	17,8%	16,7%	27,8%	20%	40,5%
FAIXA C (56-75 anos)	L2	L1	L2	L2	L1	L1
	18/166	23/111	14/89	8/97	19/109	14/113
	10,8%	20,7%	15,7%	8,2%	17,4%	12,4%

Tabela 6: Distribuição das 558 ocorrências de cancelamento de R em coda externa pelos 18 informantes da amostra do PM. Fonte: BRANDÃO; DE PAULA (2018b)

Como se verifica na Tabela 6, não há, no que se refere ao cancelamento, diferenças marcantes no PM entre falantes de L1 (total de 26,2%) e L2 (total de 19,3%), estes ressaltados nas quadrículas sombreadas, tanto que a variável *estatuto do português* não foi selecionada na análise variacionista, o que, de certa forma, contraria a hipótese inicial: esperava-se que falantes do PM L2 fossem detentores dos maiores índices de queda de R. Os dois indivíduos com maior índice de cancelamento (40,4% e 40,5%) são duas mulheres, uma da faixa A, nível 1, outra da faixa B, nível 3, ambas falantes de PM L1. Já o de menor percentual (8,2%) é a mulher da faixa C, de nível médio de escolaridade, falante de PM L2.

A análise variacionista indicou como atuantes para o cancelamento, com *input* .19, o *contexto subsequente*, *a faixa etária*, *a natureza da vogal*, *o número de sílabas*, *a tonicidade e o nível de escolaridade*, conforme se discrimina na Tabela 7.

Variável	Fatores	Apl/N	%	P.R.
Contexto subsequente	Consoante	407/1080	37,7	.69
	Vogal	95/852	11,2	.31
	Pausa	55/1813	12,6	.37
Faixa etária	18-35 anos	254/844	30,1	.59
	36-55 anos	208/846	24,6	.52
	56-75 anos	96/589	14	.36
Natureza da vogal	[+ baixa]	314/1175	26,7	.54
	[- baixa]	244/1200	20,3	.46
Número de sílabas	Uma	87/417	20,9	.49
	Duas	351/1285	27,3	.54
	Três	103/525	19,6	.45
	Quatro ou mais	17/148	11,5	.33
Tonicidade da sílaba	Tônica	557/2341	23,8	.50
	Postônica	1/34	2,9	.11
Nível de escolaridade	Fundamental	223/903	24,7	.50
	Médio	157/764	20,5	.44
	Superior	178/708	25,1	.55
Input: .19		Significância: .009		

Tabela 7: Variáveis atuantes para o cancelamento de R em coda externa no PM. Fonte: BRANDÃO; DE PAULA, 2018a

Entre as variáveis sociais, destacaram-se a faixa etária e o nível de escolaridade. Quanto à primeira delas, o Gráfico 3 permite observar que, embora os indivíduos mais velhos se destaquem em relação aos mais jovens, há apenas uma sutil indicação de mudança em progresso, o que é típico de fenômenos em fase inicial.

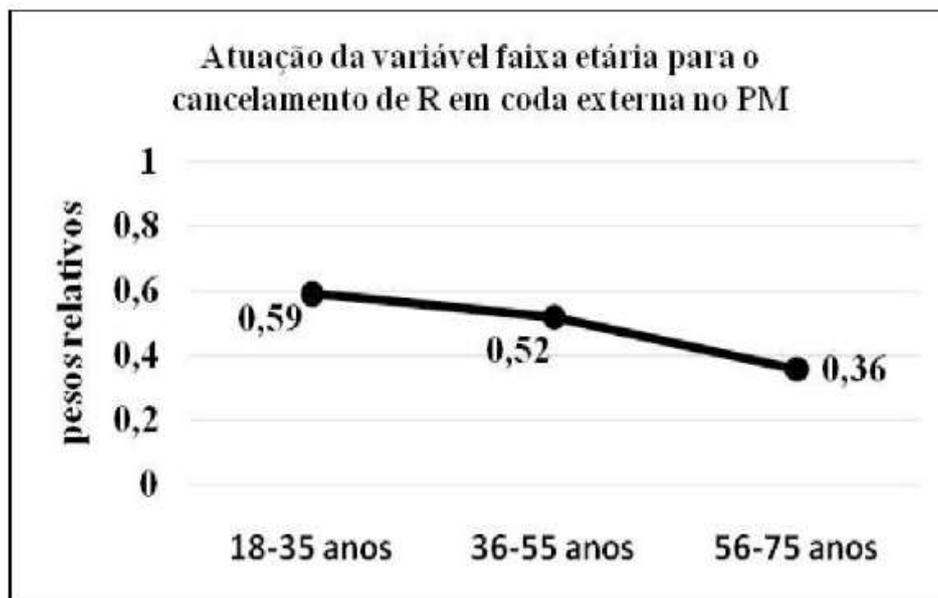


Gráfico 3: Atuação da variável faixa etária para o cancelamento de R em coda externa no PM

O nível de escolaridade, por sua vez, apontou os indivíduos de nível superior (P. R. .55) – todos falantes de PM L1 – como os mais suscetíveis ao cancelamento, embora também com pequena diferença em relação aos de nível fundamental (P. R. .50) e médio (P. R. .44).

Entre os fatores de cunho estrutural, ressaltam a consoante em contexto subsequente (P. R. .69), a vogal antecedente com traço [+baixo] (P. R. .54) e, como era de esperar, a sílaba tônica (P. R. .50), tendo em vista que, em Português, sílabas com R em contexto final portam, por *default*, o acento lexical. Das 34 ocorrências de R em sílaba átona (dentre as quais, os substantivos *dólar*, *açúcar* e o adjetivo *super*), apenas uma (*Vítor*) apresenta cancelamento. Dentre essas últimas ocorrências, computaram-se os casos em que, com a paragoge de [I] ou [e], o [R] torna-se pré-vocálico, formando uma sílaba átona, como nos exemplos *guarnece[Re]*, *faze[Re]*, *abri[RI]*, registrados na fala do indivíduo mencionado no segundo parágrafo desta subseção.

6. Síntese dos resultados

Retomando os índices de cancelamento expostos na Tabela 1 para o PB (78%) e para o PE (26%) na década de 1990, bem como os *inputs* de aplicação da regra, respectivamente, .89 e .05, e comparando-os aos obtidos para o PST em 2009 (44,7%; input .43) e para o PM em 2016 (23,5%; input .19), verifica-se que as duas variedades africanas urbanas aqui focalizadas se encontram, quanto à implementação do processo, em diferentes estágios, estando o PM mais

externa no PE que permita aquilatar se houve alguma mudança em relação ao quadro delineado na década de 1990.

Referências

BOUCHARD, M. *Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé*. New York: New York University, 2017. Doctoral dissertation (Doctor in Philosophy) of the Department of Linguistics, New York University, New York, 2017.

BRANDÃO, S. F. Patterns of agreement with in the Noun Phrase, *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 12, n.2, 51-100, 2013.

_____. Concordância nominal no Português de São Tomé e no Português de Moçambique. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 201-244.

_____; MOTA, M. A.; CUNHA, S. C. Um estudo contrastivo entre o português europeu e o português do Brasil: o -R final de vocábulo. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (orgs.). *Análise contrastiva de variedades do Português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003. p. 163-180.

_____; PESSANHA, D. B. dos S.; PONTES, S. de P.; CORRÊA, M. O. Róticos na variedade urbana do Português de São Tomé. *Papia*, v. 27, n. 2, 191-213, 2017.

_____; DE PAULA, A. Róticos nas variedades santomense e moçambicana do Português. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018a. p. 93-118.

_____; _____. Ainda sobre os róticos no Português de Moçambique. Comunicação apresentada ao XXXIII ENANPOLL, Encontro Anual da ANPOLL, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 27-29 de junho, 2018b.

GOMES, D. K. Vogais em contexto postônico medial no Português de São Tomé. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 159-176.

GONÇALVES, P. *A gênese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2010.

LADEFOGED, P.; MADDIESON, I. *The sounds of world's languages*. Oxford: Blackwell, 1996.

MATEUS, M. H. M.; D'ANDRADE, E. *The phonology of portuguese*. Oxford: University Press, 2000.

_____; RODRIGUES, C. A vibrante em coda no Português Europeu. In: HORA, D.; COLLIS-CHONN, G. (orgs). *Teoria linguística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003. p. 181-199.

NASCIMENTO, Fabiane de M. V. da R. T. R. do. As vogais médias pretônicas na variedade urbana do Português de São Tomé. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018a.p. 119-158.

_____. São Tomé e Príncipe: aspectos históricos, econômico-sociais e linguísticos. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018b. p. 43-74.

PASSOS, R. R. O ditongo /ei/ na fala de São Tomé. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 177-200.

PISSURNO, K. C.da S. Padrões de concordância verbal de terceira pessoa plural no Português de São Tomé e no Português de Moçambique. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018a. p. 245-276.

_____. O perfil multilíngue de Moçambique. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018b.p. 75-92.

RODRIGUES, C. Lisboa e Braga: fonologia e variação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

SILVEIRA, A. C. *Ditongos no Português de São Tomé e Príncipe*. São Paulo: USP, 2013. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2013.

_____; ARAÚJO, G. A. de. Ditongos no português vernacular de São Tomé e Príncipe. In: OLIVEIRA, M. S. D. de; ARAÚJO, G. A. de (orgs.). *O Português na África Atlântica*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2018. p. 261-296.

VELOSO, J. The english R coming! The never ending story of portuguese rhotics. In: SIMÕES, A.; BARREIRO A.; SANTOS, D.; SOUSA-SILVA, R.; TAGNIN, E. O. (eds.). *Linguística, Informática e Tradução: Mundos que se cruzam*. Oslo, Studies in Language, v. 7, n.1, 323-336, 2015. Disponível em <http://www.journals.uio.no/osla>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

VIEIRA, S. R.; BAZENGA, A. Patterns of third person verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 7-50, 2013.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of linguistic change. In: LEHMANN, W. P; MALKIEL, Y. (orgs.). *Directions for historical linguistics*. Aus-

tin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

Sobre Dinah Callou — *Silvia Figueiredo Brandão*⁷

7 Neste artigo em homenagem a Dinah, elegi como tema os róticos a que, entre seus inúmeros estudos, ela vem dedicando especial atenção desde 1980, ano da defesa de sua tese *Varição e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. No entanto, o mais importante a dizer é que tenho tido o privilégio de com ela conviver há exatos 40 anos. Neste longo, prazeroso e enriquecedor convívio, em conjunto, elaboramos textos acadêmicos (inclusive sobre róticos) e alguns projetos institucionais, mas, sobretudo, pude testemunhar seu grande entusiasmo e aguda responsabilidade profissional em relação à universidade pública em seus diferentes matizes: na pesquisa, na formação de recursos humanos, na administração e definição de políticas acadêmicas, nas iniciativas de internacionalização. Dinah é, sem dúvida, um referencial não só para a UFRJ, mas também para os estudos linguísticos em nosso país.



UM ESTUDO SOBRE A REDUÇÃO DOS DITONGOS NASAIS NA FALA FLUMINENSE

A STUDY ON NASAL DIPHTHONG REDUCTION IN RIO DE JANEIRO SPEAKERS' ORAL PRODUCTION

Caio Cesar Castro da Silva¹

Resumo

Neste estudo, pretendemos verificar se a redução dos ditongos nasais em sílaba átona final é um processo característico da fala de indivíduos menos escolarizados no Português Brasileiro. Para tanto, são observadas as sílabas átonas finais de palavras recolhidas em um *corpus* da variedade fluminense que contrasta a fala de indivíduos com ensino superior completo com indivíduos cuja formação acadêmica é do nível fundamental. Os resultados apontam que esse é um fenômeno pouco difundido na fala carioca, mas presente tanto nas variedades de indivíduos menos escolarizados, quanto na dos mais escolarizados.

Palavras-chave: Redução dos ditongos nasais; Sílabas átonas finais; Fala popular; Fala culta; Sociolinguística variacionista.

Abstract

In this study, we intend to verify if the reduction of nasal diphthongs in final unstressed syllables is a characteristic process of brazilian speakers with lower level of education. In order to do so, we observe the final unstressed syllables of words registered in a corpus of Rio de Janeiro variety that contrasts graduates speakers and those with elementary level of formal education. The results indicate that this phenomenon is not wide spread in the speech of Rio de Janeiro,

1 Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ). E-mail: caiocvianna@gmail.com.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

but it is attested in both varieties.

Keywords: Nasal diphthong reduction; Final unstressed syllables; Popular speech; Graduated speech; Variationist Sociolinguistics.

Apresentação

Neste trabalho, investiga-se a redução dos ditongos nasais em posição átona final. Esse processo, de caráter variável, pode ser produzido, em português brasileiro, de três formas: (i) com a preservação do ditongo nasal, *pedir[ẽw̃]*; (ii) com a transformação do ditongo em vogal nasal, *pedir[ũ]*; e (iii) com a perda da nasalidade, *pedir[ɔ]*. Os dois últimos casos são acomodados, neste trabalho, sob o mesmo rótulo, o que faz com que se analise uma variável binária: com redução (casos ii e iii) e sem redução dos ditongos nasais (caso i).

A principal hipótese se refere ao fenômeno ser considerado uma característica da fala popular (VOTRE, 1978). Com o objetivo de questioná-la, levantam-se dados no *corpus* de fala do Projeto Concordância, que tem, em seu acervo, informantes com ensino fundamental e com ensino superior, moradores de Copacabana e Nova Iguaçu.

Os resultados sugerem que, antes de ser caracterizada como marca de uma determinada variedade, a redução pode ser observada tanto entre os indivíduos com baixa escolaridade, quanto entre os que têm alta escolaridade. A diferença está na frequência com que ocorre em cada um desses grupos, pois indivíduos que tiveram menor tempo de exposição à educação escolar apresentam taxas maiores de ocorrência do processo de redução.

O texto está dividido do seguinte modo: na seção a seguir, descreve-se o processo e elencam-se as contribuições que outros trabalhos trouxeram para o estudo; na segunda seção, apresentam-se as linhas gerais da Teoria da Variação e Mudança; na terceira seção, definem-se a variável dependente, os grupos de fatores e os métodos utilizados na análise; na quarta seção, descrevem-se os resultados preliminares e a interpretação que se faz desses dados; por fim, apontam-se as futuras etapas do trabalho.

Estudos sobre a redução dos ditongos nasais

Os ditongos nasais podem ser criados (WETZELS, 1997; BISOL, 1998) em sílabas com proeminência acentual ou sem incidência de acento. O primeiro caso, segundo Wetzels, está relacionado aos verdadeiros ditongos, que apresentam alto grau de lexicalização, como *canhão*, *mãe* e *muito*; já o segundo é composto dos ditongos derivados, como *homem*, *falavam* e *fórum*. Esse segundo tipo, de acordo com Bisol, surge da vogal que assimila a nasalidade e cria o glide com mesmo ponto de articulação. É chamado de ditongo pós-lexical, pois regras de assimilação, como é o caso do espraçamento da nasal, só podem atuar em níveis não cíclicos (BISOL, 1998), ou seja, em nível externo ao léxico.

A realização desses ditongos é variável no português brasileiro, podendo se manifestar por meio do ditongo nasal (1), de um monotongo nasal (2) ou da sua redução por completo (3).

(1) é isso... ir à praia, correr, ver gente, andar na rua, casa de amigos... tenho vários que **moram** [ˈmɔrɐ̃w] em Copacabana... em cada esquina tenho alguém que mora...(transcrição da fala de homem jovem, morador de Copacabana e com ensino fundamental completo – COP-A-1-H)

(2) eu não digo nem que/pelos professores, sabe porquê? tem professores aqui... os meus filhos **estudaram** [iʃtuˈdarũ], vocês conhecem Iguaçuano? Já **ouviram** [oˈvirũ] falar?

(3) não... que eu saiba não, acho que teve um último aumento agora mas foi na **passagem** [paˈsaʒɪ] do trem que foi pra dois e quarenta e cinco (transcrição da fala de homem jovem, morador de Nova Iguaçu e com ensino fundamental completo NIG-A-1-H)

No que se refere às pesquisas que já foram realizadas sobre o tema, podem-se destacar as de Votre (1978), Guy (1981), Battisti (1997, 2002) e Bopp da Silva (2005).

Investigando a fala de indivíduos não escolarizados, Votre (1978) observa a realização da vibrante final e da nasal final. Com relação à apócope do apêndice nasal, os resultados obtidos permitem afirmar que o processo se encontra em variação estável, o que confirma que as nasais são os segmentos menos propensos ao apagamento. Os contextos que favoreceram o cancelamento da nasal foram os seguintes: palavras polissílabas, formas verbais de presente, vogais altas no contexto precedente e sílabas átonas.

O autor traçou ainda o percurso de como o processo teria se desenvolvido, iniciando por verbos e se expandindo para as outras categorias gramaticais. De modo geral, o início teria acontecido em formas verbais de presente, que apresentam menor saliência fônica, a partir das quais o apagamento da nasal teria seguido para as demais classes gramaticais. Além disso, é provável que tenha atingido primeiramente os vocábulos mais extensos, já que os monossílabos tendem a ser resistentes à atuação do fenômeno.

Guy (1981) adota a mesma metodologia já testada no trabalho de Votre (1978) para pesquisar os efeitos da não concordância na fala carioca. Para tanto, elege dois fenômenos como objetos de estudo: o apagamento do -s na concordância nominal e a desnasalização na concordância verbal. O autor (1981: 202) entende que a desnasalização no português brasileiro seja um reflexo de um progressivo enfraquecimento das consoantes nasais em coda silábica, que remonta à história do português.

Os grupos de fatores utilizados por Guy foram os mesmos que Votre (1978) selecionou em seu estudo. O autor observou que a fala das mulheres tende a ser mais próxima da variedade de prestígio, embora todos os informantes tenham apresentado níveis satisfatórios de concordância entre sujeito e verbo.

Battisti (1997) discute questões que envolvem a nasalidade vocálica no português brasileiro, entre as quais estão as seguintes: a assimilação do ponto de articulação do elemento seguinte à nasal em coda; a emergência do ditongo *ão* e a desnasalização dos ditongos nasais. A Teoria da Otimalidade serve de suporte para o argumento de que uma restrição prosódica, que envolve a posição do acento, seja a responsável pela emergência do candidato com redução do ditongo nasal.

A autora retoma o tema em trabalho posterior (2002) sob a perspectiva da teoria sociolinguística. Selecionaram-se para a análise noventa amostras de fala do *corpus* do projeto VAR-SUL, que estão distribuídas pelos três estados da região Sul do país. Os resultados mostraram que os falantes de Santa Catarina tendem a reduzir mais os ditongos nasais, enquanto os do Paraná inibem o processo. Além disso, os fatores selecionados pelo programa computacional Varb2000 foram a classe morfológica dos nomes e o contexto subsequente iniciado por vogal. Já os contextos desfavorecedores do fenômeno foram a vogal no contexto precedente e a presença de pausa ou consoante no contexto subsequente.

Bopp da Silva (2005) focaliza o fator bilinguismo ao realizar um estudo contrastivo entre falantes monolíngues de Porto Alegre e bilíngues de Panambi, cidade do interior gaúcho. Para tanto, reuniu um conjunto de vinte e quatro informantes do banco de dados do VARSUL. A hipótese para o estudo é que os falantes bilíngues não favoreçam a redução dos ditongos, visto que em alemão, a língua de contato, não há vogais nasais. Assim, os falantes bilíngues tenderiam a reforçar os casos de nasalidade.

De fato, os resultados confirmaram que os falantes monolíngues apresentaram maiores índices de aplicação da regra, principalmente os mais jovens e com baixa escolaridade.

Todos os trabalhos consultados, portanto, parecem concordar que o perfil que mais favorece a redução dos ditongos é o de jovens com baixa escolaridade. Cabe, portanto, verificar se é mesmo um fenômeno característico da fala popular.

Fundamentação teórica

Este estudo fundamenta-se nas assunções sociolinguísticas da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1968]), que se interessa por analisar de que modo a sociedade interfere na linguagem ou a linguagem age sobre a sociedade. O compromisso com a variação é inerente e decorre da reflexão de que condicionamentos linguísticos, sociais, culturais e comportamentais atuam na realização dos dados da língua. Se as sociedades, as culturas e os comportamentos são distintos, haverá, incontestavelmente, reflexos na manifestação da linguagem.

O século XX viu surgir o interesse pelo estudo da linguagem como um objeto científico, cercado de rigor metodológico e fundamentação epistêmica (WEEDWOOD, 2002). Os

princípios teóricos decorrem, em grande parte, da tradição objetivista que dominou os estudos linguísticos dos últimos dois mil anos. Essa doutrina objetivista, seja na sua esfera metafísica, seja em sua epistemologia, provocou inúmeros problemas para as concepções do pensamento e da linguagem, sobretudo na categorização humana (LAKOFF, 1987). De acordo com Putnam (2008), a percepção cartesiana instaura uma cópia da realidade, quando, na verdade, a categorização indica que a apreensão do real reflete uma invenção, mesmo que parcial, do mundo.

É esse cenário epistêmico-filosófico que ancora as principais assunções estruturalistas e gerativistas da linguagem humana, como a dicotomia fundamental saussuriana de língua e fala, retomada mais tarde sob a oposição chomskiana de competência e desempenho. A concepção construída em torno do termo língua é bastante sintomática desse processo, visto que passou a ser considerada um objeto autônomo e homogêneo. Entretanto, nada parece mais pungente que a noção de um falante ideal, isolado do contexto real de produção linguística (CHOMSKY, 1975).

A ideia de unidades discretas, como fonemas, morfemas etc., reitera a concepção categórica que era pretendida para a língua. O espaço para a variação não existia, por razões claras, nas teorias linguísticas, pois, conforme foi postulado por Saussure (2006: 271), “a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma”. É o estudo dos fenômenos da linguagem sem interferência do meio social, o que se aproxima, de certo modo, ao estudo da competência do falante-ouvinte ideal, i.e., do sujeito universal, indiferente às trocas sociais que são motivadas pela interação verbal. Chomsky (1975: 83) caracteriza o falante ideal da seguinte forma:

situado numa comunidade completamente homogênea, que conhece perfeitamente a sua língua e que, ao aplicar o seu conhecimento no uso efetivo, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes, tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais e característicos).

A idealização que as reflexões estruturalistas e gerativistas provocaram fez com que a linguística incorporasse a premissa da linguagem categórica. A preocupação em verificar a competência mantinha distante o debate em torno do desempenho, já que neste surgia a variação do mundo real (CHAMBERS, 1995). Assim, a própria coleta de dados refletia o distanciamento da variação, pois se contava apenas com a intuição do pesquisador.

Labov (2008 [1972]: 217, 218) considera que a dicotomia *língua* e *fala* acaba instituindo um paradoxo para os estudos estruturalistas, visto que a parte social da linguagem, a língua, pode ser observada a partir de qualquer indivíduo, já que todos apresentariam o conhecimento inato necessário, porém os dados da parte individual da linguagem, a fala, só podem ser obtidos a partir da observação de um grupo de falantes. Essas críticas ao aspecto metodológico das teorias linguísticas, aliadas à inclusão da diversidade na abordagem de língua (BRIGHT, 1966),

fizeram com que o objeto de estudo da linguística passasse a ser a estrutura em seu contexto social.

O axioma da categoricidade foi, então, sendo enfraquecido com a insurgência do paradigma variacionista, que propusera que as unidades linguísticas fossem variáveis, contínuas e quantitativas (LABOV, 1966). De acordo com Chambers (1995: 25), são variáveis porque admitem mais de uma realização para a mesma unidade; contínuas, porque podem assumir diferentes significados dependendo da distância entre a forma coloquial e a padrão; e quantitativas, porque se calcula sua ocorrência em termos de frequência, e não da presença/ ausência.

A Sociolinguística substitui o axioma da categoricidade pela heterogeneidade ordenada. Para tanto, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) desatam o nó que amarrava a estrutura linguística à homogeneidade e assinalam a importância de compreender a língua como um objeto variável. Por consequência, rejeitam o estudo da língua do indivíduo, à custa das influências sociais e estilísticas que o meio pode fornecer. Conforme Trudgill (1974: 21) afirma, foi conveniente, num primeiro momento, focalizar o idioleto para que a disciplina linguística avançasse. No entanto, a omissão do fato de que a língua é um fenômeno variável trouxe prejuízos para o desenvolvimento teórico, porque a língua é, acima de tudo, um fenômeno social.

A Sociolinguística se preocupa em compreender a relação que existe entre língua, sociedade e cultura, buscando, portanto, observar a língua em seu contexto social. A importância da empreitada sociolinguística não está só em procurar saber como e por que as línguas mudam, mas também em identificar maneiras de desenvolver teorias e hipóteses para entender a natureza da linguagem.

A condição essencial de que a língua seja um fenômeno heterogêneo permite observar as relações sociais e culturais que são estabelecidas entre diferentes comunidades linguísticas. Além disso, a premissa de variabilidade linguística possibilita a realização de estudos sobre a mudança (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1968]), sem que se abandone a funcionalidade da língua. Em outras palavras, a língua funciona normalmente à medida que passa por mudanças. Daí que a Teoria da Variação e Mudança se interessa na transição de uma variante para outra, na avaliação que os falantes fazem de cada uma das variantes, na implementação de uma determinada variante no sistema linguístico e no reconhecimento de que qualquer mudança é encaixada no sistema.

Metodologia

Como dito anteriormente, os resultados encontrados por Votre (1978) permitiram-no que afirmasse que a redução dos ditongos nasais poderia ser considerada um fato da gramática de indivíduos com menor escolaridade. Essa generalização, que é reiterada em outros trabalhos

(GUY, 1981; AMARAL, 1955), se mostrou bastante relevante na escolha da amostra que serviria de base para a análise dos dados deste trabalho, visto que o acervo deveria contemplar, sobretudo, falantes com diferentes taxas de escolaridade.

Optou-se por utilizar o *corpus* do Projeto Concordância (disponível em <http://www.concordancia.letras.ufrj.br>), coordenado pelas professoras Silvia Vieira Rodrigues (UFRJ) e Maria Antônia Ramos Coelho da Mota (CLUL). O projeto surgiu da necessidade de investigar os padrões de concordância nas variedades do português, já que esse caso é, frequentemente, apontado como um dos principais diferenciadores de PB e PE. Foram, então, selecionadas duas localidades no Rio de Janeiro (Copacabana e Nova Iguaçu) e duas em Lisboa (Oeiras e Cacém), além do português africano, para servirem como ponto de referência para a seleção de informantes. É um *corpus* atualizado e robusto (18 informantes em cada localidade) que cumpre o papel de estabelecer generalizações sobre as diferenças sintáticas e morfofonológicas das variedades.

Foram selecionados, para este estudo, vinte e quatro informantes do estado do Rio de Janeiro, distribuídos em igual número entre aqueles que tinham completado o Ensino Fundamental e os que tinham Ensino Superior. Desse modo, é possível testar a generalização feita por Votre (1978), a fim de verificar a relação entre menor frequência escolar e maior ocorrência de redução da nasalidade em ditongos. Além do fator escolaridade, as vinte e quatro amostras foram escolhidas segundo os seguintes critérios extralinguísticos: gênero (doze homens e doze mulheres), localização geográfica (Copacabana e Nova Iguaçu) e faixa etária (faixa 1, de 18 a 35 anos; faixa 2, de 36 a 55 anos; e faixa 3, de 56 a 75 anos).

Sendo este um estudo com orientação da sociolinguística laboviana (1994), após a coleta dos dados no *corpus* do Projeto Concordância, procedeu-se à codificação das ocorrências, de acordo com as variáveis linguísticas e sociais definidas na próxima seção. Os dados, que foram submetidos a um tratamento estatístico no programa computacional Goldvarb-X, puderam, então, ser descritos e analisados.

A variável binária que se propõe, neste estudo, focaliza, portanto, a manutenção ou o apagamento do ditongo nasal em sílabas átonas. A tonicidade, de acordo com Guy (1981: 204), Battisti (1997, 2002) e Bopp da Silva (2005), seria um traço redundante, visto que o fenômeno não aconteceria em sílabas acentuadas, menos propensas por natureza a sofrerem perdas fonéticas. Entretanto, conforme demonstrado por Castro (2016), a redução dos ditongos nasais ocorre em larga escala no monossílabo tônico de negação *não*, que pode ser produzido como [nẽw̃], [nũ], [nu], ou até mesmo como [n] simplesmente².

Abaixo, as variantes com manutenção do ditongo nasal e com perda do ditongo nasal são ilustradas com exemplos recolhidos no *corpus*. Os exemplos (3) e (4) dizem respeito ao primei-

2 Como foge ao escopo deste trabalho, não trataremos deste caso de redução do ditongo nasal no advérbio de negação. Para detalhes, verifique Castro (2016), que analisou o fenômeno a partir de uma abordagem fonológica.

ro tipo; e os dados de (5) a (7), ao segundo.

(3) o ponto loTAdo me **pediram** eh: uma ajuda para complet/completar a **passagem..** e aí eu falei “olha (eu) num tenho” (COP-A-3-H)

(4) eu tenho amigas que **moram** ali pra dentro de Nova Iguaçu, elas **falam** coisas... que eu fico/eu fico horrorizada. Assim vai chegar na porta de casa, tem um monte de menino parado, cheirando... coisas assim que eu escuto. Então eu não sairia daqui (NIG A 3Mcomp)

(5) você tem que arriar as calça, ficar pelada pra elas, agachar três vezes pra depois entrar lá pra dentro. A gente leva comida. Eles **revira** tudo! É uma... é uma porcaria só que eles **faz** lá. Presídio é muito ruim (COP-A-1-M)

(6) igual: muita gente fala que quem tem **tatuage** num: num consegue emprego... apesar que hoje em dia você vê várias pessoas que trabalham em segurança PM... tem o braço tatuado... tem **tatuage** no pescoço... eu mesmo fiz uma agora há pouco tempo (NIG-A-1 H)

(7) os professores até **comparece**. Eu conheço alguns mas para mim o problema não está s(ó) nos professores: para mim o problema tá na juventude a juventude tá terrível, cara. Eles num querem respeitar o professor. Eles vão pra a escola só para zoar: eh fumar, eh:: pegar as meninas, eh as meninas. Olha, você vê, eu moro em frente ao colégio, eu vejo cada coisa desses adolescentes aqui: é fumando na porta da escola... Ah, num tem muitos anos matarum um professor dessa escola aqui... ele deu a nota vermelha para o garoto (NIG-B-1-M)

Não foram controlados os casos de ausência de marca de concordância verbal em algumas formas pretéritas, como a de (8) a seguir. Nesses dados, há material fonético suprimido além do que é nosso foco de investigação, a perda do ditongo nasal. Foram contabilizadas apenas as ausências de marca de concordância nos casos que coincidiam com ausência de nasalidade, por exemplo, no tempo presente, como em (9).

(8) apesar que eles também já são bem grandinhos eles conseguiram entender bem mais rápido que eu na época que (o) meu pai e (a) minha mãe se **separou...**(NIG-A-1-H)

(9) apesar que minha filha entra, entra chorando, mas elas **brinca, bate** palma, **canta** musiquinha (COP A 1 M)

No exemplo (8), a ausência de marca de concordância na forma verbal *separou* não pode ser considerada redução do ditongo, pois envolve questões morfossintáticas que não são contempladas neste estudo. Em (9), ao contrário, embora haja ausência de marca de concordância, a saliência fônica é menor, porque o único material fonético apagado é a consoante nasal.

Seguindo os passos dos trabalhos mencionados sobre o tema, definiram-se, neste estudo, quatro grupos de fatores internos: extensão do vocábulo, categoria gramatical da palavra, con-

texto fonético precedente, e vogal simultânea. Quanto às variáveis sociais, definiram-se quatro grupos: gênero dos informantes, faixa etária, localização geográfica e escolaridade.

Descrição das hipóteses dos fatores linguísticos

Com relação à extensão do item lexical, levanta-se a hipótese de que os vocábulos mais extensos seriam mais sensíveis à redução do ditongo nasal, enquanto os mais curtos condicionariam sua manutenção. Com o intuito de confirmar a hipótese, foram definidos os seguintes fatores: dissílabos (10), trissílabos (11) e polissílabos (12).

(10) o filho dela estuda aqui perto, a filha também, muito fracos...os professores **fazem** o quer (NIG-A-3-M-comp)

(11) quer dizer a escola pública lá dá de dez a zero na escola particular daqui... e eles **gostam**... eles tem orgulho (COP-B-3-M)

(12) só que infelizmente...eu acho que certas famílias não **preparam** as/as/as...os filhos para o casamento... (NIG-B-1-H)

(13) **estudaram**... uns **estudaram** no Santo Inácio... outros **estudaram** aqui no México né (COP-C-1-H)

Sobre a categoria gramatical, os resultados encontrados por Votre (1978) revelaram que os verbos não pretéritos favorecem o apagamento da nasal, mas os verbos pretéritos e os substantivos a retêm, contrariando parcialmente a hipótese do autor, que previa maior frequência de apagamento entre artigos, conjunções e preposições. Os verbos monossílabos também se mostraram bastante sensíveis à redução dos ditongos, apresentando um comportamento quase categórico (97%).

Battisti (2002), por sua vez, obtém índices conflitantes com os de Votre, pois não se verificam pesos relativos significativos para verbos, mas sim para substantivos. Nomes terminados em *-gem* apresentaram valores de 0.77, enquanto as formas verbais não pretéritas retornaram um peso relativo de 0.44. Conforme a autora argumenta, esses resultados indicam uma polarização entre substantivos e verbos, que se iniciaria nos nomes com terminação em *-gem*, passaria aos nomes em geral, aos verbos de tempo pretérito e terminaria nos verbos de tempos não pretéritos. Essa configuração é também percebida em Bopp da Silva (2005), cujos resultados reforçam o caráter polarizado na distribuição das classes: verbos, de um lado; e substantivos, de outro. Segundo Schwindt e Bopp da Silva (2009), os substantivos terminados em *-gem* seriam uma categoria favorecedora do apagamento pelo fato de esse sufixo apresentar um traço alomórfico, responsável por gerar tanto a variante com manutenção da nasal, quanto a variante com perda da nasal (*garagem* e *garage*).

Os resultados obtidos por Guy (1981) não permitem tecer maiores generalizações, uma

vez que a definição de apenas dois fatores (verbos e não verbos) para o grupo classe gramatical não se mostrou significativa: verbos têm um peso relativo de 0.49 de desnasalização; e não verbos, de 0.51.

Com base nesse quadro, parece mais coerente adotar um critério funcional para conferir a contribuição de cada classe de palavras para a redução dos ditongos nasais (BATTISTI, 2002). Assim, acredita-se que, nos casos em que a consoante nasal seja responsável por uma informação morfológica, haja menor probabilidade de apagamento. Já nos demais contextos, ou seja, aqueles em que o apêndice nasal é uma unidade sem valor morfológico, o apagamento pode ocorrer com maior frequência. Espera-se, portanto, que verbos favoreçam menos a redução dos ditongos que as demais classes, porque a nasal veicula o significado de número e pessoa em desinências verbais.

A variável categoria gramatical reúne os seguintes fatores: advérbios (o único dado registrado foi o da palavra *ontem*), substantivos, verbos no presente³, verbos no pretérito, verbos no futuro⁴, verbos no imperativo e formas nominais do verbo.

A respeito do contexto fonético precedente, observa-se que a consoante nasal em posição de onset pode desfavorecer a redução do ditongo por força de assimilação progressiva (GUY, 1981). Dados como *muito* ['mũyto], *uma* ['ũmẽ] e *andando* [ã'dãno] podem apresentar realização com alteração consonântica (MARCHAL e REIS, 2012), fenômeno recorrente na história do português (CASTRO, 1991). Nos dois primeiros exemplos, as vogais assimilam a nasalidade da consoante precedente; no último, a oclusiva alveolar assimila o traço nasal da consoante em coda, que sofre ressilabação e passa à posição de onset silábico. Desse modo, uma consoante nasal no ataque poderia inibir o apagamento do ditongo nasal. A hipótese que se propõe investigar, então, é que elementos com traço [+ nasal] no ataque silábico desfavorecem a redução dos ditongos.

Por fim, sobre a vogal simultânea, a hipótese de que Votre (1978) lança mão e é retomada em Bopp da Silva (2005) está relacionada à configuração articulatória dos elementos. Segundo o autor (1978: 112), “parece mais natural combinar a abertura da cavidade oral e da cavidade nasal para sons não-altos do que para segmentos do tipo /i, u/”. É esperado, então, que vogais mais altas favoreçam a redução do ditongo e as mais baixas não atuem na aplicação da regra. Embora os resultados de Votre (1978) tenham confirmado sua hipótese inicial, nas análises de

3 Incluímos no mesmo grupo os verbos de tempo presente de modo Indicativo e os de modo Subjuntivo. Acreditamos que, num primeiro momento, seria mais relevante observar os resultados de uma perspectiva mais ampla para que, num segundo momento, se possa selecionar os casos que merecem maior cuidado. O mesmo agrupamento foi feito para as formas verbais de tempo pretérito e futuro.

4 Não foram contabilizadas formas de futuro do presente, visto que nesse tempo o ditongo nasal se encontra em sílaba tônica. Foram recolhidos os dados de formas verbais de futuro do pretérito e futuro do subjuntivo, respectivamente:

(a) seria bom pra abrir portas e pensamentos e conhecer pessoas que **estudariam** aquilo (COP-A-1-M)

(b) meu sonho agora é neto quando eles **casarem** (NIG-B-1-M)

Bopp da Silva e Battisti, esse grupo não foi selecionado pelo programa de tratamento estatístico.

As vogais selecionadas para a análise são as seguintes: /a/ (*mudaram, adquiriram*), /i/ (*shopping*), /e/ (*passagem, quisessem*) e /u/ (*fórum*).

Resultados

A partir do tratamento estatístico no programa Goldvarb-X, obteve-se um total de 1674 dados, dos quais 282 (17%) apresentaram a redução dos ditongos nasais e 1393 (83%) preservaram a nasalidade do ditongo. Como se pretende observar o apagamento do ditongo nasal em posição átona final e uma das hipóteses se refere à relação do processo com a fala popular, definiu-se a redução como o valor de aplicação da regra variável.

O *input* geral foi de 0,17, semelhante à frequência relativa. Esses baixos índices de aplicação do apagamento do ditongo nasal vão ao encontro dos resultados capturados em pesquisas anteriores. É um processo de baixa aplicação e bastante diversificado, de acordo com o que se pôde observar⁵. Votre (1978) sinaliza que se trata de um fenômeno menos difundido do que a apócope do *r*, que está generalizada tanto na fala culta (CALLOU e SERRA, 2012), como na fala popular (CALDAS e CALLOU, 2014; BRESCANCINI e MONARETTO, 2008).

Os trabalhos de Battisti (2002) e Bopp da Silva (2005) também indicam que o processo tem baixo valor de aplicação, o que pode ser justificado pelo fato de a nasal ser o elemento mais resistente à queda em coda silábica (VOTRE, 1978). O gráfico abaixo ilustra a frequência geral de aplicação da regra:

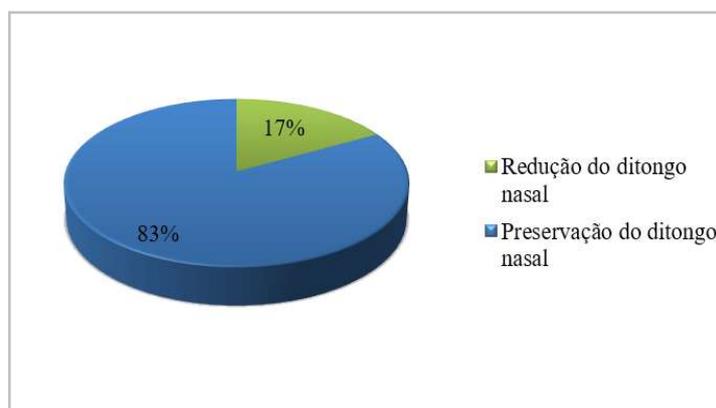


Gráfico 1: Frequência geral da redução dos ditongos nasais.

⁵ O caso do advérbio *não* já demonstra a diferença no processo, visto que esse item se comporta de modo diferente de outros elementos quando ocupa fronteiras prosódicas mais altas Castro (2016). Além disso, a redução de um substantivo terminado em *-agem*, como *garagem* ou *politicagem*, pode ser condicionada por fatores diferentes daqueles que interferem na redução de uma forma verbal de pretérito perfeito, como *fizeram* ou *correram*. Nesses casos, devem ser consideradas a concordância verbal, a informação morfológica etc. Parece ser necessário filtrar, nas etapas futuras, os casos de redução, de modo que fiquem agrupados de acordo com suas características específicas.

A seguir, tratamos separadamente cada um dos grupos de fatores. Os valores indicados nas tabelas são os de aplicação da regra de redução dos ditongos. Na primeira coluna indicamos os fatores em questão; na segunda, o número absoluto de ocorrências do fenômeno e o número total de dados; na terceira, o percentual de aplicação do fenômeno; e, por fim, o peso relativo.

Os grupos de fatores selecionados pelo programa foram, segundo a ordem de favorecimento da redução dos ditongos: faixa etária, escolaridade, extensão do vocábulo, localização geográfica, categoria gramatical, contexto fonético precedente, vogal simultânea e sexo.

O primeiro grupo de fatores selecionado pelo programa foi o de faixa etária dos informantes. Verificou-se que os mais jovens lideram a aplicação da regra com 22% de ocorrências e peso de 0,66. No entanto, diferentemente do esperado, os mais idosos aparecem logo em seguida com o mesmo percentual e peso relativo de 0,63, como se pode observar na Tabela 7.

Faixa etária	Oco./ Total	% de redução	Peso relativo
1	85/ 379	22	0,66
2	49/ 633	8	0,28
3	148/ 658	22	0,63
Total	282/1674	17	Input de 0,09

Tabela 7: Redução dos ditongos nasais em relação à variável faixa etária

A faixa etária intermediária é a única que não favorece a redução dos ditongos. O resultado não está alinhado com o que foi encontrado por Bopp da Silva (2005), nem corrobora a hipótese de que os falantes da terceira faixa etária seriam responsáveis por preservar o ditongo nasal. Como se pode constatar no gráfico a seguir, a curva de distribuição revela que (i) jovens e idosos apresentam comportamento muito semelhantes no favorecimento da regra de redução e (ii) os adultos são mais conservadores em relação à implementação da variante estigmatizada. Por esse motivo, Votre (1978), Guy (1981) e Battisti (2002) apontam que se trata de um processo em variação estável, e não de mudança em progresso.

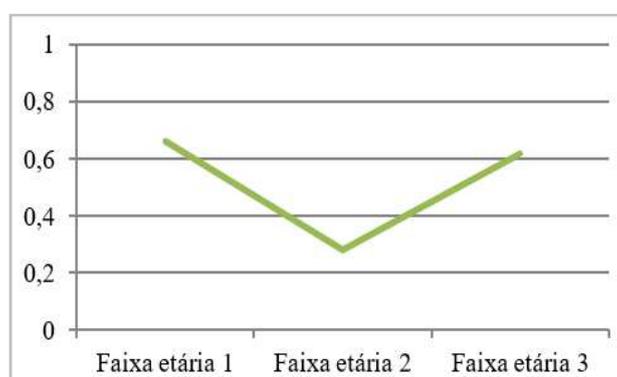


Gráfico 2: Redução dos ditongos nasais nas três faixas etárias.

Alguns comentários podem ser feitos a respeito da linha em *v* do Gráfico 2, sobretudo, quanto ao comportamento da faixa etária 3. Como era esperado, os mais jovens impulsionam o uso da variante com ditongo reduzido com peso relativo de 0,66. Sendo essa variante estigmatizada, conforme sinalizaram Amaral (1955) e Nascentes (1953), os adultos, que estão na fase de inserção no mercado de trabalho, rejeitam-na. As demandas do mercado e do capital linguístico, nos termos de Bourdieu (1996), acabam exercendo pressões sobre seus usos, o que justificaria o baixo peso relativo nessa faixa. Os idosos, ao contrário, estão mais livres desses condicionamentos sociais, podendo retomar o uso de formas mais marcadas. Essa distribuição permitiu observar a curiosa relação estabelecida entre os setores da sociedade no campo linguístico. Entretanto, seria interessante saber se dentro do grupo de idosos haveria algum fator que favoreceria em maior escala o uso da forma reduzida. Para tanto, cruzaram-se as variáveis (i) faixa etária e sexo e (ii) faixa etária e escolaridade.

O cruzamento dos fatores faixa etária e sexo permitiu observar que são os homens da faixa etária 3 que elevam o índice do grupo inteiro (somando os dados das mulheres). Nesse grupo, a fala dos homens apresenta 27% de apagamento dos ditongos nasais; enquanto as mulheres, 14%.

Sexo/Faixa etária	Faixa etária 1	Faixa etária 2	Faixa etária 3
Homem	61/269 (23%)	14/338 (4%)	113/414 (27%)
Mulher	24/110 (22%)	35/295 (12%)	35/244 (14%)
Total	85/379 (22%)	49/633 (8%)	148/658 (22%)

Tabela 8: Redução dos ditongos nasais em relação ao cruzamento das variáveis sexo e faixa etária.

Procedeu-se, além disso, ao cruzamento das variáveis escolaridade e faixa etária, a fim de verificar se poderia haver alguma influência da escolaridade no alto percentual obtido na faixa etária 3. De fato, como evidenciam os dados da Tabela 9, o fator ensino fundamental é bastante favorável à redução do ditongo, já que o índice de 43% está bem acima do índice geral de 17%. Os informantes que têm nível superior, ao contrário, desfavoreceram a aplicação da regra com a taxa de 9%.

Escolaridade/Faixa etária	Faixa etária 1	Faixa etária 2	Faixa etária 3
Fundamental	29/102 (28%)	27/284 (10%)	110/256 (43%)
Superior	56/277 (20%)	22/349 (6%)	38/402 (9%)
Total	85/379 (22%)	49/633 (8%)	148/658 (22%)

Tabela 9: Redução dos ditongos nasais em relação ao cruzamento das variáveis escolaridade e faixa etária.

Acredita-se, portanto, que sejam os homens com ensino fundamental os responsáveis por elevar a frequência relativa na faixa etária 3.

A segunda variável selecionada foi *escolaridade*, como já se supunha. O fator ensino

superior completo não favoreceu a aplicação da regra, pois teve 11% de ocorrências e peso de 0,36. Já o fator ensino fundamental completo atuou mais fortemente no número de ocorrências do processo. O peso relativo de 0,71 e a taxa de 26% confirmam a hipótese de que a fala dos indivíduos com menor escolaridade é mais sensível à redução dos ditongos nasais.

Escolaridade	Oco./ Total	% de redução	Peso relativo
Fundamental	166/ 642	26	0,71
Superior	116/ 1028	11	0,36
Total	282/1674	17	Input de 0,09

Tabela 10: redução dos ditongos nasais em relação à variável escolaridade.

Com relação à *extensão do vocábulo*, a hipótese de que as formas mais extensas favoreceriam a redução parece ter sido confirmada, pois os vocábulos trissilábicos e polissilábicos tiveram peso relativo de 0,60 e 0,62, respectivamente. Ao contrário, os itens mais curtos têm um efeito bastante desfavorável em relação à redução dos ditongos, visto que os dissílabos têm peso de 0,37.

Extensão	Oco./ Total	% de redução	Peso relativo
Dissílabo	73/779	9	0,37
Trissílabo	154/663	23	0,60
Polissílabo	55/232	24	0,62
Total	282/1674	17	Input de 0,09

Tabela 11: Redução dos ditongos nasais em relação à variável dimensão.

A frequência relativa dos fatores acompanha os valores dos seus respectivos pesos relativos, mostrando, assim, um movimento gradativo do item mais curto para o mais longo entre os polos de manutenção do ditongo e redução do ditongo. Esses resultados apontam coerentemente para o princípio da saliência fônica (LEMLE e NARO, 1977), segundo o qual vocábulos menores são mais salientes e, por isso mesmo, têm menor probabilidade de sofrer certos processos fonológicos (VOTRE, 1978).

Com relação à localização geográfica, esperava-se que Nova Iguaçu⁶ tivesse um comportamento mais favorável à redução, já que parece não ser um fenômeno de prestígio (VOTRE, 1978). Assim, os informantes de Copacabana, conhecido como um bairro de classe média, favoreceriam em menor proporção o uso da variante com ditongo nasal reduzido, visto ser estigmatizado.

Os resultados da Tabela 12 confirmam essa hipótese, pois o efeito favorecedor do valor

⁶ Sabemos do problema metodológico em comparar um município (Nova Iguaçu) com um bairro de outro município (Copacabana), porém decidimos manter a distribuição geográfica, que é um dos pontos centrais do *corpus*.

0,63 para Nova Iguaçu é oposto ao peso relativo de 0,37 para Copacabana.

Localização geográfica	Oco./ Total	% de redução	Peso relativo
Nova Iguaçu	178/ 832	21	0,63
Copacabana	104/ 838	12	0,37
Total	282/1674	17	Input de 0,09

Tabela 12: Redução dos ditongos nasais em relação à variável localização geográfica.

A classe morfológica dos vocábulos também se mostrou relevante na análise dos dados. A hipótese adotada fazia referência a um critério funcional, que pode ser descrito do seguinte modo: nas classes em que a nasal final carrega informação morfológica, haveria uma tendência para a manutenção do ditongo nasal, ao passo que, nas demais classes, haveria uma probabilidade maior de redução. A classe em que se percebe a nasal como morfema é a dos verbos, que apresentam desinência de terceira pessoa do plural representada por {-m}. Nas demais categorias gramaticais, a nasalidade é apenas um elemento fonológico sem valor mórfico, como em *ontem* (advérbio) e *garagem* (substantivo).

Sendo assim, os resultados da Tabela 13 confirmam, em parte, a hipótese, visto que a classe dos substantivos foi a que mais favoreceu a aplicação da regra com 0,72 de peso relativo e 31% das ocorrências. Outro contexto ligeiramente favorecedor da redução é o de verbos no passado, cujo peso relativo de 0,54 vai de encontro ao que era esperado. As demais categorias não contribuíram para que a variante estigmatizada ocorresse.

Categoria Gramatical	Oco./ Total	% de redução	Peso relativo
Substantivo	63/ 203	31	0,72
Verbo no presente	80/ 676	12	0,44
Verbo no passado	131/ 706	19	0,54
Verbo no futuro	2/ 13	15	0,47
Infinitivo flexionado	2/ 60	3	0,10
Advérbio	0/11	0	-
Imperativo	0/3	0	-
Total	282/1674	17	Input de 0,09

Tabela 13: Redução dos ditongos nasais em relação à variável categoria gramatical.

Na variável contexto fonético precedente, a oclusiva foi o único fator que favoreceu a redução dos ditongos nasais, com 0,62 de peso relativo. Por sua vez, a fricativa, com 0,53, e a nasal, com 0,52, estão muito próximas ao ponto neutro, o que inviabiliza afirmações categóricas. Os demais casos inibiram a atuação do processo. Como se esperava, os casos de hiato tiveram peso de 0,24 e foram, portanto, os que mais preservaram o ditongo. Esse resultado confirma a hipótese de Battisti (2002) de que sílabas sem ataque inibiriam a atuação da regra. A princípio,

os índices revelam que há um maior favorecimento quando o ataque é preenchido, uma vez que havendo uma vogal na posição precedente, ou seja, ataque não preenchido, o peso relativo é de 0,24.

Contexto Precedente	Oco./ Total	% de redução	Peso relativo
Oclusiva	45/ 285	16	0,62
Fricativa	102/468	22	0,53
Nasal	14/ 111	12	0,52
Lateral	4/ 84	5	0,28
Tepe	109/ 611	18	0,49
Vogal	8/ 115	7	0,24
Total	282/1674	17	Input de 0,09

Tabela 14: Redução dos ditongos nasais em relação à variável contexto precedente.

Os resultados obtidos para a variável vogal simultânea não confirmaram a hipótese de que os segmentos mais altos favoreceriam a redução do ditongo, uma vez que a vogal [i] teve peso de 0,12 e a vogal [u] preservou categoricamente o ditongo. Ao contrário, a favorecedora do processo foi a vogal baixa [a]. Embora [e] tenha tido maior percentual do que [a], 19% e 16%, respectivamente, a vogal baixa teve um peso relativo maior, 0,54 contra 0,45 da vogal média.

Vogal Simultânea	Oco./ Total	% de redução	Peso relativo
[a]	177/ 1095	16	0,54
[e]	102/ 547	19	0,45
[i]	3/ 30	10	0,12
[u]	0/2	0	-
Total	282/1674	17	Input de 0,09

Tabela 15: Redução dos ditongos nasais em relação à variável vogal simultânea

A última variável selecionada pelo programa foi sexo, cujos resultados estão na Tabela 16. Observa-se que a redução do ditongo é mais recorrente na fala dos homens (18%) que na das mulheres (14%). Entretanto Guy (1981), ao verificar o mesmo tipo de distribuição, afirma que não se pode dizer que o fenômeno seja uma característica da fala masculina, pois as mulheres também apresentam a desnasalização. Ao contrário, seria mais interessante descrever a fala feminina como maior retentora da nasalidade.

Sexo	Oco./ Total	% de redução
Homem	188/ 1021	18
Mulher	94/ 649	14
Total	282/1674	17

Tabela 16: Redução dos ditongos nasais em relação à variável sexo

Considerações finais

Neste trabalho, pretendeu-se apresentar o fenômeno da redução dos ditongos nasais e realizar uma análise sociolinguística dos contextos favorecedores da implementação do processo. Partindo das considerações de pesquisas anteriores (VOTRE, 1978; GUY, 1981; BATTISTI, 1997, 2002; BOPP da SILVA, 2005), objetivou-se confirmar a hipótese de que é um fenômeno mais frequente na fala de indivíduos com menor escolaridade. Para tanto, utilizou-se uma amostra constituída de entrevistas com informantes do sexo masculino e do feminino distribuídos em dois níveis de escolaridade: ensino fundamental e ensino superior.

Com base nos resultados, não há instrumentos que permitam a classificação do processo como exclusivo da fala popular, visto que também ocorre na fala dos indivíduos cultos. Ainda que, conforme foi apresentado na Tabela 10, o percentual de ocorrência seja maior na fala popular (com 26%) do que na culta (com 11%), não há indícios suficientes que balizem a correlação entre a redução dos ditongos e a fala popular. Pode-se afirmar que seja um fenômeno de variação estável mais presente na fala popular, sem que seja uma particularidade de sua variedade, conforme acreditavam Amaral (1955) e Nascentes (1953).

Referências

AMARAL, A. O dialeto caipira. São Paulo: Anhembi, 1955.

BATTISTI, E. A nasalização no português brasileiro e a redução dos ditongos nasais átonos: uma abordagem baseada em restrições. Tese (doutorado). Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

_____. “A redução dos ditongos nasais átonos”. BISOL, L.; BRESCANCINI, C. Fonologia e variação: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. “A Nasalidade, um Velho Tema”. DELTA, vol.14, 1998.

BOPP da SILVA, T. A redução da nasalidade em ditongos de sílaba átona em final de palavra entre falantes bilíngues e monolíngues do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) Porto Alegre: UFRGS, 2005.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas – o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRESCANCINI, C. e MONARETTO, V. “Os róticos no sul do Brasil: panorama e generalizações”. SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina, n.11/2, p. 51-66, 2008.

BRIGHT, W. (org). Sociolinguistics: proceeding sof the UCLA Sociolinguistics Conference. Haia-Paris: Mouton, 1966.

- CALDAS, V. e CALLOU, D. “O apagamento do rótico em posição de coda silábica: indicadores linguísticos e sociais”. Anais da 25ª Jornada Nacional do GELNE. 2014.
- CALLOU, D. e SERRA, C. “Variação do rótico e estrutura silábica”. Revista do GELNE, v. 14, p. 41-57, 2012.
- CASTRO, C. A prosódia da negação: a realização do não no português brasileiro. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- CASTRO, I. Curso de história da língua portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CHAMBERS, J. K. Sociolinguistic Theory. Oxford: Blackwell Pub., 1995.
- CHOMSKY, N. Aspectos da teoria da sintaxe. Coimbra: Armênia Amado, 1975.
- GUY, G. Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history. Tese (doutorado). Pennsylvania: Universidade da Pennsylvania, 1981.
- _____. Principles of linguistic change. Internal Factors. Oxford: Blackwell, 1994.
- LABOV, W. The social stratification of English in New York. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.
- _____. Principles of linguistic change. Internal Factors. Oxford: Blackwell, 1994.
- _____. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LAKOFF, G. Women, Fire and dangerous things. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LEMLE, M. e NARO, A. J. Competências básicas do português. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e Fundação Ford. Rio de Janeiro, 1977.
- MARCHAL, A. e REIS, C. Produção da fala. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- NASCENTES, A. O linguajar carioca. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.
- PUTNAM, H. Corda tripla: mente, corpo e mundo. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
- SAUSSURE, F. de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHWINDT, L. C. e BOPP da SILVA, T. “Panorama da redução da nasalidade em ditongos átonos finais no português do sul do Brasil”. BISOL, L. e COLLISCHON, G. Português do Brasil: variação fonológica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- TRUDGILL, P. Sociolinguistics: an introduction to language and society. London: Pelican Books, 1974.
- VOTRE, S.J. Aspectos da variação fonológica na fala do Rio de Janeiro. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978.

WEEDWOOD, B. História concisa da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WETZELS, W. L. “The lexical representation of nasality in Brazilian Portuguese”. *Probus*. Netherlands, n.9, p.203-232, 1997.

Sobre Dinah Callou — *Caio Cesar Castro da Silva*⁷

⁷ Minha relação com a Dinah vai desde a admiração, pela profissional competente e íntegra que é, à gratidão, pelo acolhimento e pela boa vontade que sempre teve comigo. De uma conversa sobre o apagamento do rótico ou sobre a vitória do Flamengo, sempre se pode esperar a sagacidade pela qual Dinah é conhecida. Espero que sua lucidez e sua disposição em trabalhar possam contribuir ainda mais para a formação de novos profissionais e para a compreensão linguística e sócio-histórica do português falado em território brasileiro.



**NÓS E A GENTE EM QUATRO AMOSTRAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
REVISITANDO A ESCALA DA SALIÊNCIA FÔNICA**
**NÓS AND A GENTE IN FOUR SAMPLES OF BRAZILIAN PORTUGUESE:
REVISITING THE SCALE OF PHONIC SALIENCE**

Maria Marta Pereira Scherre¹

Anthony Julius Naro²

Lilian Coutinho Yacovenco³

Resumo

Sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista, analisamos três construções com a primeira pessoa plural: padrão antigo – *nós* com *-mos* (*nós moramos*); não padrão – *nós* sem *-mos* (*nós mora*); padrão emergente – *a gente* sem *-mos* (*a gente morou/a gente mora*). Os dados analisados são de quatro amostras do português brasileiro – Santa Leopoldina-ES, Baixada Cuiabana-MT, Goiás e Vitória-ES – e foram analisados em oposições binárias e ternárias, por programas estatísticos da série Varbrul. Os resultados indicam que a restrição mais importante é o grau de facilidade da percepção da diferença entre formas com e sem o morfema *-mos*, conhecida como saliência fônica: quanto maior a saliência fônica, mais a possibilidade de usar a forma com *-mos*. Uma vez que as formas do pretérito tendem a ocupar altos níveis de saliência, há distribuição parcialmente sobreposta entre tempo e saliência. Para a terceira pessoa plural, pesquisas anteriores mostram que a saliência é um preditor melhor do que tempo. Para a primeira pessoa plural, a distribuição sobreposta tende a conduzir, em alguns contextos estruturais e sociais, a uma reanálise de tal forma que o morfema *-mos* é usado preferencialmente para marcar pretérito

1 Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade de Brasília. Pesquisador do CNPq e aposentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: mscherre@gmail.com.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro: professor emérito. E-mail: rionaro@gmail.com.

3 Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: lilianyacovenco@yahoo.com.br.

Recebido em: 20/11/2018

Aceito em: 29/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

perfeito. Isto resolve a ambiguidade entre presente e pretérito nos casos padrão de *nós* com *-mos* (*nós moramos*, preferencialmente pretérito) e não padrão *nós* sem *-mos* (*nós mora*, presente). Como parte de um fluxo de padronização, a construção nominal *a gente*, do substantivo latino singular *gens gentis* ‘tribo’, é inserida no sistema pronominal como primeira pessoa do plural. Isto cria um padrão emergente, *a gente* sem *-mos*. Estas questões nos levaram a (1) propor uma hierarquia da saliência levemente modificada, denominada de hierarquia da proeminência, (2) discutir análises binárias e ternárias e (3) concluir que processos diacrônicos de séculos passados emergem da análise sincrônica de dados hoje disponíveis.

Palavras-chave: Variação *nós* e *a gente*; Saliência fônica; Tempo verbal; Efeitos cognitivos; Efeitos funcionais e estruturais.

Abstract

Using the methodology of sociolinguistic variation studies, we analyze three first person plural constructions: old standard *nós* with *-mos* (*nós moramos* ‘we lived’ or ‘we live’); non-standard *nós* without *-mos* (*nós mora* ‘we live’); emerging standard *a gente* without *-mos* (*a gente morou* ‘we lived’/ *a gente mora* ‘we live’). The data we analyzed come from four samples of Brazilian Portuguese: Santa Leopoldina-ES, Baixada Cuiabana-MT, Goiás and Vitória-ES. Our analyses were carried out in both binary and ternary models using statistical programs of the Varbrul series. The results indicate that the most important constraint is ease of perception of the difference between forms with and without the *-mos* morpheme. Known as phonic salience, this factor determines that the greater the phonic salience, the greater the chances are of use of a form with *-mos*. Since preterit forms tend to fall on the higher levels of salience, there is a partially overlapping distribution of tense and salience. For the third person plural, earlier research has shown that salience is a better predictor than tense. For the first person plural, the overlapping distribution tends to lead, in certain social and structural environments, to a reanalysis in which the *-mos* morpheme is used preferentially to mark the preterit. This resolves the ambiguity between the present and the preterit in the case of standard *nós* with *-mos* (*nós moramos*, now preferentially preterit ‘we lived’) and non-standard *nós* without *-mos* (*nós mora* ‘we live’). As part of a flow toward standardization, the formally third person singular noun *a gente* ‘the people’, from the Latin singular noun *gens gentis* ‘tribe’, is inserted into the pronominal system as a first person plural. This creates the emerging standard construction *a gente* without *-mos*. These considerations led us to (1) propose a slightly modified salience hierarchy, which we call ‘prominence’; (2) discuss binary and ternary analyses and (3) conclude that centuries old diachronic processes emerge from the synchronic analysis data available today.

Keywords: Variation with first personal plural; Phonic salience; Verbal tense; Cognitive constraints; Functional and structural constraints.

Contextualizando nossa pesquisa

Naro (1981) e Naro, Görski e Fernandes (1999) abordam processos variáveis de concordância de número no português brasileiro com base, respectivamente, em amostras de falas do Rio de Janeiro das décadas de 70 e 80 do século XX. Naro (1981) trata da variação da concordância verbal de terceira pessoa com dados do projeto *Competências Básicas do Português*, de pessoas em fase de alfabetização (LEMLE; NARO, 1977). Naro, Görski e Fernandes (1999, p. 202) tratam da concordância verbal de primeira pessoa plural *nós* ou *a gente*, com dados de pes-

soas de nível socioeconômico menos privilegiado. As duas análises dão tratamento estatístico aos dados por meio de programas computacionais com modelos de regressão múltipla de efeitos fixos, da série Varbrul, com projeção de pesos relativos e testes poderosos de significância estatística, com nível de significância de 0,05 (cf. CEDERGREN; SANKOFF, 1974; GUY; ZILLES, 2007, p. 283; NARO, 1981; 2003, p. 24; SANKOFF, 1988; SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005; TAGLIAMONTE, 2012, p. 120-161).

Uma das variáveis independentes (restrições, grupos de fatores ou preditores) mais robusta é a escala da saliência fônica na relação singular/plural proposta por Lemle e Naro (1977) para a terceira pessoa plural e reestruturada por Naro (1981, p. 76-78) em seis graus, em função da(a)tonicidade dos pares na relação singular/plural (níveis 1 e 2) e de três graus diferenciação material fônica, em cada um dos níveis (a b c), por meio de alterações do material fônico, a seguir exemplificada:

Nível 1:

1a) *come/comem; fale/falem; falasse/falassem*

1b) *fala/falam; falava/falavam*

1c) *faz/fazem; diz/dizem*

Nível 2:

2a) *vai/vão; dá/dão; (es)tá/tão*

2b) *comeu/comeram; partiu/partiram, foi/foram*

2c) *falou/falaram; disse/disseram; trouxe/trouxeram; fez/fizeram; é/são*

Naro (1981) consolida a identificação do aumento da concordância variável de terceira pessoa plural em função do aumento da saliência fônica na relação singular/plural, sem, todavia, verificar estatisticamente seu efeito em relação ao do tempo verbal.

Para a primeira pessoa plural, Naro, Görski e Fernandes (1999, p. 201-203) estabeleceram uma hierarquia da saliência de cinco níveis, em função da(a)tonicidade dos pares— átona em pelo menos um dos membros do par nos níveis 1 e 2 e tônica em ambos os membros dos pares nos níveis 3, 4 e 5—e do aumento crescente da diferenciação material fônica, também exemplificada a seguir:

1) *falava/falávamos; era/éramos*

2) *come/comemos; fala/falamos; parte/partimos; trouxe/trouxemos; soube/soubemos; faz(z(i))/fazemos⁴*

4 Estes casos não constam da exemplificação da escala de Naro, Görski e Fernandes (1999, p. 201-203), mas, segundo Naro, em comunicação pessoal, estes casos foram codificados como nível de nível 2,

3) *(es)tá/(es)tamos; tem/temos*

4) *comeu/comemos; partiu/partimos; vai/vamos; foi/fomos*

5) *falou/falamos; é/somos.*

Naro, Görski e Fernandes (1999) discutem o papel da saliência fônica e do tempo verbal, como variáveis distintas, com foco, em especial, no presente *vs.* pretérito perfeito do indicativo, com maior detalhamento para o processo da presença/ausência do morfema *-mos* como primeira pessoa *nós* (concordância plural variável), processo este que é o foco de nossa discussão neste texto.

Em análises separadas por quatro grupos etários (6-12 anos – crianças; 13-20 anos – jovens; 21-40 anos – adultos mais jovens; mais de 41 anos – adultos mais velhos), Naro, Görski e Fernandes (1999, p. 202-207) evidenciam de forma detalhada a entrada do efeito da distinção temporal, ao lado do efeito da saliência fônica no gerenciamento da variação da concordância, como duas restrições distintas. Assim, além de verificarem que mais saliência favorece mais presença do morfema *-mos* (concordância plural, no caso do pronome *nós*), com significância estatística em todos os grupos etários, relatam que a oposição temporal só apresenta significância estatística nos dados de falantes de 13-20 anos e de 6-12 anos, com menos favorecimento de concordância plural pelo presente do indicativo e mais favorecimento pelo pretérito perfeito e aumento da força dos fatores na fala mais jovem: na faixa de 13-20 anos há diferença de 50 pontos (ou *range*, em termos atuais),⁵ pesos relativos de 0,25 *vs.* 0,75; e, na faixa de 6-12 anos, há diferença de 74 pontos, pesos relativos de 0,131. 0,87 (cf. Tabela 2 dos autores, à p.205).

Naro, Görski e Fernandes (1999, p. 204) ponderam que, na projeção dos pesos relativos, não foram incluídos os casos de imperfeito, porque o foco central era verificar o papel funcional da oposição entre presente e pretérito perfeito do indicativo e porque havia baixo uso de *-mos* com o imperfeito, da ordem de 4%.

Ao analisarem os efeitos percentuais de presença de *-mos* com os pares *comeu/comemos*, *foi/fomos*, *vai/vamos*, *fala/falamos* por três grupos etários (adultos: mais de 20 anos; jovens: 13-20; crianças: 6-12), Naro, Görski e Fernandes (1999, p. 207; p. 210) reforçam que “o que podemos ver, então, é um progressivo enfraquecimento da força da oposição da saliência, com um aumento concomitante do tempo” (p.207). “Ponderam que “*-mos* aparentemente está sendo reanalisado como um marcador de pretérito (...). É possível prever um período futuro em que *-mos* possa se tornar categoricamente pretérito e Ø [zero] categoricamente não pretérito na

ou seja, como menos salientes. É interessante que, embora Foeger (2013, p.133) tenha codificado casos desta natureza como de saliência 3, os 14 casos que ela encontrou (13 do verbo fazer e um do verbo trazer) são todos sem o morfema *-mos* (“*nós* faz aqui mesmo”).

⁵ Ver, por exemplo, Tagliamonte (2006, p. 242; 251; 2012, p. 123).

⁶ No original: “What we see, then, is a progressive wakening of the force oppositional salience, with a concomitant strengthening of tense.” (NARO; GÖRSKI; FERNANDES, 1999, p. 207)

primeira pessoa do plural.” (p. 210),⁷ tendo em vista (1) a ambiguidade potencial, com registros tradicionais de mesma forma para o presente e pretérito perfeito, para todos os verbos de conjugação regular (*falamos/vendemos/partimos*) e para alguns verbos de conjugação irregular (*saímos/rimos/vimos*)⁸; e (2) a alta frequência de *-mos* de construções com pretérito perfeito, quase todos de alta saliência fônica na relação singular/plural (*gastou/gastamos; bateu/bate-mos; partiu/partimos; saiu/saímos; foi/fomos; deu/demos*).

Com base em amostras de fala de nativos da cidade do Rio de Janeiro da década de 80 e de 2000, coletadas pelo *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (PEUL) (cf. PAIVA; DUARTE, 2003), Scherre & Naro (2010) apresentam resultados de uma análise cruzada entre os seis níveis de saliência propostos por Naro (1981) e o tempo/modo verbal (presente e imperfeito do indicativo; pretérito perfeito do indicativo; presente e imperfeito do subjuntivo), em dados da concordância de terceira pessoa plural, com o objetivo de captar eventuais efeitos de tempo e modo neste fenômeno variável, ao lado dos já conhecidos e consolidados efeitos da saliência fônica. Efetuando diversas análises estatísticas, Scherre e Naro (2010, p. 74-76) concluem que “saliência e tempo verbal são variáveis fortemente significativas em análises distintas, mas saliência sempre supera tempo/modo quando são colocadas em uma mesma análise como variáveis separadas.” (p.74) Reafirmam que “o traço que governa o uso variável da concordância [de terceira pessoa plural] é de fato a saliência fônica, uma categoria seguramente de natureza cognitiva, e não tempo/modo, uma categoria gramatical.” (p.76)

Em instigante pesquisa, Foeger (2014, p. 126-127) verificou que, na fala rural de Santa Leopoldina, no estado do Espírito Santo, o pretérito perfeito favorece quase que categoricamente o morfema de plural *-mos* com o pronome *nós* (“e uma vez também **nós tomamo** uma carreira [...]”). Só há um caso sem *-mos* (“**nós só ganhou** mau hálito”) em 289 ocorrências de pretérito perfeito. Assim, 99,7% dos casos de pretérito perfeito apresentam o morfema *-mos* (288/289). Então, para os casos de primeira pessoa plural em Santa Leopoldina-ES, a reanálise de *-mos* com marca de tempo em contexto de pretérito perfeito, prevista por Naro, Görski & Fernandes (1999, p. 210), realmente se dá. Nos dados Santa Leopoldina-ES, o pretérito perfeito se realiza sistematicamente pelo morfema *-mos*, mesmo em formas não registradas pela tradição gramatical como *levemo* por *levamo*, *fiquemo* por *ficamo* (cf. FOEGER, 2014, p. 74-75) ou *aprendimop* por *aprendemo*, com elevação da vogal temática.

Todavia, Foeger (2014, p.127) demonstra que *-mos* também ocorre como presente do indicativo em 40,4% das vezes (99/245), ou seja, nem todos os casos de presente se realizam pela ausência de *-mos* (ou zero), embora todos os casos de ausência de *-mos*, em formas tradicionalmente iguais para pretérito e presente do indicativo (*brincamos; arrancamos*), tenham leitura

7 No original: “(...) -mos is apparently being reanalyzed as a marker of the preterit (...). It is possible to foresee a future period in which -mos may come to be categorically preterit and 0 categorically non-preterit in the 1st personal plural.” (NARO; GÖRSKI; FERNANDES, 1999, p. 210)

8 Ver Ryan (1996) para uma visão completa dos paradigmas de conjugação verbal em português.

de presente (“**nós brinca** na casa de vovó... **nós ranca** as flor de lá [...]”)(FOEGER, 2014, p. 127).A autora demonstra em detalhes que os casos de *-mos* com presente ocorrem mais com os verbos com maior saliência fônica (cf. FOEGER, 2014, p. 132).

Outra questão digna de nota na pesquisa de Foeger (2014, p. 126-127) é que, diferentemente do pretérito perfeito, só há um caso de *-mos* no imperfeito do indicativo (“que **nós não tínhamos** campo de grama...”), em 283 casos. Os demais 282 são com ausência de *-mos* (“**aí nós ficava** lá embaixo no centro comunitário... depois **nós vinha**”) (FOEGER, 2014, p. 126). Nestes casos, Naro, Görski e Fernandes (1999, p. 204) ainda registram cerca de 4% na amostra do Rio de Janeiro da década de 80, mas Foeger (2014, p. 126) só registra 0,4% na amostra de Santa Leopoldina-ES. Assim, Ø (zero) também marca o imperfeito, embora não haja ambiguidade temporal. Motivações funcionais, cognitivas e estruturais decididamente se alinham no entendimento destes fenômenos variáveis, porque o imperfeito do indicativo, além de ser de baixa saliência fônica na escala de Naro, Görski e Fernandes (1999, p. 203), está envolvido em um fenômeno fonológico mais amplo de redução de proparoxítonas.

Motivados pelos resultados de Foeger (2014), decidimos verificar o que (1) ocorria com dados de uma amostra da Baixada Cuiabana, no estado do Mato Grosso, coletada no início da década de 2000 por Rachel Dettoni (cf. DETTONI, 2003) e (2) com dados amostra do *Português Falado na Cidade de Vitória* (PortVix), na capital do estado do Espírito Santo, organizada também no início da década de 2000, sob a coordenação de Lilian Yacovenco (cf. YACOVENCO *et al*, 2012). Além disso, revisitamos os dados de Foeger (2014).

Com base nestas três amostras, Naro, Scherre, Foeger & Benfica (2014) apresentam resultados do efeito de tempo e do tipo paradigmático verbal na concordância variável com o pronome *-nós*, como uma só variável, a partir de um controle minucioso dos verbos em função do tempo, do tipo paradigmático e da saliência fônica, com o objetivo também de visitar as previsões de Naro, Görski e Fernandes (1999). Em 2017, Naro, Scherre, Foeger & Benfica publicam seus resultados em formato sintético para estas três amostras.

Naro, Scherre, Foeger & Benfica (2017, p. 227) reafirmam a existência de tendências gerais e princípios subjacentes, que gerenciam a variação na concordância com o pronome *nós*:

(I) Desfaça a ambiguidade entre presente e pretérito perfeito [do indicativo] quando estas duas formas forem potencialmente idênticas, reservando *-mos* para o pretérito (princípio funcional). Observe que, para o pretérito, a oposição formal entre formas com e sem *-mos* está principalmente no nível de saliência alto, enquanto as formas de tempo presente regular com e sem *-mos* estão principalmente no nível baixo (princípio cognitivo).

(II) Também use *-mos* para as formas de presente que não são idênticas ao pretérito, que tendem a ser irregulares e mostram saliência fônica alta para a oposição singular/plural em 90% dos dados relevantes (princípio cognitivo).

(III) Evite formas proparoxítonas, desfavorecendo então o uso de *-mos* no imperfeito, de acordo com uma tendência fonológica no português brasileiro falado de evitar acento na antepenúltima sílaba eliminando uma sílaba (princípio estrutural). Estas formas estão na base da hierarquia da saliência fônica nas quais a oposição é não acentuada em ambas as formas (...), embora o acento [na antepenúltima sílaba] seja menos frequente no português brasileiro.⁹

Posteriormente, os dados de uma amostra de Goiás, de Mattos (2013), são incorporados à análise e, então, com base em dados de quatro amostras (Santa Leopoldina-ES, Baixada Cuibana-MT, Vitória-ES e Goiás), Scherre, Naro, Mattos, Foeger e Benfica (2014) apresentam resultados da concordância com o pronome *nós* no *New Ways of Analyzing Variation* (NWAV) 43, em Chicago/Estados Unidos, focalizando dados do pretérito imperfeito, do presente e do pretérito perfeito do modo indicativo, distinguindo os casos de formas iguais e formas diferentes para o presente e para o pretérito perfeito. A seguir, Scherre, Yacovenco, Naro, Mattos, Foeger e Benfica (2015) apresentam resultados também da alternância *nós* com *-mos* e *a gente* sem *-mos* no *New Ways of Analyzing Variation* (NWAV) 44, em Toronto/Canadá, incorporando breve discussão de fatores sociais. Os resultados obtidos vão na mesma linha das previsões de Naro, Görski e Fernandes (1999) e das constatações de Foeger (2014), embora com uma análise de configuração um pouco diferente, que busca captar a relação entre tempo e saliência por meio de uma só variável independente tempo e tipos paradigmáticos, propiciando uma visão de conjunto mais clara dos fatos. Os resultados destas apresentações não foram publicados.

Scherre, Yacovenco e Naro (2015), por sua vez, apresentam resultados no evento *Gallaecia - III Congresso Internacional de Linguística Histórica*, em Santiago de Compostela, em que avaliam a necessidade de uma abordagem analítica ternária das construções de (1) *nós* com *-mos* (*nós dormimos/nós fomos/nós vamos/nós morávamos*), (2) *nós* sem *-mos* (*nós dormiu/nós dorme/nós foi/nós vai/nós morava*) e (3) *a gente* sem *-mos* (*a gente dormiu/ a gente dorme/ a gente foi/ a gente vai/ a gente mora*) para um entendimento holístico das preferências sincrônicas destas três construções, em função também do tempo e tipo de paradigma verbal no modo indicativo, nos moldes de Scherre, Naro, Mattos, Foeger e Benfica (2014) e de Scherre, Yacovenco, Naro, Mattos, Foeger e Benfica (2015), mas com base em apenas duas amostras, a da Baixada Cuibana-MT e a de Vitória-ES. Naquele momento, fazem suas análises com resul-

9 No original: “I. Undo ambiguity between preterit and present when these two forms are potentially identical by reserving *-mos* preferentially for preterit (functional principle). Notice that for the preterit the formal opposition between forms with and without *-mos* is mainly on the level of high saliency, while regular present tense forms are mainly on the low level (cognitive principle). II. Also use *-mos* for present tense forms that are not identical to the preterit, most of which are irregular and show high phonic salience for the singular/plural opposition in about 90% of the relevant data (cognitive principle). III. Avoid antepenultimate stressed forms, thus disfavoring use of *-mos* in the imperfect, in accordance with a general phonological tendency in spoken Brazilian Portuguese to avoid antepenultimate stress by eliminating a syllable (structural principle). These forms are all on the low end of the hierarchy of phonic salience in which the opposition is unstressed in both forms (Naro, Görski, & Fernandes, 1999: 203), although antepenultimate stress itself is less frequent in Brazilian Portuguese.” (NARO; SCHERRE; FOEGER; BENFICA, 2017, p. 227)

tados percentuais, tendo em vista a dificuldade de uma abordagem ternária em termos de pesos relativos (frequências corrigidas ou projetadas), por meio da ferramenta estatística Varbrul, largamente usada na Sociolinguística Variacionista até a primeira década do século XXI.¹⁰ O programa está disponível apenas na versão implementada por Pintzuk (1988/1992) e não se executa em computadores mais modernos.

Em 2018, sai publicado o texto com resultados de Scherre, Yacovenco & Naro (2015). Uma das reflexões mais importantes da abordagem ternária, em função do tempo e do tipo de paradigma verbal no modo indicativo, é a que se transcreve abaixo, em que se observa breve ensaio do entendimento de uma dinâmica diacrônica por meio da análise dos dados sincrônicos:

A segunda questão que também salta aos olhos com a análise ternária é o entendimento da porta de entrada de *a gente* sem *-mos*, pelo imperfeito e pelo presente, em especial pelo presente que pode ter a mesma forma do pretérito. Na possibilidade real de produção de *nós* sem *-mos*, seja por força natural da prosódia do português brasileiro, que evita construções proparoxítonas, seja para desfazer ambiguidade potencial e assegurar uma leitura de tempo presente, o que gera estruturas com estigma, sujeitas ao preconceito e à intolerância linguística pela comunidade de fala brasileira letrada (Scherre / Naro 2014), a ampliação e a expansão dos usos de *a gente* sem *-mos*, com especial força em áreas urbanas mais amplas, se apresentam como uma estratégia intuitiva, que permite resolução de conflitos sociolinguísticos, por meio de mais usos de estruturas com concordância. (SCHERRE; YACOVENCO; NARO, 2018, p. 23)

A história ainda é mais longa do a que aqui relatamos. Tivemos como objetivo apenas contextualizar o que vamos apresentar a seguir, que amplia os limites da história acima sintetizada, por meio de resultados de pesos relativos da escala da saliência para a primeira pessoa, remodelada, com recortes binários tradicionais, recortes binários alternativos, recortes ternários e discussões a respeito de inferências diacrônicas a partir de análises sincrônicas por meio de uma variável linguística. Como bem coloca Labov (1981, p.183), “estamos frequentemente na posição de tentar fazer as melhores suposições possíveis a respeito de mudanças (...) a partir de dados sincrônicos”,¹¹ dada a inexistência de estudos anteriores, na maioria das vezes.

10 Nesta segunda década do século XXI, há amplo uso de modelos de regressão múltipla de efeitos mistos, que já estão sendo considerados de uso quase obrigatório em análises de fenômenos variáveis e nos trabalhos que são propostos para o principal evento da Teoria da Variação e da Mudança Linguística, o New Ways of Analyzing Variation (NWAV). Sua versão 47 ocorreu em outubro de 2018 na New York University (NYU). Estes modelos têm a possibilidade de levar em conta na análise variáveis de efeitos aleatórios, como o indivíduo e/ou o item lexical (cf., por exemplo, Johnson (2009)). Até o presente momento, temos visto que os resultados obtidos por modelos de efeitos fixos, como os da série Varbrul, e os de efeitos mistos, disponíveis na plataforma R, para variáveis robustas são bem semelhantes (cf., por exemplo, Oushiro (2015)). As diferenças, por ora, se dão em variáveis sociais menos robustas. Mesmo assim, temos de estar atentos às mudanças que nos cercam e buscar comparar resultados produzidos por diferentes modelos de regressão múltipla. Caso contrário, corremos o risco de ficar fora do novo mercado sociolinguístico variacionista.

11 No original: “(...) we will often be in the position of trying to make the best guesses we can about change in progress from synchronic data”. (LABOV, 1981, p.183)

Nossa análise

Variantes focalizadas e escala da proeminência

A seguir, vamos apresentar resultados de uma reanálise da variável tempo e tipo de paradigma verbal do modo indicativo e sua relação com a saliência fônica para três variantes ou construções recorrentes: *nós* com *-mos* ou padrão antigo; *nós* sem *-mos* ou não padrão; e *a gente* sem *-mos*, padrão emergente, com recortes binários tradicionais, recortes binários alternativos e um recorte ternário, todos com resultados expressos também em pesos relativos, tendo em vista que recuperamos um computador antigo, apto a executar o Varbrul implementado por Pintzuk (1988/1992).

Há uma quarta construção, *a gente fomos/a gente perguntamos/a gente passeamos/a gente somos*, com sujeito explícito, mas pouco frequente nos dados das quatro amostras analisadas (cf. SCHERRE, YACOVENCO; NARO, 2018, p. 15), sem possibilidade de análise quantitativa de projeção de efeitos. A única pesquisa de que temos conhecimento que relata um número significativo de dados com *a gente* com *-mos* é a de Naro, Görski & Fernandes (1999, p. 207-208), sem a especificação de sujeito explícito ou não, mas, sim, de sujeito distante ou próximo. Mattos (2013) trata também destes casos e verifica que com *a gente* com *-mos* há 0,4% com sujeito expresso (5/1327) e 13% com sujeito não expresso. Pondera que se trata de um fenômeno mais de explicitação de referência do que propriamente de concordância, à semelhança dos casos de coletivos singulares (cf., também, MATTOS; SCHERRE, 2017). A construção *a gente* com *-mos* é sujeita a estigma urbano, registrada com reservas pela tradição gramatical, especialmente com sujeito próximo, na verdade explícito (cf. BECHARA, 1999, p. 555), embora seja mais frequente no português europeu do que no português brasileiro (cf. RUBIO, 2012: 201-227). O tratamento aprofundado destes casos em nossas amostras fica para um outro momento da história, mas já sabemos que os poucos casos *a gente* com *-mos* com sujeito expresso observados tendem a ocorrer também com pretérito perfeito ou com presente do indicativo mais saliente.

Para as três construções sob análise, a variável remodelada por Naro & Scherre (2016) é denominada de escala da proeminência, em função do tempo, da ambiguidade temporal e da saliência fônica. Nossa reanálise sintetiza o cruzamento da ambiguidade temporal e saliência fônica, com cinco categorias, reorganizando parcialmente as categorias estabelecidas por Naro, Görski e Fernandes (1999) e Scherre, Yacovenco e Naro (2018). Mantivemos uma categoria para o imperfeito, distinguimos três para o tempo presente e agrupamos todos os casos de pretérito. Estas cinco categorias são sintetizadas abaixo (com exemplos no Quadro 1, retirados dos dados de nossas amostras, mas sem contexto discursivo amplo):

1) imperfeito - casos em que não há ambiguidade temporal com presente e com pretérito perfeito, todos de oposição menos saliente [-Amb, -Sali];

2a) presente igual ao pretérito - presente com possibilidade de ambiguidade temporal [+Amb], com predominância de formas de oposição menos saliente [-Sali] e alguns casos de oposição mais saliente [+Sali];

2b) presente diferente do pretérito, sem possibilidade de ambiguidade temporal e com oposição menos saliente [-Amb, -Sali];

2c) presente diferente do pretérito, sem possibilidade de ambiguidade temporal e com oposição mais saliente [-Amb, +Sali];

3) pretérito perfeito, com ambiguidade temporal e oposição mais saliente [+Amb,+Sali), sem ambiguidade temporal com oposição mais saliente [+Amb, +Sali] e com ambiguidade temporal com oposição menos saliente [+Amb, -Sali].

Variantes Fatores: tempo, ambiguidade e saliência	Nós com -mos ou padrão antigo	Nós sem -mos ou não padrão	A gente sem -mos ou padrão emergente
	Concordância plural Construção sem estigma com registro preferencial pela tradição gramatical	Não concordância Construção com estigma sem registro da tradição	Concordância singular Construção sem estigma com registro marginal pela tradição marginal
1) Imperfeito [-Sali]	<i>Nós morávamos</i> <i>Nós tínhamos chegado</i>	<i>Nós morava</i> <i>Nós tinha um quintal</i>	<i>A gente morava</i> <i>A gente não tinha medo</i>
2a) Presente[+Amb] predominantemente [-Sali] com poucos casos [+Sali]	<i>Nós moramos aqui, minha mãe tem uma loja aqui</i> <i>Nós saímos</i>	<i>...porque nós mora numa avenida assim</i> <i>Nós sai</i>	<i>A gente mora de aluguel</i> <i>A gente sai</i>
2b) Presente [-Amb, -Sali]	<i>Nós sabemos</i> <i>Nós trazemos</i> <i>Nós fazemos</i>	<i>Nós sabe</i> <i>Nós traz(i)</i> <i>Nós faz(i)</i>	<i>A gente sabe</i> <i>A gente traz(i)</i> <i>A gente faz(i)</i>
2c) Presente [-Amb,+Sali]	<i>Nós temos</i> <i>Nós damos</i> <i>Hoje nós vamos...</i> <i>Nós somos</i>	<i>Nós tem</i> <i>Nós dá</i> <i>Nós vai fazê um bar- raco</i> <i>Nós é pobre, mas...</i>	<i>A gente tem</i> <i>A gente dá</i> <i>A gente vai pulando...</i> <i>A gente é limpinho</i>
3) Pretérito pref. [+Amb, +Sali] [-Amb, -Sali] [-Amb, +Sali]	<i>Nós moramos lá</i> <i>Nós saímos</i> <i>Nós soubemos</i> <i>Nós trouxemos</i> <i>Nós tivemos</i> <i>Nós fizemos</i> <i>Ai nós fomos morar lá</i>	<i>Nós morou lá</i> <i>Nós saiu</i> <i>Nós soube</i> <i>Nós trouxe</i> <i>Nós teve</i> <i>Nós fez(i)</i> <i>Nós foi prá igreja crente</i>	<i>A gente mora aqui</i> <i>A gente saiu</i> <i>A gente soube</i> <i>A gente trouxe</i> <i>A gente teve</i> <i>A gente fez(i)</i> <i>A gente foi criado com isso</i>

Quadro 1: Escala da proeminência em função da ambiguidade temporal e de dois níveis da saliência fônica: análise ternária da variação entre *nós* e *a gente*

Amostras, *super tokens*, distribuição geral dos dados analisados

Nesta etapa de análise e exposição de resultados, vamos nos apoiar nos dados das quatro amostras de entrevistas sociolinguísticas já mencionadas, a saber, (1) a de Santa Leopoldina, Espírito Santo (FOEGER, 2014), de 2013; (2) a da Baixada Cuiabana, Mato Grosso (DETTONI, 2003), de 2000; (3) a do estado de Goiás (MATTOS, 2013), de 2008; e (4) a de Vitória, Espírito Santo (YACOVENCO et alii, 2012; MENDONÇA, 2010; BENFICA, 2014), de 2000-2002.¹²

Estas quatro amostras, organizadas na primeira e na segunda década de 2000, representam um *continuum* rural-urbano, com a seguinte caracterização:

1) Santa Leopoldina, área rural do estado do Espírito Santo: 32 falantes, estratificados em função do sexo masculino e feminino, da faixa etária (7-14 anos; 14-25; 26-49; acima de 49 anos) e dos anos de escolarização (1-5 anos - ensino fundamental I; 6-9 anos - ensino fundamental II) (cf. FOEGER, 2014, p. 53-65; 68-72);

2) Baixada Cuiabana, 80% em área urbana, no estado de Mato Grosso: 19 falantes, estratificados em função do sexo masculino e feminino, da faixa etária (15-25 anos; 26-49; acima de 49) e dos anos de escolarização (sem escolarização; 1-4 anos; 5 a 8; 9 a 11; e mais de 11) (cf. DETTONI, 2003, p. 8-13; 103-110).

3) Goiás: 55 falantes estratificados em função do sexo masculino e feminino, da faixa etária (16-24 anos; 25-40; acima de 40) e dois anos de escolarização (10 a 11; e mais de 11) (MATTOS, 2013, p. 18-24).

4) Vitória, capital do estado de Espírito Santo: 40 falantes dos 46 da amostra Port-Vix, estratificados em função do sexo masculino e feminino, da faixa etária (7-14 anos, 15-25; 26-49; acima de 49) e dos anos de escolarização (1-8 anos; 9 a 11; e mais de 11) (YACOVEN-

12 Agradecemos de coração a Raquel Dettoni (DETTONI, 2003), Alexandre Mendonça (MENDONÇA, 2010), Shirley Mattos (MATTOS, 2013), Camila Foeger (FOEGER, 2014) e Samine Benfica (BENFICA, 2016) por nos terem permitido utilizar seus arquivos de dados, para que fizéssemos um controle detalhado de tipos de verbos, fato que possibilitou análises diversas do efeito do tempo verbal, de paradigmas verbais e da saliência fônica da oposição singular/plural, para os casos de *nós* e *a gente*. Nove apresentações de resultados em congressos nacionais e internacionais já foram feitas: (1) em Minho, Portugal (NARO; SCHERRE; FOEGER; BENFICA, 2014); (2) em Chicago, Estados Unidos (SCHERRE; NARO; MATTOS; FOEGER; BENFICA, 2014); (3) em Santiago de Compostela, Espanha (SCHERRE; YACOVENCO; NARO, 2015); (4) em Toronto, Canadá (SCHERRE; NARO; YACOVENCO; MATTOS; FOEGER; BENFICA, 2015); (5) em Mariana, Brasil (SCHERRE; YACOVENCO; NARO, 2016); (6) em Vancouver, Canadá (NARO; SCHERRE, 2016); (7) no Rio de Janeiro, Brasil (SCHERRE; NARO; YACOVENCO, 2017); (8) em Madison, Estados Unidos (YACOVENCO, SCHERRE; NARO; MENDONÇA; FOEGER; BENFICA, 2017); (9) em Vitória, Brasil (SCHERRE, YACOVENCO, 2017). Já estão disponíveis as seguintes publicações: (1) Foeger; Yacovenco; Scherre (2017); (2) Naro; Scherre; Foeger; Benfica (2017); (3) Scherre; Yacovenco; Naro (2018); e (4) Yacovenco, Scherre; Naro; Mendonça; Foeger; Benfica (2018).

CO et alii, 2012, p. 774-777; MENDONÇA, 2010, p. 22-23).

Ressaltamos que as amostras são bem distintas, fato que aguça o nosso interesse. Relembramos que, com os resultados que vamos apresentar com relação à escala da proeminência, com recortes binários e eneários, nosso objetivo é buscar avançar no estabelecimento de inferências diacrônicas, além de entender dinâmicas sincrônicas, tendo em vista que a construção de *nós* com *-mos* é o padrão antigo, registrado por todos os textos da tradição gramatical, e as outras duas construções, *nós* sem *-mos* e *a gente* sem *-mos*, são mais novas, uma é não padrão e a outra é um padrão emergente.

Para exemplificar o fenômeno variável sob análise, de forma mais ampla, apresentamos a seguir dois exemplos, ¹³ um deles *super token*, ou seja, em que há as três variantes em um trecho extraído da fala de uma mesma pessoa, que constitui a exemplificação ideal, nos termos de Tagliamonte (2012, p. 111).

Neste nosso artigo, o vermelho resalta o **padrão antigo**; o azul, o **não padrão**; e o verde, o **padrão emergente**:

1)...**nóf tinha**... prantação lá, **nóf tinha** feijão, **tinha** milho, **tinha** arof, mandioca, banana, tudo isso **nóf tinha** né, **fazia** farinha né, e: então sempre: **tinha** o que comer, **nói** num **tinha** dinheiro, mai o que comer **nóf** sempre **tinha** né, nunca **faltava** sem comer porque **a dzente morava** na beira da roça né, (...) (...) (...) Pois é, era um quarto grande né, eu num lembro se ela comprou ou se dero pra ela morar lá, eu sei que **nói mudamo** de lá da beira da roça e **fomo** morar lá, era... cobeřto de capim e ba, e de bařote, era já uma casinha bem melhor né, era duas vez melhor do que aonde **nóS morava** né, mas o: o piso num era piso assim, nem de: de concreto, que agora quando conStrói, quando, quando **a dzente mudou** aqui era só piso de concreto que tinha feito, aí o piso desse aqui **a dzente fef** depoS... (Baixada Cuiabana, falante com a 1-4 anos escolarização, do sexo masculino, com 65 anos de idade)

2) Então aquela parma benta **nós temo** ele com grande valor em nossa casa. Se vem um vento, **nós panha** três palminha dele e põe no fogo. Se **nós tá** com uma dor, **panha** três raminho, cozinha com boa fé que aquele é abençoado por Deus, a dor que for **nós tamos** curado dele. (Baixada Cuiabana, falante com a 1-4 anos de escolarização, do sexo feminino, com 39 anos de idade)

13 Estes exemplos foram extraídos da amostra da Baixada Cuiabana-MT. No exemplo 1, especialmente, há marcas características do *falar cuiabano*, que são, por exemplo, (1) ampla palatalização sem ditongação como em *nóf* para a palavra *nós*; (2) uso generalizado de rotacismo, como na palavra *plantação* (*prantação*); (3) presença da vibrante simples como nas palavras *arroz* (*arof*), *roça* (*řoça*) ou *quarto* (*quarto*); e (4) a africada surda [tʃ] e sonora [dʒ] em palavras como *baixo* e *gente*, o mais característico de todos os traços (cf. ALMEIDA; COX; 2005; DETTONI, 2003; SCHERRE; YACOVENCO; NARO, 2018, p.15-17). Aproveitamos também para ilustrar a realização mais usual do morfema *-mos* como “mo“, que é um fato já amplamente conhecido.

Os resultados a serem apresentados e discutidos a seguir se baseiam em 1757 dados de Santa Leopoldina (32 falantes), 785 da Baixada Cuiabana (19 falantes), 2148 de Goiás (55 falantes) e 1517 dados de Vitória (40 falantes), distribuídos pelas três variantes (Tabela 1): padrão antigo (*nós* com *-mos*); não padrão (*nós* sem *-mos*) e padrão emergente (*a gente* sem *-mos*). A distribuição global de usos das três construções na Tabela 1 indica que as quatro amostras apresentam percentuais semelhantes de padrão antigo (*nós* com *-mos*), têm índices relativamente mais altos de padrão emergente (*a gente* sem *-mos*), mas divergem visivelmente nos índices da construção não padrão (*nós* sem *-mos*), com 24,2% para Santa Leopoldina e 27,9% para a Baixada Cuiabana, por um lado; e 5,7% e 3,8% para Goiás e Vitória, por outro lado.

Variantes	<i>Nós</i> com <i>-mos</i> ou padrão antigo		<i>Nós</i> sem <i>-mos</i> ou não padrão		<i>A gente</i> sem <i>-mos</i> padrão emergente	
	Concordância plural		Não concordância		Concordância singular	
	Construção sem estigma com registro preferencial na tradição gramatical		Construção com estigma sem registro na tradição gramatical		Construção sem estigma com registro marginal na tradição gramatical	
	<i>Nós dormimos</i>		<i>Nós dormiu</i>		<i>A gente dormiu</i>	
	<i>Nós fomos</i>		<i>Nós dorme</i>		<i>A gente dorme</i>	
	<i>Nós vamos</i>		<i>Nós foi</i>		<i>A gente foi</i>	
	<i>Nós morávamos</i>		<i>Nós vai</i>		<i>A gente vai</i>	
	<i>Nós morava</i>		<i>A gente morava</i>			
Amostras						
Santa Leopoldina (32 falantes)	386/1757	22,0%	425/1757	24,2%	946/1757	53,8%
Baixada Cuiabana (19 falantes)	216/785	27,5%	219/785	27,9%	350/785	44,6%
Goiás (55 falantes)	455/2148	21,2%	123/2148	5,7%	1570/2148	73,1%
Vitória (40 falantes)	403/1517	26,6%	57/1517	3,8%	1057/1517	69,7%

Tabela 1: Distribuição global dos usos de *nós* e *a gente* em amostras de fala de Santa Leopoldina-ES, da Baixada Cuiabana-MS; do estado de Goiás e de Vitória-ES: análise ternária

Aspectos quantitativos

Vamos apresentar análises binárias e ternárias, como os pesos relativos e as percentagens (%) de cada fator, com frequências absolutas para cada fator, com as quantidades da variante de referência (*n*) e dos totais das variantes na análise (*N*) nas análises binárias, e para cada uma das três variantes nas análises ternárias. Vamos também apresentar percentuais totais e os *inputs*, valor do percentual geral projetado, da variante de referência nos recortes binários de cada variante nos recortes ternários.

Em análises binárias, o peso relativo de efeito intermediário ou de efeito neutro, a depender da distribuição dos dados (cf. GUY; ZILLES, 2007, p. 239; NARO, 2003, p. 24) é de 0,50 e, em análises de três variantes, é de 0,33 (SCHERRE; NARO, 2003, p. 174-175). Assim, em análises binárias, valores acima de 0,50 são interpretados como favorecedores da variante de referência e valores abaixo de 0,50, como desfavorecedores. Em análises ternárias, valores acima de 0,33 é que são interpretados como favorecedores e, abaixo de 0,33, como desfavorecedores de cada uma três das variantes. O fundamental, todavia, é a ordenação e a comparação dos efeitos, não suas grandezas absolutas, por isto a denominação de pesos relativos (cf. GUY; ZILLES, 2007, p. 211-213; 239; NARO, 2003, p. 24; SANKOFF, 1988, p. 898-990). O programa usado para as análises binárias foi o *GoldVarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) e, para as análises ternárias, o *Tvarb* do pacote *Varbrul* implementado por Pintzuk (1988/1992).¹⁴

A variante tomada como referência em nossas análises binárias nas Tabelas 2, 3 e 4 é *nós* com *-mos* e na Tabela 5 é *nós* sem *-mos*. Nas análises não ternárias, não há variante de referência: os pesos relativos são calculados para cada uma das três variantes sob análise.

É também importante ter atenção voltada para os valores de *input* (ou p_0), que devem se aproximar da taxa geral de uso da variante, se houver distribuição equilibrada dos dados, e em relação ao qual os pesos relativos dos fatores são calculados, para que possa haver uma medida para centrar os resultados e possibilitar a comparação da hierarquia dos resultados em função dos pesos relativos (cf. GUY; ZILES, 2003, p. 238; NARO, 2003, p. 24; SANKOFF, 1988, p. 989-990; SANKOFF; TAGLIAMONTE, 2012, p. 120-161). Devemos estar atentos ao valor do *input* inicial e ao valor do *input* no nível em que se encontram todas as variáveis estatisticamente significativas, em recortes binários. Se houver desequilíbrio na distribuição dos dados, “o *input* deve corrigir este desequilíbrio, e, portanto, desviar-se da frequência calculada para a amostra total.” (GUY; ZILES, 2003, p. 238). No caso de recortes ternários, não há seleção de variáveis, porque não há vários níveis de análise pelo programa, e eventuais desequilíbrios amostrais podem ser observados pela frequência global de cada variante, o *input* e os pesos relativos dos fatores projetados. Enfim, tendo em vista que o *input* é o valor global projetado e corrigido da variante de referência no caso de análises binárias e para cada uma das variantes no caso de análises não binárias e que “os pesos ‘relativos’ dos fatores se calculam em relação a este nível geral” (GUY; ZILES, 2003, p. 238), os pesos relativos são, portanto, desvios em relação à média, em função das colunas na saída dos resultados estatísticos, e não podem ser diretamente relacionados à distribuição das variantes pelas linhas, que são importantes para a análise, mas não são uma medida direta do efeito dos fatores (nas Tabelas em que são apresentados os resultados).

14 Detalhes sobre os programas dessa versão do pacote *Varbrul* podem ser vistos em Scherre e Naro (2003, p. 159-161)

Dois recortes binários tradicionais

Efetuamos primeiramente dois recortes binários sincrônicos tradicionais,¹⁵ a saber, *nós*-com *-mos* vs. *nós* sem *-mos*, padrão antigo vs. não padrão (Tabela 2); e *nós* com *-mos* vs. *a gente* sem *-mos*, padrão antigo versus padrão emergente (Tabela 3).

Amostras→	Santa Leopoldina -ES 2013 Sudeste	Baixada Cuiabana -MT 2000 Centro-Oeste	Goiás 2008 Centro-Oeste	Vitória-ES 2000 Sudeste
Fatores	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)
1) Imperfeito [-Sali]	0,003 0,4% (1/283)	0,085 12,5% (17/136)	0,099 51,5% (51/99)	0,013 26,9% (14/52)
2a) Presente [+Amb]	0,096 7,0% (8/115)	0,266 25,0% (24/96)	0,180 47,4% (18/38)	0,150 87,1% (27/31)
2b) Presente [-Amb, -Sali]	0,230 16,7% (3/18)	0,750 73,3% (11/15)	0,482 80,0% (8/10)	0,399 90,5% (19/21)
2c) Presente [-Amb, +Sali]	0,831 81,3% (87/107)	0,799 81,4% (96/118)	0,744 91,9% (113/123)	0,502 93,5% (115/123)
3) Pretérito Perfeito	0,998 99,7% (287/288)	0,975 97,1% (68/70)	0,616 86,0% (265/308)	0,772 97,9% (228/233)
Total	47,6% (386/811)	49,7% (216/435)	78,7% (455/578)	87,6% (403/460)
Input nível zero	0,459	0,497	0,787	0,876
Input nível seleção	0,476	0,553	0,872	0,971
Significância	0,047	0,001	0,000	0,009

Tabela 2: *Nós* com *-mos* (padrão antigo) vs. *nós* sem *-mos* (não padrão) em função da escala da proeminência em quatro amostras das duas primeiras décadas do século XXI

Os resultados da Tabela 2 indicam que o imperfeito e o presente mais ambíguo desfavorecem *nós* com *-mos* (complementarmente, favorecem *nós* sem *-mos*): os casos de imperfeito são os menos salientes e os de presente ambíguo são, na sua maioria, também menos salientes. Exceto para a Baixada Cuiabana, em que há apenas oposição entre presente ambíguo vs. presente não ambíguo, os casos de presente não ambíguo apresentam entre si também uma oposição entre os casos mais e menos salientes. O pretérito perfeito, que tende a ser mais saliente, favorece sistematicamente *nós* com *-mos*. Em síntese, temos reafirmada a conclusão de que *nós* sem *-mos* (não padrão) tende a ocorrer em oposições menos salientes e *nós* com *-mos* (padrão

15 Remetemos o leitor ao texto de Scherre, Yacovenco e Naro (2017, p. 14), que apresenta uma lista de diversos trabalhos sobre o tema aqui abordado.

antigo) tende a ocorrer em oposições mais salientes.

Os resultados do recorte analítico de *nós* com *-mos* (padrão antigo) vs. *a gente* sem *-mos* (padrão emergente) (Tabela 3) indicam as mesmas tendências acima relatadas, até com mais regularidade. Assim, os resultados da escala da proeminência ressaltam que o padrão antigo é privilegiado nos ambientes predominantemente mais salientes do ponto de vista perceptual e funcional (presente -ambíguo mais saliente e pretérito) e o padrão emergente vai ocupar preferencialmente os espaços estruturais que podem produzir mais facilmente uma configuração não padrão, pela ausência de *-mos* (imperfeito e presente ambíguo).

Amostras→	Santa Leopoldina-ES 2013 Sudeste	Baixada Cuiabana-MT 2000 Centro-Oeste	Goiás 2008 Centro-Oeste	Vitória-ES 2000 Sudeste
Fatores	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)
1) Imperfeito [-Sali]	0,021 0,4% (1/274)	0,315 12,8% (17/133)	0,345 11,1% (51/459)	0,126 5,4% (14/258)
2a) Presente [+Amb]	0,178 2,7% (8/300)	0,259 18,3% (24/131)	0,153 3,9% (18/464)	0,272 7,8% (27/345)
2b) Presente [-Amb, -Sali]	0,189 5,3% (3/57)	0,331 27,5% (11/40)	0,407 12,1% (8/66)	0,446 18,8% (19/101)
2c) Presente [-Amb, +Sali]	0,832 29,6% (87/294)	0,600 56,5% (96/170)	0,659 27,7% (113/408)	0,593 27,9% (115/412)
3) Pretérito Perfeito	0,940 70,5% (287/407)	0,899 73,9% (68/92)	0,794 42,2% (265/628)	0,886 66,3% (228/344)
Total	29,0% (386/1332)	38,2% (216/566)	22,5% (455/2025)	27,6% (403/1460)
Input nível zero	0,290	0,382	0,225	0,276
Input nível seleção	0,083	0,326	0,138	0,144
Significância	0,004	0,000	0,000	0,000

Tabela 3: *Nós* com *-mos* (padrão antigo) vs. *a gente* sem *-mos* (padrão emergente) em função da escala da proeminência em quatro amostras das duas primeiras décadas do século XXI

Em síntese, com estes recortes tradicionais de padrão antigo vs. não padrão e de padrão antigo vs. padrão emergente, verificamos que, em contextos de mais usos de *nós morava/nós mora/nós sai/nós faz*, emergem naturalmente *a gente morava/a gente mora/a gente sai/a gente faz*, o que se infere pelos pesos complementares aos calculados para a variante de referência, que, aqui, é *nós* com *-mos*, o padrão antigo.¹⁶

¹⁶ Cf., também, Zilles (2005, p. 50), com ponderações semelhantes a respeito do padrão emergente,

Naro & Scherre (2016, slide 46), após análises detalhadas e diversos testes de significância estatística, enfatizam que, com relação à concordância e à alternância na primeira pessoa do plural,

saliência e ambiguidade temporal de fato não são empiricamente distinguíveis no sentido analítico, uma vez que suas distribuições enviesadas as fazem altamente correlacionadas. Em vez de ver ambiguidade e saliência como variáveis independentes rivais, sua distribuição nos leva a vê-las como dois lados de uma mesma moeda: saliência de refere a uma distinção cognitiva/perceptual de formas em competição, enquanto ambiguidade se refere aos seus papéis funcionais na distinção das formas.¹⁷

Recortes binários alternativos

Na busca de inferimos processos diacrônicos envolvidos na análise dos dados sincrônicos, efetuamos novos recortes analíticos, inicialmente, de forma binária e, a seguir, de forma ternária.

A Tabela 4 apresenta um recorte entre *nós* com *-mos* vs. todos os casos sem o morfema *-mos*, com o pronome *nós* ou com o pronome *a gente*, ou seja, o padrão antigo vs. as duas formas mais novas, que tendem a ocupar o espaço do padrão antigo.

Amostras→	Santa Leopoldina -ES 2013 Sudeste	Baixada Cuiabana -MT 2000 Centro-Oeste	Goiás 2008 Centro-Oeste	Vitória-ES 2000 Sudeste
Fatores	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)
1) Imperfeito [-Sali]	0,020 0,2% (1/556)	0,270 6,7% (17/252)	0,327 10,1% (51/507)	0,117 4,7% (14/296)
2a) Presente [+Amb]	0,251 2,0% (8/407)	0,306 11,8% (24/203)	0,158 3,7% (18/484)	0,293 7,7% (27/349)
2b) Presente [-Amb, -Sali]	0,301 4,2% (3/72)	0,469 25,0% (11/44)	0,417 11,8% (8/68)	0,472 18,4% (19/103)
2c) Presente [-Amb, +Sali]	0,948 27,7% (87/314)	0,707 50,0% (96/192)	0,673 27,0% (113/418)	0,609 27,4% (115/420)
3) Pretérito Perfeito	0,987 70,3% (287/408)	0,937 73,3% (68/94)	0,792 39,5% (265/671)	0,891 65,3% (228/349)
Total	22,0% (386/1757)	27,5% (216/785)	21,2% (455/2148)	26,6% (403/1517)

mesmo sem ter feito análises ternárias.

¹⁷ No original, “saliency and tense ambiguity are, in fact, not empirically distinguishable in the analytical sense since their skewed distributions make them highly correlated. Rather than viewing ambiguity and saliency as rival independent variables, their distribution leads us to view them as two sides of the same coin: saliency refers to the cognitive/perceptual distinctiveness of competing forms, while ambiguity refers to their functional roles in distinguishing tenses.” (NARO; SCHERRE, 2016, slide 45)

<i>Input</i> nível zero	0,220	0,275	0,212	0,266
<i>Input</i> nível seleção	0,026	0,188	0,127	0,140
Significância	0,009	0,005	0,000	0,000

Tabela 4: *Nós com -mos* (padrão antigo) vs. *nós sem -mos* (não padrão) e *a gente sem -mos* (padrão emergente) em função da escala da proeminência em quatro amostras das duas primeiras décadas do século XXI

Tendo em vista os resultados já relatados nas Tabelas 2 e 3, nossa expectativa era exatamente a de demonstrar, com o conjunto de todos os dados, que a variante padrão é retida nos ambientes mais salientes e preterida nos ambientes menos salientes. Em outras palavras, a variante padrão (*nós com -mos*) cede espaço para entrada das variantes novas (*nós sem -mos* e *a gente sem -mos*) predominantemente nos ambientes menos salientes, imperfeito, presente ambíguo e presente ambíguo menos saliente.

A Tabela 5, por sua vez, apresenta o recorte analítico de *nós sem -mos* vs. *a gente sem -mos*: contrasta as duas variantes mais novas entre si, a não padrão e o padrão emergente, na busca de estabelecer o espaço ocupado pelo padrão emergente.

Amostras→	Santa Leopoldina -ES 2013 Sudeste	Baixada Cuiabana-MT 2000 Centro-Oeste	Goiás2008 Centro-Oeste	Vitória-ES2000 Sudeste
Fatores	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)	Peso relativo % (n/N)
1) Imperfeito [-Sali]	0,808 50,8% (282/555)	0,770 50,6% (119/252)	0,626 10,5% (48/456)	0,825 13,5% (38/282)
2a) Presente [+Amb]	0,452 26,8% (107/399)	0,423 40,2% (72/179)	0,394 4,3% (20/466)	0,277 1,2% (4/322)
2b) Presente [-Amb, -Sali]	0,269 21,7% (15/69)	0,125 12,1% (4/33)	0,336 3,3% (2/60)	0,350 2,4% (2/84)
2c) Presente [-Amb, +Sali]	0,337 8,8% (20/227)	0,213 22,9% (22/96)	0,332 3,3% (10/305)	0,343 2,6% (8/305)
3) Pretérito Perfeito	0,016 0,8% (1/121)	0,184 7,7% (2/26)	0,632 10,6% (43/406)	0,731 4,1% (5/121)
Total	31,0% (425/1371)	38,5% (219/569)	7,3% (123/1693)	5,1% (57/1114)
<i>Input</i> nível zero	0,310	0,385	0,073	0,051
<i>Input</i> nível seleção	0,130	0,332	0,063	0,006
Significância	0,047	0,009	0,011	0,036

Tabela 5: *Nós sem -mos* (não padrão) vs. *a gente sem -mos* (padrão emergente) em função da escala da proeminência em quatro amostras das duas primeiras décadas do século XXI

Nos resultados da Tabela 5, vemos com precisão que *nós* sem *-mos*, a variante não padrão, mantém seu espaço nítido no campo do imperfeito, a base da escala da saliência: este é seu nicho inequívoco, nos resultados das quatro amostras (0,808; 0,770; 0,626; 0,825).

Mesmo em áreas urbanas como Vitória, a capital do Espírito Santo, que apresenta média baixa da variante não padrão, cerca de 4% na relação entre as três variantes (cf. Tabela 1), de 12% na relação com a variante padrão (cf. Tabela 2, com cerca de 88% de padrão antigo) e de 5% na relação com a variante padrão emergente (cf. Tabela 5), o imperfeito apresenta efeito alto (0,825), o maior na análise dos dados de Vitória. Assim, o efeito fonológico de redução das proparoxítonas é o mais forte, aliado à menor saliência da oposição singular/plural.

A maior nitidez da escala da proeminência se mostra nos dados de Santa Leopoldina, a amostra da área mais rural do ES, uma comunidade menos exposta à pressão da norma escolar e à pressão normatizadora da comunidade urbana. Neste caso, os extremos da escala da proeminência são cristalinos: o imperfeito favorece a variante não padrão (0,808); o pretérito perfeito a desfavorece (0,016), quase categoricamente. Em outras palavras, o nível mais baixo de saliência aceita a primeira nova variante, que é não padrão, e o nível de mais alta saliência a rejeita. Nesta etapa de nossa análise, que busca captar os fatos diacrônicos por meio dos dados sincrônicos disponíveis, observamos que a segunda nova variante, o padrão emergente, entra exatamente nos ambientes de proeminência mais alta para os dados de Santa Leopoldina: complementarmente, o peso da variante emergente é de 0,984 (1-0,016). Fato semelhante ocorre com os resultados da Baixada Cuiabana: 0,816 (1-0,184). Assim, ocorrem como maior naturalidade estruturas como *nós morava/nós saía/nós tinha/nós era*, por um lado, e *a gente morou/a gente saiu/a gente veio/a gente teve/a gente fez/a gente deu/a gente foi*, por outro, no contraste entre a variante não padrão e o padrão emergente.

Enfatizamos que o caminho diacrônico inferido e o mais provável (*nós falamos, nós fala, a gente fala*) não contém nenhuma etapa com variação entre *nós falamos* e *a gente fala*, embora seja esta a visão mais comum dos fatos sincrônicos, em função da análise tradicional da alternância entre *nós* vs. *a gente*, com ou sem agrupamento de *nós fala* aos outros casos de *nós falamos*. O comportamento dos dados de Santa Leopoldina é cristalino com relação a esta inferência. Trata-se da comunidade menos imune aos padrões da norma escolar e urbana, e se guia pela norma natural, intuitiva, com poucos conflitos internos explícitos: o sistema flui com naturalidade cognitiva, funcional e estrutural.

Por mais paradoxal que pareça, este fato, em termos de pesos relativos, não é claro nos dados de Goiás e de Vitória, as duas comunidades mais urbanas: nestas duas comunidades os resultados evidenciam favorecimento da variante não padrão pelo imperfeito e pelo pretérito perfeito: respectivamente, para Goiás, 0,626 e 0,632; e para Vitória, 0,825 e 0,731. Vejam que, para Goiás, os pesos relativos acompanham os percentuais: são estas as duas categorias que mais favorecem a variante não padrão (10,5% e 10,6, para uma média de 7,3%). Já sabemos

que há questões identitárias em jogo em Goiás, de valorização local da variante não padrão (cf. MATTOS, 2013; 2017), mas não temos evidência deste fato em Vitória. O fato é que Vitória é a comunidade mais urbana e a que tem menos variante não padrão. Mas, com relação a estes casos, é fato que os 4,1% de variante não padrão estão abaixo da média de 5,1%, mas menos abaixo, se compararmos com os dados de Santa Leopoldina, com 0,8% de pretérito perfeito com não padrão para uma média de 31,0%, e com os dados da Baixada Cuiabana, com 7,7%, para uma média de 38,5%.

Com lupa em todas as etapas da análise estatística multivariada, verificamos que, nos dados de Vitória, o efeito do pretérito perfeito favorecendo a variante não padrão já começa mais alto no primeiro nível de análise, mas aumenta 20 pontos com a entrada da faixa etária. Os cinco casos de *nós* sem *-mos* são todos na faixa dos falantes acima de 26 anos; quatro de mulheres. Retirado o peso das variáveis sociais, o peso relativo do pretérito se acentua, embora com poucos dados. A hipótese que por ora podemos levantar é que há mais conflitos sociolinguísticos na área urbana do que na área rural, aí refletido no uso de uma variante não padrão em um contexto inesperado, o de alta saliência fônica.

Antes de novas conjecturas, gostaríamos de verificar o que ocorre com a uma análise ternária em termos de pesos relativos (PINTZUK, 1988/1992), gerados pelos percentuais das três variáveis ao mesmo tempo, em termos de suas frequências e de seus respectivos *inputs*. Como já dissemos, conseguimos recuperar um computador antigo, o que nos possibilitou efetuar este tipo de análise.

Recortes ternários

Relembramos que, em análises binárias, o peso relativo de efeito intermediário ou de efeito neutro é de 0,50 e que, em análises de três variantes, é de 0,33. Assim, nas quatro tabelas que se seguem, de análises ternárias para cada uma das amostras, o peso relativo de referência é 0,33. Além disso, como já mencionado, é também importante ter atenção voltada para os valores de *input* (ou p_0), que devem se aproximar da taxa geral de uso da variante, se houver distribuição equilibrada dos dados. Enfatizamos que os pesos relativos são calculados tendo em vista os desvios em relação à média, em função das colunas na saída dos resultados estatísticos, e não podem ser diretamente relacionados à distribuição das variantes pelas linhas. As Tabelas 6, 7, 8 e 9 contêm, respectivamente, os resultados da análise ternários dados das amostras de Vitória-ES, de Santa Leopoldina-ES, da Baixada Cuiabana-MT e de Goiás.

Quando as três variantes são colocadas juntas em uma mesma análise, é possível observar, mais uma vez, que, em Vitória (Tabela 6), a variante padrão antiga tende a se manter nos ambientes de maior saliência fônica e/ou temporal (pesos de 0,848 para pretérito perfeito; 0,504 para presente não ambíguo e mais saliente; 0,417 para presente não ambíguo e menos saliente) e tende a desaparecer nos ambientes de menor saliência fônica (0,007 para o imperfeito) e de

menor saliência fônica e/ou temporal (0,181 para presente ambíguo). Além disso, os resultados da variante não padrão confirmam novamente que seu nicho é o imperfeito (a base da escala da saliência fônica): peso relativo de 0,965, com percentagem de 13%, para uma média de 4% desta variante e um *input* de 0.000. Os demais fatores inibem a permanência da variante não padrão na fala de Vitória-ES.

Agora, estamos mais aptos a entender os resultados do padrão emergente em Vitória que ocupa preferencialmente os espaços do presente ambíguo (0,713), substituindo estruturas como *nós fala*, a primeira variante nova, não padrão, por *a gente fala*, padrão emergente, com a manutenção de *nós falamos* para o pretérito perfeito como antevisto por Naro, Görski e Fernandes (1999): nestes casos, *-mos* tende realmente a ser marca de pretérito perfeito (0,848) e o presente se marca preferencialmente por zero com o padrão emergente *a gente fala* (0,713). Nesta relação ternária, o pretérito perfeito continua a não permitir a entrada das duas variantes novas (0,067 para a não padrão e 0,084 para o padrão emergente), como visto nas abordagens binárias tradicionais. Assim, os efeitos semelhantes do imperfeito e do pretérito perfeito, aparentemente paradoxais, se entendem pelas relações ternárias. No recorte ternário, que é um recorte das três variantes conjuntamente, as relações de tempo e saliência fônica se mostram regulares e no das duas variáveis novas lado a lado é que se percebe que as inferências ou conclusões diacrônicas se fazem a partir de dados de comunidades menos expostas a pressões coercitivas, muito presentes em comunidades urbanas.

Fatores	<i>Nós com -mos</i> (padrão antigo)			<i>Nós sem -mos</i> (não padrão)			<i>A gente sem -mos</i> (padrão emergente)		
	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$	Peso relativo	%	$\frac{n}{N}$	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$
1) Imperfeito [-Sali]	0,007	5	$\frac{14}{296}$	0,965	13	$\frac{38}{296}$	0,029	82	$\frac{244}{296}$
2a) Presente [+Amb]	0,181	8	$\frac{27}{349}$	0,106	1	$\frac{4}{349}$	0,713	91	$\frac{318}{349}$
2b) Presente [-Amb, -Sali]	0,417	18	$\frac{19}{103}$	0,203	2	$\frac{2}{103}$	0,379	80	$\frac{82}{103}$
2c) Presente [-Amb, +Sali]	0,504	27	$\frac{115}{420}$	0,158	2	$\frac{8}{420}$	0,338	71	$\frac{297}{420}$
3) Pretérito Perfeito	0,848	65	$\frac{228}{349}$	0,067	1	$\frac{5}{349}$	0,084	33	$\frac{116}{349}$
Total		27	$\frac{403}{1517}$		4	$\frac{57}{1517}$		70	$\frac{1057}{1517}$
Input		0,221			0,000			0,779	

Tabela 6: Efeitos ternários em função da escala da proeminência para a amostra de Vitória 2000

Assim, é no jogo entre as três variantes com seus respectivos *inputs* que se entende por que razão o efeito do imperfeito é baixo para o padrão emergente, não só para a amostra de Vitória (0,029), mas também para as amostras de Santa Leopoldina (0,109) e da Baixada Cuiabana (0,109 também), embora em termos percentuais haja equilíbrio no imperfeito para a variante não padrão e para o padrão emergente nos dados de Santa Leopoldina (51% e 49%; *inputs* 0,017 e 0,941) e Baixada Cuiabana (47% e 46%; *inputs* 0,075 e 0,569). Fatos desta natureza nos evidenciam com nitidez que uma análise de pesos relativos tem mais condições de ajustar os resultados percentuais, percentuais estes que podem não refletir a complexidade dos fatos (cf., por exemplo, Naro, Gorski e Fernandes (1999, p. 198-201)). Relembramos que este efeito baixo do imperfeito é também evidenciado na análise binária da variante não padrão vs.o padrão emergente (pesos relativos complementares baixos, inferidos da Tabela 5, que tem como variante de referência a variante não padrão).

As análises ternárias nos apresentam acima de tudo uma visão sincrônica da relação da relação entre as três variantes e a questão da saliência e do tempo. Nas quatro amostras analisadas, os dois níveis mais altos de saliência, pretérito perfeito e presente não ambíguo mais saliente, dão menos espaço para as variantes mais novas, a variante não padrão e o padrão emergente (Tabela 6, 7, 8 e 9): pesos de 0,067/0,158 e 0,084 e 0,338, em Vitória; de 0,000/0,024 e 0,006 e 0,026, em Santa Leopoldina; de 0,039/0,206 e 0,103 e 0,328, na Baixada Cuiabana; e de 0,271/0,147 e 0,130 e 0,260, em Goiás.

Fatores	<i>Nós com -mos</i> (padrão antigo)			<i>Nós sem -mos</i> (não padrão)			<i>A gente sem -mos</i> (padrão emergente)		
	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$
1) Imperfeito [-Sali]	0,000	0	$\frac{1}{556}$	0,891	51	$\frac{282}{556}$	0,109	49	$\frac{273}{556}$
2a) Presente [+Amb]	0,170	2	$\frac{8}{407}$	0,496	26	$\frac{107}{407}$	0,334	72	$\frac{292}{407}$
2b) Presente [-Amb, -Sali]	0,436	4	$\frac{3}{72}$	0,297	21	$\frac{15}{72}$	0,267	75	$\frac{54}{72}$
2c) Presente [-Amb, +Sali]	0,950	28	$\frac{87}{314}$	0,024	6	$\frac{20}{314}$	0,026	65	$\frac{207}{314}$
3) Pretérito Perfeito	0,993	70	$\frac{287}{408}$	0,000	0	$\frac{1}{408}$	0,006	29	$\frac{120}{408}$
Total		22	$\frac{386}{1757}$		24	$\frac{425}{1757}$		54	$\frac{946}{1757}$
Input		0,042			0,017			0,941	

Tabela 7: Efeitos ternários em função da escala da proeminência para a amostra de Santa Leopoldina-ES 2000

Relembramos que o nicho da variante não padrão é mesmo o imperfeito, nas quatro amostras. O presente ambíguo ainda recebe bem a variante não padrão em Santa Leopoldina (0,496) e na Baixada Cuiabana (0,547) e um pouco em Goiás (0,369). O padrão emergente, em termos de tendências, se instaura fortemente no presente ambíguo em Vitória (0,713), ocorre mais intensamente no presente não ambíguo na Baixada Cuiabana (0,545) e se expande para qualquer presente menos saliente na fala de Goiás, resultando em (0,523/0,421).

É na fala de Santa Leopoldina (Tabela 7) que este padrão emergente, já com percentagem de 54%, não tem seus espaços polarizados em termos de pesos, embora se possa ver que, relativamente, a área do presente ambíguo é a que mais o abriga (0,334), consistente com o caminho das demais comunidades, em que o padrão emergente, nesta relação ternária, tende a se acentuar no campo do presente, em especial do presente ambíguo e do presente não ambíguo menos saliente, embora com algumas diferenças ainda não suficientemente avaliadas, o que ficará para a continuidade da análise.

Fatores	<i>Nós com -mos</i> (padrão antigo)			<i>Nós sem -mos</i> (não padrão)			<i>A gente sem -mos</i> (padrão emergente)		
	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$
1) Imperfeito [-Sali]	0,052	7	$\frac{17}{252}$	0,839	47	$\frac{119}{252}$	0,109	46	$\frac{116}{252}$
2a) Presente [+Amb]	0,118	12	$\frac{24}{203}$	0,547	35	$\frac{72}{203}$	0,335	53	$\frac{107}{203}$
2b) Presente [-Amb, -Sali]	0,274	25	$\frac{11}{44}$	0,181	9	$\frac{4}{44}$	0,545	66	$\frac{29}{44}$
2c) Presente [-Amb, +Sali]	0,466	50	$\frac{96}{192}$	0,206	11	$\frac{22}{192}$	0,328	39	$\frac{74}{192}$
3) Pretérito Perfeito	0,858	72	$\frac{68}{94}$	0,039	2	$\frac{2}{94}$	0,103	26	$\frac{24}{94}$
Total		28	$\frac{216}{785}$		28	$\frac{219}{785}$		45	$\frac{350}{785}$
Input		0,356			0,075			0,569	

Tabela 8: Efeitos ternários em função da escala da proeminência para a amostra de Baixada Cuiabana-MT 2003

Fatores	<i>Nós com -mos</i> (padrão antigo)			<i>Nós sem -mos</i> (não padrão)			<i>A gente sem -mos</i> (padrão emergente)		
	Peso relativo	%	$\frac{n}{N}$	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$	Peso relativo	%	$\frac{N}{N}$
1) Imperfeito [-Sali]	0,160	10	$\frac{51}{507}$	0,566	9	$\frac{48}{507}$	0,274	80	$\frac{408}{507}$
2a) Presente [+Amb]	0,108	4	$\frac{18}{484}$	0,369	4	$\frac{20}{484}$	0,523	92	$\frac{446}{484}$
2b) Presente [-Amb, -Sali]	0,333	12	$\frac{8}{68}$	0,246	3	$\frac{2}{68}$	0,421	85	$\frac{58}{68}$
2c) Presente [-Amb, +Sali]	0,593	27	$\frac{113}{418}$	0,147	2	$\frac{10}{418}$	0,260	71	$\frac{295}{418}$
3) Pretérito Perfeito	0,599	39	$\frac{265}{671}$	0,271	6	$\frac{43}{671}$	0,130	54	$\frac{363}{671}$
Total		21	$\frac{455}{2148}$		6	$\frac{123}{2148}$		73	$\frac{1570}{2148}$
Input		0,142			0,059			0,799	

Tabela 9: Efeitos ternários em função da escala da proeminência para a amostra de Goiás 2008

Para uma visão de conjunto do comportamento das quatro amostras, apresentamos a seguir a Tabela 10, só com os pesos relativos das quatro rodadas ternárias, uma para cada uma das amostras, com a variante padrão em vermelho, a não padrão em azul e a padrão emergente em verde. Embora haja naturais diferenças entre os resultados, dado o fato de que as amostras são socialmente e numericamente bem distintas, consideramos que os resultados são indubitavelmente semelhantes em termos da hierarquia das variantes em função da escala da proeminência, já devidamente explorada nas páginas anteriores.

Amostras	Santa Leopoldina-ES			Baixada Cuiabana-MT			Goiás			Vitória-ES		
Variante	Padrão antigo	Não padrão	Padrão emergente	Padrão antigo	Não padrão	Padrão emergente	Padrão antigo	Não padrão	Padrão emergente	Padrão antigo	Não padrão	Padrão emergente
Pesos rel. Fatores												
Imperfeito	0,000	0,891	0,109	0,052	0,839	0,109	0,160	0,566	0,274	0,007	0,965	0,029
Presente +Amb.	0,170	0,496	0,334	0,118	0,547	0,335	0,108	0,369	0,523	0,181	0,106	0,713
Presente -Amb. -Sali	0,436	0,297	0,267	0,274	0,181	0,545	0,333	0,246	0,423	0,417	0,203	0,379
Presente -Amb. +Sali	0,950	0,024	0,026	0,466	0,206	0,328	0,593	0,147	0,260	0,504	0,158	0,338
Pretérito Perfeito	0,993	0,000	0,006	0,858	0,039	0,103	0,599	0,271	0,130	0,848	0,067	0,084
Range	99	89	33	85	84	44	49	42	39	84	90	68
Input	0,042	0,017	0,941	0,356	0,075	0,569	0,142	0,059	0,799	0,221	0,000	0,779
%	22%	24%	54%	27%	28%	45%	21%	6%	73%	27%	4%	70%
n	386	425	946	216	219	350	445	123	1570	403	57	1057
N	1757	1757	1757	785	785	785	2148	2148	2148	1517	1517	1517

Tabela 10: Visão de conjunto dos pesos relativos das análises ternárias de quatro amostras das duas primeiras décadas do século XXI

A diferença mais acentuada encontra-se nos dados de Goiás com relação ao efeito relativamente baixo do pretérito perfeito para a variante padrão antigo (0,599) e relativamente mais alto para a variante não padrão (0,271). Trata-se do fato, segundo Mattos (2013, p. 123), de que a fala de Goiás apresenta relação identitária com a tradição e com a modernidade, com clara autoestima pelas variantes não padrão encontrada em falas do tipo: *nós fala errado porque nós quê... nós é assim...* Ao mesmo tempo que o falante goiano valoriza a tradição, a sua goianidade, ele também recebe bem o que vem de fora, o que se reflete nos altos índices de uso da variante emergente, da ordem de 73% (*input* de 0,799), semelhante ao de Vitória, da ordem de 70% (*input* de 0,779). Esta dupla atitude também de reflete em tendências sociais opostas com relação à variação da concordância com *nós*, em que as mulheres e os mais jovens favorecem a variante não padrão (*nós* sem *-mos*) (cf. MATTOS, 2013, p. 89); e à alternância entre padrão antigo e padrão emergente, em que as mulheres e os mais jovens usam mais o padrão emergente (cf. MATTOS, 2013, p. 111-113; 2017).

Alinhando o ponto novo da nossa história

As duas análises binárias alternativas estão recuperando duas mudanças diacrônicas não documentadas: (1) *nós falamos* → *nós fala*, perda da desinência *-mos* da primeira pessoa do plural, por generalização do que já tinha ocorrido na terceira pessoa do singular, influenciada pela situação de transmissão linguística emergencial existente na época da colonização, principalmente nos contextos menos salientes; (2) *nós fala* → *gente fala*, recuperação da concordância através da substituição de *nós* por *a gente*, principalmente nos contextos mais salientes, nos dados da amostra de fala mais rural, como é a de Santa Leopoldina, ou nos dados de amostras menos urbanas, como é a da Baixada Cuiabana.

Não temos dados reais diacrônicos textuais de cada uma destas mudanças. Temos os resultados atuais. Reconstruímos as mudanças diacrônicas: opusemos todos os casos de *nós* com *-mos* aos de ausência de *-mos*, reunindo todos os casos atuais de zero na primeira pessoa do plural (*nós fala* e *a gente fala*) para buscar reconstruir o estado ou espaço original de *nós fala*. A seguir opusemos esse estado original de *nós fala* contra *a gente fala* para ver como veio a existir a construção *a gente fala*.

Temos duas situações da recuperação da concordância formal através de dois processos diferentes: uma situação em que se trocou um antigo pronome morfológicamente de primeira pessoa de plural por um novo pronome morfológicamente de terceira pessoa do singular, em alguns contextos estruturais, reinstaurando-se a concordância com o verbo de terceira pessoa do singular através de uma mudança no sistema pronominal; uma outra situação em que se trocou o verbo morfológicamente de terceira pessoa do singular pelo verbo de terceira pessoa do plural, na concordância verbal com sujeito de terceira pessoa plural (cf. NARO; SCHERRE, 2013). Assim, em um caso restabeleceu-se a concordância por meio de uma inovação do sistema pronominal. No outro caso restabeleceu-se a concordância através de um retrocesso no sistema de desinências, reestabelecendo formas plurais mais antigas. Essa é uma maneira inteiramente inédita de analisar o que houve diacronicamente na concordância com a primeira pessoa plural *nós* e terceira pessoa plural *eles/elas/sintagmas nominais plurais*. As análises binárias sincrônicas apoiam as postulações diacrônicas. Parece que a mudança *nos falamos* à *a gente fala* nunca existiu. Esta é uma leitura diacrônica dos dados, que não tem contrapartida nos fatos sincrônicos. Como bem dizia nosso ilustre mestre Ferdinand Saussure: verdades diacrônicas são de natureza diferente de verdades sincrônicas (cf. SAUSSURE, 2006, p.94-116).

Referências

ALMEIDA, Mourivaldo Santiago de; COX, Maria Inês Pagliarini (orgs). *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENFICA, Samine de Almeida. *A concordância verbal na fala de Vitória*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CEDERGREN, Henrietta J. E SANKOFF, David. Variable rules: performance as a statistical reflexion of competence. *Language*, v. 50, n. 2, p. 333-355, jun. 1974.

DETONI, Raquel do Vale. *A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da Baixada Cuiabá – Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

FOEGER, Camila Candeias. *A primeira pessoa do plural no português falado em Santa Leopoldina*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FOEGER, Camila Candeias; YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A primeira pessoa do plural em Santa Leopoldina/ES: correlação entre alternância e concordância. *Letrônica*, v.10, n.1, p. 5-17, 2017.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

JONHSON, Daniel Erza. Getting off the GoldVarb Standard: introducing Rbrul for mixed effects variable rule analysis. *Language and Linguistics Compass*, v.3, n.1, p. 359-383, 2009.

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchronic descriptions? In: SANKOFF, David.; CEDERGREN, Henrietta. (eds.). *Variation Omnibus*. Canada, Linguistic Research, Inc., 1981. p.177-99.

LEMLE, Miriam. & NARO, Anthony Julius. *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro (MOBRAL) e Fundação Ford, Rio de Janeiro, 1977. 151p

MATTOS, Shirley Eliany Rocha. *Goiás na primeira pessoa do plural*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MATTOS, Shirley Eliany Rocha. A primeira pessoa do plural na fala de goiás. *Revista (Con) Textos Linguísticos* (UFES), v. 11, n. 19, p. 145-166, 2017.

MATTOS, Shirley Eliany Rocha; SCHERRE, Maria Marta Pereira. O papel do plural em contexto de sujeitos coletivos com noção de grupo no singular. In: PILATI, E.; SALLES, H.L.; NAVES, R. (orgs.) *Novos olhares para a gramática do português brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2017, p. 43-59.

MENDONÇA, Alexandre Kronemberger. *NÓS e A GENTE em Vitória: análise sociolinguística da fala capixaba*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010

NARO, Anthony J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, v.57, n.1, p. 63-98, 1981.

NARO, Anthony J.; GÖRSKI, Edair; FERNANDES, Eulália. Change without change. *Language variation and change*, v.11, n. 2, p.197-211, 1999.

NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.43-50.

NARO, Anthony J; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Remodeling the age variable: number concord in Brazilian Portuguese. *Language variation and change*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 2013.

NARO, Anthony J; SCHERRE, Maria Marta Pereira. General principles governing variation in Brazilian Portuguese. In: NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION 45, nov. 2016. Vancouver: Simon Fraser University e University of Victoria.

NARO, Anthony J, SCHERRE, Maria Marta Pereira, FOEGER, C., BENFICA, Samine de Almeida. Sobre o encaixamento linguístico e social da variação de concordância com o pronome *nós* em terras brasileiras. In: 1st INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON VARIATION IN PORTUGUESE, abr. 2014, Universidade do Minho.

NARO, Anthony J; SCHERRE, Maria Marta Pereira; FOEGER, Camila; BENFICA, Samine de Almeida. Linguistic and social embedding of variable concord with 1st plural *nós* 'we' in Brazilian Portuguese. In: BARBOSA, P.; PAIVA, M. da C. de; GONÇALVES, C. (eds.) *Studies on variation in Portuguese*. 1 ed. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2017, p. 219-231.

OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Letras), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Introdução: a mudança linguística em curso. In: ___ (orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Contra CAPA, 2003.p.13-29.

RUBIO, Cássio Florêncio. *Padrões de concordância verbal e alternância pronominal no português brasileiro e português europeu: um estudo comparativo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

RYAN, Maria Aparecida Florence Cerqueira. *Conjugação dos verbos em português: prático e eficiente*. São Paulo: Ática, 1996.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, U., DITTMAR, N.; MATHHEIER, K.J. (Eds.). *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*. New York: Walter de Gruyter, 1988. p. 984-998.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali & SMITH, Eric. *Goldvarb X: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em 20 mar. 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.147-177.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. Efeitos da saliência fônica e do tempo/modo verbal na concordância verbal. In: MOLLICA, M. C. de M. (org.) *Usos da linguagem e sua relação com a mente humana*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. p. 71-77.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J.; MATTOS, Shirley Eliany Rocha; FOEGER, Camila Candeias; BENFICA, Samine de Almeida. Concord without concord: 1st plural pronoun *nós* 'we' in Brazilian Portuguese. In: NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION, out. 2014, Chicago: University of Illinois at Urbana-Champaign e University of Illinois at Chicago.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J; YACOVENCO, Lilian Coutinho. Variação *nós* vs. *a gente* no português brasileiro: a importância de análises comparativas enéarias. In: II SEMINÁRIO DE PESQUISAS LINGUÍSTICAS EM ANDAMENTO e I DEBATES EM LINGUÍSTICA, dez. 2017. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho. Sobre a uniformidade de padrões abstratos de variação e de comportamento avaliativo explícito na comunidade de fala brasileira. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, nov. 2017, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho; NARO, Anthony J.; MATTOS, Shirley. Eliany Rocha; FOEGER, Camila Candeias, BENFICA, Samine de Almeida. Functionality and standardization: *nós* and *a gente* 'we' in Brazilian Portuguese, out. 2015. In: NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION, Toronto, Universidade de Toronto.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho; NARO, Anthony J. *Nós e a gente* no português brasileiro: concordâncias e discordância, jul. 2015. In: GALLÆCIA - III CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho; NARO, Anthony J. *Nós e a gente* na Baixada Cuiabana-Mato Grosso e em Vitória-Espírito Santo: ampliando os olhares. In: I SEMINÁRIO SOBRE LINGUAGENS, CULTURAS E IDENTIDADES DA UFOP, mar. 2016. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho; NARO, Anthony J. *Nós e a*

gente no português brasileiro: concordâncias e discordâncias. *Estudos de Linguística Galega, ELG*. v. Especial, n. I, p. 13-27, 2018.

TAGLIAMONTE, Sali A. *Analysing sociolinguistic variation*— key topics in Sociolinguistics. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

TAGLIAMONTE, Sali A. *Variationist sociolinguistics: change, observation, interpretation*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.

YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCHERRE, Maria Marta Pereira; TESCH, Leila Maria BRANGANÇA, Marcela L. Bragança; EVANGELISTA, Elaine Meireles MENDONÇA, Alexandre Kronenberg de; CALMON, Elba Nunes; CAMPOS Jr., Heitor da Silva; BARBOSA, Astrid Franco; BASÍLIO, Jucilene Oliveira Sousa; DEOCLÉCIO, Carlos Eduardo; SILVA, Janaína Biancardi da; BERBERT, Aline Tomaz Fonseca; BENFICA, Samine de Almeida. Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, n. 3, p.771-806, 2012.

YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J; MENDONÇA, Alexandre Kronemberger de; FOEGER, Camila Candeias; BENFICA, Samine de Almeida. *Nós and a gente 'we' in Brazilian Portuguese: effect of age in urban and rural areas of Espírito Santo*. In: NEW WAYS OF ANALYZING VARIATION 46, nov. 2017. Madison: University of Wisconsin-Madison.

YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J; MENDONÇA, Alexandre Kronemberger de; FOEGER, Camila Candeias; BENFICA, Samine de Almeida. *Nós and a gente 'we' in Brazilian Portuguese: effect of age in urban and rural areas of Espírito Santo*. University of Pennsylvania *Working Papers in Linguistics*, v. 24, n. 2, Selected Papers from New Ways of Analyzing Variation (NWAV 46), p. 166-173, 2018.

ZILLES, Ana M. S. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese. *Language variation and change*, v. 17, n.1, p. 19-53, 2005.

Sobre Dinah Callou — *Maria Marta Pereira Scherre*¹⁸

Sobre Dinah Callou — *Anthony Julius Naro*¹⁹

Sobre Dinah Callou — *Lilian Coutinho Yacovenco*²⁰

18 Companheira e amiga de Dinah Callou de muitas jornadas, desde a década de 80, quando fui participar do atual Programa da Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL). Estou muito honrada de participar desta grande homenagem. Somos ambas cancerianas, do mesmo dia, 21 de julho, muito mãezonas.

19 É com muita honra que participo desta homenagem à amiga Dinah Callou, com quem tive a oportunidade de partilhar o mesmo corredor na Universidade Federal do Rio Janeiro e de levar a cabo boas discussões acadêmicas, ela com os olhos voltados para a Norma Urbana Culta e eu, para a Norma Urbana não Culta.

20 A minha honra de participar da homenagem à Dinah Callou é ainda maior do que a dos meus companheiros de grandes debates sobre o tema que aqui se apresenta. Eu me iniciei na pesquisa sociolinguística pelas mãos firmes de Dinah e fui por ela orientada na Iniciação Científica e no Mestrado. Assim, Dinah participou ativamente de minha formação acadêmica. Parabéns, Dinah, grande mestra!



**A VARIAÇÃO NO USO DO PRONOME REFLEXIVO NO PORTUGUÊS
AFRO-BRASILEIRO COMO O RESULTADO DE MUDANÇAS
INDUZIDAS PELO CONTATO ENTRE LÍNGUAS NO PASSADO**

**VARIATION IN THE USE OF THE REFLEXIVE PRONOUN IN
AFRO-BRAZILIAN PORTUGUESE AS THE RESULT OF CHANGES
INDUCED BY THE CONTACT OF LANGUAGES IN THE PAST**

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti¹

Jurgen Alves de Souza²

Resumo

O artigo analisa o efeito do contato entre línguas na realização dos pronomes reflexivos na fala de comunidades rurais formadas predominantemente por descendentes diretos de africanos trazidos para o Brasil como escravos. O processo de nativização da variedade de segunda língua falada por milhões de africanos escravizados e índios aculturados não teve a intensidade dos processos típicos de criouliização, mas desencadeou mudanças no sentido da simplificação morfológica que caracteriza o português popular em oposição ao português da elite letrada brasileira, atualmente. Desse processo resultou uma redução no uso dos pronomes reflexivos na constituição histórica da variedade de português analisada, o português afro-brasileiro, que, em princípio, deve exibir os efeitos mais notáveis do contato entre línguas, entre as variedades atuais do português no Brasil. A verificação empírica dessa hipótese foi feita com base em uma análise sociolinguística da fala vernácula de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia na atualidade. A análise em tempo aparente das variáveis sociais

1 Universidade Federal Fluminense/CNPq. E-mail: dante.lucchesi@gmail.com.

2 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: professorjurgen@hotmail.com.

Recebido em: 09/11/2018

Aceito em: 27/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

apontou para uma mudança em progresso no sentido do aumento do uso dos pronomes reflexivos nas comunidades estudadas. Essa mudança se enquadra no nivelamento linguístico previsto na visão da polarização sociolinguística do Brasil, no qual os modelos urbanos de prestígio são difundidos para todos os estratos sociais em todas as regiões do país. Esses resultados confirmaram a hipótese inicial, com base na interpretação de que a redução no uso dos pronomes reflexivos provocada pelo contato entre línguas no passado estaria sendo revertida agora por influências externas às comunidades de fala analisadas.

Palavras-chave: Pronomes reflexivos; Português afro-brasileiro; Contato entre línguas; análise variacionista; Mudança em progresso; Transmissão linguística irregular.

Abstract

This paper analyses the effects of languages in contact on the realization of the reflexive pronouns in speech communities predominantly formed by direct descendants of Africans brought to Brazil as slaves. The process of nativization of the second language variety spoken by millions of enslaved Africans and acculturated Indians has not been so strong and deep as it is in typical creolization processes, but it triggered changes such as a morphological simplification, which is present in Popular Brazilian Portuguese in opposition to literate Portuguese nowadays. Such process caused a reduction in the use of the reflexive pronouns within the historical constitution of this linguistic variety, the Afro-Brazilian Portuguese, presumably the Brazilian Portuguese variety most affected by language contact in the past. The empirical verification of this hypothesis was made through a sociolinguistic analysis of the vernacular of four isolated rural Afro-Brazilian communities from the Bahia State hinterland nowadays. The apparent time analysis revealed a change in progress in the sense of the increase in use of reflexive pronouns in the speech communities studied. Such change is part of the linguistic levelling predicted in the vision of Brazil's sociolinguistic polarization, in which the prestigious urban linguistic patterns are widespread to all social strata and all regions of the country. These results confirmed the initial hypothesis, based on the interpretation that the reduction in the use of reflexive pronouns caused by the contact between languages in the past would now be reverted by external influences upon the speech communities analyzed.

Keywords: Reflexive pronouns; Afro-Brazilian Portuguese; Language contact; Variationist analysis; Change in progress; Irregular linguistic transmission.

Introdução

A tese de doutorado do sociolinguista norte-americano Gregory Guy (1981) recolocou a questão do contato entre línguas na agenda da Linguística brasileira, ao postular que o português popular do Brasil era o resultado da descrioulização de um crioulo português formado entre os séculos XVI e XVII, com base na premissa de que o contexto sócio-histórico do Brasil colonial seria altamente favorável à crioulização. A hipótese da origem crioula do português brasileiro foi reforçada pelo crioulista John Holm (1987), na mesma década. Porém, tal hipótese despertou uma forte reação no Brasil. Surpreendentemente, dois dos maiores sociolinguistas do país, Anthony Naro e Marta Scherre (1993), alegaram que não havia registros históricos de qualquer processo de crioulização do português no Brasil e que os traços mais típicos do por-

tuguês popular brasileiro (doravante PPB), como a maciça variação no uso das regras de concordância nominal e verbal, eram essencialmente o resultado de uma *deriva secular* da língua portuguesa, que remontava às suas origens latinas, recorrendo ao conceito que o estruturalista norte-americano Edward Sapir (1921) havia cunhado no início do século XX e retomando, em linhas gerais, a posição que já havia assumido Serafim da Silva Neto (1988[1957]), em meados do mesmo século. Por outro lado, Alan Baxter e Dante Lucchesi (1997) alegaram que, embora não tivesse havido uma criouliização do português no Brasil, o contato entre línguas teria sido determinante na formação do PPB.

Enquanto a grande historiadora da língua portuguesa Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) reconhecia a importância da aquisição precária da língua portuguesa por milhões de índios e africanos para a configuração do PPB, o debate prosseguia, com Naro e Scherre (2007) buscando evidências de variação na concordância verbal e nominal no português arcaico e no português europeu para refutar a relevância do contato e ratificar a hipótese da deriva. Contudo, a publicação de um grande volume de análises da fala de comunidades rurais afro-brasileiras do interior do estado da Bahia, algumas delas remanescentes de antigos quilombos (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), fortaleceu sobremaneira a posição da centralidade do contato entre línguas na formação do PPB, em função das robustas evidências empíricas apresentadas, da sua fundamentação teórica consistente e da linha de argumentação adotada.³ A ideia geral que orientou essa ampla pesquisa foi a de que, embora não tenha havido a criouliização, a aquisição precária do português por milhões de índios e africanos por mais de três séculos, bem como a nativização dessa variedade de segunda língua entre seus descendentes, impactou fortemente a formação do PPB, tendo como principal reflexo a simplificação morfológica, que se observa na maciça variação na concordância nominal e verbal, entre outros aspectos.

A contenda foi, então, praticamente superada em favor da visão da relevância do contato, com a crítica à hipótese da deriva sistematizada por Lucchesi (2012), na qual ele chamava a atenção para uma contradição central no pensamento de Naro e Scherre, que reconheciam a ampla e precária aquisição do português por parte de índios e africanos – chegando a falar em uma “pidginização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia” (2007, p. 32) –, mas recorriam ao conceito abstrato da *deriva*, para explicar a simplificação morfológica do PPB. Naro (2007, p. 182-183) havia resgatado o princípio da *navalha de Okham* para defender sua posição favorável à deriva. Segundo esse princípio, em uma disputa científica, a hipótese mais simples e elegante, que se apoia menos em construtos teóricos abstratos, é a que melhor explica os fatos. É consensual entre os especialistas que, não apenas a pidginização, mas qualquer situação em que falantes adultos são forçados a adquirir e usar uma segunda língua em situações

3 O livro *O Português Afro-Brasileiro*, publicado pela EDUFBA, em 2009, reuniu os resultados de mais de quinze anos de pesquisas de campo e análises linguísticas, desenvolvidas no âmbito do Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* (ou simplesmente *Projeto Vertentes*), criado e coordenado por Dante Lucchesi, na Universidade Federal da Bahia.

adversas produz simplificação morfológica (SHUMMANN, 1978; MUYSKEN; SMITH, 1994; KLEIN; PERDUE, 1997; RAMPTON, 1997; BAKER, 1997; HAWKINS, 2001; VAINIKKA; YOUNG-SCHOLTEN, 2006; SIEGEL, 2008; entre tantos outros). Se Naro e Scherre reconhecem uma situação de *pidgnização quase endêmica* na origem do PPB, a solução mais simples e mais elegante é explicar a simplificação morfológica do PPB em função disso, não havendo qualquer necessidade de recorrer ao construto abstrato da *deriva secular*. Portanto, o próprio princípio invocado por Naro foi decisivo para descartar a deriva como uma “excrecência teórica que não contribui para explicar os dados relevantes”.⁴

Além disso, Lucchesi (2012) aduziu a fragilidade teórica do conceito de *deriva* no estágio atual de desenvolvimento da teoria linguística e argumentou ainda que a variação na concordância verbal e nominal no português europeu eram fenômenos marginais e qualitativamente distintos da maciça variação encontrada no Brasil, não servindo como evidência contrária à hipótese do contato, como pretendiam Naro e Scherre. Análises empíricas também comprovaram o caráter periférico do fenômeno da variação na concordância verbal, no português europeu (GANDRA, 2009; VIEIRA; BAZENGA, 2013). Como afirmaram Antonia Mota e outros (2012, p. 166), “a ausência de marcas de concordância é quantitativamente irrelevante no português europeu e tipologicamente limitada – o português europeu caracteriza-se globalmente pela reiteração das marcas morfológicas de concordância”. A análise de Vieira e Bazenga (2013), por sua vez, fornece a comprovação empírica para tal afirmação, ao encontrar um emprego praticamente categórico da regra de concordância verbal (com uma frequência geral de 99% do total de ocorrências), em uma amostra de fala com moradores do bairro de Oeiras, em Lisboa e da freguesia de Cacém, em Sintra. Desfez-se, assim, o último reduto da linha de argumentação de Naro e Scherre, em favor da deriva secular.

Desde então, estudiosos de diversas correntes teóricas têm encorpado a frente de pesquisa sobre os efeitos de contato entre línguas na formação do português brasileiro (OLIVEIRA; HOLM, 2011; AVELAR; GALVES, 2014; AVELAR, 2015; NEGRÃO; VIOTTI, 2014a e 2014b; entre outros). Coloca-se, então, na ordem do dia identificar que estruturas do PPB são resultantes de mudanças linguísticas induzidas pelo contato entre línguas, para além da simplificação morfológica que afeta as regras de concordância nominal e verbal, já sobejamente escrutinadas e analisadas.

Este artigo se engaja nessa frente de investigação, analisando a variação no emprego do pronome reflexivo, assim exemplificada:

- (1) a. O João *se* machucou muito quando caiu da bicicleta.
- b. O João machucou muito quando caiu da bicicleta.

A hipótese adotada é que a supressão do pronome reflexivo *se* (na 3ª pessoa) que gera

⁴ Expressão empregada pelo próprio Naro (2007, p. 182).

a variação, exemplificada em (1), insere-se no bojo do processo de simplificação morfológica inerente às situações de contato linguístico massivo, como as que caracterizam a formação histórica do PPB (LUCCHESI, 2002, 2008). A base da observação empírica é fornecida pelas amostras de fala das quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas constituídas pelo *Projeto Vertentes*.⁵ Segundo a visão adotada, os reflexos do contato entre línguas no PPB seriam mais notáveis nessa variedade, denominada *português afro-brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), em função de suas especificidades sócio-históricas. A análise sociolinguística em *tempo aparente* produzirá as evidências empíricas para suportar a hipótese de que a perda do pronome reflexivo teria ocorrido no passado, em função do contato entre línguas, e na atualidade estaria em curso uma recuperação dessa partícula gramatical, como consequência processo de *nivelamento linguístico*, decorrente da difusão dos padrões linguísticos urbanos para todas as regiões do país (LUCCHESI, 2001, 2006, 2015).

Para alcançar esses objetivos, este artigo se estrutura da seguinte maneira. A primeira seção traça um panorama da história sociolinguística do Brasil, focalizando o papel desempenhado pelo contato entre línguas. A segunda seção apresenta o conceito de transmissão linguística irregular de tipo leve, que foi formulado para descrever como o contato entre línguas teria afetado a formação histórica das variedades populares do português brasileiro, concentrando-se nos possíveis efeitos sobre o fenômeno aqui analisado. A terceira seção traz os resultados da análise sociolinguística da variação no uso dos pronomes reflexivos na fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia, focalizando especialmente os seus condicionamentos sociais. Essa seção também traz uma comparação da frequência de realização dos pronomes reflexivos em diferentes variedades do português brasileiro na atualidade. Por fim, o artigo se encerra com uma síntese de todo o processo de verificação empírica da hipótese de que a variação atual na realização dos pronomes reflexivos no português popular brasileiro, e no português afro-brasileiro em particular, tem sua origem no maciço contato entre línguas que marca a formação da sociedade brasileira.

1. O contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil

Estima-se que eram faladas, no território brasileiro, mais de mil línguas indígenas quando começou a colonização portuguesa, no século XVI. Entretanto, os povos indígenas que habitavam a costa do Brasil falavam variedades da língua tupi, o tupiniquim e o tupinambá, muito semelhantes entre si (RODRIGUES, 1986), tanto que os colonos e missionários portugueses se referiam a essas variedades como uma única língua, a que chamaram *língua geral da costa do Brasil*. Essa *língua geral* indígena foi a língua de intercuro entre portugueses e nativos no período inicial da colonização, mas é preciso distinguir dois cenários sociolinguísticos no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII.

5 Cf. nota 3.

O primeiro cenário sociolinguístico predominou em São Paulo, onde se instalou o primeiro foco de colonização portuguesa no Brasil, com a fundação da Vila de São Vicente, no litoral, em 1532. Após se estabelecer no litoral, os colonizadores seguiram para o interior, subindo o planalto paulista e fundando uma nova vila, que viria a dar origem à atual cidade de São Paulo. À sujeição da população indígena local seguiu-se o aprisionamento dos povos indígenas das regiões vizinhas, mobilizando grandes expedições denominadas *Bandeiras*. No plano sociolinguístico, o reduzido contingente de colonizadores, em sua imensa maioria homens, possibilitou um amplo processo de miscigenação, do que resultou a formação de uma *sociedade mameluca*,⁶ na qual predominava o uso de uma variedade da língua tupiniquim da população nativa, um tanto quanto alterada em função do novo contexto colonial, a chamada *língua geral* (RODRIGUES, 2006).

A conservação da língua indígena local, com alterações produzidas no novo contexto de colonização, ocorreu em vários pontos da costa brasileira, como o sul do Estado da Bahia, recebendo sempre essa variedade a denominação *geral* (ARGOLO, 2013). Com a expulsão dos franceses de São Luís, em 1615, uma variedade do tupi, o tupinambá, viria a predominar na sociedade colonial que os portugueses estabeleceram inicialmente no Maranhão e expandiram para a região amazônica, em busca das especiarias da selva e do apresamento de novos povos indígenas, em sua maioria falantes de línguas diversas, inclusive de outras famílias linguísticas, distintas da família tupi-guarani, nomeadamente as famílias Aruak e Karib. Assim, a língua de intercuro que viria a predominar na colonização da Amazônia seria essa variedade crescentemente alterada do tupinambá, que, com a denominação de *nhengatu* (lit. ‘língua boa’), acabou por se nativizar entre povos indígenas da região e até hoje é a língua materna de algumas localidades do Alto Amazonas (RODRIGUES, 2006).

A língua geral foi predominante no Estado de São Paulo até os finais do século XVII (SILVA NETO, 1963[1951]), porém a descoberta de ouro e diamantes na região vizinha, onde fica hoje o Estado de Minas Gerais, promoveu um grande afluxo de colonos portugueses, ao longo do século XVIII, os quais expulsaram os antigos paulistas para o Centro-Oeste do Brasil, reduzindo drasticamente o uso da língua geral paulista, no Sudeste. No Maranhão e no Pará, no Norte do Brasil, a língua geral de base tupinambá se conservou por muito mais tempo, tanto que o governo português do Marquês de Pombal publicou um decreto, proibindo o seu uso, no ano de 1755, mas a língua geral amazônica só viria a entrar em franco declínio ao longo do século XIX (FREIRE, 2004).

Por outro lado, nas regiões mais dinâmicas do Brasil Colonial, como o entorno das vilas de Olinda e Salvador, no Nordeste do Brasil, nos séculos XVI e XVII, a população indígena local foi rapidamente dizimada, sendo logo substituída por largos contingentes de escravos

6 O termo *mameluco* tem sido usado para designar o mestiço resultante do cruzamento do colonizador europeu com as mulheres indígenas.

importados da África, constituindo o segundo cenário sociolinguístico do Brasil colonial. Esse cenário foi, em termos demográficos, bem mais representativo que o primeiro, pois a principal força motriz do empreendimento colonial português no Brasil foi a mão de obra dos escravos africanos e seus descendentes, denominados *crioulos*; tanto que o chamado *tráfico negreiro* se tornou uma das atividades comerciais mais lucrativas, durante todo o período colonial e em boa parte do período do Império.

Embora tenha sido, durante bastante tempo, muito pouco visível, em função da violência, não apenas física, mas, sobretudo, simbólica, inerente ao processo de escravidão (MATTOSO, 2003), a presença africana constitui um dos componentes fundamentais na formação da sociedade brasileira, nos mais diversos setores da atividade social e da cultura, com forte influência na religião, na culinária, na música, na dança, e também no plano da língua, tendo os africanos e seus descendentes desempenhado um importante papel na *europização* linguística do Brasil (RIBEIRO, 1995, p. 166).

Não apenas no Brasil, mas em todo o processo de colonização da América, entre os séculos XVI e XIX, a importação de largos contingentes de mão de obra escrava da África foi crucial. Estima-se que, ao longo de mais de três séculos, o tráfico negreiro trouxe para o continente americano cerca de dez milhões de africanos. A participação desse contingente na formação das nações que vieram a se constituir no novo continente foi significativa, não obstante a já referida opressão na qual se buscava apagar a identidade cultural e linguística do escravo africano. Em vários planos da cultura, como a religião, a música e a culinária, a contribuição dos africanos é indelével.

No plano linguístico, a contribuição africana se destaca pela emergência de línguas crioulas, na região do Caribe, em sociedades formadas a partir de grandes propriedades agroexportadoras que empregavam largamente a mão de obra escrava, denominadas *plantações*. Dentre as mais de trinta línguas crioulas que se formaram na região, encontram-se o haitiano, cujo léxico é de origem francesa, e o jamaicano, de base lexical inglesa, além do papiamento, em Curaçao, e o sranan e o saramacan, no Suriname.

Calcula-se que o destino de cerca de quarenta por cento dos africanos trazidos para o continente americano tenha sido o Brasil, o que nos leva à impressionante cifra de quatro milhões de indivíduos. Em sua maioria, eram provenientes da região de Angola e da região que atualmente corresponde à Nigéria e ao Benin. Da primeira região vieram os falantes das línguas banto, principalmente o quimbundo, o kikongo e o umbundo. Da segunda região, vieram os falantes das línguas kwa, majoritariamente o Yorubá, o ewe e o fon. Os escravos provenientes de Angola eram levados para Pernambuco e principalmente para o Rio de Janeiro, que se tornou o principal porto do Brasil, a partir do século XVIII. Do Rio de Janeiro, eram distribuídos para o resto do Brasil, exceto a Bahia, que importava a maioria dos seus escravos da Costa da Mina, com larga predominância dos falantes do Yorubá, tanto que essa língua ainda era falada entre

a população pobre de Salvador, até o início do século XX. Entretanto, assim como em todo o continente americano, nenhuma língua africana subsistiu no Brasil, em função da violenta repressão linguística e cultural que os escravos sofriam (LUCCHESI, 2009a).

Até meados do século XIX, aproximadamente dois terços da população do Brasil era constituída por índios, africanos e seus descendentes – ou seja, só um pouco menos de um terço daqueles que formaram a sociedade brasileira eram falantes nativos do português filhos de falantes nativos da mesma língua. A partir do século XVII, os africanos e seus descendentes, incluindo os mestiços, denominados *mulatos*, predominaram na população do Brasil, tanto que, em 1850, africanos, crioulos e mulatos correspondiam a 65% do total da população (LUCCHESI, 2009a). Esse contingente formou, quase que exclusivamente, a mão de obra das lavouras de cana-de-açúcar, fumo e algodão do Nordeste, entre os séculos XVII e XIX; da extração de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, no século XVIII; e das fazendas de café do Vale do Paraíba e do Planalto Paulista, no século XIX. O tráfico negreiro só cessou em 1850, e a escravidão africana só foi abolida em 1888. Até o início do século XX, a grande maioria dessa massa de afrodescendentes vivia no campo e era iletrada (LUCCHESI, 2015, p. 85-94).

Desde o tráfico da África para o Brasil, os escravos eram misturados para evitar a articulação de revoltas. No Brasil, essa prática se reproduzia, já que os africanos eram impedidos de usar suas línguas nativas, e suas práticas culturais e religiosas eram igualmente reprimidas (MATTOSO, 2003). Os escravos eram, então, forçados a usar o português até para se comunicarem entre si. Entretanto, a aquisição do português era limitada, porque o acesso aos modelos de português era muito restrito, e, na maioria das situações, os africanos não tinham também interesse em adquirir uma grande proficiência em português. Essa segunda língua tornava-se, então, um código restrito de comunicação interétnica, com uma estrutura gramatical limitada e muitas vezes decalcada das línguas nativas dos africanos, o que se denomina um *pré-pidgin* (SIEGEL, 2008). Mesmo assim, esse português alterado ia se tornando a língua materna dos filhos dos escravos. Tal processo de transmissão linguística irregular pode levar à formação de uma língua qualitativamente distinta, denominada *língua crioula* (ver próxima seção). É possível que línguas pidgins ou crioulas tenham se formado no Brasil, sobretudo no século XVII. Entretanto, essas línguas tiveram uma vida efêmera e não deixaram testemunhos históricos (LUCCHESI, 2009a).

As razões para que não tenham ocorrido processos duradouros e representativos de pidginização e criouliização do português no Brasil são as seguintes (LUCCHESI, 2009a):

(i) Um percentual de falantes da língua dominante (pelo menos 30% de falantes nativos de português, durante o período da colônia e do império), bem superior ao que se encontra nas situações típicas de pidginização/criouliização (menos de 20% de falantes do grupo dominante).

(ii) Elevado grau de mestiçagem, decorrente da prática generalizada de intercuro sexual.

al entre os colonizadores portugueses e as mulheres índias e africanas.

(iii) Práticas culturais de assimilação dos filhos dos escravos africanos, os *crioulos*, principalmente os mestiços, os *mulatos*, que se integravam rapidamente na sociedade branca, inclusive (e principalmente) no plano linguístico.

Essas condições impediram a formação de pidgins e crioulos no Brasil, mas não impediram as alterações que vão separar a variedade de português dos descendentes de índios e africanos do português lusitanizado da elite colonial e do Império. Assim, um português dividido vai-se tornando a língua hegemônica da sociedade brasileira (LUCCHESI, 2001, 2015).

O português começa a avançar de forma mais ampla no território brasileiro no século XVIII, com a descoberta de grandes mananciais de ouro e pedras preciosas na região do atual Estado de Minas Gerais (LUCCHESI, 2006). O afluxo de colonos portugueses e a importação de escravos aumenta enormemente, de modo que a população do Brasil cresce onze vezes nesse século, passando de pouco mais de trezentos mil habitantes, em 1700, para três milhões e trezentos mil, em 1800. O avanço da língua portuguesa prossegue no século seguinte, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. O tráfico de escravos africanos é proibido definitivamente em 1850, acabando com a principal fonte do multilinguismo no Brasil. A abolição da escravidão ocorre em 1888, e a fonte de mão de obra para a lavoura passa a ser alimentada pela entrada no país de mais de três milhões de imigrantes provenientes da Europa e da Ásia, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Contudo, até a primeira fase da república, que se inicia em 1889, o Brasil continua sendo um país rural agroexportador, sendo o café o principal produto de exportação do país. Em 1900, cerca de noventa por cento da população vive no campo, dois terços são descendentes de índios e africanos e pelo menos três quartos são analfabetos. Nessas condições, a divisão linguística do país mantém-se profunda, separando a maioria da população que fala um português muito alterado por mudanças decorrentes do contato linguístico, e a língua da elite, que vai buscar em Portugal os modelos para o *bon usage* da língua (FARACO, 2008).

Essa situação mudará, a partir da Revolução de 1930, com a derrota das oligarquias rurais e o início da industrialização e urbanização do país. Ao longo do século XX, a população do Brasil se torna majoritariamente urbana, com oitenta por cento dos brasileiros vivendo nas grandes cidades, no ano de 2000. A urbanização favorece a inserção dos segmentos provenientes do campo no mercado consumidor e no universo do letramento (FARACO, 2008). Entretanto, as características do desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo no Brasil vai fazer com que essa inserção seja precária e parcial. Assim, muitas das marcas da linguagem rural permanecem na fala da população pobre que vive nas periferias das grandes cidades. Portanto, embora a urbanização ocorrida a partir de 1930 tenha diminuído os efeitos do contato entre línguas no português popular, muitas alterações ainda persistem, separando a linguagem da po-

pulação socialmente marginalizada da língua culta da elite letrada do país, no que se denomina *polarização sociolinguística do Brasil* (LUCCHESI, 2001, 2015).

A identificação dos efeitos do contato entre línguas na formação histórica do português popular brasileiro constitui um dos principais campos de investigação da Linguística do Brasil, na atualidade. A teorização desenvolvida por Baxter e Lucchesi, em torno do conceito de *transmissão linguística irregular* tem lançado luzes sobre o tema (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2003, 2008; LUCCHESI; BAXTER, 2009).

2. A transmissão linguística irregular de tipo leve e a simplificação morfológica no português popular brasileiro

A concepção da *transmissão linguística irregular* como um conceito gradual visa a desenvolver um modelo mais amplo de análise das mudanças linguísticas induzidas pelas situações de contato maciço entre línguas que não se restrinja às situações típicas de crioulização (BAXTER; LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 2002, 2008; LUCCHESI; BAXTER, 2009). A ideia básica é que uma situação de contato entre línguas massivo pode conduzir à formação de uma língua crioula, que tem uma gramática qualitativamente distinta da língua alvo (ROUGE, 2008), mas também pode resultar na formação de variedades históricas da língua dominante com algumas características estruturais das línguas crioulas, porém em um nível menos intenso e mais superficial, caracterizando uma *transmissão linguística irregular de tipo leve*.⁷

Em ambos os casos, o que está essencialmente em jogo é a necessidade de recomposição das estruturas gramaticais perdidas na situação inicial de contato, com a aquisição precária da língua do grupo dominante pelos falantes adultos dos grupos dominados. Portanto, é a intensidade dessa erosão gramatical da língua dominante que vai determinar o grau de reestruturação gramatical da variedade linguística que se formará na situação de contato. Para que haja a reestruturação original da gramática que dá origem às línguas pidgins e crioulas, é preciso que o acesso aos modelos da língua dominante seja restrito durante todo o período de formação dessa nova comunidade de fala, o que aconteceu historicamente nas sociedades de *plantation* ou em comunidades quilombolas, como descrito, na seção anterior.

A reestruturação radical que dá origem às línguas crioulas produz estruturas gramaticais qualitativamente distintas da língua do grupo dominante, da qual retirou a maior parte do seu vocabulário (a *língua lexificadora*). Assim, as línguas crioulas expressam os valores das categorias gramaticais de tempo, modo e aspecto por meio de partículas pré-verbais, e não por meio da flexão verbal, como ocorre nas línguas lexificadoras europeias. A *gramaticalização* desempenha naturalmente um papel crucial na formação das línguas crioulas. Assim, o verbo *dar* se gramaticaliza para desempenhar a função de preposição de dativo, os verbos *dicendi* (*dizer/falar*)

⁷ Uma formulação algo semelhante é feita por John Holm (2004), através do conceito de *reestruturação linguística parcial*.

passam a desempenhar também a função de complementizadores, e o nome *cabeça* ou *corpo* passa a funcionar também como pronome reflexivo. A criouliização pode ser vista também como um processo de simplificação morfológica (MCWHORTER, 1998 e 2001). Assim, as línguas crioulas utilizam um número muito reduzido de preposições e conjunções, predominando as construções por justaposição; além disso, não possuem flexão de caso dos pronomes pessoais, flexão verbal de número e pessoa e concordância verbal e nominal. Como decorrência dessas alterações, as línguas pidgins e crioulas também exibem algumas mudanças paramétricas em relação às línguas lexificadoras europeias, como a ausência de sujeito referencial nulo e de inversão na ordem sujeito-verbo. Em princípio, a recomposição deve ocorrer nos mecanismos que são essenciais ao funcionamento de qualquer língua humana, o que reveste o estudo das línguas crioulas de especial interesse para a compreensão da linguagem humana, pois a língua crioula prototípica possuiria apenas o núcleo gramatical essencial da faculdade da linguagem (BICKERTON, 1981, 1984 e 1999).

Toda essa reestruturação gramatical que caracteriza a formação das línguas crioulas ocorreu em situações sócio-históricas bem específicas, nas quais uma comunidade desenvolveu uma língua a partir de um conjunto limitado de itens lexicais. Contudo, as situações que o colonialismo europeu promoveu na América, África, Ásia e Oceania variaram muito no que concerne aos valores das variáveis sociais, étnicas e demográficas presentes em sua configuração. Dessa forma, em muitas situações de contato massivo do inglês, português, espanhol, francês e holandês com línguas africanas, asiáticas e da Oceania, não ocorreu a criouliização. Nesses contextos mais representativos em termos históricos e demográficos, como o que predominou na formação da sociedade brasileira, os falantes dos grupos dominados e seus descendentes tiveram um maior acesso à língua europeia do grupo dominante, o que inibiu a criouliização, mas não impediu a ocorrência de mudanças estruturais decorrentes da aquisição mais ou menos limitada do português como segunda língua por milhões de índios aculturados e africanos escravizados e da nativização desse modelo mais ou menos defectivo de segunda língua entre os seus descendentes mestiços ou endógamos.

Nesse processo de *transmissão linguística irregular de tipo leve*, que determina a formação histórica do PPB, a reestruturação radical da gramática própria da criouliização praticamente não acontece, havendo sim a transmissão dos mecanismos nucleares da gramática da língua dominante. O que caracteriza, então, essas variedades linguísticas parcialmente reestruturadas pelo contato é um amplo processo de simplificação morfológica que atinge, sobretudo, os mecanismos gramaticais que não têm valor informacional ou têm um valor semântico mais abstrato. Observa-se, contudo, uma diferença quantitativa entre esse processo menos intenso de reestruturação e o processo radical da criouliização, pois, neste último, mecanismos gramaticais sem valor informacional são virtualmente eliminados, enquanto na transmissão linguística irregular de tipo leve observa-se apenas um amplo processo de variação no uso desses mecanismos gramaticais, sem ocorrer a sua eliminação.

Essa compreensão do processo histórico de formação do PPB fornece a base para hipótese que norteia esta análise do emprego dos pronomes reflexivos no português afro-brasileiro. Nos processos prototípicos de criouliização, os pronomes reflexivos da língua lexificadora se perdem, ocorrendo, durante a reestruturação da língua pidgin/crioula, um processo de gramaticalização, no qual o substantivo *corpo* ou *cabeça* assume a função de pronome reflexivo.

Nos chamados crioulos do Atlântico, essa solução predomina, como no haitiano, em que o nome *corpo* funciona como reflexivo, como se pode ver no Exemplo (2). Segundo Parkvall (2000, p. 57), esse uso seria o resultado da influência do substrato, pois em várias línguas africanas a palavra para *corpo* também funciona como reflexivo. Assim, embora a palavra usada seja a da língua europeia lexificadora do crioulo, a especificação gramatical da palavra é fornecida pela matriz da língua africana do substrato.

(2) *Matantpannkor.*

Minha tia enforçar **corpo** (tradução literal)

Minha tia se enforcou.

Essa transferência do substrato fica mais evidente nos crioulos do Golfo da Guiné, em que a palavra que funciona como pronome reflexivo é a própria palavra da língua de substrato, a língua edô, falada no Benin, que também é usada para se referir a *corpo*, como se pode ver no Exemplo em (3), retirado do Santomense, e no Exemplo em (4), retirado do Angolar (HAGEMIJER, 2009, p. 13-14):

(3) *Songa mata ubwêum.*

Então eu ir matar **corpo** meu (tradução literal)

Então eu vou me matar.

(4) *Ê mata ôngêrê.*

Ele matar **corpo** dele (tradução literal)

Ele se matou.

Já o crioulo cabo-verdiano utiliza o nome *kabesa* como pronome reflexivo e o nome *kunpanheru* como pronome recíproco, como se pode ver em (5) e (6), respectivamente (PRATAS, 2002, p. 80-81):

(5) *Djon mata kabesa.*

João matar **cabeça** (tradução literal)

João se matou.

(6) *Es gosta (di) kunpanheru.*

Eles gostar (de) **companheiro** (tradução literal)

Eles se gostam.

Porém, quando o sujeito sintático não é simultaneamente agente e paciente da ação verbal, é comum, no cabo-verdiano, a não-realização da expressão anafórica ou de qualquer elemento explícito que possa evidenciar o contexto de reflexividade (PRATAS, 2002, p. 81), como exemplificado em (7) e (8):

(7) *Pedru xinta.*

Pedro sentou (tradução literal)

Pedro se sentou.

(8) *Pedru perdi.*

Pedro perdeu (tradução literal)

Pedro se perdeu.

O cabo-verdiano é considerado um crioulo menos radical do que os crioulos do Golfo da Guiné, e esse uso pode dar pistas para compreender como o contato entre línguas afetou o mecanismo da reflexivização na formação do português popular do Brasil.

Como o PPB se formou em processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, não se pode esperar uma substituição do pronome reflexivo do português em função do processo de gramaticalização do nome para *corpo* ou *cabeça*, provavelmente uma mudança derivada de um processo de transferência do substrato africano. O que se pode esperar encontrar no PPB é uma situação semelhante àquela observada no cabo-verdiano, na qual o pronome reflexivo deixa de ser empregado, sobretudo em contexto em que seu conteúdo semântico é esvaziado. Mesmo assim, o que se observa não é sua eliminação, mas uma variação no seu emprego. Essa foi a hipótese que norteou a análise variacionista do uso do pronome reflexivo no português afro-brasileiro.

3. A variação social no emprego do pronome reflexivo no português afro-brasileiro

A hipótese que orientou esta análise é a de que a redução no uso do pronome reflexivo que se observa no português popular brasileiro em geral e no português afro-brasileiro em particular tem sua origem em mudanças induzidas pelo contato entre línguas que afetaram a formação histórica dessas variedades linguísticas. Para testar essa hipótese, serão apresentados os resultados de uma análise sociolinguística da variação no uso do pronome reflexivo na fala vernácula de quatro comunidades rurais do interior do Estado da Bahia, constituídas por descendentes

diretos de africanos trazidos para o Brasil como escravos, durante o processo de formação da sociedade brasileira. É bem provável que algumas dessas comunidades, que se mantiveram em um relativo grau de isolamento até recentemente, tenham sua origem em antigos quilombos.

Na época em que foram constituídas as amostras de fala aqui analisadas (entre os primeiros anos da década de 1990 e os primeiros anos deste século), a maioria dos indivíduos entrevistados se dedicava ao plantio, principalmente da mandioca, da qual produziam a farinha, artesanalmente. Eram, portanto, camponeses pobres, com pouca ou nenhuma escolaridade. Quase todos os informantes mais velhos eram analfabetos. Seu acesso aos meios de comunicação de massa era restrito, sendo um pouco maior entre os mais jovens. Alguns dos informantes, entretanto, tinham vivido fora da comunidade, trabalhando em grandes cidades da Região Sudeste (especialmente, São Paulo) ou em algum centro urbano da região.

A fala dessas comunidades constitui uma variedade específica no espectro do chamado português popular do Brasil, que foi denominada *português afro-brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Essa variedade se diferencia das demais variedades populares do português brasileiro por exibir processos de variação ainda mais desviantes do padrão urbano considerado culto do que o que se observa na maioria das variedades do português popular, como, por exemplo, a variação na concordância verbal junto à primeira pessoa do singular, exemplificada em (9), e a variação na concordância de gênero no interior do Sintagma Nominal, como exemplificado em (10).

(9) Eu trabalha muitos ano lá.

(10) Às vez, ‘duece um pessoa, num tem um ambulança.

Dentro da visão aqui adotada, o português afro-brasileiro, por suas particularidades sócio-históricas, seria a variedade do português popular que mais teria sido afetada pelo contato entre línguas, particularmente no caso de comunidades quilombolas, bem como de agrupamentos de escravos libertados que se conservaram em localidades mais remotas das propriedades de seus antigos senhores. Por se situarem nessas regiões mais remotas do interior do país, mantiveram em certo isolamento até recentemente, conservando os aspectos de sua fala que foram mais afetados pelo contato linguístico.

A partir de meados do século XX, porém, o profundo processo de industrialização e urbanização do Brasil teria alcançado essas comunidades, afetando os seus padrões linguísticos e culturais. No quadro da *polarização sociolinguística do Brasil* (LUCCHESI, 2001, 2006 e 2015), estaria em curso um processo de *nivelamento linguístico*, no qual os padrões linguísticos hegemônicos nos grandes centros urbanos estariam se difundindo para todos os extratos sociais e para todas as regiões do país. Os grandes vetores dessa mudança de cima para baixo (LABOV, 2008[1972]) seriam a ação avassaladora dos meios de comunicação de massa, a expansão do sistema de educação pública, em que pese a sua precariedade, e a mobilidade social e migra-

ção interna, possibilitadas pela ampliação da malha rodoviária e o crescimento do mercado de trabalho, sobretudo nas grandes cidades. Esses fatores estariam implementando mudanças nessas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, nas quais padrões linguísticos adventícios estariam substituindo os antigos padrões de comportamento linguístico plasmados no processo de nativização das variedades de português faladas como segunda língua pelos antigos escravos africanos entre seus descendentes.

No que concerne ao fenômeno aqui estudado, a hipótese decorrente dessa visão seria a de que o uso dos pronomes reflexivos teria sido muito reduzido pelo processo de transmissão linguística irregular que marca a formação histórica dessas comunidades. Processos embrionários de gramaticalização de nomes como *cabeça* ou *corpo* para desempenhar essa função, se aconteceram, não vingaram. A redução do uso do pronome reflexivo seria maior nos contextos em que seu conteúdo semântico fosse esvaziado. Todavia, com o passar do tempo, sobretudo a partir de meados do século XX, influências de modelos linguísticos externos estariam impulsionando uma mudança no sentido do incremento do emprego do pronome reflexivo em todos os contextos em que é empregado. Uma análise sociolinguística em tempo aparente poderia atestar essa mudança comprovando empiricamente a hipótese formulada.

3.1. Enquadramento teórico-metodológico e descrição das comunidades e amostras de fala

A análise aqui apresentada segue os princípios do paradigma variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972] e 1994), segundo os quais a variação linguística não é aleatória, mas regida por fatores estruturais internos e sociais externos. E, através da análise sistemática da variação sincrônica, pode-se vislumbrar os processos de mudança em curso na língua, no que se denominou estudo da mudança em *tempo aparente*. A observação empírica da análise variacionista focaliza sobretudo o *vernáculo* (a linguagem mais informal e espontânea), pois é nesse registro de fala que se pode apreender a variação em seu espectro mais amplo.

As amostras de fala vernácula que formam a base empírica desta análise foram coletadas em quatro comunidades rurais afro-brasileiras de diferentes regiões do Estado da Bahia.⁸ A primeira comunidade é geminada em duas, Barra e Bananal, os chamados *Arraiais de Rio de Contas*, situados no Município de Rio de Contas, na Chapada Diamantina, uma região marcada em sua história pelo garimpo do ouro e de pedras preciosas. Essas duas comunidades se originaram provavelmente em agrupamentos de escravos foragidos (quilombos), no século XVIII. A segunda comunidade, *Cinzento*, situa-se no Município de Planalto, no semiárido baiano, onde

⁸ Essas amostras foram constituídas no âmbito do Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*, o Projeto *Vertentes* (www.vertentes.ufba.br), criado e coordenado por Dante Lucchesi, desde 2002, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

predomina a pecuária. Deve ter também sua origem em um quilombo. A terceira comunidade, *Helvécia*, situada no Município de Nova Viçosa, próximo ao litoral do extremo Sul do Estado da Bahia, teve sua origem em uma colônia de alemães, suíços e franceses que, entre o início e o final do século XIX, estabeleceram na região grandes plantações de café que empregavam largamente a mão de obra de escravos africanos. Após a abolição da escravatura, os colonos europeus abandonaram o país deixando na terra os seus ex-escravos. A quarta comunidade, *Sapé*, situa-se no Município de Valença, um pouco ao sul do chamado Recôncavo Baiano, cuja história está ligada aos grandes engenhos de cana-de-açúcar, que prosperaram entre os séculos XVII e XVIII. A comunidade foi formada também por ex-escravos que, nos finais do século XIX, fixaram-se em terras mais ermas e recônditas que receberam de seus antigos senhores. É a comunidade que está mais próxima de Salvador, capital do Estado e grande centro de irradiação linguística. Em cada uma das quatro comunidades, foram gravadas entrevistas de tipo sociolinguístico com doze de seus membros, escolhidos aleatoriamente e distribuídos equitativamente entre os dois sexos e três faixas etárias: de 21 a 40 anos; de 41 a 60 anos; e mais de 60 anos. Portanto, a análise sociolinguística da variação na realização dos pronomes reflexivos na fala dessas quatro comunidades teve como universo de observação as 48 entrevistas devidamente transcritas, com base na chave de transcrição empregada no Projeto Vertentes.⁹

3.2. A variável dependente e seus condicionamentos estruturais

No jargão variacionista, o fenômeno variável analisado é a *variável dependente*, e os fatores que o determinam, as *variáveis independentes* ou *explanatórias*. O fenômeno em foco é a variação na realização do pronome reflexivo, exemplificado em (11), em que a expressão nominal *a menina*, que ocupa a posição de sujeito e expressa o agente da ação verbal, e o clítico *se*, que ocupa a posição de objeto direto e expressa o paciente da ação verbal, referem-se à mesma pessoa. O chamado pronome recíproco, exemplificado em (12), é uma variante do pronome reflexivo, remetendo a uma ação em que dois ou mais agentes dirigem a ação uns aos outros.

(11) A menina se feriu com a tesoura.

(12) Nós nos cumprimentamos antes da luta.

Porém, o que se denomina pronome reflexivo ou recíproco nem sempre é empregado para expressar o paciente de uma ação verbal cujo agente é a mesma entidade. Na frase em (13), por exemplo, o sujeito *eu* apenas realiza o movimento de sentar-se; já em (14), o sujeito *você* é a sede de um processo psicológico: lembrar-se; e em (15), o chamado pronome reflexivo *se* não passa de um expletivo, integrado na entrada lexical do verbo. Portanto, há um gradiente que vai do pronome reflexivo/recíproco propriamente dito até os casos em que esse pronome não passa de um expletivo, sem qualquer conteúdo semântico.

⁹ A chave de transcrição empregada no *Projeto Vertentes* está disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/projeto/transcricao>.

(13) Eu me sentei no chão mesmo.

(14) Você não se lembra do Alfredo?

(15) O ator suicidou-se, em meio a uma crise de depressão.

Na análise realizada por Souza (2011), na qual este artigo se baseia, foram identificados, na amostra de fala das quatro comunidades estudadas, 1.002 contextos de emprego do pronome dito reflexivo, compreendendo todo o espectro de emprego dessa partícula gramatical. Nesse total, o clítico só se realizou em 151 ocorrências, o que corresponde a apenas 15% do total. Para aferir a interferência dos fatores linguísticos e sociais sobre o fenômeno variável, os dados foram codificados e processados estatisticamente com o recurso ao pacote de programas VARBRUL. Através do cálculo multivariado, esse programa mede o efeito de cada fator identificado, considerando o efeito simultâneo de todos os demais fatores. Esse peso relativo de cada fator é expresso numa escala de .01 a .99, sendo que, quanto maior o valor do peso relativo, maior a influência do fator sobre a variante focalizada (NARO, 2003a; GUY; ZILLES, 2007).

Entre os fatores estruturais que condicionaram a realização dessa partícula gramatical, destacou-se a natureza do pronome dito reflexivo. Os pronomes propriamente reflexivos ou recíprocos, como exemplificados, respectivamente, em (16) e (17),¹⁰ foram os que exibiram a maior frequência de realização, 52% do total, com peso relativo de .91. Já os pronomes com uma carga semântica mais baixa, como exemplificado em (18), apresentaram uma frequência bem mais baixa de realização, até 10%, com o peso relativo caindo para até .37.

(16) A gente se arrumô e foi pra casa de Lili.

(17) Eles num se fala mais não.

(18) Eu num Ø alembro mais de nada.

Outros fatores estruturais que afetaram de forma relevante a realização dos pronomes reflexivos, em seu espectro mais amplo foram: a animacidade do sujeito e a concordância verbal. Os resultados estatísticos revelaram que as orações cujo sujeito exibisse o traço semântico [+humano] se mostraram um contexto favorável à realização do pronome reflexivo, com uma frequência de 16% do total (peso relativo de .53), contra uma frequência de realização de 2% (peso relativo de .18), quando o sujeito continha o traço [-humano]. Esse resultado está em consonância com o que se tem observado na tradição dos estudos variacionistas, pois o traço semântico [+humano] tem-se mostrado um fator que favorece a marcação morfológica, como ocorre, por exemplo, na variação na aplicação da concordância verbal, que é mais aplicada quando o sujeito se refere a seres humanos do que quando se refere a coisas.

A concordância entre o sujeito e o verbo da oração, exemplificada em (19), também cons-

10 Estes exemplos são ocorrências do corpus analisado.

tituiu um fator que favoreceu a realização do pronome reflexivo, com uma frequência de realização do clítico de 18% do total (peso relativo de .56), contra uma frequência de 14% (peso relativo de .47) quando não há a concordância verbal, como exemplificado em (20).

(19) Me opereí, já me senti bem melhó.

(20) Eu casô, parece, com vinte e cinco ano...

Isso pode ser explicado com base no *princípio da coesão estrutural*, proposto por Lucchesi (2000) e retomado por Lucchesi e Ribeiro (2009). Segundo esse princípio, o falante tende a combinar as regras de uma mesma gramática numa determinada porção da sentença, em um contexto de concorrência de gramáticas. No nó estrutural que reúne o sujeito, o verbo e o pronome dito reflexivo, a realização do pronome reflexivo se combina com a regra de concordância verbal, pois ambas compõem uma gramática de mais marcação morfológica. Já a gramática simplificada pelo contato entre línguas no passado combina a falta de concordância verbal com a não realização do pronome reflexivo. Vale destacar que o princípio da coesão estrutural pressupõe que, em um contexto de mudança linguística, ocorre a concorrência entre gramáticas na mente de cada falante (KROCH, 1989).

Contudo, como o objetivo deste artigo é testar a hipótese de que a variação na realização dos pronomes reflexivos na fala das comunidades estudadas teve sua origem em mudanças desencadeadas pelo contato entre línguas no passado, os resultados das variáveis sociais serão discutidos com mais detalhes, pois, através deles, é possível vislumbrar o potencial processo de mudança em progresso nas comunidades estudadas.

3.3. O encaixamento social da variação na realização do pronome reflexivo nas comunidades rurais afro-brasileiras

Originadas de agrupamentos de escravos fugidos ou de ex-escravos, os quais se mantiveram em relativo isolamento até as primeiras décadas do século XX, as comunidades de fala aqui analisadas deveriam exibir uma variedade de português com uma forte simplificação morfológica, por conta do processo de transmissão linguística irregular de tipo leve que marca a sua formação. Isso se refletiria na frequência de realização do clítico dito reflexivo, que seria ainda mais baixa do que a atual. Contudo, a crescente influência dos padrões linguísticos externos fez com que, a partir de meados do século XX, o uso do pronome reflexivo fosse se incrementando em todo o seu espectro gramatical.

Dessa forma, a identificação de um processo de mudança em curso no sentido de um incremento do uso do pronome dito reflexivo favoreceria a hipótese aqui formulada, pois os efeitos das mudanças produzidas pelo contato entre línguas no passado estariam sendo revertidos pelo nivelamento linguístico em curso no quadro atual da polarização sociolinguística do Brasil, como sistematizado por Lucchesi (2001, 2006 e 2015). Por outro lado, esse cenário

contraria a hipótese da deriva secular, proposta por Naro e Scherre (2007), segundo a qual o português brasileiro como um todo estaria perdendo marcas morfológicas. De acordo com essa visão, o que deveria estar acontecendo nas comunidades estudadas seria uma perda gradual do pronome reflexivo.

Na análise em tempo aparente, a distribuição das variantes na estrutura social da comunidade de fala pode indicar, ou uma situação de mudança em progresso, ou uma situação de variação estável. No cenário de uma mudança no sentido do incremento do uso do clítico, que é uma mudança de cima para baixo e de fora para dentro das comunidades, o perfil dos indivíduos que liderariam essa mudança seria: os indivíduos mais jovens, com alguma escolarização e/ou que tivessem vivido algum tempo fora da comunidade. Além disso, os indivíduos do sexo masculino também estariam à frente dessa mudança, porque, nas comunidades estudadas, são os homens que tendem a ter mais contato com o mundo exterior, enquanto as mulheres tendem a ficar mais restritas ao universo familiar e da roça.

No processamento quantitativo dos dados, o pacote de programas VARBRUL seleciona as variáveis que têm valor estatístico, descartando aquelas variáveis, cuja distribuição interna dos dados indica que ela não tem interferência sobre o fenômeno analisado. Isso é feito sobretudo no que se denomina nível de significância, que não deve ultrapassar o valor .050. Isso significa que os resultados obtidos têm uma confiabilidade de, no mínimo, 95% de chance de corresponder à realidade. Foram consideradas inicialmente as seguintes variáveis sociais: *faixa etária*, *sexo*, *escolaridade*, *estada fora da comunidade* e a própria *comunidade do informante*. Dessas, o VARBRUL selecionou como estatisticamente relevantes apenas três: *sexo do informante*, *estada fora da comunidade* e *comunidade do informante*. Todavia, a variável idade também será considerada na interpretação dos resultados quantitativos das variáveis que se fará a partir de agora, tanto pela sua relevância na análise em tempo aparente quanto pelo que se insinua em seus resultados quantitativos, mesmo que esses não tenham plena confiabilidade estatística.

Na tradição das análises sociolinguísticas, no geral realizadas em centros urbanos de países industrializados, como os EUA, Inglaterra e Canadá, as mulheres tendem a usar mais as variantes padrão e a liderar as mudanças de cima para baixo (CHAMBERS, 1995, p. 102-103). Todavia, o que se tem observado nas comunidades rurais afro-brasileiras é o contrário, com os homens liderando uma mudança de cima para baixo (LUCCHESI, 2009b), o que reforça a compreensão de que os resultados das variáveis sociais não podem ser lidos mecanicamente, mas devem ser interpretados na sua interação com os demais fatores, de acordo com as especificidades de cada realidade sócio-histórica considerada (LUCCHESI, 2004 e 2015).

No contexto das comunidades aqui focalizadas, as mulheres costumam apresentar usos linguísticos mais primitivos e, por isso mesmo, mais diretamente marcados pelo contato entre línguas ocorrido no passado. Isso acontece porque, nessas comunidades, as mulheres costumam ficar mais circunscritas ao universo da casa e da roça, integrando-se menos no mercado

de trabalho e tendo menos contato com o mundo exterior. Já os homens estão mais integrados ao processo produtivo e à vida social, o que permite um maior contato com o mundo exterior e, conseqüentemente, com padrões linguísticos oriundos dos centros urbanos. No caso do fenômeno estudado, os homens devem exibir uma maior frequência de uso do pronome reflexivo em relação às mulheres, que conservariam o padrão mais antigo de simplificação morfológica produzida pelo contato.

Os resultados apresentados na Tabela 1 coadunam-se com esse cenário de uma mudança de fora para dentro e de cima para baixo nas comunidades estudadas, com os homens apresentando uma frequência de realização do pronome reflexivo de 20% (peso relativo de .61), enquanto a realização do pronome reflexivo na fala das mulheres corresponde a apenas 12% do total (peso relativo de .42).

SEXO	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Masculino	82/414	20%	.61
Feminino	69/588	12%	.42
TOTAL	151/1002	15%	
Input 0.11		Nível de Significância 0.013	

Tabela 1: Realização do pronome reflexivo segundo o sexo do informante

A variável *estada fora da comunidade* possibilitou aferir diretamente o grau de contato dos falantes com o mundo exterior. Alguns indivíduos das comunidades estudadas costumam viver um tempo fora, trabalhando nos grandes centros urbanos ou em regiões agrícolas mais desenvolvidas, e depois retornam. Na tabulação dos dados, os falantes foram divididos em dois grupos: os que não saíram da comunidade e os que se ausentaram dela por mais de seis meses.

ESTADA FORA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Saiu por mais de 6 meses	70/413	17%	.59
Não se ausentou da comunidade	81/589	14%	.44
TOTAL	151/1002	15%	
Input 0.11		Nível de Significância 0.049	

Tabela 2: Realização do pronome reflexivo segundo a estada fora da comunidade

Os resultados da Tabela 2 confirmam que os falantes que saíram da comunidade por mais de 6 meses realizaram mais o pronome dito reflexivo, com uma frequência de 17% do total (peso relativo de .59), contra uma frequência de 14% (peso relativo de .44), na fala dos indivíduos que nunca viveram fora das comunidades. Esse resultado também corrobora o cenário de uma mudança de fora para dentro da comunidade.

COMUNIDADE	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Sapé	50/186	27%	.72
Helvécia	59/374	16%	.55
Rio de Contas	18/146	12%	.43
Cinzento	24/296	8%	.33
TOTAL	151/1002	15%	
Input 0.11		Nível de Significância 0.013	

Tabela 3: Realização do pronome reflexivo segundo a comunidade do informante

A variável *comunidade do informante* permite observar, por um lado, a difusão da mudança no plano espacial; e, por outro lado, possibilita ver como as especificidades de cada comunidade podem interferir no processo histórico da mudança. Dentre as comunidades estudadas, Helvécia é a única para a qual se tem um registro de mudanças mais crioulezantes (FERREIRA, 1988), entretanto isso não se manifesta consistentemente em todos os fenômenos linguísticos observados. Cinzento, por ser uma comunidade mais isolada e ter provavelmente uma origem quilombola, apresenta índices mais desviantes em alguns fenômenos linguísticos. Já os Arraias de Rio de Contas flutuam entre as duas. Por fim Sapé, por ser a comunidade mais próxima da capital do Estado, Salvador, é a que tem se colocado mais à frente no processo de assimilação dos modelos linguísticos urbanos.

Os resultados apresentados na Tabela 3 confirmam que a comunidade de Sapé é aquela que está na frente no processo de assimilação das variantes do padrão culto, com uma frequência de realização do pronome dito reflexivo de 27% do total (peso relativo de .72), bem acima das demais. Nesse fenômeno, Helvécia não se mostrou a comunidade mais afastada do padrão urbano, e sim Cinzento, em função de seu maior isolamento. De qualquer forma, confirma-se o cenário de uma mudança proveniente do grande centro urbano regional, a capital do Estado da Bahia, a cidade de Salvador.

A variável social *faixa etária do informante* é crucial na abordagem em tempo aparente (LABOV, 1981 e 1994). Nas situações de mudança em progresso, os falantes mais jovens tendem a usar mais a variante inovadora, enquanto os falantes mais velhos, a variante conservadora. Essa diferença sincrônica refletiria o processo diacrônico de mudança, dentro do princípio de que os falantes consolidam seu padrão de comportamento linguístico ao final da adolescência, conservando a partir daí uma certa estabilidade ao longo da vida (NARO, 2003b). Assim, a diferença no comportamento linguístico entre, por exemplo, os falantes de 40 anos e os de 20 anos hoje refletiria, grosso modo, as alterações que a língua sofreu nos últimos 20 anos.

Embora não tenha sido selecionada como estatisticamente relevante pelo pacote de programas VARBRUL, os resultados da variável *faixa etária* apontaram para um cenário de mudança em progresso, com os falantes mais velhos exibindo uma frequência de uso dos pronos-

mes reflexivos menor do que os falantes mais novos, como se pode ver na Tabela 4.

FAIXA ETÁRIA	Nº DE OC. / TOTAL	FREQ.	P.R.
Faixa I (20 a 40 anos)	43/246	17%	.57
Faixa II (40 a 60 anos)	47/273	17%	.50
Faixa III (acima de 60 anos)	61/483	13%	.46
TOTAL	151/1002	15%	
Input 0.10	Nível de Significância 0.239		

Tabela 4: Realização do pronome reflexivo segundo a faixa etária do informante

No que concerne à frequência de realização dos pronomes reflexivos, os falantes mais velhos, com mais de 60 anos, são os que menos usam esses pronomes, com apenas 13%, contra 17% das demais faixas etárias. Já os pesos relativos apontam para uma gradação indicadora de mudança em curso, com o valor do peso relativo se elevando quando se passa de uma faixa de falantes mais velhos para uma de falantes mais jovens, havendo inclusive uma diferenciação entre os falantes mais jovens, entre 20 e 40 anos, com peso relativo de .57, e os falantes entre 40 e 60 anos, com .46. Contudo, as diferenças entre os valores dos pesos relativos não foram grandes, razão pela qual o nível de significância, .239, ficou acima do limite de confiabilidade, que é de .050. Portanto, fica apenas o indício de um quadro de mudança em progresso, já que esses resultados não têm confiabilidade estatística.

Além do quadro de mudança em curso, delineado pelos resultados das variáveis sociais, uma comparação entre o que se observa no português afro-brasileiro e o que outros estudos sobre o tema encontraram em variedades distintas do português brasileiro também podem fornecer evidências empíricas que ajudem a testar a hipótese de que a atual variação no emprego dos pronomes reflexivos tem sua origem em mudanças induzidas pelo contato entre línguas no passado.

3.4. Um cotejo com outras variedades do português brasileiro

Até meados do século XIX, cerca de dois terços da população do Brasil eram constituídos por índios, africanos e seus descendentes. Assim, pode-se pensar que, em grande medida, as atuais variedades populares do português brasileiro (PB) se formaram a partir do processo de nativização das variedades de português falado como segunda língua por africanos e índios entre os seus descendentes, de modo que o contato entre línguas teria atuado de forma direta na formação histórica dessas variedades.

Por outro lado, a história do Brasil também é marcada por um estreito contato entre os colonizadores brancos e os escravos africanos e índios subjugados, do que resultou, por exemplo, o elevado grau de mestiçagem da sociedade brasileira. Há também muitos registros de crianças negras criadas junto com as crianças brancas, tanto umas quanto outras cuidadas por amas de

leite africanas ou crioulas (MATTOSO, 2003). Esse estreito contato teria possibilitado que mudanças induzidas pelo contato afetassem também a língua da elite branca brasileira. Portanto, pode-se inferir daí que, se o contato entre línguas afetou diretamente as variedades populares do PB, afetou também a sua variedade culta atual, que deriva historicamente da evolução da língua das elites da Colônia e do Império, embora essa interferência seja indireta e, portanto, com uma menor intensidade (LUCCHESI, 2009a e 2015).

Diante disso, pode-se ver a variação no uso dos pronomes reflexivos, que se observa, tanto na fala popular, quanto na fala culta, como o resultado de mudanças que se originaram no contato do português com as línguas indígenas e africanas. Deve-se ter em mente, contudo, que o nível de variação será muito mais profundo na fala popular do que na fala culta, porque aquela foi muito mais afetada pelo contato do que esta, que só foi afetada indiretamente. Assim, o cotejo entre o nível de variação no uso dos pronomes reflexivos em diferentes variedades do PB atual pode fornecer evidências empíricas favoráveis à hipótese de que essa variação resulta de mudanças induzidas pelo contato, desde que o nível de variação nas variedades da norma culta seja menor que o observado nas variedades populares; e, entre essas, seja ainda maior nas variedades mais diretamente afetadas pelo contato, como é o caso do português afro-brasileiro.

Essa verificação empírica será feita com base na comparação da frequência geral de realização dos pronomes reflexivos em diferentes variedades do PB, obtidas por diferentes análises variacionistas ou não, apresentadas na Tabela 5:

VARIEDADE – AUTOR(A)	REALIZAÇÃO	NÃO-REALIZAÇÃO
Comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia – Souza (2011)	15,0%	85,0%
Português popular rural do interior de Minas Gerais – D’Albuquerque (1988)	16,0%	84,0%
Português popular da cidade de Ouro Preto/MG – Rocha (1999)	25,0%	75,0%
Português popular da cidade de São Paulo/SP – Pereira (2007)	42,0%	58,0%
Falantes com ensino fundamental, médio e superior de São Paulo/SP – Nunes (1995)	48,0%	52,0%
Falantes com ensino fundamental e médio de cidades do Paraná – Bandeira (2007)	55,0%	45,0%
Falantes com ensino fundamental, médio e superior de João Pessoa/PB – Mello (2009)	85,0%	15,0%

Tabela 5: Frequência de realização do pronome reflexivo em diferentes variedades do PB

A menor frequência de realização dos pronomes reflexivos se encontra exatamente nas comunidades rurais afro-brasileiras aqui estudadas: apenas 15% do total, o que corrobora a hipótese aqui defendida. Ocorre que o percentual quase idêntico de 16%, encontrado por D’Al-

buquerque (1988), na fala de 20 informantes não escolarizados ou com pouca escolarização da zona urbana e da zona rural do Município de Manhaçu, Minas Gerais, poderia, em princípio, contrariar a hipótese do contato. Ressalta-se, porém, o fato de que Minas Gerais concentrou uma grande população de africanos e seus descendentes desde o ciclo do ouro, no século XVIII, o que pode explicar os traços desviantes do dialeto mineiro *vis-à-vis* as demais variedades dia-tópicas do PB. E o mais importante aqui é que essa variedade em questão, o dialeto mineiro, caracteriza-se exatamente pelo uso bem reduzido dos pronomes reflexivos mesmo entre os falantes urbanos escolarizados, que podem falar uma frase como *eu apaixonei por ela*, enquanto a maioria dos falantes urbanos de outras regiões do país falam normalmente *eu me apaixonei por ela*. Portanto, esse resultado do português popular mineiro não poderia ser tomado como uma evidência empírica contra a hipótese do contato. Isso também vale para o resultado de Rocha (1999), que encontrou um percentual de 25% de realização dos pronomes reflexivos em uma amostra de 27 falantes não escolarizados ou com pouca escolarização da zona urbana e da zona rural cidade de Ouro Preto. O maior percentual, em relação a Manhaçu, pode ser explicado pelo fato de ser uma cidade maior e que recebe um grande fluxo de turistas, mas, mesmo assim, o percentual ainda é muito baixo, o que reforça essa especificidade do dialeto mineiro.

Nesse sentido, deve-se destacar o fato de que a frequência de realização dos pronomes reflexivos sobe bastante quando se sai de Minas Gerais. Tal é o caso do estudo de Pereira (2007) que encontrou um percentual de 42% de realização dos reflexivos em uma amostra com 72 informantes não escolarizados ou com pouca escolarização da cidade de São Paulo/SP, oriundos de outros estados brasileiros e da zona rural do Estado de São Paulo, moradores de favelas e de conjuntos habitacionais populares da capital paulista. Esse percentual sobe para 48%, no estudo de Nunes (1995), que já inclui tanto falantes do ensino fundamental, quanto falantes do ensino médio e superior, não obstante a diferença, em princípio, deva ser considerada pequena. Isso se confirma no percentual maior do estudo de Bandeira (2007), que encontrou um percentual de 55% de realização dos pronomes reflexivos, embora suas amostras de cidades de Curitiba, Londrina, Pato Branco e Irati, no Estado do Paraná, retiradas do Projeto VARSUL, só contassem com falantes com ensino fundamental e médio. Diferença excessiva é a que se encontra no percentual de 85% encontrado por Mello (2009), em uma amostra de 60 falantes de João Pessoa, não escolarizados, com ensino fundamental, com ensino médio e com ensino superior, do Projeto VALPB.

Essas diferenças um tanto quanto surpreendentes entre os estudos devem ser vistas em função de diferentes opções metodológicas de que resultam diferentes critérios de recolha dos dados. Não obstante isso, o quadro geral confirma a hipótese do contato, já que as variedades mais potencialmente afetadas pelo contato entre línguas em sua formação apresentam uma frequência de realização dos pronomes reflexivos menor do que aquelas variedades potencialmente menos afetadas pelo contato.

Considerações finais

A análise aqui apresentada orientou-se pela hipótese de que a variação no uso dos pronomes reflexivos observada no português brasileiro, particularmente em suas variedades populares, com particular destaque para o chamado português afro-brasileiro, tem suas origens no maciço contato entre línguas que marca a história sociolinguística do Brasil. Esse contato não atingiu o nível de radicalidade que caracterizou, por exemplo, a formação das línguas crioulas do Caribe, em que o multilinguismo deu origem a línguas qualitativamente distintas das línguas europeias que forneceram o léxico dessas línguas crioulas. No Brasil, o multilinguismo produziu apenas variedades da língua dominante, o português, que se destacam por um notável processo de simplificação morfológica, mas conservam a essência da gramática da língua dominante.

No que concerne ao pronome reflexivo, enquanto em muitas línguas crioulas o pronome reflexivo da língua dominante foi substituído pela gramaticalização do nome *corpo* ou *cabeça* para desempenhar sua função, as variedades populares do português no Brasil conservaram essa partícula gramatical, ocorrendo apenas um significativo decréscimo do seu uso, particularmente nos contextos em que o reflexivo tem o seu conteúdo semântico esvaziado.

Para comprovar essa hipótese, foram apresentados resultados de uma análise sociolinguística em tempo aparente de quatro comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia. Essa análise revelou um processo de mudança em progresso no sentido do incremento do uso dos pronomes reflexivos nessas comunidades, o que corrobora a visão de que a mudança que, na formação histórica dessas comunidades, reduziu o uso do pronome reflexivo estaria sendo revertida agora em função do nivelamento linguístico no qual os padrões linguísticos hegemônicos nos grandes centros urbanos estariam se difundindo para todas as regiões do país, conforme sistematizado por Lucchesi (2001 e 2015), em sua formulação da polarização sociolinguística do Brasil.

A hipótese do contato também foi confirmada pelo cotejo das frequências de realização dos pronomes reflexivos em diferentes variedades do português brasileiro. Se a variação no emprego dos reflexivos resulta de mudanças induzidas pelo contato entre línguas no passado, essa variação deverá ser mais profunda nas variedades que foram mais afetadas pelo contato em sua formação histórica. E a análise comparativa apresentada na parte final deste artigo confirmou essa hipótese, não obstante algumas inconsistências entre os resultados, certamente provocadas pelas diferenças de orientação metodológica entre os estudos cotejados.

Portanto, a análise aqui apresentada amplia a compreensão da história sociolinguística do Brasil, em função de uma visão que confere centralidade ao contato entre o português e as línguas indígenas e africanas. Tal visão, que se vem fortalecendo nos últimos anos em função de novas descobertas empíricas, como a que aqui se apresenta, além do seu maior valor heurístico,

coaduna-se muito mais à diversidade étnica que caracteriza a sociedade brasileira e que não deve ser nunca negligenciada, para não dar azo a toda sorte de preconceitos e discriminações, sobretudo em tempos tão sombrios como os que o país se encontra atualmente.

Referências

ARGOLO, W. Colonização e Língua Geral: o caso do sul da Bahia. *PAPIA*, 23(1), p. 75-96, 2013.

AVELAR, J. Sobre a emergência das construções de tópico-sujeito no português brasileiro: mudança desencadeada por contato? In: AVELAR, J.; LÓPEZ, L.. (orgs.). *Dinâmicas Afro-Latinas: Língua(s) e História(s)*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015, p. 127-148.

AVELAR, J.; GALVES, C.. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística* (Online), v. 30(2), p. 241-288, 2014.

BAKER, P. Directionality in Pidginization and Creolization. In: SPEARS, A.; WINFORD, D. (eds.). *The Structure and Status of Pidgins and Creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1997. p. 91-109.

BANDEIRA, G. *O apagamento de se nas funções sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do VARSUL do Paraná*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2007.

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-84, set. 1997.

BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.

BICKERTON, D. The Language Bioprogram Hypothesis. *Behavioural and Brain Sciences*, Cambridge, n.7, p.173-203, 1984.

BICKERTON, D. How to acquire language without positive evidence: what acquisitionists can learn from Creoles? In: DEGRAFF, M. (ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*, Cambridge, The MIT Press, p. 49-74, 1999.

CHAMBERS, J. *Sociolinguistic Theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.

D'ALBUQUERQUE, A. A perda dos clíticos em um dialeto mineiro. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 78/79, p. 97-121, 1988.

FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FERREIRA, C. *Remanescentes de um falar crioulo brasileiro*. In: FERREIRA, C. *et alia. Diversidade do Português do Brasil*. Salvador, UFBA, p. 21-32, 1988.

FIGUEIREDO, C. F. ; OLIVEIRA, M.. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *Papia* (Brasília), v. 23, p. 105-185, 2013.

FREIRE, J. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

GANDRA, A. A concordância verbal no português europeu rural. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H.; GOMES, L. (orgs.). *Novos Tons de Rosa*. Salvador: EDUFBA, p. 142-161, 2009.

GUY, G. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania, 1981.

GUY, G.; ZILLES, A.. *Sociolinguística Quantitativa*. São Paulo: Parábola, 2007.

HAGEMEIJER, T. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, v. 1, p. 1-27, 2009.

HAWKINS, R.. *Second Language Syntax*. Oxford: Blackwell, 2001.

HOLM, J. A. *Languages in contact: the partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOLM, J. Creole Influence on Popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. (ed.). *Pidgin and Creole Languages: essays in Memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press, p. 406-429, 1987.

KLEIN, W.; PERDUE, C. The basic variety (or couldn't natural languages be much simpler?). *Second Language Research*, v.13, n.4, p.301-347, 1997.

KROCH, A. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change*, vol. 1, no. 3, 1989, p. 199-244.

LABOV, W. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. (eds.). *Variation Omnibus*. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, p.177-199, 1981.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de BAGNO, M.; SCHERRE, M.; CARDOSO, C. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LUCCHESI, D. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-bra-*

sileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 17, p. 97-130, 2001.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, p. 63-92, 2002.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 272-284, 2003.

LUCCHESI, D. *Sistema, Mudança e Linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI, D. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, Belo Horizonte, v. 5, p. 83-112, 2006.

LUCCHESI, D. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: EDUFF, p.366-390, 2008..

LUCCHESI, D. História do Contato entre Línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, p. 41-73, 2009a.

LUCCHESI, Dante. Caracterização sociolinguística do português afro-brasileiro. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, p. 535-542, 2009b.

LUCCHESI, D. A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, T. *et alli* (orgs.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, p. 249-273, 2012.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, p. 101-124, 2009.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs.). *O português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2009.

LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I, (orgs.). *O português Afro-Brasileiro*. Salvador: Edufba, p. 125-153, 2009.

MATTOS E SILVA, R. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MCWHORTER, J. Identifying the creole prototype. Vindicating a typological class. *Language*, 74 (4), p. 788-818, 1998.

MCWHORTER, J. The world's simplest grammars are creole grammars. *Linguistic Typology*, 5 (2/3), p. 125-166, 2001.

MELLO, F. "Acabou-se o que era doce. Quem comeu se regalou-se": uma análise do clítico *se* em João Pessoa na interface Sociolinguística/Gramaticalização. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MOTA, M.; MIGUEL, M.; *et alia*. A concordância de p6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância. *Papia*, n. 22, v. 1, p. 161-188, 2012.

MUYSKEN, P.; SMITH, N. The study of pidgin and creole languages. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (eds.). *Pidgins and Creoles: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, p. 3-14, 1994.

NARO, A. Conclusão. In: NARO, A.; SCHERRE, M.. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, p. 179-186, 2007.

NARO, A. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, C.; BRAGA, M. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, p.15-26, 2003a.

NARO, A. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, C.; BRAGA, M. (org.). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, p.43-50, 2003b.

NARO, A.; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 9, p. 437-454, 1993.

NARO, A.; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. *Linguística (Online)*, v. 30, p. 289-330, 2014a.

NEGRÃO, E.; VIOTTI, E. Brazilian Portuguese as a transatlantic language: Agents of linguistic contact. *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, v. 3, p. 135-153, 2014b.

- NUNES, J. Ainda o famigerado SE. *DELTA*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 201-240, 1995.
- OLIVEIRA, M.; HOLM, J. Estruturas-QU fronteadas e o ‘foco gramaticalmente controlado’ - a participação de línguas africanas em línguas parcialmente e completamente reestruturadas. *Papia* (Brasília), v. 1, p. 23-38, 2011.
- PARKVALL, M. *Out of Africa: African influences in Atlantic Creoles*. Londres: Battlebridge Publications, 2000.
- PEREIRA, D.. *Variação e mudança no uso dos pronomes reflexivos no português popular da capital paulista: uma abordagem funcionalista e cognitivista*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PRATAS, F. *O Sistema Pronominal do Caboverdiano*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.
- RAMPTON, B. A sociolinguistic perspective on L2 communication strategies. In: KASPER, G.; KELLERMAN, E. (eds.). *Communication Strategies: Psycholinguistic and Sociolinguistic Perspectives*. Londres/Nova York: Longman, p. 279-303, 1997.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, A. *Clíticos reflexivos: uma variante sociolinguística na cidade de Outro Preto*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- RODRIGUES, A. *Línguas Indígenas Brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.
- RODRIGUES, A. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J; MATTOS E SILVA, R (orgs.). *Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 143-161, 2006.
- ROUGÉ, J. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, J.; PETTER, M. (orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 63-74, 2008.
- SAPIR, E. *Language: An Introduction to Study of Speech*. New York: Harcourt, Brace & World, 1921.
- SHUMMANN, J. *The Pidginization Process: a model for a second language acquisition*. Rowley: Newbury House, 1978.
- SIEGEL, J. *The emergence of Pidgin and Creole Languages*. Cambridge: Oxford University Press, 2008.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963[1951].

SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988[1957].

SOUZA, J. *As estruturas reflexivas no português afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

VAINIKKA, A.; YOUNG-SCHOLTEN, M. The roots of syntax and how they grow; Organic Grammar, the Basic Variety and Processability Theory. In: UNSWORTH, S. *et alii*(eds.). *Paths of Development in L1 and L2 acquisition*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, p. 77-106, 2006.

VIEIRA, S.; BAZENGA, A. Patterns of third person plural verbal agrément. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 7-50, 2013.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução BAGNO, M. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Sobre Dinah Callou — *Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti*¹¹

11 Lembro-me bem que fui introduzido ao pacote de programas VARBRUL, em 1991, pela Dinah, em sua sala na Faculdade de Letras da UFRJ. Desde então esta sala se tornou para mim um porto seguro, uma parada obrigatória para uma boa conversa, toda vez que vou à UFRJ. Dentre as muitas coisas que alimentam a cumplicidade que nos une, estão o gosto pelo futebol e o fato de estarmos os dois entre a Bahia de Todos os Santos e o Rio de Janeiro.



PLURAL DE NOMES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: VARIAÇÃO, INDIVÍDUO, ESCOLARIDADE E O PAPEL DO LÉXICO

NOUN PLURAL IN BRAZILIAN PORTUGUESE: VARIATION, INDIVIDUAL, SCHOOLING AND THE ROLE OF THE LEXICON

Christina Abreu Gomes¹

Thiago Lucius Alvarez Amaral²

Lídia Oliveira do Prado³

Resumo

Esse artigo trata da expressão do plural em nominais no PB em palavras terminadas em ditongo oral decrescente, como em chap[ε̃ʊs] ~ chap[ε̃ɪs] e pap[ε̃ɪs] ~ pap[ε̃ʊs], observando o indivíduo, a escolaridade e o papel do léxico. O estudo adota as hipóteses da variação como representações baseadas em exemplares. Especificamente, adota a hipótese de que diferentes experiências com a língua podem levar a diferentes inferências de padrões no léxico. Os dados foram obtidos através de dois testes de produção elicitada de formas de plural, um contendo pseudopalavras e outro com palavras do PB de baixa frequência de ocorrência, aplicados a 55 indivíduos distribuídos em dois níveis de escolaridade. Os resultados mostraram a alternância entre as duas formas nos dois testes, com predominância do plural *-is* no teste de palavras do PB, resultado semelhante aos de outros estudos, evidenciando a importância da alta frequência desse tipo de plural na língua para as palavras terminadas em ditongo oral decrescente. Os resultados também mostraram uma grande variabilidade entre os indivíduos, indicando que, embora o mecanismo cognitivo de inferência e atribuição de padrões sejam os mesmos para todos os falantes, a base para a inferência, a constituição do léxico, pode ser diferente entre os falantes, porque está relacionada com a experiência sociolinguística do falante com a língua. Os resultados para os diferentes níveis de escolaridade mostraram que, no teste de pseudopalavras, os participantes

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq 1. E-mail: christina-gomes@uol.com.br.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (IC). E-mail: t.lucius7@gmail.com.

3 Universidade Federal do Rio de Janeiro (IC). E-mail: pradolid@yahoo.com.br.

Recebido em: 12/10/2018

Aceito em: 08/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

do grupo de Educação para Jovens e Adultos tenderam a usar a forma regular de plural na produção elicitada do teste de pseudopalavras, e, no teste do PB, foram os que tenderam a realizar menos o padrão de plural *-is*. Observa-se que falantes com mais escolaridade, isto é, com mais experiência com formas de plural padrão, foram os que tenderam a produzir formas de plural com *-is*, o tipo mais frequente.

Palavras-chave: Plural; Nome; Variação; Indivíduo; Léxico.

Abstract

This paper deals with the expression of noun plural in BP in words ended by an oral falling diphthong, as in chap[ε̃ʊs] ~ chap[ε̃ɪs] and pap[ε̃ɪs] ~ pap[ε̃ʊs], observing the individual, level of schooling and the role of the lexicon. The study adopts the hypothesis of variation as representations based on exemplars. Specifically, it adopts the hypothesis that different experiences with the language can lead to different inferences of patterns in the lexicon. The data were obtained through two tests of elicited production of plural forms, one containing pseudowords and one with BP words with low token frequency, applied to 55 individuals distributed in two levels of schooling. The results showed that the alternation between the two forms in the two tests, with predominance of the plural *-is* in the BP word's test, a result similar to those obtained in other studies, evidencing the importance of the high frequency of this type of plural in the language for the words ended by an oral falling diphthong. The results also showed a great variability among individuals, indicating that, although the cognitive mechanisms of inference and pattern assignment are the same for all the speakers, the basis for inference, the constitution of the lexicon, may be different among speakers, because it is related to the speaker's sociolinguistic experience with the language. The results for the different levels of schooling showed that, in the pseudoword test, the participants of the Youth and Adult Education group tended to use the regular plural form in the elicited production of the pseudoword test, and, in the BP test, they tended to use less the plural pattern *-is*. Speakers with higher level of schooling, i. e., with more experience with standard forms of plural, tended to produce plural forms with the most frequent type *-is*.

Keywords: Plural; Noun; Variation; Individual; Lexicon.

Introdução

Esse artigo trata da expressão do plural em nominais no Português Brasileiro (PB), terminados em ditongo oral decrescente, como em chap[ε̃ʊs] ~ chap[ε̃ɪs] e pap[ε̃ɪs] ~ pap[ε̃ʊs], observando o comportamento do indivíduo, escolaridade e o papel do léxico. Relativamente à expressão do plural, alguns estudos recentes têm mostrado que o plural em nominais no PB é variável, conforme em *degraus* ~ *degrais*, *reais* ~ *reaus*, *cidadãos* ~ *cidadões*, *n[o]vos* ~ *n[o]vos* (HUBACK, 2007, 2010, 2011, 2013; GOMES e GONÇALVES, 2010; SEVERINO, 2013). Para abordar a alternância especificamente em itens lexicais que no singular terminam em ditongo oral decrescente, do tipo -Vw, esse estudo adota a hipótese de representações linguísticas baseadas em exemplares e os pressupostos da Sociolinguística Variacionista. A alternância é, portanto, interpretada como variação linguística, que tem status representacional no conhecimento linguístico do falante. Segundo Bybee (2010, p.14-32) e Pierrehumbert (2003,

2016), instâncias de uso, ou exemplares, fazem parte da representação das palavras no léxico. Assim, exemplares ou nuvem de exemplares são formadas em diversos níveis de complexidade, relativos tanto a aspectos do detalhe fonético das produções dos itens, a unidades sublexicais como *onsets* e rimas de sílabas, e até mesmo a unidades no nível sintático (ou construções). Ainda de acordo com o Modelo de Redes de Bybee (1995, 2010), as palavras estão representadas no léxico em redes baseadas em semelhança sonora e semântica. Neste modelo, as relações morfológicas são emergentes da semelhança sonora e semântica simultânea entre as palavras. Dessa maneira, a variabilidade observada na produção dos falantes é resultante da seleção/escolha de formas que fazem parte da representação do item lexical em uma nuvem de exemplares. Portanto, uma questão que se coloca é se há aspectos sociolinguísticos e quais no condicionamento da variação.

Além disso, a organização em redes e os mecanismos de inferência de padrões no léxico remetem à questão da produtividade das formas que expressam o plural. Assim, a hipótese a ser discutida é a levantada em Gomes e Gonçalves (2010, p.131), segundo a qual os falantes podem fazer diferentes inferências sobre as representações das palavras no léxico, uma vez que, embora os falantes façam uso dos mesmos processos cognitivos de inferência de padrões no léxico, devido à experiência do falante com a língua, a inferência pode ter como base um léxico em que as proporções entre os variados tipos morfológicos sejam diferentes, isto é, apresentam frequências de tipos diferentes, com consequências na direcionalidade da inferência. Essa questão está relacionada ao fato de que, no PB, a expressão do plural no SN é variável (SCHERRE, 1988) e, portanto, os falantes podem se diferenciar não só em relação às taxas de produção de formas no plural, mas também em relação à representação/conhecimento lexical de certas formas de plural no léxico.

As seções a seguir apresentam os pressupostos teóricos em que o trabalho se baseia, a metodologia de trabalho e a análise e discussão dos resultados.

Pressupostos Teóricos

Este estudo adota a hipótese da representação em exemplares e do Modelo de Redes (BYBEE, 1995, 2001, 2010). Exemplares correspondem a representações baseadas na experiência dos falantes em ouvir e produzir os itens lexicais em diferentes contextos interacionais, discursivos e sociais. Exemplares estão representados em um *cluster* ou nuvem, formada por instâncias da experiência julgadas como sendo as mesmas e que contêm informações dos contextos de uso. São, portanto, organizados em um mapa cognitivo baseado em similaridade, e podem ser de qualquer tipo, fonético, sintático e semântico (BYBEE, 2013, p.53).

De acordo com o Modelo de Redes, um único mecanismo associativo dá conta da representação e do processamento de itens lexicais complexos. Tanto os itens lexicais complexos quanto as formas básicas estão representados no léxico em redes de conexão lexical baseadas

em similaridades sonoras, semânticas, e sonoras e semânticas simultaneamente. As redes de conexões baseadas em semelhança fonética e semântica fazem emergir as relações morfológicas entre os itens lexicais (BYBEE, 1995, 2010). Partindo de outros pressupostos, o Modelo Dual (MARCUS *et al*, 1992; MARCUS, 1995; PRASADA e PINKER, 1993; CLAHSEN *et al*, 1992) propõe que as formas irregulares estão representadas no léxico e as regulares são geradas a partir de um mecanismo associativo entre uma base e um afixo, ou regra *default*. O processamento de palavras complexas envolve primeiramente acesso lexical. Em caso de falha no acesso ou de o falante não ter o item representado, por não conhecê-lo ou por ser uma forma regular, entra em operação a regra *default* e uma forma regular será gerada.

Em um modelo baseado em exemplares, a representação captura a experiência do falante com a língua, e um aspecto da experiência diz respeito ao grau ou frequência de exposição via produção e percepção do uso dos itens lexicais. Bybee (1995, p. 433-435) menciona dois tipos de frequência, a frequência de ocorrência (*token frequency*) e a frequência de tipo (*type frequency*). A frequência de ocorrência do item, que corresponde à frequência de um item lexical em um *corpus*, tem consequências na representação e no grau de associação a outros itens do léxico (BYBEE, 2010, p. 57-74). De um lado, itens muito frequentes terão representação mais robusta e tenderão a ter associações mais fracas com outros itens do léxico, sendo menos sujeitos a serem atingidos em caso de mudança analógica, que constitui na atribuição de um determinado padrão a outros itens lexicais (BYBEE, 2015). Além disso, contribuirão de forma fraca para a rede, uma vez que tenderão a ser processados como um todo e não composicionalmente, e terão uma representação mais autônoma, não contribuindo para a produtividade de um padrão no léxico (BYBEE, 1995, p. 430-434). Hay (2003) apresenta evidências de que o acesso lexical afeta a representação do item lexical. Assim, palavras muito frequentes tenderão a ser acessadas por inteiro (*whole word route*). A frequência de ocorrência vai afetar também a associação da palavra em relação a outras. Portanto, palavras de alta frequência tenderão a ser acessadas não decomposicionalmente. A autora também apresenta evidências de que a frequência relativa entre palavra base e palavra complexa (ou derivada) é um determinante da decomposicionalidade ou não do item lexical. Itens lexicais complexos mais frequentes que suas bases, como *insane* (insano) em relação a *sane* (são), tendem a ser acessados pela rota da palavra como um todo, ao passo que itens lexicais complexos menos frequentes que suas bases, como *infrequent* (infrequente) em relação a *frequent* (frequente), têm menos autonomia e, portanto, são acessados via decomposicionalidade. O acesso a um item via suas partes componentes reforça sua representação ou status como uma palavra complexa constituída por afixos. Alguns modelos propõem que ambas as rotas de acesso lexical – decomposicional e acesso direto (não decomposicional) – competem (BAAYEN e SCHEUDER, 1999), podendo haver a dominância de uma sobre a outra em função de diferentes relações entre os itens lexicais, sejam elas relativas à frequência dos itens lexicais, à frequência relativa entre base e palavra derivada, como também relativas a propriedades sublexicais, como a transparência fonológica da base (HAY, 2003, p. 7-18).

Já a frequência de tipo (*type frequency*) diz respeito à frequência com que um determinado padrão é compartilhado pelos itens lexicais representados no léxico. A frequência de tipo tem relação com a produtividade de um padrão. Quanto mais frequente um determinado padrão, maior a probabilidade de ser atribuído a novos itens lexicais e na situação de falha no acesso lexical. Um exemplo clássico é o da atribuição da primeira conjugação a novos verbos que constituem empréstimos do inglês, como *deletar*, *escanear*, *xerocar*. Os verbos nas línguas românicas são enquadrados em três conjugações, sendo a primeira conjugação a com maior frequência de tipo (-ar, no português e no espanhol, e verbos como *chanter*, no francês). Guillaume (1927, 1973, *apud* BYBEE, 1995, p.433) apresentou evidências de que as inovações produzidas por crianças adquirindo o francês envolviam a atribuição do padrão de primeira conjugação a verbos pertencentes à 2ª e 3ª conjugações. A generalização se baseou não exatamente na classe com maior frequência de uso, mas na classe com maior frequência de tipo. Há poucos estudos sobre o Português Brasileiro que focalizaram o processamento de palavras complexas sob a ótica dos Modelos baseados no Uso ou baseados em exemplares. O estudo de Barbosa (2017) investigou o processamento e a representação lexical de palavras morfologicamente complexas do PB, focalizando especificamente o grau de analisabilidade sincrônica de itens lexicais etimologicamente formados com sufixo, considerando as hipóteses de Bybee (1995, 2010), Hay (2003) e Burani e Thornton (2003).

Frequência de ocorrência e frequência de tipo interagem de maneira que itens lexicais com alta frequência de ocorrência, por terem representação robusta, tenderão a sofrer menos nivelamento analógico, isto é, tenderão a não ser generalizados em função do padrão mais frequente. Há evidências no inglês contemporâneo falado nos Estados Unidos de que a generalização do padrão *-ed*, forma de passado de verbos, ocorre em verbos de baixa frequência de uso, criando alternâncias como *dreamt/dreamed* (passado do verbo *to dream*, dormir), *wept/weeped* (passado do verbo *to weep*), mas não há registro da mesma alternância em formas verbais com alta frequência de uso como *left* (passado de *leave*, sair/partir) e *felt* (passado de *feel*, sentir), por exemplo (BYBEE, 2015, p. 95-96).

A seção a seguir apresenta algumas questões sobre a alternância entre formas de plural com -s ou -is, conforme tratada em estudos recentes em diferentes abordagens teóricas.

Plural dos nomes terminados em ditongo oral decrescente–Vɔ

Em uma abordagem baseada em exemplares, a alternância de formas de plural observada na produção dos falantes, como em *chap*[ɛɔs] ~ *chap*[ɛɪs] e *ton*[ɛɪs] ~ *ton*[ɛɔs], se refere ao acesso e à seleção de diferentes formas dos itens lexicais que fazem parte da nuvem de exemplares desses itens e/ou da atribuição de um padrão morfológico com alta frequência de tipo, que é emergente das representações das palavras no léxico, organizadas em uma rede baseada em semelhança sonora e semântica, na falha de acesso ou inexistência do item no léxico.

A alternância da expressão do plural de itens lexicais terminados em ditongo oral decrescente como em chap[εɔ] e pap[εɔ] tem sido tratada em diversos estudos que adotam a representação em exemplares (CRISTÓFARO-SILVA *et al*, 2005; HUBACK, 2007, GOMES e GONÇALVES, 2010), e também em estudos que adotam uma abordagem formal (BECKER, CLEMENS e NEVINS, 2017; NEVINS, 2012). Nos estudos baseados em exemplares, adota-se como hipótese que os itens lexicais que apresentam *-l* ortográfico, como papel, lençol e outros, terminam em um segmento vocálico posterior, nas variedades em que os estudos foram conduzidos. De acordo com Gomes e Gonçalves (2010, p.124), a possibilidade de ambas as formas ocorrerem para o mesmo item é uma evidência de que o processo de mudança que eliminou a pronúncia da lateral como segmento final destes itens está completo (ver também HUBACK, 2012). Essa abordagem difere da de Mattoso Câmara (1979) e de Monareto, Quednau e Hora (2001), que assumem uma representação subjacente com a consoante lateral.

Sob a ótica da representação em exemplares, Cristófaros-Silva, Gomes, Oliveira e Huback (2005) investigaram a alternância dessas formas de plural no PB, incluindo também a alternância de palavras terminadas em *-ão*, em crianças entre 3 e 12 anos, adquirindo o PB na cidade de Belo Horizonte. Huback (2007) realizou um estudo mais amplo com adultos da cidade de Belo Horizonte focalizando os mesmos tipos de plural do estudo de Cristófaros-Silva *et al* (*op. cit.*). Já Gomes e Gonçalves (2010) conduziram estudo com crianças e adultos da comunidade de fala do Rio de Janeiro, comparando o comportamento dos participantes, a partir de dados de produção elicitada, relativos à alternância das formas *-s* e *-is* e do plural de itens como bolos e povos. Especificamente em relação ao plural dos itens lexicais terminados em ditongo oral decrescente (*-Vɔ*), esses estudos apresentaram evidências do efeito da frequência do item lexical e da frequência do tipo de plural na produção dos falantes. Os itens lexicais tenderam a ser produzidos com o plural esperado do ponto de vista etimológico, tendo havido maior flutuação de formas entre os itens com plural esperado regular (*-s*). Esse resultado evidencia a importância da frequência de tipo, uma vez que, de acordo com Cristófaros-Silva *et al* (*op. cit.*), o plural *-is* é o tipo mais frequente de plural das palavras terminadas com ditongo oral decrescente⁴. Além disso, foi observado que os itens mais frequentes tenderam a ser produzidos com a forma de plural esperada, o que evidencia o efeito da frequência de ocorrência do item, conforme no Modelo de Redes. Assim, houve tendência à produção de itens lexicais de baixa frequência com a forma de plural *-is* quando o plural esperado era *-s*.

Becker, Clemens e Nevins (2017), em estudo sobre o português e o francês, baseados em resultados de um teste de julgamento de aceitabilidade de pseudopalavras, a partir de uma abordagem formal, defendem que a superficialização da forma com *-s* ou com *-is*, de uma base

4 Em Cristófaros-Silva *et al* (*op. cit.*), a frequência de tipo foi extraída do corpus do projeto ASPA/UFMG, que conta com 230 milhões de itens (ou tokens), que totalizam 607 mil tipos distintos (palavras diferentes). Especificamente em relação às palavras terminadas em ditongo oral decrescente do tipo *-Vw*, há 887 palavras com plural esperado *-is* em 1.021.142 ocorrências, e 33 com plural esperado *-s*, em 33.935 ocorrências.

do tipo -Vw no Português Brasileiro, é resultante de um processo de mapeamento da forma subjacente, gerando uma forma superficial com base na característica fonológica dos itens lexicais. Segundo os autores, há a atuação da restrição *initial syllable faithfulness*, que protege palavras monossilábicas. Assim, na alternância em palavras com duas sílabas ou mais, do tipo chapéus ~ chapéis, a primeira sílaba se mantém intacta e não há violação da restrição de fidelidade da sílaba inicial, ao passo que, em monossílabos, a alternância tem impacto na primeira (e única) sílaba. Ainda segundo Nevins (2012), itens lexicais que apresentam a lateral ortográfica -l, como *anel*, *papel* etc., tenderão a se superficializar com a forma -is se tiverem uma vogal baixa no núcleo do ditongo, ao passo que as palavras com vogal média, como *museu*, tenderão à realização com -s. Segundo Nevins, o que está em questão é o grau de distância entre a vogal núcleo e a semivogal. No caso de [e] e [i], essa distância é menor do que entre [ɛ] e [i] – grau de dispersão do ditongo – o que leva a uma tendência de alternância somente com vogais baixas e nunca com média, o que evitaria a forma *museis*. No entanto, tem sido atestada a forma *pneis*, formada com o mesmo ditongo de *museu* (cf. GOMES e GONÇALVES, 2010, p. 125; CRIS-TÓFARO-SILVA e OLIVEIRA, 2002).

Assim coloca-se, portanto, a seguinte questão: a variabilidade atestada na produção espontânea dos falantes é resultante da seleção lexical e da competição entre padrões morfológicos emergentes da organização do léxico em redes ou é um processo de mapeamento da forma subjacente gerando uma forma superficial baseado em características fonológicas dos itens lexicais relativas ao tamanho da palavra e à vogal núcleo do ditongo? Neste trabalho, serão analisados os resultados relativos ao comportamento do indivíduo, do nível de escolaridade e do papel do léxico em relação à alternância das formas de plural, focalizando especificamente a hipótese levantada em Gomes e Gonçalves (2010), segundo a qual, embora o mecanismo cognitivo de inferência de padrões linguísticos seja o mesmo para todos os falantes, é possível que a experiência do falante com a língua leve a direcionalidades diferentes de inferência. Assim, os resultados relativos aos aspectos linguísticos ligados ao tamanho dos estímulos e à vogal núcleo do ditongo do teste de pseudopalavras não serão tratados neste artigo.

Metodologia

Os dados foram obtidos com a aplicação de dois testes de produção controlada, um composto por pseudopalavras e outro de palavras de baixa frequência de ocorrência do PB. O teste de pseudopalavras contém 68 estímulos-alvo, elaborados considerando a vogal núcleo do ditongo (a, e, ɛ, ɔ)⁵ e tamanho do estímulo (1, 2 e 3 sílabas). Os estímulos foram gravados por voz feminina em torno de 25 anos, e divididos em duas listas. Assim, cada participante ouviu 34 estímulos-alvo e 18 pseudopalavras distratoras (Anexo 1). O teste de pseudopalavras contém

5 Diferentemente do teste de pseudopalavras utilizado no estudo de Becker *et al* (2017), não foram incluídos estímulos com a vogal [o] como núcleo, uma vez que as poucas palavras com esta vogal são empréstimos do inglês: *gol*, *show*, *datashow*.

35 palavras, na sua maioria de baixa frequência na língua de acordo com a base ASPA/UFGM e Lael/PUC-SP de fala e 14 distratoras (Anexo 2). Os dois testes foram apresentados com a utilização do software DMDX, que ordena aleatoriamente os estímulos para cada participante. As repostas foram gravadas em gravador digital. Os mesmos participantes responderam aos dois testes apresentados sempre na mesma ordem, primeiramente o teste de pseudopalavras e, em seguida, o teste de palavras do PB. Em cada teste, foi solicitado ao participante que produzisse uma forma de plural do estímulo ouvido. A fase teste foi precedida de uma fase treino para familiarizar o participante com a tarefa.

O teste de produção elicitada de plural, composto de itens lexicais do PB, tem por objetivo prover um índice de produção das duas formas de plural -is e -s, para itens terminados em ditongo oral decrescente, para ser comparado ao comportamento observado do falante no teste de pseudopalavras, situação que avalia a inferência do falante sobre os itens representados no léxico, mas sem interferência da representação do item lexical. O índice de produção, avaliado através do teste com itens do PB, foi formulado devido à impossibilidade de estabelecer quantos itens lexicais com o plural esperado -is os falantes conhecem, isto é, têm representados em seu léxico. Sua constituição, a partir de itens majoritariamente com baixa frequência de ocorrência na língua, permite uma avaliação mais embasada do comportamento do falante no teste de produção elicitada com pseudopalavras. Normalmente, respostas que tendem a uma única direção em testes de pseudopalavras são descartadas da análise, isto é, os dados do participante que responde categoricamente, ou quase que categoricamente, uma das opções fornecidas são descartados devido à interpretação de que o falante não entendeu o teste, ou, apesar de ter aceito voluntariamente participar, pode não estar mais interessado na participação no momento da aplicação. Um comportamento da mesma natureza em teste com itens da língua é menos provável.

Responderam aos testes 55 voluntários, sendo 26 com ensino superior, recrutados de cursos de graduação da Faculdade de Letras da UFRJ dos dois primeiros semestres de curso, e 29 de um curso de Educação para Jovens e Adultos (EJA) de Niterói.

O trabalho se baseia nas seguintes hipóteses: (a) a alternância é possível para qualquer vogal núcleo do ditongo; (b) a tendência à produção com -is vai depender da inferência probabilística com o tipo mais frequente para aquele ditongo em função do esquema do qual emerge no léxico. Especificamente para cada teste, (c) falantes com mais escolaridade e, portanto, com mais experiência com formas de plural padrão, tenderão a refletir os padrões de prestígio esperados para as palavras do PB e, dessa forma, tenderão a produzir formas de plural com o tipo mais frequente -is; (d) o comportamento no teste de pseudopalavras vai tender a refletir o comportamento no teste de itens do PB no que diz respeito à frequência de tipo das duas formas de plural, de acordo com o levantamento realizado na base ASPA/UFGM, e da experiência com a língua, medida em função da escolaridade.

Análise dos dados

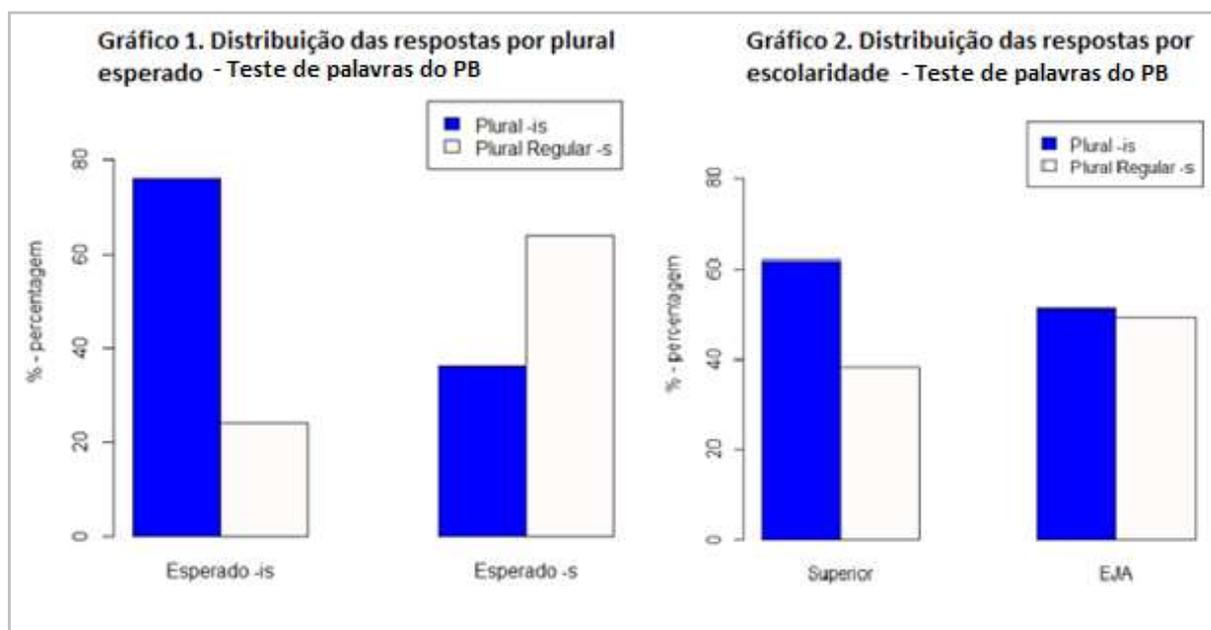
Neste artigo, serão apresentados e discutidos os resultados gerais e o efeito da escolaridade obtidos nos dois testes, o efeito do plural esperado para o teste com palavras do PB, e o comportamento do indivíduo no teste de pseudopalavras em função do desempenho no teste com palavras do PB. A Tabela 1 a seguir apresenta os resultados gerais obtidos nos dois testes em função do tipo de forma produzida: com -is, -s ou outra resposta. Foram agrupados na categoria “outra resposta” os casos em que o participante não produziu forma de plural (maioria dos casos) ou produziu uma forma diferente das formas em foco. As ausências de resposta não foram consideradas na tabela.

Teste	Plural -is		Plural -s		Outra Resposta		Total
	N	%	N	%	N	%	
Palavras do PB	1.039	55	796	43	46	2	1881
Pseudopalavras	676	36.8	1.074	58.5	87	4.7	1750

Tabela 1: Distribuição das respostas por teste

De acordo com a tabela, houve predomínio de -is no teste de palavras do PB (55%). No teste de pseudopalavras, no entanto, houve predomínio da forma regular (58,5%). As respostas do teste de palavras do PB foram analisadas em função do plural esperado e escolaridade.

Os gráficos 1 e 2 a seguir apresentam a distribuição dos percentuais obtidos, considerando somente as respostas com a forma regular e a forma irregular no teste de produção elicitada de plural de palavras do Português Brasileiro.



O gráfico 1 mostra que houve tendência à realização do plural esperado. Ou seja, os itens com plural etimológico em -is foram majoritariamente produzidos com o plural esperado, da

mesma forma que os itens com plural esperado regular foram produzidos majoritariamente com a forma -s. No entanto, houve um percentual maior de plural irregular (35%) nos itens com plural esperado regular, do que de plural regular (23%) entre os itens com plural esperado irregular. O teste com palavras do PB contém majoritariamente palavras com baixa frequência de ocorrência. Assim, na situação de falha no acesso lexical ou na ausência da representação de determinado item no léxico do falante, houve atribuição dos dois padrões em competição no léxico, com predominância do padrão -is, conforme pode ser observado no resultado geral da Tabela 1. O padrão -is é o padrão mais frequente para os itens lexicais terminados em ditongo oral decrescente, conforme no levantamento realizado na base ASPA/UFMG (ver nota 1).

O gráfico 2 mostra que houve predomínio da forma -is entre os falantes com nível superior (62%) e distribuição equilibrada das duas formas de plural entre os falantes do EJA. Esse resultado aponta para uma generalização do padrão -is somente entre os falantes com ensino superior. A Tabela 2 a seguir apresenta os resultados de regressão logística obtidos com o uso da Plataforma R, que indicam os efeitos apresentados nos gráficos para os fatores plural esperado regular e nível superior. Os resultados para sexo não serão discutidos porque fogem aos objetivos deste artigo.

	Estimate	Std. Error	Z value	P-value
Intercept	1.1584	0.1148	10.088	<2.e-16***
Plural esperado -s	-1.7820	0.1057	-16.860	<2.e-16***
Escolaridade – Nível Superior	0.3225	0.1227	2.628	0.00859**
Sexo Masculino	-0.4603	0.1341	3.431	0.00060***

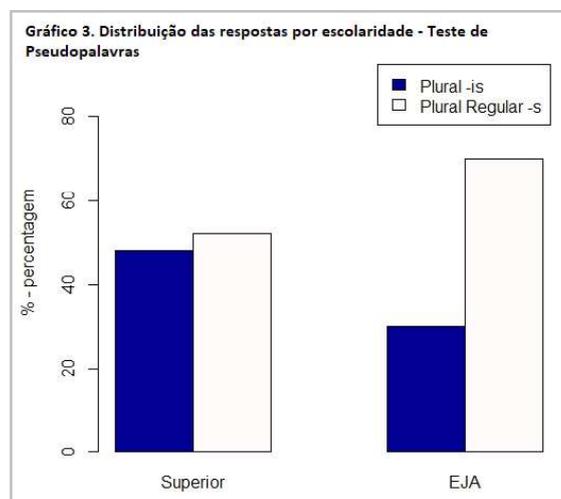
Tabela 2: Efeito dos fatores na realização da forma de plural -is

Os resultados do p-valor indicam que os fatores têm efeito significativo (> 0.05). Com relação ao efeito dos fatores de cada variável, a forma -is foi desfavorecida em itens com plural esperado -s (-1.7820). Com relação à escolaridade, o plural -is foi altamente favorecido entre os falantes com nível superior (0.3225).

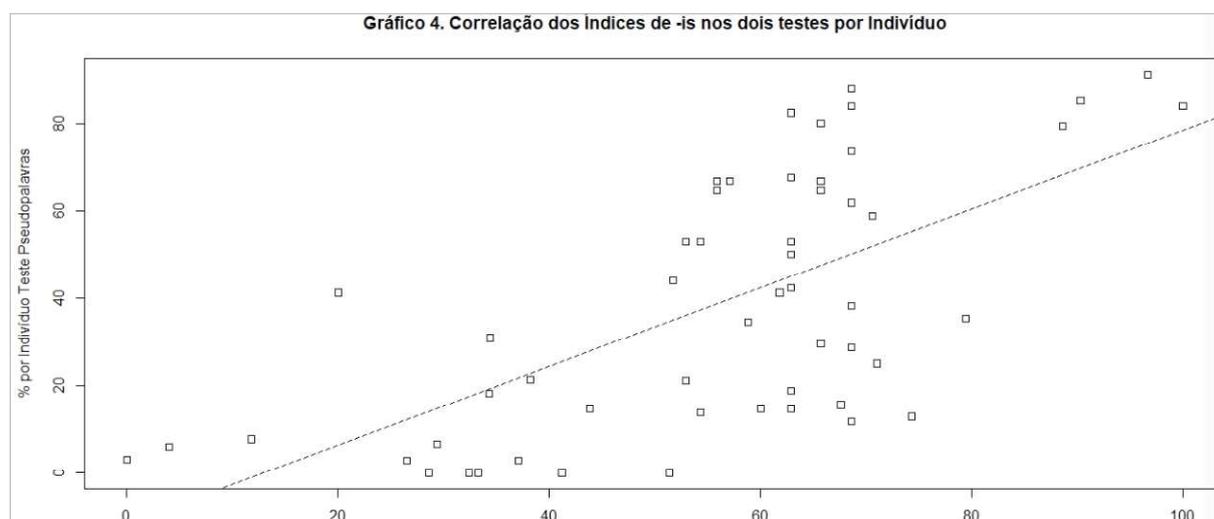
No teste de pseudopalavras, também foi observado favorecimento da forma -is entre os falantes com nível superior e predominância da forma -s entre os falantes do EJA⁶, conforme no gráfico 3 a seguir.

⁶ Os dados obtidos no teste de pseudopalavras também foram submetidos à regressão logística, considerando as variáveis estruturais observadas para este grupo de respostas (vogal núcleo do ditongo e tamanho dos estímulos em número de sílabas). Como a discussão desses resultados foge aos objetivos deste artigo, estão apresentados a seguir somente os valores do da variável escolaridade, conforme a regressão logística obtida na Plataforma R com a função `<- glm(resp ~ vogal.nuc + tamanho + escol + sexo + Lista, family = binomial)`. O logodds (Estimate) 0.85435 indica que houve maior tendência de -is entre os universitários e o p-valor indica que o resultado é significativo do ponto de vista estatístico.

Escolaridade	Estimate	Std. Error	Z value	P-value
– EJA	-0.26158	0.16482	-1.587	0.112506
– Nível Superior	0.85435	0.1709	6.722	1.79e-11***



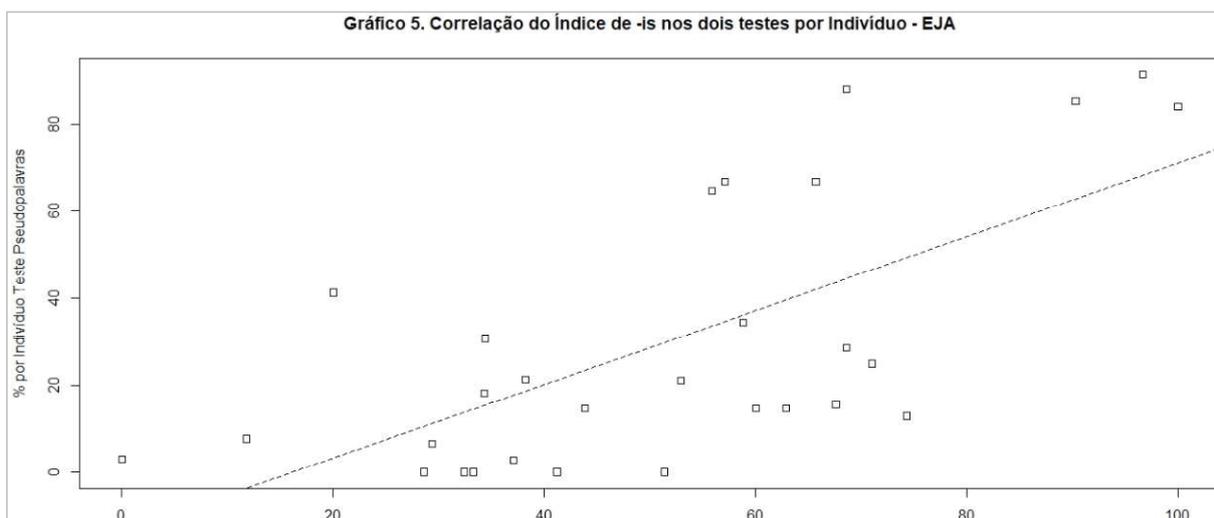
Os gráficos 4, 5 e 6 a seguir apresentam, respectivamente, os percentuais gerais por indivíduo no teste de pseudopalavras em função dos percentuais obtidos no teste de palavras do PB, e os mesmos percentuais observados para cada grupo de falantes para cada nível de escolaridade.



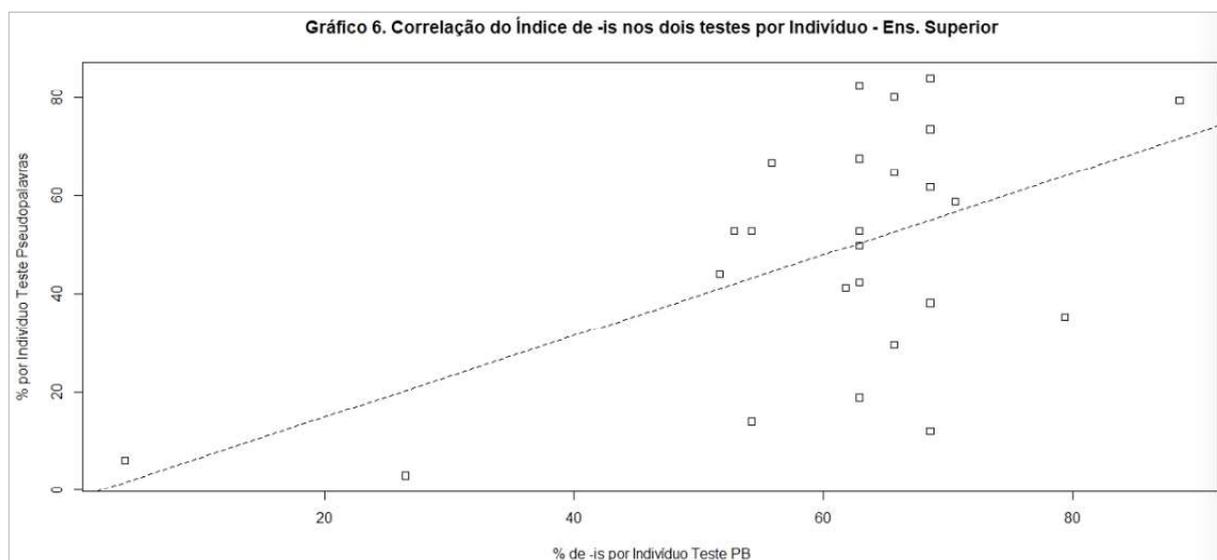
De acordo com o gráfico, observa-se uma grande variabilidade dos indivíduos em relação ao uso do padrão -is nas respostas de plural elicitado nos dois testes. Considerando os percentuais do eixo x, percentual de -is em todos os itens do teste com palavras do PB, observa-se que há uma tendência de correspondência entre os percentuais obtidos no teste do PB e os percentuais de -is no teste de pseudopalavras. A correspondência indica que o percentual de -is nas respostas no teste de pseudopalavras, eixo y, aumenta à medida que aumentam os percentuais de -is no

teste de palavras do PB. A correlação entre x e y , $\text{cor}(x,y) = 0,65449988$, indica que a inclinação da reta de tendência é significativa, isto é, há correlação positiva entre os valores de x e os valores de y . O percentual de *-is* no teste do PB está sendo tomado como um índice da familiaridade do falante com o padrão *-is* nos itens lexicais representados no léxico. Também se observa que a maioria dos percentuais muito baixos de *-is*, abaixo de 20%, no teste de pseudopalavras estão associados aos índices de *-is* abaixo de 50% no teste do PB, correspondentes à predominância do padrão regular nas respostas deste teste. Por outro lado, a predominância de uso de *-is* no teste do PB, isto é, acima de 50% do total de itens do teste, corresponde a percentuais com predominância de respostas com o padrão *-is* no teste de pseudopalavras em 20 de 37 indivíduos.

Quando os mesmos indivíduos são observados separados por grupo de escolaridade, gráficos 5 e 6 a seguir, observa-se que a tendência de correlação positiva entre índice do PB e resposta no teste de pseudopalavras é mais forte entre os participantes do EJA, $\text{cor}(x,y) = 0,6737943$, embora também haja correlação positiva entre os índices de participantes com nível superior, $\text{cor}(x,y) = 0,5479171$.



Conforme já mostrado no gráfico 3, houve predominância de plural regular nas respostas dos participantes do EJA no teste de pseudopalavras. No gráfico 5, os resultados apresentados por indivíduo para este grupo de escolaridade mostram que a generalização do padrão *-is*, no teste de pseudopalavras, percentual acima de 50%, ocorreu em 7 de 16 indivíduos com predominância da forma *-is* no teste do PB. Foram observados percentuais muito baixos de *-is* no teste de pseudopalavras, abaixo de 10%, em 9 indivíduos com índice abaixo de 50% no teste do PB. Já em relação aos indivíduos com nível superior, a mesma tendência é observada, havendo apenas 2 indivíduos com percentual de *-is*, no teste de pseudopalavras, abaixo de 10%, conforme pode ser observado no gráfico 6 a seguir.



Os resultados apresentados nesta seção trazem evidências para as questões/hipóteses levantadas na seção 4. De acordo com o exposto, a taxa geral de realização do plural -is mostrou a predominância dessa forma de plural no teste de palavras do PB, resultado que se soma aos de outros trabalhos, evidenciando a importância da alta frequência desse tipo de plural, o tipo mais frequente para os itens que, no singular, terminam em ditongo oral decrescente. Já a distribuição das respostas do teste de pseudopalavras para os dois tipos de plural traz evidências da competição entre os padrões no léxico, a ausência de uma regra *default* de atribuição de uma forma regular na ausência da representação do item no léxico, embora não tenha havido predominância do padrão irregular sobre o regular nas respostas.

Os resultados por indivíduo mostraram que há uma grande variabilidade entre os indivíduos, indicando que, embora o mecanismo cognitivo de inferência e atribuição de padrões seja o mesmo para todos os falantes, a base para a inferência, a constituição do léxico, pode ser diferente entre os falantes. Os resultados para os diferentes níveis de escolaridade mostram que as diferentes direcionalidades da inferência estão relacionadas com a experiência sociolinguística do falante com a língua. Falantes do EJA tenderam a usar a forma regular de plural na produção elicitada do teste de pseudopalavras, diferentemente dos participantes com nível universitário. Portanto, falantes com mais escolaridade, o que implica mais experiência com formas de plural padrão, tenderão a refletir os padrões de prestígio esperados para as palavras do PB e, dessa forma, tenderão a produzir formas de plural com -is, o tipo mais frequente para os itens no singular terminados em ditongo oral decrescente.

Considerações Finais

Este artigo apresentou resultados de estudo sobre a alternância de formas de plural do Português Brasileiro de nomes terminados em ditongo oral decrescente do tipo -Vw, considerando os pressupostos do Modelo de Redes, relativos à representação e processamento de

palavras complexas, e da Sociolinguística Variacionista.

A alta variabilidade entre as duas formas em questão, -is (irregular) e -s (regular), nos dois testes, pseudopalavras e itens lexicais de baixa frequência de ocorrência do PB, aponta para a inexistência de uma regra *default* do tipo acrescentante -s. Também foram apresentadas evidências de que a variabilidade observada na fala, relativa a diferentes formas de plural de nomes terminados em ditongo oral decrescente, como em *degraus ~ degrais, reais ~ reaus*, tem relação com a competição de padrões de plural que são emergentes das palavras representadas no léxico, organizadas em redes de conexão lexical, baseadas em similaridade sonora e semântica.

A grande variabilidade observada entre os participantes é indicativa de que os falantes, embora utilizem os mesmos mecanismos de inferência e atribuição de padrões estruturais, fazem inferências em direcionalidades diferentes muito provavelmente em função da experiência diferenciada com a língua. Evidentemente, a escolaridade é um dos aspectos que compõem a experiência do falante, mas não é o único. Um estudo posterior deverá levar em conta também informações que indiquem o grau de inserção social do participante (profissão, interação com grupos sociais onde mora ou com outros grupos sociais, etc.), características que podem ajudar a estabelecer melhor o perfil social do falante, não só em função de características macrosociais, como também em função de sua rede social e grupo que interage com mais frequência (comunidade de prática).

Referências

BAAYEN, R. H.; SCHREUDER, R. War and Peace: Morphemes and Full Forms in a Non interactive Activation parallel Dual-Route Model. *Brain and Language* 68, p.27-32, 1999.

BARBOSA, M. F. M. Processamento e Representação de Palavras Complexas por Derivação: um estudo sobre a sufixação do Português Brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação e em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

BECKER, M.; CLEMENS, L.; NEVINS, A. I. Generalization of French and Portuguese plural alternations and initial syllable protection. *Natural Language and Linguistic Theory*, 35, n.22, p. 299-345, 2017.

BURANI, C.; THORNTON, A. M. The interplay of root, suffix and whole-word in processing derived words. BAAYEN, R. H.; SCHREUDER, R. (eds.). *Morphological Structure in Language Processing*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p.157-208.

_____. Regular morphology and the lexicon. *Language and Cognitive Process*. v.10, n.5, p. 425-455, 1995.

_____. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

- _____. Language, Usage and Cognition. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- _____. Usage-based theory and exemplar representation. In Thomas Hoffman and Graeme Trousdale (eds.) *The Oxford Handbook of Construction Grammar*, pp. 49-69. Oxford University Press, 2013.
- _____. Language Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CÂMARA JR. J. M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CLAHSEN, H., ROTHWEILER, M. & WOEST, A. Regular and irregular inflection in the acquisition of German noun plurals. *Cognition*, v.45, p. 225-255, 1992.
- CRISTÓFARO SILVA, T. C. e OLIVEIRA, M. A. de. Variação do ‘r’ pós-consonantal no português brasileiro: Um caso de mudança fonotática ativada por cisão primária. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, p. 25-47, 2002.
- _____.; GOMES, C. A.; OLIVEIRA, D.; HUBACK, A. P. S. The acquisition of irregular plurals in Brazilian Portuguese. In: X International Congress for the Study of Child Language, Program & Abstracts. Berlin, p. 168-169, 2005.
- GOMES, C. A.; GONÇALVES, Carolina M. Flexão nominal na gramática da criança e na gramática do adulto. *Veredas (UFJF. Online)*, v. 14, p. 122-134, 2010.
- HAY, J. *Causes and Consequences of Word Structure*. New York, London: Routledge, 2003.
- HUBACK, A. P. *Efeitos de frequência nas representações mentais*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, UFMG, 2007.
- _____. Plurais em [ão] do Português Brasileiro: Efeitos de Frequência. *Linguística*, v. 6, p. 9-28, 2010.
- _____. Irregular Plurals in Brazilian Portuguese: An Exemplar Model Approach. *Language – Variation and Change*, v. 23, p. 1-12, 2011.
- _____.; BREDER, G. A perda de distinção fonética entre [l] e [u] em fim de sílaba e consequências para a pluralização. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 44, p. 359-380, 2012.
- _____. A interferência da frequência em fenômenos linguísticos. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*(PUCSP. Impresso), v. 29, p. 79-94, 2013.
- MARCUS, G. F. et. al. Over regularization in language acquisition. *Monographs of the Society for Research in Child Development* 57 (4, Serial No. 228), 1992

MARCUS, G. F. Children's over regularization of English plurals: a quantitative analysis. *Journal of Child Language*, v. 22, p. 447-459, 1995.

MONARETTO, V. N. O.; QUEDNAU, L.R.; HORA, D. da. As consoantes do português. In: BISOL, L.(org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre, ED-PUCRS, p.195-228, 2001.

NEVINS, A. Vowel lenition and fortition in Brazilian Portuguese. *Letras de Hoje*, v. 47, n. 3, p.228-233, 2012.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition, and contrast. In:

BYBEE, J.; HOPPER, P. (eds.). *Frequency effects and the emergence of lexical structure*. John Benjamins: Amsterdam, 2001. p.137-157.

_____. Probabilistic Phonology: Discrimination and Robustness. In: BOD, R.; HAY, J.; JAN-NEDY, S. (eds.). *Probability Theory in Linguistics*. Cambridge MA: The MIT Press, 2003, p. 177-228.

_____. Phonological representation: Beyond abstract versus episodic. *Annual Review of Linguistics*, v. 2, p. 33-52, 2016.

PRASADA, S. & PINKER, S. Generalizations of regular and irregular morphology. *Language and Cognitive Processes*, v. 8, p. 1-56, 1993.

SCHERRE, M. M. P. A Regra de Concordância de Número no Sintagma Nominal em Português. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.

_____. Reanálise da Concordância Nominal em Português. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

SEVERINO, M. C. A. O plural das palavras terminadas em -ão: mudança ou variação estável? Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

Anexo 1: Estímulos do Teste de Pseudopalavras

'zaw	pi' baw	pavu' taw
'haw	pu' faw	dila' daw
'baw	si' vaw	mitu' raw
'zaw	ga' faw	gave' naw
'gew	ga' zew	fale' dew
'bew	ka' new	liro' lew
'pew	tu' mew	dibe' pew
'zew	lu' few	hifo' kew
'kew	fa' gew	maka' dew
'bew	lu' mew	sali' zew
'zew	va' zew	mavu' mew
'gew	hi' zew	dano' bew
'low	si' zow	fari' dow
'zow	ku' fow	dege' kow
'kow	ka' now	gano' tow
'fow	ti' vow	kavi' low
	'mizew	mi' latew
	'fasew	si' zisew
	'tulew	ta' ferew
	'lifew	vi' zezew

**Anexo 2: Itens do teste de palavras do PB com frequência de ocorrência no ASPA/
 UFMG e LAEL/PUC-SP (fala)**

Item	Aspa	Lael (fala)	Item	Aspa	Lael (fala)	Item	ASPA	Lael (fala)
naus	200	0	Jiraus	20	0	berimbaus	20	0
maus	711	0	Saraus	123	0	bacalhaus	10	0
paus	3744	0	Umbrais	17	0	espirais	76	0
géis	21	0	Hebreus	108	0	enxovais	34	0
véus	175	0	Plebeus	71	0	camafeus	10	0
céus	1342	0	Níqueis	498	0	européus	9680	0
méis	0	0	cíveis	257	0	afáveis	13	0
sóis	211	0	Plantéis	63	0	audíveis	37	0
			Granéis	21	0	coquetéis	582	8
			Troféus	574	6	mausoléus	22	0
			Chapéus	666	6	cachecóis	26	0
			Anzóis	63	0	aerossóis	61	0
			Atóis	59	0	roxinóis	23	0
			paióis	59	0			

Sobre Dinah Callou — Christina Abreu Gomes⁷

⁷ Ainda aluna da graduação em Letras da UFRJ, em 1980, tive a oportunidade do primeiro contato direto com a Professora Dinah Callou, auxiliando a digitação dos dados de sua tese. Desse primeiro contato, tenho hoje a oportunidade de participar neste volume em homenagem à Professora Dinah, reconhecimento de sua trajetória acadêmica, constituída de uma vasta contribuição sobre o português, sua história, variação e mudança.



**FORMA LOCATIVA + SINTAGMA PREPOSICIONAL LOCATIVO:
ANÁLISE DA FALA CULTA NAS DUAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS**

**LOCATIVE FORM + LOCATIVE PREPOSITIONAL PHRASE:
ANALYSIS OF EDUCATED SPEECH IN TWO VARIETIES OF PORTUGUESE**

Elaine Marques Thomé Viegas¹

Resumo

O artigo trata da ocorrência de locativo à esquerda do sintagma preposicional locativo, em amostras de fala culta da cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1970 e de 1990, com base nos pressupostos da sociolinguística variacionista laboviana (LABOV, 1972; 1994), para um estudo em tempo real de curta duração (tendência e painel). Fundamentada em generalizações intuitivas, a hipótese sugerida é a de que o uso do locativo está relacionado à presença de elemento morfológico [+definido] no sintagma preposicional. A análise variacionista aponta que o uso dos locativos parece estar prioritariamente relacionado a duas variáveis independentes: o tipo de termo locativo contido no sintagma preposicional e o tipo de preposição introdutora do sintagma preposicional locativo. Ao contrário do previsto na análise introspectiva, foram registradas ocorrências de sintagma preposicional locativo introduzido pela preposição *a* e antecedidas por locativo, além de locativo sem categoria morfológica junto à preposição. O estudo de tendência e de painel revela que a comunidade pode ser considerada instável e o indivíduo estável, admitindo a hipótese de uma mudança geracional. Também são recolhidos dados de fala da cidade de Lisboa; todavia, não foi possível executar um estudo de painel devido à incompletude da amostra. As duas variedades da língua portuguesa são confrontadas apenas em termos percentuais. O fenômeno é pouco frequente em língua portuguesa e parece estar restrito à fala.

Palavras-chave: Locativo; Sintagma preposicional locativo; Fala culta; Rio de Janeiro; Lisboa.

1 Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: elainemt@gmail.com.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

The article addresses the occurrence of the locative to the left of the locative prepositional phrase in samples of educated speech in the city of Rio de Janeiro, in the 1970s and 1990s, on the basis of Labov's variationist sociolinguistics (LABOV, 1972; 1994), for a short-term real-time (trend and panel) study. The hypothesis suggested – on the basis of intuitive generalisation – is that the use of the locative is related to the presence of [+definite] morphological elements in the prepositional phrase. Variationist analysis indicates that the use of locatives seems to be related primarily to two independent variables: the type of locative term contained in the prepositional phrase and the type of preposition introducing the locative prepositional phrase. Contrary to what is expected from introspective analysis, occurrences of the locative prepositional phrase introduced by the preposition “a” and preceded by the locative were attested, as well as the locative with no morphological category together with the preposition. The trend and panel studies revealed that the community may be considered unstable and the individual, stable, thus admitting the hypothesis of generational change. Speech data were also gathered in the city of Lisbon, although it was not possible to conduct a panel study for lack of a complete sample. The two varieties of Portuguese are compared in percentage terms only. The phenomenon is not frequent in Portuguese and seems to be restricted to speech.

Keywords: Locative; Locative prepositional phrase; Educated speech; Rio de Janeiro; Lisbon.

Introdução

Este artigo trata da possibilidade de ocorrência de um elemento locativo à esquerda de sintagma preposicional locativo, doravante SPLOC. Diversos trabalhos, como os de Paiva (2002, 2003 e 2008), Paiva e Braga (2002), Martelotta e Leitão (2002), Melo e Oliveira (2003) e Santos e Oliveira (2004) visam ao estudo do posicionamento das formas *aqui/cá, aí, ali, lá/ acolá*. Todavia, este trabalho difere dos demais pelo fato de examinar o locativo posicionado à esquerda do SPLOC, por meio da associação de uma análise empírica e de uma teoria formal.

A hipótese central parte de generalizações introspectivas e discute a possibilidade de um elemento morfológico [+definido] no interior do SPLOC favorecer o uso do locativo à esquerda desse sintagma preposicional (SP). A análise é realizada com base nos pressupostos da sociolinguística quantitativa laboviana (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994 e 2001) e os dados são observados em tempo aparente e em tempo real de curta duração com o objetivo não só de traçar as restrições que atuam no processo, mas também de contribuir para o estudo dos locativos na língua portuguesa. Para tal, são analisados dados de fala culta da cidade do Rio de Janeiro e de Lisboa disponíveis em www.lettras.ufrj.br/nurc-rj e www.lettras.ufrj.br/varport, respectivamente. A verificação do uso do locativo à esquerda do SPLOC visa a responder três questões: (i) em quais contextos o uso do locativo anteposto ao SPLOC ocorre?; (ii) a alternância presença *versus* ausência de locativo constitui um fenômeno linguístico de variação estável na língua ou de mudança em curso? e (iii) há semelhança entre os comportamentos do português do Brasil (PB) e do português europeu (PE)?

Na primeira seção, retomam-se alguns estudos sobre os locativos, tanto do ponto de vista

tradicional, quanto do ponto de vista da língua em uso. Na segunda, são feitas algumas verificações relativas ao posicionamento dos locativos e à definitude. Em seguida, trata-se da possibilidade de verificação da mudança linguística em curso, conforme estabeleceram Weinreich, Labov e Herzog (1968). Na quarta seção, são apresentados os *corpora* e a metodologia utilizados na pesquisa. Dando prosseguimento ao artigo, na quinta e sexta seções, são desenvolvidos os estudos de tendência e de painel da cidade do Rio de Janeiro e disponibilizados os resultados percentuais da cidade de Lisboa, nessa ordem. Na última seção, são apresentadas as conclusões a que foi possível chegar

Locativos: breve retomada

A descrição tradicional, limitada pela falta de um aparato teórico mais sofisticado, classifica as formas *aqui/cá, aí, ali, lá/acolá*, em geral, como advérbios, isto é, expressões modificadoras de verbo, adjetivo ou advérbio, que denotam circunstâncias e desempenham função de adjunto adverbial (BECHARA, 2009). A complexidade intrínseca a essa classe possibilita diferentes análises e categorizações. Cunha e Cintra (2001), por exemplo, categorizam as mesmas formas como locativos e Houaiss (2001) como advérbios demonstrativos. Já Rocha Lima (2001) classifica como pronomes demonstrativos de natureza adverbial e, quando trata de advérbio, classifica como advérbio de lugar. A indicação de lugar toma como referência os pontos onde se encontram os interlocutores, o que faz dos elementos locativos, elementos dêiticos. Nessa perspectiva, *aqui/cá* seriam pronomes de 1ª pessoa, assim como os pronomes *eu, meu e este/isto*; *aí* seria um pronome de 2ª pessoa, assim como *tu, teu, esse/isso*, e *ali/lá/acolá* seriam pronomes de 3ª pessoa, assim como *ele, seu, aquele/aquilo* (HOUAISS, 2001; ROCHA LIMA, 2001).

As diferentes classificações dos estudos tradicionais originam-se da relação existente entre locativos e demonstrativos, atestada nas línguas românicas. Essa relação remonta ao latim, língua na qual há os itens *hic* “neste lugar em que falo”, *istic* “nesse lugar em que estás” e *illic* “naquele lugar”. Igualmente, em português, há um sistema tripartido de locativos correspondente à série dos demonstrativos *este, esse e aquele*: *aqui* (neste lugar), *aí* (nesse lugar) e *ali* (naquele lugar). Além desse sistema, há também um bipartido, em que a proximidade ao falante se opõe ao distanciamento, sem referência à posição do ouvinte, respectivamente, *cá* e *lá*. Essas formas são oriundas dos advérbios latinos que expressavam direção para o lugar indicado: *hac*, em vez de *hic* e *illac*, em vez de *illic* (CÂMARA JÚNIOR, 1979).

Em estudo de 2000, sob perspectiva de uso da língua, Moura Neves amplia, em comparação à visão tradicional, a funcionalidade do advérbio, que poderia funcionar como satélite de um núcleo, sendo, neste caso, periférico a um sintagma cujo constituinte nuclear pode ser não só verbo, adjetivo ou advérbio (ou sintagmas com valores de adjetivo ou advérbio), mas também numeral, substantivo, pronome e conjunção *embora* ou periférico a um enunciado ou a um

discurso. Em 2002, a mesma autora estabelece que a classificação dos locativos como dêiticos não os separa da foricidade, pois todo circunstancial fórico propicia a busca ou a recuperação de informação, por remissão a um ponto do enunciado, ou à situação de enunciação. Tanto demonstrativos quanto locativos podem não só mostrar um objeto sem nomeá-lo, mas também serem empregados para lembrar ao ouvinte ou ao leitor o que foi mencionado – função anafórica – ou o que será mencionado – função catafórica. A autora critica a visão tradicional acerca dos advérbios de lugar e de tempo.

Considera-se, em princípio, que os chamados “advérbios de lugar” e “advérbios de tempo” têm um estatuto particular, que a tradição gramatical não tem avaliado. De fato, se o advérbio se define como modificador do verbo, (ou, ainda, do adjetivo e do advérbio), como ocorre tradicionalmente, os circunstanciais não pertencem à classe, já que nenhum advérbio de tempo ou de lugar realmente modifica o expresso no verbo. Por outro lado, se o advérbio se define como a palavra que indica circunstância, conforme também ocorre tradicionalmente, os circunstanciais são os advérbios por excelência (MOURA NEVES, 2002, p. 250).

A questão da posição do locativo não é uma prioridade a ser tratada na gramática tradicional, que aponta duas visões inconciliáveis: (i) ou os advérbios estariam posicionados após os termos integrantes do predicado, em orações de ordem direta, (ii) ou possuiriam mobilidade no interior da oração. Há também alguns estudos linguísticos recentes, preponderantemente, de linha funcionalista, que dão ênfase à questão da ordenação de locativos no PB, tanto no eixo diacrônico (MARTELOTTA e LEITÃO, 2002), quanto sincrônico (PAIVA, 2002; PAIVA e BRAGA, 2002; PAIVA, 2003; MELO e OLIVEIRA, 2003).

Assim, fica evidente a complexidade das formas *aqui/cá, aí, ali/lá/acolá*, já que é possível classificá-las sob diferentes perspectivas, além de haver distintas possibilidades de posicioná-las na sentença, embora nem todas sejam exploradas. Uma das possibilidades de posicionamento, verificada neste artigo em que as mesmas formas são denominadas locativo, seria à esquerda do SPLOC. A hipótese estabelecida, baseada na proposta de Avelar (2006), sustentada na Teoria de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1995, 2000 e 2001), é a de que a presença de um elemento morfológico [+definido] no interior desse tipo de sintagma preposicional (SP) favoreceria o uso do locativo a sua esquerda. Para verificar o pressuposto, utiliza-se a teoria de estudo da mudança linguística de Weinreich, Labov e Herzog (1968) e de Labov (1972, 1994 e 2001).

A hipótese: verificações a respeito do posicionamento de locativos e da definitude

O estudo de Thomé Viegas (2008), baseado em Avelar (2006), buscou comprovar o esvaziamento semântico da preposição *de*, em relações de adjunção adnominal. Esse esvaziamento seria indicado pela possibilidade de alternância com outras preposições (como *em, com e para*). No decorrer da pesquisa, a autora registrou a ocorrência de locativos antepostos a sintagmas

preposicionais locativos, doravante SPLOCs, como em (01):

(01)

é uma estrada do Rio... acho que é lá pro lado de Mauá né não? acho que é... () é uma... diz que é uma gracinha... e eu gosto muito de seresta... e tanto que o pessoal... do tempo do frio... em vez de eh... chocolate quente que toma vai... fica pela noite adentro cantando... escutando... os seresteiros... Friburgo eu fui... quando pequena... e fui uma vez... já moça... é... uma vez só...e agora... já casada... eu fui... numa excursão **AQUI [na igreja]**... fui... aonde tem Nossa Senhora que... que sai óleo do... da imagem... as paredes todas hoje lá... ai Jesus o nome... Nossa Senhora... Moneratt... Nossa Senhora de Moneratt...

A hipótese estabelecida para ocorrência verificada em (01) é a de que o SPLOC [+ definido] favoreceria o uso do locativo a sua esquerda. A análise de construções como as do exemplo (02) aponta que a agramaticalidade (*) das sentenças de (c) não ocorre devido à presença ou ausência do locativo à esquerda do SPLOC, mas devido à ausência de um determinante nesse SP.

(02)

- a. Maria está Ø[no/neste/num/*em] clube./Maria está **AQUI** [no/neste/num/*em] clube.
- b. Eu coloquei a toalha Ø[na/nessa/numa/*em] mesa./Eu coloquei a toalha **Á** [na/nessa/numa/*em] mesa.
- c. O funcionário guardou os papéis Ø[no/naquele/num/*em] armário./O funcionário guardou os papéis **LÁ** [no/naquele/num/*em] armário.

A investigação de SPLOCs sem e com determinantes definidos sugere a presença de uma relação entre a posição antecipada dos locativos e a definitude do sintagma preposicional (SP). Nos exemplos em (03), as construções são agramaticais, independentemente do uso do locativo à esquerda do SPLOC. No entanto, em (04), o acréscimo de artigo definido ou de pronome demonstrativo à preposição *em* nos exemplos de (03) torna todos os exemplos gramaticais, quando respeitadas as correspondências entre o pronome e o demonstrativo.

(03)

- a. *O chocolate Ø[em mercado] custa baratinho./*O chocolate **AQUI/Á/ALI/LÁ** [em mercado] custa baratinho.
- b. *O anel Ø[em pia] vai estragar./*O anel **AQUI/Á/ALI/LÁ** [em pia] vai estragar.
- c. *A moto Ø[em oficina] será consertada./*A moto **AQUI/Á/ALI/LÁ** [em oficina] será consertada.
- d. *A escola Ø[em bairro] fica a três quilômetros./*A escola **AQUI/Á/ALI/LÁ** [em bairro] fica a três quilômetros.

(04)

a. O chocolate Ø[no/neste/nesse/naquele mercado] custa baratinho./O chocolate AQUI/AÍ/ALI/LÁ [no/neste/nesse/naquele mercado] custa baratinho.

b. O anel Ø[na/nesta/nessa/naquela pia] vai estragar./O anel AQUI/AÍ/ALI/LÁ [na/nesta/nessa/naquela pia] vai estragar.

c. A moto Ø[na/nesta/nessa/naquela oficina] será consertada./A moto AQUI/AÍ/ALI/LÁ [na/nesta/nessa/naquela oficina] será consertada.

d. A escola Ø [no/neste/nesse/naquele bairro] fica a três quilômetros./A escola AQUI/AÍ/ALI/LÁ [no/neste/nesse/naquele bairro] fica a três quilômetros.

No tocante à questão gramaticalidade/agramaticalidade, parece haver uma incongruência entre algumas preposições locativas diferentes de *em* e os advérbios locativos, independentemente do tipo de determinante. Em casos de anteposição do advérbio locativo e posposição dos determinantes em relação às preposições locativas, a gramaticalidade das construções não pode ser questionada quando as relações são estabelecidas com o auxílio das preposições *de*, *em* e *para (pra)*, como em (05). Todavia, o mesmo não acontece com a preposição *a*, como é possível nos exemplos em (06), que são de gramaticalidade duvidosa (*). Quando a preposição *de* intermedeia determinante e locativo, as construções são gramaticais, como em (07), diferente das construções em que *em*, *para (pra)* e *a* intermedeiam a relação, como em (08).

(05)

a. Tem que trocar o pneu AQUI do carro/AÍ do carro/LÁ do carro.

b. Vai ter apresentação de capoeira AQUI na quadra da escola/AÍ na quadra da escola/LÁ na quadra da escola.

c. Encontraram um novo zelador AQUI pro prédio/AÍ pro prédio/LÁ pro prédio.

a. AQUI desta varanda/AÍ dessa varanda/LÁ daquela varanda dá pra ver o mar.

b. AQUI neste país/AÍ nesse país/LÁ naquele país as condições de vida são precárias.

c. Teremos que comprar calotas novas AQUI pra este carro/AÍ pra esse carro/LÁ pra aquele carro.

(06)

a. Trouxeram um novo representante AQUI à clínica./Levaram um novo representante (*) AÍ à clínica/(*LÁ à clínica.

b. Vamos com os nossos amigos AQUI a este teatro/(*AÍ a esse teatro/(*LÁ àquele teatro.

(07)

- a. O (Este) daqui é mais confiável que o (esse) daí.
- b. A (Essa) daí é mais bonita que a (aquela) de lá.
- c. O (Aquele) de lá é mais cheiroso que o (este) daqui.

(08)

- a. O (Este) *naqui/*pra aqui/*a aqui é mais confiável que o (esse) naí/prá aí/a aí.
- b. A (Essa) *naí/*pra aí/*a aí é mais bonita que a (aquela) em lá/prá lá/a lá.
- c. O (Aquele) *em lá/*pra lá/*a lá é mais cheiroso que o (este) naqui/prá aqui/a aqui.

A gramaticalidade das construções em que a preposição *de* intermedeia determinante e locativo pode dever-se ao fato de tal preposição possuir conteúdo semântico menos preciso, em comparação às preposições *em*, *para* e *a* (THOMÉ, ANDRADE e CALLOU, 2005; AVELAR, 2006; THOMÉ 2006a, 2006b; SANTOS, CAMPOS e CALLOU, 2006a, 2006b; THOMÉ VIEGAS, 2008), não alterando, desse modo, a relação dos elementos, como em (09).

(09)

- a. Este *sapato* aqui é de couro. / Este *sapato* daqui é de couro. / Este *daqui* é de couro.
- b. Essa *mangueira* aí está furada. / Essa *mangueira* daí está furada. / Essa *daí* está furada.

Assim, após o desenvolvimento da hipótese com base em uma teoria formal, conclui-se que a presença de definitude é fator relevante para o uso do locativo à esquerda do SPLOC. Na próxima seção, serão apresentadas as bases empíricas da teoria de estudo da mudança linguística em curso nas quais esse trabalho também está apoiado.

Sobre o estudo da mudança linguística em curso

As bases empíricas da teoria de estudo da mudança linguística foram estabelecidas por Weinreich, Labov e Herzog (1968), que apontaram a possibilidade de observar a variação e a mudança linguística em curso e de determinar suas possíveis motivações externas e internas. Variabilidade e heterogeneidade são aspectos necessários para que a mudança linguística ocorra; todavia, a presença desses aspectos não implica, necessariamente, mudança. Há variação quando formas linguísticas alternativas de dizer uma mesma coisa, denominadas variantes, competem em um mesmo contexto. A mudança linguística acontece quando há o desaparecimento ou a substituição de uma das variantes.

Os princípios teóricos e procedimentos metodológicos da sociolinguística variacionista possibilitam analisar as variações dentro de um sistema que estaria sujeito a pressões internas e

externas e, por isso, estaria em constante mudança. Segundo os autores, os indícios de mudança podem ser observados durante sua implementação. As diferenças linguísticas entre gerações em um mesmo espaço de tempo podem apontar movimentos dentro do sistema. De acordo com essa hipótese, os mais jovens seriam os introdutores das novas variantes na língua e romperiam a continuidade do sistema. Segundo Labov (1972), a observação da mudança através da distribuição de uso de um determinado fenômeno por faixas etárias, ainda que dentro de um mesmo período de tempo, é denominada mudança no *tempo aparente*. Correlações constantes e significativas entre a variável idade e alguma variável linguística impõem ao pesquisador duas possibilidades: ou ele está diante de uma mudança em progresso na língua ou de uma variação estável, em que os indivíduos mudam seu comportamento linguístico de acordo com sua faixa etária. Distinguir entre distribuições etárias indicativas de mudança ou de gradação etária constitui um problema cuja solução requer a associação de evidências fornecidas por estudos em tempo real, ou seja, a observação da comunidade de fala através do tempo, não só no tempo aparente. Esse tipo de estudo, denominado estudo em *tempo real*, complementa o de tempo aparente e permite distinguir aspectos que perpassam a trajetória linguística da comunidade e do indivíduo.

Para a realização do estudo em tempo real de curta duração, Labov (1994) considera conveniente comparar o comportamento linguístico do indivíduo e da comunidade em um espaço de tempo de mais ou menos vinte anos, intervalo equivalente, em princípio, a uma geração. A associação do que é observado em diferentes pontos do tempo em relação ao indivíduo e em relação à comunidade possibilitaria quatro padrões distintos: (i) estabilidade – indivíduo e comunidade estáveis; (ii) gradação etária – indivíduo instável e comunidade estável; (iii) mudança geracional – indivíduo estável e comunidade instável (indivíduo “carrega” o comportamento linguístico de uma faixa etária para outra) e (iv) mudança na comunidade – indivíduo e comunidade instáveis. A diferenciação de gênero, quase sempre presente nos processos de mudança, não é considerada. O estudo em tempo real de curta duração distingue-se do de longa duração, que permite observar e comparar, através dos séculos, um fenômeno variável em diferentes momentos do tempo. A dificuldade, porém, é “fazer bom uso de maus dados”, uma vez que não há mais falantes representativos de tempos remotos. Um estudo em tempo real de longa duração seria possível por meio da utilização de textos antigos, apenas com referências indiretas da fala espontânea.

Em 1994, Labov diferencia o estudo de painel (*panel study*), em que se compara a fala dos mesmos indivíduos em dois ou mais momentos discretos de tempo, do estudo de tendência (*trend study*), em que se comparam comunidades de fala, em dois ou mais momentos discretos de tempo. O primeiro tipo de estudo permite observar se e como o indivíduo muda seu comportamento no decorrer do tempo, e o segundo permite observar se e o que muda na comunidade no período de tempo observado.

Corpora e metodologia

Com o objetivo de verificar o comportamento do locativo à esquerda do SPLOC na cidade do Rio de Janeiro, são realizados dois tipos de estudo: de tendência e de painel. Para o primeiro tipo, são analisadas as entrevistas de 22 informantes, distribuídas em três faixas etárias (de 25 a 35 anos, de 36 a 55 anos e de 56 anos em diante), pelos gêneros masculino e feminino e pelas décadas de 70 e 90. Para o segundo, são analisadas as entrevistas de 11 indivíduos interrogados em 70 e recontactados após um intervalo de tempo de vinte anos. Todos os informantes possuem nível universitário. As amostras são do Projeto NURC-RJ e estão disponíveis em www.lettras.ufrj.br/nurc-rj. Os números na tabela identificam os informantes no site.

Estudo de Tendência

Faixas Etárias	Amostra 70		Amostra 90	
	Gêneros			
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1	096 / 164	133 / 011	013 / 023	003 / 012
2	052 / 233	002 / 140	014 / 017	019 / 020
3	071	373 / 347	018 / 028	027

Tabela 1: Identificação dos informantes do Estudo de Tendência

Estudo de Painel

Informantes	Gêneros	Idades	
		Década de 70	Década de 90
133	F	31	50
011	F	26	46
096	M	25	45
164	M	34	53
002	F	44	65
140	F	55	74
052	M	39	59
233	M	41	59
373	F	58	76
347	F	57	79
071	M	56	80

Tabela 2: Identificação dos informantes do Estudo de Painel

No decorrer da pesquisa, foram recolhidas todas as ocorrências de SPLOCs, independentemente da presença ou ausência do advérbio locativo à esquerda. Nos casos de ausência de locativo na posição estudada, verificou-se que o *lá* poderia ocorrer na maioria dos mesmos, provavelmente devido a sua imprecisão semântica, característica também compartilhada por *ali*, segundo Paiva (2003). Assim, o que poderia variar, a depender do contexto, seria o grau de (im)precisão semântica do locativo.

O programa Goldvarb X de Sankoff, Tagliamonte e Smith (2005) é uma ferramenta metodológica utilizada pelos sociolinguistas variacionistas em análises estatísticas de dados e foi utilizado nesta pesquisa cuja variável dependente é *caracterização da margem esquerda do SPLOC (presença × ausência de locativo)*. As variáveis independentes – parâmetros reguladores dos fenômenos variáveis que exercem pressão positiva ou negativa sobre o emprego das formas variantes – relacionadas aos fatores internos da língua são: (i) caracterização semântica do nome introduzido pela preposição, (ii) função sintática do SPLOC, (iii) tipo de verbo, (iv) tipo de locativo presente à esquerda do SPLOC, (v) tipo de definitude do SPLOC e (vi) do sintagma determinado pelo SPLOC, (vii) tipo de preposição que encabeça o SPLOC e (viii) efeito de definitude e de especificidade do SPLOC. As relacionadas aos fatores externos são: (i) tema do inquirido, (ii) gênero e (iii) faixa etária do locutor, (iv) tipo de amostra, (v) número e (vi) origem do inquirido. O valor de aplicação – variante escolhida pelo pesquisador como aplicação da regra – que atua na pesquisa é *presença de locativo*.

Português do Brasil: estudos de tendência e de painel da cidade do Rio de Janeiro

Um dos resultados verificados no estudo de tendência foi o de que o percentual de uso do locativo quase dobrou no período de 20 anos que separam as duas amostras. Na década de 70, a presença de locativo é de 7% (56/811), enquanto em 90, 12% (106/858). Os locativos que apresentam maior frequência de ocorrência são *lá* e *aqui*, respectivamente 47% e 42%. Essas duas formas são justamente as que representam os dois extremos em relação ao locutor e à distância. A alta frequência de *lá* poderia ser justificada pela sua maior imprecisão semântica, como dito anteriormente, o que possibilita a sua inserção em variados contextos. Porém, o *aqui* possui precisão semântica e a mesma justificativa não se aplica. Supõe-se que sua alta frequência se deva ao fato de o *aqui* fazer referência a primeira pessoa do discurso. Como os locativos foram recolhidos de entrevistas e nelas quem fala é o próprio entrevistado, natural que o *aqui* fosse usado por ele. Seguidos aos mais frequentes, verificam-se o *ali* (20/234) e o *ai* (2/234), respectivamente com 8% e 1% de ocorrência.

As amostras de 70 e de 90 foram examinadas separadamente para que fosse possível observar a atuação dos grupos de fatores em cada uma delas. A variável *caracterização semântica do nome contido no SPLOC* foi a primeira selecionada nas duas décadas, o que comprova a relevância desse grupo na atuação do fenômeno estudado. Os fatores *topônimo* – nomes próprios de lugares – e *espaço fechado 1* – locais de residência permanente, como casa, apartamento, ou ocasional, como hotel – são os que apresentam o maior peso relativo (PR) nas duas décadas, respectivamente .66 e .52 em 70, e .59 e .74 em 90. O valor do PR é pertinente porque ele indica quais variáveis, linguísticas ou extralinguísticas, favorecem ou desfavorecem a aplicação da regra (GUY e ZILLES, 2007). No que diz respeito ao *espaço fechado 1*, há um aumento significativo no uso do locativo à esquerda do SPLOC no intervalo de 20 anos que separa as duas amostras, conforme Figura 1. A classificação *espaço fechado 2* refere-se a locais fechados como

cinema, teatro, loja, açougue, hospital, padaria, mercado, igreja e a *espaço de outra natureza* refere-se a termos menos específicos como rua (sem determinação do nome da mesma), chão, lugar, vila, bairro, praia, país, mundo, cidade, campo, parque, quintal, etc.

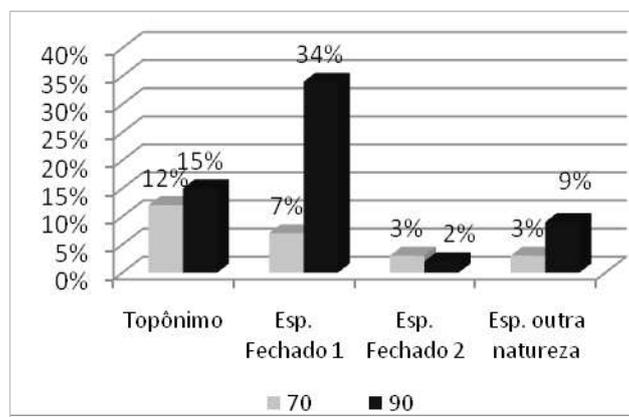


Figura 1: Distribuição do percentual de uso do locativo, de acordo com o tipo de locativo contido no SPLOC, nas décadas de 70 e de 90

(10)

(...) Então, minha mulher morava numa casa de vila na rua Uruguai, LÁ **na Tijuca**. [RJ 071/F3/M/70] – topônimo;

(11)

E agora, você vê, nós tivemos a, de uma família de grande de, de grande nome, vamos dizer assim, porque nós temos o nome, eh, mas financeiramente era um fracasso. Todos nós tivemos que trabalhar muito cedo. E LÁ **em casa** éramos sete. [RJ 373/F3/F/70]– espaço fechado 1;

(12)

a mulher desse meu amigo que mora nos Estados Unidos... ele casou-se mora nos Estados Unidos... eles se... eles se conheceram durante aquela exposição que teve AQUI **no Rio**... [RJ 018/F3/M/90] – topônimo;

(13)

mas fora isso eu viajei muito... mas foi pra Argentina né... eu fiquei oito meses na Argentina porque eu tinha uma tia... aquela... aquela pseudo-portuguesa casou-se com um argentino e foi morar lá... e eu sempre ia... sempre ia L **Ána casa** dela até ela morrer né... [RJ 018/F3/M/90] – espaço fechado 1.

A variável *preposição introdutora do SPLOC* também foi selecionada nas duas décadas, sendo a terceira selecionada em 70 e a quarta em 90. A preposição *em* é a que mais permite o uso do locativo à esquerda, nas duas décadas, conforme Figura 2, inclusive apresentando pe-

os relativos (PRs) próximos, .60 em 70 e .57 em 90. O resultado vai ao encontro da hipótese estabelecida para esse grupo de que *em* e *de* seriam as preposições que possibilitariam o uso do locativo pelo fato de a primeira ser uma preposição essencialmente locativa e de a segunda ser a menos marcada semanticamente e, em muitos casos, poder alternar com *em* (THOMÉ VIEGAS, 2008).

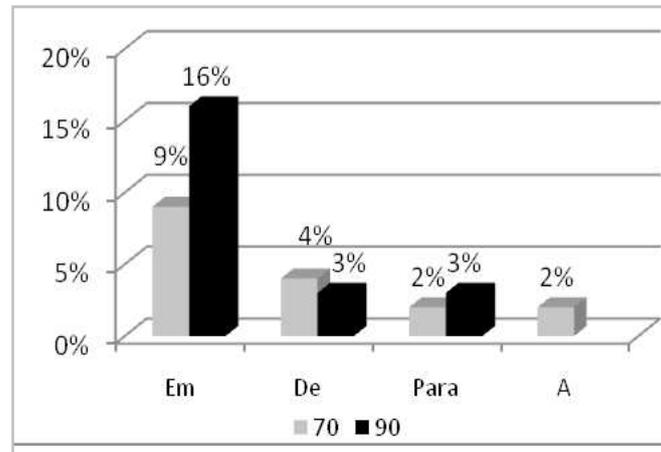


Figura 2: Distribuição do percentual de uso do locativo, de acordo com a preposição introdutora do SPLOC, nas décadas de 70 e de 90

(14)

nós comíamos muito em restaurantes assim de comida a quilo que é mais em conta também né... então restaurante bonzinho limpinho... comi também lá tem muito também restaurantes de comida chinesa **LÁ no Nordeste**... [RJ 019/F2/F/70] – preposição *em*;

(15)

Um amigo, um amigo nosso, que já tinha carro naquela época, que também não era uma coisa muito comum ter carro, ele tinha um chevrolezinho não sei de que ano, trinta e pouco, sei lá, então ele nos trouxe de carro **LÁ da da Tijuca** pro Flamengo [RJ 071/F3/M/70] – preposição *de*;

(16)

uma das moças é professora hoje **LÁ em Madureira**... Teresa Madu... Teresa Madureira... Teresa Madu... Madureira é o nome dela mesmo... é professora de lá... linda de morrer... uma pretinha linda... professora **LÁ de Madureira**... foi uma das... das doze... vai falar mal dela pra mim... vai falar mal de mim pra ela... com... vai falar mal de mim com alguém pra ver o que a Teresa faz... [RJ 018/F3/M/90] – preposições *em* e *de*.

Além das variáveis mencionadas, mais quatro foram indicadas como relevantes: (i) (*in*) *definitude morfológica do SPLOC*, na década de 70, e (ii) *função sintática do SPLOC*, (iii) *tipo de verbo* e (iv) *efeito de definitude e de especificidade do termo contido no SPLOC*, na década de 90.

Em relação à segunda variável selecionada em 70, *(in)definitude morfológica do SPLOC*, a frequência de locativo com *determinante [+definido]* é maior do que com os outros dois fatores, *ausência de marca morfológica* e *determinante [-definido]*, PRs, respectivamente, .59, .40 e .24. Os percentuais distribuem-se conforme Figura 3. O resultado parece indicar que o uso do locativo obedece a uma escala de definitude, que vai de [+definido], passando pela ausência de categoria, chegando ao SPLOC [-definido]. Quanto maior a definitude, maior a probabilidade de uso do locativo; quanto menor a definitude, menor a probabilidade de uso.

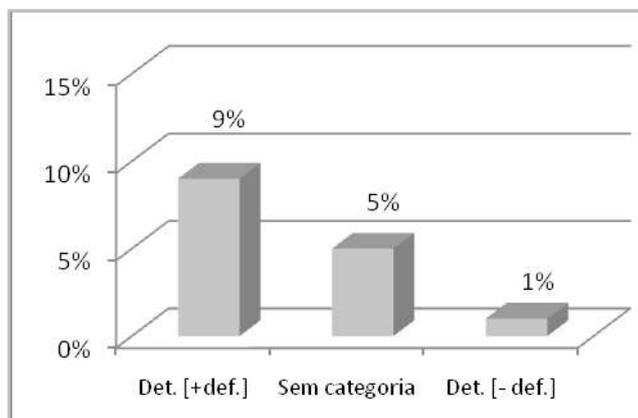


Figura 3: Distribuição do percentual de uso do locativo, de acordo com a (in)definitude morfológica do SPLOC, na década de 70

(17)

Coisa horrível! É um calor incrível! As distâncias enormes, não tem transporte pra... Aquele pessoal todo pedindo carona (...) eu não posso imaginar como eles consigam estudar ALI **naquele lugar**. É inacreditável! [RJ 233/F2/M/70] – SPLOC com determinante [+definido];

(18)

E agora, você vê, nós tivemos a, de uma família de grande de, de grande nome, vamos dizer assim, porque nós temos o nome, eh, mas financeiramente era um fracasso. Todos nós tivemos que trabalhar muito cedo. E LÁ **em casa** éramos sete. Eram, fomos nove e nos criamos sete. [RJ 373/F3/F/70] – ausência de marca morfológica no SPLOC;

(19)

eu pratico... pratico não... corro atrás de uma bola... durante uns noventa minutos e isso nós vamos geralmente com um grupo de colegas... pra fora ou LÁ **pra uma residência** nossa em Petrópolis... onde nós temos um campo... [RJ 052/F2/M/70] – SPLOC com determinante [-definido].

Quanto à *função sintática do SPLOC*, uma das três variáveis selecionadas em 90, a que mais favorece o uso do locativo é a de *adjunto adverbial locativo*, seguida de *adjunto adnomi-*

nal locativo e complemento verbal, PRs .62, .53 e .36, respectivamente. O resultado obtido foi ao encontro da hipótese estabelecida para a análise deste grupo de que SPLOC com função de adjunto favoreceria a presença do locativo pelo fato de sua ligação com outros termos da oração ser “frouxa” em comparação com os complementos, fato comprovado pela variação de ordem, o que possibilitaria a introdução de um elemento à esquerda da preposição. A não ocorrência, nos dados analisados, de SPLOC com função de complemento nominal antecedido de locativo também corrobora a hipótese, pois a ligação entre o nome modificado e o SP modificador seria mais “fixa”. Os percentuais distribuem-se conforme Figura 4.

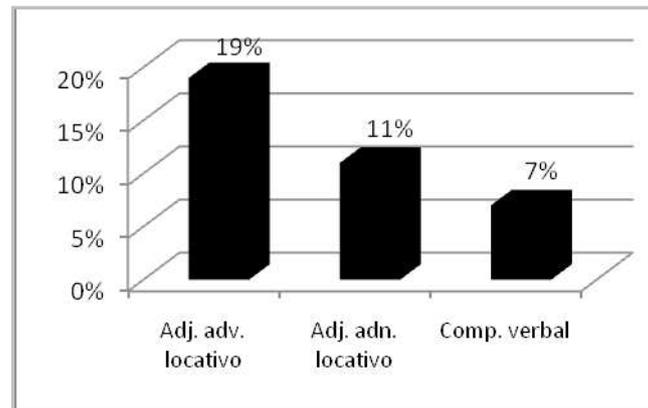


Figura 4: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo com a função sintática do SPLOC, na década de 90

(20)

São Paulo é uma cidade, pelo menos a impressão que eu tenho né, mais esparramada, então, você, eu conheço bastante gente que mora em casa, aqui no Rio de Janeiro não, geralmente o pessoal mora em apartamento. **LÁ em São Paulo** a maioria dos meus amigos mora em casa. [RJ 012/F1/F/90] – adjunto adverbial locativo;

(21)

bem... aí eu me formei em Direito né... e eu sempre odiei aquela ca... aquela carreira... eu tinha horror àquele troço... sabe... negócio de ler Diário Oficial todo dia... e andar no fórum... um calor danado **AQUI no Rio de Janeiro** e a gente de paletó e gravata... suando em bicas... [RJ 018/AC/F3/M] – adjunto adnominal locativo;

(22)

É, porque tem umas (primas) que moram **AQUI em Ipanema**, Leblon, aí de vez em quando eu encontro assim... [RJ 003/AC/F1/F] – complemento verbal.

No que diz respeito a outra variável selecionada em 90, *tipo de verbo*, os verbos *estativos* – verbos existenciais, locativos, epistêmicos, perceptivos, psicológicos e copulativos – e os de *processo culminado* – verbos de tipo causativo ou agentivo – favorecem o uso do locativo à esquerda do SPLOC, com PRs, respectivamente, .63 e .58. Os verbos de *culminação* – verbos

que expressam movimento, aparecimento/desaparecimento em cena e mudança de estado – e de *processo* – verbos meteorológicos, inergativos de atividade física e de movimento–, apresentam, ambos, PR .40 (MIRA MATEUS *et alii*, 2003). Os percentuais de ocorrência estão distribuídos conforme se verifica na Figura 5. O resultado obtido confirma a hipótese estabelecida para o grupo de que os verbos *estativo* e de *processo* seriam favorecedores do uso do locativo por, muitas vezes, exigirem, para complementar a informação dada, de sintagmas locativos (estar em algum lugar, ir a algum lugar, levar alguma coisa a algum lugar).

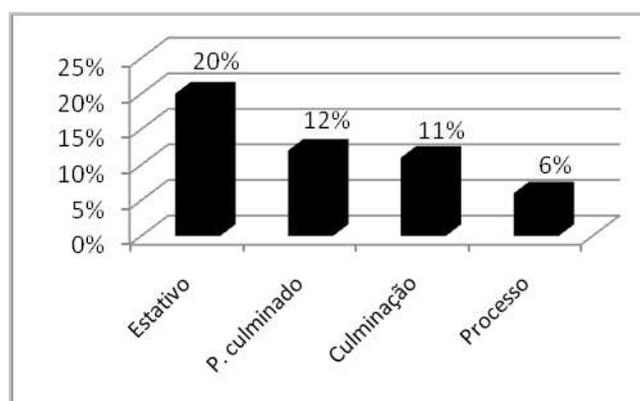


Figura 5: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo com o tipo de verbo, na década de 90

(23)

então esse ano de cinquenta e cinco foi um ano muito significativo pra mim e eu estive lá de cinquenta e cinco a cinquenta e seis... voltei... tive proposta pra *ficar* LÁ na... **universidade**... [RJ 018/F3/M/90] – verbo estativo;

(24)

Depois, eles tiraram isso (Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica) daqui e *colocaram* LÁ em **Pirassununga**, parece. Levaram pra Barbacena, Pirassununga, LÁ pra aquelas áreas (...) [RJ INQ. 028/F3/M/90] – verbo de processo culminado;

(25)

não... semana Santa lá em casa é peixe e o bacalhau... e já não faz dessas comidas que nós... carne por exemplo... Semana Santa não *entra* LÁ em **casa**... só entra peixe... bacalhau... ou camarão. [RJ 014/F2/M/90] – verbo de culminação;

(26)

eu fiquei oito meses na Argentina porque eu tinha uma tia... aquela... aquela pseudo-portuguesa casou-se com um argentino e foi morar lá... e eu sempre ia... sempre *ia* LÁ na **casa** dela até ela morrer né... [RJ 018/F3/M/90] – verbo de processo;

(27)

Eu vou lá para fora, aí você entende porque que que o turista age, da maneira que ele *age* AQUI no Brasil. Você, quando você viaja, você passa a ser turista. Então você começa a fazer coisas que você nunca faria no Brasil. [RJ 012/F1/F/90] – verbo pontual.

A última variável selecionada na década de 90 foi *efeito de definitude e de especificidade do termo contido no SPLOC*. Foi confirmada a hipótese estabelecida para esse grupo, baseada em Lyons (1999), de que termos com maiores definitude e especificidade favoreceriam o uso do locativo à esquerda do SPLOC por possuírem traço de definitude adquirido pelo nome no contexto de ocorrência. O conjunto [+definido][+específico] mostra-se mais significativo, seguido de [-definido][+específico], respectivamente, pesos relativos .53 e .34. Não houve ocorrência do conjunto [-definido][-específico] no SPLOC com locativos à esquerda. O resultado indica que não só a definitude morfológica registrada lexicalmente, como no exemplo (17), mas também a definitude e a especificidade adquiridas no contexto de ocorrência, exemplo (28), são relevantes para o fenômeno.

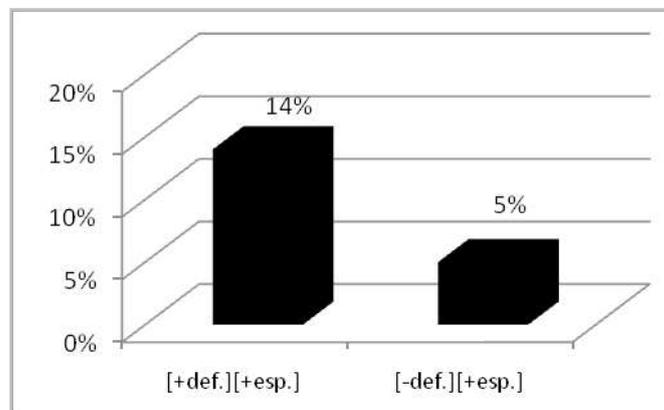


Figura 6: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo com o efeito de definitude e de especificidade do termo contido no SPLOC, na década de 90

(28)

Então os meus primos por parte de pai, são todos muito mais velhos do que eu, eles têm idade, assim, de, eu chamo até de tio, alguns, porque, eu conheço, desde de pequenininha eu, né, pequena e eles já... uma diferença de sei lá, mais de vinte anos... Mas, era mais de vinte anos, é, meus primos têm por aí, quarenta e, seis, entendeu, quarenta e poucos, então, não dava pra eu ficar andando com eles e tal, porque a diferença de idade era muito grande, por parte da minha mãe não, eu até que tenho bastante prima de minha idade, e tem até uma Mônica que mora na Ilha também, mas, sei lá... eu já andei muito com umas primas e tal, mas... a gente foi se desligando, acho que... a cabeça era diferente e tal, não sei o que, aí, hoje em dia só quando eu encontro assim, pela rua, não tem a menor ligação.

[...]

DOC. E... Vem cá, é... mudando um pouquinho. Vamos falar então, como é que foi a sua infância?

LOC. Infância de playground.

DOC. De playground!?

LOC. Não, eu fui... eu fui moleque de rua, mesmo se... Oh! Copacabana, é perigoso, tem gente, o meu namorado é um que, ele é do interior, aí ele que diz, que eu tive infância de playground, que eu não subi em árvore. Realmente, eu não subi em árvore, eu subi em poste, AQUI na **rua**, pô... eu andava de bicicleta na praia, é diferente né, mas... sei lá, eu acho que aproveitei, eu tinha uma turma AQUI na **rua**, a gente saía pra andar de bicicleta, pra tomar sorvete na padaria...

Em relação às variáveis não estruturais, o cruzamento de faixa etária, gênero e tipo de amostra indica que os homens apresentam comportamento estável, em 70, nas três faixas etárias, enquanto, em 90, há um alto uso do locativo na faixa 2, 32%, que decresce na faixa 3, conforme Figura 7. Ao contrário, as mulheres apresentam comportamento semelhante nas duas décadas: em 70, levam consigo o comportamento linguístico da faixa 1 para a 2 e diminuem o uso do locativo na faixa 3; em 90, observa-se o decréscimo do uso do locativo no decorrer das três faixas etárias, conforme Figura 8.

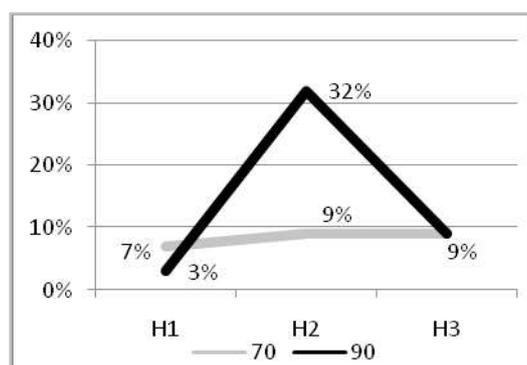


Figura 7: Distribuição do uso do locativo pelos homens, no PB

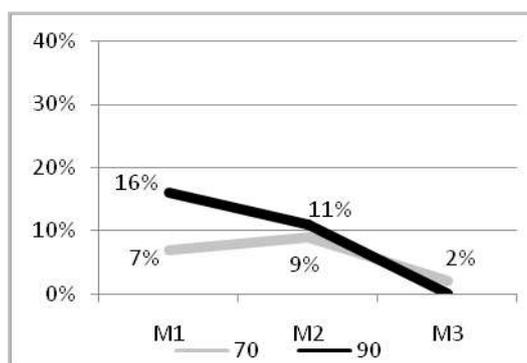


Figura 8: Distribuição do uso do locativo pelas mulheres, no PB

O cruzamento das variáveis faixa etária e década indica que há um padrão curvilíneo característico de variação estável nas duas décadas, 70 e 90. Enquanto, em 70, a distribuição é equilibrada nas três faixas etárias, em 90, a diferença é acentuada entre a faixa etária 3 e as outras duas faixas, como é possível observar na Figura 9.

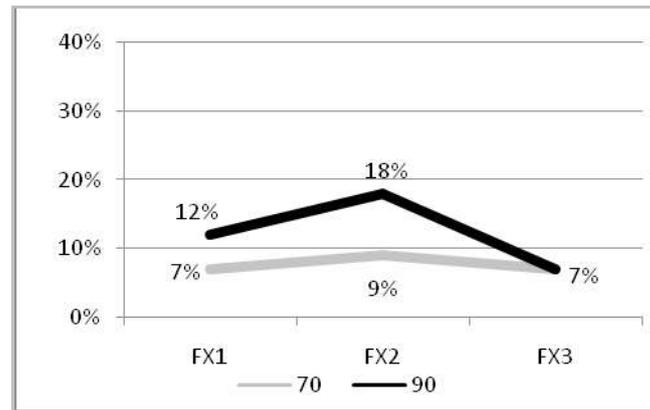


Figura 9: Distribuição de uso do locativo por faixa etária e década, no PB

No estudo de painel, foram comparados os comportamentos de um mesmo indivíduo em dois momentos discretos de tempo, década de 70 e década de 90, com o objetivo de verificar se e como mudam. Do total de onze informantes, apenas o 052 e o 347 aumentam o uso do locativo de forma expressiva: o primeiro passa de 11% a 36%; e o segundo, de 1% a 10%. De maneira geral, há ou acréscimo ou decréscimo nos valores percentuais de uso do locativo de uma sincronia para outra, a depender do indivíduo.

Frequência de uso do locativo no estudo de painel				
Faixas etárias	Gêneros	Informantes	Déc. 70	Déc. 90
1	F	133	5%	5%
		011	9%	5%
	M	096	11%	7%
		164	3%	-
2	F	002	6%	11%
		140	11%	15%
	M	052	11%	36%
		233	9%	7%
3	F	373	7%	7%
		347	1%	10%
	M	071	9%	8%

Tabela 3: Frequência de uso do locativo por informante, no PB

Português europeu: um *corpus* de controle

Foram recolhidos dados de fala da cidade de Lisboa para serem confrontados com os de fala da cidade do Rio de Janeiro. Apesar do número reduzido de ocorrências, os dados do PE também foram submetidos a um tratamento estatístico, nos moldes da amostra do PB: (i) verificação das mesmas variáveis, (ii) repetição do mesmo percurso e (iii) utilização da ferramenta Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE e SMITH, 2005). Contudo, uma vez que a amostra do PE é incompleta, como se verifica nas Tabelas 4 e 5, não foi possível executar um estudo de painel.

Estudo de tendência				
Faixas etárias	Déc. 70		Déc. 90	
	M	F	M	F
1	001	003	005	007
	002	004	006	008
2	001	003	005	007
	002	004	006	008
3	001	003	005	-
	002	004	-	-

Tabela 4: Distribuição das amostras das décadas de 70 e de 90, no PE

Estudo de painel				
Faixas etárias	Déc. 70		Recontato	
	M	F	M	F
1	001	003	-	-
	002	004	-	-
2	001	003	009 (RE 70-001)	-
	002	004	-	-
3	001	003	009 (RE 70-001)	011 (RE 70-003)
	002	004	-	-

Tabela 5: Distribuição das amostras da década de 70 e de Recontato, no PE

Em uma primeira etapa, foram observados os resultados das duas décadas em conjunto e nenhum grupo foi selecionado. Dessa forma, foram tomadas duas decisões: (i) a de comparar os resultados do PE com os do PB, apenas em termos percentuais, e (ii) a de observar o comportamento do PE em relação às variáveis selecionadas no PB.

Os resultados apontam que as formas *lá* e *aqui* ocorrem nas duas décadas. Em 70, *lá* apresenta percentual de 50% (5/10) e *aqui* de 30% (3/10) ao passo que, em 90, *lá* apresenta 67% (4/6) e *aqui* 16% (1/6). As formas *cá* e *ali* ocorrem somente em uma das duas décadas: *cá* em 70, com percentual de 20% (2/10), e *ali* em 90, com percentual de 16% (1/6). Na Tabela 6 verifica-se a comparação entre PB e PE.

Forma locativa				
Locativos	PE		PB	
	Déc. 70	Déc. 90	Déc. 70	Déc. 90
<i>lá</i>	50%	67%	32%	56%
<i>aqui</i>	30%	16%	57%	39%
<i>ali</i>	-	16%	11%	6%
<i>cá</i>	20%	-	-	-

Tabela 6: Distribuição do percentual de uso do locativo no PB e no PE, nas décadas de 70 e de 90

Em relação à variável *caracterização semântica do nome contido no SPLOC* no PE, em 70, o locativo ocorre preferencialmente à esquerda de SPLOCs quando está relacionado a *espaço fechado 1*, com uma frequência de 36%. Em 90, nesse contexto, não se registrou qualquer ocorrência. Na mesma variedade, o fator *espaço de outra natureza* se destaca com percentual de 15%. A hipótese desse grupo de que os topônimos contribuiriam para a presença do locativo à esquerda do SPLOC por, em muitos casos, possuírem elementos definidos, não se confirma no PE.

Caracterização do nome contido no SPLOC				
Caracterizações	PE		PB	
	Déc. 70	Déc.90	Déc. 70	Déc. 90
topônimo	8%	7%	12%	15%
esp. fechado 1	36%	-	7%	34%
esp. fechado 2	-	-	3%	2%
esp.outra natureza	6%	15%	3%	9%
locativo abstrato	11%	-	-	-

Tabela 7: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo com a caracterização do nome contido no SPLOC no PE e no PB, nas décadas de 70 e de 90

A hipótese para o grupo *preposição introdutora do SPLOC* era a de que a preposição *em* favoreceria o uso de locativo, pelo fato de ser a preposição locativa prototípica; contudo, no PE, essa hipótese foi confirmada apenas na década de 90, quando *em* apresenta uma frequência de 10%. Em 70, a preposição que mais favorece o uso do locativo na posição estudada é *para*, com frequência de 33%. Ainda em relação ao PE, não há ocorrência de locativo à esquerda de SP introduzido por *de*, ao passo que, no PB, verificam-se cinco casos em 70 e três casos em 90. Esperava-se que, na variedade europeia, a preposição *a* fosse a preferida dos locutores, contudo verifica-se que *em* ocupa essa posição: 40 ocorrências *versus* 113 ocorrências, respectivamente.

Preposição introdutora do SPLOC				
Preposições	PE		PB	
	Déc. 70	Déc. 90	Déc. 70	Déc. 90
em	8%	10%	9%	16%
de	-	-	4%	3%
para	33%	8%	2%	3%
a	7%	4%	2%	-

Tabela 8: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo com a preposição introdutora do SPLOC no PE e no PB, nas décadas de 70 e de 90

Na década de 70, a frequência de ocorrência de locativo é maior quando a marca morfológica está ausente, 20%, ao passo que, na década de 90, a frequência de ocorrência é maior quando a marca morfológica é [-definida], 14%, como se verifica na Tabela 9. A hipótese estabelecida para a verificação dessa variável – elemento morfológico definido no SPLOC favoreceria o uso do locativo à esquerda – não se confirma nessa variedade.

(In)definitude morfológica do SPLOC				
Graus de definitude	PE		PB	
	Déc. 70	Déc. 90	Déc. 70	Déc. 90
determinante [+definido]	7%	6%	9%	11%
sem categoria alguma	20%	4%	5%	18%
determinante [-definido]	-	14%	1%	-

Tabela 9: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo com a (in)definitude do SPLOC, no PE e no PB, nas décadas de 70 e de 90

Quanto aos resultados da variável *função sintática do SPLOC*, no PE, as funções de adjunto adverbial, em 70, e de adnominal locativo, em 90, são mais frequentes, respectivamente, 12% e 9%. Os resultados das duas épocas estão de acordo com a hipótese estabelecida para essa variável de que a presença de locativo seria favorecida quando o SPLOC desempenhasse a função de adjunto adverbial, por possuir uma ligação mais “frouxa” com a sentença, se comparada à dos complementos.

Função sintática do SPLOC				
Funções sintáticas	PE		PB	
	Déc. 70	Déc. 90	Déc. 70	Déc. 90
adj. adverbial locativo	12%	4%	10%	19%
adj. adnominal locativo	9%	9%	6%	11%
complemento verbal	8%	5%	5%	7%

Tabela 10: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo com a função sintática do SPLOC no PE e no PB, nas décadas de 70 e de 90

A maior frequência de locativo ocorre com os verbos de culminação e de processo, respectivamente, 14% e 13%, na década de 70. Na década de 90, contudo, o locativo só ocorre à esquerda do SPLOC com os verbos estativo e de processo, respectivamente, 7% e 5%. O verbo estativo também se mostra relevante para o fenômeno na década de 90, em PB, com frequência de 20%. A hipótese formulada para a variável *tipo de verbo* era a de que os tipos de verbo estativo e de processo favoreceriam o uso do locativo por, muitas vezes, precisarem complementar a informação dada com circunstanciais locativos. Na variedade europeia, a hipótese confirmou-se em parte.

Tipo de verbo				
Verbos	PE		PB	
	Déc. 70	Déc. 90	Déc. 70	Déc. 90
estativo	8%	7%	10%	20%
de processo culminado	-	-	-	12%
de culminação	14%	-	6%	11%
de processo	13%	5%	6%	6%
pontual	-	-	-	5%

Tabela 11: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo com o tipo de verbo no PE e no PB, nas décadas de 70 e de 90

Ainda em relação ao PE, verifica-se a ocorrência de locativo apenas quando o termo contido no SPLOC é [+definido][+específico], com frequências de 12% e 8%, nas décadas de 70 e 90, nessa ordem. Além desses casos, verifica-se a ocorrência de locativo à esquerda de SPLOCs com termo [-definido][+específico], ao contrário do observado no PB, conforme Tabela 12. Nas duas variedades da língua portuguesa, não foi verificada a ocorrência do locativo em contexto [-definido][-específico]. O resultado confirmaria a hipótese estabelecida para a variável *efeito de definitude e de especificidade do termo contido no SPLOC* de que o traço de definitude, adquirido no contexto de ocorrência, também seria relevante para o fenômeno.

Efeito de definitude e de especificidade do termo contido no SPLOC

Graus de definitude e de especificidade	PE		PB	
	Déc. 70	Déc. 90	Déc. 70	Déc. 90
[+definido] [+específico]	12%	8%	8%	14%
[-definido] [+específico]	-	-	3%	5%

Tabela 12: Distribuição do percentual de uso do locativo de acordo como efeito de definitude e de especificidade do termo contido no SPLOC no PE e no PB, nas décadas de 70 e de 90

Em relação às variáveis não estruturais no PE, o cruzamento entre faixa etária, gênero e tipo de amostra indica que os homens lisboetas apresentam comportamento estável, em 70; contudo, em 90, há uma variação estável, com ápice na faixa 3, na qual se verifica frequência de uso do locativo de 33%, conforme Figura 10. Já o comportamento das mulheres apresenta curva de mudança em tempo aparente, com retração de uso nas jovens, em 70, ao passo que, em 90, o uso do locativo está restrito à faixa etária 2, com frequência de ocorrência de apenas 3%. De todo modo, há retração de uso nas três faixas etárias, pois se verifica diminuição do mesmo, chegando ao não uso em mulheres das faixas 1 e 3, conforme Figura 11.

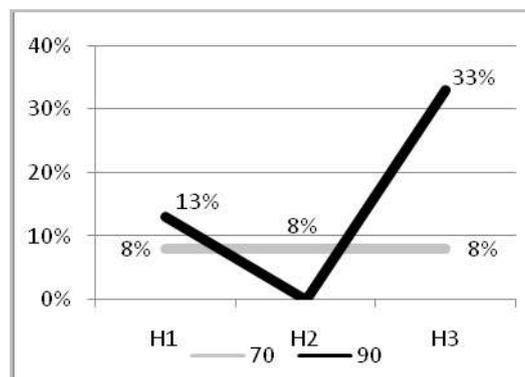


Figura 10: Distribuição do uso do locativo pelos homens, no PE

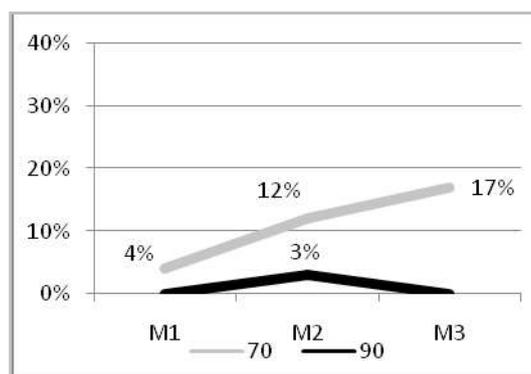


Figura 11: Distribuição do uso do locativo pelas mulheres, no PE

A distribuição das faixas etárias pelas décadas aponta que, em 70, o uso do locativo à esquerda do SPLOC vai no sentido de retração de uso: os mais velhos usando mais e, os jovens, menos. Em 90, parece haver uma variação estável: implementação maior nos mais velhos, diminuição nos adultos, e aumento nos mais jovens, como se verifica na Figura 12.

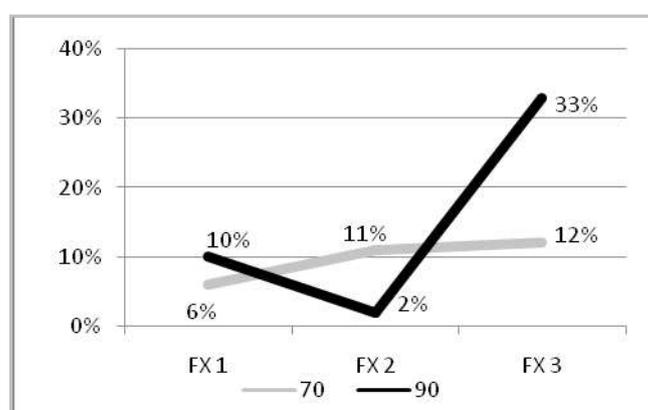


Figura 12: Distribuição de uso do locativo por faixa etária e década, no PE

Conclusões

Em relação ao PB, o estudo de tendência apontou que o uso do locativo é um fenômeno que não apresenta estigma e de que o falante nem sequer se dá conta. A inserção do locativo é variável e tem a função de localizar e reforçar espacialmente o sintagma preposicional locativo.

Por meio do programa computacional Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE E SMITH, 2005), foi possível definir com mais rigor as variáveis estruturais e não estruturais que teriam relação com o uso do locativo à esquerda, tanto na década de 70, quanto na década de 90. O uso do locativo nessas décadas parece estar relacionado às variáveis *caracterização semântica do nome contido no SPLOC*, destaques para os fatores *topônimo*, em 70, e *espaço fechado 1*, em 90, e *preposição introdutora do SPLOC*, preferencialmente *em*, nos dois períodos temporais.

Na década de 70, a variável *(in)definitude morfológica do SPLOC* também é selecionada e a presença de determinante [+definido] é relevante na atuação do fenômeno. Na década

de 90, mostram-se ainda atuantes as variáveis (i) *função sintática do SPLOC*, com o locativo sendo inserido quando o sintagma exerce função de adjunto adverbial, (ii) *tipo de verbo*, preferencialmente, o tipo estativo e (iii) *efeito de definitude e de especificidade do termo contido no SPLOC*, com maior frequência nos casos de sintagma com traços [+definido][+específico]. O fato de atuar um número maior de condicionamentos, na década de 90, parece indicar que de uma década para a outra houve uma ampliação no uso do locativo à esquerda.

Retomando as hipóteses iniciais, pode-se afirmar que o resultado da análise dos dados de 70, em relação à variável *caracterização semântica do nome contido no SPLOC*, vai ao encontro da hipótese de que os topônimos, por poderem ser entendidos como nomes únicos e receberem artigo definido (LYONS, 1999), seriam favorecedores de um localizador à esquerda do SPLOC.

O fato de os resultados, nas duas décadas, terem comprovado que a preposição *em* é a que introduz preferencialmente o sintagma preposicional locativo confirma a hipótese de que essa preposição licenciaria o uso do locativo à esquerda por ser a preposição locativa prototípica. Da mesma forma, em 70, a seleção da variável *(in)definitude morfológica do SPLOC* com maior peso para o fator determinante [+definido] confirma a hipótese central da pesquisa, desenvolvida com base na proposta de Avelar (2006) e sustentada pela Teoria de Princípios e Parâmetros de Chomsky (1995, 2000 e 2001), de que o elemento [+definido] favoreceria o uso do locativo à esquerda do SPLOC.

Na década de 90, outra variável que se mostrou relevante foi *função sintática do SPLOC*, uma vez que o locativo à esquerda é mais frequente quando o SPLOC apresenta funções de adjunto adverbial e de adnominal. A hipótese para a verificação desse grupo de que SPLOC com função de adjunto favoreceria a inserção do locativo pelo fato de sua ligação com outros termos da sentença ser mais “frouxa”, em comparação com os complementos, confirmou-se. Quanto à hipótese de que os verbos estativo e de processo seriam favorecedores do uso do locativo por, muitas vezes, solicitarem SPLOCs como argumentos foi confirmada parcialmente, pois foram selecionados como relevantes para o fenômeno os fatores verbo estativo e verbo de processo culminado. Ainda em 90, a seleção da variável *efeito de definitude e de especificidade do termo contido no SPLOC*, com maior relevância para o fator [+definido][+específico], confirma a hipótese de que termos com maiores definitude e especificidade favoreceriam o uso do locativo à esquerda do SPLOC por possuírem traço de definitude adquirido pelo nome no contexto de ocorrência.

A seleção das variáveis *caracterização semântica do nome contido no SPLOC*, *(in)definitude morfológica do SPLOC* e *tipo de preposição introdutora do SPLOC* indica haver, na década de 70, um tipo de SPLOC favorecedor do uso do locativo, resultando em uma construção locativa: locativo + [preposição *em* + determinante definido + topônimo].

Os dados mostram que, ao contrário do esperado, é possível haver SPLOC introduzido

pela preposição *a* e antecedido por locativo. Do mesmo modo, foram registrados casos de locativo à esquerda de SPLOC sem categoria morfológica. Esses resultados evidenciam que, além da definitude morfológica, definitude e especificidade adquiridas no contexto de ocorrência são relevantes para o fenômeno.

Ainda em relação ao PB, quanto às variáveis não estruturais, verificou-se, com o estabelecimento de uma variável compósita – faixa etária, gênero e tipo de amostra, que existe uma distribuição diversa nas duas décadas, por faixa etária e gênero. O estudo da comunidade aponta também haver uma tendência, de uma época para outra, de ampliação do uso do locativo.

A tentativa de enquadrar os resultados obtidos quanto ao estudo de tendência e de painel à proposta de Labov (1994, p. 83) aponta duas interpretações possíveis: (i) a de a comunidade ser *instável* e o indivíduo ser *estável* e (ii) a de a comunidade e o indivíduo serem ambos *estáveis*, já que as diferenças percentuais entre a taxa de uso nas duas décadas é de apenas 5%.

O confronto entre as variedades brasileira e europeia não permitiu tirar conclusões seguras, mas parece apontar para um comportamento ora semelhante, ora diverso das duas variedades.

O confronto entre as Figuras 7 e 10 aponta que, na década de 70, os homens são estáveis nas duas variedades da língua. Na década de 90, observa-se um percentual de 33% na faixa 3 do PE, enquanto, no PB, observa-se um percentual de 32% na faixa 2. Já as mulheres apresentam curva de variação estável em 70, no PB, ao passo que, no PE, esse mesmo tipo de curva é observado em 90, conforme, respectivamente, Figuras 8 e 11. Nessa variedade e década, a frequência de uso é de apenas 3% ou inexistente, com as ocorrências restringindo-se à faixa intermediária. Na década de 70, no PE, a curva é indicativa de mudança.

A comparação entre as Figuras 9 e 12 mostra que a curva, de variação estável, é semelhante, na década de 70, nas faixas 1 e 2, de PB e PE. Somente na faixa 3 observa-se uma diferença de 8% na taxa de uso, entre as variedades. Na década de 90, a imagem é especular: enquanto, no PB, o maior percentual de uso ocorre na faixa 2, 18%, no PE, a mesma faixa apresenta menor percentual de uso: 2%. No PB, o uso do locativo decresce 11% da faixa 2 para 3, enquanto, no PE, o percentual de uso varia de 2% para 33% nas mesmas faixas etárias.

Para concluir, é importante lembrar que se está diante de um uso pouco frequente que ocorre nas duas variedades da língua portuguesa, a brasileira e a europeia, e restrita, praticamente, à língua falada.

Referências

AVELAR, J. *Adjuntos Adnominais Preposicionados no Português Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2006. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2006.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CÂMARA JÚNIOR, J. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge; MA: The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (eds.). *Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge; MA: The MIT Press, 2000, p. 89-155.

CHOMSKY, N. Derivation by phrase. In: KENSTOWICZ, M. *Ken Hale: A life in language*. Cambridge; MA: The MIT Press, 2001, p. 1-52.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change – Volume 1: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell, 1994, p. 9-112.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change – Social Factors*. Cambridge: Blackwell, 2001, p. 261-384.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: University Press, 1999, p. 1-198.

MARTELOTTA, M. e LEITÃO, M. A posição de advérbios qualitativos, intensificadores e locativos em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, T. (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 127-153.

MELO, E.; OLIVEIRA, M. Ordenação dos locativos aqui e ali. Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Rio de Janeiro, Série VII, n. 11, 2003. Disponível em < <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno11-16.html> >. Acesso em 10 de setembro de 2018.

DUARTE, I.; BRITO, A. M. Predicação e classes de predicadores verbais. In: MIRA MATEUS, M. H. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 179-203.

MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MOURA NEVES, M. H. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000, p.231-331.

MOURA NEVES, M. H. Os advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo). In: ILARI, R.(org.).*Gramática do português falado – 4ª ed. rev.* Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p.249-285.

PAIVA, M. da C. A ordem não marcada dos circunstanciais locativos. In: LINS, M.; YACOVENKO, L. (orgs.). *Caminhos em Linguística*. Vitória: NUPLES/DLLUFES, 2002, p.16-34.

PAIVA, M. da C. Proformas adverbiais e encadeamento dêitico. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.).*Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*.Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 133-143.

PAIVA, M. da C. Ordem não marcada de circunstanciais locativos e temporais. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. (orgs.).*Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 254-264.

PAIVA, M. da C.; BRAGA, M. L. Dêixis locativa e categorias cognitivas. Comunicação apresentada no 5º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (GEL), USP, 2002.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 41ª ed. Rio de Janeiro:José Olympio, 2001.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH E. *Goldvarb X-A multivariate analysis application for Macintosh and Windows*. 2005. In: < <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html> >. Acesso em 10 de setembro de 2018.

SANTOS, L.; OLIVEIRA, M. Ordenação dos advérbios *aíe lá*. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF), VIII, 2004, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 11-15.

SANTOS, A.; CAMPOS, V; CALLOU, D. A variação das preposições *de* e *em* na linguagem escrita jornalística: uma abordagem variacionista. Comunicação apresentada na XXVII Jornada de Iniciação Científica. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006a.

SANTOS, A.; CAMPOS, V.; CALLOU, D. A variação *de/em* na fala e na escrita: confronto entre PB/PE. Comunicação apresentada no 54º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), 2006b.

THOMÉ, E. *A funcionalidade da preposição DE em corpus do século XIX*. Trabalho de Mestrado. Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006a.

THOMÉ, E. *Preposições DE e EM: variação nas línguas escrita e falada nos séculos XIX e XX*. Trabalho de Mestrado. Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006b.

THOMÉ VIEGAS, E. Preposições de, em, com e para em adjuntos adnominais: uma análise variacionista. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

THOMÉ VIEGAS, E. Formas locativas antepostas ao sintagma preposicional locativo: análise da fala culta carioca. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

THOMÉ, E.; ANDRADE, P.; CALLOU, D. Sobre o uso da preposição DE e EM no português brasileiro: uma abordagem variacionista. In: SANTOS, D. (org.). *Inicia - Revista da Graduação em Letras da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, nº 3, 2005, p. 161-168.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. [Tradução de Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola, 2006. Título original: *Empirical foundations for a theory of language change*. In.: *Directions for historical linguistics: A symposium*. Austin: University of Texas, 1968, p. 95-199. www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/ www.lettras.ufrj.br/varport

Sobre Dinah Callou — *Elaine Marques Thomé Viegas*²

2 Mais difícil do que pesquisar, apresentar trabalhos, elaborar artigos, dissertação e tese e fazer pós-doutorado é tentar escrever algo sobre minha relação com Dinah. Compartilhamos sentimentos e emoções por mais de dez anos. Permanecem, acima de tudo, o carinho, o respeito, a admiração e a gratidão, para sempre. Tê-la como professora na universidade e, posteriormente, como “mãe acadêmica” é um presente para mim.



**USO(S) DE CONECTORES:
UMA ABORDAGEM FUNCIONAL-DISCURSIVA
USE OF CONNECTORS:
A FUNCTIONAL-DISCURSIVE APPROACH**

Violeta Virgínia Rodrigues¹

Resumo

Neste artigo, adotando a proposta funcionalista, parto da premissa de que as orações subordinadas adverbiais são casos de hipotaxe e não de subordinação. Considero, ainda, que tais estruturas são introduzidas por conectores. Abordarei apenas as hipotáticas comparativas, condicionais, concessivas, modais, consecutivas, finais e alguns de seus introdutores. Justifico tal opção por terem sido estas estruturas objeto de pesquisa de trabalhos desenvolvidos por mim, ou de que participei ou, ainda, que orientei no mestrado ou doutorado, cujos resultados me permitem traçar um panorama acerca do quadro de conectores mais prototípicos em uso no Português em cada uma delas. Por isso, os *corpora* são assistemáticos bem como o tratamento dos dados em que me pauto. Minha hipótese é a de que os conectores mais frequentes são os mais prototípicos, conforme já postulou Taylor (1992), e de que as inovações de uso atendem às necessidades informativas/interacionais do falante/escrevente. Os resultados demonstram que as inovações de uso constituem, na verdade, empregos de conectores já existentes na língua e que estão se comportando de forma diferente no cotexto e contexto em que se manifestam (cf. DAHLET, 2006), ratificando a influência da gramaticalização na formação e explicação/compreensão do quadro dos conectores do Português e sua polifuncionalidade (cf. CALLOU *et alii*, 1996; BARRETO, 1999; RODRIGUES, 1999).

Palavras-chave: Hipotaxe adverbial; Conectores; Prototipia; Frequência.

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: violetarodrigues@uol.com.br.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

In this study, based on the functionalist proposal, I consider that adverbial subordinate clauses are not cases of subordination, but they are cases of hypotaxis. Moreover, I consider that such structures are introduced by connectors. I will focus only on comparison, condition, contrast, manner, result and purpose clauses along with some of their introducing elements. This option maybe justified by the fact that such structures have been analyzed on studies accomplished by me or in which I participated or which I supervised. The results of these studies allow me to trace an overview of the most prototypical connectors in Brazilian Portuguese use. Thus, the *corpora* considered on the present analysis are asymmetric and so is the treatment of the data used. My hypothesis is that the most frequent connectors are also the most prototypical ones, as postulated by Taylor (1992). Besides, use innovations accomplish informational or interaction necessities of speakers/writers. The results show that use innovations actually constitute uses of existing connectors which behave in a different way depending on the context and cotext in which they appear (cf. DAHLET, 2006). This verification confirms the influence of grammaticalization for the explanation/understanding of Brazilian Portuguese connectors and their polyfunctionality (cf. CALLOU *et alii*, 1996; BARRETO, 1999; RODRIGUES, 1999).

Keywords: Adverbial hypotaxis; Connectors; Prototype; Frequency.

Primeiras palavras

Começo meu texto revisitando/ressignificando minhas memórias pessoais que não podem ser dissociadas das memórias acadêmicas. Conheci a Professora Dinah Callou, na disciplina *Português III – Fonética e Fonologia Sincrônica do Português* – em 1987, como aluna do curso de Graduação em Português-Literaturas. Um pouco mais tarde, por indicação de duas colegas de curso, que já eram suas bolsistas, comecei um período de Iniciação à Pesquisa com ela, ingressando no *Projeto da Norma Urbana Culta*– NURC / RJ, em que trabalhei com sândi externo e com as vogais postônicas na Fala Culta do Rio de Janeiro.

Um pouco mais tarde ainda, já na década de 90, agora como aluna de Especialização e bolsista de Aperfeiçoamento no Projeto NURC / RJ, ainda sob orientação da Professora Dinah Callou, numa interface fonética/sintaxe, comecei a estudar as construções de tópico e adjuntos. Nessa fase também já estava em desenvolvimento uma investigação sobre preenchimento de fronteira de constituintes, na qual fui inserida, no âmbito de um outro projeto–*Projeto da Gramática do Português Falado*–, que contribui muito para o entendimento de meu percurso acadêmico e interesse pelas adverbiais e seus conectores.

Minha vontade de estudar mais sistematicamente as cláusulas hipotáticas² e seus introduutores teve por motivação um dos trabalhos mais marcantes de que participei no âmbito do Projeto NURC integrado com o *Projeto da Gramática do Português Falado*, que foi o estudo do-

2 Na perspectiva funcionalista, cláusulas hipotáticas são aquelas que se combinam umas com as outras, contribuindo para a indicação de circunstâncias como tempo, modo, lugar etc. e, ainda, para realçar o conteúdo anteriormente expresso em forma de adendo, comentário etc. Normalmente, são associadas às adverbiais e às relativas apositivas.

Preenchimento em fronteira de constituintes: orações subordinadas (cf. CALLOU *et alii*, 1996). Este trabalho juntamente com um outro publicado em 1999, intitulado *O uso das conjunções subordinativas na língua escrita padrão*, elaborado numa das disciplinas cursadas em 1997 no meu Doutorado, servirão de base para o que apresentarei agora.

Assim, pretendo, neste artigo, resgatar os resultados de Callou *et alii* (1996) para compará-los com os de Rodrigues (1999), a fim de contrastar os usos dos conectores das cláusulas hipotáticas adverbiais em diferentes trabalhos (RODRIGUES, 2001; 2013 – comparativas; THOMPSON, 2013 – item *tipo*; TOTA, 2013 – item *igual*; FERREIRA, 2007 – condicionais; FERREIRA, 2008 – conector *quando*; RELVAS, 2013 – conector *quando*; ROSÁRIO, 2012 – concessivas; SILVA, 2007, 2011 – modais; SANTOS, 2009 – consecutivas; SILVESTRE, 2017 – finais e MARCHON, 2017 – hipotaxe adverbial) e *corpora* também diversos – NURC, Varport, D&G, *Jornal do Brasil*, *Jornal O Globo*, *corpus* roteiro de cinema (disponível no site www.roteirodecinema.com.br), ALERJ (disponível no site www.alerj.rj.gov.br), *Jornal Folha de São Paulo*.

A análise será qualitativa e os resultados servirão para elucidar os comentários que se pretende fazer. Do ponto de vista teórico, a descrição se filia à proposta funcionalista, já que prima pela análise de dados efetivamente produzidos por falantes/escreventes em interação, seja na modalidade falada ou escrita.

Inicialmente, apresentarei as bases teóricas que sustentarão a análise e, em sequência, mostrarei os resultados de Callou *et alii* (1996) e Rodrigues (1999). Depois, utilizarei os resultados dos diversos trabalhos sobre articulação de orações e/ou sobre usos de conectores desenvolvidos no âmbito dos Projetos *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas* (2008 a 2013); *Cláusulas hipotáticas: uso(s) de articuladores* (2013 a 2016); *Cláusulas hipotáticas: interface sintaxe & prosódia* (2016 até o presente momento), na Faculdade de Letras da UFRJ e anteriormente listados. Após a apresentação de alguns dos resultados de tais estudos, pretendo comprovar a hipótese de que os conectores prototípicos de cada relação semântica continuam sendo os mais frequentes em termos de uso e atestar, mais uma vez, a polifuncionalidade dos introdutores das orações.

Aparato teórico

Com base na premissa funcionalista de que a língua não é autônoma e de que o uso ajuda a definir a sua estrutura, ratifico a ideia de que os conectores passaram e continuam passando por processos de gramaticalização.

A gramaticalização envolve quatro níveis: (i) o nível cognitivo – caracterizado pela tendência à utilização de elementos do mundo concreto para representar o mundo abstrato; (ii) o nível pragmático – resultante da intenção genérica do falante de facilitar a compreensão do

ouvinte, a partir da utilização de conceitos mais concretos e mais conhecidos para expressar novas ideias na interação; (iii) o nível semântico – referente ao conhecimento, por parte dos interlocutores, dos significados originais das palavras envolvidas, para que o novo sentido possa ser, realmente, apreendido pelo ouvinte; (iv) o nível sintático – relativo à ocorrência da gramaticalização em contextos que a estimulam, o que significa não só existirem aspectos sintáticos que propiciam a gramaticalização, mas também serem esses aspectos os responsáveis pelo fato de a mudança tomar efetivamente este e não aquele caminho.

A gramaticalização é um processo de mudança que ocorre continuamente na história da maioria dos conectores da Língua Portuguesa. Por pressão pragmático-discursiva, ou, de acordo com as necessidades do falante em situações reais de comunicação, itens conjuncionais deixam de ser empregados, são substituídos por outros, assumem outros ou novos valores semânticos. Portanto, a maior parte dos conectores portugueses vem se gramaticalizando.

Segundo Barreto (1999, p. 292), no que se refere aos usos dos conectores,

pode-se afirmar não haver uma separação nítida entre conjunções coordenativas e subordinativas, mas um contínuo que vai da coordenação à subordinação por excelência, havendo, em cada grupo de conjunções, os protótipos, isto é, as que preenchem as características básicas de cada grupo.

Decat (2001) assinala a possibilidade de ocorrer um *esvaziamento semântico* de algumas conjunções ou locuções conjuntivas e que esse esvaziamento pode ser observado não só na língua oral, em que é mais comum, mas também na língua escrita. Segundo ela, existe possibilidade de diferentes inferências entre as cláusulas iniciadas por um único tipo de conector. O que importa é o tipo de proposição relacional que emerge da articulação de cláusulas e não a marca lexical dessa relação. O conector restringe-se à função de estabelecer um elo entre duas porções textuais ou entre unidades informacionais, não podendo ser visto como o responsável por caracterizar sozinho a relação entre as orações.

Camara Jr. (1985, p. 81) já ressaltava que “a polissemia é um fenômeno geral das conjunções subordinativas, cuja idéia de subordinação depende essencialmente do contexto”.

Assim, tomando-se por base a perspectiva funcionalista, pode-se entender melhor o(s) uso(s) dos conectores, pois, segundo essa perspectiva, tal(is) uso(s) é(são) visto(s) como um meio de *suprir* determinadas necessidades dentro da estrutura da língua, como, por exemplo, uma maior variedade de conectores para expressar relação entre itens ou cláusulas em diferentes contextos comunicativos. Com o objetivo de preencher determinados vazios, o falante utiliza-se de *velhas* estruturas para estabelecer uma nova função dentro da língua, caracterizando o processo de gramaticalização, já elucidado.

O começo da história

Callou *et alii* (1996) compararam o comportamento das orações subordinadas completivas nominais ao das adverbiais no que se refere ao preenchimento em fronteiras de constituintes, utilizando o mesmo *corpus* de Tarallo *et alii* (1990).

Um dos aspectos observados pelos autores foi o uso do conector num *corpus* constituído por 159 orações subordinadas adverbiais. Destaco desta análise alguns resultados: (1) o fato de os advérbios sempre introduzirem as reduzidas; (2) as conjunções/locuções conjuntivas, as desenvolvidas e as preposições/locuções prepositivas, as reduzidas; (3) a ordem mais frequente em que as orações aparecem ser a canônica – principal + subordinada. Embora não se tenha como precisar, neste estudo, o conector introdutor de cada estrutura, há como se explicitar as relações semânticas mais frequentes: tempo – 39 sentenças, causa – 38, condição – 29, finalidade – 24, concessão – 10, modo – 05, conformidade – 05, consecução – 04, comparação – 03, proporção – 02.

Rodrigues (1999) comparou o uso dos conectores na linguagem jornalística com o quadro de conjunções apresentado pelas gramáticas de Língua Portuguesa, com a intenção de detectar (i) se houve alterações no quadro das *conjunções* adverbiais apresentado pelas gramáticas tradicionais e (ii) se havia preferência do escrevente por algum tipo delas. Para tal, estabeleceu um *corpus* constituído por crônicas, editoriais, matérias assinadas, opinião de leitores, perfazendo um total de 67 textos, que demonstraram exatamente a pluralidade linguística nesse domínio discursivo.

A tabela da autora, a seguir, mostra os 458 conectores (denominados por ela de articuladores sintáticos) encontrados no *corpus Jornal do Brasil*, doravante JB, impresso no decorrer dos dias 27 de agosto a 8 de setembro de 1997, indicando-se, entre parênteses, o número de ocorrências de cada um deles.

TIPOS DE ADVERBIAIS	NÚMERO DE DADOS	ARTICULADORES
1. finais	127	para (112)
		para que (9)
		como forma de (2)
		segundo (2)
		a (2)
		pra (1)
2. temporais	88	quando (61)
		desde que (7)
		depois de (6)
		antes que (2)
		assim que (2)
		até que (2)

		enquanto	(2)
		na hora de	(2)
		no momento em que	(1)
		como	(1)
		logo que	(1)
3. causais	55	porque	(32)
		como	(7)
		já que	(7)
		pois	(6)
		enquanto	(6)
		desde que	(2)
		na medida em que	(2)
		à medida em que	(1)
		uma vez que	(1)
4. condicionais	52	se	(42)
		quando	(5)
		como se	(1)
		sem antes	(1)
		enquanto	(1)
		Senão	(1)
		caso	(1)
5. comparativas	43	mais (...) do que	(10)
		do que	(4)
		tão...quanto	(4)
		melhor(es) do que	(3)
		tanto...quanto	(3)
		tanto...que	(3)
		como	(2)
		mais que	(2)
		que	(2)
		mais como...do que como	(1)
		mais que de	(1)
		pior que	(1)
		tantas...quanto	(1)
		tanto...como	(1)
		tão...como	(1)
6. concessivas	30	embora	(9)
		mesmo que	(6)
		desde que	(2)
		mesmo	(2)
		senão	(2)

		quer	(2)
		ainda que	(1)
		antes mesmo que	(1)
		em que pesem	(1)
		mesmo se	(1)
		se	(1)
		sem que	(1)
7. conformativas	30	como	(25)
		como se	(3)
		segundo	(2)
8. modais	22	como	(7)
		sem	(7)
		como se	(4)
		sem que	(3)
		tal qual	(1)
9. proporcionais	9	enquanto	(6)
		na medida em que	(2)
		à medida que	(1)
10. consecutivas	2	tão...que	(1)
		para	(1)

Tabela 1: Rodrigues, 1999, p. 763-766

Nota-se, pela Tabela 1 de Rodrigues (1999), que dentre os conectores mais usados no JB chamam atenção os de finalidade, com 127 casos; os de tempo, com 88 casos; os de causa, com 55 casos; os de condição, com 52 casos, e os de comparação, com 43 casos, destacando-se em cada tipo supracitado os seguintes itens: nas finais, *para* com 112 dados; nas temporais, *quando* com 61 dados; nas causais, *porque* com 32 dados; nas condicionais, *se* com 42 dados e nas comparativas, *mais do...que* com 10 dados.

Por meio de uma análise mais atenta dos postulados encontrados em várias gramáticas de linha tradicional, nota-se que, em geral, ao abordarem a articulação de orações, esses compêndios se limitam ao nível sentencial e à possibilidade de essa conexão ser prioritariamente estabelecida pelas conjunções, no âmbito dos períodos compostos por coordenação e subordinação. Aqui darei mais ênfase ao caso das orações adverbiais que, nessa perspectiva, são introduzidas pelas conjunções subordinativas, que prefiro denominar de conectores.

Adotar o conceito de conector como palavra ou expressão que conecta, isto é, *liga* partes de orações, cláusulas, períodos inteiros e, até, fragmentos de texto maiores que uma sentença, estabelecendo uma relação semântica ou pragmática entre os elementos ligados, é mais adequado do que simplesmente se utilizar o conceito de conjunção para englobar os itens que promovem a articulação de cláusulas ou porções maiores de texto.

O uso de tal nomenclatura justifica-se pelo fato de poderem funcionar como conectores

em Língua Portuguesa as conjunções, preposições, certos advérbios e as locuções equivalentes a essas classes, tais como, locuções conjuntivas, prepositivas e adverbiais. Além disso, não se pode também desconsiderar o fato de itens não conjuncionais serem empregados com essa função³.

Junte-se a isso ainda o fato de Mateus *et alii* (2013), no capítulo dedicado à coordenação, apresentarem propriedades formais para distinguir as conjunções dos conectores. Assim, segundo as autoras, as conjunções ocupam a posição inicial, não podem se deslocar, não podem concorrer para uma mesma posição estrutural, podem coordenar orações e vocábulos, e podem coocorrer com complementadores quando coordenam subordinadas. Já os conectores instauram relação semântica entre elementos, só conectam orações, apenas são compatíveis com orações desenvolvidas, podem coocorrer com uma conjunção, podem deslocar-se na oração em que estão e, até mesmo, no período, devem ser interpretados, respectivamente, como itens adverbiais ou preposicionais.

Conectores e articulação de orações

Rodrigues (2001) empreendeu uma análise das comparativas em que se baseou em diferentes dados de fala e de escrita. Ao todo foram encontradas 461 comparativas, sendo 315 em língua escrita e 146 em língua falada. Na análise do *corpus* da autora, alguns usos de conectores chamaram atenção: *feito*, *igual* e *que nem*, este último com apenas 1 ocorrência no total geral. A seguir exemplifico os referidos usos que estão em Rodrigues (2001, p. 96-97):

1. Semicúpio – Sim, estou França, porque estou [**feito** galo.] (VDDQ – Vida de Dom Quixote, 1733)
2. (...) é esse alertamento à mulher... ajudar ela que acorde pra esse... pra esse estado de coisas... que ela pode... ela é um ser humano [**igual** ao homem...] (INQ. 373 - PB)
3. (...) aí eu gostava de comprar sorvete... sorvete da Kibon custava centavos né... [**que-nem** os de hoje.] (INQ. 20 - PB)

Em 1, temos o particípio passado do verbo *fazer* – *feito*– funcionando como conjunção comparativa; em 2, temos o adjetivo *igual* se comportando dessa forma e, em 3, temos a construção *que nem*, um par forma-significado constituído a partir da junção da conjunção subordinativa consecutiva *que* e da partícula de negação e intensificação *nem*.

Na língua escrita, o conector mais frequente no trabalho de Rodrigues (2001) foi *como* (179 dados) e, na língua falada, uma diversidade de itens denominada *outros*, englobando *igual*,

3 A nomenclatura *articulador sintático* empregada em Rodrigues (1999), com base em Abreu (1994, p. 22-37), não foi mais utilizada a partir desse momento por ser mais específica e precisarmos de uma categorização mais generalizante/abrangente.

quanto, tanto, que nem, assim como, tal e qual como, tanto quanto, tão como, tal qual, feito (83 dados). Em segundo lugar, nas duas modalidades, *do que* é o conector mais frequente – 61 dados na escrita e 146 na fala.

Observando os resultados mais recentes de Rodrigues (2013), já se percebe, na língua escrita, um uso crescente de itens não conjuncionais como conectores comparativos. Portanto, inovações em relação ao que prescrevem as gramáticas normativas. Em um total de 145 dados, tem-se *que nem* com 89 ocorrências, *feito* com 41, *igual* com 15 e *tipo* com 8.

Embora não se tenham inserido os resultados de todos os conectores comparativos encontrados por Rodrigues (2013) – 616 estruturas comparativas –, todos foram registrados (*como, do que, que, quanto mais, quanto, tal como, tal qual, tanto...quanto, assim como*). No entanto, como no referido trabalho o foco são as inovações de uso, *feito, igual, tipo* e *que nem* foram priorizados por constituírem casos de gramaticalização, conforme já apontado.

O exemplo com *tipo* a seguir complementa a exemplificação dos itens não prototípicos que funcionam como conectores comparativos (cf. RODRIGUES, 2013, p. 140):

4. BRUNO (afobado)

Mãe, mãe, deixa eu pôr o CD? Deixa,deixa, deixa?!

Fabi, meio contrariada, ajuda o filho a colocar o CD. É algo [**tipo** rouge/rebelde.] A criança pira no som. O volume é alto. Os adultos estão dispersos pela sala. A câmera passeia pelos rostos alterados pela bebida. Rocco e Ronaldo reparam na calça branca e apertada de Fabi. (*Corpus Roteiro de Cinema*)

Por meio dos exemplos anteriormente apresentados, em que se ilustram os usos dos conectores não prototípicos, demonstra-se a mutabilidade linguística, em que ressalto a importância da noção de *função*, entendida aqui não apenas como entidade sintática, mas como a união do estrutural com o funcional. Assim, prioriza-se a multifuncionalidade/polifuncionalidade dos itens, ou seja, a consideração das estruturas linguísticas pelo que elas representam na organização dos meios linguísticos de expressão e das funções a que serve a linguagem.

O comportamento de *tipo* e *igual* como conectores comparativos despertou o interesse no aprofundamento do estudo de sua multifuncionalidade por Thompson (2013) e Tota (2013), respectivamente.

Thompson (2013) apresenta uma proposta de análise para as cláusulas introduzidas por *tipo*, reforçando a importância de se considerar forma e conteúdo nas análises linguísticas. A autora encontrou três diferentes funções para o item *tipo*, as quais englobam nove usos: substantivo [- genérico], substantivo [+ genérico], substantivo delimitador, articulador delimitador, articulador modificador, articulador de aproximação, articulador de comparação, articulador de adendo e marcador. Tais usos foram constatados em quatro diferentes *corpora*: *corpus* D&G,

corpus Varport, roteiros de cinema brasileiro e postagens da rede social *Facebook*.

Meu interesse reside no fato de, segundo a autora, *tipo* poder introduzir uma cláusula comparativa, ligando-a a uma cláusula antecedente e explicitando a relação de comparação partilhada por elas, como se percebe nos casos a seguir:

5. BEL: Eu trabalho num *call center*, sabe? Telefone o dia inteiro. Às vezes, escuto trezentas pessoas num dia. Em casa, continuo ouvindo vozes reclamando da cobrança do cartão, falando do vencimento, plano *gold*... ouço vozes no banho, na cama, [**tipo** louca mesmo.] (*Corpus* Roteiro de Cinema)

6. MADRUGADÃO: A que ele tinha [era **tipo** essa,] sente só, saca o peso. (*Corpus* Roteiro de Cinema)

Em 5, *tipo* liga a cláusula *louca mesmo* (*ouve*) à cláusula *ouço vozes no banho, na cama*. Já em 6, *tipo* conecta a cláusula *essa* (*é*) à cláusula *a que ele tinha era*. Nesses casos, além de unir as cláusulas, *tipo* reforça a circunstância de comparação que emerge da relação entre elas.

Os dados de *tipo* funcionando como articulador de comparação mostraram-se recorrentes no *corpus* de Thompson (2013) e somam ao todo 32 ocorrências.

Tota (2013) descreve o comportamento do vocábulo *igual*, que vem experimentando um processo de gramaticalização, processo esse que prevê a atribuição de características mais gramaticais a termos de características mais lexicais. O trabalho parte da hipótese de que, embora seja considerado, pela tradição, um adjetivo, *igual* apresenta uso(s) em outra função, a de conector. Para tanto, o autor coletou 620 dados de *igual* em quatro diferentes *corpora*: *Corpus Compartilhado* do Projeto VARPORT, *Jornal Adufrj-SSind* – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Seção Sindical, *Corpus* do Grupo *Discurso & Gramática* – D & G e *Corpus* Roteiros de Cinema.

Segundo Tota (2013), para que *igual* se comporte como um conector de cláusulas comparativas, espera-se que ele seja um introdutor semelhante ao *como*, que é um termo que pode conectar duas cláusulas, sendo a segunda constituída ou não por um verbo elíptico. Veja-se o exemplo a seguir:

7. Por muito que eu quisesse, por muito que eu tentasse, não me sentia [**igual** aqueles homens rudes que o destino havia feito meus companheiros]”. (*Corpus* Roteiro de Cinema)

No exemplo 7, *igual* pode ser substituído por *como* e pode ser interpretado como introdutor de uma cláusula comparativa que apresenta a elipse do verbo *sentir*.

Em um total de 620 casos, Tota (2013) verificou poucos uso(s) prototípico(s) de *igual* como conector, apenas 22 casos (3% dos dados), visto que o(s) uso(s) de *igual* como modificador são mais numerosos e correspondem a 215 casos (35% dos dados). Curiosamente, o maior

número de dados (62% dos casos) corresponde aos casos híbridos: houve 383 dados em que não é possível delimitar categoricamente *igual* como conector ou como modificador.

No âmbito das cláusulas condicionais, Ferreira (2007) descreve e analisa ocorrências destas cláusulas em diferentes modos de organização discursiva (narrativo, descritivo, injuntivo e, fundamentalmente, argumentativo) das modalidades escrita e falada do português brasileiro, no período de 1975 a 2005, sob o ponto de vista do uso efetivo em contextos reais de comunicação.

Foram analisados pela autora 480 textos, dos quais 240 são de língua falada e 240 são de língua escrita. Os textos de fala consistem em 60 diálogos entre informante e documentador (DID), extraídos do *corpus* VARPORT e mais 180 textos extraídos do *corpus* D&G.

Ferreira (2007) controlou, em sua análise de dados, (1) as condicionais introduzidas por conector prototípico, ou seja, aquelas iniciadas pelo conector *se*:

8. O governo se agitou e confeccionou um pacote para conter uma hemorragia milionária no falho esquema de concessão de auxílios-doença – isso[*se* a MP editada sobre o assunto for aprovada pelo Congresso.] (L.E./P.B/EDIT/GLO/2005)

(2) as condicionais iniciadas por conector não prototípico, ou seja, todos os outros casos de conectores que, segundo a gramática tradicional, introduzem cláusulas que exprimem condição, tais como, *a não ser que, desde que, caso*:

9. [*Caso* a Governadora aceite a lei,]será uma questão de tempo a suspensão dela pela Justiça. (L.E./P.B/EDIT/GLO/2005)

(3) Condicionais introduzidas por conector prototípico de outra circunstância, isto é, especificamente, o conector *quando* e suas relações com a expressão de condicionalidade:

10. [*quando* é mulher] eu digo:–Ô mocinha!(L.F./P.B./DIAL/Oc-B-9C-1m-001)

11. [*quando* chegava algum filme lá...] era filme que já tinha passado aqui na cidade um tempão... (L.F.-P.B.-DIAL.-Oc-B-9C-001)

Os resultados de Ferreira (2007) comprovaram que as cláusulas condicionais encetadas pelos conectores *se* se manifestaram, em geral, na posição anteposta à oração núcleo. Também em posição anteposta, se apresentaram as cláusulas de valor condicional reduzidas (casos de cláusulas com ausência de conector). Já aquelas introduzidas pelos conectores *a não ser que* e *desde que* sempre estiveram em posição posposta à oração núcleo, como atestam os exemplos a seguir:

12.... põe aquela massa... aí deixa secar de um dia pro outro... [*se* não tiver bom deixa mais... dois dias...] aí vai/ dependendo da cor... e lá em casa a gente pintou com branco... gelo... passamos gelo em cima e a parede fica conservada por um montão de tempo... (L.F./P.B./D&G/8^{as}/RP)

13. **[querendo]** / posso RECHEAR também com uma geleinha de AMEIXA (L.F./P.B./DIAL/Oc-B-70-2f-001)

14. Não tem como chegar... **[a não ser que** conheça alguém...](L.F./P.B./D&G/RJ/3ºg/RO)

15. É uma espécie de macarrão que vem em uma embalagem plástica geralmente para uma pessoa, podendo até ser para duas ou três, **[desde que** satisfaça o apetite de cada uma.](L.E./P.B./D&G/RJ/2ºg/RP)

Assim, de forma geral, a posição mais frequente em que as condicionais aparecem nos textos analisados pela autora é a anteposta, totalizando 363 ocorrências (67 são de posposição).

Posteriormente, Ferreira (2008) descreve os diversos valores e usos do conector *quando*, buscando demonstrar sua grande produtividade, bem como a grande dificuldade em analisá-lo, uma vez que a maioria dos gramáticos tende a considerá-lo como uma conjunção de valor prototipicamente temporal.

Ao todo foram analisados por ela 689 dados da conjunção subordinativa *quando*, que foram recolhidos em 527 textos dos séculos XX e XXI (93 inquéritos do *corpus* D&G – RJ); 354 textos do *corpus* do projeto VARPORT, sendo 59 inquéritos de língua falada; 295 textos de língua escrita (anúncios, editoriais, notícias); 80 textos selecionados do *Jornal O Globo*, entre 31/05/2006 e 14/06/2006.

Ferreira (2008) encontrou em seus *corpora* cinco valores semânticos para o conector *quando*:

Valor Temporal

16. Os choques foram os mais graves incidentes do gênero desde os distúrbios urbanos ocorridos em toda a França em novembro, **[quando** mais de nove mil veículos e dezenas de prédios públicos foram incendiados por multidões de jovens amotinados.](*O Globo*, 31/05/06 – NOTÍCIA)

Valor Condicional

17. O Brasileiro adora acompanhar futebol. **[Quando** tem Copa do Mundo então, nem se fala.](*O Globo*, 04/06/06 – ANÚNCIO)

18. O trunfo serve para cortar o jogo que está na mesa, mas só pode ser usado **[quando** o jogador não tiver nenhuma carta do naipe] que está sendo jogado.(D&G – Inf.2 – PE – RP)

Valor Causal

19. Também nós sentimos o frêmito da indignação e do horror, [**quando** a devastação, o incêndio, nas principais ruas desta capital e de São Paulo iluminava com seus rubros clarões o sedicólemma da ‘Ordem e progresso’.](VARPORT – E-B-91-Je-004 – EDITORIAL)

20. [**Quando** meus pais se separaram,] eu fiquei muito chocada...(D&G – Inf. 40 – F – PE – NEP)

Valor Concessivo

21. O Inmet já registrou em junho mais de 300 mm de chuva, [**quando** a média é de 180 mm.] (*O Globo*, 13/06/06 – NOTÍCIA)

22. ...E eu... [**quando** tenho dificuldade...] também não tenho medo... que eu sei que não vai acontecer nada comigo...”(D&G – Inf. 41 – PO – RO)

Valor Proporcional

23. Alguma coisa tem que estar errada [**quando** as remarcações se fazem em escala geométrica,] enquanto os salários sobem em escala aritmética. Um contra-senso que a lógica dos economistas não sabe explicar.(VARPORT – E – B – 94 – Je – 005)

Relvas (2013) descreve as cláusulas iniciadas pelo conector *quando*, a fim de comprovar a hipótese de que os valores semânticos considerados inovadores, como condição, causa e concessão, já ocorriam desde o português arcaico. A autora utilizou um *corpus* formado por textos de três séculos distintos: XIII, XVII e XXI, obedecendo à divisão do português estabelecida por Barreto (1999). Dentre os textos analisados estão foros, narrativas e roteiros de cinema. Para que não houvesse desequilíbrio com relação ao número de textos examinados na análise de dados, verificaram-se as sequências textuais em que as cláusulas estavam inseridas e não o gênero textual. Os dados foram contabilizados manualmente, visto que o intuito principal do trabalho era realizar uma análise qualitativa dos *corpora*. Foram encontrados 382 dados distribuídos pelos três séculos, sendo 119 no século XIII, 153 no século XVII e 110 no século XXI.

Segundo a autora, a análise das cláusulas hipotáticas em língua portuguesa deve considerar não só os aspectos sintáticos, mas também o contexto em que estas estão inseridas. Relvas (2013) constatou que os valores semânticos de tempo, condição, causa e concessão, vistos como inovações na língua em trabalho anterior (cf. FERREIRA, 2008), já eram usados desde o português arcaico.

Quanto à noção de concessividade, Rosário (2012) parte da hipótese de que esta é uma noção complexa na língua portuguesa e exhibe propriedades bastante singulares, devido à sua

multifuncionalidade pragmático-discursiva e à sua configuração morfossintática. Por isso, propõe um estudo da concessividade no âmbito das relações sintáticas, pragmáticas, funcionais e discursivas, e não só no âmbito semântico, como tem sido feito por grande parte dos autores tradicionais.

Para tanto, analisa discursos proferidos por deputados na ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro –, usando como fonte de pesquisa o *site* eletrônico <http://www.alerj.rj.gov.br>, mais especificamente no ícone *Discursos e Votações*. Foram selecionados por ele 1275 discursos de diferentes extensões, de 02 de fevereiro a 29 de outubro de 2010. No total, são 548 ocorrências de construções concessivas, sendo 483 (88,13%) introduzidas por conectores e 65 (11,87%) não.

Os resultados mostram uma grande frequência de ocorrência de *mesmo* e *apesar de*, que juntos somam 57,97% de todos os casos de conectores concessivos, ou seja, 280 ocorrências. Os conectores *posto que* e *se bem que*, que figuram entre os três mais citados entre os gramáticos, no *corpus* de Rosário (2012), têm um comportamento singular – o primeiro não aparece e o segundo foi encontrado em uma única ocorrência.

O conector concessivo mais recorrente do *corpus* – *mesmo*, com 179 ocorrências, ou seja, 37,06% de todos os dados, não é reconhecido nas gramáticas pesquisadas pelo autor como um dos possíveis introdutores de concessivas. Os conectores mais frequentes no *corpus* do estudo são exemplificados a seguir:

24. [...] analfabeto é o único cego que vê: está embaixo de uma placa, consegue vê-la mas não consegue ler. Por isso, [**mesmo** vendo,] não se sabe distinguir, não sabe onde está. – 13/08/2009

25. Em respeito ao diligente Deputado Paulo Ramos, aceitei sua questão de verificação, [**mesmo** já concluído o processo de votação]. – 31/03/2009

26. O Sr. Deputado Paulo Melo não está aí. O parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista ser uma questão emergencial, e [**apesar de** apresentar a possibilidade de aumento de despesa para o Poder Legislativo,] é pela constitucionalidade. – 01/09/2009

Rosário (2012) sugere, com base nos resultados de sua análise, que pode haver uma classificação geral das concessivas em dois grandes grupos:

Grupo 1 – Concessivas sempre ou normalmente desenvolvidas (conectores *quando*, *mesmo quando*, *mesmo que*, *mesmo se*, *embora*, *e* e *se bem que*) – 151 ocorrências – 31,26%.

Grupo 2 – Concessivas sempre ou normalmente nominalizadas ou reduzidas (conectores *mesmo*, *mesmo assim*, *até mesmo*, *nem mesmo*, *apesar de*, *em que pese*, *não obstante*) – 332 ocorrências – 68,74%.

No que tange às orações modais, Silva (2007) analisou 264 orações subordinadas adverbiais modais em 1384 textos retirados do *corpus* VARPORT. Neste estudo, o autor descreveu os conectores introdutores destas orações – *sem que*, *sem* + infinitivo, *como*, *do modo como*, gerúndio. A seguir ilustram-se alguns dados de modais do *corpus* do autor:

27. Você pode comprar o seu celular digital em qualquer uma de nossas lojas no Rio de Janeiro, que o Ponto Frio garante a entrega do seu aparelho já habilitado. Você sai [**faland**o na hora]. (E-B-94-JA-020)

28. Agora todo prefeito pode instalar fontes públicas [**sem ser** acusado] de fazer obras eleitoreiras. (E-B-94-JA-008)

Conforme Silva (2007), analisa-se a estrutura destacada em 27 como uma oração subordinada adverbial modal, em que o gerúndio explica o modo como alguém sai de algum lugar.

É interessante observar que as cláusulas hipotáticas de realce que expressam modalidade e se apresentam com verbo no infinitivo possuem uma preposição antes do verbo. No exemplo 28, a preposição empregada foi *sem*.

Segundo Silva (2007), as cláusulas finitas podem ser introduzidas por conjunção *como* ou por locuções conjuntivas *como se*, *como que* e *sem que*, como se mostra a seguir:

29. A Hespanha com a sua povoação de onze milhões de almas póde, sendo [**como** tem sido], ajudada pela Grã-Bretanha, que lhe fornece cabedal e armas, apresentar pelo menos 300 soldados. (E-B-81-JN-012)

30. A Inspectoria, esquecida da velha legislação Brasileira, entra [**como se** fôra sua casa] em todos os bancos, indagando pormenorizadamente de contas particulares ... (E-B-92-JE-004)

31. A casa suspende as transações por alguns dias e depois recomeça no mesmo gosto, mas [**como que** pertencendo a outro]. (E-B-83-JE-003)

32. A cada momento temos noticia de gastos extraordinarios que attingem centenas e milhares de contos, [**sem que** se possa determinar a verba] por que foram effectuados. (E-B-91-JN-006)

Silva (2011) analisa uma amostra de dados que abrange dois *corpora*: VARPORT – constituído por anúncios, editoriais, notícias e entrevistas do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador) referentes aos séculos XIX e XX do português brasileiro e do europeu, disponível no site www.lettras.ufrj.br/varport e o D&G – que apresenta amostras de língua falada e escrita coletadas a partir de informantes das cidades do Rio de Janeiro, Natal, Rio Grande, Juiz de Fora e Niterói. No último, foram analisados apenas os textos produzidos por informantes do

Rio de Janeiro.

Foram lidos no *corpus* VARPORT 384 textos e a quantidade de cláusulas com noção de modo encontrada foi de 484, já no *corpus* D&G, foram 350 textos e a quantidade de cláusulas encontrada foi 79.

No que se refere às cláusulas hipotáticas consecutivas, Marques (2009) levantou uma variedade de ocorrências deste tipo de oração não consideradas por nossas gramáticas tradicionais, como as introduzidas pelos itens *e*, *aí* e *então*, as cláusulas sem conector *e*, ainda, as reduzidas de gerúndio.

O levantamento da autora tomou por base uma abordagem funcional-discursiva da língua, em que se consideram não apenas fatores de ordem estrutural, mas também fatores de ordem discursiva, ao se atentar para os efeitos de sentido que o falante deseja imprimir ao seu discurso.

O *corpus* de usos autênticos da língua foi coletado do Projeto VARPORT (Variedades do Português), envolvendo quatro gêneros textuais distintos – anúncios, editoriais, notícias e entrevistas orais, pertencentes às variedades brasileira e europeia. Os textos escritos estão distribuídos entre os anos de 1900 e 2000; os textos orais estão distribuídos nas modalidades culta e informal/popular da década de 70 e 90 do século XX. Ao todo foram analisados 562 textos, em que foram detectadas 242 ocorrências de cláusulas consecutivas, que foram distribuídas da seguinte forma:

Usos prototípicos

33. Entretanto, durante a primeira conflagração mundial ensaiou-se o emprego da aviação de combate e da guerra química e bacteriológica. [**Tamanho** terror causou o emprego de gases venenosos e de bactérias infecciosas, **que**, terminado o conflito de 1918, concordaram todas as nações em condenar o seu emprego na guerra.] (E-B-93-Je-001)

34. O varejista não pôde custear as suas despesas com uma tão pequena margem de lucro. E, depois, o artigo é mal pesado, nas feiras, [**de modo que** o comprador leva sempre de menos.] (E-B-92-Je-001)

35. Após essa beberagem, sentiu-se o pobre homem cada vez mais incomodado, [**a ponto de** ter cólicas horríveis,] havendo mesmo/ abundante hemorragia. (E-B-91-Jn-004)

36. (...) ó diabo, isso é um problema muito, muito complexo [**para** se dizer sob o ponto de vista psicanalítico,] mas o Freud realmente descobriu uma teoria que chamava bissexualidade. (Oc-P-70-2m-001)

Usos não prototípicos

37. Ora, aí com as horas extras eu ganhava mais dinheiro, eu coloquei em segundo plano o estudo[**e** acabei abandonando realmente o curso pré-vestibular.](Oc-B-90-3m-002)

38. os navios já estavam encostando na areia [**então** eles botaram um encanamento lá com uma draga] e jogaram areia aqui mas a maior parte da areia já foi embora. (Op-B-90-3m-004)

39. cerca de uns vinte dias atrás... houve problema de água lá em casa... a água estava muito... com muito cloro [**aí** eu passei mal... eu... minha sogra... meu filho.](Oc-B-9C-2m-001)

Os resultados encontrados por Marques (2009) permitem evidenciar que as consecutivas não se encontram somente no âmbito da subordinação, mas também no âmbito da correlação e do da coordenação. Tais processos sintáticos não serão abordados aqui.

No que concerne ao caso da preposição *para*, caracterizada como introdutor de orações subordinadas adverbiais finais pelas Gramáticas Tradicionais, Silvestre (2017) investigou outros usos desta como conector. Em situações reais de interação, este conector pode encetar além de orações finais, cláusulas hipotáticas circunstanciais *desgarradas*⁴, completivas e relativas, segundo a autora. Além do conteúdo de finalidade, o conector *para* pode veicular também o conteúdo semântico consecutivo, conforme visto em Marques (2009). A autora analisou no *corpus* Roteiro de Cinema cinquenta e cinco (55) longas-metragens e oitenta e um (81) curtas-metragens e nestes textos foram identificados 2.883 dados de cláusulas introduzidas por *para*, analisados e contados manualmente por ela. Deste total, 1.008 (34,96%) são completivas, 1.856 (64,37%) são hipotáticas circunstanciais – sendo 51 (2,74%) destas *desgarradas* – e 19 (0,67%) relativas. No que se refere ao conteúdo semântico veiculado pelas cláusulas com *para*, constatou-se que 2.862 (99,27%) dados veiculam conteúdo final, 11 (0,39%) veiculam conteúdo semântico de consequência e 10 (0,34%) veiculam simultaneamente mais de uma relação semântica.

Marchon (2017), numa interface da Análise do Discurso com o Funcionalismo, faz uma investigação sintático-discursiva sobre as cláusulas hipotáticas circunstanciais, identificadas por ela como importantes fios da teia argumentativa. Segundo a autora, a presença dessas estruturas no discurso, assim como sua configuração formal e sua posição no período refletem escolhas subjetivas do enunciador na tessitura da argumentação.

Assim, Marchon (2017) parte da hipótese de que as estruturas hipotáticas revelam um

⁴ As cláusulas *desgarradas* são unidades informacionais a parte, servindo para realçar, comentar, tanto constituintes ou porções de texto anteriormente utilizadas pelo falante/escrivente, não estabelecendo relação de constituição com eles (cf. DECAT, 1999).

matiz argumentativo, analisando um *corpus* constituído de vinte e quatro (24) artigos de opinião publicados, aos sábados, pelo jornal *Folha de São Paulo*, na coluna *Tendências e Debates*, ao longo do ano de 2014. Nestes textos, ela identificou cento e oitenta e cinco (185) cláusulas hipotáticas circunstanciais, destacando-se no *corpus* as cláusulas que expressam as relações de finalidade, modo, tempo, condição, concessão, comparação e conformidade.

A análise quantitativa dos dados feita por ela apontou que, entre as cento e oitenta e cinco (185) cláusulas investigadas, em cento e quarenta e três delas (143), o conector está presente; ao passo que em 42 o conector está ausente. No que se refere à prototipia dos conectores, foram encontrados 113 (61,10%) dados de conectores prototípicos, 30 (16, 20%) ocorrências de não prototípicos e 42 (22,70%) casos que envolvem as orações reduzidas de gerúndio e infinitivo.

Destaque-se a alta produtividade da forma reduzida das cláusulas hipotáticas encontrada nos dados de Marchon (2017), especialmente no que tange às cláusulas de modo, em que o verbo no gerúndio é altamente produtivo, e às cláusulas de finalidade, que tendem a apresentar o verbo no infinitivo. Essas foram as duas estruturas circunstanciais mais produtivas encontradas no *corpus* de análise do trabalho. Das cento e oitenta e cinco (185) cláusulas analisadas, as cláusulas de finalidade e de modo, juntas, somam oitenta e sete (87) das estruturas hipotáticas, o que perfaz 47% do total de cláusulas investigadas por ela.

A análise quantitativa dos dados de Marchon (2017), respaldada pelos postulados de iconicidade e de prototipia, apontou que, em 77% do total de cláusulas investigadas, o conector se faz presente, mostrando-se prototípico em 79,09% dos casos. Em números absolutos, dos cento e quarenta e três conectores (143) encontrados entre as cento e oitenta e cinco (185) cláusulas analisadas, cento e treze (113) desses itens gramaticais introduzem cláusulas cuja relação de significado já é antecipada pela própria nuance semântica dos itens, sendo, pois, considerados conectores prototípicos das relações que instanciam. Ao veicularem a relação de sentido que emerge entre as cláusulas, apontam a conclusão a que se intenta que o interlocutor chegue.

Os trabalhos antes elencados valem-se da noção de prototipia para categorizar os conectores encontrados nos *corpora* analisados. Segundo essa perspectiva, as categorias linguísticas e cognitivas não são discretas, ou seja, não são estanques. Pode haver entre elas representantes mais prototípicos caracterizados como aqueles que apresentam mais propriedades de determinada categoria. Entretanto, pode haver também aqueles que se distanciam mais ou menos da categoria. Assim, os elementos de uma determinada categoria podem ser classificados segundo o seu maior ou menor grau de semelhança/dessemelhança ao protótipo.

A teoria funcionalista dos protótipos, como é defendida por Taylor (1992), constitui um forte argumento para classificação de itens que se encontram em contextos de ambiguidade. Por meio dela se entende que ser membro de determinada categoria é uma questão de gradiente. Sendo assim, as categorias gramaticais possuem uma estrutura prototípica com membros centrais, que partilham mais atributos (semânticos e sintáticos) entre si. Além dos membros

centrais, há também membros marginais, que compartilham menos atributos. Um dos critérios apresentados por Taylor (1992) para caracterizar os membros centrais é a sua frequência de uso.

Metodologia, *corpora* e análise

Os estudos sobre a gramaticalização apresentam abordagens e perspectivas teóricas diversas. Devido a este fato, o conceito de gramaticalização apresentado pelos diversos autores poderá ser mais ou menos abrangente.

Atualmente, o processo de gramaticalização pode ser considerado como um processo pancrônico que apresenta uma perspectiva diacrônica, por envolver mudança, e uma perspectiva sincrônica, por implicar variação, podendo ser descrito como um processo sem referência ao tempo.

Conforme já tive oportunidade de comentar, os conectores foco deste artigo passaram ou continuam passando pelo processo de gramaticalização, que está sendo tomada aqui como o processo de mudança pelo qual, em determinados contextos linguísticos, os falantes usam uma estrutura (lexical) com função gramatical, ou dão uma nova função gramatical a estruturas já gramaticais (cf. TRAUGOTT, 2009, p. 91).

Além da gramaticalização, a noção de prototipia também auxilia na descrição dos usos dos conectores. Admitindo-se haver elementos mais centrais e outros mais marginais, é possível afirmar que, na margem de uma categoria, pode ocorrer a reanálise de determinado membro. Tal fato evidencia a inadequação de se trabalhar com modelos dicotômicos, sobretudo no que diz respeito à categorização linguística, pois se torna perigoso considerar que existem limites tão nítidos e definidos entre as categorias gramaticais, o que se aplica às que são aqui abordadas.

As considerações que se farão a partir de agora foram elaboradas por meio dos resultados das análises dos trabalhos já elencados e em que direta ou indiretamente estive envolvida. Tal análise visa a identificar que conectores são mais prototípicos e que inovações de uso apareceram nos dados dos *corpora* utilizados nos estudos de Callou *et alii* (1996), Rodrigues (1999, 2001 e 2013), Thompson (2013), Tota (2013), Ferreira (2007), Ferreira (2008), Relvas (2013), Rosário (2012), Silva (2007 e 2011), Marques (2009), Silvestre (2017) e Marchon (2017). Por conta deste recorte, a análise se configura como assistemática e essencialmente qualitativa, mas não inviabiliza a sistematização, já que os trabalhos citados abordam cláusulas hipotáticas adverbiais, ou seja, aquelas que não são consideradas constituintes de outra, segundo a perspectiva funcionalista, à exceção dos estudos de Callou *et alii* (1996) e Rodrigues (1999, 2001), de viés sociolinguístico. Embora se saiba que nem todas as hipotáticas adverbiais estão contempladas nestes trabalhos (temporais, causais, proporcionais e conformativas) e que existem estudos abordando tais casos, optou-se por considerar apenas as investigações de que participei nos projetos de pesquisa desenvolvidos até então, como já mencionado.

Para a caracterização das cláusulas hipotáticas adverbiais, segundo a proposta funcionalista, tomo por base dois trabalhos que nos possibilitam repensar a noção de subordinação no âmbito da gramática tradicional.

Hopper & Traugott (1993) definem, em termos sintáticos, a sentença complexa como uma unidade que consiste em mais de uma cláusula. Tal unidade pode ser constituída de um núcleo e um ou mais núcleos adicionais, ou de um núcleo e uma ou mais margens. De acordo com esses autores, a cláusula que pode permanecer sozinha na estrutura é designada núcleo, já as cláusulas relativamente dependentes que não podem permanecer isoladamente, mas exibem grau de dependência diferente, são designadas margens. Entre as cláusulas que constituem margem estão aquelas que funcionam como sintagmas nominais (completivas), aquelas que funcionam como modificadores de nomes (relativas) e as que funcionam como modificadores de sintagmas verbais ou de toda uma proposição (adverbiais).

Desta forma, visando a uma simplificação, os autores propõem um modo tripartite para um entendimento mais satisfatório de como as cláusulas se articulam em um complexo oracional. Assim, para eles, as cláusulas devem ser classificadas, conforme seu grau de dependência e encaixamento, segundo o *continuum* parataxe, hipotaxe e subordinação.

A parataxe, que se caracteriza pela independência relativa entre as cláusulas, compreende tanto as sequências nas quais as cláusulas núcleo se justapõem umas às outras, sob um único contorno entonacional, sem o uso de um elemento conector (justaposição), quanto aquelas nas quais um elemento segmental sinaliza a relação entre elas (coordenação).

A hipotaxe, que se caracteriza pela interdependência entre as cláusulas, compreende uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas (margens) que não podem figurar sozinhas no discurso. As estruturas hipotáticas são aquelas que envolvem alguma relação circunstancial, como condição, razão, finalidade, causa, tempo, espaço, modo e meio (cf. MATTHIESSEN & THOMPSON, 1988).

A subordinação, que se caracteriza pela dependência das cláusulas em relação ao núcleo, compreende cláusulas que se encontram à margem e estão incluídas no constituinte de um núcleo.

Estes três tipos de categorização das cláusulas são evidências, portanto, de que não existe um fenômeno único de subordinação. Observa-se que o primeiro e o segundo arranjo representam opções organizacionais para o usuário da língua na estruturação de seu discurso, diferenciando-se assim do terceiro tipo, em que se encontram cláusulas integradas estruturalmente em outra.

Decat (1999), com base em propostas como a anteriormente apresentada, subdivide as orações subordinadas em dois grupos: estruturas de encaixamento – que compreendem as com-

pletivas e relativas restritivas – e estruturas de hipotaxe – que englobam as adverbiais e as relativas apositivas.

No primeiro grupo, estão inseridos os tipos de subordinadas que fazem parte de uma mesma unidade de informação. Já, no segundo grupo, aquelas sentenças que, caracterizando-se como opções de que se vale o falante na organização do seu discurso, constituem, elas mesmas, unidades de informação à parte. Segundo Chafe (1980), unidade informacional é um jato de linguagem que contém toda a informação que pode ser manipulada pelo falante em um único fluxo de consciência.

Evidencia-se, segundo ela, também, um comportamento diferente dos dois grupos antes mencionados, no que concerne ao seu papel sintático: as estruturas de encaixamento ocorrem em uma função de argumento ou de modificador, enquanto as estruturas de hipotaxe funcionam como adjuntos.

Congregando as propostas de Hopper & Traugott (1993) e Decat (1999), considero as adverbiais, de um modo geral, um caso de hipotaxe e não de subordinação/encaixamento. Portanto, não discutirei neste momento os casos de correlação e justaposição. No que se refere aos conectores, considero que estes podem ser simples (formados por um único item lexical), compostos (formados por dois ou mais itens lexicais numa mesma sentença) e correlatos (formados por dois ou mais itens que aparecem em sentenças distintas).

Nos dois estudos em que foram coletadas todas hipotáticas adverbiais – Callou *et alii* (1996) e Rodrigues (1999) –, as relações semânticas de tempo, causa, condição e finalidade se destacam como as mais frequentes. Entretanto, em Rodrigues (1999), chama atenção ainda a frequência das relações de comparação, concessão, conformidade e modo. A Tabela 1 a seguir reúne os resultados dos dois trabalhos:

Relação semântica	Callou <i>et alii</i> (1996)	Rodrigues (1999)
	número de dados	número de dados
tempo	39	88
causalidade	38	55
condicionalidade	29	52
finalidade	24	127
concessividade	10	30
modo	05	22
conformidade	05	30
consequência	04	2
comparação	03	43
proporcionalidade	02	9

Tabela 2: Distribuição das cláusulas hipotáticas nos trabalhos de Callou *et alii* (1996) e Rodrigues (1999)

No caso de Rodrigues (1999), além do total geral, há como identificar os conectores mais frequentes em cada cláusula hipotática adverbial. O conector mais frequente nas sentenças que manifestam relação semântica de finalidade foi *para* (112 dados), na de tempo foi *quando* (61 dados), na de causalidade foi *porque* (32 dados), na de condicionalidade foi *se* (42 casos), na de comparação foi o conector correlato *mais ... do que* (10 dados), na de concessividade foram *embora* (9 dados) e *mesmo que* (6 dados), na de conformidade foi *como* (25 dados), na de modo foi *como* (17 dados), na de proporcionalidade foi *enquanto* (6 dados), na de consequência foram *tão...que* e *para* (1 dado de cada). Note-se que *como* ajuda a materializar duas relações semânticas – a de conformidade e a de modo, o que ilustra sua polifuncionalidade. Vale lembrar que a categorização das orações como modais não é consensual nas gramáticas de linha tradicional que seguem a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), o que não se configura um problema para nossa análise, já que partimos do(s) uso(s) efetivamente empregado(s) pelo falante/escritor em quaisquer situações comunicativas/interacionais e das relações circunstanciais que emergem entre as cláusulas.

Em Rodrigues (2001), na língua escrita, foi o conector *como* o mais frequente, com 179 ocorrências (na língua falada foram só 12). O mais frequente na língua falada foi o *do que*, com 28 dados (na língua escrita foram 61). Já em Rodrigues (2013) chamam atenção as ocorrências de *que nem* (89 casos), *feito* (41 casos) e *igual* (15 casos).

Em Rosário (2012), conforme apresentado antes, o conector concessivo mais frequente foi *mesmo*, com 179 ocorrências. Assim como verificado pelo autor, na consulta às gramáticas, Rodrigues (1999) constatou que, normalmente, citam-se como *conjunções* concessivas *embora*, *ainda que*, *conquanto*, *posto que*, *ainda quando*, *posto*, *embora não*, *por mais...que*, *por muito...que*, *por...que*, *se bem que*, *apesar de que*, *mesmo que*, *bem que*, *que*, *nem que*, *por menos que*, ficando de fora exatamente *mesmo*, que em seu *corpus* teve 2 ocorrências num total de 30 (cf. Tabela 1). O conector mais frequente em Rodrigues (1999), no caso das concessivas, foi *embora*, que ocorreu 9 vezes, seguido de *mesmo que*, que apareceu 6, e *mesmo se*, com apenas 1 ocorrência. Fazendo-se uma busca pelos dicionários eletrônicos de *Aurélio*, *Michaelis* e *Houaiss*, verifica-se que apenas este último apresenta a possibilidade de *mesmo* ser empregado como conjunção. Os demais, de forma consensual, apresentam a possibilidade de ele se comportar como adjetivo, pronome demonstrativo e advérbio.

Embora o trabalho tenha se valido de dados numéricos, cumpre lembrar que estes visaram simplesmente à descrição do comportamento dos conectores e, portanto, os dados foram encarados como um instrumento a auxiliar tal descrição.

Conclusão

Os resultados dos trabalhos por mim revisitados reforçam a necessidade de se repensar a descrição/ensino dos conectores e sua(s) função(ões) no cotexto e contexto, porque não se pode mais admitir a análise de seu comportamento com base em memorização de listas de itens e conteúdos semânticos. É importante reforçar, mais uma vez, que não é o item isoladamente que estabelece tais relações, mas sim da articulação/combinacão das cláusulas é que emergem os conteúdos semânticos, as possíveis inferências entre as cláusulas nos mais diferentes usos – sejam eles os falados/escritos; nas variedades brasileira/europeia do Português; em gêneros; em tipos textuais; em graus de formalidade. Sendo assim, é preciso ir além do nível sentencial; portanto, é imprescindível conjugar sintaxe, semântica e pragmática.

Os estudos apresentados, de um modo geral, buscaram associar estes três níveis e com base neles é possível evidenciar que:

1. a perspectiva aqui proposta prioriza a relação entre as orações mais do que a presença do conector; este, na maioria das vezes, pode indiciar para o usuário a intenção do falante/escrevente, mas não necessariamente estabelece por si só a relação. Tal fato decorre da possibilidade de um mesmo conector poder ser empregado em diferentes situações comunicativas/interacionais com objetivos/funções diferentes – foi o que constatamos com *para*, que prototipicamente é utilizado para manifestar a relação hipotática de finalidade. No entanto, desde o trabalho de Rodrigues (1999), passando pelo de Marques (2008) e chegando ao de Silvestre (2017), verifica-se seu comportamento como introdutor de consecutivas. Portanto, uma inovação de uso para ilustrar o processo de gramaticalização.
2. A fronteira entre conectores distinguidos dicotomicamente entre o âmbito da coordenação e subordinação, como bem adverte Barreto (1999), não se aplica mais. Há que se pensar na gradiência de usos tanto das orações quanto de seus conectores. Tal aspecto pode ser ilustrado com os casos de consecutivas iniciadas por *então* encontrados por Marques (2008). Inclusive, levando em conta a frequência de ocorrências, segundo Taylor (1992), *então* é o mais prototípico e não o *de modo que*, *tamanho... que*, *tão...que*, *tanto...que*.
3. Tudo indica que os falantes/escreventes estão priorizando os usos de conectores mais transparentes do que os opacos. Isso justifica o fato, por exemplo, de *embora*, no âmbito das concessivas, não ter sido tão encontrado nos *corpora*. A ideia de oposição/contraste por ele estabelecida não é tão facilmente recuperável como o é a de dúvida, incerteza, probabilidade do conector *se*, o mais prototípico no caso das condicionais em todos os trabalhos. Assim, *embora* é mais opaco do que o *se*, que é mais transparente.

4. O fato de *quando* ser tão transparente quanto o *se*, por exemplo, não impede que tais conectores sejam usados com funções outras. Assim, *quando* além de poder ajudar no estabelecimento das relações de condição, causa, concessão e proporção, que podemos chamar de casos fronteirços, ou de ambiguidade, ou ainda, híbridos, é prototipicamente temporal.

Assim, eu, como os autores que adotam a proposta funcionalista, admitimos a importância do falante dentro dos contextos linguísticos e concebemos a sintaxe como uma estrutura em constante mutação devido às vicissitudes do discurso. Logo, a sintaxe apresenta a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa forma, para se compreender o fenômeno sintático, é preciso que se estude a língua em uso em seus contextos discursivos específicos, pois, é nesse espaço que a gramática é constituída. Também não se pode desconsiderar que na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático.

Referências

ABREU, A.S. *Curso de redação*. São Paulo: Ática, 1994.

BARRETO, T.M.M. Gramaticalização das conjunções na história do português. Salvador: UFBA, 1999. Tese de Doutorado. 2 vol.

CALLOU, D.; LEITE, Y.; MORAES, J.A.; RODRIGUES, V.V. *et alii*. Preenchimento em fronteiras de constituintes: orações subordinadas. In: CASTILHO, A. de; BASILIO, Margarida (org.). Gramática do Português Falado – Estudos descritivos. Campinas: FAPESP / UNICAMP, 1996, v. IV, p. 169-192.

CAMARA JR., J.M. Dicionário de linguística e gramática. Petrópolis: Vozes, 1985.

CHAFE, W.L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W.L. (org.). *The pears stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. New Jersey: Ablex Publishing Co., 1980. p. 9-50.

DAHLET, V. *As (Man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

DECAT, M.B.N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M.B.N. *et alii* (org.). *Aspectos da gramática do português*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

_____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de unidade informacional. In: *Scripta*, Belo Horizonte, 1999, v.2, n.4, p. 23-38.

FERREIRA, M.B. Cláusulas condicionais: uma abordagem funcional – discursiva. RJ: UFRJ,

Faculdade de Letras, 2007. *mimeo*. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, V.P. *A conjunção subordinativa quando na perspectiva funcional-discursiva*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2008. *mimeo*. Dissertação de Mestrado.

HOPPER, P.& TRAUGOTT, E.C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 167-203.

MARCHON, A.H. *As teias da argumentação: um estudo sintático-discursivo da hipotaxe circunstancial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

MARQUES, E.C.S. *Gramaticalização da noção de consequência nos processos de combinação de cláusulas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

MATEUS, M.H.M.*et alii*. Gramática da língua portuguesa. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTHIESSEN, C.& THOMPSON, S. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.& THOMPSON, S. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

RELVAS, V.P.F. O conector *quando*: uma análise pancrônica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, V.V. O uso das conjunções subordinativas na língua escrita padrão. In:BERNARDO, S.P.& CARDOSO, V. de (org.).*Estudos da linguagem: Renovação e síntese*. Anais do VIII Congresso da ASSEL-RIO.Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro, 1999. p. 761-769.

_____. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

_____. A expressão da comparação de igualdade em Português. In: RODRIGUES, V.V. (org.). *Gramaticalização, combinação de cláusulas, conectores*. 1ª ed.Rio de Janeiro: Walt Print, 2013, v. 1, p. 127-146.

SILVA, A.G. *Cláusulas com noção de modo em português: um estudo funcionalista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Orações modais: uma proposta de análise*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Facul-

dade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. SILVESTRE, R. de C.P.E. *A polifuncionalidade do conector PARA*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2017.

SILVESTRE, R. de C.P.E. *A polifuncionalidade do conector PARA*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

ROSÁRIO, I. da C. do. *Expressão da concessividade em construções doportuguês do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

TARALLO, F. *et alii*. Rupturas na ordem de adjacência canônica no Português Falado. In: CASTILHO, A. de (org.). *Gramática do Português Falado – A ordem*. Campinas: FAPESP / UNICAMP, 1990, v. I, p. 29-62.

TAYLOR, J.R. *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

THOMPSON, H.V.G. *Do léxico à gramática: os diferentes usos de tipo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

TOTA, F. de O. *De modificador a conector: um estudo sincrônico de igual*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

TRAUGOTT, E.C. Grammaticalisation and construction Grammar. In: CASTILHO, A. T. *História do português paulista*. Campinas: IEL; Unicamp, 2009. p. 93-101



VARIAÇÃO, MUDANÇA, LETRAMENTO E TECNOLOGIA LANGUAGE, VARIATION, CHANGE AND LITERACY

Maria Cecilia Mollica¹

Daillane Avelar²

Hadinei Batista³

Resumo

O artigo analisa o efeito do letramento e da tecnologia na mudança linguística. A variável dependente em análise são as anáforas pronominais em construções relativas em diferentes funções sintáticas. A análise se volta para dados de amostras do PEUL, para estruturas encontradas na mídia televisiva e nas produções textuais de escolares. As variáveis independentes consideradas são sexo, escolaridade, idade, distância, traços semânticos pronomes que encabeça a relativa. Os resultados apontam para a tendência de a cópia ser prevalente na função de sujeito com valor de tópico como estratégia de focalização e, assim, confirma a trajetória das cortadoras no PB. Testes com ferramenta tecnológica não comprovam a percepção dos falantes com relação às construções, embora haja algum impacto do letramento formal que concorre para empregos de construções e de estilos monitorados, retraindo a mudança no sentido contrário ao curso natural que vem tomando no português do Brasil.

Palavras-chave: Construções relativas; Mudança Linguística; Letramento; Tecnologia.

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq. E-mail:ceciliamollica@terra.com.br.

2 Doutoranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail:daillaneavelar@gmail.com.

3 Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail:hadinei@gmail.com.

Recebido em: 19/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Abstract

This article analyzes the effect of contact, literacy and technology on linguistic change. The dependent variable under analysis are pronominal anaphors in relative clauses in different syntactic functions. The analysis explores data from PEUL samples and is complemented with digital platform testing and data from the last decade in the television media and from textual productions of students attending basic education. The independent variables considered are gender, schooling, age, distance, and semantic features of the pronoun, heading the relative clause. The results point out the tendency to copy of the NP antecedent of the relative pronoun in the function of subject as a focalization strategy, confirming the trajectory of the chopping constructions (omission of the preposition before the relative pronoun in oblique functions) in Brazilian Portuguese. Technological tool tests do not prove the speakers' perceptions in relation to non-standard constructions although there is some impact of formal literacy that competes for uses of more monitored styles, refraining the course of change in its opposite direction to the natural course it has been taking in Brazilian Portuguese.

Keywords: Relative clauses; Language variation and change; Literacy; Technology.

Introdução

Este artigo focaliza o efeito do letramento na mudança linguística voltando-separa o uso das anáforas pronominais em construções relativas, analisadas inicialmente em Mollica (1977). Baseia-se em resultados registrados em Relatório de Bolsa de Iniciação Científica – CNPq processo: 101454/89-8, em evidências nas produções textuais de alunos e em dados coletados da mídia televisiva contemporânea. A utilização aparentemente redundante de um elemento pronominal anafórico dentro de uma construção relativa, em tempo real, também é manifestada variavelmente por falantes mais ou menos letrados, seja por jornalistas, seja por alunos de diversos níveis de ensino.

Para Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), estudar a língua em mais de um momento possibilita compreender suas transformações no tempo. Pesquisas que têm por objetivo verificar o processamento espontâneo dos falantes nos lares, entre amigos, nos clubes, parques, entre outros, são importantes para apontar o efeito dos fatores linguísticos e extralinguísticos. Quanto à cópia nas relativas, a principal hipótese é a de que haveria uma diminuição do uso da anáfora devido ao aumento da escolarização do falante ou em função de outras variáveis, como o fato de o indivíduo passar a ler mais, a assistir a telejornais, a ter contato com falantes de nível escolar superior ao seu.

Vale então perguntar:

1. Estaria ocorrendo uma mudança estrutural motivada funcionalmente, com maior inci-

dência do fenômeno em posição de sujeito em relação à de objeto indireto?

2. Há uma relação de contato com as variantes de prestígio nas instituições como a agência escolar?

Os dados para a análise são da Amostra Paineis, constituída de 16 falantes entrevistados na década de 80 e reentrevistados 20 anos depois pela equipe do Programa de Estudos sobre os Usos da Língua, de acordo com o detalhamento em Paiva e Duarte (2003), computando 32 indivíduos em ambas as faixas temporais. Os percentuais do pronome cópia obtidos do levantamento dos *corpora* mencionados são ratificados por usos no século XXI, na fala e na escrita.

Atualmente, são muitas as ocorrências de *cortadoras* e *copiadoras* em programas televisivos, bem como as evidências em registros escritos produzidos por estudantes no Ensino Básico e Ensino Médio. Foram descartados referentes em primeira pessoa, como em *Porque eu sou uma criatura que eu tenho pena de todo mundo* (Amostra Censo), *Eu sou um cara que eu sou difícil de conviver*. Não foi considerada também a repetição do próprio termo na oração relativa, como em *Ela foi enfrentar um cara que o cara falou que era um assalto* (Amostra Tendência), tanto quanto a repetição realizada por um termo pronominal não pessoal e sim demonstrativo, como em *Houve umas brigas, umas confusões que eu não quero esquentar a cabeça com isso*. (Amostra Censo). Também não entraram no arquivo de dados, para análise, cópias expressas por *nós* e *a gente*: *Mas tem pessoas conhecidas aqui que nós* (pessoas + eu) *se encontramos, conversamos* (Amostra Tendência), *O Maguito, o* (inint.) *e os gêmeos também que a gente* (eu + Maguito + o (inint.) + os gêmeos) *estudamos juntos* (Amostra Tendência).

Análise em painel

Na comparação em painel das amostras 1980 e 2000, constata-se o decréscimo no emprego de cópias por meio de pronomes anafóricos que recuperam o SN cabeça. Aparentemente, é quase imperceptível a mudança nos indivíduos.

Amostras analisadas	% com anáfora	Peso Relativo
Censo – 1980	24/415= 6%	0.46
Recontato – 2000	14/334= 4%	0.55

Tabela 1: % Global da incidência da anáfora

Com diferença de 2% apenas num espaço curto de 20 anos, é possível afirmar que o fenômeno da cópia diminui enquanto aumenta a preferência pelas relativas cortadoras. Notem-se, porém, os percentuais arrolados na Tabela 2 de uso de anáforas. Por indivíduo, os usos são reveladores das condições por que são motivadas as anáforas quando emergem.

Falante	Amostra Censo (1980)	Amostra Recontato (2000)
Inf. 1	1/14= 7,1% &	0/16= 0% &
Inf. 2	3/19= 15,8%	2/22= 9%
Inf. 3	2/20= 10%	1/18= 5,5%
Inf. 4	0/16= 0% *	1/11= 9% *
Inf. 5	0/16= 0% *	1/19= 5,3% *
Inf. 6	1/31= 3,2% #	1/32= 3,1% #
Inf. 7	0/10= 0% *	1/18= 5,5% *
Inf. 8	1/38= 2,6% * #	1/36= 2,8% *#
Inf. 9	3/50= 6% &	0/17= 0% &
Inf. 10	1/20= 5%	1/13= 7,7%
Inf. 11	3/21= 14,3% &	0/11= 0% &
Inf. 12	4/25= 16% &	0/5= 0% &
Inf. 13	0/41= 0% *	2/23= 8,7% *
Inf. 14	3/22= 3,6% *	2/38= 5,3% *
Inf. 15	1/28= 3,6% #	0/22= 0% &
Inf. 16	1/43= 2,3% *#	1/35= 2,8% *#

Tabela 2: Percentual do fenômeno por indivíduo nas décadas de 1980 e 1990⁴

O quadro comparativo aponta que: a) alguns falantes alcançaram a redução de 100%, casos explicados ou pela escolarização, ou por exigências do mercado de trabalho, conforme a vida particular de cada indivíduo; b) o indivíduo obteve uma redução da forma não *standard* pouco ou nada expressiva, que se pode considerar estabilidade: incluímos como ocorrência de não mudança os falantes que apresentam um sutil (ínfimo) aumento desse percentual de 2,3% para 2,8 ou ainda de 3,6% para 5,3%; c) outros indivíduos exibiram aumento no índice do pronome cópia. Essa elevação no percentual pode ser esclarecida pelo fato de o falante já fazer uso da forma estigmatizada, conforme verificado nos anos 80, além de os sujeitos não terem passado por nenhuma modificação em suas vidas que viesse a tolher a progressividade da anáfora.

4 *Esses falantes que tiveram um aumento no percentual de incidência da anáfora explicam-se por motivos psicolinguísticos, visto que todos os casos encontrados ocorrem com distância entre o sintagma nominal e o relativizador.

Esses falantes apresentaram uma relativa estabilidade nesse espaço de tempo. Tais resultados podem ser esclarecidos ou pela não alteração do grau de instrução, ou pela não atuação desses indivíduos num mercado de trabalho que lhe exija o uso da forma padrão.

& Esses falantes apresentaram uma redução total nesse período temporal. Tais casos podem ser explicados, ou pela escolarização, ou pelas exigências do mercado de trabalho.

Em outras palavras, o falante já possuía a forma não *standard* e não houve nenhuma mudança em sua vida, como exigência de trabalho, alteração no nível escolar, obtenção de hábitos de leitura.

O letramento é vetor para a elevação de variedades prestigiadas e o aumento de anáforas no nível superior se deve à função claramente tópica de seu emprego.

Variáveis (A)	Amostra 1980 – Censo		Amostra 2000 – Recontato	
	Percentual (B)	Peso relativo (C)	Percentual (D)	Peso relativo (E)
Fundamental I	15/198=8%	0.61	2/92= 2%	0.32
Fundamental II	7/120=6%	0.55	1/30= 3%	0.48
Ensino Médio	5/196=3%	0.36	5/114= 4%	0.47
3º grau	-	-	6/98=6%	0.69

Tabela 3: Efeito da escolaridade sobre a emergência da anáfora

A escolaridade é pouco relevante, à exceção dos falantes que galgaram o nível universitário: vale conferir os percentuais e pesos relativos na amostra recontato nas colunas D e E. Na Tabela 4, as frequências do pronome cópia em cada série não levam em consideração a lacuna temporal. Foi preciso juntar os dados dos indivíduos de ambas as amostras. Pelos resultados que se seguem, ratificamos a atuação da instituição escolar como força inibidora da inovação linguística.

Nível escolar	% com anáfora	Peso Relativo
Primário (P)	16/184= 9%	0.45
Ginásio (Ensino fundamental) (G)	10/131= 8%	0.53
Segundo Grau (Ensino médio) (S)	13/271= 5%	0.48
Terceiro Grau (T)	6/98= 6%	0.61

Tabela 4: A atuação da escolaridade sobre o pronome cópia

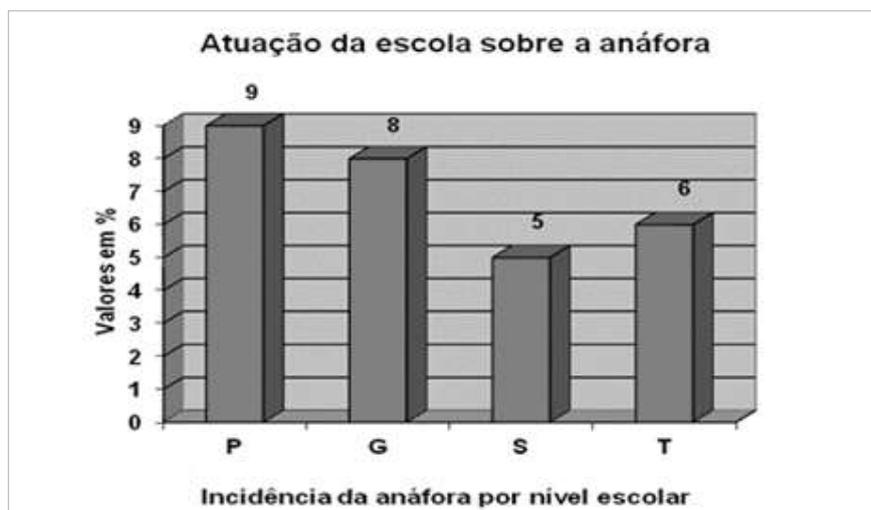


Gráfico 1: Atuação da escola sobre a emergência da anáfora

Com efeito, a escolaridade é variável de forte atuação para a redução dos casos em que a anáfora não é funcional: *A menina que eu trabalhei com ela*. Já nos casos em que é funcional, *Eu ganhei um cachorro da raça pequenez doentinho da minha professoraparticular que ele não sobreviveu*, a distância maior do operador da relativa exerce influênciana memória imediata concorrendo para a emergência da cópia.

Na Tabela 5, observem-se os quantitativos em relação à variável distância.

Variável	Am.Censo (1980)	Am. Recontato (2000)	% Geral
+ Distância	9/69= 13 %	12/102= 12%	21/171= 12,3%
- Distância	5/265= 2%	12/313= 4%	17/578= 3%

Tabela 5: Efeito da variável Distância sobre a emergência da anáfora

Mesmo o falante exibindo mais alta escolarização, pelos percentuais expostos na Tabela 5, o pronome cópia tem maior incidência quando há elemento interveniente entre o referente e o pronome relativo, como em *A menina de cabelo louro com lacinho vermelho na cabeça que ela quebrou a perna ontem* (Amostra). Pelo fato de haver mais anáfora concomitante à maior distância, o motivo se deve ao processamento linguístico. Em alguns contextos, para que haja maior clareza comunicativa entre os interlocutores de uma conversa, a anáfora torna-se recurso eficaz para que o indivíduo resgate ou retome o referente anterior.

No que diz respeito à variável animacidade, a tendência universal segundo a qual o índice de ocorrência da anáfora é maior com referente humano e animado, é ratificada. Os resultados das Tabelas 6 e 7 reafirmam o efeito importante de +animacidade para a emergência de anáforas em função de sujeito e objeto indireto.

Variável	Amostra Censo (1980)	Am.Recontato (2000)	% Geral
+ Humano	12/168= 7%	23/239= 10%	35/407= 8,6%
- Humano	2/166= 1%	1/176= 1%	3/342= 0,9%

Tabela 6: Efeito da variável Animacidade sobre a emergência da anáfora

Variável Função	Am. Censo (1980)	Am. Recontato (2000)
Sujeito	12/230= 5%	18/283= 6%
Objeto Indireto	0/80= 0%	1/10= 10%

Tabela 7: % da anáfora em função de Sujeito e de Objeto Indireto

No estudo de recontato, desconsideramos as funções de adjunto adverbial e adnominal em razão de as ocorrências serem raras. No entanto, estudos subsequentes vêm verificando que os sintagmas preposicionados apresentam mais anáforas, como em *este é o piloto que eu aposto nele sempre*. As anáforas, na amostra (2000), concentram-se integralmente na posição de sujeito, confirmando a tendência do PB para as cortadoras; na amostra mais antiga (1980), as anáforas aparecem nas funções de sujeito e de objeto indireto, nesta última com maior frequência. Embora na posição de sujeito não haja diferença estatisticamente significativa em relação à

posição de objeto indireto, a variação é relevante mediante redução total. A ausência da anáfora em posição de objeto indireto no recontato com os mesmos indivíduos leva-nos a supor que a variação esteja se concentrando no domínio sintático do sujeito, em utilização mais propriamente funcional da anáfora como recurso de topicalização. A hipótese de que o PB é uma língua de proeminência de tópico se confirma.


A [menina] do Paulo, que *ela* está fazendo aniversário hoje.

Figura 1: A anáfora como recurso de topicalização

Atestou-se apenas um único caso de anáfora na posição de objeto indireto, corroborando o valor funcional de topicalização e focalização, assim como a tendência para prevalência de relativas cortadoras em contextos em que não está envolvida qualquer questão informacional. No entanto, em Mollica (1977), há índices interessantes de cópia como objeto indireto. É notável o indício de a anáfora estar sofrendo encaixamento funcional e sua ausência ser prova da trajetória das cortadoras.

Reagrupamos os indivíduos de acordo com a faixa etária de 7 a 14 anos, em que os informantes, em sua maioria, estão se alfabetizando e ainda não ingressaram no mercado de trabalho; de 15 a 25 anos, em que os falantes já possuem nível escolar superior e/ou até mesmo universitário; de 26 a 49 anos, em que os indivíduos se concentram em plena atividade de trabalho, um período de grande tensão linguística, uma vez que a permanência no mercado produtivo exige a utilização da norma culta; a partir de 50 anos, período que chamamos de distenso (na ocasião da constituição da amostra), por haver *relaxamento* linguístico nos casos de pouca ou nenhuma atividade trabalhista, quadro que mudou na atualidade em razão do aumento da expectativa de vida, do envelhecimento da população. Esse reagrupamento da faixa etária não foi selecionado como relevante pelo programa estatístico, mas os percentuais podem ser observados a seguir.

Variável	% com anáfora	% sem anáfora
7-14 anos	5/50= 10%	45/50= 90%
15-25 anos	11/162= 7%	151/162= 93%
26-49 anos	16/260= 6%	244/260= 94%
A partir de 50 anos	13/212= 6%	199/212= 94%

Tabela 8: Resultados em relação à faixa etária⁵

Reagrupando os indivíduos de ambas as amostras em relação à escolaridade e anulando a variação temporal, o processamento dos dados selecionou essa variável como um fator relevante para a incidência da anáfora: 9% de pronome cópia pelos do Fundamental I; 8%, pelos do

⁵ Percentuais pertinentes à junção das Amostras Censo e Recontato.

Fundamental II; 5%, pelos do Ensino Médio; e 6%, pelos do nível universitário. Nesse ponto, vale ressaltar que os dados, com anáfora, realizados pelos falantes de nível escolar superior, ocorreram com distância, resultado que confirma que a escolaridade não atua na redução da variante desprestigiada quando ela possui valor funcional. Em outros termos, os falantes com grau de instrução maior não utilizam a anáfora em casos sem distância, o que revela que a escolaridade atua em contexto de baixa funcionalidade (com a ausência da distância e mais estigma). Na tabela abaixo, estão os resultados com pronome cópia com e sem distância por nível escolar.

Combinações	% com anáfora	% sem anáfora
D + P	8/43= 19%	35/43=81%
d + P	6/130= 5%	124/130= 95%
D + G	10/66=15%	56/66=85%
d + G	10/214= 5%	204/214= 95%
D + S	5/38= 13%	33/38= 87%
d + S	0/95= 0%	95/95= 100%
D + T	5/15= 33%	10/15= 67%
d + T	0/83= 0%	83/83= 100%

Tabela 9: Resultados amalgamando a escolaridade e a distância⁶

Ao utilizarem o pronome cópia, como reforço ao referente, os falantes realizam uma construção duplamente estigmatizada, quando em posição de sintagma preposicionado, pois se utilizam da reduplicação pronominal, como em *O bolo que eu gosto dele*⁷. Ao amalgamarmos a escolaridade à função, somente os falantes menos escolarizados empregam a anáfora em sintagmas preposicionados (adjunto adverbial, objeto indireto). Os informantes mais escolarizados utilizam exclusivamente em posição de sujeito, como inovação ou como topicalização.

Combinação	% com anáfora	% sem anáfora
P + Suj.	12/141= 9%	129/141= 91%
P + Sprep.	1/16= 6%	15/16= 94%
G + Suj.	16/198= 8%	182/198= 92%
G + Sprep.	2/18= 11%	16/18= 89%
S + Suj.	4/85= 5%	81/85= 95%
S + Sprep.	0/8= 0%	8/8= 100%
T + Suj.	5/43= 12%	38/43=88%
T + Sprep.	0/2= 0%	2/2= 100%

Tabela 10: Resultados amalgamando a escolaridade e a função⁷

Os resultados a seguir corroboram a concentração da anáfora em posição de sujeito por questões psicolinguísticas: 23% do pronome cópia em função de sujeito ocorrem concomitantemente ao traço de mais distância (D).

⁶ Percentuais pertinentes à junção das Amostras Censo e Recontato.

D = mais distância; d= menos distância; P= Primário; G= Ginásio; S= Segundo grau; T= Terceiro grau.

⁷ Percentuais pertinentes à junção das Amostras Censo e Recontato.

Suj.= Sujeito da oração; Sprep.= Sintagma Preposicionado.

Combinação	% com anáfora	% sem anáfora
Suj. + D	26/113=23%	87/113=77%
Suj. + d	11/354= 3%	343/354= 97%
Obj.Ind. + D	0/1= 0%	1/1= 100%
Obj.Ind. + d	1/12= 8%	11/12= 92%
Adj. Adv. + D	1/5= 20%	4/5= 80%
Adj. Adv. + d	1/26= 4%	25/26= 96%

Tabela 11: Resultados amalgamando a função e a Distância⁸

Atesta-se ainda o perfil favorecedor ao processamento da anáfora com mais distância.

Combinação	% com anáfora	% sem anáfora
F + D	7/59= 12%	52/59= 88%
F + d	2/193= 1%	19/193= 99%
F + D	16/51= 31%	35/51= 69%
F + d	8/165= 5%	157/165= 95%

Tabela 12: Resultados amalgamando os favorecedores e a distância⁹

Efeito da tecnologia e da escola

Batista & Mollica (2015), através de testagem aplicada em ambiente virtual, investigaram a percepção e avaliação de alunos da Educação Básica em relação às construções relativas. Os alunos foram motivados a revisar enunciados compostos de relativas copadoras e cortadoras, mas as respostas dos utentes via web evidenciam que uma geração de internautas se mostra desatenta em eliminar construções desprestigiadas.

A pesquisa possibilitou diagnosticar que a escrita formal padrão sofre forte influência de construções típicas da oralidade, semelhante aos achados de Quadrio (2016). O impacto dos materiais instrucionais e da educação formal não tem surtido o efeito esperado em relação a empregos linguísticos monitorados, a não ser que trabalhados com metas claras, como o fez Mollica (2003). O estreitamento com novas tecnologias, pois, é simplesmente indiferente.

Os estudos de Weinreich (1970 [1953]) aprofundaram o conhecimento sobre o contato, abordando questões voltadas à manutenção e substituição de formas em relação ao isolamento geográfico da comunidade, religião, escola, casamentos interétnicos. Entre outros aspectos, demonstram como o estreitamento entre comunidades e o letramento variáveis concorrem para o exame de acomodação por parte de falantes na produção de variantes de prestígio (WEINREICH, 1970 [1953], p. 86):

⁸ Percentuais pertinentes à junção das Amostras Censo e Recontato.

Suj.= Sujeito da oração; Obj. Ind.= Objeto indireto; Adj. Adv.= Adjunto Adverbial

⁹ Percentuais pertinentes à junção das Amostras Censo e Recontato.

f = falantes que não são favorecedores à realização da anáfora

F = falantes que são favorecedores à realização da anáfora

Socio-cultural factors which can determine personality traits [traços], preferred languages habits, and typical speech situations are relevant to the control of interference. To ascertain how the various factors may best be grouped and studied is a formidable sociolinguistic research problem itself.

No que diz respeito à escola, notamos que o ensino formal tem forte influência na fala do indivíduo. Muitos estudos mostram como a escola pode inibir a pronúncia de formas não *standard* (WEINREICH, 1970 [1953], p. 88):

The school, for instance, in most literate societies checks people's freedom of speech behavior and acts as a deterrent to the "free" development of the language. In the unilingual situation it helps maintain a conservative, standardized language; in the bilingual situation it supports, in addition, the norms of the language against unchecked foreign borrowings.

Para Votre (2008, p. 51), a escola "atua como preservadora de formas de prestígio, face à tendência de mudanças em curso nessas comunidades". Quanto mais alto o nível de escolaridade do informante, maiores as chances de utilizar formas prestigiadas. Em relação ao estudo de Avelar (2015), isso ficou comprovado, todavia nada se confirmou até agora em Educação quanto às vantagens dos recursos tecnológicos.

Avelar (2015) pesquisou a palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ diante de /i/ na fala dos atuais descendentes de imigrantes italianos de Santa Teresa/ES. As oclusivas dentais podem ser pronunciadas de duas formas: como [ti] e [di], em algumas variedades do português e, em outras variedades, palatalizadas [tʃ] e [dʒ], forma mais usada na maioria dos estados brasileiros. Na Grande Vitória/ES, o /t/ e /d/ sofrem o processo de palatalização, ou seja, as pronúncias podem ser: [ta, te, tɛ, tʃi, to, tɔ, tu] ou [da, de, dɛ, dʒi, do, dɔ, du]. Os fonemas /t/ e /d/ nas línguas de imigração italiana apresentam distinção fonológica entre /t/, /d/, /tʃ/ e /dʒ/, portanto a troca altera o sentido. Dessa forma, descendentes de imigrantes italianos utilizam a pronúncia das oclusivas dentais com influência do dialeto italiano, como [ti] e [di], *direitinho, existia, latim, assisti, científico enchente, principalmente, antigamente, parte, lotes e vinte*.

Os resultados de Avelar informam que os informantes que passaram mais tempo na escola palatalizaram mais; já os menos escolarizados utilizaram o português com forte influência do dialeto italiano. O estudo constatou também que os mais jovens estão perdendo as marcas linguísticas da língua de imigração em relação aos mais velhos. Em linhas gerais, os dados evidenciam que a pronúncia de /t/ e de /d/ diante de /i/ com influência da língua de imigração é favorecida pelos homens menos escolarizados com mais de 50 anos. Os resultados indicam mudança em progresso, proveniente do contato linguístico: os indivíduos mais jovens apresentam poucas marcas do italiano que, com o tempo, deixará de ser falado. Um paralelo interessante pode ser traçado com os sujeitos mais jovens e mais velhos na escola com relação aos usos de

relativas cortadoras, se bem que encontramos, de oitiva, inúmeras ocorrências de cortadoras e copiadoras produzidas por jornalistas de diferentes idades, na mídia televisiva, com nível superior.

Em síntese

No que diz respeito às relativas copiadoras, a análise em painel demonstra declínio de anáforas pronominais, salvo nos contextos em que a focalização do referente é proposital. Os fatores linguísticos distância, animacidade e função apontam variação tímida, pressionada por força de retração do grau de escolaridade: a tendência às cortadoras é vetor de normatização da regência de verbos como *precisar*, *referir*, *falar*, *participar*, por exemplo, na direção da deriva de transitividade direta do PB.

Os falantes se mostram pouco sensíveis ao fenômeno das relativas, conforme atestou o estudo de Batista & Mollica (2015), pois são influenciados pelo impulso geral à simplificação das construções subordinadas. As cortadoras configuram evidente estratégia de esquiva, já que a copiadora requer operações sintáticas e cognitivas mais complexas.

1. Essa cerimônia que ela participou hoje que tava o Ministro Tofoli é para mostrar a confiabilidade do nosso sistema democrático.....” (Jornalista da Globonews, em 11/10/2018).

2. Vai haver um evento que reunirá um conjunto de mães que os filhos sumiram e os corpos não foram recuperados. (Jornalista da Globonews, em 15/10/2018).

3. Dá pra fazer uma refeição simples sem carboidrato que você pode adquirir açúcar no sangue. (apresentadora do MAIS SAÚDE, em 15/10/2018).

Em comparação a formas como *nós vai*, as relativas cortadoras não são tão estigmatizadas. A sensibilidade reduzida dos falantes em relação à operação canônica das construções relativas possivelmente decorre de completo desconhecimento gramatical, de impulso a processamento de construções mais econômicas, opção pelas construções menos marcadas.

É de se supor que a abordagem atualmente feita na escola não parece suficiente para despertar no alunado atitude estigmatizadora em relação a construções não monitoradas, e tal fato ainda pode explicar-se por eventuais diretrizes pedagógicas implementadas no que tange ao ensino de gramática. Se assim for, confirma-se que os padrões normativos não são condição suficiente para a constituição de avaliação positiva ou negativa e para o estabelecimento do preconceito linguístico.

Referências

AVELAR, D. dos S. *A variação das oclusivas dentais por descendentes de imigrantes italianos em Santa Teresa/ES*. Vitória: UFES, 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) em Programa de Pós-Graduação em Linguística. Faculdade de Letras, UFES, Vitória, 2015.

MOLLICA, M.C. *Estudo da Cópia nas Construções relativas em Português*. Rio de Janeiro: PUC - Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado em Linguística) em Programa de Pós-Graduação em Linguística. Faculdade de Letras, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1977.

MOLLICA, M.C. *Da fala coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: Editora 7LETRAS, 2003.

QUADRIO, A. *A hipossegmentação no segundo segmento do ensino fundamental – alunos típicos e atípicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Dissertação (Mestrado em PROFLETRAS) em Programa de Mestrado Profissional em Letras. Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

VOTRE, S.J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M.L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008. p.51-57.

WEINREICH, U. *Language in contact; findings and problems*. Paris: The Hague Mouton, 1970 [1953].

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.L. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Sobre Dinah Callou — Maria Cecília Mollica¹⁰

10 Dedicamos a presente análise à **Profa. Dinah**, pela notável habilidade em saber despertar o respeito e admiração de muitas gerações.



UMA BREVE INCURSÃO PELOS DOMÍNIOS DE CALLOU: A MELODIA DA FRASE, A SINTAXE E O DISCURSO¹

A BRIEF STUDY IN CALLOU'S DOMAIN: THE INTONATION OF THE SENTENCE, SYNTAX AND DISCOURSE

*Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva*²

*Eliaine de Moraes Belford Gomes*³

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar resultados recentes sobre a investigação da estrutura [SN + Pronome Anafórico + Verbo], no Português Brasileiro, como se verifica em: “**Esse material teórico ele vai subsidiar** também as discussões...”, na qual um pronome anafórico (ele) aparece, retomando o SN (esse material teórico). A pesquisa investigou a modalidade oral, através da análise de um *corpus* produzido em situações reais de uso e constituído por vídeos do site www.youtube.com, a partir do ano de 2010. Recorrendo a princípios da Linguística Funcional e da Sociolinguística Variacionista, foi investigada a ocorrência dessa estrutura em três gêneros discursivo-textuais: sermões religiosos, entrevistas televisivas e aulas expositivas. De um modo geral, os resultados apontaram a ocorrência do pronome anafórico sendo favorecida por motivações discursivo-funcionais. Damos destaque a três dessas motivações: a presença de material interveniente entre SN e Verbo, a mudança de função sintática e o traço de animacidade. Além da análise desses contextos linguísticos, foi feita, também, uma breve comparação de aspectos prosódicos das formas variantes, em que se verificou a presença de movimentos melódicos que

1 Nossos sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. João Antônio de Moraes (UFRJ), à Profa. Dra. Sabrina Lima Cerqueira (UnB) e à Profa. Carolina Gomes da Silva (UFPB), pela valiosíssima ajuda quanto ao uso do programa computacional PRAAT e quanto à análise prosódica do fenômeno.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: vparedessilva@gmail.com.

3 Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. E-mail: eliaine@hotmail.com.

Recebido em: 27/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

permitem diferenciar uma estrutura da outra. Tecemos algumas comparações com o trabalho de Callou *et alii*, que foi pioneiro na análise prosódica da estrutura em análise.

Palavras-chave: Tópico; Funcionalismo; Sociolinguística; Prosódia.

Abstract

This article aims to present recent results on the investigation of the structure [NP + Anaphoric Pronoun + Verb], in Brazilian Portuguese, as it is illustrated in: “**This theoretical material it will also support** the discussions...”, in which an anaphoric pronoun (it) appears as a correfe-rent to the NP (this theoretical material). The research investigated the oral modality, through the analysis of a *corpus* produced in real situations of use. It consists of videos from the site www.youtube.com, from the year 2010 on. The analysis of this structure was based on prin-ciples from Functional Linguistics and Variationist Sociolinguistics. Three discursive genres were analyzed: religious sermons, television interviews and expository classes. In general, the results showed the occurrence of the anaphoric pronoun as being favored by discursive-func-tional motivations. In this article, three of these motivations are emphasized: the presence of intervening material between NP and V, the syntactic function change and the animacy feature. Besides the analysis of these linguistic contexts, a brief comparison of prosodic aspects of the variant forms was developed. The presence of melodic movements was verified, allowing to differentiate one structure from the other. Some comparisons with Callou *et alii* results were made taking into account the fact that they were pioneer in the prosodic analysis of the structure here analyzed.

Keywords: Topic; Functionalism; Sociolinguistics; Prosody.

Os filmes de ficção científica apresentam robôs que falam numa altura invariá-vel, sem elevações ou quedas. O efeito esperado é o de uma fala não-humana, porque os seres humanos nunca falam daquele jeito (TRASK, R.L. *Dicionário de Linguagem e Linguística – Verbetes entonação* – Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2004)

Introdução

Todos sabemos que a maneira de falar das pessoas provoca avaliações, do tipo *nordestino fala cantado*, *carioca tem uma fala arrastada*, etc., que acabam resultando em atitudes precon-ceituosas.

Tais avaliações, baseadas nos traços suprasegmentais de altura, intensidade e duração, relacionam-se tanto à pronúncia de palavras como à das frases – a chamada entonação ou pro-sódia. Foi a partir da segunda metade do século passado que os estudos de prosódia receberam forte impulso (cf. CHAFE, 1994, p.56). O espectrógrafo tornou possível analisar de forma ob-jetiva tais traços suprasegmentais, o que acabou por conferir maior rigor e precisão aos estudos de prosódia.

Ao mesmo tempo, se a prosódia se aplica à frase, esta deve ser examinada nos seus com-ponentes (estrutura) e contexto de uso. Nesse sentido, o capítulo de Li (1976) sobre a preva-

lência de construções sujeito-predicado ou construções tópico-comentário nas línguas, discute a distinção entre línguas mais voltadas para a sintaxe e línguas mais direcionadas ao discurso. Podemos ilustrar essa dicotomia através da oposição entre a estrutura sujeito-predicado, do âmbito da sintaxe tradicional, e a combinação tópico-comentário, referente à organização da informação no discurso. Via de regra, o falante tende a tomar como ponto de partida do enunciado a informação que supõe já conhecida para o ouvinte, a informação velha, à qual acrescenta uma informação nova.

Enquanto as relações sujeito-predicado foram, de longa data, objeto de estudo da sintaxe tradicional, as categorias tópico-comentário, de natureza discursiva, são exploradas, no início do século XX, como tema/rema no Funcionalismo de Praga, com Mathesius, e mais tarde com Jan Firbas, na década de 60. Posteriormente, na década de 1980, estudos sobre o Português Brasileiro (doravante PB), baseados na fala corrente (PONTES, 1981 e 1987) vieram colocar em pauta a discussão sobre o português falado e sua distinção face ao português escrito. Estaria em curso uma mudança de tipologia, de língua Sujeito-Predicado para Língua de Tópico? Ou seria o PB uma língua intermediária, como outras (inglês, francês), combinando as duas possibilidades?

O estudo das chamadas Construções de Tópico (doravante CTs) no PB passou a ser alvo da atenção de diversos pesquisadores, a partir de então. O fenômeno tem sido observado sob diferentes perspectivas e vertentes teóricas, no âmbito da sintaxe e do discurso, tanto na escrita como na fala. Nesta última, a questão não pode ser dissociada da linha melódica que o falante utiliza para enunciar a frase, ou seja, da entonação, da prosódia, o que reforça a importância da correlação entre os estudos de prosódia e de sintaxe-discurso.

Nosso ponto de partida nesta discussão toma como referência capítulo publicado em 1993, por Callou, Moraes *et alii*, integrando o conhecido projeto NURC (Norma Urbana Culta) e visando à elaboração de uma Gramática do Português Falado.

Em tal capítulo, o conjunto de autores, vinculados a diferentes sub-áreas de investigação, reúne-se para descrever aspectos distintivos da chamada Topicalização (doravante TOP) e do Deslocamento à Esquerda (doravante DE). Simplificadamente, retomamos os exemplos iniciais dos autores para cada construção:

1. **Feijão** eu como. (TOP)

2. **Os livros**, eu encontrei *eles* em cima da mesa. (DE)⁴

A análise feita pelos pesquisadores mostrou que a diferença entre tais estruturas não é

4 Vemos aqui um embate com o que é preconizado pela Gramática Normativa (tratar-se-ia de um pleonasma). Porém o Projeto em causa visava descrever o PB em uso, a partir de dados reais.

muito marcada. A prosódia parece ser um traço redundante, acompanhando a distinção sintática. Entretanto, se a comparação figurar entre construções tópico-comentário e sujeito-predicado, diferenças relevantes são observadas. A prosódia se apresenta como um traço distintivo nas estruturas tópico-comentário *vs* sujeito-predicado, sendo, às vezes, a única característica que diferencia as construções referidas.

Desde então, inúmeros estudos (desde artigos a Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado) debruçaram-se sobre o tema principal, como verificamos em Braga (1987), Duarte (1995), Vasco (1999 e 2006), Moraes e Orsini (2003), Belford (2006 e 2016), para citar apenas alguns.

Em quase todos eles faz-se menção à necessidade de uma análise prosódica, mas na maioria das vezes, de fato, não passa de uma menção.

Nesta pesquisa⁵, trabalhamos sob a ótica da Sociolinguística Variacionista e detivemo-nos apenas no Deslocamento à Esquerda de Sujeito, ao qual nos referimos como a estrutura [SN + Pronome Anafórico + Verbo], que tomamos como variante da estrutura [SN + Verbo], como se verifica em:

“**A compulsão por compras *ela* é uma compulsão...**” *vs*

“**A compulsão por compras é uma compulsão...**”⁶

Foi constituída uma amostra bastante atual (a partir do ano de 2010), composta por diferentes gêneros discursivos (sermão religioso, entrevista televisiva e aula expositiva), retirados, majoritariamente, do site www.youtube.com. Buscamos estudar a referida construção nos níveis sintático, discursivo e prosódico, sempre tecendo comparações entre as estruturas de [SN + Pronome Anafórico + Verbo] e [SN + Verbo].

O que motivou essa pesquisa foi o fato de ouvirmos com muita frequência esse uso à nossa volta, em situações cotidianas. Ao ir à Igreja ou assistir à televisão, parecia-nos que tais construções se tornavam cada vez mais presentes. E marcadas por uma melodia característica, que elevava o SN inicial para depois enunciar um pronome, melodia essa capaz mesmo de criar uma expectativa de contexto de uso no ouvinte mais atento.

No presente artigo, apresentaremos um recorte dessa análise recente (Belford, 2016), focalizando os fatores motivadores das estruturas em variação e concentrando a exposição, sobretudo, nos resultados encontrados sobre as relações com a prosódia, ainda que de forma bastante incipiente.

5 Os resultados aqui apresentados foram obtidos por Belford (2016), na sua tese de Doutorado.

6 Gênero: Entrevista Televisiva. Tema: Compulsão por Compras. 2015.

Alguns estudos precedentes

Braga (1987) trabalha com os Deslocamentos à Esquerda, realizando uma pesquisa variacionista. A autora utiliza dados do Projeto PEUL/UFRJ, constituído na década de 80 do século passado, que é composto por amostras do discurso oral de falantes não-adultos e adultos. A autora identifica três variáveis linguísticas como favorecedoras do uso dessa construção: o tamanho do SN deslocado à esquerda, a presença de elementos intervenientes entre o SN deslocado à esquerda e seu comentário e o caráter animado do SN deslocado. Observemos um de seus exemplos:

“Para mim, o Renato, vá lá, mas o **Éder**, no outro jogo, *ele* não foi...”,

em que verificamos a presença de elemento interveniente (no outro jogo) e o caráter animado do SN (o Éder).

Callou *et alii* (1993) apontam para a significância dos estudos de interface sintaxe/prosódia. Comparando as construções de sujeito-predicado com as de tópico-comentário, os autores observaram um comportamento entonacional mais regular para as primeiras, em que o padrão neutro (sem modulação) representou 61% das ocorrências. Os autores apontam a existência de marcas prosódicas que diferenciam as construções de tópico-comentário das de sujeito-predicado, sendo o padrão de curva descendente o mais comum nas construções de deslocamento à esquerda. Outro critério utilizado foi a pausa que pode ou não ocorrer nessas construções. Em ambas as estruturas predomina a ausência de pausa. Não apresentaram pausa 74% das construções sujeito-predicado e 88% das construções de tópico-comentário. A prosódia, assim, seria um traço redundante que acompanha a distinção sintática nas construções de tópico.

O trabalho de Orsini (2003) estudou as Construções de Tópico, levando em consideração alguns aspectos prosódicos. A autora constatou que a maioria das construções de sujeito-predicado não apresentou pausa entre ambos. Da mesma forma não se verificou pausa entre tópico e comentário. Entretanto, as construções de Deslocamento à Esquerda apresentaram um comportamento entonacional bem característico, em que se verifica a presença de pausa entre tópico e comentário.

Moraes e Orsini (2003), para determinar a relevância da prosódia na caracterização das CTs, elaboraram um *corpus* controlado, estabelecendo como tópico um sintagma de dois itens lexicais paroxítonos (*meu primeiro emprego*), pois essa estrutura permite uma manifestação mais clara de seu padrão entonacional. A partir dessa análise acústica, os autores evidenciaram três padrões prosódicos para as estruturas observadas. O primeiro padrão foi a subida na segunda tônica maior que na primeira e a sustentação do mesmo nível de altura na postônica final, mais a ausência de pausa, característico da construção de sujeito, da maioria das construções de topicalização e da construção de tópico-sujeito (neste último, com presença de pausa). O segundo padrão atinge uma altura mais elevada na postônica final do tópico, correspondendo às

construções com valor contrastivo. E o terceiro padrão apresenta a primeira tônica com valor de F0 (frequência fundamental) maior que a segunda e descida na postônica final do tópico; presença de pausa, ainda que curta; próprio das construções de deslocamento à esquerda e de tópico anacoluto.

Metodologia

Nesta pesquisa, em se tratando de análise variacionista, procurou-se obter dados do uso corrente da língua. O *corpus* utilizado neste trabalho foi constituído por amostras de fala deste século (a partir de 2010), coletadas do site www.youtube.com, representando diferentes eventos comunicativos, pertencentes a diferentes domínios, segundo a classificação de Marcuschi (2008), a saber: domínio religioso (sermão); domínio jornalístico (entrevista televisiva); e domínio acadêmico (aula expositiva).

Os dados foram produzidos em situações reais de comunicação, não sendo, assim, dados elicitados, mas naturais. Neste ponto, o trabalho se distingue dos anteriores, pois as formas variantes foram obtidas em circunstâncias de uso real da língua.

Apesar de defendermos que essas construções podem apresentar-se como formas alternantes, sabemos que, ao computar todos os sujeitos preenchidos de um *corpus*, necessariamente haveria um desequilíbrio no número de construções-padrão [SN + Verbo] e de construções de tópico do tipo⁷[SN + Pronome Anafórico + Verbo]⁸. Quando se trata de obter dados em variação no âmbito da sintaxe, a exigência de um contexto semelhante em que se encontrem as formas variantes torna-se um complicador, sem dúvida.

Assim, para obter um maior equilíbrio no número de dados, algumas estratégias foram utilizadas. Entre elas, fizemos a seleção do mesmo quantitativo de construções com pronome anafórico para cada gênero analisado e, depois, fizemos o somatório de horas. Selecionamos 90 dados com a estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo], que nos serviram de ponto de referência, em cada gênero.

Em segundo lugar, sentimos a necessidade de delimitar o segmento discursivo, de maneira a obter contextos de variação mais aproximados⁹. Para tanto, adotamos como estratégia um dos critérios de Givón (1983) para aferir a continuidade tópica, conhecido como *distância referencial*. Para o autor, tal medida apresenta um parâmetro de delimitação de unidades tópicas. A *distância referencial* permite avaliar o intervalo entre a ocorrência de um referente e sua

7 A expressão *Construções de Tópico* costuma ser aplicada a vários subtipos, desde o tópico-anacoluto até as construções aqui tratadas, em que o elemento enunciado inicialmente é retomado (ou não) por um pronome.

8 Quando se faz essa contagem, as construções de DE com pronome anafórico não passam de 15%.

9 Não nos esqueçamos de que a variação deve ocorrer, senão no mesmo contexto, em contextos semelhantes. (TARALLO, 1986).

menção prévia no discurso. Esse intervalo é computado, contando-se o número de orações à esquerda. A sugestão do autor para o discurso oral é o limite de 20 orações (à esquerda). Quando o referente/tópico não aparece nesse alcance, finaliza-se a busca e se constata a descontinuidade. Além disso, complementamos a análise com o critério givoniano da *persistência*, que nos ajudou a observar a permanência do tópico no discurso (também nas 20 orações à direita).

Desse modo, tomamos como marco inicial uma ocorrência da estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo] e, consideramos as estruturas [SN + Verbo] que apareceram nas 20 orações anteriores e posteriores ao ponto central, para observar uma possível menção anterior ou sua persistência no enunciado. É o que se verifica no exemplo abaixo.

Gênero Sermão (Tema: Confiança em Deus)

Isaías, capítulo 6: (...) “Ai de mim! Porque eu sou um homem de lábios impuros e habito no meio de um povo impuro. No entanto, eu vi a glória do Senhor.” Quando você **vê** a glória de Deus, você **vê** as suas misérias e **grita**: “Ai de mim. Ai de mim!” E aí o que **acontece**? Você **passa a desprezar** você mesmo, porque você **vê** que você não é o centro. Jesus é o centro. E aí, você **começa a ter** ele como centro da sua vida. Não é mais a tua vontade, é a dele. Não é mais o teu querer, é o dele. **Aí você aprende a confiar em Deus**, porque você **vive** do amor dele. Aí aquelas palavras proféticas do apóstolo Paulo, Gálatas 2.20: “Já não **sou** mais eu que **vivo**, é Cristo que **vive** em mim.” Aí **a confiança ela não vai ser** uma coisa que você vai ter que pedir. (58:17) **Você vai viver essa confiança em Deus**. Ela **vai ser** automática na sua vida. **Você vai andar confiando em Deus em tudo**. “**A confiança de Deus em nossas necessidades temporais**”. E aí eu **encerro** a minha pregação. Oh aqui que bonito. O Evangelho **vai nos ensinar**. Mateus, capítulo 6, verso 25. Meu Deus, 09:47! Gente, eu não **vi** o tempo **passar**. Cês vão **deixar** eu **encerrar** a pregação ou **termino** agora? (Pessoas respondem.) Quem quer que **encerra levanta** a mão. Que **encerra**. Quem **quer** que **continua**? **Calma** aí. Quem **quer** que eu **encerro** a pregação agora? Quem **quer** que eu **continuo**? Rapidinho. 10 minutos. Mateus 6.25: “Portanto, eis que vos digo. Não vos preocupeis por vossa vida, pelo que comereis, nem por vosso corpo, pelo que vestireis. A vida não é mais do que o alimento e o corpo não é mais que as vestes.”

Nesse trecho, a partir da estrutura que tomamos como central (“**a confiança ela não vai ser**”), destacamos aproximadamente 20 orações à sua esquerda e à sua direita (vide verbos destacados na transcrição), buscando a ocorrência do SN ao seu redor. O SN *a confiança* pode ser classificado como um elemento inferível (cf. PRINCE, 1981) de acordo com o conteúdo anteriormente desenvolvido (“**Aí você aprende a confiar em Deus**”), já estando presente no universo discursivo. Além disso, observa-se, também, que o conteúdo e o próprio SN persistem no discurso (“**Você vai viver essa confiança em Deus**.”; “**Você vai andar confiando em Deus em tudo**.”; “**A confiança de Deus em nossas necessidades temporais**.”)

Neste caso, não encontramos propriamente um *par perfeito* para contrapor à construção com DE, mas verifica-se claramente a manutenção do tópico discursivo nas orações seguintes.

Análise

No intuito de identificar as estratégias utilizadas pelos falantes que podem propiciar a ocorrência da estrutura em estudo e, partindo da ideia principal de que o pronome anafórico desempenha um papel discursivo, formulamos algumas hipóteses para a sua realização.

Apresentaremos, neste artigo, algumas variáveis selecionadas através da análise estatística dos dados, bem como uma análise entonacional do fenômeno, dialogando com a pesquisa realizada por Callou *et alii* (1993).

A primeira variável a ser selecionada foi a ocorrência de material interveniente. Alguns autores têm verificado sua influência na realização das Construções de Tópico: Braga (1987); Vasco (1999 e 2006); Autor (2006); Melo (2012); Paula (2012); Cunha Vieira (2014). Observe-mos os exemplos:

a) Presença de material interveniente entre o SN e o Verbo

“... porque **o impulsivo, por si só, ele é** aquele que pode cometer excessos eventuais.” (Entrevista)

“**Muitos comentadores, no meio dessa controvérsia, fizeram,** apontaram exatamente isso.” (Entrevista)

b) Ausência de material interveniente entre o SN e o Verbo

“Às vezes, **o professor ele é** um falante não padrão.” (Entrevista)

“**Todas as línguas funcionam** assim.” (Entrevista)

Fatores	Apl / T	%	PR
Presença de Material Interveniente	80/136	58.8	0.80
Ausência de Material Interveniente	190/830	22.9	0.44
Total	270/966	28	

Tabela 1: Uso de DEs em relação à Presença ou Ausência de Material Interveniente nos três gêneros

Tais resultados indicam que, nos três gêneros como um todo, a presença de material interveniente entre o SN e o verbo favorece o aparecimento de um pronome anafórico.

Observamos, assim, uma primeira função discursiva do pronome anafórico. A interposição de material entre o SN e o verbo representa uma quebra de continuidade, podendo afetar a boa compreensão do discurso. O falante, então, utiliza o pronome como um lembrete do referente para evitar qualquer falha na comunicação.

Em segundo lugar, a mudança de função sintática mostrou-se um contexto favorecedor do

uso do pronome¹⁰. Vejam-se os exemplos, com as estruturas [SN + pronome anafórico + Verbo] e [SN + Verbo] respectivamente.

“O que aconteceu no Egito é que hoje você tem **uma junta militar (objeto)** que é conhecida como ‘scaff’ em inglês. E **essa junta militar (sujeito) ela é formada** por generais do regime Mobarraq...”

“Que o teu ouvido possa escutar **essa palavra (objeto)**.”

“E **essa palavra (sujeito)** hoje **possa quebrar** aquela distância...”

Fatores	Apl / T	%	PR
Mudança de função	129/290	44.5	0.65
Permanência de função	74/309	13	0.35
Total	203/599	15	

Tabela 2: Uso de DEs em relação à Mudança ou Permanência de função do SN nos três gêneros

Verificar que a mudança de função representa um fator importante para o favorecimento do pronome anafórico corrobora seu papel discursivo. Ao destacar o elemento que vai se tornar o tópico, o pronome anafórico exerce um papel nitidamente funcional. Essa troca de papéis, em que o SN é levado à posição de tópico na frase é marcada pelo pronome, geralmente, retomando uma ideia já apresentada no discurso.

A terceira variável selecionada foi a animacidade do SN acompanhado do pronome.

Fatores	Apl / T	%	PR
Traço [+ animado]	146/414	35.3	0.64
Traço [- animado]	124/552	22.5	0.39
Total	270/966	28	

Tabela 3:Uso de DEs em relação ao Caráter Animado do SN nos três gêneros

Esta variável tem se mostrado pertinente não só para o estudo do pronome anafórico, mas também para outros fenômenos linguísticos, como se verifica, por exemplo, em Mollica (1977), na sua pesquisa sobre as relativas; Autor (1988), em seu estudo sobre o uso do sujeito pronominal de 3ª pessoa; e Gomes (2004), no seu estudo sobre o dativo no português brasileiro. Especificamente para o trabalho com a estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo], cabe destacar Braga (1987) e Melo (2012), nos quais o traço [+ animado] se mostrou como a variável mais favorecedora do uso do pronome anafórico.

Os resultados acima apontam para essa mesma direção: o traço [+ animado] do referente parece favorecer a retomada por um pronome anafórico nos três gêneros discursivos aqui analisados.

¹⁰ Cabe ressaltar que, para esse grupo de fatores, foram observados apenas os elementos *velhos*, presentes textualmente, pois não há como observar se houve mudança ou não de função de um elemento inferível.

Braga & Oliveira e Silva (1997) destacam que as entidades com o traço [+ animado], geralmente, agrupam numerosos papéis e, por isso, apresentam a tendência de ser mais salientes tópica e cognitivamente. Além disso, o fato de haver maior quantidade de pronomes pessoais como correferentes a entidades com o traço [+ animado] manifesta sua significância.

Além dos aspectos gramaticais e discursivos abordados no estudo da estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo], algumas questões nos pareceram relevantes no que tange a uma abordagem entonacional desse fenômeno. Nossa observação de dados de fala parecia apontar uma melodia característica dessas construções.

A análise prosódica vem sendo utilizada por diversos autores, sinalizando a importância da sua relação com aspectos gramaticais e pragmáticos, contribuindo para a interpretação de diversos fenômenos linguísticos.

Neste artigo, queremos destacar dois aspectos prosódicos investigados: a comparação da curva entonacional das duas estruturas acima mencionadas e a existência da pausa entre o SN e o verbo.

Inicialmente, tentamos fazer uma seleção de dados com base em Moraes e Orsini (2003) que, ao elaborarem um *corpus* controlado, estabeleceram como tópico um sintagma de dois itens lexicais paroxítonos (*meu primeiro emprego*), pois essa estrutura permite uma manifestação mais clara de seu padrão entonacional. Contudo, encontramos dificuldade, em nosso *corpus* de fala natural, de encontrar pares segundo esse modelo. Decidimos, então, para que os dados se tornassem comparáveis, analisar os *pares mínimos* que nossa amostra nos forneceu:

“E a **nação brasileira** *ela* tem que ser uma nação...” vs

“E a **nação brasileira não pode se tornar** uma nação...”

Ao todo, foram analisadas 31 frases, observando-se a curva entonacional e a pausa.

Quanto à observação da curva entonacional, apresentamos um exemplo de cada gênero, tecendo alguns comentários:

Gênero sermão

1a) “E a **nação brasileira** *ela* tem que ser uma nação...”

1b) “E a **nação brasileira não pode se tornar** uma nação...”

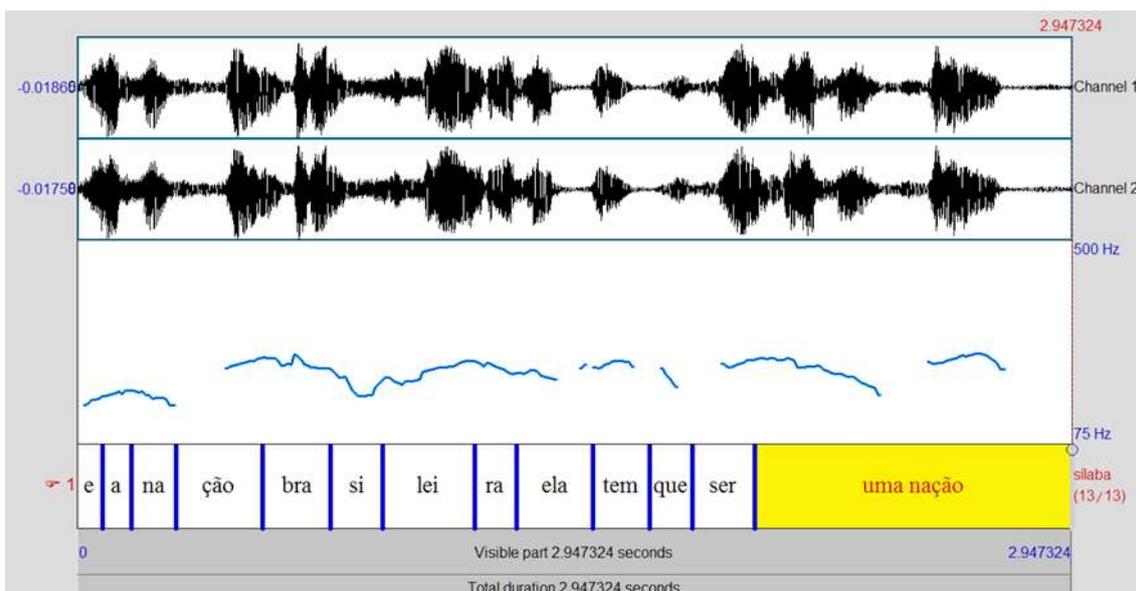


Figura 1: Curva entonacional da sentença “E a nação brasileira *ela* tem que ser uma nação...”

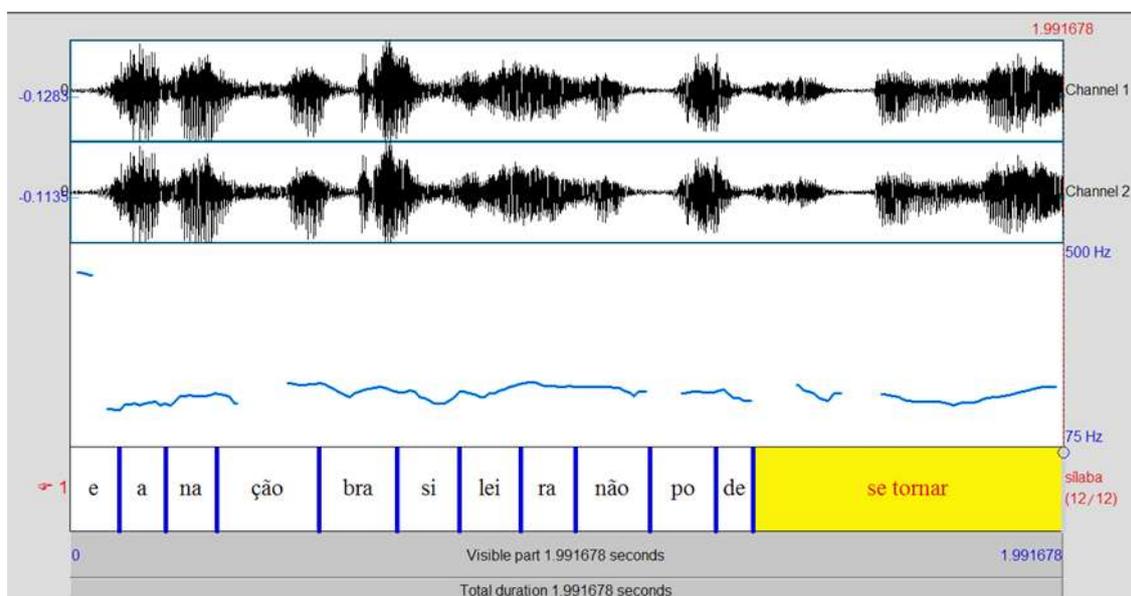


Figura 2: Curva entonacional da sentença “E a nação brasileira não pode se tornar uma nação...”

Na frase 1a, verifica-se uma subida entre o SN e o pronome, com uma pequena queda no pronome, seguida de outra subida no verbo. Na frase 1b, a curva apresenta-se sem inflexão tonal entre o SN e o verbo.

Gênero entrevista televisiva

2a) “A compulsão por compras *ela* é igual à compulsão...”

2b) “porque a compulsão por compras é uma com..., é um...”

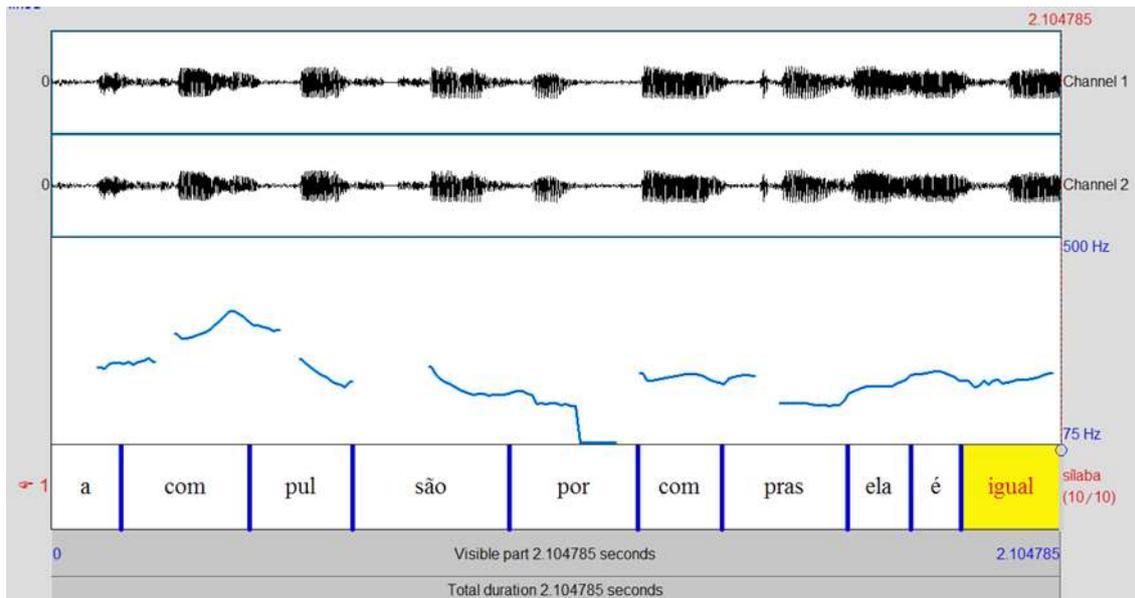


Figura 3: Curva entonacional da sentença “A compulsão por compras *ela* é igual à compulsão...”

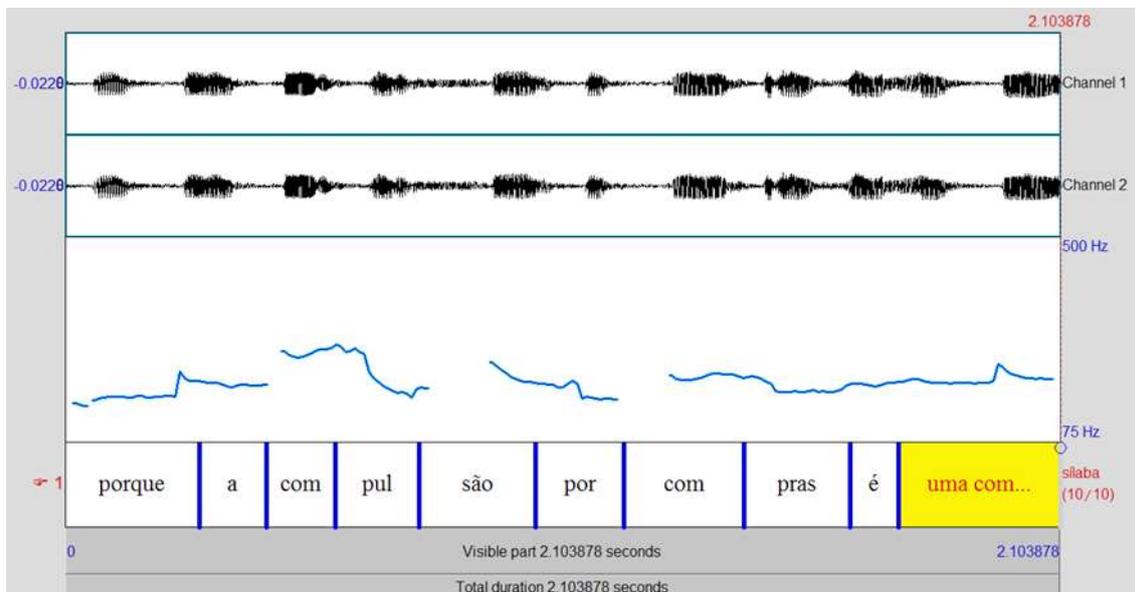


Figura 4: Curva entonacional da sentença “porque a compulsão por compras é uma com..., é um...”

Nesse par de frases representativo do gênero entrevista televisiva, observa-se um contorno semelhante ao primeiro par de frases. Na frase 2a, há uma subida entre o SN e o pronome. Na frase 2b, não se observa esse movimento melódico entre o SN e o verbo.

Gênero aula

3a) “que o cérebro *ele* possui dois hemisférios”

3b) “O cérebro *tem* toda uma técnica...”

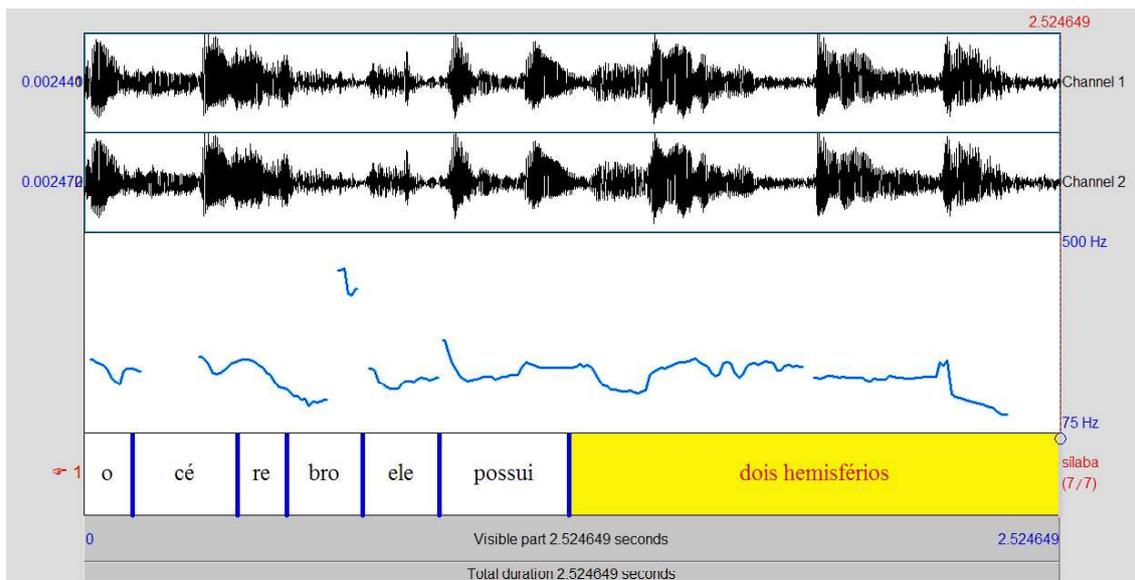


Figura 5: Curva entonacional da sentença “que o cérebro *ele* possui dois hemisférios”

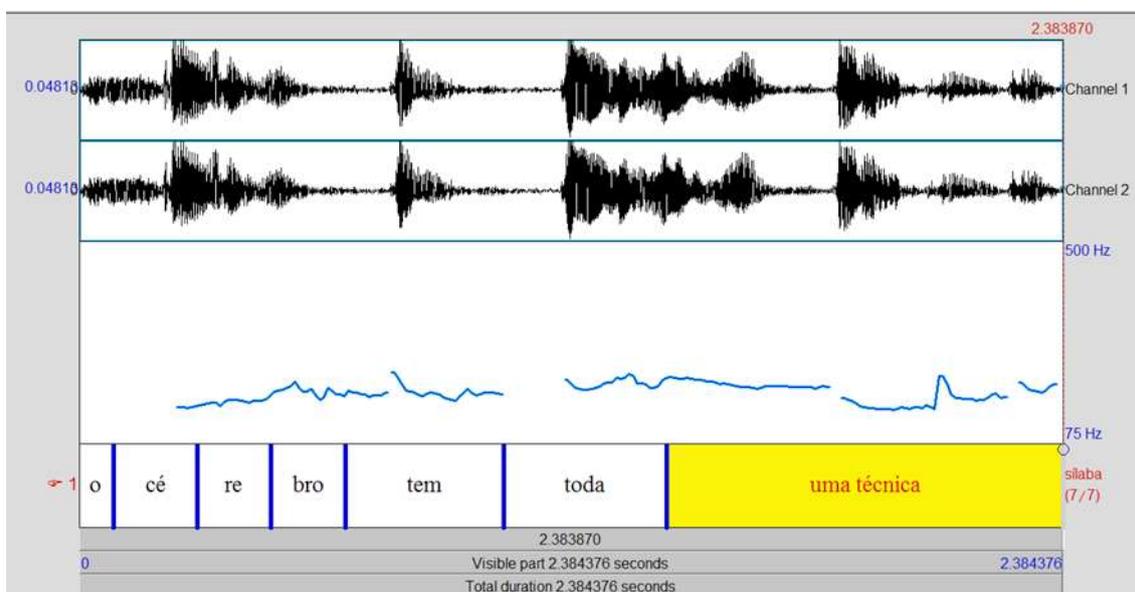


Figura 6: Curva entonacional da sentença “O cérebro tem toda uma técnica...”

Na frase 3a, há uma subida entre o SN e o pronome, com uma pequena queda no pronome, seguida de outra subida no verbo. Na frase 3b, isso não se verifica.

Comparando-se as frases selecionadas, verificam-se modulações (subidas e descidas) naquelas em que aparece a estrutura [SN + Pron. Anaf. + Verbo]. Nas frases em que não há pronomes anafóricos, não há movimentos entre o SN e o verbo.

Vejamos alguns exemplos da presença/ausência de pausa nas frases selecionadas.

4a) “que os pregadores de mãos cheias *eles* produzem frutos verdadeiros.”

4b) “Os pregadores de mãos cheias não são pregadores de vento.”

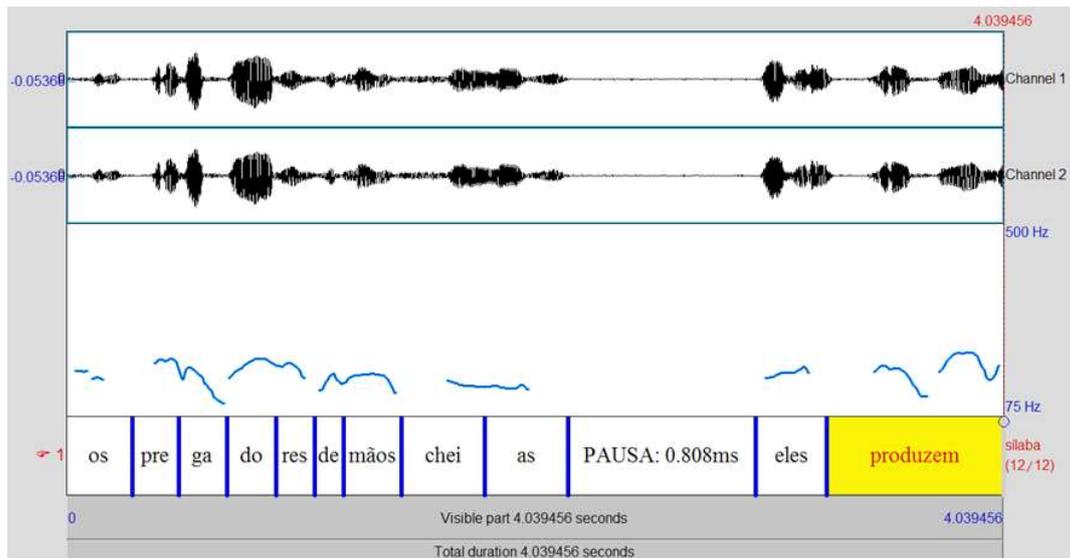


Figura 7: Curva entonacional da sentença “que os pregadores de mãos cheias *eles* produzem frutos verdadeiros.”, com medição de pausa

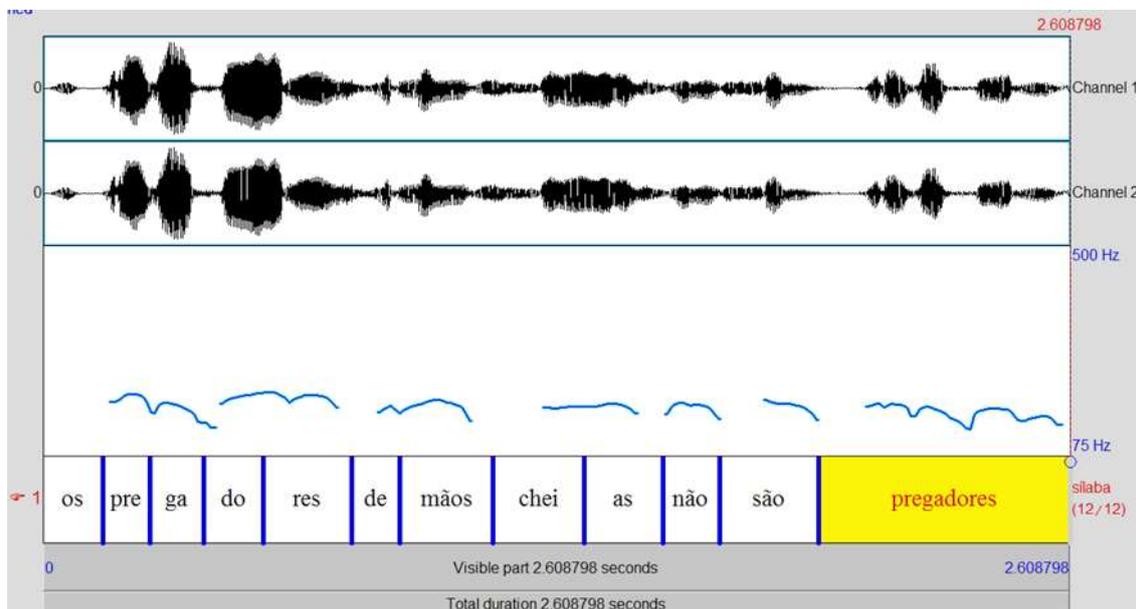


Figura 8: Curva entonacional da sentença “Os pregadores de mãos cheias não são pregadores de vento.”, com observação de ausência de pausa

Nesse par de frases, observa-se que na estrutura com pronome anafórico, houve a produção de uma pausa de 808ms. Já na estrutura sem pronome, não se verificou a pausa.

5a) “a redação *ela* tem que ser a primeira prova pra você fazer”

5b) “a redação tem peso 3 pra você”

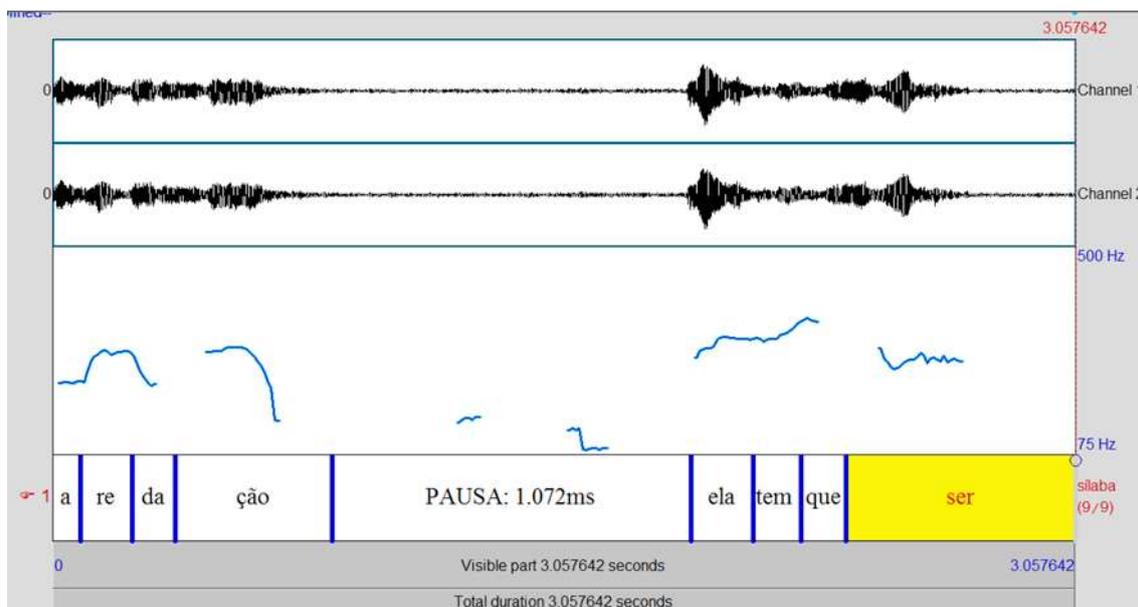


Figura 9: Curva entonacional da sentença “a redação *ela* tem que ser a primeira prova pra você fazer.”, com medição de pausa

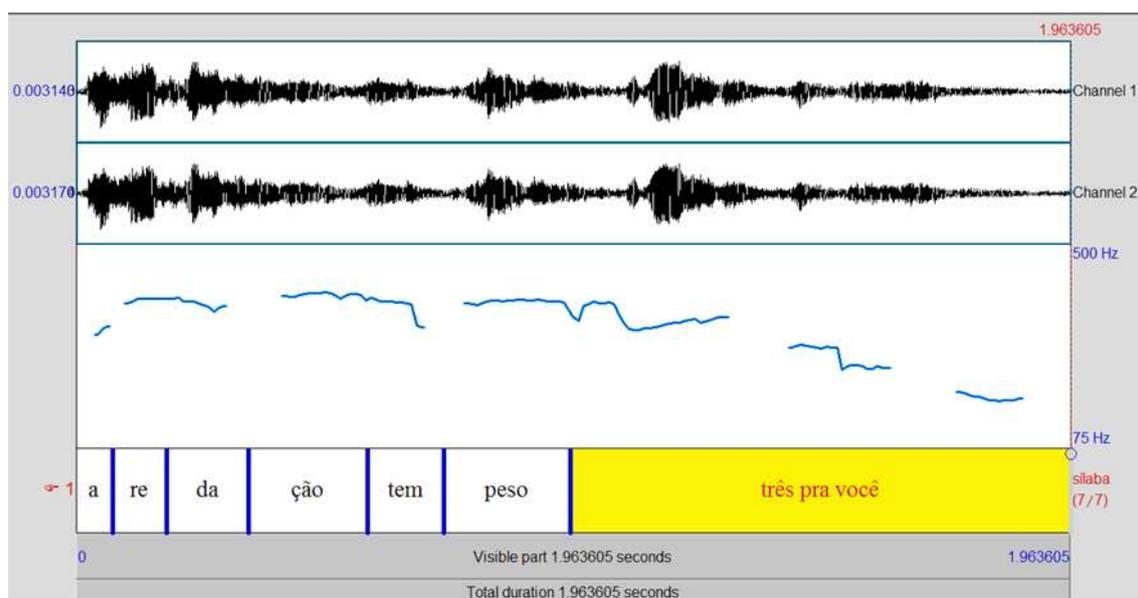


Figura 10: Curva entonacional da sentença “a redação **tem** peso 3 pra você.”, com observação de ausência de pausa

Nesse par de frases, verifica-se uma pausa de 1.072ms na estrutura com a presença de pronome anafórico. Por outro lado, não há pausa na frase com ausência de pronome.

Os percentuais gerais encontrados nas frases selecionadas apresentam-se a seguir.

	Pausa/Total	%
Presença de pausa	6/31	20
Ausência de pausa	25/31	80
Total	31/31	100

Tabela 4: Distribuição das pausas nos três gêneros

Variantes	Pausa/Total	%
SN + Pron. Anaf. + Verbo	4/12	34
SN + Verbo	2/19	10
Total	6/31	19

Tabela 5: Distribuição das pausas segundo presença ou ausência de pronome

Segundo as tabelas acima, das 31 frases analisadas, apenas 6 (20%) apresentaram pausa em sua realização. Destaca-se o fato de que, dessas 6 frases com pausa, 4 se deram na estrutura com a presença do pronome anafórico, o que pode indicar um favorecimento da pausa nessa estrutura.

Convém destacar que no gênero entrevista televisiva não houve nenhum exemplo com pausa.

Através dessa análise preliminar sobre as curvas entonacionais e sobre a presença ou ausência de pausa nas estruturas [SN + Pron. Anaf. + Verbo] e [SN + Verbo], observa-se que, aparentemente, a diferença nos contornos está num movimento (inflexão tonal) de subida entre o SN e o pronome, com pequena queda no pronome, seguida de uma outra inflexão entre o pronome e verbo da oração. Já nas frases em que não há pronomes anafóricos, não há movimentos entre o SN e o verbo, o que caracterizaria uma não interrupção do fluxo da fala. Convém esclarecer que não apenas uma pausa pode indicar interrupção, mas também uma inflexão, como vimos sugerindo.

Com relação à pausa, os dados analisados sugerem que ela teria uma influência na ocorrência do pronome, o que corroboraria a ideia de que a distância entre o SN e o verbo, causada pela pausa, propiciaria a ocorrência do pronome.

Considerações finais

Voltando ao trabalho de Callou *et alii*, que realizaram uma pesquisa pioneira, do ponto de vista dos padrões entonacionais das CTs no PB e, diante dos resultados da nossa pesquisa, podemos tecer algumas considerações sobre a análise prosódica da estrutura [SN + Pronome Anafórico + Verbo] no uso atual.

No tocante às curvas entonacionais, ao compararmos as estruturas [SN + Pron. Anaf. + Verbo] e [SN + Verbo], observou-se que, aparentemente, a diferença nos contornos está num movimento de subida entre o SN e o pronome, com pequena queda no pronome, seguida de uma outra inflexão entre o pronome e verbo da oração. Já nas frases em que não há pronomes anafóricos, não há movimentos entre o SN e o Verbo, caracterizando uma não interrupção do fluxo da fala. A pesquisa de Callou *et alii*, ao focalizar a comparação prosódica entre tópico-comentário e sujeito-predicado, apontou um comportamento mais regular para a primeira cons-

trução, em que o mais comum era o padrão de curva descendente, principalmente nos DEs. Já para a segunda construção, houve a presença de um padrão mais neutro e sem modulação, o que é compatível com uma oração de sujeito-predicado.

Tendo em vista que o *corpus* utilizado pela autora era formado por falantes de nível superior, que sabiam estar sendo gravados, estando sob certo controle, portanto; e nossos dados, embora também gravados com conhecimento dos falantes, foram produzidos em situações de interação real, dirigidos a uma ampla audiência (sermão, aula, entrevista), a análise prosódica de ambas as pesquisas aponta para a existência de diferenças relevantes capazes de caracterizar uma ou outra construção quanto à sua curva entonacional.

No que se refere à pausa, nossos dados sugeriram sua influência no uso do pronome, que atribuímos à distância criada entre o SN e o Verbo. O trabalho de Callou *et alii* também utilizou o critério da pausa em sua análise. Em seus dados, a ausência de pausa foi predominante, levando o aspecto prosódico a ser considerado como um traço redundante junto à distinção sintática entre ambas as construções.

Há que reconhecer que o número de dados utilizado em nossa análise prosódica é bem pequeno, permitindo apenas a sinalização de tendências. Por outro lado, destacamos o fato de terem sido dados obtidos em eventos comunicativos comuns na nossa sociedade. Representam o uso real da fala contemporânea, e em situações comunicativas que exigiam certo monitoramento (sermão, entrevista na TV, aula gravada), o que atesta a expansão de um uso até algum tempo considerado *errado*, pelo pleonasma que provoca. Ao conseguirmos apontar a pertinência das marcas prosódicas na distinção de construções da nossa fala, julgamos trazer alguma contribuição ao conhecimento de variedades de uso do PB atual.

As relações sintaxe, discurso e prosódia são sem dúvida um campo fértil para a investigação. Os avanços rápidos e crescentes da tecnologia de certo nos auxiliarão nessa área. Afinal, como nos diz a epígrafe, não falamos como autômatos...

Referências

BELFORD, E. M.. *Topicalização de objetos e deslocamento de sujeitos na fala carioca: um estudo sociolinguístico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

_____. *A estrutura [SN+ Pronome Anafórico +Verbo] nos gêneros Sermão, Entrevista televisiva e Aula*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

BRAGA, M.L. Esta dupla manifestação de sujeito, ela é condicionada linguisticamente. *Estudos Linguísticos*, XIV Anais de Seminários do GEL, Campinas, 1987, p.106-115.

CALLOU, D. *et alii*. Topicalização e deslocamento à esquerda: sintaxe e prosódia. In: CASTILHO, A. (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. III – As abordagens. São Paulo, FAPESP/UNICAMP, 1993. p.315-360.

CHAFE, W. *Discourse, Consciousness and Time*. Chicago: Chicago University Press, 1994.

CUNHA VIEIRA, A.F. *Construção SNpleno-tópicoi + SNproi + Verbo no Português do Brasil: uma análise funcional baseada no uso*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

DUARTE, M.E.L. *A perda do princípio 'Evite pronome' no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Programa de Pós-Graduação em Ciências. IEL, UniCamp, Campinas, 1995.

GIVÓN, T. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch reference. In: J. HAIMAN & P. MUNRO (eds.). *Switch reference and universal grammar*. Philadelphia: John Benjamins, 1983. p.51-82.

GOMES, C. Aquisição linguística em contexto de input variável: a emergência das variantes de dativo. *Revista de Estudos da Linguagem*, 12.1, p. 175-190, 2004.

LI, C. & THOMPSON, S. Subject and Topic: a new typology of language. In: LI, C. (ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. p.457-490.

MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo, Parábola, 2008.

MELO, L. de. *Topicalização e cultura de oralidade*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

MOLLICA, M.C. de M. *Estudo da cópia nas construções relativas em português*. Dissertação (Mestrado em Linguística). PUC, Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 1977.

_____. Alguns fatores da pausa entre verbo e sujeito. *Boletim da Abralín*6, 1984. p. 141-158.

MORAES, J.A. & ORSINI, M.T. Análise prosódica das construções de tópico no português do Brasil: estudo preliminar. *Letras de Hoje*, 38.4, 2003.

OLIVEIRA, G. & BRAGA, M.L. On focusing sentences in Brazilian Portuguese. In GUY, G.; FEAGIN, C.; SCHIFFRIN, D. & BAUGH, J. (eds.). *Towards a social science of language*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 1997. p.207-221.

ORSINI, M.T. *As Construções de Tópico no Português do Brasil: uma análise sintático-discursiva e prosódica*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

Autor. *Cartas cariocas; a variação do sujeito na escrita informal*. Tese de Doutorado, UFRJ, 1988.

PAULA, M.N. de. *As construções de deslocamento à esquerda de sujeito no PB: um estudo em tempo real de curta duração*. Dissertação de Mestrado. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

PONTES, E. Da importância do tópico em português. *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*, vol. II, PUC/RJ: 1981. p.397-429.

_____. Da importância do tópico em português. In: *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

TRASK, R.L. *Dicionário de Linguagem e Linguística* (verbetes: entonação). Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VASCO, S.L. *Construções de Tópico no Português: as falas brasileira e portuguesa*. Dissertação de Mestrado. UFRJ: 1999.

_____. *Construções de tópico na fala popular*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ / FL, 2006.

Sobre Dinah Callou — Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva¹¹

11 Dinah são duas: uma oxítone, feroz, por vezes, até hostil. A outra, paroxítone, a que se acrescenta o nome de Maria, é doce, suave, derrete-se por Callou, pelos filhos e netos. Vale a pena conhecer as duas!



**CONSTRUÇÕES DE TÓPICO PENDENTE COM RETOMADA NA ESCRITA
CULTA BRASILEIRA: SUJEITO PREENCHIDO X SUJEITO NULO
HANGING TOPIC CONSTRUCTIONS WITH RESUMPTION IN WRITTEN
TEXTS BY LITERATE BRAZILIANS: FULL SUBJECT X NULL SUBJECT**

Mônica Tavares Orsini¹

Carolina da Silva Alves²

Carolina de Fátima Gil da Silva³

Resumo

Este artigo analisa as construções de tópico-comentário em que o tópico é introduzido por uma locução prepositiva como, por exemplo, *quanto a*, ou equivalente, que estamos aqui tratando sob o rótulo de tópico pendente. Nosso objetivo é analisar essas construções, observando a forma como se dá sua retomada em função de sujeito na sentença-comentário, com base em dados de escrita culta brasileira, a fim de (i) verificar a realização do sujeito correferencial, que pode ser um pronome expresso ou uma categoria vazia; (ii) descrever as características linguísticas e semântico-discursivas do elemento nominal do tópico e sua retomada na posição sintática de sujeito, por uma categoria ou um pronome expresso, comportamento que decorre da preferência do brasileiro por preencher sujeitos referenciais. A amostra constitui-se de 1.456 textos publicados nos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, no interstício 2009-2015, contemplando cinco gêneros textuais distintos: editorial, artigo de opinião, reportagem, crônica e carta de leitor. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros (cf. CHOMSKY, 1981) e segue a metodologia da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006[1968]). Embora o número de dados seja pequeno, os resultados

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: monica.orsini@globo.com.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (IC). E-mail: carolalves3000@hotmail.com.

3 Universidade Federal do Rio de Janeiro (IC). E-mail: carolina.gilfs@gmail.com.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

apontam que, na escrita culta brasileira, o sujeito preenchido, nesta estratégia de tópico marcado, é preferencialmente um pronome nominativo de terceira pessoa, encontra-se adjacente, do ponto de vista sintático, ao tópico e reúne os traços semânticos [- animado] e [+ específico].

Palavras-chave: Tópico pendente com retomada; Escrita culta; Sujeito; Variação linguística.

Abstract

This article analyzes topic-comment constructions in which the topic is headed by a preposition, such as *quanto a (as for)* or equivalent, which is being referred to here as a hanging topic. Our aim is to analyze these construction, observing the form of the resumptive pronoun in the sentence-comment, using data from texts written by highly educated Brazilians, in order to (i) to observe the realization of the co-referring subject in the comment, which can be overt or null, and (ii) to describe the linguistic and discursive characteristics of the nominal element in the topic and its resumption in the syntactic position of the subject, as an overt or a null pronoun. Considering changes in Brazilian Portuguese, the hypothesis is that overt subjects will be preferred. Our sample consists of 1456 texts published in the newspapers *O Globo* and *Folha de São Paulo* between 2009 and 2015. Five distinct genres are featured in this sample: editorials, opinion articles, news, chronicles and reader's letters. This research is anchored in the Theory of Principles and Parameters (cf. CHOMSKY, 1981), and was carried out in accordance with the Theory of Language Variation and Change (WEINREICH, LABOV and HERZOG, 2006 [1968]). Even though this research comprises a small sample, our results point out that, in texts written by literate Brazilians, the overt subject – in this strategy for marked topic – is preferably a third person nominative pronoun, which is typically found adjacent to the topic, in syntactic terms, and bears the semantic features [- animate] and [+ specific].

Keywords: Hanging topic with resumption; Highly educated writing; Subject; Language variation.

Considerações iniciais

Segundo Mateus *et alii* (2003), estruturas de tópico marcado são aquelas em que a posição mais à esquerda da sentença, isto é, o STop. (sintagma tópico), é preenchida por um constituinte, sobre o qual se faz uma declaração, por meio de um comentário. Nesta perspectiva, o presente trabalho investiga uma das estratégias de tópico marcado, denominada *tópico pendente com retomada*, que se caracteriza, segundo Orsini (2017), por apresentar no STop. a locução prepositiva *quanto a* ou termo equivalente, sendo retomado, no interior do comentário, por um correferente.

Embora o correferente possa ocupar diferentes posições sintáticas, no interior do comentário, neste trabalho, concentramo-nos nas construções em que o correferente ocupa a posição de sujeito, já que os dados revelam um comportamento variável, podendo estar o sujeito preenchido ou nulo, o que acreditamos ser um efeito colateral de o Português Brasileiro (PB) ser uma língua de sujeito nulo parcial, como propõem Kato e Duarte (2014). Em nosso *corpus*, recolhemos dados como (1), em que o correferente é uma categoria vazia, e como (2), em que o correferente é lexicalmente expresso.

1. [Quanto às outras (reformas)], ___; iriam prejudicar aqueles que, no estado atual de coisas, estão se dando bem. (Crônica, jornal *O Globo*)

2. [Sobre o posto do Catete], [ele], ainda não foi modernizado porque a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro, proprietária do imóvel, avisou que pode leiloá-lo a qualquer momento. (Carta de Leitor, jornal *O Globo*)

Nossos objetivos são (a) comprovar a existência desta variação, apesar de a escola, ao tratar da escrita, condenar a repetição de informações e de itens lexicais e (b) descrever as características morfossintáticas e semântico-discursivas da construção de tópico pendente com retomada com correferente expresso na posição sintática de sujeito, comportamento que decorre da preferência do brasileiro por preencher sujeitos referenciais (cf. DUARTE, 2007; KATO e DUARTE, 2014).

Para o estudo das construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito, na escrita culta brasileira, adotamos a perspectiva de Faraco (2008), segundo a qual a norma culta é uma variedade utilizada por indivíduos com ensino médio completo, em situações monitoradas de fala e de escrita. Seu prestígio social, portanto, não se justifica pelas suas propriedades linguísticas, mas pelo valor social incorporado a ela. Neste contexto, a norma culta distingue-se da norma padrão pelo seu caráter real.

Os dados foram analisados segundo a metodologia da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006[1968]). Seleccionamos aspectos linguísticos de natureza morfossintática e semântico-discursiva a fim de observar como se comportam, de forma geral, os dados de tópico pendente com retomada com sujeito expresso, além de averiguar a possível interferência do gênero textual, pertencente ao domínio midiático, e de seu grau de formalidade (cf. BORTONI-RICARDO, 2005).

Este artigo se organiza da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos os pressupostos teóricos que sustentam a nossa análise, discutindo como a remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo, no PB, provoca efeitos em outras construções sintáticas. Em seguida, são dispostos, no contínuo dos gêneros textuais, os escolhidos para este estudo, considerando o grau de monitoração estilística proposto por Bortoni-Ricardo (2005). Nas seções 2.1 e 3, reunimos informações referentes aos procedimentos metodológicos, como a constituição da amostra e a descrição dos aspectos linguísticos para análise das construções com sujeito expresso. Por fim, apresentamos a discussão dos resultados e as considerações finais.

1. O modelo gerativo e o Parâmetro do Sujeito Nulo

A gramática das línguas naturais é composta por princípios rígidos e invariáveis, comuns a todas as línguas – e parâmetros – flexíveis e abertos, podendo ser marcados de forma positiva ou negativa durante o processo de aquisição da linguagem a depender da língua a qual a criança

é exposta. São os parâmetros que definem a diferença entre as línguas.

Considerando que a variação da representação do sujeito nas construções de tópico pendente com retomada é um efeito colateral da reconfiguração do Parâmetro do Sujeito Nulo no PB, dedicamo-nos, nesta seção, à descrição desse processo de mudança.

Duarte (1996) utiliza-se de uma amostra composta por peças teatrais escritas entre 1845 e 1992 para investigar a relação entre a crescente preferência pelo preenchimento do sujeito no Português Brasileiro e a redução no quadro do paradigma flexional. O Quadro 1 registra as mudanças sofridas por ele ao longo do tempo.

Pessoa	Número	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1 ^a	Sing.	Cant-o	Cant-o	Cant-o
2 ^a direta	Sing.	Canta-s	-	-
2 ^a indireta	Sing.	Canta-0	Canta-0	Canta-0
3 ^a	Sing.	Canta-0	Canta-0	Canta-0
1 ^a	Plur.	Canta-mos	Canta-mos	Canta-0
2 ^a direta	Plur.	Canta-is	-	-
2 ^a indireta	Plur.	Canta-m	Canta-m	Canta-m
3 ^a	Plur.	Canta-m	Canta-m	Canta-m

Quadro 1: Evolução do paradigma flexional no PB (cf. DUARTE, 1996, p. 109)

O quadro descreve a redução do número de formas flexionais, sendo seis mais dois sincretismos no Paradigma 1 que passa a três no Paradigma 3. A análise dos dados mostrou à autora que, ao longo do recorte temporal utilizado, há uma nítida preferência pelo uso do sujeito nulo, quando o sujeito é definido. No entanto, a partir de 1918 ocorre a diminuição de sua frequência, resultando, em 1992, na inversão do percentual de sujeitos nulos e plenos. Há, portanto, uma clara associação entre o preenchimento do sujeito e a mudança no paradigma flexional da língua.

A autora afirma que, entre os anos de 1845 e 1918, está em funcionamento o Paradigma 1, o que ocasiona a prevalência do sujeito nulo em todas as pessoas, principalmente com os pronomes *tu* e *vós*. De 1918 até o ano de 1975, há o apagamento da forma de 2^a pessoa direta, o que leva também a uma queda na frequência de sujeitos nulos. É nesse período que ocorre a mudança para o Paradigma 2. A queda da forma de 2^a pessoa direta é registrada na amostra, no ano de 1937, quando o sujeito nulo representa apenas 25% do total de dados analisados. Essa é uma mudança brusca se compararmos ao período anterior, no qual o fenômeno alcançava 69% do total de dados.

Com relação à 1^a pessoa, mesmo tendo formas distintas no singular e no plural – no Paradigma 2 –, o preenchimento do sujeito se torna estratégia preferencial a partir da metade do século XX. Há, porém, uma clara interferência do Paradigma 3 nas formas de 1^a pessoa, com o uso crescente da expressão *a gente*, principalmente entre os jovens. De 1845 a 1918, houve

o uso categórico de sujeitos nulos na 1ª pessoa, caindo, em 1975, a 7% para, em 1992, não ter ocorrência.

Em relação à 3ª pessoa, não há interferência significativa da redução do paradigma flexional. O sujeito nulo é a preferência ao longo dos períodos analisados. Segundo Duarte, em línguas *pro-drop*, o não preenchimento do sujeito de 3ª pessoa ocorre quando o referente é ambíguo. Assim, nesses casos, há preferência pelo uso de pronome pleno, como se verifica no exemplo (3) em que o pronome [ele] pode referir-se tanto a [você] quanto a [Nilson]. Nos enunciados em que o referente é facilmente identificado, o falante faz uso do pronome nulo, como no exemplo (4).

3. Você podia estudar com [o Nilson]_i, agora que [ele]_i tá fazendo o supletivo. (DUARTE, 1996, p. 117)

4. [Tua filha]_i está moça e em idade de casar-se. []_i casar-se-á, e terás um genro que exigirá a legítima de sua mulher. (DUARTE, 1996, p. 118)

A autora faz ainda uma comparação interessante entre a fala e a escrita, utilizando uma gravação da peça de 1992. Sua hipótese era a de que o percentual de sujeitos nulos cairia ainda mais na modalidade oral. A queda mais significativa apareceu nos dados de 3ª pessoa, representando uma diferença de 13% entre as modalidades expressivas. Em dados de 1ª pessoa, a diferença foi de 10%, enquanto a 2ª pessoa não apresentou diferença, sem casos de pronomes plenos que passam a nulos.

O trabalho de Duarte (1996) confirma a tese de que há uma íntima relação entre a redução do quadro de desinências verbais no Português Brasileiro e a mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo.

Kato e Duarte (2014), ao refinarem a análise da representação do sujeito no Português Brasileiro, recorrem à subcategorização proposta por Roberts e Holmberg (2010) para as línguas que marcam negativamente o Parâmetro do Sujeito Nulo. Com base em nova perspectiva teórica, as autoras recategorizam o Português Brasileiro no que tange à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo. Segundo elas, o PB preenche os sujeitos com referência definida (exemplo 5) e arbitrária (exemplo 6) e encontra-se em variação no que tange aos sujeitos sem referência (exemplos 7a e 7b), o que revela que a mudança não se completou, não se podendo afirmar que o sistema é uma língua de sujeito preenchido.

5. [Eu] falo o dialeto paulista. (KATO e DUARTE, 2014, p.3)

6. Quando [você] é menor, [você] não dá muito valor a essas coisas. (KATO e DUARTE, 2014, p.6)

7. (a) ______{expl} Chove muito nessas florestas

(b) [Essas florestas] chovem muito. (KATO e DUARTE, 2014, p.7)

No exemplo (5), o sujeito de referência definida foi preenchido pelo pronome pessoal do caso reto *eu*. No exemplo (6), o sujeito apresenta referência indefinida e foi preenchido pelo pronome *você* que, como aponta Duarte (2007), é a estratégia preferida pelo brasileiro para indeterminar o sujeito, na modalidade oral.

No que se refere aos verbos impessoais, Kato e Duarte (2014) defendem que o Português Brasileiro se encontra em situação de variação, já que estruturas com esse tipo de verbo ora têm o sujeito nulo, ora o têm vazio. Em (7a), temos uma construção padrão que se alterna com (7b), em que o verbo climático *chover* entra em concordância com o SN *Essas florestas*, ocupando, portanto, a posição de sujeito.

Kato e Duarte (2014) verificam que a mudança em direção ao preenchimento do sujeito no Português Brasileiro não ocorreu em todos os contextos da Hierarquia de Referencialidade, proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000) e que, portanto, o Português Brasileiro não corresponde a uma língua [- sujeito nulo], isto é, uma língua de sujeito nulo consistente, mas sim uma língua de sujeito nulo parcial, visto que preenche sujeitos definidos e indefinidos e encontra-se em variação no que tange aos sujeitos [- referencias].

2. O contínuo dos gêneros textuais

Bakhtin (2011, p. 262) define gêneros textuais como “tipos de enunciados relativamente estáveis”. O autor afirma que toda forma de comunicação humana perpassa um gênero textual determinado, sendo *relativamente estáveis* justamente por se ligarem à comunicação humana, que é intrinsecamente interacional e variável. Muitas vezes, não temos consciência de que nossa linguagem é permeada por diversos gêneros, porém eles estão presentes mesmo nas conversas mais informais, moldando nosso discurso.

Os gêneros textuais são inúmeros e definidos pela sua função sócio-comunicativa. Segundo Marcuschi (2008), eles encontram-se dispostos ao longo de um contínuo tipológico, que vai do [+ formal] ao [-formal], independentemente de serem orais ou escritos. Da mesma forma, Bortoni-Ricardo (2005), embora não trabalhe com o conceito de gênero textual, propõe que as manifestações linguísticas variam segundo o grau de monitoração estilística.

Desta forma, adotamos, nesta análise, uma perspectiva que associa a ideia de contínuo tipológico dos gêneros textuais de Marcuschi (2008) à proposta de Bortoni-Ricardo (2005), defendendo que as escolhas linguísticas que fazemos são também condicionadas pela variável grau de monitoração estilística. Situamos, na posição mais à esquerda do contínuo, os gêneros do domínio midiático que refletem menor preocupação com o emprego das regras prescritas pela gramática normativa. À direita do contínuo, estão as interações altamente planejadas, que exigem alto grau de monitoramento no que tange ao conhecimento normativo do produtor do texto.

Na Figura 1, dispomos os gêneros pertencentes ao domínio midiático, escolhidos para este estudo, segundo sua posição no contínuo de monitoração estilística.

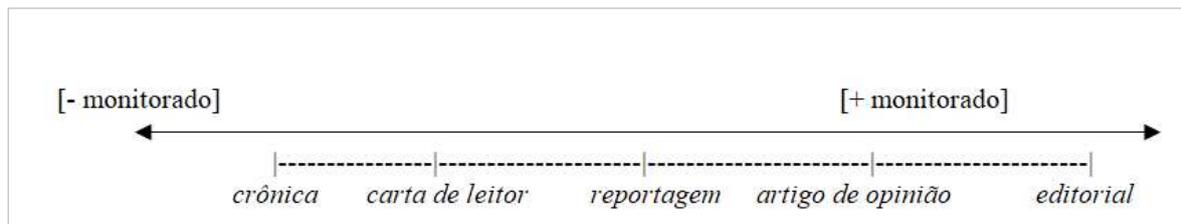


Figura 1: Contínuo dos gêneros do domínio midiático, segundo o grau de monitoração estilística

2.1. A amostra

A amostra constitui-se de 1.456 textos publicados nos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, no interstício 2009-2015, contemplando cinco gêneros textuais distintos: editorial, artigo de opinião, reportagem, crônica e carta de leitor. De cada gênero, foram reunidos 280 textos de autores diferentes, com exceção da carta de leitor, que reuniu 336 textos⁴.

A escolha pelo domínio midiático explica-se por tratar de manifestação da norma culta. Trata-se de textos em que os indivíduos letrados empregam a chamada norma culta, portadora de fenômenos variáveis, fazendo as suas escolhas linguísticas.

3. Descrição dos aspectos linguísticos e extralinguísticos

Para comprovar o comportamento variável entre sujeito pleno e sujeito nulo nas construções de tópico pendente com retomada, na escrita culta brasileira, elegemos como variável dependente tal alternância.

As variáveis independentes de caráter extralinguístico são a *mídia* e o *gênero textual*. Em relação à *mídia*, nossa hipótese é a de que ela não interfere na frequência dos dados; em relação ao *gênero textual*, acreditamos que quanto [+ monitorado] é o gênero, menor é a frequência de construções de tópico pendente com retomada com sujeito preenchido, já que a gramática normativa, embora não adote o modelo gerativo, sugere que o português é uma língua de sujeito nulo.

As variáveis independentes de caráter linguístico são:

- (i) configuração sintática da sentença em que ocorrem tópico e correferente;
- (ii) referencialidade do nome que ocupa a posição de tópico;
- (iii) natureza morfossintática do correferente, quando este é lexicalmente expresso;

⁴ A assimetria no número de cartas justifica-se pelo fato de a seção cartas de leitor do jornal *O Globo* ser maior que a seção painel do leitor do jornal *Folha de São Paulo*. Desta forma, optamos por igualar as amostras, considerando o número aproximado de palavras.

(iv) função discursiva do tópico.

As hipóteses aventadas para cada grupo de fatores de natureza linguística são as seguintes:

(i) Na escrita culta brasileira, o sujeito expresso tende a ocorrer mais frequentemente quando não há adjacência sintática entre o tópico e o correferente.

(ii) Os traços de animacidade e de especificidade do nome que ocupa a posição de tópico não interferem na presença de sujeito preenchido, visto que o processo de mudança do PB, em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo, já se estendeu aos sujeitos definidos e indefinidos, conforme a hierarquia de referencialidade de Cyrino, Duarte e Kato (2000).

(iii) Quanto à natureza morfosintática do correferente, acreditamos que o pronome demonstrativo seja a forma mais recorrente na escrita culta brasileira, por parecer uma estratégia [+ formal] que o emprego do pronome nominativo.

(iv) Quanto à função discursiva, o tópico retoma um referente já mencionado no discurso, por meio da locução prepositiva *quanto a*, agregando informação nova acerca desse referente.

4. Discussão dos resultados

Encontramos um total de 33 dados de tópico pendente com retomada em posição de sujeito. Contudo, ao controlar a relação semântica entre o tópico e o correferente, observamos que somente 26 dos 33 dados apresentavam o mesmo referente. Em 7 dados, estabelecem-se relações semânticas distintas, como exemplificadas em (8) e (9).

8. [Sobre as Olimpíadas]_i, [esta]_i é uma realização da prefeitura do Rio e, para a Rio+20, não existe grandes motivos. (Carta de Leitor, jornal *O Globo*)

9. [Quanto aos parlamentares federais]_i, raramente [seus parentes]_i vão morar em Brasília. (Carta de Leitor, jornal *O Globo*)

Em (8), entre o tópico e o correferente se estabelece uma relação de hiperonímia-hiponímia, atestada por Raposo *et alii* (2013), em que o tópico tem como referente as Olimpíadas de forma genérica, enquanto o correferente, ao contrário, remete a uma olimpíada em particular, a do Rio de Janeiro. Já em (9), observamos uma relação semântica entre *possuidor* e *possuído*. Assim, o referente *parlamentares federais* remete ao possuidor de *parentes*, relação expressa pelo pronome possessivo *seus*.

Embora tais construções sejam de tópico pendente com retomada, não seria possível, nestas estruturas, haver variação entre sujeito preenchido e sujeito nulo, o que nos obriga a desconsiderá-las.

Considerando, portanto, os 26 dados em que se estabelece uma identidade semântica en-

tre o tópico e o seu correferente, o Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual.

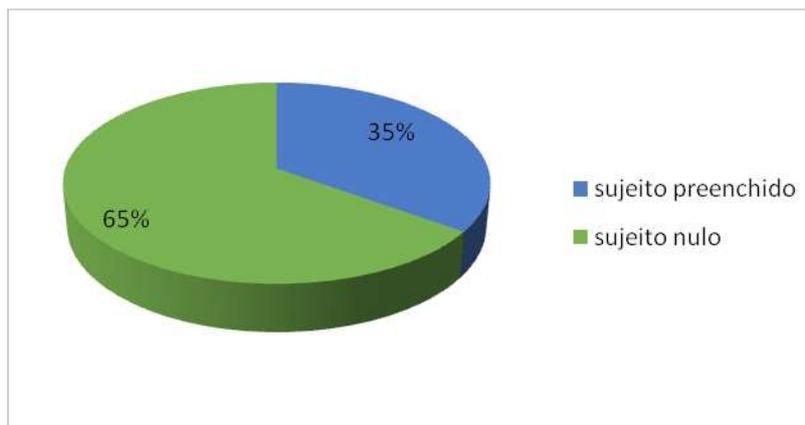


Gráfico 1: Distribuição percentual dos dados, segundo a representação do sujeito

O Gráfico 1 revela que a alternância entre sujeito nulo e sujeito preenchido, nas construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito, é uma regra variável, sendo 65% de sujeito nulo e 35% de sujeito preenchido. A preferência do letrado brasileiro pelo sujeito nulo já era prevista por nós, configurando um comportamento mais conservador, próprio da escrita monitorada. Este resultado dialoga com o encontrado por Duarte (2007), ao estudar as estratégias de indeterminação do sujeito na escrita padrão⁵.

Em relação à *mídia*, o Quadro 2 mostra que o jornal *O Globo* é mais resistente ao preenchimento do sujeito que o jornal *Folha de São Paulo*, refutando nossa hipótese de que a variável não se mostraria relevante. No jornal *O Globo*, apenas 17% dos dados apresentam sujeito preenchido, subindo para 50% a sua frequência no jornal *Folha de São Paulo*.

Este resultado é bastante interessante, porque os jornais são escritos em cidades diferentes, por indivíduos letrados. Desta forma, estudos posteriores devem considerar que, em relação às construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito, a origem da comunidade linguística pode interferir na escolha por uma variante.

Mídia	sujeito preenchido		sujeito nulo		Total	
	OCO	%	OCO	%	OCO	%
O Globo	2	17%	10	83%	12	100%
Folha de São Paulo	7	50%	7	50%	14	100%

Quadro 2: Distribuição percentual das construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito, segundo a mídia

⁵ No artigo em pauta, a autora usa o termo *padrão* como sinônimo de *culto*.

Em relação ao gênero textual, os resultados estão dispostos no Quadro 3.

gênero textual	sujeito preenchido		sujeito nulo		Total	
	OCO	%	OCO	%	OCO	%
carta de leitor	9	50%	9	50%	18	100%
crônica	-	-	7	100%	7	100%
editorial	-	-	1	100%	1	100%

Quadro 3: Distribuição percentual das construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito, segundo o gênero textual

O Quadro 3 revela a não ocorrência das construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito nos gêneros reportagem e artigo de opinião. Dentre os gêneros em que a estrutura sintática está presente, a carta de leitor reúne o maior número de dados (69% das ocorrências), seguido pela crônica, com 27% do total de dados. Estes são os gêneros dispostos no contínuo tipológico dos gêneros textuais como [- monitorados], o que corrobora a nossa hipótese de que o grau de monitoração estilística do gênero textual interfere na frequência das construções de tópico pendente com retomada.

No que tange à variação entre sujeito preenchido e sujeito nulo, os dados da carta de leitor estão igualmente distribuídos; enquanto, nos gêneros crônica e editorial, o sujeito é sempre nulo. Portanto, só há sujeito pleno no gênero carta de leitor.

Na seção a seguir, apresentaremos a análise dos dados com sujeito preenchido. A decisão por apresentar os resultados dessa forma decorre do fato de a análise estatística multivariada não ter selecionado grupos de fatores linguísticos que atuem como favorecedores das construções com sujeito expresso. Acreditamos que isso é consequência do baixo número de dados do fenômeno em estudo (apenas 26 dados) e, em particular, da prevalência do sujeito nulo sobre o preenchido, em todos os contextos investigados.

5. Análise dos dados com sujeito preenchido: aspectos linguísticos

Considerando que a tendência constatada nesta análise ainda é pela manutenção do sujeito nulo, entendemos ser pertinente apresentar as características estruturais das construções em que o sujeito se encontra expresso, a fim de apontar contextos linguísticos que não inibem a possibilidade de ele ocorrer.

Em relação à *natureza morfossintática do correferente*, o Gráfico 2 apresenta a distribuição percentual.

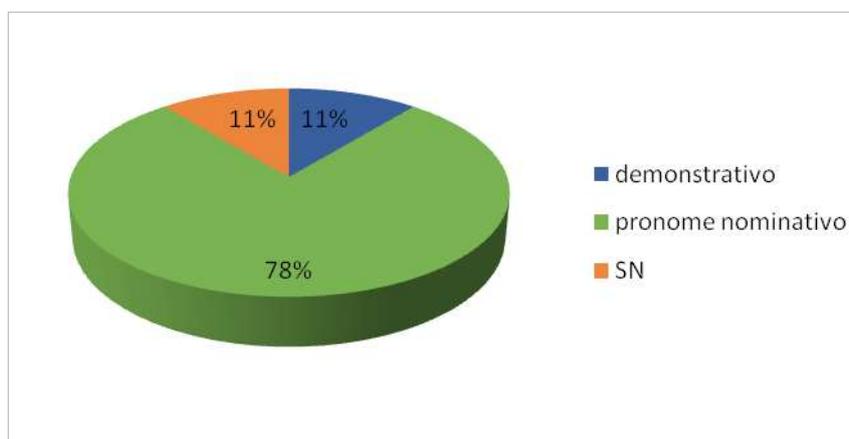


Gráfico 2: Distribuição percentual das construções de tópico pendente com retomada com sujeito preenchido, segundo a natureza morfossintática do correferente

O gráfico mostra que, na escrita culta, a estratégia de retomada preferida pelo brasileiro é o pronome nominativo, fato que corrobora a tese, ainda não confirmada, de que as construções de tópico pendente com retomada lexicalmente expressa na posição de sujeito estariam em variação com as construções de deslocamento à esquerda de sujeito, muito frequentes na gramática da fala do brasileiro.

Do total de ocorrências em que o sujeito se encontra expresso, 78% apresentam, nesta posição sintática, um pronome nominativo, estrutura exemplificada em (10).

10. [Quanto à imprensa]_i [ela]_i deve ser livre, inclusive para que possa alertar a sociedade sobre esses riscos. (Carta de Leitor, jornal *Folha de São Paulo*)

Quanto à *referencialidade do nome* que ocupa a posição de tópico, o Gráfico 3 apresenta a distribuição percentual.

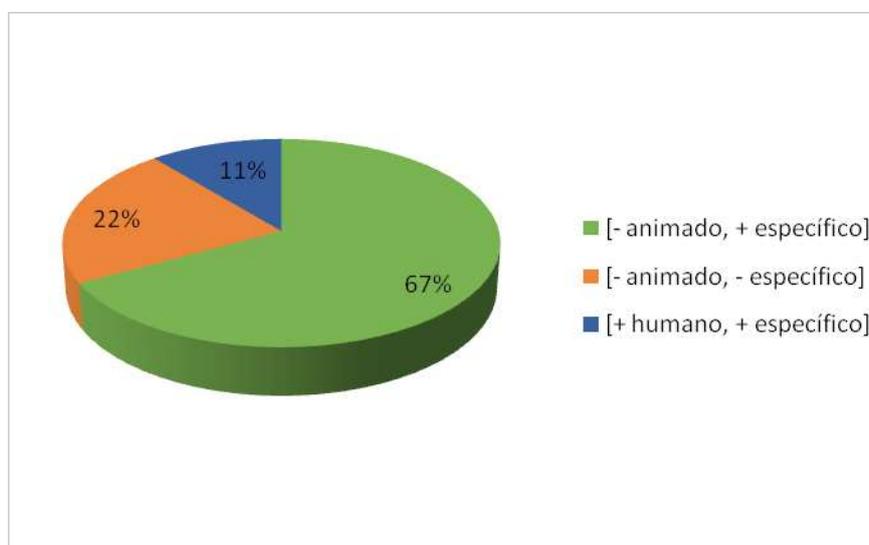


Gráfico 3: Distribuição percentual das construções de tópico pendente com retomada – sujeito preenchido, segundo a referencialidade do SN que ocupa a posição de tópico

Ao combinarmos os traços semânticos de *animacidade* e *especificidade*, observamos que o referente que ocupa a posição de tópico é, predominantemente, [- animado, + específico], reunindo 67% dos dados. No exemplo (11), o referente *falta de reconhecimento do direito de existência entre árabes e judeus* é [- animado] e [+ específico], já que se trata do reconhecimento de um direito determinado, particularizado.

11. [Quanto à falta de reconhecimento do direito de existência entre árabes e judeus]_i, não sejamos hipócritas, [ele]_i é mútuo. (Carta de Leitor, jornal *Folha de São Paulo*)

Vale, contudo, registrar que não há impedimento para a ocorrência de referente [+ humano] ou [- específico]. Em (12), transcrevemos um dos dois dados presentes no *corpus* em que o referente é [- animado, - específico]; em (13), temos o único dado em que o referente é [+ humano, + específico].

12. [Quanto à imprensa]_i, [ela]_i deve ser livre, inclusive para que possa alertar a sociedade sobre esses riscos. (Carta de Leitor, jornal *Folha de São Paulo*)

13. [Sobre o governador José Serra ter dito ‘paulistas não sabem fazer política’]_i, (...) acho que [ele]_i está coberto de razão. (Carta de Leitor, jornal *Folha de São Paulo*)

Assim, a única combinação que não foi encontrada nesta análise foi a de referente [+ humano, - específico].

Quanto à *configuração sintática* da estrutura que contém tópico e correferente, 67% dos dados caracterizam-se pela adjacência sintática entre tais constituintes, o que nos parece muito relevante, já que evidencia que a distância não constitui um fator significativo para a presença de um correferente expresso. Isso nos mostra que a retomada expressa não decorre da necessidade de o interlocutor recuperar o referente, em virtude das limitações de processamento linguístico.

Nossa interpretação é de que a explicação para o fenômeno é de natureza sintática, decorrente de um processo de mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo. Tendo o PB passado a ser uma língua de sujeito nulo parcial, a escrita culta começa a implementar essa mudança em estruturas de tópico marcado não avaliadas negativamente pelo letrado. O Gráfico 4 apresenta a distribuição percentual dos dados, segundo a configuração sintática.

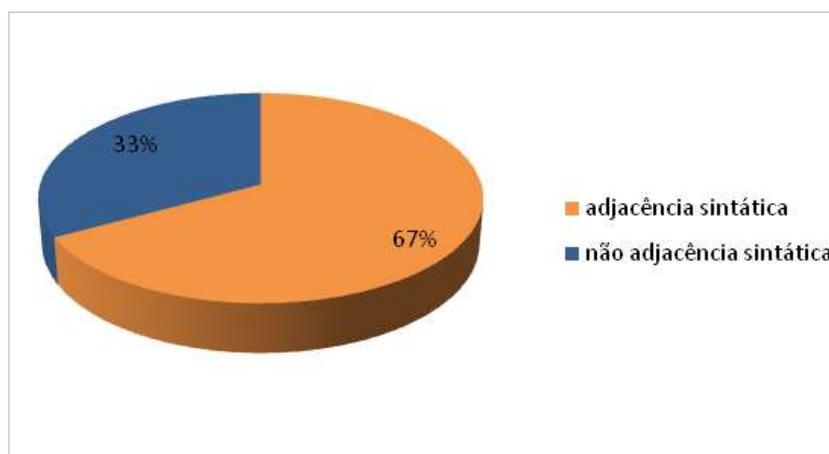


Gráfico 4: Distribuição percentual das construções de tópico pendente com retomada – sujeito preenchido, segundo a configuração sintática da estrutura que contém tópico e correferente

Em (14), a construção apresenta adjacência sintática; em (15), temos um dado de não adjacência sintática.

14. [Quanto aos parafusos para o emplacamento de carro zero]_i, [eles]_i vêm de fábrica, junto com o manual do veículo. (Carta de Leitor, jornal *O Globo*)

15. [Sobre as despesas correntes]_i, o Ministério do Planejamento não informou que [elas]_i aumentam ‘naturalmente’, como indicado no texto, mas necessariamente em virtude, por exemplo, do aumento anual do salário mínimo. (Carta de Leitor, jornal *Folha de São Paulo*)

Por fim, averiguamos a *função discursiva* das construções de tópico pendente com retomada com sujeito expresso. Para tal, adotamos a proposta de Alves e Gil (2017). Segundo elas, as construções de tópico marcado, de forma geral, desempenham, na escrita do letrado brasileiro, as seguintes funções:

(a) *Progressão temática*: um referente, já mencionado, passa a ocupar a posição de tópico da sentença, assumindo também o papel de tópico discursivo.

(b) *Manutenção de tópico discursivo*: o referente que ocupa a posição de tópico é também o tópico do discurso.

(c) *Contraste*: estabelece-se o contraste entre o referente que ocupa a posição de tópico e outro, anteriormente mencionado (ou inferido) no discurso.

(d) *Inserção de tópico novo*: um item lexical não mencionado, nem inferido, anteriormente no discurso, é apresentado na posição de tópico.

(e) *Resposta*: o referente que ocupa a posição de tópico é o título de reportagem ou de artigo de opinião, publicado em uma edição anterior do jornal. Esta função está restrita ao gê-

nero carta de leitor.

Vejamos agora a distribuição dos dados quanto à *função discursiva*:

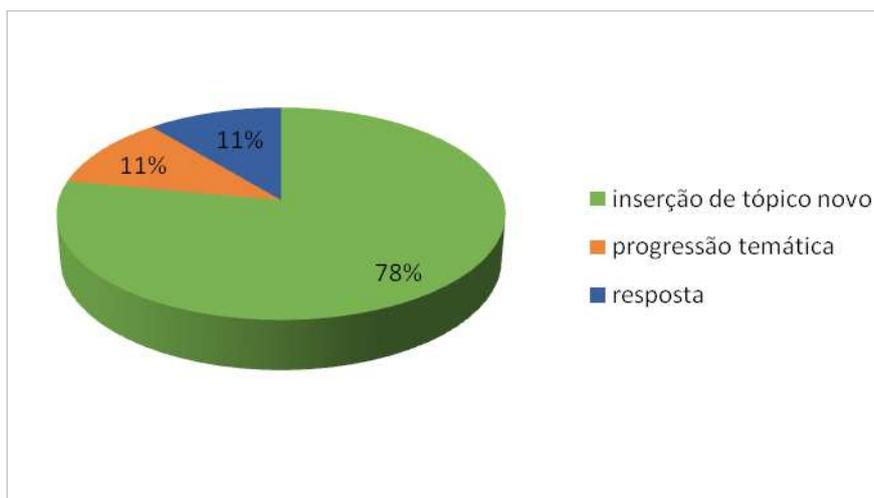


Gráfico 5: Distribuição percentual das construções de tópico pendente com retomada – sujeito preenchido, segundo a função discursiva do tópico

Em uma análise superficial, esse resultado pode parecer contestável. Porém, a frequência das funções discursivas nas construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito precisa ser interpretada levando-se em consideração o gênero textual.

Os dados interpretados como inserção de tópico novo foram classificados a partir da perspectiva do texto. Portanto, não foi considerado o fato de, no gênero carta de leitor, estabelecer-se um diálogo com textos anteriores, publicados em outras edições do jornal. Por isso, eles são *novos* quando o interpretamos como um referente não mencionado no texto da carta, mas, se considerarmos o fato de o leitor estar tratando de um referente presente em outro texto, podemos dizer que, então, a função discursiva do tópico é retomar um referente que estava presente em outro texto, lido pelo autor da carta. Por essa razão, o tópico aqui descrito como inserção de tópico novo, restrito aos dados de carta de leitor, estabelece, no âmbito da intertextualidade, uma outra função discursiva, a de retomar um referente presente em texto anterior.

Em (16), transcrevemos a carta que contém a construção de tópico pendente com sujeito exposto, tendo o tópico a função de inserção de tópico novo.

16. Muito me admira que alguém do porte de Dráuzio Varella possa expressar uma opinião que reflete uma postura higienista tão rasa. Sabemos que a dependência, como outras doenças psiquiátricas, não deve ser tratada como outras doenças com marcadores biológicos claros. Não podemos utilizar um recurso que pode ser valioso, como a internação, como um caminho natural e óbvio. É pensar numa solução medieval, que extirpa a doença e mata o doente. [Quanto à pergunta do que faria se fossem meus filhos], [essa] é uma falácia que não promove o distanciamento necessário para compreender e agir numa si-

tuação tão complexa, que se organiza de forma sistêmica. A perspectiva da saúde não é a resposta última e definitiva para fazer frente ao problema. (Carta de Leitor, jornal *Folha de São Paulo*)

Em (16), o referente que ocupa a posição de tópico – *pergunta do que faria se fossem meus filhos* – não foi mencionado anteriormente no texto da carta, por isso é um item lexical novo, mas retoma um tópico de outro texto, com o qual a carta dialoga.

Além desta função, identificamos um dado em que o tópico promove a progressão temática (exemplo 17) e outro em que se verifica o que denominamos neste artigo como função de resposta (exemplo 18).

17. Dois pilares da democracia devem ser livres: eleições e imprensa. Nos processos eleitorais, o eleitor deve escolher seus representantes tendo única e exclusivamente sua consciência como guia e não cabe nem aos governantes de plantão, nem ao poder econômico determinar como será essa escolha, sob pena de cairmos em regimes ditatoriais ou tirânicos, como já nos alertavam os gregos amigos. [Quanto à imprensa], [ela] deve ser livre, inclusive para que possa alertar a sociedade sobre esses riscos. (Carta de Leitor, jornal *Folha de São Paulo*)

18. [Em resposta à reportagem ‘Gasto sobe e conta de Estados tem o pior desempenho desde 99’], a Secretaria da Fazenda de Pernambuco ressalta que [a reportagem da Folha], ignorou, apesar de devidamente alertada, aspectos fundamentais, no nosso entendimento, sobre o resultado primário registrado em Pernambuco em 2012. (Carta de Leitor, jornal *Folha de São Paulo*)

No exemplo (17), o referente *imprensa*, já mencionado, passa a ocupar a posição de tópico da sentença, assumindo também o papel de tópico discursivo, configurando o que denominamos de progressão temática. Assim, o autor do texto retoma o referente *imprensa* para relatar qual a sua função, agregando informação nova ao texto.

Em (18), o tópico retoma literalmente o nome da reportagem que pretende ser comentada pelo autor da carta.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivos (a) comprovar a existência da variação entre sujeito pleno e sujeito nulo, nas construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito, na escrita culta brasileira, e (b) descrever as características morfossintáticas e semântico-discursivas da construção de tópico pendente com retomada, com correferente expresso, na posição sintática de sujeito, comportamento que decorre da preferência do brasileiro por preencher sujeitos referenciais (cf. DUARTE, 2007; KATO e DUARTE, 2014).

Assim, constatamos que a alternância entre sujeito nulo e sujeito preenchido, nas construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito, é uma regra variável, havendo 65% de sujeito nulo e 35% de sujeito preenchido. A preferência do letrado brasileiro pelo sujeito nulo já era prevista por nós, configurando um comportamento mais conservador, próprio da escrita monitorada.

Embora a análise estatística multivariada não tenha selecionado nenhum grupo de fatores como favorecedor do preenchimento do sujeito, provável consequência do baixo número de dados, podemos tecer algumas considerações que nortearão análises futuras:

- No que tange à estratégia de retomada preferida pelo brasileiro, identificamos a preferência pelo pronome nominativo, fato que nos leva a considerar a possibilidade de as construções de tópico pendente com retomada lexicalmente expressa na posição de sujeito estarem em variação com as construções de deslocamento à esquerda de sujeito, muito frequentes na gramática da fala do brasileiro. Assim, enquanto na escrita, temos dados como (19a); na fala, teríamos a estrutura equivalente, representada em (19b).

19. (a) [Quanto à imprensa]_i, [ela]_i deve ser livre, inclusive para que possa alertar a sociedade sobre esses riscos. (Carta de Leitor, *Folha de São Paulo*)

(b) [A imprensa]_i, [ela]_i deve ser livre, inclusive para que possa alertar a sociedade sobre esses riscos.

Parece-nos que as construções de deslocamento à esquerda de sujeito estão tão presentes na gramática da fala do brasileiro (cf. PAULA, 2012), que o letrado opta por inseri-la na escrita por meio de uma construção de tópico-comentário em que o STop. não é um constituinte sintaticamente desconectado do comentário, já que se assemelharia a um adjunto adverbial.

- Quanto às características morfossintáticas das construções com sujeito expresso, observamos que o correferente é preferencialmente um pronome nominativo, adjacente ao tópico. Além disso, do ponto de vista semântico, é [- animado] e [+ específico].

Esperamos, com este estudo, ter mostrado que as construções de tópico pendente com retomada na posição de sujeito, ainda que mais frequentes nos gêneros [- monitorados], estão presentes na escrita do letrado brasileiro, confirmando a tese de que as estruturas de tópico-comentário coexistem com as de sujeito-predicado, embora a escola as condene ou, simplesmente, as ignore.

Em estudos posteriores, pretendemos analisar os dados de tópico pendente com retomada em que o correferente ocupa uma posição sintática diferente da de sujeito.

Referências

ALVES, C.da S. e SILVA, C. de F.G. *Funções discursivas das construções de tópico marcado em gêneros textuais do domínio midiático*. Pôster apresentado no X Congresso Internacional da ABRALIN. Niterói, 2017.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BORTONI-RICARDO, S.M. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CYRINO, S.; DUARTE, M. E. L. e KATO, M. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. e NEGRÃO, E.V. (orgs.). *Brazilian Portuguese and the null subject*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 2000, p.55-73.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora Unicamp, 1996, p.107-128.

_____. Sujeito de referência definida e arbitrária: aspectos conservadores e inovadores na escrita padrão. *Revista Linguística*, v. 3, n. 1, p. 89-115, 2007.

FARACO, C.A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

KATO, M. e DUARTE, M. E. L. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no português brasileiro. *Revista Veredas* (UFJF. Online), v. 18, p. 1-22, 2014.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e Letramento. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 15- 43.

MIRA MATEUS, M. H. *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Caminho: Lisboa, 2003. p. 490-502.

ORSINI, M. T. As construções de tópico marcado no discurso midiático. Comunicação oral apresentada no X Congresso Internacional da ABRALIN. Niterói, 2017.

PAULA, M. N. de. *As construções de deslocamento à esquerda de sujeito no PB: um estudo em tempo real de curta duração*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2012.

RAPOSO, E. *et alii*. *Gramática do Português*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.

WEINREICH, U.; LABOV, W.& HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da*

mudança linguística. Tradução de Marcos Bagno. Revisão Técnica de Carlos Alberto Faraco. Posfácio de Maria da Conceição e Maria Eugênia Lammoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial. 2006 [1968].

Sobre Dinah Callou — *Mônica Tavares Orsini*⁶

6 Dinah Callou tem uma importância singular na minha vida profissional. Fui sua aluna na graduação e, sob sua orientação, bolsista de Iniciação Científica, entre 1987 e 1989, e de aperfeiçoamento, em 1990. Durante todo esse tempo, ela abriu para mim as portas da academia, tendo sido responsável pela minha inserção na pesquisa científica. Além de todo aprendizado compartilhado, ela deu-me a oportunidade de publicar, em coautoria com outros bolsistas de Iniciação Científica, meus primeiros artigos científicos. Foi minha orientadora no mestrado, em parceria com o professor João Antonio de Moraes. A ela serei sempre grata por tudo que me ensinou e por todas as oportunidades que me ofereceu.



**PRE-VERBAL POSITION IN BP: A REINTERPRETATION OF THE
“AVOID PRONOUN PRINCIPLE”
A POSIÇÃO PREVERBAL NO PB: UMA REINTERPRETAÇÃO DO
PRINCÍPIO “EVITE PRONOME”**

*Mary Aizawa Kato*¹

*Maria Eugênia Lammoglia Duarte*²

Abstract

The aim of this paper is to analyze the changes occurring in Brazilian Portuguese, regarding the possibility of null subjects, and suggest the kinds of constraints that explain its present distribution. In this paper, we will propose that the null subject parameter is defined at the interfaces. At the level of Logical Form, a constraint like Chomsky's (1981) *Avoid Pronoun* will be at work for languages that are prototypical null subject languages, like Spanish and Chinese. For languages like BP, a system with a particular distribution of null subjects, the constraint will be more specific: *Avoid non-referential pronouns*. We will also propose that at the other interface, the Phonetic Form, languages have filters regarding their rhythm. To account for the preference for certain forms, a constraint of the form: *Avoid V1* will be proposed. This constraint has nothing to do with an XP constituent in Spec of C, like in V2 languages, but with a phonetic requirement. This means that the initial element can be a head or an XP.

Keywords: Null subjects; Brazilian Portuguese; Referential subjects; Expletive subjects; Semantic constraints; Phonological constraints.

1 Universidade Estadual de Campinas. E-mail: mary.kato@gmail.com.

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro, PQ CNPq 1B. E-mail: eugenia@brazilmail.com.

Recebido em: 20/11/2018

Aceito em: 29/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas no português brasileiro (PB) em relação à possibilidade de sujeitos nulos e sugerir os tipos de restrições que explicam sua atual distribuição. Propomos que o parâmetro do sujeito nulo é definido nas interfaces. No nível da Forma Lógica, uma restrição como o Princípio *Evite Pronome* de Chomsky (1981) atua para línguas de sujeito nulo prototípicas, como o espanhol e o chinês. Para línguas como o PB, um sistema com uma distribuição de sujeitos nulos particular, a restrição será ainda mais específica: *Evite pronomes não referenciais*. Vamos também propor que na outra interface, a Forma Fonológica, as línguas têm filtros em relação ao ritmo. Para dar conta da preferência por certas formas, uma restrição como *Evite V1* será proposta. Tal restrição nada tem a ver com a presença de um constituinte XP no especificador de C, como nas línguas V2, mas com um requisito fonético. Isso significa dizer que o elemento inicial pode ser um núcleo ou um XP.

Palavras-chave: Sujeitos nulos; Português brasileiro; Sujeitos referenciais; Sujeitos expletivos; Restrições semânticas; Restrições fonológicas.

Introduction: the Null Subject Parameter (NSP)

The possibility of a null subject (NS) has been a major topic of interest for the Principles and Parameters theory, not only to account for cross-linguistic variation³, but also to account for language change⁴ and for language acquisition.⁵

Rich morphology as a licensing condition has been one of the strongest hypotheses on the subject, with diachronic evidence to support it. However, this hypothesis lost its generality when languages like Chinese and Japanese, well-known for their lack of agreement morphology and with the possibility of null subjects and objects, were taken into account. Huang's (1984, 1989) seminal works on empty categories in Chinese, both in subject and object position, explain the possibility of null arguments through a generalized control theory: while Italian-like languages have in AGR the accessible subject, the controller for *pro*, in Chinese the domain of control is beyond the clause, or even beyond the sentence. The two different licensing conditions appear merged in Jaeggli and Safir's (1989) uniform morphological paradigm hypothesis according to which, a language is a NS language (NSL) if it presents a uniform paradigm of inflected forms or a uniform non-inflected paradigm. In the former case, the identification of the subject is achieved through agreement inflection, considered to be [+pronominal], and in the latter case, through co-reference. Rizzi (1986) also proposes this dual mode of identification, splitting the parameter definition, however, into formal licensing and identification conditions. According to his view, unlike referential NSLs, expletive NSLs only require formal licensing.

In the diachronic studies, the analyses proposed by Adams (1987) and Roberts (1993) for

3 See Taraldsen, 1980; Chomsky, 1981; Huang, 1984, 1989; Rizzi, 1986; Jaeggli and Safir, 1989, and many others.

4 See Adams, 1987; Roberts, 1993; Duarte, 1993; Kato, Cyrino and Correa, 2009, among many others.

5 See, for instance, Hyams, 1986; Rizzi, 1994; Weissenborn, 1992, among many others.

Old French, according to whom the NS was licensed in a position of V-government, will prove to be important in our study.

Though all these proposals have been proved relevant for comparative syntax, in terms of acquisition studies, the formal and identificational parameters do not seem simple enough to provide triggers for grammar selection by the child. Moreover, most of these proposals treat *pro-drop* as a property that distinguishes languages into +/- *pro-drop* and do not deal with the variation found in such languages regarding the type of NS permissible cross-linguistically. This, according to Roberts and Holmberg (2010), would have brought about negative conclusions and a certain skepticism with respect to the Theory of Principles and Parameters. For the authors, the problem is exactly the association of principles that belong to other domains of universal grammar to a certain parameter, and such proliferation of principles cannot be maintained in the context of the Minimalist Program.

Thus, Roberts and Holmberg (2010) list alongside systems that do not admit null subjects⁶ the following types of null subject languages (NSL): **consistent** NSLs, such as Italian, Greek and Turkish, with *rich* inflection, distinguishing in general grammatical persons and verb tenses; **expletive** NSLs, also referred to as *semi pro-drop languages*, which only admit non-referential null subjects, such as German, some varieties of Dutch and Afrikaans and a range of creoles; **radical** NSLs (or discourse pro-drop), such as Chinese, Japanese and Thai, which do not have agreement inflections and allow null subjects and objects under appropriate discursive conditions as we mentioned above; and, finally, **partial** NSLs, which are more difficult to define, according to the authors, which include Finnish, Hebrew, Russian, Icelandic, Marathi (a variety spoken in India) and Brazilian Portuguese. The authors suspect that many languages considered consistent NSLs are, in fact, partial NSLs, a claim that asks for a rigorous investigation in order to reach a generalization about the properties related to the Null Subject Parameter. Besides, the languages included under the label *partial* NSLs exhibit a range of characteristics: non-argumental null expletives, quasi-argumental null expletives and null argumental subjects under very restricted environments, which differ significantly among them, a fact that makes Biberauer (2000) claim that they are too different to constitute only one subtype of NSL.

Cyrino, Duarte and Kato (2000) try to give an account of the intriguing distribution of null pronouns in BP showing that a sort of *referential hierarchy* determines different types of null subject languages, and that this referential hierarchy can also be used by the child in the selection of the right grammar.

The aim of this paper is to analyze the changes occurring in Brazilian Portuguese with regard to the Null Subject Parameter (NSP) and propose the kinds of constraints that explain its present distribution. We will propose that the distribution of null and pronominal subjects is

⁶ Unless in non-neutral sentences, when a null subject can be pragmatically identified, such as English and French.

defined at the interfaces.

The paper is organized as follows: a) the first section presents the State of Art concerning the classic *Avoid pronouns principle* in Chomsky (1981); b) then, contemporary BP is described according to previous studies and hypotheses; c) the following section shows how the NS phenomenon in BP is prosodically constrained. In the Conclusion we will show that a language like BP can not only be constrained by the referentiality of the null pronoun, but also that the presence or absence of the NS can be phonologically determined.

Brazilian Portuguese and the loss of its referential null subjects

With referential pronominal subjects, contemporary Brazilian Portuguese (BP) behaves like English, filling the pronominal subject rather than leaving it empty as in European Portuguese (EP) and other NS languages (Duarte 1995, 2000; Barbosa, Duarte & Kato, 2005):

BP	English	EP
(1) a. <i>Eu falo espanhol</i>	(2) a. <i>I speak Spanish.</i>	(3) a. <i>Falo espanhol</i>
b. <i>Você fala espanhol?</i>	b. <i>Do you speak Spanish?</i>	b. <i>Falas/fala espanhol</i>

Duarte (1999, 2000) shows, however, that, with non-referential subjects, BP behaves like other NSLs as it does not have a lexical expletive.

BP

- (4a) a. *Tem maçãs na geladeira.*
 b. *Parece que está chovendo.*

English

- (4b) a. *There are apples in the fridge*
 b. *It seems that it is raining.*

EP

- (4c) a. *Há maçãs na geladeira.*
 b. *Parece que está a chover.*

BP shows a strong correlation between morphological richness and referentiality. The full insertion of the second person pronoun *você*, as a consequence of the grammaticalization of the former address form *Vossa Mercê* (LOPES, 2002), has contributed to make the agreement paradigm poorer since it requires the third person verb unmarked form. Two other facts have

aggravated the reduction of the inflectional paradigm: (a) the inflectional verb ending - <-s> - used with the conservative second person pronoun *tu*, which has diatopical distribution (see SCHERRE et al. 2015), has also been lost; (b) the grammaticalization of the NP *a gente* as a full first person plural pronoun (LOPES, 2003; LOPES and BROCARDO, 2016), also combining with the unmarked verb form, has outnumbered the conservative *nós*. As a consequence, referential pronouns are not deleted, and the null subject becomes restricted to expletive subjects (DUARTE, 1999) and to the bound null subject pronoun (NEGRÃO and MÜLLER, 1996; NEGRÃO and VIOTTI, 2000; MODESTO, 2000; 2008).

Four hypotheses have been considered to account for the NS phenomenon in BP:

- a) BP is on the way to lose the *pro-drop* properties (DUARTE, 1993 (2018), 1995; DUARTE & REZENDE DOS REIS, 2018);
- b) BP has a different use of *pro* from other *pro-drop* languages (NEGRÃO & MULLER, 1996; NEGRÃO and VIOTTI, 2000, MODESTO, 2000, among others)
- c) the null subject in BP is not a *pro*, but a trace of movement (Ferreira, 2000, Rodrigues, 2004)⁷
- d) *pro-drop* does not define a uniform type of language but a continuum of types in a subset relation (CYRINO, DUARTE & KATO, 2000, CDK henceforth), German constituting the most restrictive, Italian and Spanish the less restrictive and BP in between.

To justify the selective licensing of null subjects in BP, and the different types of NS languages, CDK (2000) proposed a sub-parametrization model taking into consideration the existence of languages that restrict the null pronominal only to non-referential subjects. While the canonical NS languages have the principle *Avoid pronoun*⁸, a subtype of NSLs has a weaker principle *Avoid referentially defective pronouns*.

Type I: languages with only the null expletive (German);

Type II: languages with null generic (exclusive and inclusive) and null expletive pronouns (BP);

Type III: languages with null referential, null generic and null expletive subject pronouns (Spanish, Italian).

CDK further propose that change has to occur from one subtype to its adjacent type, all of them stable systems.

⁷ These two authors work under the assumption that a theta-carrying element can move to a theta-position, in line with Hornstein's (2001) view.

⁸ Kato (1999) proposes that what is avoided in NSLs is the strong pronoun, external to IP, which has a *default* nominative case. In her perspective, all languages try to avoid strong pronouns.

(5) a. Non-NS --> NS-Type I --> (NS-Type II) --> ((NS-Type III))

b. NS-Type III --> Type II --> (Type I)

Their model consists of (i) a Referential Hierarchy and (ii) an Implicational Mapping Hypothesis.

(i) Referential Hierarchy

non-argument proposition [-human]] [+human]

expletive neuter 3 p. 3p. 2 p. 1 p.

[-ref]< -----> [+ref.]

(ii) The Implicational Mapping Hypothesis

a. The more referential, the greater the possibility of a non-null pronoun.

b. A null variant at a specific point on the scale implies null variants to its left in the referential hierarchy.

This analysis explains not only the full possibility of null subjects for EP along the hierarchy, as in (3) and (6), but also the resistance of null non-referential subjects for BP illustrated in (4) as seen in the figure.

The hierarchy proposed allows us to make the following predictions regarding acquisition:

a) if a language-L can delete the most referential pronouns (1st and 2nd persons, inherently human), it can have pronouns of any referential value null; thus, if a child is exposed to a null first person subject, s/he does not need positive evidence to know that s/he can have null subjects all the way down in the hierarchy;

b) likewise, the possibility of deletion of a pronoun at a certain point in the referential hierarchy presupposes deletion of pronoun types below in the hierarchy; but to know whether it is possible to have null subjects in higher points in the hierarchy, positive evidence will be required.

Hyams’s (1986) proposal that the expletive *it* in English is a trigger for a child acquiring English fits in CDK’s theory, as the presence of the lexical expletive leads the child to assume that all other entities in the hierarchy will also have lexically filled pronouns.

The co-existence between null expletives and topic-subjects in BP

The structures presented in the previous section could be interpreted as evidence that BP

is becoming a canonical non-NSL, like English. However, canonical non-NSLs have a more general strategy of filling the non-referential subject position with overt expletives, such as *it* and *there*, a possibility that does not exist in BP⁹. Therefore, CDK's proposal does not give a reason for the variable behavior found with the so-called *impersonal verbs*, where we would expect null subjects. The authors' analysis predicts correctly that constructions such as the ones in (6) are well-formed in BP:

- (6) a. *__me custou sair de casa.*
 CL.1PS cost. 3PS leave the house
 "It took me a long time to leave the house"
- b. *__parece que os homens gostaram da cidade.*
 seems that the men enjoyed. 3PP the city
 "It seems that the men enjoyed the city"
- c. *__tem muita violência na cidade.*
 has much violence in-the downtown
 "There is a lot of violence downtown"

However, along with such impersonal null subject constructions, BP exhibits raising and unusual hyper-raising constructions (7a,b) and the use of personal existential sentences with *ter* begins to increase (7c):

- (7) a. *Eu custei a sair de casa*
 I cost to leave the house
 "I took a long time to leave the house"
- b. *Os homens parecem que (eles) gostaram da cidade*
 the men seem. 3PP that (they) enjoyed. 3PP the city.
 "The men seem to have enjoyed the city"
- c. *Você tem muita violência na cidade.*
 you have a lot of violence downtown
 "You have a lot of violence downtown"

9 However, BP shares with English the personal constructions with *have/ter*—*o Brasil tem muitas montanhas* (Brazil has many mountains) and normal raising constructions with *parecer* (seem) — *eles parecem ter gostado da cidade* (they seem to have enjoyed the city). See Kato and Duarte (2014a,b).

Evidence of change towards the implementation of raising structures comes from a **trend study** (Labov, 1994) of Rio de Janeiro with speakers with low and middle levels of formal education, comparing two samples recorded in the early 1980s and in 2000 (Duarte, 2007).

- Former non-raising verbs in (8) are reanalyzed as raising verbs in (9):

custar, demorar, levar – ‘to take (time)’

faltar – ‘to miss’

estar na hora de – ‘to be in time for’

(8) a. *Custou /demorou (pra) ele sair de casa* (EP: *Custou-lhe sair de casa*)¹⁰

Cost. 3PS (for) he to-leave ot-the house

“It took him a long time to leave the house”/ “He took a long time to leave the house”

b. *Só faltava agora eles dizerem que não era culpa deles.*

only missed then they say that not was their fault

“Now the only thing missing was for them to say it was not their fault”

c. *Já tá na hora da gente parar de palhaçada.*

already is in-time for us to-stop this fooling around

“It’s time we stopped this fooling around”

(9) a. *Então, o salário dele custava muito sair. Às vez ele levava um ano para receber.*

so the salary of him cost to come. sometimes he took one year to receive(it)

“So it took him a long time to get his salary. Sometimes it took him one year to get it”

b. *Eles ainda faltavam receber o dinheiro do patrão.*

they still lacked to-receive the money from-the boss

“They still hadn’t received the money from the boss”

c. *O povo tá na hora de reagir.*

the people is in-the time of react

“It’s time for the people to react”

10 For a detailed syntactic analysis of this process see Martins and Nunes (2009)

- d. *Quando olhei no relógio, vi que eu já tava na hora de ir embora.*
 when (I) looked at-the watch, (I) saw that I was in-the time to go away
 “When I looked at my watch, I saw it was time for me to leave”

Table 1 shows that this reanalysis had started before the early 1980s with this type of verb:

Structures	1980	2000
(8) no raising	04 (19%)	04 (19%)
(9) raising	17 (81%)	17 (81%)
Total	21 (100%)	21 (100%)

Table 1: *custar, demorar, levar, faltar, estar na hora de*

Let's turn our attention to the structures with '*parecer*' (to seem)

- Structures with raising verb *parecer* (seem)

The sentences below (with the corresponding number in table 2) show the several structural possibilities with *parecer* (seem):

-no raising

- (10) *Porque __ parece que o Ronaldinho não se sentiu bem.*
 because seems that the Ronaldinho not felt well
 “Because it seems that Ronaldinho was not feeling well”

- standard raising

- (11) *pelo menos até agora ele parece __ ser uma exceção nessa história.*
 at least up-to now he seems to be an exception in-this story'
 “At least, up to now he seems to be an exception in this story”

- dislocated subject

- (12) *Os dias [__ parece [que __ não passam]]*
 the days [seem. 3PS [that not pass
 “The days, it seems they don't pass”

-hyper-raising, with null or filled subject in embedded clause

- (13) a. *Tem ocasiões que eu nem pareço que __ sou brasileiro.*
has occasions that I not seem. 1PS that (I) am Brazilian
“Sometimes I don’t seem to be a Brazilian”
- b. *E ele disse: “Poxa, David, você parece que __ morreu”.*
and he said: Gosh, David, you seem that (you) died
“And he said: Gosh, David, you seem to have died”
- c. *As pessoas pareciam que __ iam cair do brinquedo.*
the people seemed.3PP. that (they)were going to-fall from-the toy
“It seemed the people were going to fall from the toy”
- d. *Quando eu brigo, eu pareço que eu vou explodir de raiva.*
when I fight I seem.1PS that I am-going to-explode of anger
“When I’m involved in a discussion, it seems I am going to explode in anger”
- e. ...mas você parece que você está se dividindo entre a medicina e o jazz
...but you seem that you are between the medicine and the jazz.
“...but it seems you are uncertain about choosing medicine or jazz”
- f. *Ele parece que ele sofreu muito quando era criança.*
he seems that he suffered a lot when (he) was child.
“He seems to have suffered a lot as a child”.

Table 2 shows the distribution of the patterns attested in both samples analyzed:

Structures	1980	2000
(10) no raising	26 (39%)	23 (48%)
(11) standard raising	-	01 (02%)
(12) dislocated subject	01 (02%)	03 (06%)
(13) hyper-raising	14 (34%)	21 (44%)
Total	41 (100%)	48 (100%)

Table 2: Patterns with *parecer* ‘seem’

The results show that standard raising is almost absent in speech, and even in writing, it is

restricted to the presence of a copula in the embedded clause. It is also related to another change in BP, namely the move towards finite complement clauses. The competition is, therefore, between standard raising with a null expletive as in (11) and hyper-raising as in (14). And even though we are dealing with few data, the percentage for the latter pattern reveals significant increasing.

Another competition between a null expletive and a personal structure is the replacement of existential *haver* (there to be) by *ter* (to have), which can appear in first position but usually exhibits a constituent in first position (examples illustrate the results in Table 3)¹¹:

(14) *Acho que no Vasco não tem chutador de córner bom não.*

(I) think that in-the Vasco not has a kicker of corner good

“I think that Vasco doesn’t have a good corner kicker”

(15) a. *Não é como no Rio de Janeiro, que você em cada esquina, você tem um bar pra você lanchar.*¹²

(It) is not like in-the Rio de Janeiro, that you in every corner you have a bar for you to have a snack

“Its not like in Rio de Janeiro, where you can find many bars to hav a snack”

b. *Hoje a gente tem um grupo, uma parte da Igreja que está comprometida.*

Today one has a group, a part of-the church that is engaged

c. *Ah, eu ia pra Itália, que eu tenho muitas coisas pra vê.*

oh, I would-go to Italy, that I have lots of things to see.

“Oh, I would go to Italy, where I have lots of things to see”

d. *Lá, por exemplo, aonde mora a minha sogra, ela mora lá há trinta anos. Ela não tem grade na janela dela.*

there, for instance, where lives my mother-in-law, she lives there for thirty years. She doesn’t have a grating on her window

“There, for instance, where my mother-in-law lives, she’s lived there for thirty years. Her window has no grating / there is no grating on her window.”

(16) *O Brasil não tem nenhum político.*

Brazil not has any politician

“There are no politicians in Brazil.” “Brazil has no politicians.”

11 See also Viotti (1999).

12 See also Callou and Avelar, 2000; Avelar (2003; 2006); Marins (2013).

(17) *Strogonoff tem a receita __ aí.*

Strogonoff has the recipe there.

“There is the recipe of strogonoff there.”

(18) *Isso não tem nem dúvida.*

that not has not-even doubt

“There is no doubt about that.”

Structures	1980	2000
(14) PPs and AdvPs	276/471 (59%)	169/328 (52%)
(15) Personal Pronouns	84/471 (18%)	122/328 (37%)
(16) NPs (time and space)	64/471 (13%)	23/328 (7%)
(17) Topicalized NPs	38/471 (8%)	10/328 (3%)
(18) Merged demonstratives	9/471 (2%)	4/328 (1%)

Table 3: Elements at the left of *ter* in existential sentences

Notice the increasing use of personal pronouns in the second synchrony.

Brazilian Portuguese and phonological fillers in pre-verbal position

This tendency to avoid a null expletive (a verb initial sentence) can be related to two findings:

a. Duarte (1995) observes that a context of resistance to expressed referential subjects is the presence of a “light element” at the left of V, such as negation, clitics or light adverbs:

(19) a. *não sei exatamente se ele tem noção de tempo.*

not know. 1PS exactly if he has notion of time

“I don’t know exactly if he has any notion of time”

b. *só assistiu três vezes?*

only saw.2PS three times?

“Have you seen it only three times?”

b. Kato (2002), on a research Project on spoken BP, concludes that BP rejects the verb in

sentence-initial position, filling it with an adjunct or a discursive element¹³. The phenomenon is analyzed as distinct from the syntactic V2 structures, as any category can fill this position: a syntactic adjunct (whether a head or an XP) or a discursive element. Kato's hypothesis is that the constraint here is rhythmic or prosodic.

- (20) a. *então havia restaurantes que eles serviam assim um pouquinho de cada coisa*
 so had restaurants that they served sort of a little of each thing
 “So, there were restaurants that served sort of a little bit of everything”
- b. *A televisão é horrroso quando eles estão fazendo programa*
 the television. FEM is awful. MASC when they are making program
 “The TV, it is awful when they are preparing a program”

Following Kato's (2002) hypothesis, we propose that grammar is defined at the interfaces. Our problem is solved if we have the constraint *Avoid referentially defective pronouns* at the LF interface, and “Avoid V1” at the PF interface, which is assumed to be a kind of prosodic filter. If the latter is in PF, it falls within stylistic rules and its violation does not result in ungrammaticality.

- (21) a. *Eu falo espanhol* ✓ LF ✓ PF
 I speak Spanish
- b. *Eu pareço que eu vou explodir de raiva.* ✓ LF ✓ PF
 I seem that I am going to explode in anger
- c. *no Vasco não tem chutador de córner bom não.* ✓ LF ✓ PF
 in the Vasco not has a corner kicker good no
- d. *ØParece que eu vou explodir de raiva.* ✓ LF *PF
 seems that I am going to explode in anger

We can conclude our study with Kato's (2002) reflection, according to which at PF BP prefers the pattern XVY, with X being a grammatical element or a discursive one. Also, as stated by the author, we may conjecture that the rhythmic pattern enters as a sort of parameter, just like morphology. As for the syntactic typology, we may adhere to Kato and Duarte (2017), according to whom BP is similar to English regarding referential pronouns and similar to Japanese or Chinese regarding non-referential subjects.

13 In a recent paper Guilherme (2016) uses proclisis in initial position to propose that BP is a sort of V2 language, but with the verb raising only to Io. But see Nunes (1993; 2018) for a different interpretation.

References

ADAMS, Marianne. From Old French to the theory of prodrop. *Natural Language and Linguistic Theory*, 5, 1-32, 1987.

AVELAR, Juanito O. Estruturas com o verbo *ter*, preenchimento de sujeito e movimento em forma lógica. Paper presented at the III Congresso Internacional da ABRALIN. UFRJ, 2003.

_____. The Status of the (Supposed) Expletive in Brazilian Portuguese Existential Clauses. *Going Romance*, 2006.

BARBOSA, Pilar; DUARTE, M. Eugênia L.; KATO, Mary A. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. In: *Journal of Portuguese Linguistics: Studies in the Comparative Syntax of European and Brazilian Portuguese*, 4 (2), 11-52, 2005.

BIBERAUER, Teresa. Semi pro-drop languages, expletives and expletive pro reconsidered. In: T. BIBERAUER; A. HOLMBERG; I. ROBERTS; M. SHEEHAN. (eds). *Parametric Variation: null subjects in Minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, 153-199.

CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito O. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no Português do Brasil. *Gragoatá*, 9, 2000, p.85-100.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government & Binding Theory*. Dordrecht: Foris, 1981.

CYRINO, Sonia M.L.; DUARTE, M. Eugênia L.; KATO, Mary A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: M.A. KATO & E.V. NEGRÃO (eds.): 2000, p.55-104.

DUARTE, M. Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno. In: I. ROBERTS; M.A KATO (eds.), 2018. (1ª edição 1993). p.83-104.

_____. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. PhD Dissertation, UNICAMP, Campinas, SP. 1995.

_____. A Sociolinguística Paramétrica: perspectivas. In: D. da HORA; E. Christino (eds.). *Estudos linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Ideia, 1999. p.107-114.

_____. The loss of the Avoid Pronoun principle in Brazilian Portuguese. In: M. A. KATO; E.V. NEGRÃO (eds.). 2000. p.17-36.

_____. O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: C. RONCARATI e J. ABRAÇADO (eds.). *Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2003. p.123-131.

_____. Sobre outros frutos de “um projeto herético”: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. In: A. de Castilho; M. A. Torres Moraes; R. E. Vasconcelos e S.M.L. Cyrino (eds.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Fapesp; Campinas: Pontes, 2007. p.35-59.

_____; REZENDE DOS REIS, Eduardo P. Revisitando o sujeito pronominal vinte anos

depois. *ReVEL*, vol. 16, n. 30, 173-197, 2018.

FERREIRA, Marcelo B. *Argumentos Nulos em Português Brasileiro*. MS Thesis, UNICAMP: Campinas, SP. 2000.

GUILHERME, Maurício R.C. *A relação entre a colocação dos clíticos e o parâmetro pro-drop no português brasileiro*. MS Thesis, UFMG, 2016.

HORNSTEIN, Norbet. *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell. 2001.

HYAMS, Nina. *Language Acquisition and the theory of Parameters*. Dordrecht: Reidel, 1986.

HUANG, Charles T. J. On the distribution and reference of the empty categories. *Linguistic Inquiry*, 15, p. 531-574, 1984.

_____. Prod-drop in Chinese: a generalized control theory. In: O. JAEGGLI; K. SAFIR (eds.). *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer, 1989. p.185-214.

JAEGGLI, Osvaldo & SAFIR, Kenneth, J. The Null Subject Parameter and Parametric Theory. In: O. Jaeggli & K. J. Safir (eds.). *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer, 1989. p.1-44.

KATO, Mary. A. Strong and weak pronominals and the null subject parameter. *Probus*, 11,1: 1-31. 1999.

_____. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: M. A. KATO; E.V. NEGRÃO (eds.): 2000, p.223-258.

_____. La gramática del portugués hablado: reflexiones sobre el uso de la lengua. In: C. CURCÓ; M. Colín; N. Groult; L. Herrera (eds.). *Contribuciones a la lingüística aplicada en América Latina*. México: CELE-UNAM, 2002, p.363-378.

_____; NEGRÃO, Esmeralda V. (eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana, 2000.

_____: CYRINO, Sônia; CORREA, Vilma. Brazilian Portuguese and there recovery of lost clitics through schooling, em A. Pires e J. Rothman (eds.). *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 2009. p.245-272.

_____; DUARTE, M. Eugênia L. A variação entre construções finitas pessoais e impessoais no português brasileiro. *WEB-Revista Sociodialeto*, v. 4, n. 12, 2014a. p.153-177.

_____. DUARTE, M. Eugênia L. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro. *Revista VEREDAS*, 18 (1), 1-22.

_____. DUARTE, M. Eugênia L. O sujeito no português brasileiro e sua tipologia. In: E. PILATI; H. L. SALLES; R. NAVES. (eds.). *Novos olhares sobre a gramática do português Brasileiro*. Campinas: Pontes, 13-42, 2017.

LOPES, Célia. Vossa Mercê > você e VuestraMerced > usted: o percurso evolutivo ibérico. *LIN-*

GUÍSTICA, 14, p.173-190, 2002.

_____. *A inserção de ‘a gente’ no quadro pronominal do português*. Frankfurt/Madri: Ver-
vuert/Iberoamericana, vol. 18, 2003.

_____; BROCARD, M. Teresa. Main morphosyntactic changes and grammaticalization
processes. In: L. WETZELS, J. COSTA; S. MENUZZI (eds.). *The Handbook of Portuguese Lin-
guistics*. Maldon: John Wiley & Sons Inc., 2016. p.471-486.

MARINS, Juliana. *As repercussões da remarcação do Parâmetros do Sujeito Nulo: um estudo
das construções existenciais com ter e haver no PB*. PhD Dissertation, UFRJ, 2013.

MARTINS, Ana M.; NUNES, Jairo. M. Syntactic change as chain reaction: the emergence of
hyper-raising. In: P. Crisma & G. Longobardi. *Historical Syntax & Linguistic Theory*. Oxford:
Oxford U. Press, 2009. p.144-157.

MODESTO, Marcello. Null subjects without “rich” agreement. In: Kato & Negrão (eds.), 2000,
p.147-174.

_____. Topic prominence and null subjects. In: Teresa Biberauer (ed.) *The limits of syntactic
variation*. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p.75-406.

NEGRÃO, Esmeralda V.; MÜLLER, Ana L. As mudanças no sistema pronominal brasileiro:
substituição ou especialização de formas? *DELTA*, 12 (1), p.125-152, 1996.

_____; VIOTTI, Evani. Brazilian Portuguese as a discourse-oriented language. In: M.A. Ka-
to; E.V. Negrão (eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Ver-
vuert/ Iberoamericana, 2000. p.105-125.

NUNES, Jairo. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em
Português Brasileiro. In: I. ROBERTS; M. A. KATO (eds.). São Paulo: Contexto, 2018 (1ª. ed.
1993). p.161-174.

RIZZI, Luigi. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.

ROBERTS, Ian. *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

_____; KATO, M. (eds.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. São Paulo: Contex-
to, 2018 [1ª. ed. 1993]

_____.; HOLMBERG, Anders. Introduction: parameters in Minimalist theory. In: T. BIBE-
RAUER A. HOLMBERG; I. ROBERTS; M. SHEEHAN. (eds.). *Parametric Variation: null sub-
jects in Minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p.1-57.

RODRIGUES, Cilene. *Effects of loss of morphology in partial pro-drop languages*. PhD Dis-
sertation, University of Maryland, USA, 2004.

TARALDSEN, Kenneth T. On the NIC , Vacuous Application and the that-trace Filter. Ms.,
MIT, 1978.

Diadorim, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, p.610-626, 2018.

VIOTTI, Evani. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. PhD Dissertation, USP, 1999.

WEISSENBORN, John. Null Subjects in Early Grammars: Implications for Parameter-setting Theory. In: J. WEISSENBORN; H. GOODLUCK; T. ROEPER (eds.). *Theoretical Issues in Language Acquisition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1992.

Sobre Dinah Callou — *Mary Aizawa Kato*¹⁴

Sobre Dinah Callou — *Maria Eugenia Lammoglia Duarte*¹⁵

14 Dinah, que saudades de trabalhar com você!

15 É difícil demais achar as palavras adequadas para homenagear a Dinah! Embora só tenhamos nos encontrado em 1993, é como se a nossa convivência acadêmica e a nossa amizade, que tanto me orgulham, viessem da juventude. Você é exemplo de retidão na vida pessoal e profissional, de dedicação às causas justas, de sinceridade absoluta. Você nos inspira!